FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.952 | SEXTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2022 | R$ 5,00

SP deixa de exigir uso de máscara

Doria faz anúncio em programa de aliado; item ainda será exigido em hospitais, serviços de saúde e transporte público

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), derrubou ontem a obrigatoriedade do uso de máscara no estado mesmo em ambientes fechados. Na semana passada, o tucano anunciara que o item não era mais necessário em locais a céu aberto.

A proteção continua a ser exigida em hospitais e serviços de saúde, aviões, aeroportos e no transporte público, inclusive em estações e terminais. A Arquidiocese de São Paulo anunciou que manterá a orientação de uso nos templos católicos.

Escolas, shoppings e mercados pretendem abolir o uso do item, segundo entidades que representam esses setores. Empresas e condomínios ficam livres para decidir se mantêm a exigência, em vigor desde maio de 2020 para frear a pandemia.

O secretário estadual da Saúde, Jean Gorinchteyn, afirmou que houve queda de 77% em internações em enfermarias e UTIs. Mas o Comitê Científico registrou um aumento de 41,7% em números de casos de Covid na semana encerrada sábado (12).

Gorinchteyn atribui o crescimento a um represamento de dados na semana anterior por causa do Carnaval.

A média de mortes por Covid no país, que considera sete dias até a data, tem flutuado no patamar de 400 ao dia — ontem, ficou em 334.

Doria antecipou o anúncio, inicialmente previsto para o fim deste mês, e buscou capitalizá-lo politicamente ao escolher como palco o programa de TV de seu aliado político e pré-candidato ao Senado José Luiz Datena e criticar o governo federal. **Saúde B1**

Bolsonaro anuncia pacote para liberar mais de R$ 150 bi

Jair Bolsonaro (PL) anunciou amplo conjunto de medidas para liberar mais de R$ 150 bilhões em recursos a trabalhadores e aposentados em ano eleitoral.

A iniciativa é mais uma do presidente para se cacifar à reeleição, reduzir a rejeição e melhorar sua avaliação na disputa contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O pacote inclui saque de até R$ 1.000 a 40 milhões de brasileiros com saldo nas contas do FGTS. A expectativa é que isso injete R$ 30 bilhões na economia.

O governo também vai antecipar o pagamento do 13º de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para abril e maio. **Mercado A13**

Cúpula da Petrobras não vê prazo para baixar preço

Apesar da pressão pública de Jair Bolsonaro (PL), a cúpula da Petrobras tem dito internamente que não há prazo para baixar o preço dos combustíveis, mesmo com queda na cotação do petróleo.

Para o chefe da estatal, Joaquim Silva e Luna, a decisão de rever o mega-aumento na gasolina e no diesel depende do comportamento do mercado. Ele já avisou que não sairá por conta própria. **Mercado A14**

Militar suspeito de arrendar terra indígena é preso

A Polícia Federal prendeu ontem o coordenador regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Ribeirão Cascalheira (MT), o militar inativo da Marinha Jussielson Gonçalves Silva, acusado de intermediar arrendamento de terras indígenas para pecuaristas. A defesa de Silva não foi localizada. **Ambiente B6**

TRE paulista arquiva suspeita de caixa 2 contra Alckmin

Política A6

Governo diz que vai manter censura contra filme de Gentili C3

Ilustrada C1 e C2

Marquezine com legendas

Atriz ganha papel em filme de super-herói da DC Comics e dá recado a haters: 'ninguém vai poder dizer que tem a ver com homem nenhum'

Ilustrada C6

Netflix avalia cobrar de quem emprestar a própria senha para pessoas de outra casa

Esporte B7

Nadadora Ana Marcela Cunha busca medalha que falta por carreira completa

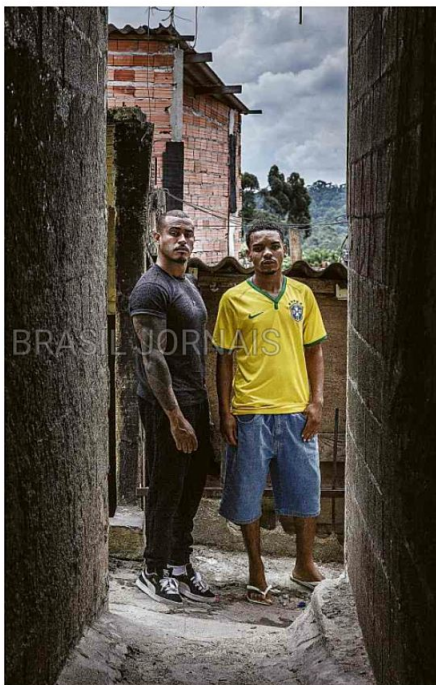
Putin quer Rússia 'purificada de traidores' contrários à guerra

Em novo sinal de endurecimento do controle de Vladimir Putin, o Kremlin disse ontem que a Rússia precisa se livrar de "traidores" contrários à guerra na Ucrânia.

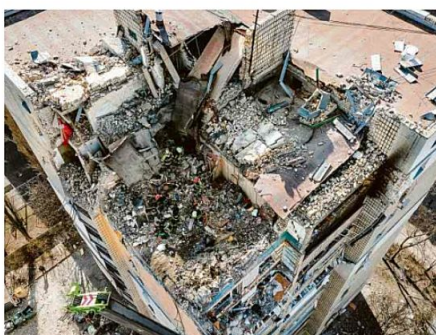
Enquanto sufoca dissidências internas, Moscou mantém os ataques no entorno de Kiev. Hospitais já se preparam para a escalada do confronto. **Mundo A9 e A10**

EDITORIAIS A2

Mais juros, lá e aqui
A respeito de aumento das taxas nos EUA e no Brasil.

Tribunais opacos
Sobre omissão de contracheques em portal do CNJ.

Marlene Bergamo/Folhapress

ABSOLVIÇÃO DE PRESO INJUSTAMENTE EMOCIONA ADVOGADO

Kaique Mendes (dir.) ficou quase 3 anos preso, acusado de receptação; seu defensor, Ewerton Carvalho (esq.), viralizou em vídeo emocionado com a soltura após provada a inocência B4

Bombeiros trabalham no alto de um prédio bombardeado em Kiev Fadel Senna/AFP

Para especialistas, dispensar proteção hoje é prematuro

Saúde B2

ANÁLISE

Bruno Boghossian

Tucano troca cientistas por TV de olho em campanha

João Doria trocou as solenidades de praxe por um palanque digital para anunciar, num programa de TV, o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras. Busca extrair benefícios de uma possível nova fase da pandemia rumo à campanha presidencial. **Saúde B2**

A pandemia em 17.mar

Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose)	83,6%
1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose)	73,8%
Dose de reforço	33,2%

Nos estados

	Ao menos uma dose	1º ciclo completo	Dose de reforço
SP	91,3%	83,1%	46,6%
PI	93,7%	80,6%	35,9%
PB	86,0%	76,9%	38,0%

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel 334 ↓ -25,9%*

Em 24 h 484

Total 656.487

Casos ↓ -14,6%* (desacelerado)

Casos nos estados

	Média móvel (variação*)	Ritmo
SP	8.472 (+21,8%)	estável
GO	4.553 (+101,0%)	estável
RS	4.006 (-21,7%)	desacelerado

*Variação em relação a 14 dias

USP planeja trocar muro de vidro por cerca viva

A USP e o governo paulista admitiram que o muro de vidro na raia olímpica não deu certo. O plano é trocá-lo gradualmente por uma cerca viva, formando um corredor verde. **B4**

ATMOSFERA

São Paulo hoje

	Hoje	Amanhã
Rio	22 39	22 39
Brasília	19 29	18 29
Ribeirão	22 33	22 33

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Jaguar

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Mais juros, lá e aqui

Combate necessário à inflação pressionada ameaça a atividade econômica nos EUA e no Brasil

Em decisão esperada, o banco central americano elevou sua taxa de juros de zero para 0,25% ao ano, o primeiro passo do que deve ser um longo caminho para fazer a inflação retornar à meta de 2% anuais.

O Fed indicou que fará novos aumentos em sequência, que poderão levar os juros a 3% até 2023. Tal patamar já seria considerado suficiente para contrair a economia, segundo as estimativas da autoridade monetária dos EUA.

Em outras palavras, cresce o risco de uma recessão, que certamente se alastraria mundialmente.

Durante muito tempo a inflação não foi problema para os países ocidentais, que nas últimas décadas se depararam com o problema oposto. O quadro mudou com a pandemia e a resposta adotada pelos governos, na forma de fortes estímulos monetários e fiscais.

A retomada econômica foi forte e o mercado de trabalho respondeu rapidamente, impulsionando salários e preços. Não se pode descartar um processo de inércia inflacionária, muito conhecido no Brasil.

A inflação nos Estados Unidos fechou o ano passado em 7,8%, o maior patamar em três décadas. É esperada uma acomodação neste ano com a normalização das cadeias produtivas perturbadas pela crise sanitária, mas novos fatores podem alterar essa trajetória.

A guerra na Ucrânia pressionou os preços das matérias-primas, e o novo surto de Covid-19 na China já provoca paralisações em importantes centros produtivos. A inflação pode demorar a ser debelada.

No Brasil a ameaça também aumentou. Desde o início dos combates na Europa, houve novo salto nas expectativas para a inflação deste ano, de 5,5% para 6,5%, muito acima da meta de 3,5%.

Nesse quadro, talvez seja adiado o fim do ciclo de aumento da taxa básica, que o Banco Central elevou novamente para 11,75% nesta semana. São prováveis pelo menos mais uma alta de 1 ponto percentual na reunião de maio e, ao menos por ora, algum movimento adicional mais adiante.

O arrocho deve ter impacto crescente sobre a economia, que já enfrenta vários obstáculos. Um mau prognóstico, por exemplo, foi a queda de 0,99% no IBC-br, índice de atividade divulgado pelo BC.

Permanecem, além disso, os riscos para as contas públicas. Preocupado com as eleições, o governo Jair Bolsonaro (PL) continua a pressionar a Petrobras e a aventar subsídios e cortes de impostos sobre os combustíveis, entre outras medidas de cunho populista.

O momento é delicado e demanda uma responsabilidade que a esta altura parece abandonada. Qualquer iniciativa que eleve a incerteza e pressione a inflação poderá trazer ainda mais perdas para a renda e o emprego no país.

Tribunais opacos

Omissão de 60 mil contracheques em portal do CNJ mostra que transparência ainda precisa avançar

Nada menos que 60.179 contracheques de juízes e desembargadores foram omitidos do painel de transparência criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para divulgar a remuneração dos magistrados brasileiros, mostra levantamento da Transparência Brasil.

A cifra dá o que pensar. Estarão esses magistrados escondendo alguma coisa? Pensam que estão acima do princípio constitucional da publicidade? Imaginam que as regras valem para os outros servidores, mas não para eles?

É possível que as respostas sejam "sim" para todas as perguntas, mas não se deve descartar uma explicação comezinha: boa parte dos Tribunais de Justiça, a quem cabe alimentar o sistema do CNJ, ainda não absorveu por completo a cultura da transparência que a muito custo avança no país.

As lacunas no sistema criado pelo CNJ em 2017 atingem os dados de 15 TJs. Alguns apresentam problemas em um mês, enquanto outros são relapsos por mais de um ano. Em qualquer caso, estão descumprindo uma obrigação estabelecida pelo órgão de planejamento e controle do Judiciário.

Procurados pela reportagem, a maioria dos TJs deu explicações que sugerem ignorância ou erro procedimental, mais do que má-fé. Ainda bem, porque fica mais fácil para o CNJ cobrar dos responsáveis a pronta correção das falhas.

Esse é o único modo de afastar por completo suspeitas de que alguns tribunais possam driblar o dever de casa a fim de camuflar alguma farra com o dinheiro público.

São conhecidos os exageros, quando não abusos, que se permitem muitos membros do Poder Judiciário. Em 2020, por exemplo, 449 magistrados federais receberam pagamentos superiores a R$ 200 mil num único mês.

O CNJ poderia aproveitar o ensejo para aperfeiçoar o seu painel de divulgação das remunerações. A ferramenta, um inequívoco avanço em termos de transparência, impõe algumas dificuldades a quem se dispõe a utilizá-la para fiscalizar o poder público.

A própria Transparência Brasil, em seu relatório, oferece sugestões que, se adotadas, trariam ganhos imediatos para a sociedade.

Quanto mais o painel do CNJ permitir análises do conjunto de informações, mais será possível descobrir eventuais ilegalidades ou imoralidades porventura praticadas pelos tribunais — e mais o contribuinte poderá conhecer o que se faz com os seus impostos.

Pobre Brasil

Hélio Schwartsman

A única coisa que a Constituição de 1988 proíbe duas vezes é a censura, banida de nosso ordenamento jurídico tanto no artigo 5º, IX como no artigo 220. Com muito boa vontade, dá para discutir se um representante do Poder Judiciário, isto é, um magistrado, pode, em nome da preservação de outros direitos fundamentais, proscrever uma obra artística. Eu entendo que não, mas reconheço que esse é um ponto em que o debate é legítimo.

De líquido e certo, temos que o constituinte de 1988 tirou do Executivo o poder de censurar as artes, concedendo-lhe apenas a mui mais modesta missão de promover a classificação etária de filmes e espetáculos, que, nunca é demais ressaltar, tem caráter meramente indicativo. Ou seja, se os pais discordarem da avaliação dos burocratas do governo, são constitucionalmente livres para ignorá-la. A classificação indicativa até tem um impacto na TV aberta, já que há faixas de horário em que títulos considerados impróprios para certas idades não podem ser exibidos, mas é irrelevante no streaming, onde todos os filmes estão à disposição o tempo inteiro.

Se até eu, que nem diploma de direito tenho, sei dessas coisas, o ministro da Justiça deveria, "ex fortiori", saber mais. Anderson Torres, porém, ou sabe menos, o que já seria grave, ou escolheu faltar com as obrigações que seu cargo lhe impõe para bajular o chefe, o que é ainda mais grave. A determinação que o ministro deu para que o filme "Como se Tornar o Pior Aluno da Escola" fosse excluído das plataformas é um tipo ideal daquilo que os juristas chamam de ordem manifestamente ilegal.

Num país decente, Torres já teria perdido o cargo e estaria respondendo a processo por abuso de autoridade. Num país um pouco menos indecente, teria sido convocado para explicar-se no Congresso. Mas estamos no Brasil. É bem possível que ele venha a ser indicado para uma cadeira no STF, se Bolsonaro for reeleito.

helio@uol.com.br

Medo não enche barriga

Bruno Boghossian

Quem ouviu o último discurso de Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto não teve nem sinal de que o governo havia acabado de lançar um torpedo de R$ 150 bilhões para ajudar sua reeleição. Em 30 minutos, o presidente atacou governadores, repetiu suspeitas sobre as urnas eletrônicas e disse estar diante de uma disputa do "bem contra o mal".

Não partiu de Bolsonaro nenhuma palavra sobre um pacote considerado crucial pelos políticos que tocam a campanha do presidente. O governo liberou até R$ 1.000 do FGTS para 40 milhões de pessoas e antecipou o 13º de 30 milhões de aposentados e pensionistas. Além disso, ampliou a margem de empréstimos consignados, que miram até as famílias de baixa renda do Auxílio Brasil.

Bolsonaro deveria ser a pessoa mais interessada em bater bumbo para medidas que podem amortecer o mau humor da população com as incertezas da economia, mas preferiu manter os holofotes sobre velhas batalhas e as mesmas questões políticas que explorou em 2018. O movimento mostra que sua campanha depende de uma plataforma dupla para se manter de pé.

Mesmo que o dinheiro liberado provoque algum alívio, nenhuma ação de curto prazo será suficiente para produzir um bem-estar generalizado na população. Bolsonaro já deve ter percebido, a esta altura, que não tem munição suficiente para transformar a eleição num julgamento sobre o estado da economia.

O presidente mantém vivo seu programa moral e ideológico porque esse é o único modo de evitar que a campanha se transporte integralmente para uma arena em que ele come poeira. Pesquisas recentes mostraram que, entre eleitores que apontam a economia como razão principal para o voto na próxima disputa, Lula lidera com folga.

As medidas econômicas do governo não são incapazes de zerar esse jogo, mas podem ajudar Bolsonaro a transitar num território menos avesso a seu discurso político. O presidente sabe que o medo do comunismo não enche a barriga de ninguém.

Uma ou duas Rússias

Ruy Castro

As imagens chocaram o mundo: multidões tomando as lojas do McDonald's em toda a Rússia, disputando os últimos hambúrgueres e sacos de batata frita antes do fechamento decretado pela rede em protesto contra a invasão da Ucrânia por Vladimir Putin. Os que conseguiam chegar aos balcões pediam dez ou 20 sanduíches para viagem. Um cidadão algemou-se à porta de uma unidade em Moscou, tendo de ser libertado à força pela polícia e levado pedalando o ar.

O choque se deve a que, por boa parte do século 20, a Rússia simbolizou a resistência aos prazeres fúteis do capitalismo. Não era bem a Rússia, como sabemos, mas a União Soviética, embora, para milhões, uma e outra fossem a mesma coisa. Dizia-se que os jovens russos podiam não ter a Coca-Cola, o cachorro quente e a sacanagem no banco de trás do carro emprestado pelo pai, mas não sentiam falta porque tinham escola, comida, emprego na fábrica e liberdade para idolatrar o camarada Stálin.

A ideia de que, um dia, os russos iriam se desesperar por causa de uma lanchonete americana nunca passaria pela cabeça de homens como Kaganovitch, Beria, Jdanov e Molotov, que ajudaram Stálin a erguer o império soviético. E o que achariam disso comunistas americanos históricos como o jornalista John Reed, o cantor Paul Robeson, a teatróloga Lillian Hellman e os escritores Howard Fast e Dashiell Hammett? E mesmo aqui, entre os nossos, como se sentiriam Oscar Niemeyer, Astrojildo Pereira, João Saldanha, o Barão de Itararé e o cantor e compositor Jararaca, autor de "Mamãe Eu Quero", todos dedicados comunas?

Eles teriam de se conformar. Essa mesma Rússia que não dispensa a mostarda e o ketchup também não pode ser confundida com a que invade um país, bombardeia maternidades, silencia seu próprio povo e está em franco processo de reestalinização comandado por um ex-meganha da KGB.

E, não por acaso, amigo de Jair Bolsonaro.

O SUS e a educação

Claudia Costin

Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV. Escreve às sextas

Acompanhei de perto a criação do SUS, o Sistema Único de Saúde. Inicialmente a partir da Fundap, instituição voltada à modernização da administração pública, e depois nos corredores da Constituinte, onde pude conhecer inúmeros médicos sanitaristas que lutavam para construir este que acabou se tornando um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, por meio do qual a população brasileira obtém acesso gratuito e universal à saúde.

Graças a ele, hoje saudado por muitos nestes anos pandêmicos, foi possível garantir assistência integral a pacientes infectados e organizar a vacinação, que, apesar dos atrasos causados por visões governamentais negacionistas, trouxe consigo uma forte desaceleração dos contágios e das mortes pela Covid.

Antes da Constituição de 1988 e da lei 8080/1990, que o normatizou, o sistema público de saúde atendia apenas a quem contribuía para a Previdência Social. Quem não tinha recursos dependia de filantropia. Mas qual é a lógica do SUS? Ele articula serviços de diferentes níveis de governo que operam de forma descentralizada e participativa.

Por que me refiro a isso num artigo sobre educação? Porque na semana passada o Senado finalmente aprovou a criação do Sistema Nacional de Educação, igualmente previsto na Constituição, mas ainda não regulamentado.

Agora o país, mesmo em tempos que não priorizam boas políticas públicas, prepara-se para construir mecanismos de gestão e articulação do atendimento ao direito à educação de sua população. Não será fácil, o país é grande e diverso. Contamos com vários municípios que não têm mais de três escolas e, na maior parte deles, a educação básica é ofertada em escolas rurais e urbanas. Em outros, embora não sob gestão municipal, há escolas indígenas e quilombolas.

É urgente articular esses serviços numa política educacional consistente que seja, de fato, política de Estado, não como foi a desorganizada resposta relacionada à Covid. Infelizmente, o MEC foi, durante boa parte do prolongado período de fechamento das escolas, omisso quanto à necessária coordenação nacional do esforço para assegurar aprendizagem remota e preparar um retorno seguro. Para tanto, chegou a dizer que a Constituição lhe vedava a possibilidade de articulação dos níveis subnacionais, o que não procede.

O que o Sistema Nacional de Educação vai criar são normas de cooperação e de colaboração interfederativas para, assim, poder atuar em esforços nacionais articulados para melhorar a qualidade da educação brasileira. Num país tão desigual, é preciso assegurar qualidade com equidade e não tirar de ninguém a possibilidade de aprender.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Dois pesos, duas medidas?

Projeto de cultivo de *Cannabis* não avança rapidamente como o 'PL do Veneno'

Patrícia Villela Marino e Marcelo De Vita Grecco
Fundadora e presidente do Instituto Humanitas360 e cofundadora do Civi-co, espaço de trabalho que reúne empreendedores cívico-sociais
Cofundador da The Green Hub, aceleradora de startups com foco no mercado legal de *Cannabis*

Vamos semear com informação de qualidade esta lavoura que nos uniu para colhermos frutos de verdade e sustentáveis num país que, neste momento de descuido por todos os lados, precisa de cuidados —e não do projeto de lei 6.299/2002, o chamado "PL do Veneno".

Agrotóxicos são produtos químicos sintéticos usados para matar insetos, larvas, fungos e carrapatos sob a justificativa de controlar doenças e regular o crescimento da vegetação no ambiente rural e urbano, define o Instituto Nacional de Câncer.

O controle das doenças e pragas aumenta a produtividade e melhora a qualidade visual dos produtos. Mas as desvantagens são maiores que os benefícios. Os danos ambientais ao solo e aos recursos hídricos são terríveis. Nesse sentido, o prejuízo parece profundo e irreversível, sobretudo em relação à água, fundamental para a humanidade e cada vez mais escassa. De igual maneira, a contaminação do solo, fonte de alimento e perpetuação da vida, também é fatal.

Vejamos que, na proposta do PL 6.299, a vigilância do uso regular de agrotóxicos no Brasil passa a se restringir apenas ao Ministério da Agricultura, alterando a regulamentação atual, que também conta com Anvisa e Ibama. Deixar essa vigilância nas mãos de apenas um órgão não significa desburocratizar, mas desconstruir graus de proteção e governança. Trocar o termo "agrotóxico" por pesticida, como prevê ainda o projeto, não diminui os riscos.

Sim, governança, porque quem é responsável por supersafras não pode regulamentar insumos para aumentar safras. O perigo é que, por ganhos numéricos e agendas políticas, o agente público seja permissivo no uso do agrotóxico —termo correto, sem eufemismos. Importante que entendamos a necessidade de manter os outros órgãos na vigilância desses produtos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente. Essa tarefa não pode ser delegada a somente um agente. Afinal, governança é segurança.

Como este PL tramitou tão rapidamente no Congresso? E sem ameaça de veto presidencial, ainda que tenha capacidade tóxica real e mensurada com ampla divulgação em estudos, filmes e documentários, como "Solo Fértil", da Netflix.

Porém, a mesma agilidade não se viu em outro PL, o 399/2015, que trata do cultivo de *Cannabis* medicinal no Brasil. Resultado de histórias de amor incondicional de mães e pais por seus filhos e filhas, que não perderam a esperança de oferecer saúde e qualidade de vida a suas crianças.

A eles, nessa luta, somaram-se profissionais de várias áreas do saber, além de ativistas simpáticos e empáticos à causa. Mais tarde, a ciência chancelou os saberes ancestrais contidos numa planta, a *Cannabis* e o cânhamo, na sua distinção, uso e aplicações, descrevendo processos e protocolos que deram sustentabilidade ao artesanal profilático, numa enorme conjuntura de conhecimentos para atender a saúde pública.

[...]

O que não ficou claro aos parlamentares? Seriam suas agendas politiqueiras e de interesses próprios, movimentadas pelos grandes esforços de convencimento da indústria química e dos produtores? Será a falta de compaixão e interesse científico para conhecer os dilemas das famílias que necessitam da *Cannabis* para diminuir o sofrimento de seus filhos?

Toda essa construção democrática de manifestações na ciência, na cultura e nas artes deveria estar no escopo da saúde pública, mas não foi compreendida pela segurança pública (que tem o monopólio de decisões). Mesmo assim, a discussão cresceu, mas parou no Congresso Nacional, e ainda sob ameaça de veto presidencial.

Duas situações, tema de dois projetos com trâmites tão diferentes que tratam de saúde pública. Um, contamina; o outro, purifica e regenera. Favorece a cura e oferece dignidade por seus efeitos cientificamente comprovados em enfermidades limitantes ao ser humano —além de proteger e regenerar o solo, em alto risco de contaminação pela leniência patrocinada pelo PL 6.299.

O que não ficou claro aos parlamentares? Seriam suas agendas politiqueiras e de interesses próprios, movimentadas pelos grandes esforços de convencimento da indústria química e dos produtores? Será a falta de compaixão e interesse científico para conhecer os dilemas das famílias que necessitam da *Cannabis* para diminuir o sofrimento de seus filhos?

Será desconhecimento das oportunidades econômicas que o cânhamo pode gerar num país de alto desemprego e mínimas oportunidades? As grandes safras não chegam à mesa do brasileiro: movimentam fartas contas bancárias de monocultores extensivos e químicas estrangeiras.

Alheio às negociações do Congresso, o povo, neste ano, tem o poder do voto. Não sejamos desinformados, insensíveis ao sofrimento do outro, manipulados por preconceitos, desinteressados por novos mercados e novas oportunidades. Somos eleitores e contamos mais do que nunca!

Precisamos falar sobre Jonatas, uma criança executada

Como é possível prosseguirmos sem urrar que o intolerável foi ultrapassado?

Anete Abramowicz e Maria Cristina Soares de Gouvea
Professora titular da Faculdade de Educação da USP, é pesquisadora na área da sociologia da infância
Professora titular da Faculdade de Educação da UFMG, é pesquisadora em estudos da infância

Entre 1954 e 1955, João Cabral de Melo Neto escrevia a obra "Morte e Vida Severina", sobre a dura e sofrida trajetória de uma família retirante em Pernambuco. Ali, a infância morria de sede e de fome. Passados 67 anos, novamente em Pernambuco, mais precisamente em Barreiros, na Zona da Mata Sul, uma criança de nove anos é deliberadamente assassinada.

O que temos aqui é a permanência da morte da infância, ainda mais banalizada e brutalizada. Morte esta que, nos últimos anos, conjuga-se mais diretamente à violência doméstica, urbana e de extermínio de populações e minorias.

Segundo dados do Unicef, 35 mil crianças foram assassinadas no Brasil nos últimos cinco anos —o homicídio de crianças de até nove anos cresceu 27% neste período. Acompanhamos esses assassinatos, conhecemos alguns nomes e rostos daqueles a quem lhes foi tirado o direito de viver: Ágatha, João Pedro, Henry, Jenifer, Kauan, Kauã, Kauê, Ana Carolina, Kethellen e tantos outros cuja curta trajetória habita o silêncio e as sombras da história.

Agora falemos de Jonatas, menino negro de 9 anos, filho de um casal de lavradores e dirigente sindical. Jonatas não morreu de "bala perdida" (que sabemos serem encontradas, via de regra, no corpo de crianças negras e pobres das periferias urbanas). Jonatas também não morreu em decorrência da violência doméstica, como em tantos outros casos. Jonatas foi deliberadamente exterminado —sua morte foi escolhida para matar simbolicamente seus pais, retirando-os da luta por uma vida digna.

[...]

Uma sociedade que torna possível uma criança ser exterminada para fazer sofrer e calar os pais é uma sociedade que perdeu sua humanidade. Um crime desses só é possível porque, antes, nos calamos diante de 35 mil mortes. Ao suportarmos o insuportável, naturalizamos a barbárie. (...) Se não fizermos nada, a infância nos cobrará caro

Uma sociedade que torna possível uma criança ser exterminada para fazer sofrer e calar os pais é uma sociedade que perdeu sua humanidade. Um crime desses só é possível porque, antes, nos calamos diante de 35 mil mortes.

Ao suportarmos o insuportável, naturalizamos a barbárie. Impossível não constatarmos que a grande maioria destas 35 mil crianças são pretas e pobres e que a cumplicidade do nosso silêncio se relaciona ao menor valor que atribuímos a essas vidas, ainda que crianças —como diz Judith Butler, "vidas que não são choradas, cujo luto não se faz".

Não há como não lembrar os escritos de Primo Levi, em seu livro "É Isto um Homem?", quando de alguma maneira perguntava como é possível continuar sendo homem e viver tranquilo com a comida quente e rostos amigos depois de tanta barbárie aflorada. Ou seja, como é possível prosseguirmos sem urrar que o intolerável foi ultrapassado? E daí? Alastrou-se pela atmosfera social em contraposição à tolerância, à empatia. Uma criança foi deliberadamente assassinada. Se não fizermos nada, a infância nos cobrará caro.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Geraldo Alckmin e Lula se cumprimentam antes de debate para as eleições presidenciais de 2006 Sérgio Moraes/Reuters

Lula e Alckmin

"Aliados de Lula agora defendem Alckmin e criticam delação da Ecovias" (Política, 17/3). As voltas que o mundo dá... Agora o PT defende a presunção de inocência. Não agia assim quando era oposição e valia-se de tudo para atacar os adversários: boatos, rumores, mexericos etc. Na falta de uma boa "fake news" ("avant la lettre"), não se davam por vencidos: existia sempre um dossiê fajuto saindo quentinho de sua fábrica de mentiras!
Hermes Yaly (Cordeirópolis, SP)

*

Corrupção do PSDB aparecendo, finalmente!
Evandro Luiz de Carvalho
(Rio de Janeiro, RJ)

*

As provas são robustas: eles têm um power point...
Rodrigo Caldas (Recife, PE)

*

A proposta é formar uma frente ampla para pôr fim a este desgoverno, mas a **Folha** parece mesmo obstinada em emplacar a terceira via para fatiar o eleitorado. Sabe quem sairá ganhando com isso? O mesmo que foi favorecido em 2018.
Marli Moras Garcia (Vitória, ES)

*

Dá para entender por que a minha opção é a de abstenção em um quarto de século. Conseguimos nos transformar em um país praticamente sem opção política decente, absoluta e rigorosamente.
Vitor Luis Aidar Santos
(Jaboticabal, SP)

*

Existem duas fases da Lava Jato: AH e a DH, antes do hacker e depois do hacker. Essas delações sem provas já morreram no TRE-SP. Quero saber quando a **Folha** e a turma da imprensa lava-jatista farão autocrítica.
Fabio Lauff Barcellos (Vitória, ES)

Vamos trocar

"Diretor-geral da PF troca comando do setor que investiga Bolsonaro" (Política, 17/3). Como escrito em "O Leopardo": tudo deve mudar para que tudo fique como está. O objetivo de Bolsonaro sempre foi a destruição das instituições para sufocar cada vez mais o republicanismo.
Mauro Cunha (Brasília, DF)

*

É a PFB (Polícia Federal de Bolsonaro). Sem credibilidade, será que esses "policiais" não têm vergonha na cara? Essa instituição perdeu toda a confiança do cidadão brasileiro.
Antonio Carlos da Silva (Brasília, DF)

*

Ué? Por que o espanto? Foi esta a razão de ter trocado o comando: blindar a milícia palaciana. Nada mais. Está muito correto do ponto de vista da gestão do crime, agiu como qualquer empresa age para manter seus interesses alinhados à sua estratégia de poder e dominação. Nada há de errado.
Rinaldo Souza Coelho
(Rio de Janeiro, RJ)

*

Pelo jeito, crime é investigar o governo, pois quem se propõe a fazer isso logo é despachado. Melhor colocar alguém que obedeça ao governo e seja fiel.
Everaldo Krigovski
(Pontal do Paraná, PR)

Medalha

A medalha do mérito indigenista concedida pelo Ministério da Justiça a Bolsonaro equivale a Putin ganhar o Prêmio Nobel da Paz ("Bolsonaro recebe medalha do mérito indigenista", Cotidiano, 16/3).
Vital Romaneli Penha (Jacareí, SP)

Futuro

Lula volta a atacar o teto e diz que gasto é investimento; Geraldo Alckmin é acusado pela concessionária Ecovias de receber R$ 3 milhões; a censura volta a ser praticada... Realmente, o Brasil continua sendo o país do futuro.
Antonio Maurilo Villas Bôas
(São Carlos, SP)

*

Lula diz que é contra o teto de gastos e que gastará o que for necessário como presidente da República. É o que se espera de um governo social-democrata, como recentemente fez Joe Biden. Lula é experiente. Deixou o governo em 2010 com o Brasil como 6ª economia e fora do mapa da fome da ONU. Não há dúvida de que reconstruir o que Bolsonaro destruiu requer muito gasto público.
Antônio Beethoven Cunha de Melo
(São Paulo, SP)

Purificada

"Putin quer Rússia 'purificada de traidores' contrários à guerra na Ucrânia" (Mundo, 17/3). É incrível existir pessoas que defendem um psicopata que, além de atacar um país vizinho covardemente, destruindo hospitais e orfanatos e atirando em civis indefesos, agora persegue o seu próprio povo.
Claudio Henrique (Fortaleza, CE)

*

Expurgo na Rússia não é nenhuma novidade para ninguém. É isso o que sempre fazem desde Stálin. É horrendo.
Caio Iglésias Bertazzi
(São José do Rio Preto, SP)

*

Para que as pessoas da esquerda stalinoide que defendem Putin entendam: não existe justiça social com alguém querendo pensamento único na base do porrete. Por uma esquerda reflexiva!
Marcelo Santana
(Rio de Janeiro, RJ)

Som, PMs e morte

É inacreditável que as pessoas digam em comentários sobre a reportagem que foi a discussão sobre o volume do som que causou a morte do jovem ("Jovem é morto por policiais no interior de SP após reclamação de barulho", Cotidiano, 16/3). O que causou a morte foi o despreparo dos policiais, que não conseguem lidar com uma simples situação de barulho. Uma vida se foi em vão.
Elias Souza (Sumaré, SP)

Trilhos urbanos

Que absurdo demitirem o maquinista da CPTM que teve um acidente e atingiu o muro da estação ("Trem da linha 8-diamante bate em contenção na estação Júlio Prestes e deixa 2 feridos", Cotidiano, 11/3). Errar é humano. Se for assim, o que dizer dos constantes problemas nas linhas da CPTM? Será preciso então demitir todo mundo, inclusive o secretário estadual de Transportes Metropolitanos.
Marcos Fernandes de Carvalho
(São Paulo, SP)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Cartada

Caciques tucanos entregam nesta sexta (18) ao governador do RS, Eduardo Leite, uma carta com apelo para que ele fique no partido. O documento é assinado por ex-presidentes da sigla, candidatos a governador e diversos senadores e deputados. De maneira sutil, o recado é de que vale a pena buscar a candidatura à Presidência pelo PSDB, em vez de aventurar-se no PSD. "Meu sentimento é de que ele compreendeu que o risco de sair é muito maior que o de ficar", diz Aécio Neves (MG).

RIVAL A cúpula do PT acompanha atenta os movimentos do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), em direção ao PSD. Pesquisas internas mostram que o gaúcho tem potencial para roubar eleitores mais progressistas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

CALDEIRÃO De acordo com esses levantamentos, Leite encarna a figura do "bom moço", papel que o apresentador Luciano Huck acabou não desempenhando por ter desistido da disputa presidencial.

NEM CONHEÇO O PSDB procura se distanciar da delação do executivo da Ecovias Marcelino Rafart de Seras contra o ex-governador do partido Geraldo Alckmin. Presidente do PSDB-SP, Marco Vinholi disse desconhecer o processo, em segredo de justiça.

TECLA MUDO "O partido não tem relação com a empresa ou as pessoas citadas e conduz suas campanhas estritamente dentro dos limites da lei", declarou Vinholi. O governador João Doria e o presidente nacional da sigla, Bruno Araújo, silenciaram.

LUZ, CÂMERA... O MDB quer empurrar para o final de junho a definição de uma união da terceira via. A legenda tem 20 inserções de TV programadas para aquele mês. Em todas, a protagonista será a pré-candidata, senadora Simone Tebet (MS).

...AÇÃO Presidente do União Brasil, Luciano Bivar defende a realização de um "colégio eleitoral" de partidos de centro em 1º de junho. Outros partidos preferem usar pesquisas como critério.

ISOLADO 1 O vice-presidente Hamilton Mourão não foi convidado para a reunião ministerial convocada pelo presidente Jair Bolsonaro nesta quinta-feira (17). Enquanto a conversa acontecia, Mourão se reunia em seu gabinete com o prefeito de Caçapava do Sul, Giovani Amestoy (PDT-RS).

ISOLADO 2 Na quarta-feira (16), o vice-presidente se filiou ao Republicanos. Dos seus colegas de Esplanada, só compareceram os ministros do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, pré-candidato ao governo gaúcho, e o da Cidadania, João Roma, que chegou ao final do evento.

CHECK-IN O pré-candidato à Presidência Sergio Moro (Podemos) estreia em agenda internacional no próximo dia 21, em uma viagem de cinco dias à Alemanha. A incursão ocorre após giros recentes do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do presidente Jair Bolsonaro (PL).

MOLDE O ex-juiz terá encontros com representantes dos sete partidos com assento no Parlamento Alemão, entre os quais os que compõem a coalizão de sustentação do chanceler Olaf Scholz. O modelo é visto como um exemplo para derrotar Bolsonaro.

TIMING O TSE incluiu na pauta da próxima terça-feira (22) a análise da consulta feita pelo governo sobre possível efeito eleitoral da concessão de subsídios para os combustíveis. O tema vai ser votado depois de a Petrobras ter anunciado um mega-aumento do preços.

DE FININHO A tendência é a corte acatar a recomendação de não analisar o mérito, por se tratar de caso hipotético. Desta forma, escapa de ter que avalizar novos gastos ou vetar medida popular.

INTERFERÊNCIA A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados tem divulgado, em seu perfil no Twitter, notícias da guerra na Ucrânia sob o ponto de vista da Rússia. O conteúdo não tem relação com sua função primordial.

ORIGEM DUVIDOSA O colegiado já compartilhou links da Telesur, pertencente ao governo venezuelano, aliado de Vladimir Putin. Divulgou também postagem do canal Russia Today, ligado ao Kremlin. O presidente da comissão, Waldenor Pereira (PT-BA), disse que não sabia das publicações.

COTA Rede e PSOL acertaram que os diretórios nacional e estaduais da federação terão pelo menos 30% de integrantes do menor partido. A regra é respeitar as bancadas de deputados, mas, dessa forma, evita-se que um se sobreponha ao outro nas decisões.

VISITA À FOLHA Patrick Sabatier, diretor de Relações Institucionais e Comunicação da L'Oréal Brasil, esteve no jornal nesta quinta-feira (17). Acompanhavam-no Erika Rosental, gerente de comunicação da L'Oréal Brasil, e Andréa Gouveia, gerente da FSB.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
363.733 exemplares (janeiro de 2022)

O presidenciável Ciro Gomes (PDT) durante gravação de sua live semanal Mathilde Missioneiro - 22.fev.22/Folhapress

União Brasil tenta atrair Ciro Gomes para unificar nomes da terceira via

Dirigentes do partido querem evitar dispersão de votos contra Lula e Bolsonaro, mas não descartam conversa unilateral com o PDT

Julia Chaib e Danielle Brant

BRASÍLIA Dirigentes da União Brasil defendem chamar o pré-candidato Ciro Gomes (PDT) para a rodada de conversas entre partidos que discutem lançar nomes da chamada terceira via para disputar a Presidência da República.

União, MDB e PSDB têm mantido conversas sobre uma candidatura única. O presidente da nova legenda (resultado da fusão de PSL e DEM), Luciano Bivar, disse em reunião com deputados na quarta-feira (16) que o presidenciável poderia se sentar à mesa das discussões caso quisesse.

Da mesma forma, disse que pretendia chamar o ex-ministro Sergio Moro (Podemos) para negociar com as outras siglas que buscam convergência na disputa ao Planalto.

Nesta semana, Bivar voltou a conversar com Moro e discutiu rapidamente os critérios que cada sigla quer apresentar para definir o candidato.

Apesar de Bivar admitir conversar com Ciro, alguns aliados do dirigente consideram praticamente nula a chance de ele vir apoiar o integrante do PDT por causa de divergências ideológicas. Outra ala da União Brasil, porém, não descarta conversar unilateralmente com Ciro.

Segundo integrantes do partido, a ideia de buscar Ciro para as conversas foi tratada em encontro da executiva da União Brasil nesta semana.

O tema foi levantado por ACM Neto, que busca o apoio do PDT na Bahia. O secretário disse que não fazia sentido conversar com apenas uma ala das siglas que querem uma alternativa ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a Jair Bolsonaro (PL).

ACM Neto argumentou que a União Brasil é um partido grande, que agrega tempo de TV e que tem um fundo eleitoral robusto, de acordo com relatos. Por isso, alegou, não há porque eles só conversarem com MDB e PSDB.

Em 2018, o DEM, que se juntou ao PSL para fundar a União Brasil, discutiu o apoio ao pré-candidato do PDT, mas acabou dando respaldo à candidatura de Geraldo Alckmin (ex-PSDB, sem partido hoje).

Outros integrantes da União Brasil também defendem a participação do candidato do PDT na mesa de negociações.

"Qualquer discussão que trate de terceira via tem que incluir a todos, inclusive o Ciro, para depois afunilar em torno de um nome", diz o líder da União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA).

"Se tiver quatro candidaturas [mais à frente], estaremos ajudando a consolidar um segundo turno entre Lula e Bolsonaro. Aí é melhor cada partido ter o seu e fazer sua escolha entre um dos dois", afirma.

Em reuniões nesta semana, Bivar afirmou que a União Brasil terá candidato próprio e defendeu a importância de se buscar um nome competitivo para fazer frente à polarização entre Lula e Bolsonaro.

A ideia é que Bivar se lance como pré-candidato após 2 de abril, quando acaba a janela partidária —período em que os deputados podem migrar de uma sigla para outra sem prejuízos ao mandato.

Pelas tratativas com MDB (que tem Simone Tebet como pré-candidata) e PSDB (que aprovou em prévias João Doria para a disputa ao Planalto), em meados do ano haveria a análise de qual é o nome mais competitivo para definir quem será o candidato.

Caso Bivar não se consolide, como é a tendência, o deputado buscaria a vaga de vice.

O núcleo duro da campanha de Bolsonaro ainda tenta fechar uma aliança com a União Brasil, mas a possibilidade é tratada como pequena. Durante os encontros com correligionários, Bivar chegou a dizer que não votará em Bolsonaro sob nenhuma hipótese.

Em meio às discussões, dirigentes já buscaram aliados de Ciro para uma aproximação.

O presidente do PDT, Carlos Lupi, afirma que são permanentes as conversas com Bivar, ACM Neto e Antonio Rueda, vice-presidente do partido.

"Temos alianças em vários estados. Eles ainda estão indefinidos [sobre o apoio à terceira via], estão discutindo internamente", diz o pedetista.

Segundo Lupi, a aliança pode se dar em palanques como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e na Bahia. Ele afirma que Ciro deixa as negociações a cargo do partido.

Apesar de não terem conversado sobre a possibilidade de o governador Eduardo Leite (PSDB-RS) migrar para o PSD com o intuito de concorrer à Presidência, dirigentes da sigla também não recham incluí-lo nas negociações.

> "Qualquer discussão que trate de terceira via tem que incluir a todos, inclusive o Ciro, para depois afunilar em torno de um nome
>
> Se tiver quatro candidaturas [mais à frente], estaremos ajudando a consolidar um segundo turno entre Lula e Bolsonaro. Aí é melhor cada partido ter o seu e fazer sua escolha entre um dos dois
>
> **Elmar Nascimento (BA)**
> líder da União Brasil na Câmara

O problema, dizem, é que Gilberto Kassab, presidente do PSD, nunca os procurou para tratar do assunto.

Já Moro, embora tenha o apoio de boa parte da União Brasil, sobretudo de deputados oriundos do PSL, tem forte rejeição por outra ala da sigla, que considera pequena a chance de apoiá-lo.

De todo modo, o acerto na União Brasil é que os candidatos a governadores ficarão livres para apoiar quem quiserem ou para ficarem neutros independentemente de quem o partido venha a apoiar.

ACM Neto, por exemplo, pretende ficar neutro na disputa. Já o governador Ronaldo Caiado (União Brasil), em Goiás, que disputará a reeleição, pode apoiar Bolsonaro.

A prioridade para parte da cúpula do partido é eleger governadores e uma bancada grande no Congresso, e não a disputa presidencial.

A União Brasil fez uma série de reuniões nesta semana para definir palanques regionais. Até esta quinta (17), os cenários de pelo menos 15 estados já estavam resolvidos.

Na última pesquisa do Datafolha, divulgada em dezembro, Moro aparecia com 9% das intenções de voto, enquanto Ciro tinha 7% e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), havia alcançado 4%. O cenário é liderado pelo ex-presidente Lula, isolado com 48%, enquanto Bolsonaro tinha a preferência de 22%.

Na União, o nome de Ciro tem mais apoio em uma negociação do que o de Moro. O ex-juiz perdeu força nas barganhas após uma crise que colocou em risco o palanque regional mais consistente do ex-ministro de Bolsonaro.

O vazamento de áudios sexistas forçou o deputado estadual Arthur do Val a abrir mão da pré-candidatura ao Governo de São Paulo. Para não ficar completamente desidratado no estado, Moro passou a defender a candidatura da presidente do Podemos, a deputada Renata Abreu (SP).

Na terça-feira (15), Moro reconheceu discussões para unificar a chamada terceira via.

Já o MDB, que também participa das conversas sobre uma candidatura única, defende que o nome seja o da senadora Simone Tebet (MS) —que aparece com 1% na pesquisa Datafolha de dezembro.

Defesa de Arthur do Val cita Moro para desqualificar áudios

Deputado afirma que Assembleia não pode julgar crime cometido no exterior

Bruno B. Soraggi

SÃO PAULO A defesa prévia que o deputado Arthur do Val (sem partido) entregou nesta quinta (17) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) afirma que os áudios sexistas que ele enviou a amigos não podem ser usados como prova para cassar o mandato dele por serem "mensagens privadas" vazadas "ilicitamente".

Nos áudios, ele diz, entre outras coisas, que mulheres "ucranianas são fáceis porque são pobres".

O documento também afirma que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia paulista não tem competência para julgar "crime de opinião cometido no exterior" —o deputado, segundo o texto, enviou as mensagens quando estava na Eslováquia, após ter saído da Ucrânia.

A defesa acrescenta ainda que Arthur estava licenciado do cargo quando enviou as mensagens de áudio a um grupo de amigos pelo WhatsApp.

Assim, a argumentação conclui ser "juridicamente impossível" a perda do mandato pelo deputado e solicita que a representação contra Arthur não seja admitida pelo colegiado. O órgão se reúne nesta sexta-feira (18) para decidir sobre a admissibilidade do processo.

"Resta claro que mensagens privadas enviadas em grupo privado de amigos não têm força probatória e, ainda, por terem sido 'vazadas' sem o consentimento do autor das falas, é considerada prova ilícita por afrontar direitos fundamentais estabelecidos na Carta Maior da República", diz a defesa do deputado.

O documento cita trecho do livro "Contra o Sistema da Corrupção", escrito pelo ex-ministro Sergio Moro (Podemos), para embasar a sua tese.

"A regra da exclusão das provas ilícitas em processo, a denominada 'exclusionary rule', é uma criação das Cortes de Justiça norte-americanas. [...] O argumento, em resumo, é de que o Estado não pode incentivar o desprezo à lei a pretexto de combater o crime."

Arthur do Val, que despontou no YouTube com a alcunha Mamãe Falei, é alvo de 21 representações que pedem a cassação do mandato dele por quebra de decoro parlamentar. Todas elas foram unificadas em um único processo, que está sendo analisado pelo conselho de ética da Alesp.

As representações se baseiam nas mensagens nas quais Arthur diz ainda que a fila de refugiados da guerra tem mais mulheres bonitas do que a "melhor balada do Brasil".

As falas foram enviadas em formato de áudio para um grupo de WhatsApp que, segundo o deputado, reunia amigos de futebol.

Arthur e Renan Santos, coordenador do MBL, foram à Ucrânia no começo de março para, de acordo com os dois, ajudar ucranianos em meio à guerra contra a Rússia —inclusive com a doação de dinheiro.

A defesa prévia de Arthur é assinada pelo advogado Paulo Henrique Franco Bueno, que também é chefe de gabinete de Rubinho Nunes (Podemos), vereador e integrante do MBL (Movimento Brasil Livre).

Sobre a competência do conselho da Assembleia paulista em avaliar o caso, o texto defende que "o ato eventualmente ilícito foi praticado pelo representado [Arthur] fora do território brasileiro, atraindo para o caso a extraterritorialidade" prevista na lei.

"Ocorre que o próprio Código Penal impõe condições para que seja reconhecida a competência dos tribunais brasileiros para julgarem atos eventualmente ilícitos praticados fora do Brasil", segue o documento, "suscitando especialmente a necessidade de o crime estar incluído no rol daqueles passíveis de extradição".

A defesa de Arthur do Val alega que "para que os tribunais e a lei brasileiras sejam competentes para apurar prática de ilícito praticado por brasileiro fora do território nacional, é imperioso que, dentre outras condições, o crime seja passível de extradição." E segue dizendo que o deputado "não praticou qualquer crime —tanto que nenhuma das representações faz a tal grave acusação".

"As falas privadas do representado, ainda que repulsivas e grotescas —e assim são, de fato, pois já reconhecidas como tal pelo próprio acusado—, são opiniões manifestadas de forma privada, equiparando o eventual ilícito a 'crime de opinião'. Mais precisamente, os 'crimes de opinião' são aqueles praticados em detrimento da honra de terceiros, como no caso em comento em que inúmeras pessoas, sobretudo mulheres, se sentiram difamadas e injuriadas."

> "As falas privadas do representado [Do Val], ainda que repulsivas e grotescas —e assim são, de fato, pois já reconhecidas como tal pelo próprio acusado—, são opiniões manifestadas de forma privada, equiparando o eventual ilícito a 'crime de opinião'
>
> Para que os tribunais e a lei brasileiras sejam competentes para apurar prática de ilícito praticado por brasileiro fora do território nacional, é imperioso que, dentre outras condições, o crime seja passível de extradição
>
> **trechos da defesa prévia de Arthur do Val** entregue à Assembleia Legislativa de São Paulo

De acordo com o advogado, a lei não inclui crime de opinião entre as práticas ilícitas que podem gerar extradição —tornando o conselho de ética da Assembleia paulista "incompetente, na acepção jurídica do termo" para julgar o caso.

"Portanto, os ilícitos eventualmente praticados pelo Representado, por estarem equiparados a 'crime de opinião' e por terem sido praticados fora do território nacional, afastam a aplicação da lei brasileira e, sobretudo, afastam a competência dos tribunais brasileiros", aponta o Bueno.

O advogado do deputado entregou uma segunda peça ao conselho de ética da Alesp na qual pede a suspeição da deputada Marina Helou (Rede), integrante do grupo, no julgamento do processo de Arthur no colegiado.

A defesa alega que Helou não é parcial por já ter se manifestado favorável à cassação de Arthur em uma reunião da CPI das Ações e Omissões no Combate à Violência contra Mulher tocada pelo Legislativo paulista.

Os áudios de Arthur geraram uma crise em torno dele e do MBL que respingou em figuras ligadas a eles, como o pré-candidato à Presidência da República Sergio Moro.

O ex-ministro de Jair Bolsonaro se aliou ao MBL para alavancar a sua candidatura ao Planalto. Ele apoiava Arthur como postulante ao Governo de SP pelo Podemos, o que serviria de palanque para Moro no território paulista.

Mas o também ex-juiz da Lava Jato abandonou o deputado tão logo as mensagens de Mamãe Falei vazaram e vieram a público. Moro passou a repudiar as falas de seu até então aliado.

Em entrevista à **Folha**, Arthur se disse "chateado" por ter sido rapidamente rechaçado pelo ex-juiz.

O forte repúdio público às falas do paulistano fez Arthur abdicar da candidatura ao Palácio dos Bandeirantes, desfiliar-se do Podemos e deixar o MBL.

Nesta sexta (18), o conselho vai avaliar a admissibilidade do caso. Se aceito, Arthur terá um novo prazo de cinco dias para apresentar a defesa de mérito. Em seguida, é definido o relator, responsável pela formulação de um parecer que será votado pelo colegiado.

Arthur do Val em evento de filiação dele e de outros membros do MBL ao Podemos, em janeiro; eles já deixaram o partido Adriano Vizoni - 26.jan.22/Folhapress

Diretor-geral da PF troca comando de setor que investiga Jair Bolsonaro

Marianna Holanda

BRASÍLIA O novo diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes, oficializou nesta quinta-feira (17) a troca do diretor de Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor).

Conforme publicado no Diário Oficial da União, Luís Flávio Zampronha deixa o cargo e assume o delegado Caio Rodrigo Pellim, que era superintendente da Polícia Federal no Ceará. A mudança na diretoria foi antecipada pela **Folha** no último dia 3.

A Dicor é uma das áreas mais sensíveis da Polícia Federal. A ela está vinculada a equipe responsável por inquéritos que miram políticos que estão no cargo, incluindo o presidente da República.

Uma das investigações apura se Jair Bolsonaro interferiu no comando da PF para proteger parentes e aliados, suspeita levantada pelo ex-ministro da Justiça e presidenciável Sergio Moro (Podemos).

Hoje, o presidente é alvo de quatro inquéritos em andamento na polícia. O chefe do Executivo demonstrou insatisfação com o trabalho da PF em diversas ocasiões.

Zampronha estava à frente da diretoria desde abril do ano passado, quando Paulo Maiurino assumiu como diretor-geral da Polícia Federal.

O novo diretor-geral da corporação também trocou o diretor de Gestão de Pessoal da PF, Oswaldo Paiva da Costa Gomide. Assume agora Mariana Paranhos Calderon.

Na edição desta quinta do Diário Oficial também saiu a cessão de Maiurino da PF para o Ministério da Justiça. No momento de sua demissão, foi convidado para ser secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e sua nomeação deve sair nos próximos dias.

A PF convive com uma série de mudanças desde o início do governo Bolsonaro. Márcio Nunes é o quarto diretor-geral em menos de 40 meses.

Na área de corrupção, a polícia registrou uma queda brusca de prisões no âmbito de operações nos últimos meses.

Diretores PF no governo Bolsonaro

Maurício Valeixo
Indicado pelo então ministro Sergio Moro, ficou no cargo de janeiro de 2019 até abril de 2020, quando Moro pediu demissão. O delegado era um conhecido investigador na PF e foi o diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado durante a Operação Lava Jato. Também foi superintendente no Paraná

Alexandre Ramagem
Chegou a ser indicado por Jair Bolsonaro, mas teve a nomeação barrada por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal

Rolando de Souza
Após o problema com o STF, Souza foi indicado por Ramagem para ocupar o cargo e nomeado por Jair Bolsonaro. Ele ficou de maio de 2020 a abril de 2021

Paulo Maiurino
O delegado foi indicado por Jair Bolsonaro em abril de 2021. Sem passagens por cargos importantes na PF, Maiurino chegou ao posto pelo bom trânsito político. Ele foi chefe da segurança do STF na gestão de Dias Toffoli

Márcio Nunes
Nomeado em fevereiro era o secretário-executivo do Ministério da Justiça. Foi indicado pelo ministro da Justiça, Anderson Torres. De perfil discreto, o delegado passou por quase todos os níveis hierárquicos dentro da PF. Foi chefe de delegacia, de setor, de divisão e, antes de assumir o cargo na Justiça, era superintendente no Distrito Federal

Ciro Nogueira cita Dilma e Gleisi e diz que Lula está 'aprisionado'

SÃO PAULO O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), disse em entrevista ao Conversa com Bial (Globo), na madrugada de quinta (17), que vê o ex-presidente Lula (PT) como um candidato "aprisionado", com medo de mostrar quem está a seu lado.

Um dos principais líderes do centrão, Ciro Nogueira citou a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, como pessoas que atrapalham o petista. "Esse é o problema, ele não pode fazer campanha."

A declaração do aliado de Jair Bolsonaro (PL) indica uma linha de campanha do presidente. O próprio mandatário já tinha usado tática semelhante para atacar Lula, ao dizer que tanto Dilma como o deputado cassado José Dirceu seriam ministros de um eventual novo governo do petista no Planalto.

Para Ciro Nogueira, Bolsonaro não tem chance de ganhar a eleição no Nordeste.

"O presidente Bolsonaro vai ganhar no Nordeste? Não. Mas vai ter uma votação muito maior do que a que teve na eleição passada", disse, ao ser questionado sobre como os partidos de direita e centro farão para atacar Lula nos estados nordestinos.

Para Nogueira, o presidente perde no Nordeste, mas ganha nas outras regiões, onde ele aposta que haverá uma derrota significativa de Lula.

O ministro acredita que Bolsonaro pode ser reeleito no primeiro turno. "Nas convenções, já vai estar na frente. Mais perto da eleição, vamos fazer as contas para ver se ganha no primeiro turno. Minha previsão é essa, pelas pesquisas que temos em mãos", disse, sem dar detalhes dessas pesquisas.

Nogueira lembrou que nunca um presidente deixou de ser reeleito no Brasil. Para ele, a população sente que o governante merece um segundo mandato.

Cristina Camargo

Suspeita de caixa 2 da Ecovias a Alckmin é arquivada; caso Odebrecht é mantido

Zona eleitoral ratifica acusação sobre caixa 2 de R$ 11,3 milhões; defesa nega irregularidades

O ex-governador Geraldo Alckmin participa de gravação de reality show Eduardo Knapp - 12.nov.21/Folhapress

SÃO PAULO O ex-governador Geraldo Alckmin (ex-PSDB, sem partido), provável vice na chapa à Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), teve uma decisão favorável e outra contrária na Justiça Eleitoral em casos que envolvem a suspeita de caixa dois em campanhas eleitorais.

No último dia 10, a 1ª Zona Eleitoral de São Paulo arquivou um inquérito que apurava pagamento de R$ 3 milhões pela Ecovias. Já nesta quinta-feira (17) a Justiça decidiu ratificar uma outra denúncia, na qual Alckmin é acusado de receber R$ 11,3 milhões em caixa dois da Odebrecht.

A decisão mais recente da Justiça Eleitoral rejeita a absolvição sumária pleiteada pela defesa do ex-governador em relação à acusação de recebimentos ilegais nas campanhas de 2010 e 2014, na disputa ao Governo de São Paulo.

Segundo a Promotoria, Alckmin recebeu R$ 2 milhões em espécie da Odebrecht na campanha de dez anos atrás e R$ 9,3 milhões quando disputou a reeleição. Ele foi eleito nas duas ocasiões.

Uma semana antes, a Justiça Eleitoral arquivou outra investigação contra Alckmin, que apurava delação do ex-presidente da Ecovias Marcelino Rafart Seras, pelo suposto recebimento de caixa 2 no valor de R$ 3 milhões,, informação revelada pelo Valor Econômico e confirmada pela **Folha**.

O Ministério Público Eleitoral opinou pelo arquivamento devido ao esgotamento das atividades investigativas e devido ao longo tempo entre os fatos e a presente data.

Na área cível, porém, esse arquivamento não compromete um acordo de colaboração da Ecovias e do ex-presidente da concessionária com a Promotoria do Patrimônio Público, que teve sua homologação final na última terça (15).

Pelo acerto, Marcelino e a empresa aceitaram pagar R$ 638 milhões e R$ 12 milhões, respectivamente, para compensar as irregularidades que admitem ter cometido, incluindo pagamentos de caixa dois a Alckmin —que chama a delação de inverídica e injusta.

Em relação à manutenção da denúncia do caso da Odebrecht pela Justiça, nota assinada pelos advogados José Eduardo Alckmin, Márcio Elias Rosa, Marcelo Martins de Oliveira, Fabio de Oliveira Machado e Verônica Sterman, que defendem o ex-governador de São Paulo, afirma que ela não traz fato novo e que a versão do Ministério Público é "baseada exclusivamente em delação premiada, cujo teor é improcedente".

Segundo a nota, a Justiça Eleitoral já se pronunciou a respeito das eleições de 2010 e 2014 e não subsiste nenhum apontamento. "A decisão permitirá que o procedimento prossiga e novamente fique evidenciada injustiça da acusação", diz a defesa de Alckmin.

No caso da Odebrecht, a informação foi divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela **Folha**.

A decisão do juiz Emílio Migliano Neto, porém, diz haver "indícios concretos" no material. "Por certo que as declarações apresentadas em colaboração premiada foram respaldadas por um contundente e robusto conjunto de elementos de convicção, que bem dão conta de demonstrar a presença de indícios concretos de envolvimento dos investigados na prática dos delitos", afirma trecho do documento.

Além de Alckmin, mais nove acusados se tornaram réus, incluindo seis delatores da Odebrecht e pessoas próximas do ex-governador.

Segundo a acusação, em 2010 a empresa usava o codinome "Belém" para fazer os repasses. O dinheiro, dizem os delatores, vinha do Setor de Operações Estruturadas, apelidado de "departamento de propina" da empreiteira.

Adhemar Cesar Ribeiro, cunhado de Alckmin, é apontado como intermediário dos pagamentos em 2010, mas as acusações foram consideradas prescritas e ele não foi incluído na ação. Já em 2014 houve 11 repasses que, segundo o Ministério Público, foram intermediados pelo tesoureiro Marco Monteiro.

Os promotores eleitorais afirmam que, ao fazer os repasses para a campanha do ex-governador, a empreiteira visava benefícios econômicos no governo do estado, "seja nas obras do Rodoanel seja nas obras do sistema metro-ferroviário".

> "Não há surpresa alguma na tentativa de se atingir a honra do Alckmin, em especial agora quando o seu nome é cogitado para compor a chapa do Lula, franco favorito para as próximas eleições presidenciais. Velha receita, criminosa, oportunista
>
> **Marco Aurélio Carvalho**
> advogado e coordenador do grupo Prerrogativas

Também dizem que a própria construtora reconheceu que havia esquema de cartel em obras em São Paulo.

Além disso, em 2010 e 2014, o grupo Odebrecht não podia fazer doações eleitorais no estado porque controlava a concessionária que administra a rodovia Dom Pedro 1º e porque participou do consórcio da linha 6 do Metrô.

Procurada, a Novonor, novo nome da Odebrecht, afirmou que "tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado".

Em relação à delação da Ecovias, após a Justiça Eleitoral arquivar a investigação, Alckmin afirmou que lamentava que, "depois de tantos anos, mas em novo ano eleitoral, o noticiário seja ocupado por versões irresponsáveis e acusações injustas".

Em nota, o ex-governador afirmou que não conhecia os termos da colaboração, mas que a versão divulgada não era verdadeira e que suas campanhas jamais receberam doações ilegais ou não declaradas.

Alckmin afirmou que seguirá prestando as contas para a sociedade e a Justiça.

De acordo com o relato do ex-presidente da concessionária, os valores foram pagos a título de caixa dois — primeiro, em 2010, em um total de R$ 1 milhão. A segunda parte, no valor de R$ 2 milhões, teria sido para a campanha de 2014.

Aliados de Lula defendem Alckmin e criticam delação

Fabio Serapião e Tayguara Ribeiro

BRASÍLIA E SÃO PAULO Aliados do PT e do ex-presidente Lula saíram em defesa do ex-governador paulista Geraldo Alckmin após seu nome aparecer em delação premiada de um executivo da Ecovias.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que integra o grupo que debate o programa de governo a ser apresentado por Lula, disse à **Folha** que a citação na delação não atrapalham a possibilidade de Alckmin ser vice do petista.

Segundo ele, a palavra do delator não constitui prova, e o PT defende o princípio da presunção da inocência. "Estranhamos esse fato vir à tona às vésperas da eleição", diz.

Coordenador do grupo Prerrogativas, que organizou o jantar entre Lula e Alckmin em dezembro de 2021, o advogado Marco Aurélio Carvalho defendeu Alckmin e disse que é chegada a hora de debater o instituto da delação premiada.

Segundo ele, não se pode permitir que delações sejam usadas para atender objetivos políticos. "Não há surpresa alguma na tentativa de se atingir a honra do Alckmin, em especial agora quando o seu nome é cogitado para compor a chapa do Lula, franco favorito para as próximas eleições presidenciais. Velha receita, criminosa, oportunista e nem um pouco criativa", diz.

Em anos anteriores, petistas fizeram críticas a Alckmin em casos de suspeita de corrupção e questionavam o que consideravam seletividade na comparação entre investigações contra o PT.

Enquanto alguns petistas comentaram a citação ao ex-tucano, a cúpula do partido, o secretário nacional de comunicação e líderes do Congresso se mantiveram em silêncio nas redes sociais e não quiseram comentar quando procurados pela reportagem.

Em 2018, o então líder do PT na Câmara, deputado Paulo Pimenta (RS), classificou de "escândalo" a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) de enviar para a Justiça Eleitoral de São Paulo a investigação contra Alckmin.

O ex-governador foi citado em delação de ex-executivos da Odebrecht, no âmbito da Lava Jato. "É inadmissível que, de maneira irregular, essas acusações tenham sido retiradas do âmbito da Lava Jato e tenham sido destinadas para investigação no âmbito da Justiça Eleitoral de São Paulo. É algo gritante do ponto de vista da seletividade".

Em 2014, o então presidente estadual do PT, Emídio de Souza, falou sobre os ataques promovidos por dirigentes e congressistas do PSDB ao PT no escândalo da Petrobras.

"Os tucanos que hoje gritam contra o PT são os mesmos que emudeceram quando o PSDB foi apanhado no trensalão em São Paulo", disse, em referência à investigação do Ministério Público sobre um cartel em licitações de trens nas gestões Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra.

Em maio do mesmo ano, a CPI dos Pedágios foi criada para apurar eventuais irregularidades nas tarifas cobradas pelas concessionárias nas rodovias paulistas e eventual responsabilidade do governo Alckmin no caso. O deputado estadual Antônio Mentor (PT) foi o proponente e também o vice-presidente da CPI.

Em 2017, os petistas de São Paulo apostaram nas delações da Odebrecht para pedir a instalação de uma CPI na Alesp para investigar obras da empreiteira no estado. Alckmin foi citado na delação.

Silvio Almeida

Excepcionalmente, a coluna não é publicada nesta edição.

Lula tenta compensar PC do B em Pernambuco, mas PSB resiste

José Matheus Santos

RECIFE O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), tem sido estimulado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo aliado PC do B a concorrer ao Senado nas eleições de outubro.

Para isso, Paulo Câmara precisaria deixar o cargo até o início de abril. No entanto, a ideia encontra resistência no próprio partido do governador, o PSB.

Na quinta-feira passada (10), o governador se reuniu com Lula, acompanhado do pré-candidato do PSB ao governo de Pernambuco, o deputado federal Danilo Cabral.

No encontro, segundo interlocutores do governador, Lula teria dito que um quadro como o do governador deveria seguir na política com mandato eletivo, em uma sinalização de apoio caso Paulo Câmara decida disputar o Senado.

Câmara é o principal interlocutor de Lula dentro do PSB, em uma mudança de posição do ex-presidente com o que pensava há cinco anos, quando afirmou que o governador era "resultado daquilo que não acredito" por ser visto como um quadro técnico, originado na burocracia do poder.

Atualmente, a vaga para o Senado na aliança está praticamente reservada para o PT, que encontra dificuldades para escolher um nome para a disputa na chapa com Danilo Cabral.

A ideia da cúpula do PT era que, se Paulo Câmara fosse candidato, ele entraria na cota da sigla petista, que abriria mão da postulação em prol do atual chefe do Executivo local.

Com a saída de Paulo Câmara da disputa, a vice-governadora Luciana Santos (PC do B) assumiria o governo do estado por nove meses. A ideia, já levada por integrantes da legenda comunista à presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, seria uma compensação ao PC do B.

Apoiador do PT em todas as eleições presidenciais desde a redemocratização, o PC do B é presidido nacionalmente por Luciana Santos e visto como um dos partidos mais leais à legenda petista, além de ter apoiado a federação com o PT e o PV.

Com o possível pacto, Luciana Santos também poderia facilitar as articulações pela reeleição do deputado federal Renildo Calheiros (PC do B-PE), que, mesmo com a federação do seu partido com o PT e o PV, pode enfrentar obstáculos na disputa proporcional.

Além disso, Luciana Santos no comando do Poder Executivo em Pernambuco também seria um marco simbólico, podendo ser a primeira governadora do estado no sistema democrático.

O possível acordo encontra resistência no PSB. Diversos integrantes da cúpula estadual da sigla entendem que é preciso ter o governador no cargo em meio à campanha eleitoral para assegurar a unidade dos aliados em torno de Danilo Cabral.

Esse pensamento contrário ao lançamento de Câmara para o Senado também é comungado pelo entorno do prefeito do Recife, João Campos (PSB).

Pernambuco é tido como o eixo central de poder da legenda. O PSB governa o estado desde 2007 e comanda a prefeitura da capital, Recife, desde 2013.

Outrora tida como pacificadora, uma eventual candidatura de Paulo Câmara ao Senado já encontra obstáculos também dentro de partidos de centro e centro-direita no arco de alianças do PSB no estado.

Caciques partidários avaliam que ter uma chapa com o PSB para o governo e o PSB para o Senado estreita o discurso para convencer os eleitores. Nesse cenário, o PT indicaria o nome para o cargo de vice-governador.

Integrantes da base aliada usam como exemplo que o próprio ex-presidente Lula está ampliando a base de apoio na tentativa de conquistar votos. Realçam, nos bastidores, por exemplo, o acerto com o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, tido como de centro-direita e ex-PSDB.

Antes da reunião com Lula em São Paulo na semana passada, Paulo Câmara havia sinalizado a deputados da base aliada que seguiria no governo até o final do mandato, em dezembro.

Também miram a vaga do Senado na chapa do PSB os deputados federais André de Paula (PSD), Eduardo da Fonte (PP), Silvio Costa Filho (Republicanos), Wolney Queiroz (PDT), Luciana Santos (PC do B) e, com mais chances, o PT.

Os petistas pretendem anunciar até o dia 28 de março o pré-candidato ao Senado. Estão no páreo os deputados federais Carlos Veras e Marília Arraes, a deputada estadual Teresa Leitão e o ex-prefeito de Petrolina Odacy Amorim.

Com tantos nomes no jogo, há uma corrente próxima ao governador dentro do PSB que avalia que Paulo Câmara poderia unir o grupo político, batizado como "Frente Popular".

A expectativa é pela definição do postulante do grupo ao Senado até a primeira quinzena de abril, quando a pré-campanha deve ganhar força no estado. A leitura dentro do PSB é que é preciso definir o nome para acompanhar Danilo Cabral nas andanças pelos municípios pernambucanos.

Boulos e Alckmin já trocaram ofensas antes de aliança com Lula

Psolista e ex-governador tucano agora terão de superar desavenças em coligação nacional do PT à Presidência

Boulos e Alckmin trocaram ofensas antes de aliança com Lula em debate no SBT em 2018 Reprodução SBT

Fábio Zanini

SÃO PAULO Com a tela dividida ao meio, Guilherme Boulos (PSOL) franze a testa e balança vigorosamente a cabeça em sinal negativo, inconformado com a fala do então tucano Geraldo Alckmin sobre saúde e educação estarem fora do teto de gastos.

A cena ocorreu no debate promovido pela TV Record em setembro de 2018 entre os candidatos à Presidência, em que ambos concorriam.

Em breve, Boulos deverá ter que balançar a cabeça positivamente para o ex-tucano, pois ambos estarão juntos na aliança em torno da candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A animosidade passada entre os dois apresenta uma série de desafios para a chapa lulista. Embora o discurso entre os componentes da união seja de otimismo, com a possibilidade de uma convivência produtiva, o histórico de declarações agressivas não é fácil de ser superado.

O gesto de inconformismo de Boulos com a cabeça nem foi o que de pior se passou entre os dois quatro anos atrás.

Em outro debate da campanha, promovido por Folha, UOL e SBT, Boulos listou, numa mesma pergunta, diversas acusações e suspeitas que pesam contra Alckmin.

"Apesar de alguns te chamarem assim, você não é nenhum santo", disse. A referência era ao codinome "Santo" de Alckmin nas planilhas de propina da Odebrecht, reveladas pela Lava Jato.

Em seguida, Boulos mencionou acusações de desvios na merenda escolar na rede pública e de corrupção em obras de trens metropolitanos, do Rodoanel e do metrô, todas negadas por Alckmin.

Arrematou com uma comparação que nitidamente irritou o interlocutor. "O sentimento do povo nas ruas, Alckmin, é de que você é o Sergio Cabral que não está preso", disse, em referência ao ex-governador do Rio de Janeiro.

A resposta veio no mesmo tom. "Olha, esse é o nível do candidato a presidente da República. Eu tenho 40 anos de vida pública. Sempre trabalhei, não fui desocupado, não invadi propriedade", disse Alckmin, lembrando o papel de Boulos como coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Em outros encontros, também ocorreram farpas. No último antes do primeiro turno, promovido pela Rede Globo, Boulos escolheu em três ocasiões direcionar sua pergunta para Alckmin.

Um dos temas mais explorados pelo psolista era o apoio dado pelo PSDB às reformas promovidas pelo governo Michel Temer (MDB), como o teto de gastos e a flexibilização da legislação trabalhista.

"Eu quero saber, Alckmin, por que vocês sempre cortam nos direitos e nunca nos privilégios da sua turma?"

O então tucano respondeu que Boulos, como o PT, "defendem corporativismo". "Nós, não. A reforma trabalhista foi necessária", disse.

Ele agora deverá ser vice na chapa de Lula, que tem como uma das bandeiras reverter as mudanças na lei trabalhista.

Procurados pela Folha, Alckmin e Boulos não quiseram comentar as rusgas passadas. O ex-governador de São Paulo deve se filiar ao PSB para compor a chapa encabeçada pelo ex-presidente. O PSOL já indicou que também estará na coligação e deve formalizar a decisão em breve.

> Apesar de alguns te chamarem assim, você não é nenhum santo
>
> O sentimento do povo nas ruas, Alckmin, é de que você é o Sergio Cabral que não está preso
>
> **Guilherme Boulos (PSOL)** líder do MTST e então candidato à Presidência, durante debate com Alckmin

> Olha, esse é o nível do candidato a presidente da República. Eu tenho 40 anos de vida pública. Sempre trabalhei, não fui desocupado, não invadi propriedade
>
> **Geraldo Alckmin** então candidato do PSDB à Presidência, respondendo a Boulos

Os dois partidos deverão integrar a coordenação de campanha e de programa de governo de Lula, mesmo que Alckmin e Boulos não se envolvam nisso pessoalmente.

É inevitável, no entanto, que ambos estejam juntos em eventos de campanha. Aposta-se ainda que os antigos desafetos façam parte do primeiro escalão de um eventual governo de Lula.

Segundo um membro da cúpula do PSOL ouvido em caráter reservado, é impossível negar o constrangimento com a situação, mas não há muito que possa ser feito.

No que dependesse do partido esquerdista, Lula optaria por outro vice, mas o discurso deve ser de que é preciso engolir a seco a convivência com o ex-tucano em nome de um objetivo maior, o de derrotar Jair Bolsonaro (PL).

"O PSOL se manifestou contra essa indicação, que não agrega nada ao Lula. O Alckmin é conservador, tem histórico de repressão a movimentos sociais. Mas essa decisão não está sob a nossa alçada. A hegemonia na aliança é do PT", diz o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP).

Segundo ele, a polarização com Bolsonaro vai acabar diluindo a questão. Uma diferença importante, afirma o parlamentar, está no comportamento pessoal de Alckmin com relação a Bolsonaro.

"Uma convivência civilizada com o Alckmin pode acontecer. Eu sempre o cumprimentei, a gente pode conversar. Já o Bolsonaro é inconvivível."

O próprio Lula já teve desavenças sérias com Alckmin no passado. Na eleição de 2006, por exemplo, os dois disputaram o segundo turno, numa campanha acirrada.

Na ocasião, o então tucano disse que o petista mentia sobre a corrupção em seu governo. Foi chamado de leviano pelo então presidente.

No caso de ambos, a avaliação é de que a troca de farpas já está superada, após diversos contatos amistosos entre os dois nos últimos meses. Além disso, Lula e Alckmin tiveram relacionamento cortês quando estavam na Presidência e no Governo de São Paulo, respectivamente.

Já o histórico do ex-tucano com Boulos é bem mais atribulado, em razão de diversos episódios envolvendo ações do MTST em São Paulo. Um dos mais tensos ocorreu na desocupação pela Polícia Militar na comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), há dez anos.

Terceira via é uma quimera da negação

Na ordem democrática, Lula e Bolsonaro são mesmo equivalentes?

Reinaldo Azevedo
Jornalista, autor de "O País dos Petralhas"

A direita democrática ainda não conseguiu encontrar o seu lugar na eleição presidencial deste ano. Sei que muitos, à esquerda, acabaram de dar um risinho de canto de boca: "Direita democrática? Isso é como cabeça de bacalhau. Dizem que existe, mas ninguém vê".

Pois é. Cá nas minhas considerações, não se trata de uma fantasia. Mas ela não pode ser refém dos próprios equívocos. Se a prosa não mudar de rumo — e tenho dúvidas sinceras se haverá tempo—, o segundo turno entre Lula e Bolsonaro está contratado. Hoje, Lula é franco favorito e poderia vencer no primeiro turno. Mas a eleição não é hoje.

Há vários fatores concorrendo para tal quadro, que não chamo "polarização" — outra bobagem. Uma das causas determinantes está na tentativa de se criar uma quimera da negação: a "terceira via". Tratar-se-ia de um ser híbrido que, a um só tempo, carregasse virtudes de Bolsonaro (havendo alguma...) e de Lula, mas destinada a não ser nem uma coisa nem outra.

Fui o primeiro a chamar essa criatura imaginária, gestada no mundo como ideia, de candidato "nem-nem". Se não faço atribuição indevida, tomei a expressão emprestada a Roland Barthes.

Era uma ironia. Dia desses, vi Luciano Bivar, presidente do União Brasil, a defender o "candidato nem-nem". Bolsonaro é a soma de sortilégios, burrice, truculência e desgoverno que conhecemos. Nota à margem: virou boneco de mamulengo da própria gestão e animador de reacionarismos.

Arthur Lira, Ciro Nogueira e seus sócios (des)governam o país, mantendo o Orçamento sequestrado. Não fosse assim, o biltre teria sido defenestrado. Nós pagamos o resgate. De volta ao fio.

O homem é tudo isso, mas tem uma base fiel, resiliente, que precisa da dose cotidiana de sandices para se manter unida. Há risco de falta de fertilizantes? A resposta é tentar acelerar, com a conivência de Lira, a mineração em terras indígenas, para indignação até das empresas legais do setor.

Ocorre que esses eleitores existem, são muitos milhões, habilmente mobilizáveis pelos miasmas de estupidez que emanam das redes sociais.

Vejam o caso de "Como se tornar o pior... filme do mundo". Trata-se de um monturo de piadas politicamente incorretas e de agressão a valores comezinhos da civilidade. A extrema direita tinha adorado as diatribes de um então ídolo seu, não é pastor Feliciano? Mas o protagonista virou desafeto. E as milícias bolsonarianas, afinadas com o espírito mafioso, são mais cruéis com "traidores" do que com inimigos.

O troço é pavoroso, mas não faz a apologia da pedofilia. Isso é mentira, e a censura é inconstitucional. Eis uma cama de gato. E muitas outras haverá. Defenda a Constituição, mesmo quando o objeto em disputa é ruim — e a lei também tem de proteger os idiotas — e leve na testa a pecha de "defensor da pedofilia".

Assim como, no passado, os que atacaram os desmandos da Lava Jato foram classificados de "amigos da corrupção" — espírito que ajudou a eleger Bolsonaro, note-se.

Essa gente veio para ficar. Será muito difícil entrar nesse universo sem aderir a seu cabedal de monstruosidades morais. Vinte e tantos por cento dizem "não" a um dos "nens". Bolsonaro é o que desejam. Sergio Moro tentou fornecer doses mais dissimuladas de reacionarismo, mas esse público não quer. O presidente toma de volta percentuais que eram seus e que o ex-juiz suspeito havia conquistado.

O segundo "nem", o que se refere a Lula, ignora a história do país da redemocratização a esta data e tenta reduzir a história do PT às peças judiciais criadas pelo lava-jatismo. O partido está fora do poder há seis anos.

Que tratamento o Estado brasileiro — incluindo a direita democrática lá do primeiro parágrafo — dispensou nesse tempo às demandas dos que têm renda de dois salários mínimos? São 70% dos brasileiros.

Inexiste legitimação política pela negação. De resto, cabe indagar: no que respeita à preservação da ordem democrática, Lula e Bolsonaro são mesmo equivalentes, são "nem-nem"? Ela não é o pressuposto a partir do qual as divergências devem ser exercitadas? Pergunta final: há tempo para corrigir o rumo?

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Silvio Almeida, Angela Alonso | **SÁB. Demétrio Magnoli**

Prestes a renunciar cargo, Kalil vive turbulência em BH

Prefeito, que disputará governo de MG, diz encarar animosidade de vereadores

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE O prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD), ainda faz mistério sobre sua possível saída da administração municipal para uma candidatura a governador de Minas Gerais.

Caso decida se lançar na disputa, o que precisa definir até 2 de abril por causa da lei eleitoral, deixará para trás, em andamento mas ainda não concluída, um de seus "carro-chefes" para prevenção de chuvas.

Nas relações políticas, a herança para seu vice, Fuad Noman (PSD), será uma Câmara Municipal hostil, algo até então não experimentado por Kalil, sobretudo em seu primeiro mandato.

Aliados mais próximos dão a candidatura de Kalil ao governo do estado como certa.

O prefeito teve pelo menos um encontro com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em São Paulo, para discutir as eleições em Minas.

Se o PSD não tiver candidato próprio à Presidência da República, a aliança entre os dois partidos em Minas poderia ocorrer ainda no primeiro turno, com Lula e Kalil dividindo palanque no estado.

Na última terça-feira (15), Kalil falou sobre a possível aliança e elogiou o ex-presidente. "Vai ser um prazer conversar com todo mundo, principalmente com o presidente Lula, que está liderando pesquisa, tem um histórico, uma posição social muito clara", disse.

Kalil afirmou, no entanto, que sua preocupação no momento é resolver o impasse em relação ao projeto de lei que reduz o preço da passagem de ônibus na capital mineira.

O texto reflete o embate que existe atualmente entre o prefeito e o comando da Câmara Municipal nesses prováveis últimos dias de Kalil à frente do governo municipal. Ele tem tratado a presidente da Casa, vereadora Neli Aquino (Podemos), como inimiga política.

A relação já não era boa, mas azedou de vez em 3 de março, quando Neli devolveu projeto de lei para a redução da tarifa.

O texto, conforme o município, acarretaria redução de R$ 0,20, de R$ 4,50 para R$ 4,30, no preço da passagem do transporte coletivo da cidade, via pagamento de parte das gratuidades pela prefeitura. A justificativa da vereadora para a devolução foi que o projeto não era claro no que propunha.

Ao ser questionado há cerca de uma semana pela reportagem sobre sua relação com a Câmara Municipal, Kalil enviou gravação de outra conversa com repórteres, ocorrida também no dia 3, na prefeitura, em que chama a presidente da Câmara Municipal de inimiga. Na gravação o prefeito afirma que a Neli quer ser candidata a vice-governadora. Kalil, no entanto, não disse na gravação em que chapa a vereadora pretenderia disputar o cargo.

Caso deixe a prefeitura, seu principal rival na disputa pelo Palácio Tiradentes será o atual governador do estado, Romeu Zema (Novo).

A assessoria de Neli diz não haver disputa política e que, dentro do partido da vereadora ou do grupo político ao qual pertence, não há articulações no sentido do que afirmou Kalil. Disse ainda que o assunto partiu do próprio prefeito.

Um aliado de Kalil tem visão diferente sobre o atual relacionamento do prefeito com a Câmara. "O que está acontecendo na Casa tem relação com a proximidade da eleição para governador. Ocorrem ataques críticos, xingamentos, discussões", declarou o líder do prefeito na Câmara, vereador Leo Burguês (União Brasil).

O parlamentar, que foi líder do governo também no primeiro mandato de Kalil, costuma lembrar que a prefeitura nos primeiros quatro anos do prefeito nunca teve um projeto derrotado.

Neli é ligada ao deputado federal Marcelo Aro (PP-MG), aliado do governador Zema. A assessoria da parlamentar afirmou que o deputado é um amigo da presidente da Câmara, mas não tem influência no Poder Legislativo municipal.

Segundo o vereador Gabriel Azevedo (sem partido), que afirma ser independente, mas tem bom trânsito com a presidente da Casa, quem está realmente cotado para vaga de vice de Zema é Marcelo Aro. Azevedo negou que o atrito entre prefeitura e Câmara tenha relação com a proximidade das eleições, e afirma que o modo de atuação do prefeito é que ajuda nas divergências.

"Tem um estilo ditador. Liga e diz: 'Quero isso, quero aquilo'", disse Azevedo, vereador em segundo mandato e aliado de Kalil em sua primeira campanha pela prefeitura, em 2016. O vereador declarou ainda acreditar que a relação entre prefeitura e Câmara vai melhorar caso o prefeito deixe o governo. "Vamos começar um ciclo diferente com Fuad Noman", disse.

A reportagem entrou em contato com os gabinetes de Marcelo Aro e Fuad Noman, mas não obteve retorno.

O outro calo de Kalil em seu possível fim de mandato tem relação com a infraestrutura da cidade, atingida por fortes chuvas nos verões dos últimos três anos.

Em janeiro de 2020, último ano do primeiro mandato de Kalil, ruas na região centro-sul da cidade foram destruídas pela força das águas. Houve inundação na avenida Vilarinho, em Venda Nova, região norte da cidade. No local, a situação se repete há décadas.

Em seu programa de governo para o primeiro mandato, Kalil não faz menção direta a obras para evitar enchentes. O então candidato sempre afirmou que não prometeria nada.

No programa para o segundo mandato, no entanto, Kalil trata como um desafio "implantar ações necessárias para mitigar o impacto causado por intensas chuvas como as que a cidade recebeu no mês de fevereiro de 2020".

A ordem de serviço para prevenção de enchentes na avenida Vilarinho foi assinada em abril de 2021, com prazo de conclusão em abril de 2024. O projeto prevê a construção de dois reservatórios com capacidade de armazenamento de 115 milhões de litros de água cada um.

Questionado sobre obstáculos para que a obra pudesse ser entregue antes, Kalil, via assessoria, enviou informes da prefeitura sobre a construção dos reservatórios.

O comunicado mais recente é de 25 de fevereiro, que registra visita do prefeito às obras na região, e cita características do projeto.

O prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD) 19.out.20/Divulgação

STF dá aval a grampos autorizados por Sergio Moro antes da Lava Jato

José Marques

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) validou a possibilidade de prorrogações de interceptações telefônicas em investigações criminais, em julgamento relacionado a um caso que envolveu o ex-juiz Sergio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol. A ação pode ser feita desde que demonstrada necessidade diante de elementos concretos.

Deve haver, segundo eles, uma justificativa legítima que embase a continuidade das investigações. Estão vetadas "motivações padronizadas ou reproduções de modelos genéricos sem relação com o caso concreto".

No mesmo julgamento, o Supremo decidiu por 6 a 4 validar grampos telefônicos autorizados por Moro em decisão de 2004, dez anos antes da Operação Lava Jato.

Nesse caso específico, a maioria dos ministros seguiu o voto de Alexandre de Moraes, que decidiu pela validade da prorrogação dos grampos. Votaram com ele os ministros André Mendonça, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Rosa Weber.

Contra a validade dos grampos votaram Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Nunes Marques e Ricardo Lewandowski. O ministro Luís Roberto Barroso se declarou suspeito e não votou.

A origem do julgamento foi o caso Sundown, da primeira década dos anos 2000, anterior à Lava Jato. As investigações foram conduzidas por Deltan e as decisões de primeira instância são de Moro.

O Sundown é ligado ao caso Banestado, considerado o embrião da Lava Jato. À época, houve grampos telefônicos que duraram mais de dois anos para investigar suspeitas de crimes contra o sistema financeiro nacional, corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

O STJ havia declarado as interceptações telefônicas ilícitas e anulou as provas oriundas desses grampos. O Supremo agora derrubou essa decisão.

Bolsonaro é homenageado com medalha do mérito indigenista

BRASÍLIA O ministro da Justiça, Anderson Torres, concedeu na última quarta-feira (16) a Medalha do Mérito Indigenista ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

A homenagem foi dada no momento em que o presidente usa a guerra na Ucrânia como pretexto para pressionar o Congresso a aprovar projeto de lei que libera o garimpo em terras indígenas.

O ministro também entregou a si próprio a medalha. Receberam ainda a honraria outros nove ministros, entre eles Braga Netto (Defesa), Tereza Cristina (Agricultura), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

Heleno chegou a autorizar, mas depois recuou, frentes de exploração de ouro em de trecho do rio Negro que corta duas terras indígenas, onde vivem 11 etnias.

Segundo publicação no Diário Oficial, a medalha foi concedida "como reconhecimento pelos serviços relevantes em caráter altruístico, relacionados com o bem-estar, a proteção e a defesa das comunidades indígenas".

A medalha foi entregue também ao presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marcelo Augusto Xavier da Silva, ao diretor da Força Nacional de Segurança e pré-candidato a deputado federal pelo PL, Antônio Aginaldo de Oliveira, ao diretor da PRF (Polícia Rodoviária Federal), Silvinei Vasques.

Um grupo de indígenas também recebeu a medalha. No total, 26 pessoas foram homenageadas pelo Ministério da Justiça com a medalha. A pasta não informou o que cada uma delas fez para ser agraciada.

Em protesto pela entrega da honraria a Bolsonaro, o ex-presidente da Funai Sidney Possuelo devolveu a Medalha do Mérito Indigenista que recebeu há cerca de 35 anos ao Ministério da Justiça.

Possuelo enviou a medalha junto com uma carta na qual afirma ter sentido "imensa surpresa e natural espanto" ao descobrir que Bolsonaro havia sido condecorado com a mesma medalha.

Ele relembra que o mandatário é conhecido por se opor às pautas indígenas.

Mateus Vargas

mundo guerra na ucrânia

Guerra na Ucrânia entra na 4ª semana sem trégua em ataques

Militares dizem ter abatido mísseis russos em Kiev, e buscas em Mariupol continuam

KIEV E LVIV | REUTERS E AFP A guerra na Ucrânia entrou na quarta semana nesta quinta-feira (17) com anunciados progressos nas negociações com a Rússia, que seguiram ao longo do dia de forma virtual, mas sem o cessar dos bombardeios em áreas civis das maiores cidades do país.

Em Kiev, a capital, uma pessoa morreu e três ficaram feridas após restos de um míssil russo abatido caírem em um prédio residencial, destruindo dois apartamentos, de acordo com os serviços de emergência. Cerca de 30 moradores foram retirados do local.

A situação, conforme a versão das Forças Armadas da Ucrânia, poderia ter sido pior. Os militares alegaram ter derrubado ao menos dez foguetes e aviões russos durante a noite e a madrugada no céu da capital, entre eles uma aeronave de ataque ao solo Su-25 e um caça Su-35. As informações não puderam ser confirmadas de forma independente.

Em Mariupol, porto de 400 mil habitantes ao sul, sob intenso bombardeio russo há dias, a crise humanitária se agravou, a ponto de a equipe do Comitê Internacional da Cruz Vermelha ter decidido deixar a cidade, alegando falta de capacidade operacional.

O dia foi de buscas em um teatro que teria sido atingido por um bombardeio russo na véspera, segundo as autoridades locais —que informaram que o local hospedava civis desabrigados. Moscou nega o ataque a civis.

De acordo com a ONG Human Rights Watch (HRW), o edifício tinha ao menos 500 deslocados internos do conflito. Imagens de satélite distribuídas pela empresa americana Maxar, coletadas ainda nesta semana, mostram a palavra "crianças" desenhada em cirílico no pátio do local.

A HRW disse que, como a confirmação das informações de forma independente é difícil devido às condições locais, não é possível descartar a possibilidade de que ali também houvesse um alvo militar. Ainda assim, a pesquisadora-sênior Belkis Wille afirmou que o episódio levanta "sérias preocupações" sobre qual era o alvo pretendido em uma cidade onde civis já estão sitiados há dias e serviços de comunicação, energia, água e aquecimento foram quase completamente cortados.

O deputado ucraniano Dmitro Gurin, cujos pais estão em Mariupol, disse à rede britânica BBC que o prédio está destruído, mas que informações sugerem que o abrigo antiaéreo pode ter sido mantido intacto, de modo que aqueles que ali se refugiaram teriam sobrevivido. O governo local não divulgou números de vítimas.

Em Tchernihiv, ataques russos teriam matado 53 pessoas nas últimas 24 horas, segundo o governador —ainda que o número não possa ser comprovado de forma independente, um deles foi reconhecido pelos EUA como cidadão americano. Segundo a agência de direitos humanos da ONU, 780 civis já morreram na Ucrânia, e 1.252 ficaram feridos.

O governo russo informou que negociações com Kiev, outrora presenciais na Belarus, seguiram de forma virtual ao longo do dia. As manifestações mais otimistas até aqui foram feitas na quarta, quando a chancelaria russa sinalizou que um acordo sobre a neutralidade da Ucrânia em relação à Otan, uma das demandas principais de Putin, estaria na esteira.

A declaração importa porque as áreas da Crimeia, anexada pela Rússia há oito anos, e das autoproclamadas repúblicas separatistas do Donbass, reconhecidas por Moscou, faziam parte do território ucraniano na década de 1990. Putin estabeleceu o reconhecimento da independência dessas regiões como condição para encerrar a guerra.

Ainda no front diplomático, o presidente Volodimir Zelenski deu seguimento a seus discursos a congressistas estrangeiros para angariar apoio a Kiev. Desta vez, falou ao Bundestag, o Parlamento da Alemanha, e seguiu fórmula semelhante à adotada na véspera, quando discursou para os legisladores americanos: evocando a história.

Falando sobre o Muro de Berlim, Zelenski pediu ao premiê alemão, Olaf Scholz, que derrube o "muro entre a paz e o conflito na Europa e pare a guerra na Ucrânia".

Em Washington, o presidente Joe Biden voltou a criticar Putin com palavras duras, dizendo que a guerra na Ucrânia tem sido liderada por um "ditador assassino e puro bandido", sem citar o líder russo nominalmente. O americano deve conversar, nesta sexta de manhã pelo horário de Brasília, com o chinês Xi Jinping.

Na pauta, segundo o secretário de Estado Antony Blinken, o alerta de "que a China será responsável por quaisquer ações que tomar para apoiar a agressão da Rússia".

22º dia de incursões da Rússia sobre a Ucrânia

- Reivindicado por separatistas, mas sob domínio ucraniano
- Sob domínio dos separatistas e agora reconhecidas por Moscou
- Ocupado por tropas russas
- Anexada pela Rússia em 2014
- Ataques relatados
- Maior usina nuclear da Europa

Kiev: Ucrânia diz ter abatido dez mísseis russos durante a madrugada; fragmentos de um deles caíram em um prédio, deixando um morto e três feridos

Sumi: Tropas russas cercaram a cidade, bombardearam infraestruturas vitais e cortaram rotas de abastecimento

Mariupol: Ataque atingiu um teatro local que era abrigo para centenas de pessoas; não se sabe número de vítimas

BELARUS
RÚSSIA
POLÔNIA
Tchernihiv
Tchernobil
Konotop
Hostomel
Kiev
Sumi
Região do Donbass
Kharkiv
Lviv
UCRÂNIA
Dnipro
Lugansk
Donetsk
MOLDOVA
Zaporijia
Mikolaiv
Kherson
Odessa
ROMÊNIA
Crimeia
Mar Negro
100 km

Fontes: Graphic News, The New York Times, Instituto para o Estudo da Guerra, The Guardian

O ortopedista Serguei Omelchenko em abrigo no porão do hospital de Brovari, próximo a Kiev Andre Liohn/Folhapress

Hospitais próximos a Kiev se preparam para escalada da guerra

André Liohn

KIEV A menos de 5 quilômetros do hospital de Brovari, o Exército ucraniano luta para impedir que a maior coluna militar russa dentro da Ucrânia consiga entrar na cidade e, dali, seguir os 25 quilômetros em linha praticamente reta até o centro da capital, Kiev.

Civis que moram em vilas e pequenos municípios da região, deixados para trás por serem muito velhos, doentes ou pobres para escapar estão agora sendo retirados. O entorno de Brovari não é atendido por serviços ferroviários, e muitas das vias vicinais estão sob comando russo ou dentro da faixa de alcance da artilharia do Exército de Moscou.

Os combates que continuam ao longo da estrada principal, que liga Kiev à Belarus, têm afetado civis como Ivina, 76, que sobreviveu a um bombardeio que atingiu sua casa na madrugada do dia 17.

"Minha cama ficou coberta de vidro —cortou meu corpo, meus braços. Parte do teto caiu sobre meu rosto, eu não entendia o que estava acontecendo quando acordei sentindo muita dor", conta. "Então me lembrei: estamos em guerra."

Sua filha, Izabella, que a acompanhou até o hospital usando uma fita adesiva amarela enrolada no braço em sinal de lealdade ao governo ucraniano, diz que parte de sua família é russa e não entende o propósito da guerra.

No cotidiano, o poder de convencimento das sirenes que alertam sobre ataques aéreos parece ter ganhado força.

A notícia de que um teatro que abrigava centenas de pessoas —inclusive crianças— foi atingido por um ataque aéreo em Mariupol renovou a preocupação da equipe do hospital de Brovari. O lugar recebe principalmente soldados e milicianos feridos na linha de frente, e os médicos temem que a Rússia possa atacá-lo a qualquer momento.

A cada alarme, fogem para o abrigo antibombas improvisado nos porões, onde há tubulações de água, gás e esgoto. A temperatura, como a altura do teto, é baixa, forçando as pessoas a caminharem curvadas por corredores estreitos e por vezes mal cheirosos.

Só um elevador de serviço chega a uma parte isolada do porão e os médicos ficam impossibilitados de transferir pacientes a cada alarme.

A solução é levá-los para os corredores, longe das janelas —e de preferência perto das escadas que levam ao porão.

Para que ninguém fique sozinho em caso de ataque aéreo, os médicos decidiram que as equipes que cuidam dos casos mais graves devem ficar com seus pacientes independentemente do que acontecer. Só podem deixar o posto com ordem expressa da chefia.

O risco de o hospital se tornar um alvo é tido como real ante os acontecimentos mais recentes em Kiev. Nos últimos dias, três dos piores ataques na capital foram a prédios residenciais, cheios de civis que por algum motivo não haviam deixado a cidade.

No oeste de Kiev, perto do front onde ucranianos e russos combatem em Bucha e Irpin, na terça (15) o hospital de base que recebia civis feridos das duas cidades foi atingido por um morteiro que destruiu a entrada de emergência.

A entrada da administração tornou-se a porta em que equipes de socorro em ambulâncias deixam seus pacientes. Com praticamente todos os civis tendo deixado a região, o hospital agora também recebe muitos soldados feridos.

No balcão onde duas secretárias trabalham, muitos soldados chegam nervosos, ofegantes e armados. Dão o sobrenome da pessoa que buscam. São orientados por seguranças a deixar as armas com um policial que guarda a entrada e verifica os documentos.

Visivelmente alterado, chorando e chamando as tropas inimigas de baratas, um ucraniano deixou o hospital dizendo que mataria todos os russos se pudesse. "Volte para Irpin e lute como um homem", disse uma das secretárias, irritada com o comportamento do soldado, que saiu esbarrando nos batentes da porta.

Ao fundo, as explosões avisam que a situação nos hospitais ao redor de Kiev pode rapidamente se deteriorar.

Putin quer a Rússia 'purificada de traidores'

Em mais um sinal de endurecimento do governo, Kremlin fala em ter opositores da invasão na Ucrânia fora do país

Igor Gielow

Ucraniana observa danos em apartamento atingido por fragmento de foguete russo abatido em Kiev Lynsey Addario/The New York Times

SÃO PAULO Em mais um sinal preocupante para aqueles que temem o endurecimento do controle de Vladimir Putin sobre a Rússia, o Kremlin disse nesta quinta-feira (17) que o país precisa passar por uma "autopurificação" para se livrar de "traidores" contrários à guerra na Ucrânia.

"Nesses tempos difíceis, muitas pessoas mostraram o que são. Traidores", afirmou o porta-voz do governo russo, Dmitri Peskov, elaborando sobre a fala na véspera do presidente, que havia acusado o Ocidente de plantar uma "quinta coluna" para gerar "conflito civil" no seu país e falou sobre a necessidade de "autopurificar o país".

"O povo russo sempre distinguirá os verdadeiros patriotas da escória e dos traidores, e apenas cuspi-los para fora como um mosquito que entrou acidentalmente na sua boca", disse o presidente.

Os comentários vêm na sequência de uma série de protestos no país contra a guerra.

Até a primeira bailarina do mais famoso balé russo, o do Teatro Bolchoi em Moscou, deixou a posição em protesto pela invasão do país vizinho, iniciada por Putin há exatas três semanas. "Nunca pensei que teria vergonha do meu país", afirmou Olga Smirnova, neta de ucranianos, que se mudou para a Holanda.

Para evitar comparações com o período mais brutal da existência da União Soviética, o governo do ditador Josef Stálin (1927-53), Peskov disse que o processo já ocorre. "Eles desaparecem sozinhos de nossas vidas. Algumas pessoas estão deixando seus postos, outros o trabalho, outros o país. É assim que a purificação acontece", declarou.

"Eu achei a fala absolutamente assustadora, parece coisa do Gulag", diz Svetlana, uma jornalista que trabalha para sites independentes e está considerando deixar a Rússia para analisar a situação.

> "Nesses tempos difíceis, muitas pessoas mostraram o que são. Traidores
>
> Eles desaparecem sozinhos de nossas vidas. Algumas pessoas estão deixando seus postos, outros o trabalho, outros o país. É assim que a purificação acontece
>
> **Dmitri Peskov**
> porta-voz do Kremlin

Ela quer encontrar o namorado, o cientista político Mikhail, que foi para Riga (Letônia) ficar com parentes. Ambos pedem para não divulgar seus sobrenomes.

Gulag (acrônimo russo para Chefia de Administração de Campos) era o sistema de campos de concentração para adversários do regime comunista, instaurado sobre o modelo czarista pelo fundador do Estado soviético, Vladimir Lênin, em 1923.

Conhecedor da causa, o líder do Partido Comunista, Guennadi Ziuganov, afirmou que "nós precisamos derrotar a quinta coluna que está pronta para nos esfaquear".

A agremiação é a maior da oposição consentida a Putin, mas não avança o sinal.

O caso da editora Marina Ovsiannikova, da TV estatal Canal Um, é exemplar.

Ela foi multada na terça (15) por ter feito protesto ao vivo com um cartaz contra a guerra na segunda, e poderá aceitar o asilo oferecido pela França.

Isso porque a Procuradoria russa disse que ainda estuda processá-la sob a lei aprovada logo depois do início da guerra que prevê até 15 anos de prisão para quem espalhar o que o Kremlin considera fake news sobre a ação na Ucrânia.

Svetlana era daquelas que achava que a lei era uma intimidação para afugentar a classe média contrária à guerra, que tem lotado hotéis e imobiliárias em Istambul, Tbilisi, Riga e outros centros.

"Agora já acho que pode ser algo pior", afirmou, ecoando o temor de que a autocracia de Putin, que sempre teve válvulas de escape libertárias para a elite e para a classe média, vire uma ditadura.

Tal hipótese parece ainda mais palpável se o presidente russo tiver uma vitória militar a vender na Ucrânia.

Ela disse que recebeu o aviso de seu banco que o cartão de crédito internacional que usa, que lhe permite acessar sites estrangeiros pagando um serviço de VPN (burlando censuras locais), vai expirar até domingo (20).

"Sem perceber, a Visa e a Mastercard [que saíram da Rússia] estão ajudando Putin", escreveu no Twitter o analista Andrei Kolesnikov, do Centro Carnegie de Moscou.

Isso não significa, contudo, que haja um movimento contrário à guerra majoritário.

As pesquisas disponíveis, todas estatais e, portanto, suspeitas, colocam o apoio na casa dos 60%. Muito se deve ao fato de que as pessoas mais velhas se informam por TVs.

E as emissoras são majoritariamente estatais, as de sinal aberto principalmente.

Entre mais jovens, há cerca de 15 mil pessoas que foram detidas e depois soltas por protestar contra o conflito desde 24 de fevereiro, de acordo com a ONG OVD-Info. É bastante gente, mas número declinante e que não configura a revolução que as TVs ocidentais gostam de pintar.

A chave para qualquer mudança reside na elite do país, que até aqui se mantém fiel a Putin. Há sinais, como a romaria de jatinhos a Dubai nesta quinta-feira, ou rumores de prisão de aliados descontentes com o chefe. Mas há também o chefe da Gazprom, estatal de gás e maior empresa do país, que pregou a seus 500 mil funcionários fidelidade a Putin —a quem acompanha desde os anos 1990.

Bateria antiaérea prometida por Biden pode se tornar o novo MiG-29 no conflito

SÃO PAULO Em seu pacote adicional de US$ 800 milhões em ajuda à Ucrânia, o presidente dos EUA, Joe Biden, prometeu entregar ao país baterias antiaéreas de longa distância, conforme lhe havia pedido Volodimir Zelenski.

O líder americano foi esperto ao não citar modelos, porque a promessa corre o risco de repetir a novela dos MiG-29 que a Otan, a aliança militar do Ocidente, iria entregar para ajudar a defesa de Kiev contra a invasão russa, só para desistir ante a impraticabilidade do arranjo.

Se quisesse entregar um modelo em uso pela aliança, teria de enviar também os operadores: a Ucrânia só tem no seu acervo baterias soviéticas. Isso configuraria tropas ocidentais no solo e, na lógica de Moscou, um envolvimento direto na guerra.

Na quinta (17), a chancelaria de Moscou criticou o anúncio americano. "Tais entregas seriam um fator de desestabilização que definitivamente não irá trazer paz", afirmou a porta-voz Maria Zakharova.

Os países ocidentais dizem ter entregado mais de 20 mil mísseis antitanque e antiaéreos, ambos lançados de forma portátil e de fácil manuseio. Ainda que na prática estejam matando russos, até aqui têm sido tolerados pelo Kremlin e não usados como "casus belli" para um conflito com a Otan.

Resta então buscar nos inventários dos membros que faziam parte do Pacto de Varsóvia (a aliança militar comandada pela União Soviética) e hoje são da Otan os tais sistemas de mísseis. O candidato é o S-300, modelo em uso em inúmeros países, com diversos graus de modernização.

Isso porque a Ucrânia tinha, segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, "alguns" S-300 mais antigos antes da guerra. A Rússia, sem apresentar provas, afirmou já ter destruído a maioria deles. São armas poderosas, que atingem alvos a até 250 km, a depender do míssil usado.

Eles existem marginalmente em três membros da Otan: na Eslováquia (um único lançador), Bulgária (10 lançadores) e Grécia (12 lançadores, mas mais distante do conflito). Membro da aliança, a Turquia comprou S-400 russos e foi punida pelos EUA, mas não há hipótese em que faça tal doação a Kiev, até porque teria de enviar soldados para operá-lo.

Quando a guerra estourou, no fim de fevereiro, UE e Otan prometeram facilitar a entrega de caças para repor o estoque da Força Aérea da Ucrânia. A estratégia provou-se errada, pela impossibilidade de fazer entrar material com esse grau de sofisticação sem atrair a ira e provavelmente mísseis russos a comboios, caso o avião viesse desmontado, ou, pior, ao aparelho no ar.

A Polônia insistiu, sugerindo transferir a sua frota de 28 MiG-29 russos, modelo que Kiev usa, mas foi barrada pelos EUA e por outros membros da Otan por motivos de Terceira Guerra Mundial potencial.

Pode ser que os ocidentais achem uma saída criativa para o problema, mas parece que os S-300 têm tudo para ser os novos MiG-29 neste conflito. Mais úteis parecem ser munição, mísseis e drones.

Até aqui, a Rússia tem criticado, mas não tomado ações como ataques a comboios, contra o fornecimento ocidental de armas a Kiev. **IG**

TODA MÍDIA | *Nelson de Sá*
nelson.sa@grupofolha.com.br

China prioriza manter produção; EUA temem onda de subvariante

O número de novas infecções de Covid-19 na China já começou a cair, de 5,3 mil na terça-feira (15) para 3 mil na quarta e 2,4 mil na quinta.

E o Renmin Ribao (Diário do Povo) destacou, assim como o Wall Street Journal, que Xi Jinping comandou uma reunião da liderança do país nesta quinta, quando "enfatizou que é necessário manter a produção e a vida normal".

Que "é necessário manter o foco estratégico, coordenar a prevenção e o controle da epidemia com o desenvolvimento econômico e social".

Nos Estados Unidos, New York Times e Washington Post destacaram que a ascensão da subvariante da ômicron BA.2, sobretudo na Alemanha e Coreia do Sul, "pode ser um sinal" ao país —que na pandemia vem seguindo a Europa após "algumas semanas".

Alemanha e Coreia do Sul bateram seus recordes nacionais de novas infecções na quinta, respectivamente 295 mil e 621 mil. Também as mortes voltaram a crescer.

O médico americano Eric Topol, que virou referência sobre Covid com seus perfis no Twitter e no Substack, alertou o governo, salientando que a BA.2 apresenta 30% "mais transmissibilidade" do que a ômicron original.

E que os EUA estão diante dela, agora, "sem medidas de mitigação, com baixa cobertura de vacina e destruindo o financiamento" para ações de combate à pandemia.

ÍNDIA & CHINA Jornais indianos com Hindustan Times e Hindu noticiam que o chanceler da China, Wang Yi, "pode visitar a Índia" até o final deste mês, o que "marcaria uma reviravolta nas relações entre os dois vizinhos".

JÁ COMEÇOU O financeiro indiano Business Standard noticia que empresas de energia do país começaram a adquirir petróleo russo, contornando as sanções com um esquema de "rupia por rublo", destacado até no Financial Times.

PAQUISTÃO TAMBÉM O FT publicou ainda a reportagem "Paquistão avança com gasoduto construído pela Rússia". O país, quinto em população no mundo, "planeja finalizar o Projeto Norte-Sul, apesar da pressão para isolar Moscou economicamente", dos EUA. Ele está "quase pronto", afirmou o ministro das finanças ao jornal, "e foi obviamente feito antes da Ucrânia".

CONTRA A GUERRA, AFINAL
O jornalista Alan MacLeod, do site americano de esquerda MintPress, reuniu capas da revista The Economist para concluir que ela 'finalmente achou uma guerra de que não gosta', na Ucrânia; na quinta, a nova edição semanal publicou sua sexta capa vilificando o presidente da Rússia, só neste início de ano, e agora envolvendo também Xi Jinping

O que Taiwan tem a ver com a Ucrânia?

Para Pequim, uma 'Otan do Pacífico' repetiria o mesmo erro da original

Tatiana Prazeres

Analista internacional, foi secretária de comércio exterior e trabalhou na China de 2019 a 2021

Taiwan sempre vem à tona nas análises sobre a posição da China a respeito da guerra na Ucrânia.

Tanto Ucrânia quanto Taiwan são objeto de pretensões territoriais de uma potência —Rússia e China, respectivamente. Especula-se sobre o futuro da ilha diante da situação do país do Leste Europeu. Alguns opinam que a falta de um apoio mais decisivo do Ocidente a Kiev teria o efeito de encorajar uma aventura militar por parte da China em relação a Taipé.

O interessante é que, apesar das grandes divergências, tanto os Estados Unidos quanto a China rejeitam a comparação. Para os americanos, Taiwan tem um valor estratégico que a Ucrânia não tem. Em relação à ilha, há a conhecida política de ambiguidade: com o objetivo de dissuadir Pequim, Washington, de maneira deliberada, não deixa claro se defenderia militarmente Taiwan em caso de um ataque chinês.

Em relação à Ucrânia, não há nada equivalente. Ao contrário, numa política de clareza cristalina, os Estados Unidos anunciaram desde antes da invasão russa que, se houvesse uma, eles não enviariam tropas para socorrer o país europeu. Diante da diferença, a China não deveria extrair lições erradas a partir da natureza do envolvimento americano na Ucrânia.

Nos primeiros dias da guerra, Washington mandou uma delegação de autoridades para Taipé, reiterando o apoio e transmitindo a mensagem a Pequim.

Para a China, a analogia não se sustenta porque as circunstâncias são radicalmente distintas. A Ucrânia é um país independente. Taiwan, ao contrário, é reconhecida apenas por cerca de uma dúzia de nações. O princípio da integridade territorial conta a favor de Kiev, mas favorece Pequim nas suas pretensões sobre Taiwan.

Os chineses querem evitar paralelos com Taiwan, por tratar o tema como assunto interno, mas estão de olho especialmente nas sanções robustas à Rússia, como também no envio de material bélico à Ucrânia, na resistência dos locais e nas repercussões globais do conflito.

Apesar de rechaçadas pelos EUA e pela China, as comparações prosperam, inclusive em Taipé. "Ucrânia hoje, Taiwan amanhã" é um slogan que circula na ilha. Taiwaneses veem armas e ajuda humanitária entrarem no país europeu, mas não tropas estrangeiras —e se perguntam se seria apenas esse o tipo de apoio que lhe seria oferecido em caso de uma ação militar chinesa.

Há o receio, em Pequim, de que a invasão da Ucrânia incentive o Ocidente a aumentar seu apoio a Taiwan. O objetivo seria dissuadir a China de fazer o mesmo que a Rússia —isso, no entanto, perturbaria um equilíbrio que evita um confronto na região.

Os chineses receiam a formação de uma "Otan do Pacífico" voltada contra si. O Quad, arranjo que envolve EUA, Japão, Índia e Austrália, poderia ser seu embrião. O secretário-geral da aliança militar passou a tratar a China como uma ameaça.

Pequim atribui à Otan a responsabilidade sobre o conflito atual e, ao aventar uma Otan do Pacífico, sugere que ela possa vir a reproduzir os mesmos problemas da original. Ou seja, provocar enormes riscos por desconsiderar os interesses de segurança da China —o que a Otan teria feito com Moscou ao se expandir até as fronteiras da Rússia.

Apesar de Washington e Pequim concordarem que Ucrânia e Taiwan não são comparáveis, as duas grandes potências olham para o tabuleiro da Europa com a cabeça também na Ásia.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | **SÁB. Jaime Spitzcovsky**

Ucranianos acomodados na parte traseira de caminhão fogem de Mariupol, cidade sitiada pelos russos Alexander Ermochenko/Reuters

Reino Unido esbarra em burocracia para acolher ucranianos

País amplia programa e pagará R$ 2.300 mensais a famílias que receberem imigrantes, mas ainda é alvo de críticas

Michele Oliveira

MILÃO Após semanas de críticas internas e externas pela condução da crise de refugiados causada pela guerra na Ucrânia, o Reino Unido adotou novas medidas para responder à fuga de civis que já envolve mais de 3,1 milhões de pessoas.

Depois de anunciar um programa restrito a ucranianos que tenham familiares residentes no país, o governo lançou nesta semana o "Casas para Ucrânia", esquema de acolhida patrocinado pelo Estado.

As ações, porém, têm despertado alertas de organizações especializadas, que apontaram alcance limitado, aspectos burocráticos incompatíveis com a urgência da crise e a possibilidade de colocar os próprios imigrantes em risco.

Um dos pontos mais criticados é a exigência de um visto especial, em contraste com a política de portas abertas da União Europeia. O bloco, do qual o Reino Unido se retirou há dois anos, adotou mecanismo inédito que, entre outras medidas, libera a entrada em seu território mesmo para refugiados ucranianos que não tenham visto ou passaporte.

A primeira resposta britânica após a invasão russa foi dada no dia 4 de março, com a criação de um visto especial, exclusivo para ucranianos com familiares no Reino Unido. Inicialmente, o processo de obtenção do documento envolvia, assim como para um visto tradicional, o agendamento de uma etapa presencial, para coleta de impressões digitais e reconhecimento facial.

No mesmo dia, a Associação de Advogados de Imigração (Ilpa, na sigla em inglês) se manifestou contra o procedimento, justificando que os guichês do governo estavam fechados em Kiev, o que forçaria o deslocamento dos refugiados para outras cidades.

> Somos um país muito generoso. Mas não podemos ter um sistema em que as pessoas possam entrar sem nenhum controle
>
> **Boris Johnson**
> premiê britânico, ao endossar o controle de entrada de refugiados

Como resultado, postos para obtenção do visto em países vizinhos viram surgir filas de pessoas esperando sob neve.

Além da dificuldade de conseguir agendamento, outro gargalo era a necessidade de recolhimento da biometria. Diante das cenas de refugiados barrados e em resposta a críticas internas, o governo atualizou as regras e eliminou a exigência da etapa presencial.

Desde terça (15), refugiados com passaporte ucraniano válido podem começar e finalizar o pedido de visto pela internet e, em caso de aprovação, cruzar a fronteira com a carta enviada pelo departamento de imigração. A coleta da biometria passou a ser feita após entrada no Reino Unido.

Para a Anistia Internacional, a mudança foi insuficiente. "O processo ainda está cheio de burocracia, com pessoas desesperadas e exaustas sendo obrigadas a fornecer certidões de nascimento, comprovantes de relacionamento e residência, tudo traduzido para o inglês", disse Sacha Deshmukh, responsável pela seção inglesa da organização.

Desde o início da crise, o governo reluta em abrir mão do visto, alegando razões de segurança —como o risco de russos ou extremistas cruzarem as fronteiras infiltrados.

Em meio a críticas vindas inclusive de membros do Partido Conservador, o premiê Boris Johnson endossou, na semana passada, a necessidade de fronteiras controladas para os refugiados. "Somos um país muito generoso. Mas não podemos ter um sistema em que as pessoas possam entrar sem nenhum controle."

Até esta quinta-feira (17), segundo o governo britânico, foram abertos cerca de 45,8 mil pedidos de visto familiar por refugiados ucranianos, dos quais 6.100 estão aprovados.

Da necessidade de oferecer uma resposta mais abrangente nasceu o "Casas para Ucrânia". Pelo programa, pessoas, empresas e instituições de caridade podem hospedar, por pelo menos seis meses, refugiados ucranianos em troca de 350 libras (R$ 2.300) por mês.

A nova medida ainda acaba com a exigência de vínculos familiares. Para participar, os refugiados devem, na inscrição, indicar o nome de um anfitrião e solicitar um visto especial —instituições trabalham para conectar as partes.

Até quarta-feira, o programa já havia recebido mais de 120 mil pedidos de adesão de futuros anfitriões. Isso acendeu o sinal de alerta dos especialistas, como a organização Refugees at Home. Apesar de celebrar a criação do programa, a entidade listou pontos que precisam ser observados, como a necessidade de vistoria dos espaços oferecidos, entrevista prévia das famílias anfitriãs e um plano de substituição para casos malsucedidos de acolhimento.

Tanto os refugiados que receberem o visto por meio do vínculo familiar quanto pelo sistema de patrocínio podem permanecer no país por até três anos, com direito a trabalhar e a ter acesso a serviços públicos de saúde e educação.

Para ex-embaixatriz, neutralidade do Brasil é barreira para refugiados

Marina Costa

SÃO PAULO A falta de posicionamento do Brasil em relação à guerra na Ucrânia é um obstáculo à acolhida de refugiados que fogem do conflito com a Rússia, afirma Fabiana Tronenko, ex-embaixatriz ucraniana no Brasil.

Ela está geograficamente longe do conflito, mas seu marido, Rostislav Tronenko, continua na Ucrânia. O país entra na quarta semana de guerra com a Rússia e acumula consequências humanitárias, sociais e econômicas que foram tema de debate promovido pela **Folha** nesta quinta-feira (17).

Segundo Tronenko, a suposta neutralidade do governo Jair Bolsonaro (PL) acaba resultando em dificuldades na adoção de medidas que poderiam amenizar os impactos sofridos pelos ucranianos que buscam refúgio no Brasil. As ações de acolhimento, por consequência, ficam dependentes principalmente de ações da iniciativa privada, entidades do terceiro setor e igrejas em parceria com a comunidade ucraniana de cidades como Prudentópolis, no Paraná.

"A sociedade civil está se mostrando muito forte. Além de receber os ucranianos de braços abertos, todos estão fazendo vaquinhas virtuais e doações para que esse dinheiro chegue não só para apoiar o Exército ucraniano, mas também às famílias que estão em situação de vulnerabilidade e precisam de ajuda humanitária urgente", afirma ela.

Para Duval Fernandes, professor do programa de pós-graduação em geografia da PUC Minas, o Estado brasileiro deve ir além da liberação da concessão de vistos humanitários a ucranianos e organizar políticas que, além da oferta de moradia para os refugiados, pensem na integração à sociedade, com ações como o ensino de idiomas e emprego.

"É sempre a sociedade civil que está tentando auxiliar os imigrantes. Se a sociedade civil não estivesse presente com a imigração haitiana, por exemplo, nós teríamos tido uma crise humanitária nas fronteiras do Brasil", analisa o professor.

Mesmo que a guerra termine nos próximos dias, há várias pendências a serem resolvidas antes de que os cidadãos ucranianos retornem a algo parecido com a normalidade. Para Fernandes, será necessário reconstruir a infraestrutura básica das cidades bombardeadas.

Além disso, o retorno dos que fugiram do conflito, a maioria de mulheres e crianças, dependerá do cenário político do fim da guerra. Ante a hipótese de instalação de um governo pró-Rússia, os refugiados temeriam retaliações e permaneceriam nos locais em que foram acolhidos, avalia o professor.

Outro obstáculo que deve persistir mesmo com um acordo de paz é o impacto das sanções econômicas impostas para desestabilizar o governo de Vladimir Putin, avalia Simão Davi Silber, professor de economia internacional da Universidade de São Paulo (USP).

Ele cita o efeito de medidas como o fechamento do McDonald's, uma das mais de 70 empresas globais que suspenderam atividades em solo russo, com perda de mais de 66 mil empregos no país.

Ele estima que o PIB da Rússia caia de 5% a 10% em 2022. O impacto será sentido sobretudo pelos cidadãos do país, empobrecidos com a desvalorização do rublo e as incertezas geradas pelo conflito.

"Todas as vezes em que ocorreram sanções, elas foram muito duradouras. A própria Rússia não vai ter ilusão de voltar para uma vida normal muito facilmente. Isso tem um custo econômico, social e humano bastante elevado para o povo russo. Os déspotas ficam nos palácios e quem sofre é o cidadão comum", afirma Silber.

As consequências também reverberam no Brasil, diz ele, impactando a inflação, o poder aquisitivo e o aumento de preço das commodities —a principal é o petróleo, que afeta o preço da gasolina.

O evento promovido pela **Folha** teve mediação de Daigo Oliva, editor de Mundo. O embaixador da Rússia no Brasil, Alexei Labetski, foi convidado a participar e havia confirmado presença, mas cancelou a participação na véspera.

> A sociedade civil [brasileira] está se mostrando muito forte. Além de receber os ucranianos de braços abertos, todos estão fazendo vaquinhas virtuais
>
> **Fabiana Tronenko**
> ex-embaixatriz ucraniana no Brasil

Serguei Lukashevich

Belarus não faz parte do conflito na Ucrânia, mas vai se defender da Otan

Embaixador belarusso no Brasil culpa desinformação estrangeira e afirma que seu país respeita princípios de soberania e paz

GUERRA NA UCRÂNIA
ENTREVISTA

Thiago Amâncio

SÃO PAULO Aliada próxima da Rússia, a Belarus não é parte envolvida na guerra na Ucrânia e busca a resolução pacífica do conflito. Houve ataques a infraestruturas da Ucrânia, sim, mas foi uma operação preventiva que ocorreu devido "à existência de informações confirmadas sobre a intenção dos militares ucranianos de lançar um ataque contra assentamentos fronteiriços".

Isso diz o embaixador belarusso no Brasil, Serguei Lukashevich, falando à **Folha** por email—em que não usa o termo "guerra", e sim "operação militar especial russa", como manda o manual do Kremlin.

Ele considera injustas as sanções que o país recebeu ao ser uma das únicas nações que apoiaram a Rússia em fóruns internacionais e afirma que não se deve "acreditar em tudo o que você vê na TV".

A Belarus foi palco das primeiras três rodadas de negociação entre Ucrânia e Rússia, e o embaixador diz que considera o método diplomático prioridade. Ele avalia que seu país vai reforçar a infraestrutura militar para se defender da Otan, aliança militar presente em três nações da fronteira belarussa (Polônia, Lituânia e Letônia).

*

Por que a Belarus apoia a Rússia na invasão à Ucrânia? A Belarus é um país fundador das Nações Unidas e em todas as épocas, inclusive após adquirir soberania em 1991, sempre aderiu e sempre aderirá aos princípios de pacificação e resolução pacífica de quaisquer disputas. A Belarus não é parte das negociações ou parte do conflito na Ucrânia, embora possamos observar o colossal trabalho de informação de nossos parceiros ocidentais, que estão usando ativa e agressivamente todos os métodos modernos de impacto psicológico e emocional para criar um quadro negro do nosso país. Esses métodos não são novos e são ensinados nas universidades.

Serguei Lukashevich
Nascido na Belarus, é diplomata desde 2000 e trabalhou nas embaixadas do país no Uzbequistão e na Argentina. Atuou como conselheiro da embaixada no Brasil de 2014 a 2016 e foi encarregado de negócios na Espanha em 2020. Desde setembro, é embaixador no Brasil.

> "Os desafios que a Belarus enfrenta sob a dura pressão das sanções dos países ocidentais não são fáceis, mas superáveis. O período de sanções é de oportunidade para novos movimentos no sentido de fortalecer a soberania tecnológica e econômica

A Belarus nunca olhou e nunca irá olhar para a nacionalidade de quem precisa de assistência, seja um soldado ferido ou um parente da Ucrânia que tem que buscar refúgio seguro no nosso território.

Há acusações de que tropas belarussas estejam envolvidas no ataque à Ucrânia, enquanto o país sediou negociações. Qual o papel da Belarus na guerra? A Belarus sempre apoiou ativa e consistentemente uma solução pacífica para o conflito no sudeste da Ucrânia. Criamos as condições necessárias para a conclusão dos Acordos de Minsk e o trabalho subsequente para a solução pacífica da situação.

Consideramos os métodos diplomáticos como prioridade e fazemos todo o esforço para organizar o processo de negociação para ajudar as partes em conflito a encontrar uma base comum e para parar o derramamento de sangue.

O Exército belarusso não está participando da operação militar especial russa na Ucrânia. Declarações sobre a participação de militares belarussos são infundadas.

Vários ataques contra a infraestrutura militar ucraniana a partir da Belarus no primeiro dia da operação militar especial foram de natureza preventiva. Uma tentativa de lançamento de mísseis do território ucraniano em um centro populacional na Belarus foi registrada há dois dias. Nossa defesa antiaérea funcionou. Há muitos aspirantes no território da Ucrânia que querem arrastar a Belarus para esse conflito.

Belarus faz fronteira com três países da Otan. Como lida com isso? Vê ameaça? Espera-se que equipamentos militares modernos sejam entregues à Belarus num futuro próximo para aumentar a capacidade de defesa do Exército. É resposta à formação do grupo de tropas da Otan perigosamente perto das nossas fronteiras.

Nós sempre defendemos a paz, mas não nos tornaremos uma nova Iugoslávia para os países da Otan [a aliança ocidental interveio militarmente na Iugoslávia em 1999].

O regime da Belarus foi alvo de grandes protestos nos últimos anos. Não teme que a guerra diminua mais a popularidade dos líderes? Há um filme muito interessante de Hollywood de 1997, lançado no Brasil sob o título "Mera Coincidência". Trata-se de não acreditar em tudo o que você vê na TV, nas notícias ou nas redes sociais sobre eventos mundiais. Nos últimos anos, a Belarus tem sido confrontada com o uso agressivo de "armas de informação" para desestabilizar nossa situação sociopolítica e socioeconômica.

Belarus tem recebido novas sanções desde o começo do conflito, por apoiar a Rússia. Como o sr. vê isso? Os desafios que a Belarus enfrenta sob a dura pressão das sanções dos países ocidentais não são fáceis, mas superáveis. O período de sanções é de oportunidade para novos movimentos no sentido de fortalecer a soberania tecnológica e econômica.

A Rússia tomou algumas medidas sérias e sem precedentes para apoiar a economia da Belarus. As sanções contra a Belarus após o lançamento da operação especial russa são ilustrativas por natureza, não há razão para elas.

Vale a pena arriscar a economia e a reputação do país por esse conflito entre outros dois países? As sanções são uma relíquia do passado colonial, hoje muitas vezes envoltas na bela embalagem de "direitos humanos" ou "mudança climática". São sempre destinadas às pessoas comuns, não ao sistema de governança. Compartilho com você a visão interessante de alguns analistas: as sanções levam ao efeito oposto —unir o povo, fortalecer a independência econômica e dar ímpeto adicional ao desenvolvimento interno da indústria e da sociedade.

A reputação que um ou outro país tem, moldada por vários fatores nem sempre justos e honestos, pode ser debatida por longo tempo. Por exemplo, na Belarus, a imagem do Brasil como país de Carnaval é generalizada e permanente, como se o país inteiro fosse o Rio de Janeiro. Pessoalmente, não sou adepto de nenhum rótulo.

A Belarus é um edifício em construção, estamos construindo-a para nós mesmos, para nossos filhos e para nosso futuro. Se alguém não gostar do tamanho de uma janela ou do desenho de uma porta frontal em nosso "edifício", teremos prazer em aceitar conselhos amigáveis, mas cabe a nós escolher a cor que queremos para nossas paredes.

A Belarus foi um dos primeiros países a aceitar refugiados desde o início do conflito na Ucrânia em 2014. Mais de 170 mil refugiados da Ucrânia chegaram à Belarus, mas isso é mal coberto pela mídia.

Como a guerra afeta a exportação de fertilizantes? A Belarus pretende diminuir o volume exportado ao Brasil? Deve ser esclarecido que a guerra em países como Síria, Líbia, Afeganistão ou Ucrânia não tem efeito sobre as exportações de fertilizantes da Belarus, já que a turbulência de preços nesse mercado começou em junho de 2021, depois que alguns países impuseram sanções à Belaruskali, um produtor de 20% de todos os fertilizantes globais.

As sanções foram impostas por causa das opiniões políticas sobre os acontecimentos no nosso país em 2020.

Infelizmente, não puderam ser evitados jogos políticos de alguns países grandes e vizinhos menores: a política começou a quebrar a economia. Havia muita gente com vontade de dizer-nos como devemos viver e quem devemos escolher. Mas slogans políticos e palavras bonitas não vão satisfazer a fome.

Se chamamos as coisas por seus nomes, sob o pretexto da retórica democrática alguns países orquestraram a redistribuição do mercado global.

BOMBARDEIO EM TCHERNIHIV
Socorristas carregam corpo de pessoa morta em meio a ofensiva russa em cidade no norte da Ucrânia Serviço Estatal de Emergência da Ucrânia/Reuters

Ex-ditador do Peru Alberto Fujimori pode deixar a prisão, decide Justiça

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES A mais alta instância da Justiça do Peru decidiu, nesta quinta (17), que o ex-ditador Alberto Fujimori, líder do país de 1990 a 2000, pode sair da prisão onde cumpre pena de 25 anos por violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade. O tribunal constitucional autorizou que receba um habeas corpus para deixar o cárcere.

O recurso foi apresentado pelo advogado Gregorio Parco, para quem o ex-mandatário "é uma pessoa de 83 anos que não representa perigo à sociedade".

O político já havia sido beneficiado por decisão semelhante em 2017, mas a Justiça à época revogou o perdão. Desta vez, após a nomeação de juízes considerados mais simpáticos a ele na Suprema Corte, poderá voltar a receber o benefício.

Na ocasião, o indulto foi dado pelo então presidente Pedro Pablo Kuczynski por pressão política. A troca era: deputados aliados ao filho de Fujimori, Kenji, retirariam seu apoio a um pedido de vacância do mandatário.

A moeda de troca salvou PPK, mas mesmo assim ele acabou renunciando ante um novo pedido para que saísse do cargo. Houve, na ocasião, fortes protestos da esquerda e de antifujimoristas nas ruas de Lima.

O juiz Eloy Espinosa-Saldana confirmou a decisão da corte, por quatro votos a três, falando à imprensa peruana. Ainda que não esteja claro se haveria recursos judiciais que possam impedir a soltura, um advogado que integra a defesa do ex-ditador disse que a expectativa é que ele deixe a prisão no começo da semana que vem.

"Acabei de falar com o presidente Fujimori. Ele se sente aliviado, seria injusto que morresse na prisão", afirmou Cesar Nakazaki.

ONGs ligadas à defesa dos direitos humanos pediram à Corte Interamericana de Direitos Humanos que o habeas corpus seja revertido. Ainda há processos abertos, como o caso de mais de 250 mil mulheres esterilizadas sem saber em um programa de seu governo.

Fujimori cumpre pena de 25 anos por crimes contra a humanidade e corrupção pelos massacres em Barrios Altos (1991) e La Cantuta (1992), quando o esquadrão da morte do Exército, o grupo Colina, matou 25 civis, incluindo uma criança, em uma suposta operação antiterrorista contra a guerrilha Sendero Luminoso durante seu mandato.

O governo do presidente Pedro Castillo criticou a decisão. "Fujimori havia sido sentenciado por gravíssimos delitos contra a vida e a liberdade das pessoas — não só por homicídio, mas por sequestro agravado", declarou disse o primeiro-ministro Aníbal Torres.

O ex-ditador do Peru Alberto Fujimori
Luka Gonzales - 4.jan.18/AFP

Paulo Guedes cumprimenta Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) ao lado do presidente da Caixa, Pedro Guimarães (rindo), e Jair Bolsonaro Pedro Ladeira/Folhapress

Bolsonaro anuncia pacote de R$ 150 bi em ano eleitoral

Iniciativas incluem saque do FGTS, antecipação de 13º do INSS e crédito

Idiana Tomazelli e Mateus Vargas

BRASÍLIA Em segundo nas pesquisas de intenção de voto para o Planalto, o presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou nesta quinta-feira (17) um amplo pacote de medidas para liberar mais de R$ 150 bilhões em recursos a trabalhadores e aposentados em ano eleitoral.

O lançamento é mais uma tentativa do presidente em se cacifar à reeleição, reduzir sua rejeição e melhorar sua avaliação na disputa com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), primeiro nas pesquisas.

As medidas integram o chamado Programa Renda e Oportunidade e chegam no momento em que a inflação tira poder de compra dos brasileiros e o endividamento das famílias está elevado.

Durante a cerimônia de lançamento do programa, Bolsonaro desferiu ataques a governadores e políticos de oposição, embora não tenha citado nomes. Já o ministro Paulo Guedes (Economia) destacou a iniciativa do presidente em irrigar a população com recursos. "Acabou esse negócio de candidato dizendo que 'ah, tem gente negativada, vou dar perdão'. Nós já fizemos isso."

Na campanha de 2018, uma das promessas do então candidato Ciro Gomes (PDT) era tirar o nome de consumidores endividados dos cadastros de proteção a crédito, que registram a inadimplência. Ciro Gomes também é pré-candidato ao Planalto em 2022.

Após o anúncio, o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, Bruno Dalcolmo, negou que haja interesse eleitoreiro. "Isso é absolutamente inverídico", afirmou. Segundo ele, parte das ações já foi adotada em outros momentos e estão sendo apenas reeditadas.

As iniciativas incluem um saque de até R$ 1.000 a 40 milhões de trabalhadores com saldo nas contas do FGTS, como antecipou a **Folha**. A expectativa é que essa medida resulte na injeção de R$ 30 bilhões na economia.

O governo também vai antecipar o 13º de aposentados e pensionistas do INSS para os meses de abril e maio. Os pagamentos geralmente são feitos no fim de cada ano.

A antecipação deve injetar R$ 56,7 bilhões na economia ainda no primeiro semestre a 30,5 milhões de beneficiários. Cada parcela representa cerca de R$ 28 bilhões.

O governo também vai ampliar a margem para contratação de crédito consignado tendo benefícios ou salários como garantia. A autorização será ampliada a beneficiários do Auxílio Brasil e do BPC (Benefício de Prestação Continuada), como mostrou a **Folha**.

Hoje, o limite é de 30% para empréstimos e 5% para despesas com cartão de crédito. O governo chegou a ampliar a margem total para 40% durante a pandemia, mas a medida expirou em 31 de dezembro.

Agora, a proposta é ampliar novamente o limite total para 40%, incluindo também os novos públicos. A expectativa do governo é que até R$ 77 bilhões sejam contratados em novos créditos por 52,8 milhões de beneficiários.

O pacote também inclui o lançamento do Microcrédito Digital Simplificado. A expectativa é que 4,5 milhões de empreendedores com receita bruta anual de até R$ 360 mil sejam beneficiados nos primeiros 12 meses. A operação será iniciada em 28 de março.

Segundo a Caixa, pessoas físicas poderão solicitar até R$ 1.000, com taxa de juros a partir de 1,95% ao mês e prazo de pagamento em até 24 meses. A contratação poderá ser feita pelo aplicativo do Caixa Tem e estará disponível até para negativados.

Já os MEIs (microempreendedores individuais) poderão pegar até R$ 3.000 emprestados, com juros a partir de 1,99% ao mês e prazo de 24 meses. Nos primeiros 45 dias, esses clientes terão de ir a uma agência bancária. Depois, a contratação também estará disponível no app do banco.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse que os valores são ponto de partida para a operação do microcrédito. À medida que os tomadores forem quitando as parcelas, os bons pagadores poderão receber limites maiores para novas contratações.

"Quem está entrando tem crédito menor do que quem já pagou", disse. Para a Caixa, o programa pode ser uma espécie de "motor de arranque" para o microcrédito no país.

"Não é verdade que esse crédito vai endividar as pessoas. Elas já estão endividadas, só que elas não entram na base de dados do BC", afirmou o presidente da Caixa, dizendo que muitas famílias carentes recorrem a meios informais ou a agiotas para obter recursos, pagando juros maiores.

Para viabilizar as operações, o governo vai autorizar o uso de R$ 3 bilhões do FGTS para aquisição de cotas do Fundo Garantidor de Microfinanças, que vai avalizar as operações.

Inicialmente, o fundo vai garantir até 80% de cada operação, até o limite de 75% da carteira de créditos concedidos por meio do novo programa.

Sem citar dados, o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, disse que as medidas consideraram parâmetros conservadores de risco aos bancos. "Estimamos uma inadimplência muitas vezes maior que a média brasileira, exatamente para proteger o sistema financeiro. Mas temos certeza que a inadimplência será baixa."

Guimarães, da Caixa, também disse que o banco está "superestimando a taxa de inadimplência" esperada, o que poderá ser revisto em um segundo momento para permitir a expansão do programa de microcrédito.

O Ministério do Trabalho e Previdência afirma que os financiamentos serão associados a ações de qualificação técnica e estímulo à formalização dos trabalhadores beneficiados. O chamado SIM Digital será executado pela Caixa e outras instituições financeiras interessadas.

No caso da liberação do FGTS, esta é a terceira vez que o governo Bolsonaro autoriza saques extraordinários dos recursos do fundo.

A primeira rodada de liberação do FGTS sob Bolsonaro foi em 2019, quando a injeção de recursos ajudou a dar sustentação à atividade econômica. Uma segunda rodada veio em 2020, no contexto das medidas para combater efeitos da Covid-19.

Antes, em 2017, o governo Michel Temer (MDB) permitiu o saque das contas inativas —quando o contrato de trabalho é rescindido mas o saldo permanece na conta, como ocorre em casos de pedido de demissão pelo trabalhador.

O chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, ressaltou que o pacote não envolve recursos públicos. "Todos os cuidados foram tomados para que nenhum centavo público fosse usado."

Leia mais na coluna de Vinicius Torres Freire, na pág. A18

+ Medidas anunciadas

Antecipação do 13º de aposentados e pensionistas
Deve injetar R$ 56,7 bilhões na economia ainda no primeiro semestre para 30,5 milhões de beneficiários

Microcrédito Digital Simplificado
4,5 milhões de empreendedores com receita bruta anual de até R$ 360 mil devem ser beneficiados no primeiro ano. Governo vai autorizar uso de R$ 3 bilhões do FGTS na operação

Saque extraordinário do FGTS
Vai permitir retirada de até R$ 1.000 a cerca de 40 milhões de trabalhadores a partir de 20 de abril. Governo espera entrada de R$ 30 bilhões na economia

Empréstimo consignado
governo vai ampliar margem de empréstimo consignado de 35% do valor do benefício para 40%. Ideia é beneficiar 52,8 milhões e entregar cerca de R$ 77 bilhões em empréstimos.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Um passo por vez

Depois do corte de 25% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o item seguinte na lista de sugestões da indústria ao governo para atenuar a crise atual é o alongamento no prazo para o pagamento de impostos, um pedido que deve ganhar força nas próximas reuniões. A avaliação é que o desejo inicial dos empresários, de chegar a um corte de 50% na alíquota, não cabe mais na mesa, pelo menos no curto prazo, e o ideal é concentrar os esforços em outro tipo de alívio.

ESCADA Synesio Batista, presidente da Abrinq, que representa a indústria de brinquedos e tem atuado no diálogo com o Ministério da Economia, acha que o corte no IPI pode subir de 25% para 33% em breve. "É fruto de uma confusão gerada pela Zona Franca de Manaus. Mas o governo pode avançar um pouco mais", afirma ele.

PIANO José Ricardo Roriz, da Abiplast (plásticos), diz que as empresas agora estão batendo na tecla do prazo. "A indústria gasta muito mais para pagar juros de capital de giro para pagar impostos. Para cobrir a diferença entre a data em que ela recebe do cliente e paga imposto, tem que ir no banco pegar dinheiro. Esse juro é quase o dobro do que ela gasta com pesquisa", diz.

MESA Após a liberação das máscaras em espaço fechado em SP nesta quinta (17), as empresas tomaram diferentes rumos sobre como lidar com a proteção no escritório. No Itaú, o uso deixou de ser obrigatório só para clientes nas agências de cidades e estados que flexibilizaram. A orientação é que os funcionários sigam usando a proteção nas dependências do banco.

EQUIPE A Coca-Cola Brasil diz que está seguindo as regras de cada cidade. No escritório da marca no Rio, já não é mais obrigatório. Será assim também em SP, segundo a empresa. A Deloitte também não vai mais exigir máscaras na capital. A 99 diz estar em contato com o governo e se adaptando às novas regras, mas que incentiva por motoristas e passageiros nas viagens.

NOVO NORMAL O relaxamento no uso de máscaras em algumas cidades e estados já vinha derrubando a procura pelo produto na farmácia. Na Raia Drogasil, o recuo foi de 10% no intervalo de 7 a 13 de março em relação à semana anterior. Segundo a rede, o movimento vem desde a segunda semana de fevereiro.

LADEIRA A Panvel também vê a demanda baixar. Na sexta (11), as vendas do produto haviam caído 5% na comparação semanal. Na última segunda (14), a queda estava em 9%.

VOZ Salim Mattar, fundador da Localiza, sai na contramão de parte grande do empresariado e defende a tentativa do governo Bolsonaro de deslanchar a mineração em terra indígena. "Opção pelo atraso. Figuras do meio financeiro e instituições de prestígio têm se posicionado contra o projeto que libera exploração de petróleo, gás, minérios e outras atividades em terras indígenas", escreveu em rede social.

PALCO Dias antes, Mattar criticou a manifestação liderada por Caetano Veloso em Brasília contra os projetos que afrouxam a lei ambiental. "Um grupo de artistas de esquerda foi ao STF contra o marco temporal e mineração em terras indígenas. Esperamos que os ministros sejam cuidadosos e sensatos não se deixando influenciar pelas figuras populares que os visitaram", disse.

MATRIOSCA Bolsonaro alega que a medida ajuda a reduzir a dependência de fertilizante importado agravada pela guerra. Mais cedo neste mês, entidades como Instituto Brasileiro de Mineração e Coalizão Brasil Clima (que reúne as principais associações do agronegócio, grandes empresas e bancos) divulgaram comunicado afirmando que o projeto não é adequado.

BULA A ANS suspendeu na quarta (16) a venda de 12 planos de saúde após reclamações de clientes. A medida atinge seis operadoras, incluindo unidades da Unimed e Oral Class. Juntos, os planos têm 83 mil beneficiários.

PAUSA A proibição temporária começa a valer na terça (22) e a comercialização para novos clientes só pode voltar se as operadoras apresentarem melhora na cobertura assistencial, segundo o órgão.

RESULTADO Após os alagamentos e enchentes provocados pelas fortes chuvas deste início de ano, a BB Seguros registrou alta de 9% na quantidade de sinistros residenciais associados aos eventos climáticos nos dois primeiros meses de 2022, em relação ao mesmo período de 2021. As principais coberturas acionadas estão relacionadas a danos elétricos e vendaval.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS
Mar., em % ao mês — Mínimo / Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	8,26

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência fevereiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.mar

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18.mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.mar. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Cúpula da Petrobras não vê prazo para baixar preço, apesar de pressão

Ala política do governo bate na tecla da queda do petróleo, mas estatal diz que seguirá sua política; barril voltou a disparar

Julia Chaib e Julio Wiziack

BRASÍLIA Apesar da pressão exercida publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a cúpula da Petrobras tem dito internamente que não há prazo para baixar o preço dos combustíveis, mesmo com queda na cotação do petróleo.

A pessoas próximas o presidente da estatal, general Joaquim Silva e Luna, afirma que a decisão de rever o mega-aumento dado pela Petrobras na gasolina e no diesel depende do comportamento do mercado. A conta dependerá da cotação do barril do petróleo, da taxa de câmbio e do volume de combustível fornecido por importadores para o mercado local.

Os preços estavam sem reajuste desde 12 de janeiro, depois de quase dois meses de represamento de repasse do insumo básico, o petróleo.

Também na avaliação do militar, o cenário a respeito da cotação do petróleo está instável e as mudanças que têm ocorrido são conjunturais, não estruturais.

Nesta quinta-feira (17), por exemplo, os preços do petróleo subiram 9%, para US$ 106,72, em sina de pessimismo sobre a guerra na Ucrânia (leia na pág. A15).

O petróleo, que já vinha em alta devido à pandemia — que fez os maiores produtores mundiais reverem para baixo suas projeções de produção—, tomou novo impulso de alta com o conflito na Europa. Rússia e Ucrânia Ambos são grandes produtores — a Rússia, de petróleo, e a Ucrânia, de gás natural.

Na terça-feira (15), o barril do petróleo caiu para abaixo dos US$ 100. No mesmo dia, Bolsonaro disse que, "com toda a certeza" a Petrobras iria reduzir o preço dos combustíveis.

"Estamos tendo notícia de que nos últimos dias o preço do petróleo lá fora tem caído bastante. A gente espera que a Petrobras acompanhe a queda de preço lá fora. Com toda certeza fará isso daí", disse, durante cerimônia no Planalto.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), engrossou as declarações de Bolsonaro reforçando a pressão para a estatal baixar os preços.

"Só que nós estamos com o petróleo baixando e o dólar baixo, e a cobrança é: a Petrobras agora vai baixar o combustível? O óleo diesel é mais barato fora do que aqui. Nós vamos ter redução de preço, ou é só como uma invasão, que vai avançando, avançando, e não recua?"

Quando lhe foi perguntado se achava que o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, estava fazendo uma boa gestão, Lira não quis comentar. "Não tenho a visão interna da Petrobras, não tenho o relacionamento interno da Petrobras. A única crítica que eu fiz foi que a Petrobras realmente não precisaria ter dado um aumento do tamanho que deu de uma vez só", disse.

"O barril sobe, a gente aumenta, o barril baixa, a gente não baixa? É importante que a Petrobras recue o preço e do aumento que deu, porque o dólar está caindo e o barril está caindo", complementou. "São os dois componentes que fazem a política de preço da Petrobras."

Diferentemente do que afirma o presidente da Câmara, a Petrobras vinha implementando uma política que não repassa imediatamente a alta do insumo para os preços locais dos combustíveis (derivados do petróleo).

A Abicom, associação que representa os importadores de petróleo responsáveis pelo abastecimento de 40% do mercado local, estima que o descompasso entre os preços internacionais do petróleo e os preços praticados pela Petrobras possui uma defasagem média (para baixo) de até 30%. No diesel, essa diferença chegaria a 40%.

Essa situação pode levar importadores a desistir de atender ao mercado para evitar perdas de competitividade com os preços da Petrobras, o que levaria a um desabastecimento, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Assessores de Silva e Luna afirmam que, para evitar o desabastecimento, o presidente da Petrobras não teve saída e autorizou o reajuste que vem sendo criticado pelo governo.

Internamente, militares de alta patente começaram uma operação no Planalto para tentar conter a fritura de Silva e Luna. Embora negue, o vice-presidente, Hamilton Mourão, liderou as conversas. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também entrou em campo.

Na terça-feira (17), a ala militar ideológica do Planalto começou uma nova onda de críticas após declarações públicas de Silva e Luna de que a empresa segue sua política de preços.

Na avaliação de assessores políticos de Bolsonaro, essa postura não colabora com o discurso do presidente, que vai disputar a reeleição e quer mostrar que tentou fazer o possível para evitar que os brasileiros paguem tão caro pelos combustíveis, itens que pesam bastante no cálculo da inflação, que segue em alta neste ano.

Silva e Luna é o segundo presidente da Petrobras que, na gestão de Bolsonaro, enfrenta críticas devido à alta de preços. Roberto Castello Branco deixou o cargo após enfrentamento com Bolsonaro que tentou frear preços. Silva e Luna já avisou que não deixará o cargo.

+ FOLHA E FGV ANALISAM IMPACTOS DA GUERRA NA ENERGIA

A Folha e o Ibre-FGV promovem nesta sexta (18), às 10h, seminário online a respeito dos impactos da guerra na Ucrânia sobre preços de petróleo e energia, além dos gargalos na área que desafiam o crescimento brasileiro. O encontro terá a participação de Fernanda Delgado, diretora-executiva corporativa do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, Flávio Rodrigues, vice-presidente de relações corporativas da Shell, e Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre-FGV. A mediação será feita pelo repórter especial Fernando Canzian. O encontro pode ser acompanhado no link: https://www.youtube.com/watch?v=iRjWyCVdUlE

Governo pede ao Congresso licença para cortar impostos de combustíveis sem compensação

Fábio Pupo e Marianna Holanda

BRASÍLIA O governo enviou nesta quarta-feira (16) um projeto de lei ao Congresso em que pede licença para que cortes de impostos sobre combustíveis dispensem compensação orçamentária.

A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) exige compensação para medidas não previstas no Orçamento que cortem receitas ou ampliem despesas e possam afetar a meta fiscal.

O projeto do governo pretende alterar a LDO e adicionar exceções à regra. Caso a proposta seja aprovada, não estará sujeita à exigência a "redução de tributos incidentes sobre operações que envolvam biodiesel, óleo diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, derivado de petróleo e de gás natural".

A dispensa já está prevista na lei sancionada por Bolsonaro que cortou impostos federais sobre esses mesmos itens e limitou a cobrança de ICMS, mas ainda há insegurança jurídica sobre o instrumento.

A dúvida é se realmente a lei sancionada, por ser complementar, pode se sobrepor ao estabelecido na LDO. Por isso, de acordo com membros do Ministério da Economia ouvidos pela **Folha**, a dispensa da exigência diretamente na LDO trará mais segurança ao corte de impostos.

Bolsonaro sancionou integralmente, há cerca de uma semana, o projeto de lei que altera a cobrança de ICMS sobre combustíveis e zera as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel e gás até o fim de 2022.

O texto fora aprovado pelo Congresso após a Petrobras anunciar um mega-aumento na gasolina e no diesel.

Segundo Paulo Guedes (Economia), o corte de PIS/Cofins sobre o diesel sancionado pelo governo gera um impacto superior a R$ 15 bilhões. As receitas dos estados também devem ser afetadas pelas novas limitações no ICMS.

Além de respaldar a medida já sancionada, integrantes da Economia afirmam que a dispensa prevista na LDO valerá para eventuais novas discussões a serem feitas acerca de cortes de tributos sobre combustíveis neste ano.

O governo continua discutindo a possibilidade de medidas voltadas aos preços de combustíveis e integrantes da ala política defendem, por exemplo, iniciativas voltadas à gasolina.

Guedes tem resistido às novas investidas, embora tenha cedido um passo na semana passada ao admitir que um programa de subsídios ao diesel pode vir a ser adotado caso a guerra se prolongue.

"Vamos nos movendo de acordo com a situação", afirmou. "Se isso [guerra] se resolve em 30 ou 60 dias, a crise estaria mais ou menos endereçada. Agora, vai que isso se precipita e vira uma escalada? Aí sim você começa a pensar em subsídio para o diesel", disse o ministro na semana passada.

O projeto é enviado enquanto a equipe econômica continua sob pressão da ala política do governo Jair Bolsonaro (PL) por medidas que possam aliviar os preços. O objetivo é conter eventuais danos para a campanha eleitoral de presidente e aliados neste ano.

Outro ponto do projeto de lei é a manutenção do fundo eleitoral em R$ 4,9 bilhões, após o valor ter sido reduzido durante as discussões orçamentárias entre governo e Congresso.

+ LIRA DEFENDE SUBSÍDIO TEMPORÁRIO PARA MINIMIZAR AUMENTO

"Vai ter um custo para o governo e que tem que ser claro, transparente, para ser assimilado com a população e com quem faz o Brasil andar. Vai ser um custo X durante um período para minimizar os efeitos da guerra no Brasil", disse o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Petróleo dispara e retoma patamar de US$ 100

Dificuldades em avanços em negociações sobre cessar-fogo valorizam matéria-prima; no Brasil, diesel volta ter defasagem

Clayton Castelani e Nicola Pamplona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Dificuldades nos avanços nas negociações para um cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia começam a soterrar o otimismo que, nos últimos dias, vinha contribuindo para a queda do petróleo.

Nesta quinta-feira (17), a cotação da matéria-prima voltou a disparar, após cinco quedas em seis dias. O barril do petróleo Brent saltou 8,88%, a US$ 106,72 (R$ 541,68). Investidores começam a enxergar um horizonte de retomada econômica pós-pandemia no qual a redução prolongada da oferta de derivados de petróleo da Rússia poderá resultar em escassez.

A guerra na Ucrânia entrou na quarta semana e, apesar de anúncios de progressos nas negociações, bombardeios russos continuaram castigando áreas civis das maiores cidades do país.

"Isso mostra que não estamos no fim desse conflito, que a situação dos preços das commodities não vai melhorar, o que dificulta o sentimento", disse Esty Dwek, diretor de investimentos do FlowBank, ao The Wall Street Journal.

No Brasil, a Bolsa de Valores subiu 1,77%, a 113.076 pontos. O dólar caiu 1,08%, a R$ 5,0370. O movimento do mercado doméstico teve expressivo suporte do setor de commodities.

A petrolífera privada PetroRio disparou 8,16%. A estatal Petrobras, porém, não se beneficiou da alta do petróleo nesta sessão. A companhia recuou 2,66%. O mega-aumento dos combustíveis voltou a colocar o presidente Jair Bolsonaro (PL) em rota de colisão com a diretoria da empresa.

Apesar da pressão exercida publicamente pelo presidente, a cúpula da Petrobras tem dito internamente que não há prazo para baixar o preço dos combustíveis.

A retomada do aumento do petróleo levou o preço do diesel no Brasil a voltar a ter defasagem em relação ao mercado externo. Segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores), a diferença era de R$ 0,20 por litro no início da tarde desta quinta-feira (17).

Na terça (15), com o petróleo Brent, referência internacional de preços negociada em Londres, a menos de US$ 100, o diesel vendido pela Petrobras chegou a ficar mais caro do que no exterior, intensificando a pressão sobre a estatal por cortes de preço.

De acordo com a Abicom, a defasagem no preço do diesel é hoje de 4%. No preço da gasolina, é maior, de 9%, ou R$ 0,40 por litro.

Compensando o peso negativo que a Petrobras exerceu sobre a Bolsa nesta quinta, a Vale subiu 3,48%. A mineradora, assim como outras produtoras de commodities metálicas, foi impulsionada pela alta dos preços do minério de ferro.

Investidores estrangeiros costumam buscar lucros no setor de commodities brasileiro, o mais importante do Ibovespa, quando percebem que há tendência de valorização global dos materiais básicos. Esse movimento de entrada de dólares na Bolsa também resulta em alívio na taxa de câmbio.

A renda fixa também é atrativa. Um dia após o Banco Central ter anunciado uma alta de 1 ponto percentual da taxa Selic, agora em 11,75% ao ano, o Brasil continua a oferecer a investidores uma relação muito vantajosa entre juros e a expectativa de inflação anual, estimada em 6,45%.

Isso significa que, para investidores internacionais, vale a pena até mesmo tomar crédito barato no exterior para lucrar com os juros brasileiros. Esse mecanismo é chamado de carry trade.

"O tom mais duro do Banco Central, indicando que o aperto monetário [alta dos juros] vai continuar, associado à alta das commodities, contribuiu para mais um dia de valorização do real", disse a economista Cristiane Quartaroli, do Banco Ourinvest.

As ações do Itaú e do Bradesco subiram 2,19% e 0,38%, respectivamente. Devido à importância que esses bancos possuem no Ibovespa, eles deram as maiores contribuições para a alta da Bolsa nesta quinta, depois da Vale.

Nos EUA, os índices Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq subiram 1,23%, 1,23% e 1,33%. Na véspera, o Fed (Federal Reserve, o banco central do país) anunciou a primeira elevação da sua taxa de juros desde 2018. O aumento de 0,25 ponto percentual era esperado por analistas. Também houve a indicação de mais seis altas até o fim do ano.

Apesar de confirmar o fim de uma era de política expansionista, o comunicado do Fed deu certa previsibilidade sobre os próximos passos da autoridade monetária na sua estratégia para tentar frear a maior inflação no país em 40 anos.

Elevações dos juros nos EUA podem resultar na saída de investidores do Brasil, uma vez que o retorno do investimento no Tesouro americano melhora.

Na avaliação de analistas, porém, que os juros americanos seguem muito baixos —entre 0,25% e 0,5% ao ano— e isso não deverá provocar fuga de capital no curto prazo.

Fonte: Bloomberg

---

trybe fintech

TRYBE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 42.622.791/0001-31

Relatório da Administração

Administração da Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Trybe SCD") apresenta suas Demonstrações Financeiras acompanhadas das notas explicativas e do relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em atendimento à exigência prevista nas normas do Banco Central do Brasil ("BACEN").
A Trybe SCD foi constituída em 2021, em 25 de maio de 2021 recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito direto de acordo com a publicação no Diário Oficial da União, e iniciou suas operações em 2022. Tendo como público-alvo as pessoas que desejam estudar na Trybe Desenvolvimento de Software Ltda. ("Trybe Educação"), para as quais a questão financeira se apresenta como uma barreira de acesso.
Nesse sentido, a Trybe SCD é responsável pela oferta do Financiamento Estudantil Modelo de Sucesso Compartilhado ("Financiamento Estudantil MSC"). Nesse modelo de financiamento, os estudantes têm acesso a uma formação em tecnologia de altíssima qualidade oferecida pela Trybe Educação sem que seja necessário realizar qualquer desembolso inicial como pagamento. O estudante adquire os conhecimentos necessários para ingressar no mercado de trabalho junto à Trybe Educação e, somente após começar a trabalhar na área de tecnologia e atingir determinado patamar de remuneração, estará obrigado a pagar o financiamento contratado junto à Trybe Fintech. O Financiamento Estudantil MSC é oferecido exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2021 - Valores em R$ 1.000

ATIVO	NE	31/12/21
CIRCULANTE		6.869
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		6.788
Títulos e valors mobiliários	3	6.788
OUTROS ATIVOS		81
Outros créditos - Diversos	4	81
TOTAL DO ATIVO		6.869

PASSIVO	NE	31/12/21
CIRCULANTE		35
OUTROS PASSIVOS		35
Fiscais e previdenciárias		3
Diversas	5	32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.834
Capital		6.895
De Domiciliados no exterior	6.a	6.895
(Prejuízos acumulados)	6.b	(61)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
Valores em R$ 1.000

	NE	2º-SEM-21	2021
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		200	200
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		200	200
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		200	200
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(261)	(261)
Outras despesas administrativas		(229)	(229)
Despesas tributárias		(32)	(32)
RESULTADO OPERACIONAL		(61)	(61)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(61)	(61)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(61)	(61)
Nº de ações		6.894.848	6.894.848
Lucro/(Prejuízo) por ação........R$		(0,009)	(0,009)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
Valores em R$ 1.000

	2º-SEM-21	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(61)	(61)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(61)	(61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 - Valores em R$ 1.000

Semestre de 01/07/21 a 31/12/21

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/21	1.504	-	1.504
Aumento de capital	5.391	-	5.391
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	-	(61)	(61)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/21	6.895	(61)	6.834
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	5.391	(61)	5.330

Exercício de 01/01/21 a 31/12/21

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/21	-	-	-
Integralização/aumento de capital	6.895	-	6.895
Lucro líquido do exercício		(61)	(61)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/21	6.895	(61)	6.834
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	6.895	(61)	6.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
Valores em R$ 1.000

	2º-SEM-21	31/12/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	(61)	(61)
	(61)	(61)
Variação de Ativos e Obrigações	(5.330)	(6.834)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(5.284)	(6.788)
(Aumento) redução de outros ativos	(45)	(45)
Aumento (redução) em outros passivos	35	35
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36)	(36)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(5.391)	(6.895)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	5.391	6.895
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5.391	6.895
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores em milhares de Reais (exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A ("Sociedade") fundada em 11 de agosto de 2020, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 25 de maio de 2021 e registrada na Receita Federal do Brasil em 07 de julho de 2021. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2021, as operações da Sociedade eram representadas substancialmente pela manutenção de títulos e valores mobiliários (Nota 3).
Tem por objeto social a prática de: (i) realização de operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham a origem única de seu capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros.
Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil (BACEN).
2 Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis
a. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.
As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa, devido ao registro da Sociedade ter sido em 07 de julho de 2021.
A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.
As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 31 de janeiro de 2022.
b. Descrição das práticas contábeis
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê e Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 46 e CPC 41.
b.1 Apuração de resultado
O regime de apuração do resultado é o de competência.
b.2 Estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.
b.3 Instrumentos financeiros
Títulos e Valores Mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:
(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas no item (ii) e no item (iii) e não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.
b.4 Ativos e passivos contingentes
Os ativos contingentes só devem ser registrados quando líquidos e certos e os passivos contingentes quando for provável uma estimativa de perdas. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Sociedade.
b.5 Caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
b.6 Ativo e Passivo circulante e exigível a longo prazo
Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo - são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.
Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.
Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
b.7 Resultado recorrente e não recorrente
A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve resultados não recorrentes.
b.8 Impostos de renda, contribuição social, pis e cofins
(i) Imposto de renda e contribuição social
As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.
ii) Pis e Cofins
As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.
3 Instrumentos financeiros
a) Títulos e valores mobiliários
Em 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários estão representados por cotas de fundos de investimentos, e estão classificados em "**Títulos para Negociação**", conforme abaixo:

	Vencimento	31/12/2021 Valor do custo	31/12/2021 Saldo contábil
Circulante			
Carteira própria			
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	Sem Vencimento	6.788	6.788
Total		6.788	6.788

b) Instrumentos financeiros derivativos
No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.
4 Outros Ativos

Outros Créditos - Diversos	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar	36
Devedores diversos País	45
Total	81

5 Diversos Passivos

Diversos	31/12/2021
Provisão para pagamentos a efetuar	
Processamento de dados	16
Auditoria	16
Total	32

6 Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social de R$ 6.895, está representado por 6.894.848 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.
Em ata da assembleia geral extraordinária realizada em 17 de novembro de 2021 foi deliberado o aumento de capital de R$ 5.391. O capital social passou a ser de R$ 1.504 para R$ 6.895, com a emissão de 5.389.300 nova ações ordinárias, este aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em novembro de 2021.
Em ata de assembleia geral realizada em 11 de agosto de 2020 foi deliberado a constituição do capital inicial de R$ 1.504 representado por 1.504.474 ações ordinárias. Essa integralização foi realizada em 25 de maio de 2021 quando ocorreu a data de autorização de funcionamento do Bacen.
b. Destinações do lucro
O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação:
a) 5% para a reserva legal, até que essa atinja 20% do capital social;
b) pelo menos 1% do lucro líquido ajustado, para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas;
c) o saldo restante deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.
Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresentou saldo de prejuízos no exercício encerrado no montante de R$ 61.
7 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos
As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.
8 Outros assuntos
Nos primeiros meses de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e brasileira e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras.
Nesse momento, a administração da Sociedade ainda não pode mensurar com alguma precisão os efeitos em seus negócios decorrentes da propagação da nova doença COVID-19.
9 Eventos subsequentes
Não houve eventos subsequentes após o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2021, até a emissão das demonstrações financeiras que requeressem a divulgação em notas explicativas.

MARCOS PAULO DE MOURA E SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro

REINALDO DANTAS
Contador
CRC 1SP110330/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A.** São Paulo – SP
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".
Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,
mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Ricardo Gusmão de Rezende
CT CRC 1SP-275006/O-1

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Não há plano B para trigo caro, massas vão subir, diz fabricante

Empresa afirma que moinhos têm repassado aumento de 30% a 45%

GUERRA NA UCRÂNIA

Daniele Madureira

SÃO PAULO As fabricantes de pães, bolos e massas já ligaram o alerta: elas trabalham, em média, com 20 dias de estoque de farinha de trigo.

A guerra na Ucrânia, que fez disparar o preço da tonelada de trigo no exterior, teve início há três semanas. No Brasil, o preço de macarrão, bolos e pães industrializados já aumentou pelo menos 15%.

O mercado movimenta R$ 40 bilhões ao ano no país, com um consumo de 3,5 milhões de toneladas, segundo a Abimapi (Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães e Bolos Industrializados).

"O país depende de 50% a 60% do trigo importado, que vem quase na sua totalidade da Argentina. Moinhos que processam o trigo para torná-lo farinha, como o nosso, já estão repassando um aumento entre 30% e 45% para a indústria", disse à **Folha** Marcos Pereira, diretor de unidade de negócios Sul e Sudeste da J. Macêdo. "O aumento depende de quanto estoque o moinho tem, que chega no máximo a 70 dias", diz.

A empresa, dona de quatro moinhos e duas fábricas, das marcas Dona Benta, Sol, Petybon e Brandini, é uma das maiores fabricantes de farinha de trigo e massas do país. Com farinha, atende padarias, atacarejos e distribuidoras.

"Desde o início do conflito até agora, o quilo da farinha e os pacotes de macarrão e de biscoitos já subiram 15%, dependendo do produto", diz Pereira. "Vamos ter um novo aumento, que vai ser decidido até o fim do mês. Mesmo que o conflito acabe amanhã, vamos ter uma nova alta, mas, quanto mais cedo acabar, menor vai ser o repasse", afirma.

De acordo com o executivo, a J. Macedo precisa comprar o trigo hoje, que será entregue dentro de dois meses, já no preço do dia, corrigido. "Se não aumentarmos o preço agora, não teremos margem para gerar caixa, ou seja, não teremos dinheiro para bancar a operação."

> Em biscoitos, em média, 30% do custo do produto é trigo, já no macarrão são 70%
>
> **Marcelo Guimarães**
> diretor comercial do grupo Selmi, das marcas Renata e Galo e segunda maior fabricante de massas alimentícias do país

No ano passado, diz, quando houve uma alta expressiva no preço do arroz, o consumidor foi para o macarrão —um produto que está presente em 98,8% dos lares brasileiros, segundo a consultoria Kantar. "Agora não temos plano B", afirma Pereira. "Vamos ter que repassar novo aumento no mês que vem, até atingir toda a alta da farinha, de até 45%, dentro de 60 dias", diz.

Segundo o executivo, vai sobrar inclusive para o varejo. "Pela primeira vez em três décadas de trabalho, vejo os varejistas reconhecendo que precisam reduzir a margem deles para vender."

Já a Selmi, dona das marcas Renata e Galo e segunda maior fabricante de massas alimentícias do país, depois da M.Dias Branco (dona da Adria), prefere não dizer de quanto será o aumento no preço dos produtos —mas o reajuste virá ainda neste mês.

"Certamente, vamos ter aumento de preço em todos os derivados de trigo", diz Marcelo Guimarães, diretor comercial do grupo Selmi. O tamanho do repasse também depende de quanto trigo é empregado em cada categoria. "Em biscoitos, em média, 30% do custo do produto é trigo, já no macarrão são 70%", afirma.

Partir para a produção de massas com derivados de outro cereal —como chegou a ocorrer na 2ª Guerra, quando o mais comum era pão de milho, por exemplo —não é uma opção, segundo fabricantes.

"Não tem como moer milho em um moinho de trigo, é uma operação diferente", diz Pereira, da J.Macêdo. O processo produtivo da indústria alimentícia aplica a farinha de trigo como carboidrato em diferentes categorias de produto —qualquer mudança exigiria uma adaptação custosa, diz ele.

Fora os motivos econômicos, existe o paladar do brasileiro, muito acostumado a consumir os derivados de farinha de trigo, especialmente no macarrão. Os derivados de outros cereais, como arroz e milho, até existem no mercado, mas como opções sem glúten.

Segundo Marcos Henrique do Espírito Santo, analista setorial da Lafis Consultoria, o Brasil importa metade das 12 milhões de toneladas de trigo que consome ao ano. "Desse total, 90% vêm da Argentina", diz. "Os fabricantes não costumam armazenar por mais do que 60 dias, porque não têm capacidade para isso."

Na Bolsa de Chicago, referência para commodities agrícolas, o preço do trigo avançou 24,6% desde o início do conflito até o pregão de terça (15), para US$ 11,54 o bushel (medida equivalente a 27,2 kg).

Em fevereiro, a tonelada da farinha de trigo atingiu R$ 1.708, uma alta de 14,6% sobre o mesmo período de janeiro de 2021 e um salto de 75,5% sobre janeiro de 2020, conforme informações do Cepea-Esalq/USP (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), que acompanha os preços agropecuários.

Os dados levam em conta o preço do trigo no Paraná, maior produtor nacional, ao lado do Rio Grande do Sul. "Mas está em expansão a produção de trigo no cerrado, em Minas Gerais e no interior de São Paulo", diz o analista da Lafis.

Agora, os fabricantes nacionais de farinha de trigo solicitam ao governo federal uma isenção da TEC (Tarifa Externa Comum) cobrada pelo trigo que vem de fora do Mercosul, para garantir o abastecimento. Entre os maiores produtores globais do grão, depois de Rússia e Ucrânia, estão EUA, Canadá e Austrália.

Segundo Espírito Santo, a indústria de derivados de trigo já vinha sendo afetada pela alta dos custos logísticos, especialmente de frete, com o aumento da demanda por navios de contêineres. "A recente disparada no preço do petróleo aumentou ainda mais essa conta, fator que também pesa no preço das embalagens."

Para o presidente da Abimapi, Cláudio Zanão, a indústria deve repassar aos poucos a alta da commodity, para que o consumidor consiga absorvê-la. "Caso contrário, o produto vai ficar encalhado."

Produção de espaguete na Selmi, dona das marcas Renata e Galo, em Sumaré (SP) Eduardo Knapp/ Folhapress

Inflação da cesta básica supera os 12% em 12 meses até fevereiro e volta a ficar acima do IPCA

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A inflação dos alimentos que compõem a cesta básica chegou a 12,67% no acumulado de 12 meses, até fevereiro, no Brasil, aponta estudo produzido por professores do curso de economia da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

Com o resultado, o indicador voltou a ficar acima do IPCA, o que não ocorria desde outubro. Até fevereiro, o IPCA teve avanço de 10,54% em 12 meses.

"Toda a população é afetada pela alta dos alimentos que compõem a cesta básica. As pessoas querem comprar produtos como café, açúcar, pão e carne. Mas são as classes com renda mais baixa que sofrem mais com uma inflação tão alta", diz o economista Jackson Bittencourt, coordenador do curso de economia da PUCPR.

Composto pela variação dos preços de 13 alimentos, o indicador da cesta básica passou a ser divulgado pela universidade ao longo do segundo semestre do ano passado. Os registros da série tiveram início em setembro.

Naquele mês, a inflação da cesta básica era ainda maior, estimada em 15,96%. Enquanto isso, o IPCA estava em 10,25%.

Nos meses seguintes, houve uma inversão. O indicador que mede a variação da cesta perdeu fôlego, sendo ultrapassado pelo IPCA em novembro.

A situação, agora, mudou outra vez. A variação da cesta básica ganhou mais força no início de 2022. Assim, ficou novamente acima do índice geral de inflação do país.

No recorte mensal, a variação da cesta básica atingiu 2,02% em fevereiro. A taxa foi até menor que a de janeiro (2,27%). Mesmo assim, correspondeu ao dobro do IPCA de fevereiro (1,01%).

Segundo o estudo, os 13 alimentos da cesta subiram no mês passado. Os maiores avanços foram verificados na batata-inglesa, que disparou 23,49%, e no feijão-carioca, que aumentou 4,77%.

No acumulado de 12 meses, a maior alta foi a do café em pó: 61,19%. Em seguida, aparece o açúcar cristal, que subiu 36,30% em igual período. A produção de ambos foi prejudicada pela crise hídrica e por geadas no ano passado.

Na largada de 2022, o clima adverso voltou a afetar plantações, pressionando preços de alimentos no país. Enquanto municípios do Sudeste registraram excesso de chuva, o Sul amarga período de seca.

O avanço até fevereiro ainda não contempla o impacto da guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou as cotações de commodities agrícolas, como trigo, milho e soja.

Conforme Bittencourt, o conflito no Leste Europeu tende a gerar novas pressões sobre os preços da cesta básica a partir de março.

Alimentos como o pão francês e o óleo de soja, que integram a cesta, devem sentir os reflexos diretos da valorização de trigo e soja, diz o professor.

Já o mega-aumento dos combustíveis no Brasil, associado ao avanço do petróleo durante a guerra, tende a elevar os custos do transporte de mercadorias, trazendo riscos para preços diversos, incluindo os da comida.

> A expectativa, infelizmente, é de mais pressão inflacionária. A guerra gera problemas no mundo inteiro
>
> **Jackson Bittencourt**
> coordenador do curso de economia da PUCPR

"A expectativa, infelizmente, é de mais pressão inflacionária. A guerra gera problemas no mundo inteiro", aponta.

O estudo da PUCPR tem como base os dados de alimentos que integram a pesquisa do IPCA, calculado pelo IBGE.

Além do recorte nacional, a pesquisa da universidade também mostra a inflação da cesta básica na região metropolitana de Curitiba.

Na capital paranaense, a alta foi de 14,10% no acumulado de 12 meses até fevereiro. Ou seja, foi maior do que a média brasileira (12,67%).

Já o IPCA em Curitiba, no mesmo período, foi de 13,17%. Trata-se da maior inflação entre as capitais e as regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

Com o aumento dos preços e as dificuldades no mercado de trabalho, o Brasil passou a registrar mais cenas de pessoas em busca de doações de comida e até de restos de alimentos durante a pandemia.

Em fevereiro, os valores da cesta básica aumentaram nas 17 capitais pesquisadas pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O trabalhador que recebeu um salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% da Previdência, comprometeu 56,11% da renda, em média, para adquirir os produtos da cesta. Em janeiro, a porcentagem havia sido menor, de 55,20%, indica o Dieese.

Comida mais cara no Brasil

Inflação acumulada em 12 meses

Variação dos produtos da cesta básica em 12 meses

Inflação mensal

Fonte: PUCPR, a partir de dados do IBGE

Esta oferta é dirigida exclusivamente aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

EDITAL DE OFERTA PÚBLICA OBRIGATÓRIA PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ n.º 12.272.084/0001-00
NIRE 27.300.070.112

POR ORDEM E CONTA DE
EQUATORIAL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta – Código CVM n.º 02001-0
CNPJ n.º 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8

equatorial ENERGIA

EQUATORIAL ENERGIA S.A., sociedade anônima de capital aberto, com sede na Alameda A, Quadra SQS, n.º 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070-900, na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Maranhão ("JUCEMA") sob o NIRE 2130000938-8, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.220.438/0001-73 ("Ofertante"), acionista controladora direta da **EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na Avenida Fernandes Lima, n.º 3349, Gruta de Lourdes, CEP 57.052-405, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.272.084/0001-00 ("Companhia"), vem submeter aos acionistas não controladores da Companhia ("Acionistas"), a presente oferta pública obrigatória para a aquisição de até a totalidade das Ações Objeto da Oferta (conforme definido no item 2.5 abaixo), nos termos deste Edital e, ainda, de acordo com a legislação aplicável, em especial a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e o Estatuto Social da Companhia, com a finalidade e de acordo com as condições a seguir dispostas ("Oferta").

1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1 Informações do Edital. O presente Edital foi elaborado a partir das informações disponíveis à Ofertante, com o intuito de dotar os Acionistas da Companhia dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da Oferta.

1.2 Histórico. A Ofertante se tornou acionista controladora da Companhia no contexto do procedimento licitatório na modalidade de leilão, realizado na forma do Edital de Leilão n.º 2/2018-PPI/PND ("Edital Desestatização"), tendo por objeto a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Companhia (então denominada Companhia Energética de Alagoas S.A. – CEAL) ("Desestatização"), conforme histórico detalhado no item 2.5 abaixo. Em 05 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Ofertante aprovou, no âmbito da aprovação das operações relativas à Desestatização, a realização obrigatória da presente Oferta, a ser dirigida aos Acionistas, visando à aquisição privada, pela Ofertante, das Ações Objeto da Oferta.

1.3 Fundamento Legal e Regulamentar. A presente Oferta é realizada em caráter obrigatório, observando o disposto na legislação aplicável, em especial a Lei das S.A.

1.4 Participação da Ofertante. Na data da publicação deste Edital, a Ofertante é titular direta de 2.025.493.953 ações ordinárias, equivalentes a 96,47% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, e de 34.306.255 ações preferenciais, equivalentes a 91,95% do total de ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas, em conjunto, de 96,39% do capital social total da Companhia. Para maiores informações sobre a Ofertante, vide item 6 deste Edital.

1.5 Definições. Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Edital terão o significado a eles atribuído no Anexo 9 ao Edital Desestatização ("Manual de Oferta de Ações aos Empregados e Aposentados").

2. DA OFERTA

2.1 Oferta. A Ofertante oferece-se para, condicionado ao disposto no item 2.7 abaixo, comprar e adquirir até a totalidade das Ações Objeto da Oferta, observados os termos e condições do presente Edital.

2.2 Razões para Realização da Oferta. A Ofertante esclarece que a Oferta é realizada em caráter obrigatório, tendo em vista a obrigação de recompra das ações de titularidade dos empregados e aposentados assumida nos termos do item 1.10 do Edital Desestatização, no item 2.12 do Manual de Oferta de Ações aos Empregados e Aposentados e nos demais documentos da Desestatização. Ademais, a Oferta se encontra em linha com o plano estratégico em curso de consolidação da participação detida pela Ofertante em suas controladas, entre as quais a Companhia, tendo em vista inclusive o reduzido percentual de participação acionária e o histórico de absenteísmo dos Acionistas nas Assembleias Gerais e demais deliberações societárias da Companhia.

2.3 Ausência de Registro da Oferta. A Oferta objeto deste Edital é obrigatória e não estará sujeita a registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ou quaisquer outras entidades, uma vez que a Companhia é sociedade por ações de capital fechado.

2.4 Aprovações Societárias. A realização dos atos necessários à implementação da Desestatização, incluindo a realização da Oferta, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Ofertante realizada em 05 de agosto de 2021, cuja ata foi levada a registro perante a JUCEMA em 23 de agosto de 2021, sob o n.º 20211080837. A realização da Oferta foi também consignada nos itens 6.2.1 e 6.2.2 da reunião do Conselho de Administração da Ofertante datada de 05 de agosto de 2021, registrada perante a JUCEMA em 23/08/2021, sob o n.º 20211080837.

2.5 Ações Objeto da Oferta. A Ofertante dispõe-se a adquirir até 77.213.440 ações, representativas de 3,61% do capital social total da Companhia, sendo até 74.210.012 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, equivalentes a 3,53% do total de ações ordinárias, e até 3.003.428 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, equivalentes a 8,05% do total de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Ações Objeto da Oferta").

2.5.1 *Ações excluídas das Ações Objeto da Oferta.* Não serão adquiridas no âmbito da Oferta as Ações: (a) de titularidade dos acionistas controladores, diretos ou indiretos, da Companhia, e de pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos, que atue representando o mesmo interesse dos acionistas controladores ("Pessoa Vinculada"); e (b) de titularidade de administradores da Companhia. Para fins de esclarecimento, na data de publicação deste Edital, não há ações de emissão da Companhia de titularidade de administradores ou de Pessoas Vinculadas à Ofertante.

2.6 Forma. Esta Oferta será efetivada por meio da aquisição privada, pela Ofertante, das Ações Objeto da Oferta, a ser realizada por meio: (i) de Instrumento Particular de Transferência de Ações e Quitação a ser celebrado entre a Ofertante e cada um dos Acionistas, cuja minuta consta do **Anexo 2.6** ("Instrumento de Transferência de Ações e Quitação"); e (ii) da prática dos atos necessários à transferência das Ações Objeto da Oferta de titularidade dos Acionistas que venham a ser adquiridas pela Ofertante perante o agente escriturador das ações da Companhia, incluindo, sem limitação, a assinatura dos respectivos formulários de transferência de ações, até 03 de março de 2022 ("Data Limite").

2.7 Condições da Oferta. Após a publicação do Edital, a Oferta será imutável e irrevogável, exceto nas seguintes hipóteses, nas quais a modificação ou revogação da Oferta será admitida:

(i) quando se tratar de modificação por melhoria da Oferta, ou por renúncia, pela Ofertante, de condição estabelecida para a efetivação da Oferta; ou

(ii) se houver a ocorrência, até às 18h00 (horário de Brasília) do Dia Útil imediatamente anterior à Data Limite, de qualquer dos eventos listados a seguir, e desde que a Ofertante não renuncie à condição, nos termos do item 2.7.2 abaixo ("Condições"):

(a) declaração de moratória bancária ou qualquer suspensão de pagamentos em relação aos bancos, em geral, no Brasil;

(b) início de guerra ou hostilidades armadas no Brasil;

(c) ocorrência de alteração nas normas societárias ou normas aplicáveis ao mercado de capitais ou ao mercado de valores mobiliários do Brasil que impeça a realização da Oferta;

(d) criação de novos tributos ou o aumento de alíquota em 5% (cinco por cento) ou mais dos tributos, em ambos os casos, incidentes sobre a Oferta; ou

(e) a revogação de qualquer autorização governamental necessária para a implementação da Oferta ou a expedição de qualquer ato de autoridade que impeça a Ofertante de realizar a Oferta ou imponha obrigação de comprar ou vender ações de emissão da Companhia.

2.7.1. *Dia útil.* Para fins deste Edital, considera-se "Dia Útil" qualquer dia, exceto (i) sábado ou domingo, ou (ii) dias em que os bancos comerciais sejam obrigados ou estejam autorizados por Lei a permanecerem fechados na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

2.7.2. *Renúncia à Condição.* A Ofertante terá o direito de, caso seja verificada a ocorrência de qualquer das Condições a qualquer momento entre a data de publicação deste Edital e a Data Limite, renunciar à Condição verificada, prosseguindo com a Oferta sem nenhuma alteração dos demais termos originalmente previstos, observado que a renúncia da respectiva Condição será considerada uma modificação da Oferta e exigirá publicação de aditamento ao Edital, com destaque para as modificações efetuadas e a indicação da nova data para celebração do Instrumento de Transferência de Ações e Quitação e realização dos demais atos indicados no item 2.6 acima, conforme aplicável.

2.7.3. *Verificação de qualquer das Condições.* Caso, a qualquer momento entre a data de publicação deste Edital e a Data Limite, verifique-se a ocorrência de qualquer das Condições, a Ofertante deverá, na mesma data que tomar ciência do implemento da Condição, divulgar fato relevante nos termos da regulação aplicável, comunicando ao mercado:

(i) a verificação de qualquer das Condições; e

(ii) a decisão da Ofertante de:

(a) renunciar à Condição, prosseguindo com a Oferta sem nenhuma alteração dos demais termos originalmente previstos; ou

(b) não renunciar à Condição, revogando a Oferta, que perderá, assim, sua eficácia.

2.8 Aditamento ao Edital. Eventual modificação da Oferta ensejará publicação de aditamento a este Edital ("Aditamento"), com destaque para as modificações efetuadas e com a indicação da nova data para celebração do Instrumento de Transferência de Ações e Quitação e a prática dos demais atos indicados no item 2.6 acima, a qual deverá observar os seguintes prazos:

(i) prazo mínimo contado da publicação do Aditamento de (a) 10 (dez) dias, nos casos de aumento do Preço das Ações (conforme abaixo definido) ou renúncia à Condição para efetivação da Oferta, ou (b) 20 (vinte) dias, nos demais casos; e

(ii) prazo máximo de (a) 30 (trinta) dias contados da publicação do Aditamento; ou (b) 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação deste Edital, o que for maior.

2.9 Consequência da Aceitação da Oferta. Ao aceitarem esta Oferta, os Acionistas da Companhia concordam em dispor da propriedade de suas Ações Objeto da Oferta, incluindo todos os direitos inerentes às referidas Ações Objeto da Oferta, de acordo com os termos e condições previstos neste Edital.

2.10.1. *Proventos.* Se a Companhia declarar proventos sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio até a Data Limite, os respectivos pagamentos serão efetuados, na forma do artigo 205 da Lei das S.A., para o titular das Ações Objeto da Oferta em cada data informada no ato de declaração de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

2.10 Ausência de Restrições ao Exercício do Direito de Propriedade sobre as Ações Objeto da Oferta. Ao aceitarem alienar as Ações Objeto da Oferta nos termos desta Oferta, seus titulares declaram que tais Ações Objeto da Oferta se encontram livres e desembaraçadas de qualquer direito real de garantia, ônus, encargo, usufruto, gravames ou qualquer outra forma de restrição à livre circulação ou transferência que possa impedir o exercício pleno e imediato, pela Ofertante, dos direitos patrimoniais, políticos ou de qualquer outra natureza decorrentes da titularidade das ações.

2.11 Vigência. A presente Oferta permanecerá vigente pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da publicação deste Edital, ou seja, sua fluência inicia-se em 18 de março de 2022 e encerra-se em 03 de maio de 2022 data limite para celebração do Instrumento de Transferência de Ações e Quitação e prática dos demais atos para transferência das Ações Objeto da Oferta indicados no item 2.6 acima. O período da Oferta não será estendido nem haverá período subsequente de Oferta.

3. DO PREÇO

3.1 Preço das Ações. A Ofertante pagará pelas Ações Objeto da Oferta, independentemente de sua classe ou espécie, o valor apurado de acordo com o item 2.12.1 do Manual de Oferta de Ações aos Empregados e Aposentados, conforme indicado a seguir: (i) o valor de aquisição dos lotes de ações adquiridas pelos Empregados e Aposentados na Oferta aos Empregados e Aposentados; (ii) o valor de subscrição por ação resultante do exercício do Direito de Preferência, no âmbito do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral da Companhia realizada em 18 de março de 2019, registrada na Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL) sob o nº 20190141263 em 26/04/2019 ("AGE de Aumento de Capital") (*i.e.*, R$ 0,38 por ação), multiplicado pela quantidade de ações subscritas pelos Empregados e Aposentados; (iii) ao resultado da soma dos valores das ações descritas nos subitens (i) e (ii), será acrescido 10% (dez por cento); e (iv) o valor resultante do subitem (iii) será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para títulos federais ("SELIC") desde a data de liquidação da compra ou subscrição das ações pelo respectivo Empregado ou Aposentado da Companhia ("Preço das Ações").

3.1.1 Apenas para fins de referência, o Preço das Ações será de (a) R$ 0,01 por lote de 152 (cento e cinquenta e duas) ações ordinárias e 3 (três) ações preferenciais adquiridas pelos Empregados e Aposentados na Primeira Etapa da Oferta e Segunda Etapa da Oferta, conforme definidos no Manual de Oferta de Ações aos Empregados e Aposentados; e (b) R$ 0,38 por ação ordinária ou preferencial subscrita pelos Empregados e Aposentados no âmbito da AGE de Aumento de Capital.

3.2 Data de Pagamento do Preço por Ação. O pagamento do Preço das Ações no âmbito da Oferta será efetuado em até 30 (trinta) dias após a Data Limite.

3.3 Forma de Pagamento do Preço por Ação. O pagamento do Preço das Ações como contraprestação pela aquisição das Ações Objeto da Oferta será efetuado à vista, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis para as contas correntes a serem informadas por escrito pelos Acionistas à Ofertante.

3.4 Ações Alienadas na Oferta Voluntária. Com o objetivo de concessão de tratamento mais vantajoso para os acionistas detentores de Ações Objeto da Oferta, estimulando, portanto, a sua adesão à presente Oferta, a administração da Companhia entende que, na hipótese dos acionistas que aderiram de forma parcial à oferta voluntária formalizada pela Ofertante nos termos do Edital de Oferta Pública Voluntária para Aquisição de Ações Ordinárias e Preferenciais de emissão da Companhia, datado de 13 de agosto de 2021 ("Edital Oferta Voluntária" e "Oferta Voluntária" respectivamente), as ações que tiverem sido alienadas pelos acionistas à Ofertante na Oferta Voluntária ("Ações Alienadas") serão consideradas, para os fins da presente Oferta, como ações adquiridas pelos Empregados e Aposentados na Oferta aos Empregados e Aposentados, nos termos do subitem (i) do item 3.1 acima. Na hipótese de a quantidade de Ações Alienadas à Ofertante no âmbito da Oferta Voluntária ser superior ao montante de ações adquiridas pelos Empregados e Aposentados na Oferta aos Empregados e Aposentados, a quantidade de Ações Alienadas que exceder ao montante de ações adquiridas pelos Empregados e Aposentados na Oferta aos Empregados e Aposentados será considerada como ações subscritas pelos Empregados e Aposentados em razão do exercício do Direito de Preferência, conforme aprovado na AGE de Aumento de Capital nos termos do subitem (ii) do item 3.1 acima.

3.4.1 Em razão do quanto previsto no item 3.4 acima, a administração da Companhia e da Ofertante entendem que a eventual adesão parcial à Oferta Voluntária não prejudicará os interesses dos Empregados e Aposentados, tendo em vista a manutenção do custo de aquisição das ações que houverem sido adquiridas mediante o exercício pelos Empregados e Aposentados do Direito de Subscrição no âmbito da AGE de Aumento de Capital, conforme previsto no item 3.3 do Manual de Oferta de Ações aos Empregados e Aposentados.

4. DA AQUISIÇÃO PRIVADA

4.1 Disponibilização de Informações. Os Acionistas da Companhia que desejarem aderir à Oferta deverão disponibilizar as informações e documentos necessários à elaboração do Instrumento de Transferência de Ações e Quitação e à prática dos demais atos para fins de transferência das Ações Objeto da Oferta à Ofertante, tais como a qualificação completa, cópias autenticadas de documentos pessoais dos Acionistas (e.g. RG/CPF), comprovantes de endereço, entre outras informações a serem solicitadas pela Companhia.

4.2 Fornecimento de Documentos e Orientações sobre a Transferência das Ações. A administração da Companhia deverá fornecer, aos Acionistas que aceitarem a Oferta até a Data Limite, os respectivos Instrumento de Transferência de Ações e Quitação, bem como deverá orientar os Acionistas sobre as demais diligências necessárias para formalizar a transferência das Ações Objeto da Oferta adquiridas pela Ofertante junto ao agente escriturador das ações da Companhia.

4.3 Assinatura de Documentos. Os Acionistas que aderirem à Oferta até a Data Limite comprometem-se a assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação da Oferta, quando solicitado pela Ofertante, incluindo, sem limitação, o formulário de transferência de ações junto ao agente escriturador das ações da Companhia. Fica dispensado o reconhecimento de firma por autenticidade no Instrumento de Transferência de Ações e Quitação, sendo aceita assinatura simples física, nos termos previstos no **Anexo 2.6** ao presente.

4.4 Tributos. Todos e quaisquer tributos incidentes sobre a venda das Ações Objeto da Oferta no âmbito da Oferta, incluindo o Imposto de Renda a ser determinado sobre o valor do ganho de capital na venda das Ações Objeto da Oferta detidas pelos Acionistas à Ofertante, serão suportados exclusivamente pelos Acionistas que venderem suas Ações Objeto da Oferta na Oferta ou em decorrência da Oferta. A Ofertante não responderá por nenhum tributo incidente sobre a venda das Ações Objeto da Oferta no âmbito da Oferta ou em decorrência da Oferta.

5. DAS INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

5.1. Sede Social e Objeto Social. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado com sede social localizada na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na Avenida Fernandes Lima, n.º 3349, Gruta de Lourdes, CEP 57.052-405, e tem por objeto social explorar os serviços de energia elétrica, conforme o respectivo contrato de concessão, realizando, para tanto, estudos, projetos, construção eoperação de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica, e a prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades.

5.2. Histórico da Companhia e Desenvolvimento de suas Atividades. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica no Estado de Alagoas, sendo as atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava atendendo 1.160.728 (um milhão, cento e sessenta mil, setecentos e vinte e oito) consumidores. Criada em 1983, sob a égide da Lei Estadual n.º 4.450 de 05 de julho de 1983, a Companhia é oriunda da Companhia de Eletricidade de Alagoas constituída pela Lei Estadual n.º 2.137 de 08 de abril de 1959, com lavratura da escritura pública de constituição em 17 de agosto de 1960. Em julho de 1997, a União, por intermédio da Eletrobras, passou a exercer o controle acionário da Companhia, por meio da aquisição de 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da Companhia que se encontravam sob o controle do Estado do Alagoas, conforme autorizado pela Lei 9.619 de 02 de abril de 1998. Em 14 de junho de 2018 foi publicado o Edital Desestatização, por meio do qual, dentre outras, foram tornadas públicas as condições da Desestatização da Companhia, que foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND e qualificada no Programa de Parcerias do Investimento – PPI. Neste contexto, em 28 de dezembro de 2018 foi realizada a sessão pública do leilão, tendo a Ofertante se sagrado vencedora, e em 27 de fevereiro de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações entre a Eletrobras, a Ofertante e a Companhia, por meio do qual a Ofertante adquiriu 89,94% do capital social da Companhia. Ainda no contexto da Desestatização, em 19 de março de 2019 a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica n.º 002/2019 – ANEEL, cujo prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Em observância ao disposto no Edital Desestatização e nos termos do seu Anexo 9, foram ofertadas ações de emissão da Companhia aos seus empregados e aposentados ("Oferta aos Empregados e Aposentados") que representaram aproximadamente 10,06% do capital social da Companhia. Durante as duas etapas da Oferta aos Empregados e Aposentados, foram adquiridas pelos empregados e aposentados aproximadamente, 9,63526024%, sendo que as ações ofertadas que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados foram devidamente adquiridas pela Ofertante em 08 de julho de 2019 pelo mesmo valor ofertado. Ainda em atenção ao Edital Desestatização, a Ofertante aprovou em 18 de março de 2019 um aumento do capital social da Companhia de até R$ 607.166.156,50 (seiscentos e sete milhões, cento e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos), tendo se comprometido a integralizar R$ 545.770.485,60 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), sendo o restante destinado a eventual exercício do direito de preferência pelos empregados e aposentados que adquiriram ações no âmbito da Oferta aos Empregados e Aposentados. Durante o período de preferência, os empregados e aposentados que se tornaram acionistas minoritários da Companhia integralizaram um valor de subscrição total de R$ 4.257.603,98 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e três reais e noventa e oito centavos), de modo que em 09 de outubro de 2019 foi homologado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 550.028.089,58 (quinhentos e cinquenta milhões, vinte e oito mil, oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). Com relação às atividades da Companhia, em 2020, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Companhia alcançou o patamar de 5.045 GWh, aumento de 0,3% em relação a 2019, e o faturamento atingiu 3.855 GWh, o que representou aumento de 9,8% em relação a 2019.

5.3. Capital social. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, na data deste Edital, é de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), representado por 1.382.142.880 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais.

5.4. Oferta Voluntária. Entre os dias 13 de agosto de 2021 e 18 de fevereiro de 2022 foi realizada a Oferta Voluntária, por meio da qual foram adquiridas pela Ofertante o total de 428.061 ações ordinárias e 4.710 ações preferenciais, então detidas pelos Acionistas que aderiram à Oferta Voluntária, nos termos previstos no Edital Oferta Voluntária. Em razão disso, a composição acionária da Companhia foi alterada, conforme detalhado no item 5.5 abaixo.

5.5. Composição Acionária. A composição acionária da Companhia na data deste Edital, já refletidas as ações adquiridas dos Acionistas pela Ofertante no âmbito da Oferta Voluntária, é a seguinte:

Distribuição do Capital Social						
	Quantidade de Ações					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Ofertante	2.025.493.953	96,47%	34.306.255	91,95%	2.059.800.208	3,61%
Minoritários (Empregados e Aposentados)*	74.210.012	3,53%	3.003.428	8,05%	77.213.440	3,61%
Total do capital social	**2.099.703.965**	**100,00**	**37.309.683**	**100,00**	**2.137.013.648**	**100,00**

* Correspondente às Ações Objeto da Oferta.

5.6. Demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis anuais e periódicas da Companhia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/equatorial-alagoas/

5.7. Direitos das Ações Ordinárias da Companhia. Cada ação ordinária da Companhia confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais. De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das S.A., é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, observado o decréscimo da importância destinada, no exercício, à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. ou dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

5.8. Direito das Ações Preferenciais da Companhia. Nos termos do artigo 5º, §2º do Estatuto Social, as ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário e cumulativo de 10% (dez por cento) ao ano, calculado sobre o valor do capital representado por essa espécie de ações. De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das S.A., é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, observado o decréscimo da importância destinada, no exercício, à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., ou dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

5.9. Informações Adicionais sobre a Companhia. Para as demais informações sobre a Companhia, consulte o endereço eletrônico indicado no item 8.4 abaixo.

6. DAS INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTANTE

6.1 Sede. A sede da Ofertante está localizada na Alameda A, Quadra SQS, n.º 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070-900, na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

6.2 Objeto Social. Nos termos do seu Estatuto Social, o objeto social da Ofertante contempla a participação social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem: (a) preponderantemente no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas; e (b) em outros setores.

6.3 Histórico de Constituição da Ofertante e do Grupo Equatorial.

6.3.1 A Ofertante é uma *holding* com atuação no setor elétrico, tendo como objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. A Ofertante é listada no Novo Mercado e possui ações negociadas na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão desde 2008.

6.3.2 No segmento de distribuição, a Ofertante controla as distribuidoras dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Amapá e Rio Grande do Sul. No segmento de transmissão, por sua vez, a Ofertante adquiriu concessões de 8 (oito) lotes de linha de transmissão, bem como a Integração Transmissora de Energia S.A., que possui linha de transmissão operacional nos Estados do Tocantins e Goiás. Já no segmento de geração, detém 100% (cem por cento) da Echoenergia S.A., responsável pela operação de usinas de geração de energia eólica localizadas nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Pernambuco, e também detém 25% (vinte e cinco por cento) de participação na Geradora de Energia do Maranhão S.A., atualmente em processo de alienação, responsável pela operação de 2 (duas) usinas termoelétricas localizadas no Maranhão. No segmento de prestação de serviços, detém 100% (cem por cento) da Equatorial Serviços S.A., que por sua vez detém 100% da SolEnergias Comercializadora de Energia S.A., comercializadora de energia elétrica, 100% da Equatorial Telecomunicações S.A. e 100% da Equatorial Geração Distribuída S.A. No segmento de saneamento, detém 100% da Equatorial Participações III S.A., que por sua vez detém 80% da Companhia de Saneamento do Amapá S.A. ("Grupo Equatorial").

6.3.3 O Grupo Equatorial se consolidou no cenário brasileiro como uma *holding* de empresas de alta performance e grandes resultados, com *cases* que mostram em dados sólidos como eram as empresas ao serem adquiridas pelo Grupo Equatorial e suas evoluções operacionais em um curto espaço de tempo.

6.4 Capital Social. O capital social da Ofertante, totalmente subscrito e integralizado, na presente data, é de R$ 7.471.994.872,59 (sete bilhões, quatrocentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), representado por 1.128.934.585 (um bilhão, cento e vinte e oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quinhentas e oitenta e cinco) ações, todas elas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

6.5 Composição Acionária. Conforme o formulário de referência da Ofertante, atualizado em 24 de agosto de 2021, a composição acionária da Ofertante é a seguinte:

Distribuição do Capital Social						
	Quantidade de Ações					
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Squadra Investimentos Gestão de Recursos Ltda.	99.380.285	8,80	–	–	99.380.285	8,80
Opportunity Asset Administradora de Recursos de Terceiros Ltda.	97.634.195	8,65	–	–	97.634.195	8,65
BlackRock, Inc.	57.299.125	5,08	–	–	57.299.125	5,08
Verde Asset Management	51.204.855	4,54	–	–	51.204.855	4,54
Canada Pension Plan Investment Board	50.539.100	4,48	–	–	50.539.100	4,48
Outros	738.095.110	65,38	–	–	738.095.110	65,38
Ações em tesouraria	28.421.100	2,52	–	–	28.421.100	2,52
Administradores	6.360.815	0,56			6.360.815	0,56
Total do capital social	**1.128.934.585**	**100,00**	**–**	**–**	**1.128.934.585**	**100,00**

6.6 Valores Mobiliários de emissão da Companhia de titularidade da Ofertante. Na data de publicação deste Edital, a Ofertante e Pessoas Vinculadas são titulares, direta e indiretamente, dos seguintes valores mobiliários de emissão da Companhia:

6.6.1 Ações:

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Equatorial Energia S.A.	2.025.493.953	96,47%	34.306.255	91,95%	2.059.800.208	3,61%

6.6.2 Debêntures. Na data de publicação deste Edital, a Ofertante e Pessoas Vinculadas, direta e indiretamente, não são titulares de debêntures de emissão da Companhia.

6.7 Valores Mobiliários Objeto de Empréstimo. Na data de publicação deste Edital, a Ofertante, e Pessoas Vinculadas, direta e indiretamente, não são partes de contratos de empréstimo de valores mobiliários de emissão da Companhia.

6.8 Exposição a Derivativos. A Ofertante e Pessoas Vinculadas, direta ou indiretamente, não estão, na data de publicação deste Edital, sujeitas à exposição em derivativos referenciados em valores mobiliários da Companhia.

6.9 Acordos e Negócios. A Ofertante e Pessoas Vinculadas, direta ou indiretamente, não são, na data de publicação deste Edital, beneficiárias ou partes de contratos, pré-contratos, opções, cartas de intenção ou quaisquer outros atos jurídicos dispondo sobre a aquisição ou alienação de valores mobiliários da Companhia.

6.10 Operações. Nos últimos 6 (seis) meses, não foi celebrado qualquer contrato, pré-contrato, opções, cartas de intenção ou quaisquer outros atos jurídicos similares entre: (a) a Ofertante ou Pessoas Vinculadas; e (b) a Companhia, seus administradores ou acionistas titulares de ações representando mais de 5% (cinco por cento) das ações em circulação da Companhia ou qualquer Pessoa Vinculada às pessoas mencionadas.

Continua

Continuação

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

7. DAS DECLARAÇÕES DA OFERTANTE
7.1 Declarações da Ofertante. A Ofertante declara que:
(i) é responsável pela veracidade, qualidade e suficiência das informações fornecidas ao mercado, bem como por eventuais danos causados à Companhia, aos seus acionistas e a terceiros, por culpa ou dolo, em razão da falsidade, imprecisão ou omissão de tais informações;
(ii) desconhece a existência de quaisquer fatos ou circunstâncias, não revelados ao público, que possam influenciar de modo relevante os resultados da Companhia;
(iii) não houve nos últimos 12 (doze) meses negociações privadas relevantes com as Ações Objeto da Oferta, entre partes independentes, envolvendo a Ofertante ou Pessoas Vinculadas, exceto pela realização da Oferta Voluntária;
(iv) exceto pelo informado no item 5.5 acima, a Ofertante e Pessoas Vinculadas não são, na data de publicação deste Edital, titulares de outros valores mobiliários de emissão da Companhia;
(v) a Ofertante e as Pessoas Vinculadas não são, na data de publicação deste Edital, parte de quaisquer empréstimos, como tomadoras ou credoras, de valores mobiliários de emissão da Companhia;
(vi) a Ofertante e Pessoas Vinculadas não estão, na data de publicação deste Edital, sujeitas à exposição em derivativos referenciados em valores mobiliários da Companhia;
(vii) a Ofertante e Pessoas Vinculadas não são, na data de publicação deste Edital, beneficiárias ou partes de contratos, pré-contratos, opções, cartas de intenção ou quaisquer outros atos jurídicos dispondo sobre a aquisição ou alienação de valores mobiliários da Companhia; e
(viii) não foram celebrados, nos últimos 6 (seis) meses, qualquer contrato, pré-contrato, opções, cartas de intenção ou quaisquer outros atos jurídicos similares entre: (a) a Ofertante ou Pessoas Vinculadas; e (b) a Companhia, seus administradores ou Acionistas titulares de ações representando mais de 5% (cinco por cento) das ações em circulação da Companhia ou qualquer Pessoa Vinculada às pessoas mencionadas.

8. DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS
8.1 Responsabilidade da Ofertante. A Ofertante é responsável pela veracidade, qualidade e suficiência das informações fornecidas ao mercado, bem como por eventuais danos causados à Companhia, aos seus acionistas e a terceiros, por culpa ou dolo, em razão da falsidade, imprecisão ou omissão de tais informações.
8.2 Inexistência de Fatos ou Circunstâncias Relevantes Não Divulgados. A Ofertante declara que não tem conhecimento da existência de quaisquer fatos ou circunstâncias relevantes não divulgados ao público que possam ter uma influência relevante nos resultados da Companhia.
8.3 Identificação dos Assessores Jurídicos. Para a realização da Oferta, a Ofertante contratou a assessoria jurídica do Stocche, Forbes, Filizzola, Clápis e Cursino de Moura Advogados, conforme abaixo:
Stocche, Forbes, Filizzola, Clápis e Cursino de Moura Sociedade de Advogados
Rua São Bento, n.º 18, 14º andar
CEP 20.090-010
Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3609-7900
E-mail: fmoura@stoccheforbes.com.br
8.4 Acesso aos documentos relacionados à Oferta. Este Edital e os seus respectivos Anexos estão à disposição de qualquer pessoa interessada, nos endereços mencionados abaixo.
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.
Avenida Fernandes Lima, n.º 3349, Gruta de Lourdes
CEP 57.052-405
Maceió, Alagoas
https://ri.equatorialenergia.com.br/
Equatorial Energia S.A. (Ofertante)
Alameda A, Quadra SQS, n.º 100, sala 31
Altos do Calhau, São Luís, Maranhão
https://ri.equatorialenergia.com.br/
8.5 Documentos da Oferta. Os acionistas titulares de valores mobiliários da Companhia devem ler atentamente este Edital e demais documentos relevantes relacionados à Oferta, publicados pela Ofertante, tendo em vista que tais documentos contêm informações importantes.
8.6 Recomendação aos Acionistas. A regulamentação e legislação tributária em vigor não preveem o tratamento aplicável aos ganhos auferidos em transações objeto da Oferta de forma específica, e a respectiva tributação aplicável aos Acionistas pode estar sujeita à interpretação da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tendo em vista que cabe exclusivamente aos Acionistas a responsabilidade pelo pagamento do tributo porventura oriundo da participação e aceitação da presente Oferta, recomenda-se que antes de decidirem aderir à Oferta, consultem seus assessores jurídicos e tributários para verificar as implicações legais e fiscais de tal participação, sendo certo que a Ofertante não se responsabiliza por quaisquer impactos legais ou fiscais daí decorrentes que afetem negativamente os Acionistas.
8.7 Afirmações. Certas afirmações contidas neste Edital podem constituir estimativas e declarações prospectivas. O uso de quaisquer das seguintes expressões "acredita", "espera", "pode", "poderá", "pretende" e "estima" e expressões similares têm por objetivo identificar declarações prospectivas. No entanto, estimativas e declarações prospectivas podem não ser identificadas por tais expressões. Em particular, este Edital contém estimativas e declarações prospectivas relacionadas, mas não limitadas, ao procedimento a ser seguido para a conclusão da Oferta, aos prazos de diversos passos a serem seguidos no contexto da Oferta e às ações esperadas da Ofertante, da Companhia e de certas terceiras partes, no contexto da Oferta. Estimativas e declarações prospectivas estão sujeitas a riscos e incertezas, incluindo, mas não se limitando, ao risco de que as partes envolvidas na Oferta não promovam os requisitos necessários à conclusão da Oferta. Estimativas e declarações prospectivas são também baseadas em presunções que, na medida considerada razoável pela Ofertante, estão sujeitas a incertezas relativas a negócios, aspectos econômicos e concorrenciais relevantes. As presunções da Ofertante contidas neste Edital, as quais podem ser provadas serem incorretas, incluem, mas não se limitam a presunções de que as leis e regras do mercado de capitais aplicáveis à Oferta não serão alteradas antes da conclusão da Oferta. Exceto na medida requerida pela lei, a Ofertante não assume qualquer obrigação de atualizar as estimativas e declarações prospectivas contidas neste Edital.

Maceió/São Luís, 18 de março de 2022.
EQUATORIAL ENERGIA S.A.
Ofertante

LEIA ATENTAMENTE ESTE EDITAL ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

ANEXO 2.6 - INSTRUMENTO PARTICULAR DE TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES E QUITAÇÃO - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Companhia			CNPJ
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.			12.272.084/0001-00
Nome do(a) Vendedor(a) Clique ou toque aqui para inserir o texto.			**CPF** Clique ou toque aqui para inserir o texto.
Nacionalidade Clique ou toque aqui para inserir o texto.	**Estado Civil** (incluindo o regime de bens, se aplicável) Clique ou toque aqui para inserir o texto.	**Profissão** Clique ou toque aqui para inserir o texto.	**Documento de Identidade** (com órgão expedidor) Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Endereço		Cidade e Estado	CEP
Clique ou toque aqui para inserir o texto.		Clique ou toque aqui para inserir o texto.	Clique ou toque aqui para inserir o texto.
Nome da Compradora Equatorial Energia S.A.			**CNPJ** 03.220.438/0001-73
Quantidade de Ações do(a) Vendedor(a) Clique ou toque aqui para inserir o texto. (Clique ou toque aqui para inserir o texto.) ações ordinárias, sendo Clique ou toque aqui para inserir o texto. (Clique ou toque aqui para inserir o texto.) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e Clique ou toque aqui para inserir o texto. (Clique ou toque aqui para inserir o texto.) ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de Clique ou toque aqui para inserir o texto.% (Clique ou toque aqui para inserir o texto. por cento) do capital social total e votante da Companhia ("Ações").		**Quantidade de Ações Vendidas** Clique ou toque aqui para inserir o texto. (Clique ou toque aqui para inserir o texto.).	
Forma de Pagamento ☒ Moeda corrente nacional	**Dados Bancários do(a) Vendedor(a)** Banco: Clique ou toque aqui para inserir o texto. Agência: Clique ou toque aqui para inserir o texto. Conta Corrente: Clique ou toque aqui para inserir o texto.	**Preço de Aquisição** R$ Clique ou toque aqui para inserir o texto. (Clique ou toque aqui para inserir o texto.).	

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula I – OBJETO
1.1. Na presente data e mediante o pagamento do Preço de Aquisição (conforme definido abaixo), o(a) Vendedor(a) transfere à Compradora, e a Compradora adquire do(a) Vendedor(a), as Ações, conforme indicadas nas Condições Específicas, incluindo todo e qualquer direito a elas inerentes ("Transferência das Ações").
A Compradora, neste ato, adquire as Ações, incluindo todo e qualquer direito e prerrogativa a elas inerente. Para todos os efeitos, as Ações serão transferidas nesta data, por meio da assinatura do respectivo formulário de transferência de ações junto ao agente escriturador das ações da Companhia ("Formulário de Transferência").

CLÁUSULA II – PREÇO DE AQUISIÇÃO
2.1. Preço de Aquisição. Sujeito aos termos e condições deste Contrato, como contraprestação à aquisição das Ações, a Compradora paga ao(à) Vendedor(a) o montante total previsto nas Condições Específicas ("Preço de Aquisição").
2.2. Pagamento do Preço de Aquisição. O Preço de Aquisição é pago pela Compradora ao(à) Vendedor(a) em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias a contar da presente data, por meio de transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis para a conta corrente a ser informada pelo(a) Vendedor(a). O respectivo comprovante de transferência ou de pagamento constituirá documento hábil para comprovação de quitação para todos os fins e efeitos da Lei.
2.3. Quitação. Em virtude da Transferência das Ações ora regulada, o(a) Vendedor(a) outorga a mais ampla, irrestrita e irrevogável quitação à Compradora com relação à Transferência das Ações, e, uma vez pago o Preço de Aquisição, declarará estarem pagos todos os valores devidos a este título, para nada mais reclamarem ou cobrarem da Compradora, a qualquer tempo e título, em juízo ou fora dele, de qualquer forma ou natureza.
2.4. Pagamento Livre de Tributos e Outros Encargos. As Partes acordam que todos e quaisquer tributos incidentes sobre a venda das Ações, incluindo o Imposto de Renda a ser determinado sobre o valor do ganho de capital na venda das Ações detidas pelo(a) Vendedor(a) à Compradora, serão suportados exclusivamente pelo(a) Vendedor(a). As Partes, neste ato, reconhecem que a Compradora não responderá por nenhum tributo incidente sobre a venda das Ações.

CLÁUSULA III - DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO(A) VENDEDOR(A)
3.1. O(a) Vendedor(a), neste ato, declara e garante à Compradora, com relação a si mesmo e à Companhia, que:
Tem a capacidade, o poder e a autoridade para (i) celebrar o presente Contrato e todos os demais documentos e instrumentos aplicáveis na forma aqui prevista para a realização da Transferência das Ações; (ii) cumprir com as obrigações assumidas neste Contrato e nos demais documentos e instrumentos relacionados à implementação da Transferência das Ações; e (iii) consumar a Transferência das Ações, tendo tomado todas as medidas necessárias para autorizar a sua celebração.
(b) É o(a) legítimo(a) titular e proprietário(a) das Ações, com tudo que representam, inclusive o direito a eventuais amortizações e distribuições de resultados, e quaisquer direitos a elas conferidos, estando todas as referidas Ações validamente emitidas.
(c) Compromete-se a assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação da Transferência das Ações perante o agente escriturador das ações de emissão da Companhia, quando solicitado pela Compradora, incluindo, sem limitação, o Formulário de Transferência, bem como praticar todos e quaisquer atos necessários à Transferência das Ações para a Compradora.

CLÁUSULA IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. O presente Contrato obriga os signatários e seus sucessores, na forma de lei.
4.2. Este Contrato constitui acordo integral entre as Partes, com relação ao seu objeto, substituindo qualquer acordo e entendimento anteriores entre as Partes, verbais ou por escrito, no que se refere ao seu objeto.
4.3. As obrigações oriundas deste Contrato poderão ser objeto de execução específica por iniciativa de qualquer das Partes, nos termos do disposto nos artigos 497, 815 e seguintes da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.
4.4. Caso qualquer termo ou disposição deste Contrato seja declarado inválido ou inexequível, deverá ser considerado ineficaz somente na medida de tal invalidade ou inexequibilidade, sem tornar inválido ou inexequível os termos e disposições remanescentes da referida cláusula e/ou deste Contrato.
4.5. A eventual tolerância, por alguma das Partes, quanto ao inadimplemento de qualquer cláusula, obrigação e demais condições pactuadas neste Contrato não significará novação ou alteração das mesmas, mas tão somente mera liberalidade e não prejudicará o exercício dos direitos aqui contemplados em ocasião e/ou idêntica situação posterior, podendo a Parte prejudicada exigir da outra Parte o integral cumprimento das disposições deste Contrato.
4.6. Qualquer alteração nos termos e condições contratuais deverá ser feita através de aditivo contratual, devidamente assinado pelas Partes.
4.7. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
4.8. Assinatura Eletrônica. Os signatários reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Termo e de seus termos em formato eletrônico, para todos os efeitos legais, declarando, à vista do disposto no artigo 6º do Decreto nº 10.278/20, que qualquer um dos meios elencados a seguir é um meio escolhido de mútuo acordo entre as partes como apto a comprovar autoria e integridade do instrumento, e conferir-lhe pleno efeito legal, como se documento físico fosse: (i) assinatura em meio eletrônico via certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil; (ii) assinatura em meio eletrônico na plataforma DocuSign (www.docusign.com.br) ou qualquer plataforma similar; ou (iii) qualquer forma de comprovação de consentimento das partes ou de seus representantes legais, ainda que não ocorra via certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil ou por assinatura na plataforma DocuSign ou similar.

CLÁUSULA V - DO FORO
5.1. Para qualquer ação, dúvida ou questão oriunda do presente instrumento, fica, desde já, eleito o foro da comarca da Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DECLARO PARA TODOS OS FINS QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES GERAIS EXPRESSAS NESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES E QUITAÇÃO.

Local e Data Clique ou toque aqui para inserir o texto.

O pacote eleitoral de Bolsonaro

Governo não 'injeta R$ 150 bilhões na economia', mas ainda quer aprontar mais

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

"Em ano eleitoral, pacote do governo injeta R$ 150 bilhões na economia", a gente lia e ouvia na tarde desta quinta-feira (17). Era o noticiário do anúncio do "Programa Renda e Oportunidade", de Jair Bolsonaro.

É cascata.

É propaganda do governo, que soma um rolo de dinheiros diversos. Pode até aliviar a vida muito dura de muita gente, por pouco tempo, talvez o bastante para render uns pontos de pesquisa ou votos. Isso se o trem de crise que vem na contramão não atropelar ainda mais a vida dessas pessoas.

Quem está fazendo a conta de "inflação suga tantos bilhões da economia"? O salário médio real deve cair de novo neste ano, tanto mais quanto piores foram os efeitos da crise mundial causada pela guerra e pelo arrocho dos juros.

O "pacote de R$ 150 bilhões" mistura laranjas com jaca velha, crédito com dinheiro novo e mera antecipação de recursos.

O governo vai permitir saques de até R$ 1.000 no FGTS. Na estimativa oficial, sairiam R$ 30 bilhões. Dado o desespero do povo miúdo, é bem possível que a estimativa não seja um exagero.

Pelo terceiro ano consecutivo, o pagamento do 13º dos benefícios do INSS será antecipado (a vantagem aqui é receber o dinheiro antes do final do ano, ganhando, sei lá, uns 3% da inflação que comeria o benefício).

Além de ser antecipação, é medida repetida. Já estava na conta de "injeções" de dinheiro na economia.

Houve mudanças no crédito consignado. Mais gente vai poder comprometer parte maior de seu rendimento tomando esse tipo de empréstimo. Quanta gente? Quanto dinheiro? Em qual prazo? Trata-se de crédito, não de transferência de renda. A criatura tem de saber que tem crédito, tem de pensar se quer ou se pode pegar o crédito, tem de conseguir pegar o crédito.

Por aí, viriam uns R$ 77 bilhões, chutou o governo. Sabe-se lá se a soma dos empréstimos vai chegar a tanto. Chegando ou não, o devedor tem de pagar parte do que recebeu, com juros.

Vai haver alguma antecipação de consumo? Certamente vai. Quanta? Pode ser que o povo miúdo mais empreendedor até monte um negocinho com o dinheiro? Bem provável. Mas parte disso vai ser mero anabolizante, que de resto vai deixar muita gente pequena mais endividada (o consignado será pago, com "desconto na fonte", mas a conta pendurada na vendinha pode ficar para depois, assim como a dívida com o vizinho).

O governo decerto não vai parar por aí. Vai dar um jeito de "injetar" mais dinheiro no bolso de alguém, no mínimo dizer que tentou. Como se sabe, o governo vai deixar de arrecadar uns R$ 19 bilhões de PIS/Cofins sobre combustíveis. Mesmo que não chegue à bomba ou diminua o preço de mercadorias afetadas pelo diesel, por exemplo, é uma forma de gasto. Mais déficit, aliás.

No começo de março, o governo decretou uma redução do IPI, que deve "injetar" de R$ 6 bilhões a R$ 7 bilhões na economia, sabe-se lá no bolso de quem. Em tese, deveria baratear eletrodomésticos, mas o desconto pode ficar com fabricantes ou revendedores, a depender do estado e tipo da demanda e da concorrência. O pessoal do governo já estuda outra rodada de redução do IPI (mas precisa acertar como fica o subsídio para o pessoal da Zona Franca de Manaus).

Bolsonaro e seu regente e cúmplice Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, não desistiram de bulir com o preço da gasolina. Não será um subsídio geral, mas Lira precisa fazer propaganda e Bolsonaro precisa dar satisfações a suas bases de motoristas e motociclistas.

Ainda está em estudo um refinanciamento de dívidas de pequenas empresas, além da nova rodada de crédito garantido (subsidiado, pois) pelo governo, o Pronampe. A ideia é comprar pontos nas pesquisas.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Prefeitura Municipal de Carapicuíba
Chamamento Público nº 01/22 - P.A.nº 10665/22 Objeto: Contratação emergencial de serviço de locação de caminhão baú com motorista devidamente habilitado. Recebimento e abertura dos envelopes dia 25/03/22 às 15:00 horas. Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.
Carapicuíba, 17 de março de 2022.
Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 50/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2022. DIFERENCIADA COM COTA RESERVADA PARA ME. EPP E MEI OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de arroz parboilizado para Merenda Escolar, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO**: até 01/04/2022, às 14:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: 01/04/2022, às 14:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES**: no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2022
OBJETO: Contratação de empresa especializada de serviços médico-veterinários de esterilização de caninos e felinos, machos e fêmeas, de todos os portes, compreendendo a realização dos procedimentos cirúrgicos no Município de Itapira/SP. **DATA DE ABERTURA**: 31 de março de 2022, às 08 horas. José Aparecido Perentel Rostirolla, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.
O edital estará disponível aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 17 de março de 2022.
TERMO DE ADIAMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022.
OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de rádio portátil e impressora multifuncional em atendimento às escolas da Rede Municipal de Educação de Itapira/SP.
A Prefeitura Municipal de Itapira torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **ADIADA "sine die"** a sessão pública de abertura dos Envelopes Propostas e Documentos apresentados nos termos do Edital nº 073/2022, Pregão Eletrônico nº 050/2022. Regina de Santana Lago Gracini, Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022
PROCESSO Nº 028/2022 – TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de 5.400 Kg. de Ácido Fluossilícico e 6.600 Kg. de Hipoclorito de Sódio, para o SAE – Serviço de Água e Esgoto, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 31/03/2022. HORÁRIO DE INÍCIO: 14H00. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO**: A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://45.173.149.250:8079/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, localizado na Rua Marechal Deodoro nº 261 – Bairro Centro – CEP 16.480-000 – Guaimbê – SP – Telefone (0XX14) 3553-9700 – E-mail: licitacoes.guaimbe@gmail.com.
GUAIMBÊ, 17 DE MARÇO DE 2022.
MÁRCIA HELENA PEREIRA CABRAL ACHILLES - PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
AVISO DE JULGAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO/DESCLASSIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2022
No décimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois às 09:00 horas na sala das Sessões do Departamento de Licitações e Contratos, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações para realização de sessão pública para análise das propostas de preços e julgamento de classificação/desclassificação da Concorrência acima mencionada, cujo objeto é "Prestação de serviços de recapeamento asfáltico e implantação de sinalização horizontal e vertical, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para o recapeamento de trecho da Avenida Luciano Vlademir Poltronieri (trecho compreendido entre a Rua Dom Pedro I e o balão de contorno da Rua Ceará) na zona urbana do município". Após as análises de praxe a Comissão Permanente de Licitações resolveu unanimemente desclassificar a empresa Construtora Simoso LTDA – CNPJ 48.169.536/0001-61 cuja proposta de valor global foi de R$ 879.088,58 e classificar em 1º lugar e vencedora a empresa R & L Construção e Pavimentação LTDA – CNPJ 23.018.036/0001-06 cuja proposta de valor global foi de R$ 791.417,26. Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109, I, alínea "b" da lei 8666/93, de 05 dias úteis, com relação a este julgamento, começando ele a correr a partir do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.
Comissão Permanente de Licitação, 17 de março de 2022.
Edson José da Silva Junior - Presidente

AVISO DE AGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022
A Comissão Permanente de Licitação torna público e para conhecimento dos interessados que fica aprazada Sessão Pública para abertura de envelope com novos documentos apresentado pela única participante, HJM CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ: 34.422.779/0001-55 do procedimento em epígrafe para o dia 23 de março de 2022 às 09:00 horas.
Comissão Permanente de Licitação, 09 de fevereiro de 2022.
Edson José da Silva Junior - Presidente

UNIHOSP SAÚDE LTDA
CNPJ 01.445.199/0001-24
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL
Para fins de cumprimento do Art. 13 parágrafo Único, Inciso II da Lei 9656/98, e da Súmula Normativa 28/2015 da ANS - Agência Nacional de Saúde Complementar a Unihosp Saúde Ltda notifica por Edital seus beneficiários não localizados através de correspondência emitida pelo sistema de Aviso de Recebimento (AR) dos Correios. **Conforme matrícula e CPF abaixo:**

102656 - 511142948; 112396 - 309398838; 122338 - 335171638; 123276 - 387137828; 124716 - 542177448;
125768 - 903290908; 125915 - 050685898; 130056 - 559921328; 131393 - 468063748; 131444 - 536039608;
131820 - 543147798; 152708 - 473320468; 155808 - 008518538; 158936 - 314374688; 160074 - 132596558;
161008 - 151748198; 162082 - 516291078; 162104 - 576052878; 162728 - 499558248; 164317 - 466865898;
165431 - 542401988; 166926 - 384136758; 168744 - 113723108; 169034 - 066196108; 169914 - 901348508;
178721 - 074260458; 178737 - 515031918; 179453 - 001482668; 183435 - 077311078; 184863 - 143368468;
186185 - 300478358; 187770 - 006253718; 190328 - 379415148; 191283 - 161354398; 191422 - 085629528;
192173 - 013814618; 193198 - 008416458; 193580 - 534532008; 194327 - 113364568; 194648 - 516922828;
195936 - 086153678; 195987 - 271605618; 197456 - 590899568; 197549 - 463483568; 197695 - 652117078;
197706 - 586573538; 200033 - 467077758; 203291 - 452897388; 203416 - 436218688; 203596 - 245822028;
204700 - 571985158; 206256 - 570803018; 206955 - 192217938; 207593 - 556477458; 207620 - 593267808;
208990 - 456169558; 209563 - 486813528; 210319 - 485335068; 212229 - 025375828; 212811 - 829242018;
214032 - 591294478; 214562 - 544665968; 215094 - 087472138; 215236 - 594534288; 215480 - 319164578

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO
EDITAL
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2022, do tipo menor preço, destinado à aquisição de CATETER DUPLO LUMEN P/ INFUSÃO VENOSA CENTRAL;. A realização da Sessão será no dia 30/03/2022, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica:18/03/2022. OC Nº:092201090562022OC00150. O edital na íntegra está disponível no site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152. Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2022, do tipo menor preço, destinado à aquisição de CONTRASTE IODADO NÃO IONICO E GADOXETATO DISSODICO INJET.A realização da Sessão será no dia 30/03/2022, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica:18/03/2022. OC Nº: 092201090562022OC00151. O edital na íntegra está disponível no site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Ribeirão Preto, 17 de Março de 2022
ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA
Diretora do Serviço de Compras

Edital de março de 2022 1ª página – 1/3

A operadora HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA, com registro na ANS sob o nº 36.825-3, diante da obrigação legal contida no inciso II, parágrafo único, art. 13, da Lei nº 9656/98 e na Súmula nº 28/2015-ANS, bem como ainda, em face das tentativas sem sucesso de notificação pessoal, vem, por meio do presente Edital, NOTIFICAR os beneficiários abaixo listados para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar desta publicação, regularizem a situação de seu plano de saúde, garantindo, assim, a manutenção dos serviços contratados, podendo, para tanto, entrar em contato com a mesma através dos números 4020-9093 (setor de cobrança) e 0800 2809130 (SAC). Vale destacar que o desinteresse do beneficiário (não regularização da situação contratual no prazo acima conferido) acarretará na adoção das medidas previstas na legislação supramencionada. A HAPVIDA aproveita o ensejo para ressaltar o prazer em tê-los como clientes, desejando que esta relação permaneça firme e duradoura.

Contrato: 3010E086276 CPF: 008906396
Contrato: 3010E077823 CPF: 011212888
Contrato: 3010E173189 CPF: 011737632
Contrato: 3010E064054 CPF: 027261995
Contrato: 3010E085529 CPF: 031505398
Contrato: 3010E131664 CPF: 044265798
Contrato: 0700E053043 CPF: 046491008
Contrato: 3010E130736 CPF: 046665448
Contrato: 3010E085592 CPF: 048233918
Contrato: 3010E074649 CPF: 050521236
Contrato: 3010E106830 CPF: 063791338
Contrato: 3010E082855 CPF: 065556605
Contrato: 3010E120211 CPF: 087835016
Contrato: 3010E072730 CPF: 098808378
Contrato: 3010E009960 CPF: 108936178
Contrato: 3010E097333 CPF: 108954568
Contrato: 3010E147305 CPF: 109790708
Contrato: 3010E085844 CPF: 110078888
Contrato: 3010E111229 CPF: 138573528
Contrato: 3010E112418 CPF: 144399938
Contrato: 3010E084971 CPF: 148904378
Contrato: 3010E136950 CPF: 155099008
Contrato: 3010E136184 CPF: 156158538
Contrato: 3010E091699 CPF: 156159688
Contrato: 3010E078909 CPF: 157895678
Contrato: 3010E072915 CPF: 159747338
Contrato: 3010E067874 CPF: 159779148
Contrato: 3010E097886 CPF: 159946618
Contrato: 3010E086422 CPF: 181009628
Contrato: 3010E027382 CPF: 181269238
Contrato: 3010E130303 CPF: 200518778
Contrato: 3010E084619 CPF: 200522248
Contrato: 3010E069276 CPF: 218356808
Contrato: 3010E084680 CPF: 224611018
Contrato: 3010E074561 CPF: 228371048
Contrato: 3010E081766 CPF: 229712268
Contrato: 3010E140558 CPF: 253523108
Contrato: 3010E100949 CPF: 255186228
Contrato: 3010E065964 CPF: 256453248
Contrato: 3010E066420 CPF: 257231098
Contrato: 3010E075409 CPF: 276039328
Contrato: 3010E081810 CPF: 285595778
Contrato: 3010E073800 CPF: 288487388
Contrato: 3010E069972 CPF: 289489668
Contrato: 3010E115148 CPF: 290213268
Contrato: 3010E079492 CPF: 294015588
Contrato: 3010E104421 CPF: 296618148
Contrato: 3010E149123 CPF: 300780148
Contrato: 3010E095626 CPF: 311720838
Contrato: 3010E110967 CPF: 312861428
Contrato: 3010E075005 CPF: 321017008
Contrato: 3010E111686 CPF: 323866328
Contrato: 3010E123085 CPF: 339193468
Contrato: 3010E077477 CPF: 341288178
Contrato: 3010E066439 CPF: 343128788
Contrato: 3010E085320 CPF: 343329858
Contrato: 3010E079786 CPF: 350348278
Contrato: 3010E069364 CPF: 352582058
Contrato: 3010E142597 CPF: 359276598
Contrato: 3010E172783 CPF: 369898038
Contrato: 3010E172784 CPF: 369898038
Contrato: 3010E070977 CPF: 372414798
Contrato: 3010E111255 CPF: 381140758
Contrato: 3010E090885 CPF: 393100398
Contrato: 3010E172599 CPF: 395894228
Contrato: 3010E143700 CPF: 404110558
Contrato: 3010E113322 CPF: 410835838
Contrato: 3010E043002 CPF: 414287448
Contrato: 3010E105408 CPF: 417686908
Contrato: 3010E071703 CPF: 419788558
Contrato: 3010E063961 CPF: 420911148
Contrato: 3010E126512 CPF: 423234338
Contrato: 3010E141017 CPF: 425915418
Contrato: 3010E070931 CPF: 431616688
Contrato: 3010E121843 CPF: 431686058
Contrato: 3010E134623 CPF: 432840308
Contrato: 3010E062954 CPF: 432955558
Contrato: 3010E144281 CPF: 433006908
Contrato: 3010E135922 CPF: 433464248
Contrato: 3010E068713 CPF: 435539388
Contrato: 3010E150401 CPF: 435759108
Contrato: 3010E113238 CPF: 444054268
Contrato: 3010E094420 CPF: 444512418
Contrato: 3010E102987 CPF: 444779188
Contrato: 3010E079271 CPF: 448333868
Contrato: 3010E068177 CPF: 450131838
Contrato: 3010E138934 CPF: 450311968
Contrato: 3010E066881 CPF: 454910518
Contrato: 3010E129162 CPF: 455406828
Contrato: 3010E005622 CPF: 456532978
Contrato: 3010E143630 CPF: 464925818
Contrato: 3010E138693 CPF: 466403708
Contrato: 3010E082580 CPF: 472071148
Contrato: 3010E007452 CPF: 472929958
Contrato: 3010E173051 CPF: 485240338
Contrato: 3010E081505 CPF: 485244238
Contrato: 3010E063604 CPF: 490097508
Contrato: 3010E134961 CPF: 490241028
Contrato: 3010E106943 CPF: 495682388
Contrato: 3010E103095 CPF: 497614848
Contrato: 3010E064173 CPF: 500588708
Contrato: 3010E005534 CPF: 504919728
Contrato: 3010E148842 CPF: 508164248
Contrato: 3010E147696 CPF: 511156788
Contrato: 3010E097437 CPF: 511204508
Contrato: 3010E121082 CPF: 512699918
Contrato: 3010E094745 CPF: 518897188
Contrato: 3010E122847 CPF: 525425528
Contrato: 3010E095756 CPF: 525834278
Contrato: 3010E127712 CPF: 529960598
Contrato: 3010E126351 CPF: 541263618
Contrato: 3010E069272 CPF: 563198355
Contrato: 3010E042437 CPF: 578651588
Contrato: 3010E085102 CPF: 598729188
Contrato: 3010E077587 CPF: 801034803
Contrato: 3010E168160 CPF: 838201405
Contrato: 3010E141030 CPF: 874641368
Contrato: 3010E045288 CPF: 020335118
Contrato: 3010E016179 CPF: 020358158
Contrato: 3010E073959 CPF: 026019372
Contrato: 3010E016343 CPF: 035614388
Contrato: 3010E075635 CPF: 048384576
Contrato: 3010E016446 CPF: 055818008
Contrato: 3010E148102 CPF: 070967601
Contrato: 3010E078932 CPF: 079834375
Contrato: 3010E016061 CPF: 081585678
Contrato: 3010E144942 CPF: 094535298
Contrato: 3010E148796 CPF: 104343388
Contrato: 3010E077314 CPF: 106052798
Contrato: 3010E015687 CPF: 167152678
Contrato: 3010E134580 CPF: 167158388
Contrato: 3010E082689 CPF: 172138338
Contrato: 3010E116381 CPF: 186412948
Contrato: 3010E017771 CPF: 199516678
Contrato: 3010E045250 CPF: 200637838
Contrato: 3010E016257 CPF: 215548868
Contrato: 3010E082139 CPF: 219517778
Contrato: 3010E149916 CPF: 220027128
Contrato: 3010E144183 CPF: 221654658
Contrato: 3010E138648 CPF: 222118958
Contrato: 3010E063788 CPF: 226143788
Contrato: 3010E137952 CPF: 262829698
Contrato: 3010E106293 CPF: 264433898
Contrato: 3010E071745 CPF: 268179018
Contrato: 3010E136849 CPF: 272138568
Contrato: 3010E123334 CPF: 275768638
Contrato: 3010E079420 CPF: 281056358
Contrato: 3010E108287 CPF: 291200228
Contrato: 3010E068363 CPF: 297130358
Contrato: 3010E016489 CPF: 299740858
Contrato: 3010E065512 CPF: 300305638
Contrato: 3010E144367 CPF: 301531548
Contrato: 3010E150559 CPF: 302557358
Contrato: 3010E075378 CPF: 304918288
Contrato: 3010E141318 CPF: 307435498
Contrato: 3010E079060 CPF: 317536218
Contrato: 3010E105256 CPF: 317876828
Contrato: 3010E077773 CPF: 318891698
Contrato: 3010E079478 CPF: 322627198
Contrato: 3010E141358 CPF: 331368808
Contrato: 3010E108676 CPF: 332940036
Contrato: 3010E070381 CPF: 333403918
Contrato: 3010E080261 CPF: 333454928
Contrato: 3010E074132 CPF: 334613318
Contrato: 3010E072459 CPF: 336833938
Contrato: 3010E078781 CPF: 340936908
Contrato: 3010E173086 CPF: 344868898
Contrato: 3010E068509 CPF: 346856978
Contrato: 3010E069632 CPF: 348085938
Contrato: 3010E016510 CPF: 350068418
Contrato: 3010E143947 CPF: 350769568
Contrato: 3010E071037 CPF: 350837978
Contrato: 3010E045298 CPF: 351436608
Contrato: 3010E100608 CPF: 352914158
Contrato: 3010E144531 CPF: 353424168
Contrato: 3010E062735 CPF: 353725068
Contrato: 3010E135862 CPF: 353775608
Contrato: 3010E129060 CPF: 354388238
Contrato: 3010E173164 CPF: 356088938
Contrato: 3010E173288 CPF: 357877938
Contrato: 3010E016511 CPF: 363652688
Contrato: 3010E173592 CPF: 364451968
Contrato: 3010E134578 CPF: 368336128
Contrato: 3010E115245 CPF: 369291278
Contrato: 3010E135653 CPF: 369452458
Contrato: 3010E150557 CPF: 377454728
Contrato: 3010E147850 CPF: 380756668
Contrato: 3010E105112 CPF: 386129138
Contrato: 3010E172993 CPF: 389487528
Contrato: 3010E126982 CPF: 395492028
Contrato: 3010E148442 CPF: 398492678
Contrato: 3010E066051 CPF: 400349198
Contrato: 3010E124378 CPF: 403785588
Contrato: 3010E083677 CPF: 405442828
Contrato: 3010E132569 CPF: 406424568
Contrato: 3010E042756 CPF: 410126758
Contrato: 3010E082930 CPF: 413822608
Contrato: 3010E168347 CPF: 416229408
Contrato: 3010E081582 CPF: 417581818
Contrato: 3010E132424 CPF: 418029618
Contrato: 3010E017076 CPF: 424878928
Contrato: 3010E077723 CPF: 424931868
Contrato: 3010E075138 CPF: 427534718
Contrato: 3010E147423 CPF: 432171188
Contrato: 3010E143569 CPF: 437425168
Contrato: 3010E067730 CPF: 440093108
Contrato: 3010E139395 CPF: 441886538
Contrato: 3010E124716 CPF: 442233118
Contrato: 3010E148401 CPF: 445675508
Contrato: 3010E042153 CPF: 445779768
Contrato: 3010E102400 CPF: 446380786
Contrato: 3010E071013 CPF: 449038778
Contrato: 3010E069630 CPF: 449355818
Contrato: 3010E092614 CPF: 449873928
Contrato: 3010E016484 CPF: 450811518
Contrato: 3010E142135 CPF: 452579808
Contrato: 3010E078717 CPF: 454907428
Contrato: 3010E125132 CPF: 460332278
Contrato: 3010E068231 CPF: 461686348
Contrato: 3010E076286 CPF: 461833528
Contrato: 3010E081379 CPF: 468896758
Contrato: 3010E150560 CPF: 469119628
Contrato: 3010E140749 CPF: 470260538
Contrato: 3010E103850 CPF: 472435758
Contrato: 3010E148456 CPF: 472460598
Contrato: 3010E016497 CPF: 475083398
Contrato: 3010E173443 CPF: 481115818
Contrato: 3010E124576 CPF: 491013998
Contrato: 3010E017063 CPF: 497360658
Contrato: 3010E111212 CPF: 511751558
Contrato: 3010E072376 CPF: 511952248
Contrato: 3010E093050 CPF: 512987238
Contrato: 3010E082477 CPF: 513226148
Contrato: 3010E093911 CPF: 514579328
Contrato: 3010E142785 CPF: 518060588
Contrato: 3010E042933 CPF: 519416848
Contrato: 3010E122389 CPF: 520085388
Contrato: 3010E105212 CPF: 522715858
Contrato: 3010E116944 CPF: 532947378
Contrato: 3010E099193 CPF: 536168148
Contrato: 3010E107670 CPF: 540852938
Contrato: 3010E112474 CPF: 541001738
Contrato: 3010E115434 CPF: 544195808
Contrato: 3010E109366 CPF: 554207508
Contrato: 3010E105454 CPF: 556890688
Contrato: 3010E148801 CPF: 565303928
Contrato: 3010E043393 CPF: 593919158
Contrato: 3010E148932 CPF: 595872048
Contrato: 3010E015968 CPF: 642099898
Contrato: 3010E016464 CPF: 711363800
Contrato: 3010E136234 CPF: 748457488
Contrato: 3010E133122 CPF: 861814838
Contrato: 3010E116395 CPF: 981112058
Contrato: 3010E052429 CPF: 004790788
Contrato: 3010E137074 CPF: 014260841
Contrato: 3010E071181 CPF: 018997978
Contrato: 3010E075310 CPF: 023341719
Contrato: 3010E011374 CPF: 024484383
Contrato: 3010E047653 CPF: 028937488
Contrato: 3010E010623 CPF: 030298778
Contrato: 3010E073453 CPF: 043203381
Contrato: 3010E048053 CPF: 047132948
Contrato: 3010E050253 CPF: 049641438
Contrato: 3010E126131 CPF: 053271398
Contrato: 3010E042820 CPF: 054578751
Contrato: 3010E047623 CPF: 055333928
Contrato: 3010E048535 CPF: 064944608
Contrato: 3010E169796 CPF: 064944608
Contrato: 3010E075812 CPF: 074461831
Contrato: 3010E011174 CPF: 076055708
Contrato: 3010E052926 CPF: 078631708
Contrato: 3010E137879 CPF: 080695318
Contrato: 3010E076951 CPF: 086520578
Contrato: 3010E080581 CPF: 087288244
Contrato: 3010E071691 CPF: 088439138
Contrato: 3010E135748 CPF: 093281118
Contrato: 3010E065443 CPF: 096098008
Contrato: 3010E074417 CPF: 096100418
Contrato: 3010E047994 CPF: 096167988
Contrato: 3010E078541 CPF: 097972318
Contrato: 3010E049435 CPF: 104850098
Contrato: 3010E072237 CPF: 107119148
Contrato: 3010E011942 CPF: 107968918
Contrato: 3010E010687 CPF: 110663458
Contrato: 0700E053056 CPF: 112743088
Contrato: 3010E063674 CPF: 116537718
Contrato: 3010E080078 CPF: 118309028
Contrato: 3010E010147 CPF: 120031398
Contrato: 3010E010140 CPF: 130781408
Contrato: 3010E066481 CPF: 130824828
Contrato: 3010E049534 CPF: 130828948
Contrato: 3010E048951 CPF: 137298168
Contrato: 3010E135722 CPF: 140603748
Contrato: 3010E077592 CPF: 145779538
Contrato: 3010E010926 CPF: 145826298
Contrato: 3010E049304 CPF: 145868098
Contrato: 3010E048078 CPF: 145961718
Contrato: 3010E010094 CPF: 154940958
Contrato: 3010E075058 CPF: 155487068
Contrato: 3010E168291 CPF: 162036328
Contrato: 3010E049633 CPF: 162041658
Contrato: 3010E074260 CPF: 162057288
Contrato: 3010E073563 CPF: 170421308
Contrato: 3010E078808 CPF: 170423858
Contrato: 3010E011735 CPF: 170432698
Contrato: 3010E078542 CPF: 170455428
Contrato: 3010E073529 CPF: 170583358
Contrato: 3010E137934 CPF: 176535468
Contrato: 3010E010300 CPF: 190966778
Contrato: 3010E052897 CPF: 191501458
Contrato: 3010E049947 CPF: 191521948
Contrato: 3010E074814 CPF: 191548048
Contrato: 3010E049652 CPF: 200109818
Contrato: 3010E069346 CPF: 202655698
Contrato: 3010E137473 CPF: 212919058
Contrato: 3010E077356 CPF: 213156678
Contrato: 3010E048412 CPF: 213682098
Contrato: 3010E047632 CPF: 214816228
Contrato: 3010E065994 CPF: 215166848
Contrato: 3010E076248 CPF: 216824288
Contrato: 3010E075462 CPF: 217205708
Contrato: 3010E081546 CPF: 217437098
Contrato: 3010E010815 CPF: 217644708
Contrato: 3010E066931 CPF: 218020478
Contrato: 3010E147731 CPF: 219120158
Contrato: 3010E148304 CPF: 219121898
Contrato: 3010E128231 CPF: 219160098
Contrato: 3010E074121 CPF: 219683728
Contrato: 3010E137779 CPF: 219893508
Contrato: 3010E083130 CPF: 220288758
Contrato: 3010E081811 CPF: 220634118
Contrato: 3010E173061 CPF: 220634118
Contrato: 3010E010404 CPF: 220882958
Contrato: 3010E056613 CPF: 221703118
Contrato: 3010E011417 CPF: 221849798
Contrato: 3010E047912 CPF: 222358638
Contrato: 3010E066921 CPF: 222710258
Contrato: 3010E077194 CPF: 222961308
Contrato: 3010E075054 CPF: 223148768
Contrato: 3010E011458 CPF: 223344648
Contrato: 3010E070192 CPF: 229142118
Contrato: 3010E071379 CPF: 229464718
Contrato: 3010E073405 CPF: 230555758
Contrato: 3010E066730 CPF: 230652058
Contrato: 3010E123507 CPF: 230721588
Contrato: 3010E042666 CPF: 233489578
Contrato: 3010E150328 CPF: 234567688
Contrato: 3010E168294 CPF: 246317978
Contrato: 3010E052804 CPF: 247243858
Contrato: 3010E011331 CPF: 247265588
Contrato: 3010E172975 CPF: 247784708
Contrato: 3010E134526 CPF: 249469408
Contrato: 3010E169885 CPF: 249515608
Contrato: 3010E047985 CPF: 253504488
Contrato: 3010E069863 CPF: 253836358
Contrato: 3010E010224 CPF: 254061298
Contrato: 3010E049462 CPF: 255169038
Contrato: 3010E048703 CPF: 257878228
Contrato: 3010E010168 CPF: 258686578
Contrato: 3010E064466 CPF: 259660688
Contrato: 3010E079989 CPF: 261204718
Contrato: 3010E011349 CPF: 261702078
Contrato: 3010E068027 CPF: 263550818
Contrato: 3010E074133 CPF: 263717998
Contrato: 3010E143389 CPF: 266937628
Contrato: 3010E063562 CPF: 269658268
Contrato: 3010E115564 CPF: 272709318
Contrato: 3010E173083 CPF: 274242268
Contrato: 3010E048718 CPF: 275592618
Contrato: 3010E141225 CPF: 276243298
Contrato: 3010E066075 CPF: 276565798
Contrato: 3010E132655 CPF: 278339318
Contrato: 3010E065641 CPF: 279386718
Contrato: 3010E011407 CPF: 281335738
Contrato: 3010E081414 CPF: 282329408
Contrato: 3010E063939 CPF: 284098658
Contrato: 3010E169717 CPF: 285611488
Contrato: 3010E048760 CPF: 286868308
Contrato: 3010E145044 CPF: 287458748
Contrato: 3010E066464 CPF: 287477928
Contrato: 3010E077391 CPF: 287566188
Contrato: 3010E075222 CPF: 294954298
Contrato: 3010E011600 CPF: 295360798
Contrato: 3010J274665 CPF: 296293408
Contrato: 3010E075834 CPF: 296722918
Contrato: 3010E072427 CPF: 297585398
Contrato: 3010E011293 CPF: 297967528
Contrato: 3010E065968 CPF: 298768658
Contrato: 3010E067227 CPF: 300768998
Contrato: 3010E145000 CPF: 302439028
Contrato: 3010E141922 CPF: 302667528
Contrato: 3010E080516 CPF: 304558848
Contrato: 3010E066339 CPF: 306834008
Contrato: 3010E069860 CPF: 308213908
Contrato: 3010E075886 CPF: 308424958
Contrato: 3010E073865 CPF: 310098298
Contrato: 3010E011311 CPF: 310191398
Contrato: 3010E129370 CPF: 310198008
Contrato: 3010E068948 CPF: 310206388
Contrato: 3010E010951 CPF: 311839748
Contrato: 3010E075131 CPF: 312811048
Contrato: 3010E048526 CPF: 314497088
Contrato: 3010E073345 CPF: 314832518
Contrato: 3010E111372 CPF: 315020498
Contrato: 3010E075771 CPF: 317344988
Contrato: 3010E079224 CPF: 319565288
Contrato: 3010E014661 CPF: 319726298
Contrato: 3010E049666 CPF: 324052088
Contrato: 3010E055930 CPF: 324875188
Contrato: 3010E047562 CPF: 324940758
Contrato: 3010E077860 CPF: 328164768
Contrato: 3010E067267 CPF: 329936608
Contrato: 3010E083602 CPF: 330231948
Contrato: 3010E065013 CPF: 331444208
Contrato: 3010E137183 CPF: 331874198
Contrato: 3010E073313 CPF: 333660748
Contrato: 3010E078312 CPF: 335297498
Contrato: 3010E126006 CPF: 337028408
Contrato: 3010E050112 CPF: 340729908
Contrato: 3010E077126 CPF: 341580968
Contrato: 3010E010097 CPF: 341925098
Contrato: 3010E064252 CPF: 342557528
Contrato: 3010E078034 CPF: 344378078
Contrato: 3010E144984 CPF: 346294578
Contrato: 3010E072692 CPF: 346801768
Contrato: 3010E043250 CPF: 348517288
Contrato: 3010E135248 CPF: 351133818
Contrato: 3010E083594 CPF: 351385298
Contrato: 3010E011555 CPF: 351852248
Contrato: 3010E069275 CPF: 352585288
Contrato: 3010E078582 CPF: 353550688
Contrato: 3010E141952 CPF: 353969108
Contrato: 3010E048512 CPF: 354127488
Contrato: 3010E066822 CPF: 355640418
Contrato: 3010E168044 CPF: 356381458
Contrato: 3010E147828 CPF: 357393498
Contrato: 3010E010748 CPF: 357889218
Contrato: 3010E010072 CPF: 357998638
Contrato: 3010E145195 CPF: 358785148
Contrato: 3010E078973 CPF: 360234148
Contrato: 3010E126021 CPF: 360615118
Contrato: 3010E011643 CPF: 362232688
Contrato: 3010E047875 CPF: 363340358
Contrato: 3010E173274 CPF: 364056248
Contrato: 3010E049670 CPF: 364926268
Contrato: 3010E083024 CPF: 364926308
Contrato: 3010E139011 CPF: 365151718
Contrato: 3010E056471 CPF: 366058488
Contrato: 3010E068430 CPF: 367249728
Contrato: 3010E077334 CPF: 369194738
Contrato: 3010E072987 CPF: 370830948
Contrato: 3010E077736 CPF: 371815008
Contrato: 3010E141921 CPF: 371918058
Contrato: 3010E011096 CPF: 372032878
Contrato: 3010E139899 CPF: 372434058
Contrato: 3010E011507 CPF: 373508488
Contrato: 3010E130293 CPF: 374093818
Contrato: 3010E076732 CPF: 374577358
Contrato: 3010E047817 CPF: 374876238
Contrato: 3010E132537 CPF: 375048748
Contrato: 3010E139722 CPF: 375536838
Contrato: 3010E122028 CPF: 377312598
Contrato: 3010E067465 CPF: 378394728
Contrato: 3010E173185 CPF: 378821308
Contrato: 3010E168334 CPF: 382268828
Contrato: 3010E126706 CPF: 382660798
Contrato: 3010E067455 CPF: 382854118
Contrato: 3010E047897 CPF: 383585548
Contrato: 3010E065903 CPF: 383874948
Contrato: 3010E052555 CPF: 385443658
Contrato: 3010E078778 CPF: 385935448
Contrato: 3010E010739 CPF: 386011548
Contrato: 3010E130521 CPF: 386151608
Contrato: 3010E070047 CPF: 388525138
Contrato: 3010E142488 CPF: 389527108
Contrato: 3010E144898 CPF: 390096478
Contrato: 3010E139378 CPF: 390841628
Contrato: 3010E042945 CPF: 391708688
Contrato: 3010E011691 CPF: 391772938
Contrato: 3010E141539 CPF: 394772348
Contrato: 3010E083416 CPF: 394848248
Contrato: 3010E073501 CPF: 394943388
Contrato: 3010E078675 CPF: 396135358
Contrato: 3010E078898 CPF: 397881578
Contrato: 3010E071047 CPF: 398394738
Contrato: 3010E067727 CPF: 398430948
Contrato: 3010E066173 CPF: 398592978
Contrato: 3010E075407 CPF: 399935538
Contrato: 3010E066614 CPF: 400467938
Contrato: 3010E043140 CPF: 400686498
Contrato: 3010E011247 CPF: 401685438
Contrato: 3010E067321 CPF: 401757108
Contrato: 3010E140149 CPF: 402281208
Contrato: 3010E132092 CPF: 402303818
Contrato: 3010E065633 CPF: 402388668
Contrato: 3010E065192 CPF: 402388808
Contrato: 3010E073970 CPF: 402518428
Contrato: 3010E068840 CPF: 403385778
Contrato: 3010E082234 CPF: 404204478
Contrato: 3010E072507 CPF: 404273098
Contrato: 3010E070205 CPF: 405184888
Contrato: 3010E064226 CPF: 405741598
Contrato: 3010E113221 CPF: 406296628
Contrato: 3010E136797 CPF: 406505898
Contrato: 3010E082463 CPF: 407403398
Contrato: 3010E082733 CPF: 407954798
Contrato: 3010E077094 CPF: 408238958
Contrato: 3010E079308 CPF: 408404778
Contrato: 3010E122573 CPF: 409562948
Contrato: 3010E066440 CPF: 410379078
Contrato: 3010E134692 CPF: 410832408
Contrato: 3010E137413 CPF: 411018828
Contrato: 3010E133501 CPF: 411100718
Contrato: 3010E065916 CPF: 411681218
Contrato: 3010E010949 CPF: 411951378
Contrato: 3010E070895 CPF: 412018968
Contrato: 3010E073979 CPF: 414306058
Contrato: 3010E078688 CPF: 414306078
Contrato: 3010E073708 CPF: 414325208
Contrato: 3010E064991 CPF: 415384388
Contrato: 3010E069719 CPF: 416438008
Contrato: 3010E043064 CPF: 416697428
Contrato: 3010E066006 CPF: 417070818
Contrato: 3010E140307 CPF: 418890428
Contrato: 3010E137522 CPF: 420030888
Contrato: 3010E173005 CPF: 420852558
Contrato: 3010E013756 CPF: 421292508
Contrato: 3010E148825 CPF: 421302688
Contrato: 3010E142956 CPF: 422073578
Contrato: 3010E172831 CPF: 422073578
Contrato: 3010E081981 CPF: 422981408
Contrato: 3010E080530 CPF: 422989278
Contrato: 3010E042539 CPF: 423342578
Contrato: 3010E168343 CPF: 423377018
Contrato: 3010E074152 CPF: 423875418
Contrato: 3010E143243 CPF: 424178098
Contrato: 3010E142684 CPF: 424718058
Contrato: 3010E077688 CPF: 425461268
Contrato: 3010E064744 CPF: 425644248
Contrato: 3010E144737 CPF: 427805028
Contrato: 3010E079834 CPF: 429487658
Contrato: 3010E138833 CPF: 429658938
Contrato: 3010E077913 CPF: 430283838
Contrato: 3010E083417 CPF: 431072928
Contrato: 3010E152251 CPF: 431258458
Contrato: 3010E135683 CPF: 432218658
Contrato: 3010E168254 CPF: 433228908
Contrato: 3010E065259 CPF: 433869828
Contrato: 3010E168197 CPF: 433911908
Contrato: 3010J288166 CPF: 434530548
Contrato: 3010E076709 CPF: 434834578
Contrato: 3010E140806 CPF: 434864648
Contrato: 3010E052499 CPF: 435252918
Contrato: 3010E042949 CPF: 435519118
Contrato: 3010E075213 CPF: 435998078
Contrato: 3010E127160 CPF: 438879248
Contrato: 3010E137699 CPF: 439387568
Contrato: 3010E048908 CPF: 439724758
Contrato: 3010E116335 CPF: 442437478
Contrato: 3010E080586 CPF: 443148238
Contrato: 3010E079057 CPF: 444100088
Contrato: 3010E067051 CPF: 447855408
Contrato: 3010E075230 CPF: 448517888
Contrato: 3010E080394 CPF: 449863168
Contrato: 3010E147774 CPF: 450737508
Contrato: 3010E075164 CPF: 451275688
Contrato: 3010E022522 CPF: 452579098
Contrato: 3010E080877 CPF: 453410438
Contrato: 3010E140184 CPF: 457713488
Contrato: 3010E137145 CPF: 458203378
Contrato: 3010E129770 CPF: 461281698
Contrato: 3010E011052 CPF: 461724218
Contrato: 3010E172906 CPF: 463625518
Contrato: 3010E141382 CPF: 466604568
Contrato: 3010E069961 CPF: 473008658
Contrato: 3010E133973 CPF: 474045528
Contrato: 3010E125199 CPF: 475398138
Contrato: 3010E139941 CPF: 479455648
Contrato: 3010E134205 CPF: 479819338
Contrato: 3010E067817 CPF: 483780148
Contrato: 3010E148869 CPF: 487919938
Contrato: 3010E145196 CPF: 488524398
Contrato: 3010E148787 CPF: 489216838
Contrato: 3010E029872 CPF: 489925808
Contrato: 3010E111054 CPF: 490505868
Contrato: 3010E127558 CPF: 494492078
Contrato: 3010E042723 CPF: 495709248
Contrato: 3010E063954 CPF: 500621198
Contrato: 3010E068448 CPF: 508450708
Contrato: 3010E070865 CPF: 513188938
Contrato: 3010E115688 CPF: 518978418
Contrato: 3010E141337 CPF: 529605428
Contrato: 3010E010313 CPF: 535580229
Contrato: 3010E048897 CPF: 535982098
Contrato: 3010E047840 CPF: 550815598
Contrato: 3010E042604 CPF: 552245938
Contrato: 3010E042603 CPF: 552246758
Contrato: 3010E128222 CPF: 555801018
Contrato: 3010E042664 CPF: 564170838
Contrato: 3010E128869 CPF: 565309158
Contrato: 3010E139840 CPF: 565896418
Contrato: 3010E115565 CPF: 569930328
Contrato: 3010E112691 CPF: 570712419
Contrato: 3010E114915 CPF: 571539608
Contrato: 3010E126178 CPF: 577989208
Contrato: 3010E127432 CPF: 577999198
Contrato: 3010E047841 CPF: 581019198
Contrato: 3010E042579 CPF: 586049648
Contrato: 3010E043213 CPF: 589515628
Contrato: 3010E081972 CPF: 593280928
Contrato: 3010E053663 CPF: 646054188
Contrato: 3010E010298 CPF: 676272348
Contrato: 3010E047536 CPF: 740419592
Contrato: 3010E066370 CPF: 792166178
Contrato: 3010E170497 CPF: 792706468
Contrato: 3010E076477 CPF: 798639658
Contrato: 3010E076839 CPF: 817440210
Contrato: 3010E011742 CPF: 825763948
Contrato: 3010E048151 CPF: 833834178
Contrato: 3010E169709 CPF: 945368058
Contrato: 3010E052657 CPF: 959397258
Contrato: 3010E049361 CPF: 994928143
Contrato: 3010E052429 CPF: 004790788
Contrato: 3010E137074 CPF: 014260841
Contrato: 3010E071181 CPF: 018997978
Contrato: 3010E075310 CPF: 023341719
Contrato: 3010E011374 CPF: 024484383
Contrato: 3010E047653 CPF: 028937488
Contrato: 3010E010623 CPF: 030298778
Contrato: 3010E073453 CPF: 043203381
Contrato: 3010E048053 CPF: 047132948
Contrato: 3010E050253 CPF: 049641438
Contrato: 3010E126131 CPF: 053271398
Contrato: 3010E042820 CPF: 054578751
Contrato: 3010E047623 CPF: 055333928
Contrato: 3010E048535 CPF: 064944608
Contrato: 3010E169796 CPF: 064944608
Contrato: 3010E075812 CPF: 074461831
Contrato: 3010E011174 CPF: 076055708
Contrato: 3010E052926 CPF: 078631708
Contrato: 3010E137879 CPF: 080695318
Contrato: 3010E076951 CPF: 086520578
Contrato: 3010E080581 CPF: 087288244
Contrato: 3010E071691 CPF: 088439138
Contrato: 3010E135748 CPF: 093281118
Contrato: 3010E065443 CPF: 096098008
Contrato: 3010E074417 CPF: 096100418
Contrato: 3010E047994 CPF: 096167988
Contrato: 3010E078541 CPF: 097972318
Contrato: 3010E049435 CPF: 104850098
Contrato: 3010E072237 CPF: 107119148
Contrato: 3010E011942 CPF: 107968918
Contrato: 3010E010687 CPF: 110663458
Contrato: 0700E053056 CPF: 112743088
Contrato: 3010E063674 CPF: 116537718
Contrato: 3010E080078 CPF: 118309028
Contrato: 3010E010147 CPF: 120031398
Contrato: 3010E010140 CPF: 130781408
Contrato: 3010E066481 CPF: 130824828
Contrato: 3010E049534 CPF: 130828948
Contrato: 3010E048951 CPF: 137298168
Contrato: 3010E135722 CPF: 140603748
Contrato: 3010E077592 CPF: 145779538
Contrato: 3010E010926 CPF: 145826298
Contrato: 3010E049304 CPF: 145868098
Contrato: 3010E048078 CPF: 145961718
Contrato: 3010E010094 CPF: 154940958
Contrato: 3010E075058 CPF: 155487068
Contrato: 3010E168291 CPF: 162036328
Contrato: 3010E049633 CPF: 162041658
Contrato: 3010E074260 CPF: 162057288
Contrato: 3010E073563 CPF: 170421308
Contrato: 3010E078808 CPF: 170423858
Contrato: 3010E011735 CPF: 170432698
Contrato: 3010E078542 CPF: 170455428

Contrato: 3010E073529 CPF: 170583358
Contrato: 3010E137934 CPF: 176535468
Contrato: 3010E010300 CPF: 190966778
Contrato: 3010E052897 CPF: 191501458
Contrato: 3010E049947 CPF: 191521948
Contrato: 3010E074814 CPF: 191548048
Contrato: 3010E049652 CPF: 200109818
Contrato: 3010E069346 CPF: 202655698
Contrato: 3010E137473 CPF: 212919058
Contrato: 3010E077356 CPF: 213156678
Contrato: 3010E048412 CPF: 213682098
Contrato: 3010E047632 CPF: 214816228
Contrato: 3010E065994 CPF: 215166848
Contrato: 3010E076248 CPF: 216824288
Contrato: 3010E075462 CPF: 217205708
Contrato: 3010E081546 CPF: 217437098
Contrato: 3010E010815 CPF: 217644708
Contrato: 3010E066931 CPF: 218020478
Contrato: 3010E147731 CPF: 219120158
Contrato: 3010E148304 CPF: 219121898
Contrato: 3010E128231 CPF: 219160098
Contrato: 3010E074121 CPF: 219683728
Contrato: 3010E137779 CPF: 219893508
Contrato: 3010E083130 CPF: 220288758
Contrato: 3010E081811 CPF: 220634118
Contrato: 3010E173061 CPF: 220634118
Contrato: 3010E010404 CPF: 220882958
Contrato: 3010E056613 CPF: 221705118
Contrato: 3010E011417 CPF: 221849798
Contrato: 3010E047912 CPF: 222358638
Contrato: 3010E066921 CPF: 222710258
Contrato: 3010E077194 CPF: 222961308
Contrato: 3010E075054 CPF: 223148768
Contrato: 3010E011458 CPF: 223344648
Contrato: 3010E070192 CPF: 229142118
Contrato: 3010E071379 CPF: 229464718
Contrato: 3010E073405 CPF: 230555758
Contrato: 3010E066730 CPF: 230652058
Contrato: 3010E123507 CPF: 230721588
Contrato: 3010E042666 CPF: 233489578
Contrato: 3010E150328 CPF: 234567688
Contrato: 3010E168294 CPF: 246317978
Contrato: 3010E052804 CPF: 247243858
Contrato: 3010E011331 CPF: 247265588
Contrato: 3010E172975 CPF: 247784708
Contrato: 3010E134526 CPF: 249469408
Contrato: 3010E169885 CPF: 249515608
Contrato: 3010E047985 CPF: 253504488
Contrato: 3010E069863 CPF: 253836358
Contrato: 3010E010224 CPF: 254061298
Contrato: 3010E049462 CPF: 255169038
Contrato: 3010E048703 CPF: 257878228
Contrato: 3010E010168 CPF: 258686578
Contrato: 3010E064466 CPF: 259660688
Contrato: 3010E079989 CPF: 261204718
Contrato: 3010E011349 CPF: 261702078
Contrato: 3010E068027 CPF: 263550818
Contrato: 3010E074133 CPF: 263717998
Contrato: 3010E143389 CPF: 266937628
Contrato: 3010E063562 CPF: 269658268
Contrato: 3010E115564 CPF: 272709318
Contrato: 3010E173083 CPF: 274242268
Contrato: 3010E048718 CPF: 275592618
Contrato: 3010E141225 CPF: 276243298
Contrato: 3010E066075 CPF: 276565798
Contrato: 3010E132655 CPF: 278339318
Contrato: 3010E065641 CPF: 279386718
Contrato: 3010E011407 CPF: 281335738
Contrato: 3010E081414 CPF: 282329408
Contrato: 3010E063939 CPF: 284098658
Contrato: 3010E169717 CPF: 285611488
Contrato: 3010E048760 CPF: 286868308
Contrato: 3010E145044 CPF: 287458748
Contrato: 3010E066464 CPF: 287477928
Contrato: 3010E077391 CPF: 287566188
Contrato: 3010E075222 CPF: 294954298
Contrato: 3010E011600 CPF: 295360798
Contrato: 3010J274665 CPF: 296293408
Contrato: 3010E075834 CPF: 296722918
Contrato: 3010E072427 CPF: 297585398
Contrato: 3010E011293 CPF: 297967528
Contrato: 3010E065968 CPF: 298768658
Contrato: 3010E067227 CPF: 300768998
Contrato: 3010E145000 CPF: 302439028
Contrato: 3010E141922 CPF: 302667528
Contrato: 3010E080516 CPF: 304558848
Contrato: 3010E066339 CPF: 306834008
Contrato: 3010E069860 CPF: 308213908
Contrato: 3010E075886 CPF: 308424958
Contrato: 3010E078773 CPF: 310098298
Contrato: 3010E011311 CPF: 310103398
Contrato: 3010E129370 CPF: 310198008
Contrato: 3010E068948 CPF: 310206388
Contrato: 3010E010951 CPF: 311839748
Contrato: 3010E075131 CPF: 312811048
Contrato: 3010E048526 CPF: 314497088
Contrato: 3010E073345 CPF: 314832518
Contrato: 3010E111372 CPF: 315020498
Contrato: 3010E075771 CPF: 317344988
Contrato: 3010E079224 CPF: 319565288
Contrato: 3010E014661 CPF: 319726298
Contrato: 3010E049666 CPF: 324052088
Contrato: 3010E055930 CPF: 324875188
Contrato: 3010E047562 CPF: 324940758
Contrato: 3010E077860 CPF: 328164768
Contrato: 3010E067267 CPF: 329936608
Contrato: 3010E083602 CPF: 330231948
Contrato: 3010E065013 CPF: 331444208
Contrato: 3010E137183 CPF: 331874198
Contrato: 3010E073313 CPF: 333660748
Contrato: 3010E078312 CPF: 335297498
Contrato: 3010E126006 CPF: 337028408
Contrato: 3010E050112 CPF: 340729908
Contrato: 3010E077126 CPF: 341580968
Contrato: 3010E010097 CPF: 341925098
Contrato: 3010E064252 CPF: 342557528
Contrato: 3010E078034 CPF: 344378078
Contrato: 3010E144984 CPF: 346294578
Contrato: 3010E072692 CPF: 346801768
Contrato: 3010E043250 CPF: 348517288
Contrato: 3010E135248 CPF: 351133818
Contrato: 3010E083594 CPF: 351385298
Contrato: 3010E011555 CPF: 351852248
Contrato: 3010E069275 CPF: 352585288
Contrato: 3010E078582 CPF: 353550688
Contrato: 3010E141952 CPF: 353969108
Contrato: 3010E048512 CPF: 354127488
Contrato: 3010E066822 CPF: 355640418
Contrato: 3010E168044 CPF: 356381458
Contrato: 3010E147828 CPF: 357393498
Contrato: 3010E010748 CPF: 357889218
Contrato: 3010E010072 CPF: 357998638
Contrato: 3010E145195 CPF: 358785148
Contrato: 3010E078973 CPF: 360234148
Contrato: 3010E126021 CPF: 360615118
Contrato: 3010E011643 CPF: 362232688
Contrato: 3010E047875 CPF: 363340358
Contrato: 3010E173274 CPF: 364056248
Contrato: 3010E049670 CPF: 364926268
Contrato: 3010E083024 CPF: 364926308
Contrato: 3010E139011 CPF: 365151718
Contrato: 3010E056471 CPF: 366058488
Contrato: 3010E068430 CPF: 367249728
Contrato: 3010E077334 CPF: 369194738
Contrato: 3010E072987 CPF: 370830948
Contrato: 3010E077736 CPF: 371815008
Contrato: 3010E141921 CPF: 371918058
Contrato: 3010E011096 CPF: 372032878
Contrato: 3010E139899 CPF: 372434058
Contrato: 3010E011507 CPF: 373508488
Contrato: 3010E130293 CPF: 374093818
Contrato: 3010E076732 CPF: 374577358
Contrato: 3010E047817 CPF: 374876238
Contrato: 3010E132537 CPF: 375048748
Contrato: 3010E139722 CPF: 375536838
Contrato: 3010E122028 CPF: 377312598
Contrato: 3010E067465 CPF: 378394728
Contrato: 3010E173185 CPF: 378821308
Contrato: 3010E168334 CPF: 382268828
Contrato: 3010E126706 CPF: 382660798
Contrato: 3010E067455 CPF: 382854118
Contrato: 3010E047897 CPF: 383585548
Contrato: 3010E065903 CPF: 383874948
Contrato: 3010E052555 CPF: 385443658
Contrato: 3010E078778 CPF: 385935448
Contrato: 3010E010739 CPF: 386011548
Contrato: 3010E130521 CPF: 386151608
Contrato: 3010E070047 CPF: 388525138
Contrato: 3010E142488 CPF: 389527108
Contrato: 3010E144898 CPF: 390096478
Contrato: 3010E139378 CPF: 390841628
Contrato: 3010E042945 CPF: 391708688
Contrato: 3010E011691 CPF: 391772938
Contrato: 3010E141539 CPF: 394772348
Contrato: 3010E083416 CPF: 394848248
Contrato: 3010E073501 CPF: 394943388
Contrato: 3010E078675 CPF: 396135358
Contrato: 3010E078898 CPF: 397881578
Contrato: 3010E071047 CPF: 398394738
Contrato: 3010E067727 CPF: 398430948
Contrato: 3010E066173 CPF: 398592978
Contrato: 3010E075407 CPF: 399935538
Contrato: 3010E066614 CPF: 400467938
Contrato: 3010E043140 CPF: 400686498
Contrato: 3010E011247 CPF: 401685438
Contrato: 3010E067321 CPF: 401757108
Contrato: 3010E140149 CPF: 402281208
Contrato: 3010E132092 CPF: 402303818
Contrato: 3010E065633 CPF: 402388668
Contrato: 3010E065192 CPF: 402388808
Contrato: 3010E073970 CPF: 402518428
Contrato: 3010E068840 CPF: 403385778
Contrato: 3010E082234 CPF: 404204478
Contrato: 3010E072507 CPF: 404273098
Contrato: 3010E070205 CPF: 405184888
Contrato: 3010E064226 CPF: 405741598
Contrato: 3010E113221 CPF: 406296628
Contrato: 3010E136797 CPF: 406505898
Contrato: 3010E082463 CPF: 407403398
Contrato: 3010E082733 CPF: 407954798
Contrato: 3010E077094 CPF: 408238958
Contrato: 3010E079308 CPF: 408404778
Contrato: 3010E122573 CPF: 409562948
Contrato: 3010E066440 CPF: 410379078
Contrato: 3010E134692 CPF: 410832408
Contrato: 3010E137413 CPF: 411018828
Contrato: 3010E133501 CPF: 411100718
Contrato: 3010E065916 CPF: 411681218
Contrato: 3010E010949 CPF: 411951378
Contrato: 3010E070895 CPF: 412018968
Contrato: 3010E073979 CPF: 414306058
Contrato: 3010E078688 CPF: 414306078
Contrato: 3010E073708 CPF: 414325208
Contrato: 3010E064991 CPF: 415384388
Contrato: 3010E069719 CPF: 416438008
Contrato: 3010E043064 CPF: 416697428
Contrato: 3010E066006 CPF: 417070818
Contrato: 3010E140307 CPF: 418890428
Contrato: 3010E137522 CPF: 420030888
Contrato: 3010E173005 CPF: 420852558
Contrato: 3010E013756 CPF: 421292508
Contrato: 3010E148825 CPF: 421302688
Contrato: 3010E142956 CPF: 422073578
Contrato: 3010E172831 CPF: 422073578
Contrato: 3010E081981 CPF: 422981408
Contrato: 3010E080530 CPF: 422989278
Contrato: 3010E042539 CPF: 423342578
Contrato: 3010E168343 CPF: 423377018
Contrato: 3010E074152 CPF: 423875418
Contrato: 3010E143243 CPF: 424178098
Contrato: 3010E142684 CPF: 424718058
Contrato: 3010E077688 CPF: 425461268
Contrato: 3010E064744 CPF: 425644248
Contrato: 3010E144737 CPF: 427805028
Contrato: 3010E079834 CPF: 429487658
Contrato: 3010E138833 CPF: 429658938
Contrato: 3010E077913 CPF: 430283838
Contrato: 3010E083417 CPF: 431072928
Contrato: 3010E152251 CPF: 431258458
Contrato: 3010E135683 CPF: 432218658
Contrato: 3010E168254 CPF: 433228908
Contrato: 3010E065259 CPF: 433869828
Contrato: 3010E168197 CPF: 433911908
Contrato: 3010J288166 CPF: 434530548
Contrato: 3010E076709 CPF: 434834578
Contrato: 3010E140806 CPF: 434864648
Contrato: 3010E052499 CPF: 435252918
Contrato: 3010E042949 CPF: 435519118
Contrato: 3010E075213 CPF: 435998078
Contrato: 3010E127160 CPF: 438879248
Contrato: 3010E137699 CPF: 439387568
Contrato: 3010E048908 CPF: 439724758
Contrato: 3010E116335 CPF: 442437478
Contrato: 3010E080586 CPF: 443148238
Contrato: 3010E079057 CPF: 444100088
Contrato: 3010E067051 CPF: 447855408
Contrato: 3010E075230 CPF: 448517888
Contrato: 3010E080394 CPF: 449863168
Contrato: 3010E147774 CPF: 450737508
Contrato: 3010E075164 CPF: 451275688
Contrato: 3010E022522 CPF: 452579098
Contrato: 3010E080877 CPF: 453410438
Contrato: 3010E140184 CPF: 457713488
Contrato: 3010E137145 CPF: 458203378
Contrato: 3010E129770 CPF: 461281698
Contrato: 3010E011052 CPF: 461724218
Contrato: 3010E172906 CPF: 463625518
Contrato: 3010E141382 CPF: 466604568
Contrato: 3010E069961 CPF: 473008658
Contrato: 3010E133973 CPF: 474045528
Contrato: 3010E125199 CPF: 475398138
Contrato: 3010E139941 CPF: 479455648
Contrato: 3010E134205 CPF: 479819338
Contrato: 3010E067817 CPF: 483780148
Contrato: 3010E148869 CPF: 487919938
Contrato: 3010E145196 CPF: 488524398
Contrato: 3010E148787 CPF: 489216838
Contrato: 3010E029872 CPF: 489925808
Contrato: 3010E111054 CPF: 490505868
Contrato: 3010E127558 CPF: 494492078
Contrato: 3010E042723 CPF: 495709248
Contrato: 3010E063954 CPF: 500621198
Contrato: 3010E068448 CPF: 508450708
Contrato: 3010E070865 CPF: 513188938
Contrato: 3010E115688 CPF: 518978418
Contrato: 3010E141337 CPF: 529605428
Contrato: 3010E010313 CPF: 535580229
Contrato: 3010E048897 CPF: 535982098
Contrato: 3010E047840 CPF: 550815598
Contrato: 3010E042604 CPF: 552245938
Contrato: 3010E042603 CPF: 552246758
Contrato: 3010E128222 CPF: 555801018
Contrato: 3010E042664 CPF: 564170838
Contrato: 3010E128869 CPF: 565309158
Contrato: 3010E139840 CPF: 565896418
Contrato: 3010E115565 CPF: 569930328
Contrato: 3010E112691 CPF: 570712419
Contrato: 3010E114915 CPF: 571539608
Contrato: 3010E126178 CPF: 577989208
Contrato: 3010E127432 CPF: 577999198
Contrato: 3010E047841 CPF: 581019198
Contrato: 3010E042579 CPF: 586049648
Contrato: 3010E043213 CPF: 589515628
Contrato: 3010E081972 CPF: 593280928
Contrato: 3010E053663 CPF: 646054188
Contrato: 3010E010298 CPF: 676272348
Contrato: 3010E047536 CPF: 740419592
Contrato: 3010E066370 CPF: 792166178
Contrato: 3010E170497 CPF: 792706468
Contrato: 3010E076477 CPF: 798639658
Contrato: 3010E076839 CPF: 817440210
Contrato: 3010E011742 CPF: 825763948
Contrato: 3010E048151 CPF: 833834178
Contrato: 3010E169709 CPF: 945368058
Contrato: 3010E052657 CPF: 959397258
Contrato: 3010E049361 CPF: 994928143
Contrato: 3010E017563 CPF: 002726228
Contrato: 3010E100369 CPF: 032301998
Contrato: 3010E019043 CPF: 039760498
Contrato: 3010E078836 CPF: 044231218
Contrato: 3010E018602 CPF: 050321048
Contrato: 3010E018551 CPF: 052354208
Contrato: 3010E129903 CPF: 089781058
Contrato: 3010E126927 CPF: 106805676
Contrato: 3010E018447 CPF: 141009018
Contrato: 3010E144855 CPF: 156219058
Contrato: 3010E068735 CPF: 162166098
Contrato: 3010E062611 CPF: 167080878
Contrato: 3010E062636 CPF: 180975058
Contrato: 3010E083058 CPF: 195075168
Contrato: 3010E021969 CPF: 201458528
Contrato: 3010E129363 CPF: 212550538
Contrato: 3010E075689 CPF: 216180318
Contrato: 3010E018185 CPF: 217105608
Contrato: 3010E072267 CPF: 217737398
Contrato: 3010E141677 CPF: 218359638
Contrato: 3010E168374 CPF: 219825848
Contrato: 3010E075671 CPF: 223970638
Contrato: 3010E136323 CPF: 252776638
Contrato: 3010E076714 CPF: 283690328
Contrato: 3010E098874 CPF: 305118938
Contrato: 3010E064337 CPF: 311131318
Contrato: 3010E076489 CPF: 317612378
Contrato: 3010E138685 CPF: 320447248
Contrato: 3010E019059 CPF: 327851788
Contrato: 3010E168039 CPF: 348463298
Contrato: 3010E073232 CPF: 352591298
Contrato: 3010E173318 CPF: 357001348
Contrato: 3010E172811 CPF: 370806318
Contrato: 3010E042992 CPF: 371278678
Contrato: 3010E129362 CPF: 375645358
Contrato: 3010E074198 CPF: 382370348
Contrato: 3010E110428 CPF: 386182438
Contrato: 3010E122535 CPF: 395539698
Contrato: 3010E087924 CPF: 398325908
Contrato: 3010E082783 CPF: 399063518
Contrato: 3010E144534 CPF: 399296468
Contrato: 3010E003684 CPF: 400516868
Contrato: 3010E143091 CPF: 411206758
Contrato: 3010E135347 CPF: 419128508
Contrato: 3010E102155 CPF: 421623688
Contrato: 3010E125773 CPF: 432908058
Contrato: 3010E123198 CPF: 434808518
Contrato: 3010E075750 CPF: 435903748
Contrato: 3010E142062 CPF: 438353888
Contrato: 3010E097736 CPF: 438604098
Contrato: 3010E126252 CPF: 438996808
Contrato: 3010E008067 CPF: 440080688
Contrato: 3010E150120 CPF: 440409198
Contrato: 3010E078689 CPF: 441199588
Contrato: 3010E136329 CPF: 443751608
Contrato: 3010E007795 CPF: 445462858
Contrato: 3010E005189 CPF: 460812848
Contrato: 3010E071302 CPF: 463178658
Contrato: 3010E078949 CPF: 466735378
Contrato: 3010E067782 CPF: 469203538
Contrato: 3010E101749 CPF: 470469808
Contrato: 3010E023094 CPF: 475779708
Contrato: 3010E073176 CPF: 477787918
Contrato: 3010E005102 CPF: 480459848
Contrato: 3010E127754 CPF: 497920608
Contrato: 3010E089736 CPF: 498205448
Contrato: 3010E072608 CPF: 501277258
Contrato: 3010E099860 CPF: 502338638
Contrato: 3010E127091 CPF: 526048998
Contrato: 3010E115951 CPF: 557421958
Contrato: 3010E004150 CPF: 558452808
Contrato: 3010E002400 CPF: 675366628
Contrato: 3010E019221 CPF: 979588408
Contrato: 3010E036902 CPF: 139364498
Contrato: 3010E034911 CPF: 331301608
Contrato: 3010E128935 CPF: 010021152
Contrato: 3010E055327 CPF: 023805378
Contrato: 3010E052185 CPF: 027019391
Contrato: 3010E050647 CPF: 028849058
Contrato: 3010E055081 CPF: 028982688
Contrato: 3010E056937 CPF: 029449978
Contrato: 3010E051940 CPF: 031680988
Contrato: 3010E051493 CPF: 032153778
Contrato: 3010E055951 CPF: 035510448
Contrato: 3010E054158 CPF: 035791088
Contrato: 3010E073896 CPF: 036171033
Contrato: 3010E068302 CPF: 037707051
Contrato: 3010E112988 CPF: 041399818
Contrato: 3010E055306 CPF: 050738458
Contrato: 3010E053627 CPF: 055104468
Contrato: 3010E056349 CPF: 057481858
Contrato: 3010E022426 CPF: 060150729
Contrato: 3010E054450 CPF: 061832318
Contrato: 3010E127826 CPF: 067784628
Contrato: 3010E055381 CPF: 078000118
Contrato: 3010E054286 CPF: 100281368
Contrato: 3010E083158 CPF: 100281718
Contrato: 3010E014020 CPF: 106223648
Contrato: 3010E073310 CPF: 110638098
Contrato: 3010E064449 CPF: 126859637
Contrato: 3010E056660 CPF: 130971178
Contrato: 3010E053477 CPF: 130987008
Contrato: 3010E050806 CPF: 134276758
Contrato: 3010E136664 CPF: 136776514
Contrato: 3010E053338 CPF: 144965638
Contrato: 3010E054536 CPF: 145681048
Contrato: 3010E014031 CPF: 145691848
Contrato: 3010E013781 CPF: 156714808
Contrato: 3010E056570 CPF: 170548528
Contrato: 3010E056178 CPF: 171730008
Contrato: 3010E144482 CPF: 174080958
Contrato: 3010E056199 CPF: 180955078
Contrato: 3010E055834 CPF: 180956368
Contrato: 3010E074007 CPF: 188560138
Contrato: 3010E055921 CPF: 200077408
Contrato: 3010E147351 CPF: 200079928
Contrato: 3010E051579 CPF: 204074048
Contrato: 3010E170066 CPF: 204074048
Contrato: 3010E066436 CPF: 206650238
Contrato: 3010E056679 CPF: 218609928
Contrato: 3010E014760 CPF: 219815498
Contrato: 3010E054492 CPF: 219815498
Contrato: 3010E056661 CPF: 221460718
Contrato: 3010E013796 CPF: 249441718
Contrato: 3010E138398 CPF: 263567178
Contrato: 3010E013965 CPF: 266657708
Contrato: 3010E051332 CPF: 272794978
Contrato: 3010E051378 CPF: 278149148
Contrato: 3010E013775 CPF: 278760848
Contrato: 3010E067592 CPF: 280008678
Contrato: 3010E050508 CPF: 283503158
Contrato: 3010E065529 CPF: 283747728
Contrato: 3010E014537 CPF: 284870578
Contrato: 3010E078038 CPF: 288155348
Contrato: 3010E046933 CPF: 289592538
Contrato: 3010E051625 CPF: 291727478
Contrato: 3010E131863 CPF: 292812528
Contrato: 3010E051989 CPF: 295413838
Contrato: 3010E135718 CPF: 297871898
Contrato: 3010E012174 CPF: 302887228
Contrato: 3010E174665 CPF: 302887228
Contrato: 3010E140766 CPF: 304145448
Contrato: 3010E013979 CPF: 305665878
Contrato: 3010E056291 CPF: 307883288
Contrato: 3010E051376 CPF: 307996268
Contrato: 3010E133899 CPF: 308506798
Contrato: 3010E014320 CPF: 310145808
Contrato: 3010E056350 CPF: 310235698
Contrato: 3010E014550 CPF: 311544988
Contrato: 3010E140987 CPF: 312011598
Contrato: 3010E137797 CPF: 313027908
Contrato: 3010E055653 CPF: 314632118
Contrato: 3010E013971 CPF: 315921408
Contrato: 3010E014146 CPF: 315921408
Contrato: 3010E134307 CPF: 318983728
Contrato: 3010E013862 CPF: 321239698
Contrato: 3010E174705 CPF: 321239698
Contrato: 3010E014209 CPF: 321347538
Contrato: 3010E014191 CPF: 321504218
Contrato: 3010E065332 CPF: 328791528
Contrato: 3010E014279 CPF: 333561758
Contrato: 3010E014881 CPF: 335510028
Contrato: 3010E015019 CPF: 335582748
Contrato: 3010E067193 CPF: 336271138
Contrato: 3010E065140 CPF: 336412108
Contrato: 3010E078554 CPF: 339591238
Contrato: 3010E074379 CPF: 339611368
Contrato: 3010E065708 CPF: 340294158
Contrato: 3010E067295 CPF: 340829038
Contrato: 3010E067929 CPF: 343533038
Contrato: 3010E075687 CPF: 344073078
Contrato: 3010E148392 CPF: 344546658
Contrato: 3010E013987 CPF: 346961008
Contrato: 3010E012292 CPF: 347141278
Contrato: 3010E144646 CPF: 352065698
Contrato: 3010E130051 CPF: 352621208
Contrato: 3010E170611 CPF: 356583028
Contrato: 3010E134919 CPF: 360324538
Contrato: 3010E014542 CPF: 361663688
Contrato: 3010E132422 CPF: 362658638
Contrato: 3010E014929 CPF: 364705778
Contrato: 3010E077699 CPF: 365474518
Contrato: 3010E150364 CPF: 367607618
Contrato: 3010E081602 CPF: 368137198
Contrato: 3010E142254 CPF: 368724528
Contrato: 3010E139890 CPF: 369190968
Contrato: 3010E073640 CPF: 375715638
Contrato: 3010E056938 CPF: 379565868
Contrato: 3010E081760 CPF: 380331108
Contrato: 3010E079700 CPF: 380404858
Contrato: 3010E013784 CPF: 381499058
Contrato: 3010E168051 CPF: 382079378
Contrato: 3010E077997 CPF: 383512668
Contrato: 3010E067589 CPF: 385384528
Contrato: 3010E014940 CPF: 385715008
Contrato: 3010E066612 CPF: 386359718
Contrato: 3010E070496 CPF: 387812708
Contrato: 3010E067061 CPF: 390355278
Contrato: 3010E064499 CPF: 392737588
Contrato: 3010E052250 CPF: 393590728
Contrato: 3010E014285 CPF: 395687108
Contrato: 3010E067297 CPF: 396450518
Contrato: 3010E128556 CPF: 397916188
Contrato: 3010E069940 CPF: 399192308
Contrato: 3010E075962 CPF: 400721958
Contrato: 3010E012125 CPF: 401543838
Contrato: 3010J280561 CPF: 403605188
Contrato: 3010E070262 CPF: 404403178
Contrato: 3010E148609 CPF: 406827448
Contrato: 3010E014993 CPF: 409779518
Contrato: 3010E065774 CPF: 410658738
Contrato: 3010E064268 CPF: 411612268
Contrato: 3010E136326 CPF: 412140358
Contrato: 3010E013919 CPF: 416630308
Contrato: 3010E147361 CPF: 417686768
Contrato: 3010E013980 CPF: 420089528
Contrato: 3010E056813 CPF: 420531158
Contrato: 3010E053906 CPF: 420984538
Contrato: 3010E172741 CPF: 423010008
Contrato: 3010E141665 CPF: 423966288
Contrato: 3010E073999 CPF: 424219878
Contrato: 3010E074366 CPF: 424219948
Contrato: 3010E071055 CPF: 424304268
Contrato: 3010E081318 CPF: 424963478
Contrato: 3010E065891 CPF: 425119538
Contrato: 3010E070157 CPF: 425711768
Contrato: 3010E069052 CPF: 426782318
Contrato: 3010E142886 CPF: 428090688
Contrato: 3010E050727 CPF: 429735621
Contrato: 3010E110108 CPF: 429872638
Contrato: 3010E137088 CPF: 430075908
Contrato: 3010E081586 CPF: 430580288
Contrato: 3010E083111 CPF: 431031968
Contrato: 3010E069053 CPF: 433125258
Contrato: 3010E056652 CPF: 433770298
Contrato: 3010E079824 CPF: 435677988
Contrato: 3010E076005 CPF: 435753978
Contrato: 3010E137243 CPF: 437075208
Contrato: 3010E066957 CPF: 437812438
Contrato: 3010E082129 CPF: 438242578
Contrato: 3010E139522 CPF: 438856638
Contrato: 3010E134452 CPF: 441133068
Contrato: 3010E066630 CPF: 441670508
Contrato: 3010E075824 CPF: 442900668
Contrato: 3010E052194 CPF: 443954888
Contrato: 3010E141235 CPF: 444219798
Contrato: 3010E148921 CPF: 445473658
Contrato: 3010E140699 CPF: 445764308
Contrato: 3010E066902 CPF: 445987568
Contrato: 3010E079189 CPF: 447659938
Contrato: 3010E065439 CPF: 448208188
Contrato: 3010E140859 CPF: 450804128
Contrato: 3010E063661 CPF: 454736648
Contrato: 3010E066251 CPF: 455000418
Contrato: 3010E014179 CPF: 456047088
Contrato: 3010E147949 CPF: 457957658
Contrato: 3010E082126 CPF: 462251368
Contrato: 3010E140700 CPF: 462257418
Contrato: 3010E077583 CPF: 465199568
Contrato: 3010E076175 CPF: 465512088
Contrato: 3010E075055 CPF: 468081078
Contrato: 3010E077116 CPF: 476544708
Contrato: 3010E042786 CPF: 478378078
Contrato: 3010E141243 CPF: 479645428
Contrato: 3010E078598 CPF: 480713968
Contrato: 3010E110672 CPF: 511816478
Contrato: 3010E050986 CPF: 520967538
Contrato: 3010E127652 CPF: 535109278
Contrato: 3010E125175 CPF: 538193018
Contrato: 3010E148599 CPF: 544991368
Contrato: 3010E115782 CPF: 553485478
Contrato: 3010E133511 CPF: 555858218
Contrato: 3010E128516 CPF: 561107318
Contrato: 3010E127165 CPF: 562739518
Contrato: 3010E114662 CPF: 572568118
Contrato: 3010E123248 CPF: 575855518
Contrato: 3010E148534 CPF: 586773868
Contrato: 3010E056659 CPF: 756872328
Contrato: 3010E056936 CPF: 791942498
Contrato: 3010E012112 CPF: 797175438
Contrato: 3010E053599 CPF: 797181168
Contrato: 3010E052371 CPF: 826462448
Contrato: 3010E015151 CPF: 826476908
Contrato: 3010E170018 CPF: 827339108
Contrato: 3010E050943 CPF: 876267568
Contrato: 3010E137230 CPF: 960076991
Contrato: 3010E050907 CPF: 961503008
Contrato: 3010E046570 CPF: 043148228
Contrato: 3010E009690 CPF: 122731368
Contrato: 3010E113885 CPF: 226308478
Contrato: 3010E124029 CPF: 227366358
Contrato: 3010E071594 CPF: 247470678
Contrato: 3010E150000 CPF: 275722948
Contrato: 3010E009906 CPF: 295783748
Contrato: 3010E073291 CPF: 318993628
Contrato: 3010J280931 CPF: 332383538
Contrato: 3010E123086 CPF: 342719698
Contrato: 3010E064341 CPF: 356571778
Contrato: 3010E075504 CPF: 362352058
Contrato: 3010E073869 CPF: 394793398
Contrato: 3010E076998 CPF: 396394328
Contrato: 3010E070152 CPF: 412444978
Contrato: 3010E152591 CPF: 413516238
Contrato: 3010E147503 CPF: 416852758
Contrato: 3010E170483 CPF: 417010178
Contrato: 3010E073879 CPF: 421984248
Contrato: 3010E172870 CPF: 423059388
Contrato: 3010E173036 CPF: 424251258
Contrato: 3010E067459 CPF: 425715488
Contrato: 3010E152120 CPF: 438447288
Contrato: 3010E075388 CPF: 439737408
Contrato: 3010E082474 CPF: 465610898
Contrato: 3010E075565 CPF: 472636728
Contrato: 3010E172694 CPF: 475074178
Contrato: 3010E072835 CPF: 515781398
Contrato: 3010E115949 CPF: 526054048
Contrato: 3010E073699 CPF: 536721568
Contrato: 3010E067708 CPF: 912008653
Contrato: 3010E143250 CPF: 032803008
Contrato: 3010E079985 CPF: 039166338
Contrato: 3010J279450 CPF: 063929058
Contrato: 3010E112551 CPF: 072951368
Contrato: 3010E036369 CPF: 102045568
Contrato: 3010E137158 CPF: 109942168
Contrato: 3010E071960 CPF: 137850066
Contrato: 3010E076324 CPF: 175647268
Contrato: 3010E172638 CPF: 190257098
Contrato: 3010E080864 CPF: 196919338
Contrato: 3010E046313 CPF: 214735364
Contrato: 3010E172863 CPF: 230548818
Contrato: 3010E034244 CPF: 245940058
Contrato: 3010E034793 CPF: 272066908
Contrato: 3010E065318 CPF: 278928158
Contrato: 3010E144020 CPF: 280649488
Contrato: 3010E079876 CPF: 291135798
Contrato: 3010E075526 CPF: 294002258
Contrato: 3010E008845 CPF: 296328218
Contrato: 3010E128914 CPF: 312252818
Contrato: 3010E072024 CPF: 318022098
Contrato: 3010E063892 CPF: 323616288
Contrato: 3010E147719 CPF: 348220238
Contrato: 3010E069163 CPF: 355712568
Contrato: 3010E074054 CPF: 357334308
Contrato: 3010E173087 CPF: 358004928
Contrato: 3010E033614 CPF: 362184438
Contrato: 3010E075645 CPF: 365865008
Contrato: 3010E148753 CPF: 367178678
Contrato: 3010E069678 CPF: 376210468
Contrato: 3010E137286 CPF: 377156678
Contrato: 3010E172763 CPF: 378461968
Contrato: 3010E148032 CPF: 383606968
Contrato: 3010E111448 CPF: 384742708
Contrato: 3010E139329 CPF: 384742728
Contrato: 3010E174607 CPF: 385196798
Contrato: 3010E043283 CPF: 385263738
Contrato: 3010E068287 CPF: 392827208
Contrato: 3010E168221 CPF: 394465278
Contrato: 3010E173445 CPF: 394842378
Contrato: 3010E074269 CPF: 395504368
Contrato: 3010E069380 CPF: 397668128
Contrato: 3010E172931 CPF: 403308648
Contrato: 3010E128249 CPF: 416038988
Contrato: 3010E173070 CPF: 417298338
Contrato: 3010E068512 CPF: 417451018
Contrato: 3010E142356 CPF: 419261588
Contrato: 3010E172656 CPF: 421315958
Contrato: 3010E172834 CPF: 421315958
Contrato: 3010E114765 CPF: 434165348
Contrato: 3010E152283 CPF: 438050318
Contrato: 3010E065286 CPF: 446665378
Contrato: 3010E063544 CPF: 447713058
Contrato: 3010E082601 CPF: 463893618
Contrato: 3010E173199 CPF: 468192368
Contrato: 3010E173090 CPF: 473956388
Contrato: 3010E115828 CPF: 474400958
Contrato: 3010E148435 CPF: 488425788
Contrato: 3010E125488 CPF: 512296278
Contrato: 3010E009104 CPF: 551876278
Contrato: 3010E126875 CPF: 585697018
Contrato: 3010E141947 CPF: 611706223
Contrato: 3010E111574 CPF: 823781858
Contrato: 3010E064952 CPF: 067211736
Contrato: 3010E078601 CPF: 404617608
Contrato: 3010E114888 CPF: 415741198
Contrato: 3010E064952 CPF: 067211736
Contrato: 3010E078601 CPF: 404617608
Contrato: 3010E114888 CPF: 415741198
Contrato: 3010E025792 CPF: 043772518
Contrato: 3010E122986 CPF: 074557338

Edital de março de 2022 3ª página – ⅓

Contrato: 3010E147573 CPF: 123881856
Contrato: 3010E117878 CPF: 177607768
Contrato: 3010E173357 CPF: 346849168
Contrato: 3010E172916 CPF: 350439098
Contrato: 3010E080842 CPF: 356150948
Contrato: 3010E082199 CPF: 364609648
Contrato: 3010E133120 CPF: 366832098
Contrato: 3010E069665 CPF: 383614278
Contrato: 3010E131188 CPF: 425997488
Contrato: 3010E082541 CPF: 440993068
Contrato: 3010E069214 CPF: 445718998
Contrato: 3010E080491 CPF: 458390628
Contrato: 3010E075594 CPF: 465739938
Contrato: 3010E106809 CPF: 513467148
Contrato: 3010E104060 CPF: 551121438
Contrato: 3010E025686 CPF: 667157418
Contrato: 3010E171298 CPF: 004838370
Contrato: 3010E130142 CPF: 005413618
Contrato: 3010E029589 CPF: 008260415
Contrato: 3010E022626 CPF: 017156171
Contrato: 3010E032061 CPF: 023036488
Contrato: 3010E087606 CPF: 024283526
Contrato: 3010E033701 CPF: 024326222
Contrato: 3010E151121 CPF: 025098801
Contrato: 3010E040250 CPF: 025748312
Contrato: 3010E039033 CPF: 026476888
Contrato: 3010E033411 CPF: 026538138
Contrato: 3010E019394 CPF: 026587048
Contrato: 3010E131381 CPF: 026628218
Contrato: 3010E067749 CPF: 027047352
Contrato: 3010E141635 CPF: 028452238
Contrato: 3010E004977 CPF: 030993928
Contrato: 3010E171548 CPF: 035275405
Contrato: 3010E084193 CPF: 036760836
Contrato: 3010E031647 CPF: 039009238
Contrato: 3010E015246 CPF: 039954076
Contrato: 3010E043679 CPF: 040559913
Contrato: 3010E039186 CPF: 042920198
Contrato: 3010E039009 CPF: 043118802
Contrato: 3010E148004 CPF: 044655628
Contrato: 3010E026381 CPF: 044733978
Contrato: 3010E128363 CPF: 045014838
Contrato: 3010E094002 CPF: 045420198
Contrato: 3010E027739 CPF: 045894996
Contrato: 3010E168185 CPF: 046424373
Contrato: 3010E130085 CPF: 049090688
Contrato: 3010E082573 CPF: 050781208
Contrato: 3010E021885 CPF: 050801628
Contrato: 3010E039661 CPF: 051493254
Contrato: 3010E040643 CPF: 052202698
Contrato: 3010E026034 CPF: 052821856
Contrato: 3010E083595 CPF: 053229473
Contrato: 3010E026117 CPF: 053476273
Contrato: 3010E020939 CPF: 053759578
Contrato: 3010E033779 CPF: 054301809
Contrato: 3010E117928 CPF: 054904576
Contrato: 3010E111059 CPF: 055585058
Contrato: 3010E150961 CPF: 055709392
Contrato: 3010E171024 CPF: 056303906
Contrato: 3010E028025 CPF: 056387116
Contrato: 3010E072790 CPF: 056936203
Contrato: 3010E044388 CPF: 057968255
Contrato: 3010E026358 CPF: 058247326
Contrato: 3010E026022 CPF: 058741125
Contrato: 3010E102654 CPF: 059010018
Contrato: 3010E171322 CPF: 059168145
Contrato: 3010E030686 CPF: 060270348
Contrato: 3010E101800 CPF: 060524718
Contrato: 3010E118202 CPF: 060571568
Contrato: 3010E029776 CPF: 062397726
Contrato: 3010E146929 CPF: 062619768
Contrato: 3010E142166 CPF: 062631288
Contrato: 3010E125143 CPF: 062633128
Contrato: 3010E041586 CPF: 062832966
Contrato: 3010E003246 CPF: 064283158
Contrato: 3010E027869 CPF: 064499834
Contrato: 3010E152333 CPF: 065239216
Contrato: 3010E041664 CPF: 066243744
Contrato: 3010E030083 CPF: 067253838
Contrato: 3010E024655 CPF: 067757398
Contrato: 3010E171123 CPF: 068489286
Contrato: 3010E027888 CPF: 071448693
Contrato: 3010E104025 CPF: 071454838
Contrato: 3010E025079 CPF: 071458188
Contrato: 3010E030225 CPF: 071615798
Contrato: 3010E082715 CPF: 071736348
Contrato: 3010E005933 CPF: 071743718
Contrato: 3010E033215 CPF: 074158676
Contrato: 3010E040840 CPF: 074177628
Contrato: 3010E148050 CPF: 075959611
Contrato: 3010E029853 CPF: 077694968
Contrato: 3010E083512 CPF: 077899216
Contrato: 3010E171969 CPF: 078706148
Contrato: 3010E172530 CPF: 078737686
Contrato: 3010E023805 CPF: 080695328
Contrato: 3010E044654 CPF: 081326298
Contrato: 3010E030392 CPF: 083543688
Contrato: 3010E040493 CPF: 087347528
Contrato: 3010E039572 CPF: 088898655
Contrato: 3010E039297 CPF: 089499396
Contrato: 3010E082384 CPF: 090263134
Contrato: 3010E135042 CPF: 090935179
Contrato: 3010E171187 CPF: 091168794
Contrato: 3010E072597 CPF: 091358626
Contrato: 3010E040150 CPF: 094857696
Contrato: 3010E027814 CPF: 094889484
Contrato: 3010E041531 CPF: 094920158
Contrato: 3010E093302 CPF: 095643566
Contrato: 3010E041430 CPF: 095701248
Contrato: 3010E041749 CPF: 097074664
Contrato: 3010E152087 CPF: 098756868
Contrato: 3010E032987 CPF: 099266924
Contrato: 3010E076713 CPF: 100731046
Contrato: 3010E110599 CPF: 101447236
Contrato: 3010E041830 CPF: 103822418
Contrato: 3010E044843 CPF: 103825359
Contrato: 3010E022653 CPF: 108031566
Contrato: 3010E028908 CPF: 108900278
Contrato: 3010E039146 CPF: 108956498
Contrato: 3010E147565 CPF: 109667966
Contrato: 3010E172370 CPF: 109861408
Contrato: 3010E026074 CPF: 109938088
Contrato: 3010E024840 CPF: 114211206
Contrato: 3010E072475 CPF: 115469688
Contrato: 3010E106119 CPF: 116449148
Contrato: 3010E041487 CPF: 117217918
Contrato: 3010E172238 CPF: 118074816
Contrato: 3010E044425 CPF: 120011326
Contrato: 3010E029455 CPF: 121225514
Contrato: 3010E071142 CPF: 122197368
Contrato: 3010E140679 CPF: 122342588
Contrato: 3010E126586 CPF: 123510636
Contrato: 3010E171225 CPF: 123728068
Contrato: 3010E022908 CPF: 130863336
Contrato: 3010E029339 CPF: 130976778
Contrato: 3010E100845 CPF: 132957118
Contrato: 3010E022350 CPF: 133870556
Contrato: 3010E043992 CPF: 136752356
Contrato: 3010E171338 CPF: 137219558
Contrato: 3010E140101 CPF: 138622218
Contrato: 3010E080668 CPF: 138802318
Contrato: 3010E003204 CPF: 138806498
Contrato: 3010E028096 CPF: 139353248
Contrato: 3010E029322 CPF: 139673438
Contrato: 3010E029498 CPF: 141157708
Contrato: 3010E015989 CPF: 141495338
Contrato: 3010E033930 CPF: 145281998
Contrato: 3010E033777 CPF: 145510258
Contrato: 3010E039902 CPF: 145552098
Contrato: 3010E039112 CPF: 145595708
Contrato: 3010E040898 CPF: 145682268
Contrato: 3010E029569 CPF: 145731768
Contrato: 3010E030606 CPF: 145924088
Contrato: 3010E044373 CPF: 146581586
Contrato: 3010E171648 CPF: 147683288
Contrato: 3010E024802 CPF: 149462108
Contrato: 3010E022300 CPF: 150713218
Contrato: 3010E139282 CPF: 150749668
Contrato: 3010E041085 CPF: 150759418
Contrato: 3010E041038 CPF: 150778368
Contrato: 3010E033864 CPF: 150801818
Contrato: 3010E142316 CPF: 150811818
Contrato: 3010E101414 CPF: 152526128
Contrato: 3010E172353 CPF: 155487068
Contrato: 3010E079351 CPF: 156117218
Contrato: 3010E172355 CPF: 157321228
Contrato: 3010E171508 CPF: 158256998
Contrato: 3010E134094 CPF: 162250818
Contrato: 3010E079949 CPF: 163879688
Contrato: 3010E041713 CPF: 163880028
Contrato: 3010E007423 CPF: 163884528
Contrato: 3010E024139 CPF: 163998168
Contrato: 3010E170908 CPF: 164045078
Contrato: 3010E072049 CPF: 164061238
Contrato: 3010E172102 CPF: 167189018
Contrato: 3010E110191 CPF: 167223788
Contrato: 3010E040270 CPF: 170385528
Contrato: 3010E025381 CPF: 171490318
Contrato: 3010E032619 CPF: 172088368
Contrato: 3010E030096 CPF: 174068858
Contrato: 3010E024697 CPF: 174293807
Contrato: 3010E083221 CPF: 175486298
Contrato: 3010E090213 CPF: 175527418
Contrato: 3010E084139 CPF: 175742378
Contrato: 3010E030022 CPF: 178123688
Contrato: 3010E039206 CPF: 178649088
Contrato: 3010E074905 CPF: 180480788
Contrato: 3010E044623 CPF: 180956448
Contrato: 3010E121783 CPF: 180986688
Contrato: 3010E024238 CPF: 181137048
Contrato: 3010E172873 CPF: 181159898
Contrato: 3010E029896 CPF: 181161698
Contrato: 3010E026273 CPF: 181166588
Contrato: 3010E005440 CPF: 183224308
Contrato: 3010E005441 CPF: 183224318
Contrato: 3010E081747 CPF: 183256988
Contrato: 3010E045215 CPF: 183302858
Contrato: 3010E080197 CPF: 183347758
Contrato: 3010E043757 CPF: 186302978
Contrato: 3010E041146 CPF: 186412948
Contrato: 3010E081751 CPF: 186479228
Contrato: 3010E068116 CPF: 186486538
Contrato: 3010E024442 CPF: 186563038
Contrato: 3010E039751 CPF: 190952298
Contrato: 3010E101134 CPF: 195035928
Contrato: 3010E024107 CPF: 195039008
Contrato: 3010E032512 CPF: 195053258
Contrato: 3010E023465 CPF: 195077688
Contrato: 3010E151004 CPF: 195710488
Contrato: 3010E170861 CPF: 199534358
Contrato: 3010E170535 CPF: 199557818
Contrato: 3010E171363 CPF: 199583998
Contrato: 3010E109890 CPF: 199586898
Contrato: 3010E033010 CPF: 200071548
Contrato: 3010E131042 CPF: 200540838
Contrato: 3010E077173 CPF: 200577188
Contrato: 3010E026211 CPF: 200850078
Contrato: 3010E023829 CPF: 205634928
Contrato: 3010E032904 CPF: 213042518
Contrato: 3010E002163 CPF: 213395018
Contrato: 3010E045188 CPF: 214752608
Contrato: 3010E144475 CPF: 215204718
Contrato: 3010E033307 CPF: 215698498
Contrato: 3010E039668 CPF: 215755118
Contrato: 3010E039906 CPF: 215755858
Contrato: 3010E024549 CPF: 215792858
Contrato: 3010E027667 CPF: 215817158
Contrato: 3010E001939 CPF: 216218098
Contrato: 3010E039940 CPF: 216425018
Contrato: 3010E135288 CPF: 216427158
Contrato: 3010E044139 CPF: 216488238
Contrato: 3010E101025 CPF: 217008198
Contrato: 3010E067053 CPF: 217041138
Contrato: 3010E025047 CPF: 217160658
Contrato: 3010E041428 CPF: 217225068
Contrato: 3010E029758 CPF: 217681038
Contrato: 3010E148518 CPF: 218023368
Contrato: 3010E172936 CPF: 218199728
Contrato: 3010E148629 CPF: 218221168
Contrato: 3010E040214 CPF: 218247678
Contrato: 3010E172482 CPF: 218402388
Contrato: 3010E172558 CPF: 218984148
Contrato: 3010E044111 CPF: 218998128
Contrato: 3010E038872 CPF: 219034028
Contrato: 3010E171482 CPF: 219060878
Contrato: 3010E079918 CPF: 219311728
Contrato: 3010E075365 CPF: 219320658
Contrato: 3010E171424 CPF: 219432698
Contrato: 3010E029547 CPF: 219489778
Contrato: 3010E029682 CPF: 219630328
Contrato: 3010E172397 CPF: 219683728
Contrato: 3010E040859 CPF: 220469858
Contrato: 3010E005671 CPF: 220627408
Contrato: 3010E070234 CPF: 220705278
Contrato: 3010E045334 CPF: 220706568
Contrato: 3010E096969 CPF: 220749248
Contrato: 3010E069813 CPF: 220767108
Contrato: 3010E172564 CPF: 220795478
Contrato: 3010E026456 CPF: 220844118
Contrato: 3010E030149 CPF: 220980088
Contrato: 3010E170835 CPF: 221260108
Contrato: 3010E142961 CPF: 221423028
Contrato: 3010E065825 CPF: 221515988
Contrato: 3010E001244 CPF: 221708668
Contrato: 3010E172338 CPF: 221916428
Contrato: 3010E033792 CPF: 222262078
Contrato: 3010E079104 CPF: 222275488
Contrato: 3010E044839 CPF: 222304458
Contrato: 3010E022852 CPF: 222385448
Contrato: 3010E027961 CPF: 222441838
Contrato: 3010E034152 CPF: 222724718
Contrato: 3010E172511 CPF: 222738688
Contrato: 3010E025251 CPF: 222818418
Contrato: 3010E139254 CPF: 223058118
Contrato: 3010E033406 CPF: 223118338
Contrato: 3010E172407 CPF: 223148768
Contrato: 3010E172408 CPF: 223148768
Contrato: 3010E029802 CPF: 223413598
Contrato: 3010E028037 CPF: 223438188
Contrato: 3010E171131 CPF: 223591498
Contrato: 3010E025136 CPF: 225471838
Contrato: 3010E027363 CPF: 225776788
Contrato: 3010E076016 CPF: 226409148
Contrato: 3010E030010 CPF: 226543198
Contrato: 3010E130784 CPF: 226644008
Contrato: 3010E040948 CPF: 226780658
Contrato: 3010E040873 CPF: 226879088
Contrato: 3010E172253 CPF: 227084378
Contrato: 3010E039706 CPF: 227774758
Contrato: 3010E030321 CPF: 228705548
Contrato: 3010E029759 CPF: 228896998
Contrato: 3010E025086 CPF: 229335388
Contrato: 3010E028929 CPF: 229841208
Contrato: 3010E030328 CPF: 230274138
Contrato: 3010E148246 CPF: 230732288
Contrato: 3010E040938 CPF: 230841108
Contrato: 3010E025173 CPF: 230895358
Contrato: 3010E025176 CPF: 230895358
Contrato: 3010E040848 CPF: 231494558
Contrato: 3010E033908 CPF: 231721808
Contrato: 3010E171754 CPF: 231764998
Contrato: 3010E039068 CPF: 232376138
Contrato: 3010E024004 CPF: 234292518
Contrato: 3010E045339 CPF: 235194758
Contrato: 3010E043981 CPF: 235500358
Contrato: 3010E027730 CPF: 235771408
Contrato: 3010E064811 CPF: 236656088
Contrato: 3010E040978 CPF: 237922168
Contrato: 3010E022904 CPF: 238324518
Contrato: 3010E030404 CPF: 241793018
Contrato: 3010E033225 CPF: 242915708
Contrato: 3010E172106 CPF: 246207928
Contrato: 3010E030232 CPF: 247596618
Contrato: 3010E110554 CPF: 248411628
Contrato: 3010E172276 CPF: 249858608
Contrato: 3010E073895 CPF: 249861998
Contrato: 3010E033108 CPF: 249867268
Contrato: 3010E029407 CPF: 251071378
Contrato: 3010E041519 CPF: 251080988
Contrato: 3010E148544 CPF: 251092898
Contrato: 3010E025898 CPF: 251107538
Contrato: 3010E044158 CPF: 251528308
Contrato: 3010E073903 CPF: 251662238
Contrato: 3010E039479 CPF: 253502718
Contrato: 3010E028313 CPF: 253808878
Contrato: 3010E067976 CPF: 254095108
Contrato: 3010E082765 CPF: 254722958
Contrato: 3010E089017 CPF: 257116008
Contrato: 3010E029316 CPF: 257359848
Contrato: 3010E027435 CPF: 258405968
Contrato: 3010E027789 CPF: 258405968
Contrato: 3010E022905 CPF: 258463578
Contrato: 3010E170910 CPF: 258779868
Contrato: 3010E067281 CPF: 259469178
Contrato: 3010J286473 CPF: 259657068
Contrato: 3010E040944 CPF: 260993768
Contrato: 3010E040946 CPF: 260993768
Contrato: 3010E041143 CPF: 261009188
Contrato: 3010E168235 CPF: 261108318
Contrato: 3010E172514 CPF: 261180888
Contrato: 3010E033132 CPF: 261540828
Contrato: 3010E008263 CPF: 262186098
Contrato: 3010E029623 CPF: 263900968
Contrato: 3010E033767 CPF: 264080228
Contrato: 3010E038982 CPF: 264544628
Contrato: 3010E040404 CPF: 264845628
Contrato: 3010E033189 CPF: 264915898
Contrato: 3010E083342 CPF: 265482558
Contrato: 3010E030025 CPF: 266548808
Contrato: 3010E084241 CPF: 267056828
Contrato: 3010E029711 CPF: 267378108
Contrato: 3010E043971 CPF: 267922968
Contrato: 3010E172483 CPF: 268265168
Contrato: 3010E171939 CPF: 268648018
Contrato: 3010E040261 CPF: 268717138
Contrato: 3010E024562 CPF: 268719728
Contrato: 3010E171423 CPF: 268817468
Contrato: 3010E030577 CPF: 268974118
Contrato: 3010E044416 CPF: 269838958
Contrato: 3010E029526 CPF: 270164168
Contrato: 3010E075323 CPF: 270899528
Contrato: 3010E135547 CPF: 271106358
Contrato: 3010E044102 CPF: 271309688
Contrato: 3010E098509 CPF: 271318198
Contrato: 3010E141555 CPF: 271483128
Contrato: 3010E108323 CPF: 271493478
Contrato: 3010E045012 CPF: 273086878
Contrato: 3010E043214 CPF: 273523728
Contrato: 3010E076295 CPF: 273735248
Contrato: 3010E074864 CPF: 274185838
Contrato: 3010E039184 CPF: 275614428
Contrato: 3010E078228 CPF: 276568278
Contrato: 3010E170757 CPF: 276634528
Contrato: 3010E044702 CPF: 276753578
Contrato: 3010E083546 CPF: 276950218
Contrato: 3010E095065 CPF: 277179468
Contrato: 3010E170932 CPF: 277484258
Contrato: 3010E041283 CPF: 277613758
Contrato: 3010E151023 CPF: 277962468
Contrato: 3010E171113 CPF: 278631368
Contrato: 3010E025112 CPF: 279249308
Contrato: 3010E032935 CPF: 279971958
Contrato: 3010E006206 CPF: 280466968
Contrato: 3010E041411 CPF: 281598598
Contrato: 3010E109736 CPF: 283407858
Contrato: 3010E022950 CPF: 283509048
Contrato: 3010E121025 CPF: 284199628
Contrato: 3010E029536 CPF: 284558488
Contrato: 3010E039059 CPF: 284692358
Contrato: 3010E148449 CPF: 285019978
Contrato: 3010E033072 CPF: 285619418
Contrato: 3010E033046 CPF: 285621768
Contrato: 3010E072870 CPF: 285670668
Contrato: 3010E172548 CPF: 286140008
Contrato: 3010E136430 CPF: 286156178
Contrato: 3010E128390 CPF: 286915998
Contrato: 3010E041622 CPF: 287026498
Contrato: 3010E028063 CPF: 287163748
Contrato: 3010E170961 CPF: 287301158
Contrato: 3010E103438 CPF: 288361128
Contrato: 3010E114758 CPF: 288986198
Contrato: 3010E025506 CPF: 289106028
Contrato: 3010E171376 CPF: 289172218
Contrato: 3010E029214 CPF: 289285148
Contrato: 3010E142676 CPF: 289788018
Contrato: 3010E040101 CPF: 290299118
Contrato: 3010E024512 CPF: 290939468
Contrato: 3010E130392 CPF: 291213008
Contrato: 3010E026368 CPF: 291356368
Contrato: 3010E028465 CPF: 291860088
Contrato: 3010E027720 CPF: 292793118
Contrato: 3010E030409 CPF: 292812528
Contrato: 3010E029579 CPF: 293083868
Contrato: 3010E173527 CPF: 296392488
Contrato: 3010E029883 CPF: 297470788
Contrato: 3010E025969 CPF: 297571368
Contrato: 3010E022587 CPF: 297967528
Contrato: 3010E114049 CPF: 298893638
Contrato: 3010E117290 CPF: 299178848
Contrato: 3010E040854 CPF: 299309028
Contrato: 3010E092025 CPF: 299404798
Contrato: 3010E132687 CPF: 299418028
Contrato: 3010E033174 CPF: 299437788
Contrato: 3010E150437 CPF: 299486078
Contrato: 3010E087792 CPF: 299489998
Contrato: 3010E005016 CPF: 299837898
Contrato: 3010E030542 CPF: 299910938
Contrato: 3010E022922 CPF: 300305638
Contrato: 3010E120332 CPF: 300693378
Contrato: 3010E022595 CPF: 302342868
Contrato: 3010E169630 CPF: 302692438
Contrato: 3010E043805 CPF: 302717558
Contrato: 3010E040904 CPF: 302888458
Contrato: 3010E141248 CPF: 303326888
Contrato: 3010E080839 CPF: 303394328
Contrato: 3010E033437 CPF: 305128988
Contrato: 3010E030440 CPF: 305323598
Contrato: 3010E122195 CPF: 305800408
Contrato: 3010E043570 CPF: 306158378
Contrato: 3010E087084 CPF: 306456198
Contrato: 3010E171356 CPF: 306629268
Contrato: 3010E004557 CPF: 307140958
Contrato: 3010E065972 CPF: 307290308
Contrato: 3010E028361 CPF: 307834238
Contrato: 3010E026307 CPF: 308044568
Contrato: 3010E040748 CPF: 308044568
Contrato: 3010E027410 CPF: 308193918
Contrato: 3010E041229 CPF: 308565808
Contrato: 3010E032973 CPF: 308730758
Contrato: 3010E040791 CPF: 308800628
Contrato: 3010E033702 CPF: 308812018
Contrato: 3010E041423 CPF: 308853148
Contrato: 3010E022615 CPF: 309455848
Contrato: 3010E044951 CPF: 309574968
Contrato: 3010E030469 CPF: 310139038
Contrato: 3010E040438 CPF: 310192078
Contrato: 3010E024863 CPF: 310287208
Contrato: 3010E040597 CPF: 310296748
Contrato: 3010E029496 CPF: 311459138
Contrato: 3010E044598 CPF: 311730918
Contrato: 3010E024716 CPF: 312295298
Contrato: 3010E025350 CPF: 312531098
Contrato: 3010E075267 CPF: 312808738
Contrato: 3010E171012 CPF: 313027908
Contrato: 3010E171174 CPF: 313361258
Contrato: 3010E075704 CPF: 313596538
Contrato: 3010E041612 CPF: 314291758
Contrato: 3010E171334 CPF: 314604418
Contrato: 3010E171864 CPF: 315272878
Contrato: 3010E045032 CPF: 316475348
Contrato: 3010E030360 CPF: 316948148
Contrato: 3010E033195 CPF: 317601778
Contrato: 3010E024195 CPF: 317738748
Contrato: 3010E100920 CPF: 317825958
Contrato: 3010E041251 CPF: 317958538
Contrato: 3010E041618 CPF: 318575488
Contrato: 3010E041356 CPF: 318775388
Contrato: 3010E171705 CPF: 319565288
Contrato: 3010E043627 CPF: 319806758
Contrato: 3010E044908 CPF: 320088188
Contrato: 3010E130628 CPF: 320143888
Contrato: 3010E029548 CPF: 321014768
Contrato: 3010E075218 CPF: 321214338
Contrato: 3010E071377 CPF: 321276148
Contrato: 3010E173565 CPF: 321523248
Contrato: 3010E025067 CPF: 321576368
Contrato: 3010E025267 CPF: 321908748
Contrato: 3010E025108 CPF: 322449998
Contrato: 3010E039567 CPF: 322671248
Contrato: 3010E080008 CPF: 322855808
Contrato: 3010E080012 CPF: 322855808
Contrato: 3010E080006 CPF: 322855838
Contrato: 3010E027890 CPF: 323105188
Contrato: 3010E044542 CPF: 323491888
Contrato: 3010E069704 CPF: 323564568
Contrato: 3010E026451 CPF: 323919738
Contrato: 3010E152611 CPF: 324170148
Contrato: 3010E044885 CPF: 324176548
Contrato: 3010E024429 CPF: 324982458
Contrato: 3010E022562 CPF: 325223588
Contrato: 3010E041662 CPF: 325279068
Contrato: 3010E044360 CPF: 325480198
Contrato: 3010E150992 CPF: 325484118
Contrato: 3010E075261 CPF: 325633328
Contrato: 3010E170603 CPF: 325779188
Contrato: 3010E019884 CPF: 326147228
Contrato: 3010E030229 CPF: 326326298
Contrato: 3010E041151 CPF: 326590538
Contrato: 3010E029682 CPF: 327747118
Contrato: 3010E029891 CPF: 328084738
Contrato: 3010E040205 CPF: 328320478
Contrato: 3010E044713 CPF: 328356928
Contrato: 3010E040437 CPF: 328593008
Contrato: 3010E043677 CPF: 329006238
Contrato: 3010E026319 CPF: 329119508
Contrato: 3010E143114 CPF: 329234548
Contrato: 3010E138385 CPF: 329387458
Contrato: 3010E151036 CPF: 329530988
Contrato: 3010E070840 CPF: 329624248
Contrato: 3010E136025 CPF: 329698528
Contrato: 3010E170994 CPF: 329698528
Contrato: 3010E039166 CPF: 330048058
Contrato: 3010E029722 CPF: 330088748
Contrato: 3010E028045 CPF: 330177828
Contrato: 3010E044604 CPF: 330295138
Contrato: 3010E149766 CPF: 330295138
Contrato: 3010E029175 CPF: 330709378
Contrato: 3010E029113 CPF: 331216238
Contrato: 3010E028381 CPF: 331366988
Contrato: 3010E033666 CPF: 331438818
Contrato: 3010E039296 CPF: 331655878
Contrato: 3010E170776 CPF: 331929768
Contrato: 3010E083418 CPF: 332440858
Contrato: 3010E043722 CPF: 332464148
Contrato: 3010E034105 CPF: 332915488
Contrato: 3010E024590 CPF: 332978748
Contrato: 3010E106983 CPF: 332997338
Contrato: 3010E039138 CPF: 333059678
Contrato: 3010E026101 CPF: 333314708
Contrato: 3010E045234 CPF: 333374698
Contrato: 3010E030092 CPF: 333409218
Contrato: 3010E040182 CPF: 333660748
Contrato: 3010E040246 CPF: 333660748
Contrato: 3010E082232 CPF: 333904828
Contrato: 3010E009556 CPF: 334224058
Contrato: 3010E041066 CPF: 334241758
Contrato: 3010E028382 CPF: 334537538
Contrato: 3010E077584 CPF: 334791068
Contrato: 3010E080210 CPF: 334919478
Contrato: 3010E171758 CPF: 335173758
Contrato: 3010E128371 CPF: 335289258
Contrato: 3010E170702 CPF: 335578348
Contrato: 3010E096805 CPF: 335990318
Contrato: 3010E043702 CPF: 336680768
Contrato: 3010E026300 CPF: 336687888
Contrato: 3010E133213 CPF: 336832788
Contrato: 3010E024935 CPF: 337306818
Contrato: 3010E040911 CPF: 337383308
Contrato: 3010J279670 CPF: 337508618
Contrato: 3010E033237 CPF: 337722608
Contrato: 3010E040354 CPF: 337815398
Contrato: 3010E171712 CPF: 337874438
Contrato: 3010E026267 CPF: 337920168
Contrato: 3010E138488 CPF: 338277508
Contrato: 3010E072173 CPF: 338473768
Contrato: 3010E073124 CPF: 339065788
Contrato: 3010E030583 CPF: 339304878
Contrato: 3010E024722 CPF: 339383048
Contrato: 3010E028304 CPF: 339605738
Contrato: 3010E033902 CPF: 339809878
Contrato: 3010E150030 CPF: 340041788
Contrato: 3010E027401 CPF: 340052418
Contrato: 3010E168225 CPF: 340256618
Contrato: 3010E029757 CPF: 340270198
Contrato: 3010E038900 CPF: 340527268
Contrato: 3010E025468 CPF: 340747518
Contrato: 3010E027936 CPF: 340789258
Contrato: 3010E170517 CPF: 341096448
Contrato: 3010E172416 CPF: 341164838
Contrato: 3010E028937 CPF: 341302368
Contrato: 3010E034151 CPF: 341612128
Contrato: 3010E041556 CPF: 341925718
Contrato: 3010E039373 CPF: 342200348
Contrato: 3010E044665 CPF: 342416898
Contrato: 3010E174605 CPF: 342516218
Contrato: 3010E030585 CPF: 342818178
Contrato: 3010E029384 CPF: 342895848
Contrato: 3010E025313 CPF: 343069628
Contrato: 3010E025336 CPF: 343554168
Contrato: 3010E172516 CPF: 343633708
Contrato: 3010E025132 CPF: 343687688
Contrato: 3010E042731 CPF: 343688158
Contrato: 3010E172008 CPF: 343905148
Contrato: 3010E040003 CPF: 344993638
Contrato: 3010E168297 CPF: 345164518
Contrato: 3010E077693 CPF: 345257898
Contrato: 3010E030490 CPF: 345909488
Contrato: 3010E132041 CPF: 346228948
Contrato: 3010E080951 CPF: 346230848
Contrato: 3010E170797 CPF: 346373568
Contrato: 3010E040865 CPF: 346379328
Contrato: 3010E025149 CPF: 346800768
Contrato: 3010E024074 CPF: 346875928
Contrato: 3010E127804 CPF: 346929508
Contrato: 3010E022998 CPF: 347185818
Contrato: 3010E029600 CPF: 347392358
Contrato: 3010E135336 CPF: 348108328
Contrato: 3010E033079 CPF: 348778418
Contrato: 3010E172413 CPF: 349060178
Contrato: 3010E171838 CPF: 349333848
Contrato: 3010E030425 CPF: 350121438
Contrato: 3010E171962 CPF: 350620718
Contrato: 3010E025949 CPF: 351133818
Contrato: 3010E040824 CPF: 351202478
Contrato: 3010E043648 CPF: 351461388
Contrato: 3010E026344 CPF: 351468488
Contrato: 3010E024262 CPF: 352012558
Contrato: 3010E173310 CPF: 352046668
Contrato: 3010E121078 CPF: 352467398
Contrato: 3010E033782 CPF: 352471538
Contrato: 3010E130717 CPF: 352678908
Contrato: 3010E041582 CPF: 352767098
Contrato: 3010E135682 CPF: 353329108
Contrato: 3010E040589 CPF: 353561408
Contrato: 3010E038963 CPF: 353681898
Contrato: 3010E168176 CPF: 353920058
Contrato: 3010E030588 CPF: 354017938
Contrato: 3010E023240 CPF: 354075298
Contrato: 3010E026230 CPF: 354209988
Contrato: 3010E001802 CPF: 354241138
Contrato: 3010E075830 CPF: 354855398
Contrato: 3010E039392 CPF: 355310668
Contrato: 3010E171545 CPF: 355311118
Contrato: 3010E138450 CPF: 355516878
Contrato: 3010E039498 CPF: 355573098
Contrato: 3010E033278 CPF: 355691928
Contrato: 3010E043168 CPF: 355791838
Contrato: 3010E029846 CPF: 355982318
Contrato: 3010E022754 CPF: 356453808
Contrato: 3010E039887 CPF: 356910178
Contrato: 3010E152378 CPF: 356971158
Contrato: 3010E040847 CPF: 357154988
Contrato: 3010E070364 CPF: 357724018
Contrato: 3010E171710 CPF: 357734388
Contrato: 3010E015336 CPF: 357811648
Contrato: 3010E040284 CPF: 357876178
Contrato: 3010E041214 CPF: 357998638
Contrato: 3010E170810 CPF: 358171418
Contrato: 3010E172092 CPF: 358576888
Contrato: 0700E053054 CPF: 358925148
Contrato: 3010E171366 CPF: 359077498
Contrato: 3010E079311 CPF: 359529488
Contrato: 3010E173144 CPF: 359529488
Contrato: 3010E041044 CPF: 359777538
Contrato: 3010E173496 CPF: 359832958
Contrato: 3010E171005 CPF: 360169828
Contrato: 3010E171762 CPF: 360237278
Contrato: 3010E028214 CPF: 360300418
Contrato: 3010E033694 CPF: 360361918
Contrato: 3010E044848 CPF: 360559068
Contrato: 3010E040467 CPF: 360611378
Contrato: 3010J288840 CPF: 360611658
Contrato: 3010E066531 CPF: 361104878
Contrato: 3010E027907 CPF: 361107478
Contrato: 3010E041635 CPF: 361491518
Contrato: 3010E082978 CPF: 361629048
Contrato: 3010E033396 CPF: 361663688
Contrato: 3010E173213 CPF: 361764018
Contrato: 3010E074534 CPF: 361785368
Contrato: 3010E039491 CPF: 361850598
Contrato: 3010E151099 CPF: 362033728
Contrato: 3010E023283 CPF: 362077198
Contrato: 3010E028310 CPF: 362334448
Contrato: 3010E028311 CPF: 362334448
Contrato: 3010E029112 CPF: 362335283
Contrato: 3010E076631 CPF: 362975488
Contrato: 3010E173376 CPF: 363953058
Contrato: 3010E170931 CPF: 364382918
Contrato: 3010E038945 CPF: 364445098
Contrato: 3010E152074 CPF: 364493178
Contrato: 3010E022945 CPF: 364496868
Contrato: 3010E025230 CPF: 364730328
Contrato: 3010E041372 CPF: 364760928
Contrato: 3010E027716 CPF: 364782008
Contrato: 3010E080848 CPF: 364808078
Contrato: 3010E029815 CPF: 364906158
Contrato: 3010E033404 CPF: 364906238
Contrato: 3010E025321 CPF: 366002038
Contrato: 3010E029983 CPF: 366157418
Contrato: 3010E040781 CPF: 366549968
Contrato: 3010E172251 CPF: 366933158
Contrato: 3010E030271 CPF: 366951568
Contrato: 3010E027788 CPF: 367144488
Contrato: 3010E043954 CPF: 367221928
Contrato: 3010E143426 CPF: 367327678
Contrato: 3010E075538 CPF: 367329958
Contrato: 3010E097978 CPF: 367393438
Contrato: 3010E170580 CPF: 367415528
Contrato: 3010E172234 CPF: 367415528
Contrato: 3010E033066 CPF: 367811448
Contrato: 3010E081788 CPF: 368016438
Contrato: 3010E034167 CPF: 368575838
Contrato: 3010E131851 CPF: 368608708
Contrato: 3010E171655 CPF: 368919348
Contrato: 3010E023470 CPF: 369060708

Contrato: 3010E072314 CPF: 369403128
Contrato: 3010E039215 CPF: 369420208
Contrato: 3010E063974 CPF: 369439908
Contrato: 3010E171254 CPF: 369439908
Contrato: 3010E033386 CPF: 369454838
Contrato: 3010E170473 CPF: 369454858
Contrato: 3010E029584 CPF: 369478998
Contrato: 3010E043564 CPF: 369624798
Contrato: 3010E041144 CPF: 369629558
Contrato: 3010E027437 CPF: 369971638
Contrato: 3010E173407 CPF: 370056328
Contrato: 3010E083440 CPF: 370206108
Contrato: 3010E073205 CPF: 370602858
Contrato: 3010E041667 CPF: 370734768
Contrato: 3010E044306 CPF: 370760138
Contrato: 3010E040515 CPF: 370769198
Contrato: 3010E025104 CPF: 370988448
Contrato: 3010E029362 CPF: 370989058
Contrato: 3010E025243 CPF: 370989558
Contrato: 3010E069541 CPF: 371013458
Contrato: 3010E123726 CPF: 371216558
Contrato: 3010E027826 CPF: 371458918
Contrato: 3010E078449 CPF: 371511168
Contrato: 3010E172367 CPF: 371511168
Contrato: 3010E044013 CPF: 371876878
Contrato: 3010E044434 CPF: 371998088
Contrato: 3010E078438 CPF: 372033928
Contrato: 3010E171743 CPF: 372359018
Contrato: 3010E172526 CPF: 372434058
Contrato: 3010E072010 CPF: 372721598
Contrato: 3010E025406 CPF: 373007528
Contrato: 3010E029260 CPF: 373287748
Contrato: 3010E027669 CPF: 373389348
Contrato: 3010E033428 CPF: 373430378
Contrato: 3010E172595 CPF: 374518928
Contrato: 3010E171513 CPF: 374738538
Contrato: 3010E024372 CPF: 374842398
Contrato: 3010E024965 CPF: 374961438
Contrato: 3010E033958 CPF: 375082758
Contrato: 3010E083408 CPF: 375209078
Contrato: 3010E044560 CPF: 375234978
Contrato: 3010E026238 CPF: 375235108
Contrato: 3010E033461 CPF: 375262888
Contrato: 3010E026063 CPF: 375262908
Contrato: 3010E020003 CPF: 375434408
Contrato: 3010E041013 CPF: 375465938
Contrato: 3010E039222 CPF: 375465988
Contrato: 3010E039004 CPF: 375488748
Contrato: 3010E079701 CPF: 375488748
Contrato: 3010E173505 CPF: 375511888
Contrato: 3010E150182 CPF: 375575948
Contrato: 3010E171512 CPF: 375715638
Contrato: 3010E076281 CPF: 375892928
Contrato: 3010E129437 CPF: 375916808
Contrato: 3010E025168 CPF: 376121418
Contrato: 3010E028194 CPF: 376121418
Contrato: 3010E171922 CPF: 376210468
Contrato: 3010E039359 CPF: 376254298
Contrato: 3010E074752 CPF: 376529698
Contrato: 3010E075537 CPF: 376587378
Contrato: 3010E043913 CPF: 376659388
Contrato: 3010E149742 CPF: 376659388
Contrato: 3010E040253 CPF: 376713178
Contrato: 3010E045094 CPF: 377042278
Contrato: 3010E041307 CPF: 377127388
Contrato: 3010E043754 CPF: 377178778
Contrato: 3010E142154 CPF: 377407828
Contrato: 3010E148916 CPF: 377454118
Contrato: 3010E075837 CPF: 377454198
Contrato: 3010E041079 CPF: 378247158
Contrato: 3010E040805 CPF: 378491988
Contrato: 3010E170518 CPF: 378957258
Contrato: 3010E171492 CPF: 378957258
Contrato: 3010E040486 CPF: 379370408
Contrato: 3010E172005 CPF: 379414138
Contrato: 3010E075285 CPF: 379443518
Contrato: 3010E024956 CPF: 379544168
Contrato: 3010E027816 CPF: 379548898
Contrato: 3010E023293 CPF: 379730598
Contrato: 3010E171365 CPF: 380113628
Contrato: 3010E171898 CPF: 380335598
Contrato: 3010E030587 CPF: 380785828
Contrato: 3010E026106 CPF: 380931788
Contrato: 3010E039372 CPF: 381051788
Contrato: 3010E041198 CPF: 381339368
Contrato: 3010E022812 CPF: 381432668
Contrato: 3010E170816 CPF: 381463498
Contrato: 3010E149136 CPF: 381561868
Contrato: 3010E030441 CPF: 381577718
Contrato: 3010E029348 CPF: 381710508
Contrato: 3010E040233 CPF: 381984618
Contrato: 3010E074732 CPF: 381984618
Contrato: 3010E172146 CPF: 382126748
Contrato: 3010E044029 CPF: 382191048
Contrato: 3010E040601 CPF: 382288888
Contrato: 3010E029440 CPF: 382586818
Contrato: 3010E064964 CPF: 382671008
Contrato: 3010E148269 CPF: 382735508
Contrato: 3010E173101 CPF: 383226538
Contrato: 3010E043601 CPF: 383359938
Contrato: 3010E041557 CPF: 383834268
Contrato: 3010E024711 CPF: 384155018
Contrato: 3010E171079 CPF: 384243888
Contrato: 3010E101551 CPF: 384532128
Contrato: 3010E108467 CPF: 384670148
Contrato: 3010E041069 CPF: 384670968
Contrato: 3010E033941 CPF: 384714618
Contrato: 3010E041477 CPF: 384909848
Contrato: 3010E148020 CPF: 384913538
Contrato: 3010E030077 CPF: 384986768
Contrato: 3010E069304 CPF: 385099078
Contrato: 3010E022351 CPF: 385542388
Contrato: 3010E040435 CPF: 385660128
Contrato: 3010E041031 CPF: 385707598
Contrato: 3010E080500 CPF: 385780408
Contrato: 3010E171533 CPF: 385932668
Contrato: 3010E030125 CPF: 386043088
Contrato: 3010E029644 CPF: 386362778
Contrato: 3010E075219 CPF: 386422828
Contrato: 3010E132220 CPF: 386425348
Contrato: 3010E044638 CPF: 386507738
Contrato: 3010E023907 CPF: 386526568
Contrato: 3010E044904 CPF: 386639518
Contrato: 3010E024450 CPF: 386682648
Contrato: 3010E024173 CPF: 386682868
Contrato: 3010E151011 CPF: 386735878
Contrato: 3010E029785 CPF: 386875308
Contrato: 3010E029745 CPF: 386892318
Contrato: 3010E026432 CPF: 387032528
Contrato: 3010E072477 CPF: 387221168
Contrato: 3010E025975 CPF: 387253938
Contrato: 3010E170732 CPF: 387343718
Contrato: 3010E039953 CPF: 387523728
Contrato: 3010E172233 CPF: 387626638
Contrato: 3010E172237 CPF: 387626638
Contrato: 3010E150386 CPF: 387728528
Contrato: 3010E171778 CPF: 387881058
Contrato: 3010E030432 CPF: 387965998
Contrato: 3010E043857 CPF: 388039198
Contrato: 3010E079425 CPF: 388086568
Contrato: 3010E065624 CPF: 388132158
Contrato: 3010E027792 CPF: 388144948
Contrato: 3010E029004 CPF: 388144948
Contrato: 3010E070272 CPF: 388184758
Contrato: 3010E073394 CPF: 388275078
Contrato: 3010E171988 CPF: 388336478
Contrato: 3010E172997 CPF: 388533168
Contrato: 3010E040908 CPF: 388578928
Contrato: 3010E040767 CPF: 388629608
Contrato: 3010E040310 CPF: 388691118
Contrato: 3010E082272 CPF: 388868318
Contrato: 3010E040491 CPF: 389019748
Contrato: 3010E171586 CPF: 389460088
Contrato: 3010E096307 CPF: 389492578
Contrato: 3010E171448 CPF: 389527108
Contrato: 3010E044760 CPF: 389563898
Contrato: 3010E029754 CPF: 389650608
Contrato: 3010E170907 CPF: 390048918
Contrato: 3010E022345 CPF: 390495988
Contrato: 3010E025563 CPF: 390645448
Contrato: 3010E040311 CPF: 390714818
Contrato: 3010E172181 CPF: 390836698
Contrato: 3010E039429 CPF: 390983478
Contrato: 3010E028920 CPF: 391397368
Contrato: 3010E131850 CPF: 391925338
Contrato: 3010E025054 CPF: 392581268
Contrato: 3010E026287 CPF: 392659718
Contrato: 3010E172557 CPF: 392805378
Contrato: 3010E023277 CPF: 393141188
Contrato: 3010E044502 CPF: 393144548
Contrato: 3010E024046 CPF: 393555088
Contrato: 3010E026512 CPF: 394017858
Contrato: 3010E041077 CPF: 394165308
Contrato: 3010E040904 CPF: 394178338
Contrato: 3010E029476 CPF: 394401148
Contrato: 3010E030110 CPF: 394482658
Contrato: 3010E040773 CPF: 394561808
Contrato: 3010E028949 CPF: 394579098
Contrato: 3010E044134 CPF: 394668308
Contrato: 3010E080498 CPF: 394834598
Contrato: 3010E040950 CPF: 394908458
Contrato: 3010E170990 CPF: 395584848
Contrato: 3010E023739 CPF: 395666718
Contrato: 3010E072813 CPF: 395791048
Contrato: 3010E024668 CPF: 397346218
Contrato: 3010E042285 CPF: 397402888
Contrato: 3010E044946 CPF: 397437618
Contrato: 3010E033440 CPF: 397676388
Contrato: 3010E039936 CPF: 397947448
Contrato: 3010E004048 CPF: 398080998
Contrato: 3010E127504 CPF: 398396518
Contrato: 3010E170631 CPF: 398410038
Contrato: 3010E170918 CPF: 398412148
Contrato: 3010E028452 CPF: 398538348
Contrato: 3010E103824 CPF: 398627978
Contrato: 3010E032892 CPF: 398776608
Contrato: 3010E030251 CPF: 398797858
Contrato: 3010E064804 CPF: 398808358
Contrato: 3010E041297 CPF: 398852348
Contrato: 3010E041165 CPF: 399030418
Contrato: 3010E029459 CPF: 399207158
Contrato: 3010E077274 CPF: 399334838
Contrato: 3010E095072 CPF: 399441938
Contrato: 3010E028296 CPF: 400412158
Contrato: 3010E172252 CPF: 400468058
Contrato: 3010E039654 CPF: 400564718
Contrato: 3010E043701 CPF: 400629598
Contrato: 3010E039763 CPF: 400713748
Contrato: 3010E040110 CPF: 400780998
Contrato: 3010E029049 CPF: 400833688
Contrato: 3010E040973 CPF: 400833688
Contrato: 3010E041828 CPF: 401499568
Contrato: 3010E171877 CPF: 401505478
Contrato: 3010E150979 CPF: 401536528
Contrato: 3010E045041 CPF: 401767128
Contrato: 3010E130033 CPF: 401838108
Contrato: 3010E066327 CPF: 401874288
Contrato: 3010E022574 CPF: 401909458
Contrato: 3010E083624 CPF: 401930123
Contrato: 3010E040105 CPF: 401952678
Contrato: 3010E033793 CPF: 402049808
Contrato: 3010E023970 CPF: 402174908
Contrato: 3010E031911 CPF: 402199038
Contrato: 3010E038922 CPF: 402992628
Contrato: 3010E043783 CPF: 402992628
Contrato: 3010E041336 CPF: 403146448
Contrato: 3010E024584 CPF: 403190158
Contrato: 3010E026354 CPF: 403190278
Contrato: 3010E025941 CPF: 403272768
Contrato: 3010E168146 CPF: 403506058
Contrato: 3010E147490 CPF: 403558228
Contrato: 3010E040545 CPF: 403612268
Contrato: 3010E084181 CPF: 404026928
Contrato: 3010E039465 CPF: 404028368
Contrato: 3010E026488 CPF: 404387858
Contrato: 3010E029044 CPF: 404501088
Contrato: 3010E044338 CPF: 404741598
Contrato: 3010E171666 CPF: 404840218
Contrato: 3010E028946 CPF: 404850658
Contrato: 3010E039030 CPF: 404942758
Contrato: 3010E069548 CPF: 404960118
Contrato: 3010E171827 CPF: 404960118
Contrato: 3010E171828 CPF: 404960118
Contrato: 3010E030167 CPF: 405040418
Contrato: 3010E170579 CPF: 405462648
Contrato: 3010E040236 CPF: 405595768
Contrato: 3010E033898 CPF: 406079158
Contrato: 3010E029011 CPF: 406119548
Contrato: 3010E170536 CPF: 406211768
Contrato: 3010E033362 CPF: 406258748
Contrato: 3010E144400 CPF: 406525198
Contrato: 3010E144156 CPF: 406546978
Contrato: 3010E172966 CPF: 406629138
Contrato: 3010E112864 CPF: 406712728
Contrato: 3010E029545 CPF: 406744178
Contrato: 3010E041052 CPF: 406813458
Contrato: 3010E039342 CPF: 407030948
Contrato: 3010E089378 CPF: 407051018
Contrato: 3010E075727 CPF: 407376618
Contrato: 3010E030375 CPF: 407393378
Contrato: 3010E026256 CPF: 407394188
Contrato: 3010E040362 CPF: 407778448
Contrato: 3010E040961 CPF: 407924338
Contrato: 3010E137066 CPF: 407961948
Contrato: 3010E033172 CPF: 407986488
Contrato: 3010E043870 CPF: 408144968
Contrato: 3010E029354 CPF: 408302978
Contrato: 3010E171352 CPF: 408966528
Contrato: 3010E039303 CPF: 409105018
Contrato: 3010E029389 CPF: 409293048
Contrato: 3010E168137 CPF: 409458788
Contrato: 3010E041039 CPF: 409486428
Contrato: 3010E041084 CPF: 409607548
Contrato: 3010E025449 CPF: 409723478
Contrato: 3010E171904 CPF: 410023558
Contrato: 3010E039121 CPF: 410272598
Contrato: 3010E040049 CPF: 410419498
Contrato: 3010E040007 CPF: 410523398
Contrato: 3010E025962 CPF: 410724528
Contrato: 3010E041172 CPF: 410809468
Contrato: 3010E029033 CPF: 410952638
Contrato: 3010E171337 CPF: 411206758
Contrato: 3010E171993 CPF: 411281318
Contrato: 3010E034094 CPF: 411286818
Contrato: 3010E029072 CPF: 411593008
Contrato: 3010E025092 CPF: 411682418
Contrato: 3010E044193 CPF: 411684918
Contrato: 3010E026413 CPF: 411777768
Contrato: 3010E144352 CPF: 411863448
Contrato: 3010E039973 CPF: 411958598
Contrato: 3010E172292 CPF: 412136368
Contrato: 3010E029055 CPF: 412736128
Contrato: 3010E039670 CPF: 413062478
Contrato: 3010E079754 CPF: 413164818
Contrato: 3010E044186 CPF: 413189908
Contrato: 3010E033069 CPF: 413314218
Contrato: 3010E148746 CPF: 413418468
Contrato: 3010E040569 CPF: 413831828
Contrato: 3010E171753 CPF: 414636908
Contrato: 3010E040118 CPF: 414877678
Contrato: 3010E171809 CPF: 415182878
Contrato: 3010E039566 CPF: 415230298
Contrato: 3010E040183 CPF: 415243138
Contrato: 3010E168203 CPF: 415243138
Contrato: 3010E041385 CPF: 415520298
Contrato: 3010E077619 CPF: 415524558
Contrato: 3010E076034 CPF: 415614508
Contrato: 3010E044053 CPF: 415794158
Contrato: 3010E024118 CPF: 415907378
Contrato: 3010E041661 CPF: 415990418
Contrato: 3010E044012 CPF: 416049028
Contrato: 3010E150969 CPF: 416195128
Contrato: 3010E039509 CPF: 416370498
Contrato: 3010E033070 CPF: 416586338
Contrato: 3010E033783 CPF: 416800598
Contrato: 3010E075731 CPF: 416875268
Contrato: 3010E030197 CPF: 416939798
Contrato: 3010E043618 CPF: 417054968
Contrato: 3010E076395 CPF: 417770078
Contrato: 3010E029955 CPF: 417985758
Contrato: 3010E024516 CPF: 418027068
Contrato: 3010E075698 CPF: 418155398
Contrato: 3010E028962 CPF: 418193898
Contrato: 3010E150912 CPF: 418786358
Contrato: 3010E024776 CPF: 418818038
Contrato: 3010E132959 CPF: 419009488
Contrato: 3010E151051 CPF: 419132428
Contrato: 3010E147593 CPF: 419368698
Contrato: 3010E082378 CPF: 419369138
Contrato: 3010E026201 CPF: 419394088
Contrato: 3010E068117 CPF: 419625188
Contrato: 3010E044408 CPF: 419700198
Contrato: 3010E041574 CPF: 419887618
Contrato: 3010E041687 CPF: 419970558
Contrato: 3010E150473 CPF: 420045578
Contrato: 3010E023647 CPF: 420089528
Contrato: 3010E041702 CPF: 420109818
Contrato: 3010E144853 CPF: 420383118
Contrato: 3010J288523 CPF: 420510488
Contrato: 3010E039314 CPF: 420914308
Contrato: 3010E025970 CPF: 420978548
Contrato: 3010E075696 CPF: 421100558
Contrato: 3010E099403 CPF: 421332888
Contrato: 3010E040429 CPF: 421419858
Contrato: 3010E024695 CPF: 421488858
Contrato: 3010E172394 CPF: 421507598
Contrato: 3010E033742 CPF: 421538308
Contrato: 3010E026487 CPF: 421814558
Contrato: 3010E023940 CPF: 421828048
Contrato: 3010E151026 CPF: 421899658
Contrato: 3010E074446 CPF: 422122338
Contrato: 3010E068197 CPF: 422122348
Contrato: 3010E024250 CPF: 422490038
Contrato: 3010E140995 CPF: 422851798
Contrato: 3010E151070 CPF: 422974648
Contrato: 3010E136779 CPF: 423300818
Contrato: 3010E026495 CPF: 423343078
Contrato: 3010E027674 CPF: 423460138
Contrato: 3010E030383 CPF: 423850158
Contrato: 3010E022378 CPF: 424193638
Contrato: 3010E073485 CPF: 424422568
Contrato: 3010E040173 CPF: 424576778
Contrato: 3010E030037 CPF: 424589978
Contrato: 3010E025002 CPF: 425025598
Contrato: 3010E029156 CPF: 425067878
Contrato: 3010E171651 CPF: 425181118
Contrato: 3010E044668 CPF: 425193768
Contrato: 3010E039036 CPF: 425306038
Contrato: 3010E170684 CPF: 425419388
Contrato: 3010E171875 CPF: 425471208
Contrato: 3010E024850 CPF: 425957788
Contrato: 3010J285889 CPF: 426090368
Contrato: 3010E172173 CPF: 426192538
Contrato: 3010E026000 CPF: 426346948
Contrato: 3010E082795 CPF: 426352188
Contrato: 3010E024160 CPF: 426589608
Contrato: 3010E044246 CPF: 426603408
Contrato: 3010E147841 CPF: 426714968
Contrato: 3010E044897 CPF: 426783968
Contrato: 3010E026353 CPF: 427229968
Contrato: 3010E033133 CPF: 427349278
Contrato: 3010E025904 CPF: 427530608
Contrato: 3010E033791 CPF: 427534378
Contrato: 3010E027815 CPF: 427610118
Contrato: 3010E045220 CPF: 428500358
Contrato: 3010E170920 CPF: 428638458
Contrato: 3010E171082 CPF: 428645738
Contrato: 3010E026127 CPF: 428720208
Contrato: 3010E041746 CPF: 429077018
Contrato: 3010E039223 CPF: 429275588
Contrato: 3010E033954 CPF: 429353468
Contrato: 3010E170821 CPF: 429369078
Contrato: 3010E028991 CPF: 429497958
Contrato: 3010E040079 CPF: 429572838
Contrato: 3010E040558 CPF: 429993268
Contrato: 3010E043734 CPF: 430283588
Contrato: 3010E172724 CPF: 430417548
Contrato: 3010E139686 CPF: 430668478
Contrato: 3010E030038 CPF: 430865468
Contrato: 3010E024427 CPF: 431073838
Contrato: 3010E045064 CPF: 431166118
Contrato: 3010E039531 CPF: 431218868
Contrato: 3010E044452 CPF: 431575548
Contrato: 3010E033313 CPF: 431615018
Contrato: 3010E027947 CPF: 431647948
Contrato: 3010E025510 CPF: 431692538
Contrato: 3010E028419 CPF: 432469578
Contrato: 3010E148208 CPF: 432576438
Contrato: 3010E170914 CPF: 432576438
Contrato: 3010E028180 CPF: 432688788
Contrato: 3010E075088 CPF: 432944298
Contrato: 3010E172434 CPF: 433125258
Contrato: 3010E024467 CPF: 433146828
Contrato: 3010E026244 CPF: 433265058
Contrato: 3010E147083 CPF: 433604228
Contrato: 3010E171734 CPF: 433652028
Contrato: 3010E172264 CPF: 433652028
Contrato: 3010E028394 CPF: 433751808
Contrato: 3010E015330 CPF: 433827288
Contrato: 3010E030494 CPF: 433868968
Contrato: 3010E032861 CPF: 434057018
Contrato: 3010E041494 CPF: 434066988
Contrato: 3010E172180 CPF: 434102258
Contrato: 3010E029402 CPF: 434316648
Contrato: 3010E143182 CPF: 434406208
Contrato: 3010E080704 CPF: 435063428
Contrato: 3010E171916 CPF: 435081758
Contrato: 3010E026196 CPF: 435084498
Contrato: 3010E043743 CPF: 435156288
Contrato: 3010E026332 CPF: 435246778
Contrato: 3010E130045 CPF: 435537068
Contrato: 3010E040554 CPF: 435681348
Contrato: 3010E040113 CPF: 436012368
Contrato: 3010E069260 CPF: 436079748
Contrato: 3010E168253 CPF: 436167518
Contrato: 3010E121313 CPF: 436674828
Contrato: 3010E148331 CPF: 436692008
Contrato: 3010E032980 CPF: 436859978
Contrato: 3010E024940 CPF: 437049468
Contrato: 3010E170958 CPF: 437075208
Contrato: 3010E148297 CPF: 437475978
Contrato: 3010E044396 CPF: 437500118
Contrato: 3010E149756 CPF: 437500118
Contrato: 3010E043439 CPF: 437733128
Contrato: 3010E044789 CPF: 438050318
Contrato: 3010E105299 CPF: 438502508
Contrato: 3010E027664 CPF: 438503478
Contrato: 3010E080465 CPF: 438928538
Contrato: 3010E044515 CPF: 439507328
Contrato: 3010E028270 CPF: 439537588
Contrato: 3010E136648 CPF: 440002258
Contrato: 3010E044492 CPF: 440301568
Contrato: 3010E150987 CPF: 440401448
Contrato: 3010E032942 CPF: 440528018
Contrato: 3010E170857 CPF: 440833728
Contrato: 3010E029030 CPF: 441242538
Contrato: 3010E171900 CPF: 441311778
Contrato: 3010E075535 CPF: 441376248
Contrato: 3010E033917 CPF: 441709598
Contrato: 3010E028915 CPF: 441839348
Contrato: 3010E171433 CPF: 441941488
Contrato: 3010E171485 CPF: 442230408
Contrato: 3010E022589 CPF: 442252178
Contrato: 3010E026066 CPF: 442257998
Contrato: 3010E107453 CPF: 442474528
Contrato: 3010E032875 CPF: 442573728
Contrato: 3010E039408 CPF: 442669918
Contrato: 3010E070889 CPF: 442823488
Contrato: 3010E098533 CPF: 442843748
Contrato: 3010E045033 CPF: 442954248
Contrato: 3010E168246 CPF: 443074368
Contrato: 3010E027938 CPF: 443173038
Contrato: 3010E039324 CPF: 443221938
Contrato: 3010E039925 CPF: 443957488
Contrato: 3010E039316 CPF: 443995348
Contrato: 3010E076692 CPF: 444004958
Contrato: 3010E026228 CPF: 444055918
Contrato: 3010J276950 CPF: 444190868
Contrato: 3010E150941 CPF: 444234448
Contrato: 3010E030106 CPF: 444300248
Contrato: 3010E044324 CPF: 444469978
Contrato: 3010E064787 CPF: 444518608
Contrato: 3010E129347 CPF: 444711088
Contrato: 3010E027998 CPF: 444746728
Contrato: 3010E023880 CPF: 444761638
Contrato: 3010E043617 CPF: 444774018
Contrato: 3010E028454 CPF: 444857848
Contrato: 3010E066210 CPF: 444917238
Contrato: 3010E149778 CPF: 445133498
Contrato: 3010E027817 CPF: 445134638
Contrato: 3010E028120 CPF: 445341898
Contrato: 3010E083311 CPF: 445604328
Contrato: 3010E027367 CPF: 445618428
Contrato: 3010E027385 CPF: 445935078
Contrato: 3010E041349 CPF: 445957863
Contrato: 3010E044216 CPF: 445957863
Contrato: 3010E075361 CPF: 446330958
Contrato: 3010E028233 CPF: 446760128
Contrato: 3010E039999 CPF: 446802498
Contrato: 3010E024748 CPF: 446936008
Contrato: 3010E033842 CPF: 447157948
Contrato: 3010E027939 CPF: 447312268
Contrato: 3010E044982 CPF: 447473478
Contrato: 3010E026059 CPF: 447868578
Contrato: 3010E171731 CPF: 447891218
Contrato: 3010E029858 CPF: 447915368
Contrato: 3010E041699 CPF: 448556358
Contrato: 3010E043854 CPF: 448612708
Contrato: 3010E075033 CPF: 448778198
Contrato: 3010E045092 CPF: 448838608
Contrato: 3010E172006 CPF: 449107818
Contrato: 3010E040995 CPF: 449150198
Contrato: 3010E040067 CPF: 449662518
Contrato: 3010E073373 CPF: 449766648
Contrato: 3010E033342 CPF: 450072898
Contrato: 3010E040949 CPF: 450186128
Contrato: 3010E040951 CPF: 450186128
Contrato: 3010E143003 CPF: 450257018
Contrato: 3010E044086 CPF: 450644808
Contrato: 3010E080747 CPF: 450784818
Contrato: 3010E028926 CPF: 450839198
Contrato: 3010E025986 CPF: 451008018
Contrato: 3010E029460 CPF: 451307048
Contrato: 3010E023239 CPF: 451328838
Contrato: 3010E023926 CPF: 451368348
Contrato: 3010E120795 CPF: 451374118
Contrato: 3010E170659 CPF: 451374118
Contrato: 3010E171279 CPF: 451404878
Contrato: 3010E173095 CPF: 451475878
Contrato: 3010E171112 CPF: 451955508
Contrato: 3010E066928 CPF: 452234038
Contrato: 3010E029257 CPF: 452382648
Contrato: 3010E044990 CPF: 452447128
Contrato: 3010E025347 CPF: 452634788
Contrato: 3010E129943 CPF: 452812788
Contrato: 3010E024785 CPF: 452907558
Contrato: 3010E172194 CPF: 453703058
Contrato: 3010E030427 CPF: 454632968
Contrato: 3010E102690 CPF: 454837628
Contrato: 3010E066115 CPF: 454947298
Contrato: 3010E023797 CPF: 455060778
Contrato: 3010E172738 CPF: 455180108
Contrato: 3010E038913 CPF: 455185908
Contrato: 3010E030478 CPF: 455212468
Contrato: 3010E141990 CPF: 455484878
Contrato: 3010E030240 CPF: 456055078
Contrato: 3010E025029 CPF: 456452288
Contrato: 3010E171903 CPF: 456522788
Contrato: 3010E044019 CPF: 456531468
Contrato: 3010E082322 CPF: 456590228
Contrato: 3010E039207 CPF: 456875318
Contrato: 3010E075135 CPF: 457887168
Contrato: 3010E022989 CPF: 458398628
Contrato: 3010E041080 CPF: 459401368
Contrato: 3010E028001 CPF: 459470958
Contrato: 3010E083005 CPF: 459819018
Contrato: 3010E119967 CPF: 459827158
Contrato: 3010E171180 CPF: 460228698
Contrato: 3010E044391 CPF: 460678998
Contrato: 3010E030151 CPF: 461016278
Contrato: 3010E043852 CPF: 461077238
Contrato: 3010E173080 CPF: 461153338
Contrato: 3010E033787 CPF: 461269078
Contrato: 3010E024498 CPF: 461340448
Contrato: 3010E082016 CPF: 461589258
Contrato: 3010E172286 CPF: 461705408
Contrato: 3010E033853 CPF: 461865338
Contrato: 3010E033963 CPF: 462360098
Contrato: 3010E171234 CPF: 462458618
Contrato: 3010E041504 CPF: 462673188
Contrato: 3010E171052 CPF: 462690218
Contrato: 3010E026252 CPF: 462724168
Contrato: 3010E044794 CPF: 462883808
Contrato: 3010E040135 CPF: 463949188
Contrato: 3010E041433 CPF: 464038888
Contrato: 3010E032948 CPF: 464061218
Contrato: 3010E040370 CPF: 464203828
Contrato: 3010E043955 CPF: 464248608
Contrato: 3010E151084 CPF: 464318858
Contrato: 3010E106646 CPF: 464483848
Contrato: 3010E024838 CPF: 464956398
Contrato: 3010E172044 CPF: 464993748
Contrato: 3010E151041 CPF: 465088818
Contrato: 3010E044453 CPF: 465387108
Contrato: 3010E005824 CPF: 465857558
Contrato: 3010E030263 CPF: 465890778
Contrato: 3010E044140 CPF: 466039968
Contrato: 3010E082840 CPF: 466417198
Contrato: 3010E038862 CPF: 466835338
Contrato: 3010E025202 CPF: 466890228
Contrato: 3010E168138 CPF: 467093308
Contrato: 3010E039379 CPF: 468663658
Contrato: 3010E121121 CPF: 468680398
Contrato: 3010E040929 CPF: 469194288
Contrato: 3010E122711 CPF: 470215428
Contrato: 3010E150390 CPF: 470327368
Contrato: 3010E039170 CPF: 470976058
Contrato: 3010E172332 CPF: 472070728
Contrato: 3010E006893 CPF: 472097488
Contrato: 3010E024659 CPF: 472364948
Contrato: 3010E044746 CPF: 472590218
Contrato: 3010E040122 CPF: 472603748
Contrato: 3010E045180 CPF: 473352718
Contrato: 3010E149781 CPF: 473352718
Contrato: 3010E149683 CPF: 473598608
Contrato: 3010E109254 CPF: 474224648
Contrato: 3010E079953 CPF: 474337418
Contrato: 3010E043855 CPF: 474612948
Contrato: 3010E144261 CPF: 474776808
Contrato: 3010E023208 CPF: 475077748
Contrato: 3010E040315 CPF: 475375488
Contrato: 3010E148823 CPF: 475510668
Contrato: 3010E041115 CPF: 475834638
Contrato: 3010E128272 CPF: 476230938
Contrato: 3010E124276 CPF: 476619188
Contrato: 3010E040271 CPF: 477003878
Contrato: 3010E089802 CPF: 477160348
Contrato: 3010E063695 CPF: 477497358
Contrato: 3010E065582 CPF: 477537118
Contrato: 3010E152615 CPF: 477705478
Contrato: 3010E151096 CPF: 477762288
Contrato: 3010E025376 CPF: 479115358
Contrato: 3010E024299 CPF: 479127188
Contrato: 3010E126518 CPF: 479408308
Contrato: 3010E030332 CPF: 479564178
Contrato: 3010E033464 CPF: 479595758
Contrato: 3010E044725 CPF: 480062308
Contrato: 3010E030051 CPF: 481408848
Contrato: 3010E033059 CPF: 481847508
Contrato: 3010E172020 CPF: 481969488
Contrato: 3010E033222 CPF: 482876458
Contrato: 3010E026148 CPF: 482912718
Contrato: 3010E041489 CPF: 483895358
Contrato: 3010E039013 CPF: 484859148
Contrato: 3010E039930 CPF: 485309458
Contrato: 3010E098122 CPF: 485551388
Contrato: 3010E025492 CPF: 485795068
Contrato: 3010E172379 CPF: 486194346
Contrato: 3010E172222 CPF: 486913948
Contrato: 3010E113187 CPF: 487360298
Contrato: 3010E028354 CPF: 489044778
Contrato: 3010E152517 CPF: 489068128
Contrato: 3010E040923 CPF: 489142518
Contrato: 3010E029451 CPF: 490665268
Contrato: 3010E172377 CPF: 490944798
Contrato: 3010E130948 CPF: 490977328
Contrato: 3010E040800 CPF: 491081608
Contrato: 3010E134863 CPF: 491154528
Contrato: 3010E033156 CPF: 491262908
Contrato: 3010E080358 CPF: 491820768
Contrato: 3010E071366 CPF: 491888408
Contrato: 3010E033643 CPF: 492436508
Contrato: 3010E044233 CPF: 492967298
Contrato: 3010E030601 CPF: 493331638
Contrato: 3010E030273 CPF: 493505758
Contrato: 3010E041096 CPF: 494167148
Contrato: 3010E044256 CPF: 494448048
Contrato: 3010E028216 CPF: 495256608
Contrato: 3010E136836 CPF: 495887058
Contrato: 3010E044464 CPF: 496278588
Contrato: 3010E043654 CPF: 496406708
Contrato: 3010E041882 CPF: 496409868
Contrato: 3010E143635 CPF: 496524618
Contrato: 3010E028258 CPF: 497748388
Contrato: 3010E077740 CPF: 498188958
Contrato: 3010E033814 CPF: 498928718
Contrato: 3010E030064 CPF: 499672598
Contrato: 3010E025252 CPF: 500021498
Contrato: 3010E043150 CPF: 501385078
Contrato: 3010E044557 CPF: 502349058
Contrato: 3010E090835 CPF: 504104458
Contrato: 3010E150657 CPF: 504179628
Contrato: 3010E027882 CPF: 505287608
Contrato: 3010E096605 CPF: 505629968
Contrato: 3010E148557 CPF: 506624348
Contrato: 3010E099263 CPF: 506994958
Contrato: 3010E024756 CPF: 508082378
Contrato: 3010E106222 CPF: 508676158
Contrato: 3010E106221 CPF: 508677518
Contrato: 3010E040526 CPF: 508976128
Contrato: 3010E105284 CPF: 510328318
Contrato: 3010E032937 CPF: 511110468
Contrato: 3010E043692 CPF: 515229228
Contrato: 3010E039061 CPF: 518874508
Contrato: 3010E029477 CPF: 519827038
Contrato: 3010E119996 CPF: 524774258
Contrato: 3010E067440 CPF: 527110938
Contrato: 3010E033286 CPF: 527181328
Contrato: 3010E090432 CPF: 531751858
Contrato: 3010E041633 CPF: 533544618
Contrato: 3010E101695 CPF: 536478648
Contrato: 3010E041810 CPF: 537403938
Contrato: 3010E043646 CPF: 537740458
Contrato: 3010E021288 CPF: 550536378
Contrato: 3010E107072 CPF: 551924218
Contrato: 3010E114601 CPF: 561924398
Contrato: 3010E109168 CPF: 563908968
Contrato: 3010E029288 CPF: 568993275
Contrato: 3010E121366 CPF: 570147838
Contrato: 3010E173193 CPF: 570195681
Contrato: 3010E171495 CPF: 570683968
Contrato: 3010E114193 CPF: 572070398
Contrato: 3010E148584 CPF: 572563948
Contrato: 3010E106151 CPF: 573515318
Contrato: 3010E122219 CPF: 575205788

Congresso derruba veto a isenção para eventos

Em maio de 2021, Bolsonaro barrara lei que previa ações para socorrer hotéis, feiras, bufês, cinemas e casas de show

Danielle Brant e Matheus Teixeira

BRASÍLIA O Congresso derrubou nesta quinta-feira (17) o veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao projeto que isenta empresas do setor de eventos do pagamento de tributos durante cinco anos.

Na Câmara, o veto foi derrubado por 356 a 23 —precisava do apoio de pelo menos 257 deputados para cair. No Senado, a rejeição foi por 57 a 0 —eram necessários ao menos 41 senadores.

Em maio do ano passado, Bolsonaro vetou lei aprovada pelo Congresso que previa ações para socorrer o setor por meio do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos).

O movimento de derrubada do veto teve participação decisiva do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do chefe do Executivo. Em 25 de janeiro, ele publicou um vídeo nas redes sociais em que diz que partiu do próprio presidente a ordem para derrubar o veto.

O projeto contempla empresas de hotelaria, cinemas e casas de eventos, como shows, salões de feiras, festas e bufês. Também inclui agências de viagens, transportadoras de turismo, parques temáticos, acampamentos e hotéis, pensões e outros meios de hospedagem.

Bolsonaro sancionou os trechos que previam renegociação de dívidas e disponibilização de recursos de um fundo garantidor para facilitar o acesso a financiamentos. No entanto, vetou os dispositivos que gerariam renúncias tributárias ou aumento de gastos, sob argumento de evitar descumprimento regras fiscais.

Um dos trechos retomados pelo Congresso nesta quinta-feira zera alíquotas de PIS/Cofins, IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) para empresas do setor. À época do veto, em maio de 2021, a renúncia de receitas era estimada em R$ 3,2 bilhões para 2022.

Há previsão ainda de pagamento de uma indenização de até R$ 2,5 bilhões a empresas que tiveram queda de 50% ou mais em seu faturamento entre 2019 e 2020.

O texto autoriza que o Executivo oferte a renegociação ao setor de eventos, com algumas condições diferentes, mas mantidos todos os requisitos da lei da transação tributária (13.988) —sancionada em abril de 2020 como resultado de uma MP (medida provisória).

Com isso, a renegociação fica voltada somente ao contribuinte que não tenha capacidade de pagamento para quitar o seu passivo.

O autor do projeto, Felipe Carreras (PSB-PE), afirmou que a derrubada do veto pelo Congresso mostra uma "sensibilidade com o setor mais penalizado e injustiçado durante a pandemia."

"Vai ser um combustível para a retomada do setor, que nunca teve um benefício por parte do governo federal, e será fundamental para a principal engrenagem que move a nossa cultura, que são as empresas produtoras de eventos."

Saiba como declarar no IR valor pago em ação judicial perdida para plano de saúde

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

Em 2021, aposentei-me por idade em 31 de março e descobri um câncer em junho. Dei entrada no pedido de isenção de Imposto de Renda. A isenção vigora desde 24 de junho. Como declaro? (M.G.P.). Solicite o comprovante de rendimentos ao INSS e preencha o IR de acordo com o documento. Os rendimentos de aposentadoria por doença grave devem ser informados na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, código 11, a partir da data que consta no laudo pericial que reconheceu a doença e devem ser informados de acordo com o comprovante. Se houver rendimentos tributáveis anteriores ao laudo pericial, declare-os conforme o comprovante do INSS.

Minha filha tem uma MEI. Juntos, temos um plano de saúde. Ela paga a parte dela e a do filho e eu pago a minha. Posso deduzir a minha parte? (W.L.). Sim. Sua filha, sendo a titular do plano de saúde, não pode deduzir os valores referentes à sua parte pelo fato de declararem em separado (somente serão dedutíveis os valores pagos referentes a ela e aos dependentes incluídos na declaração dela, no caso, o filho). Você pode deduzir a sua parte pelo fato de integrar a mesma entidade familiar, não havendo, nesse caso, necessidade de comprovação do ônus financeiro.

Perdi uma ação judicial contra meu plano de saúde. Tive que pagar um valor retroativo ao período em que eu tinha uma liminar que reduziu o valor das mensalidades. Posso declarar, como despesa, esse valor pago na ação judicial? (M.L.). Os pagamentos de plano de saúde devem ser informados na ficha Pagamentos Efetuados da declaração correspondente ao ano de seu pagamento. Nesse caso, é preciso retificar as declarações dos últimos cinco anos (se for o caso) e inserir, na ficha Pagamentos Efetuados, código 26, o nome e o CNPJ da operadora do plano, a descrição e o valor pago em cada ano a que se referir a ação.

Minha avó paterna faleceu em 2021. Ela era dependente do meu pai e o único bem deixado de herança é um imóvel já matriculado em nome dos filhos dela (ela permanecia como usufrutuária). Como declarar a parte do imóvel que cabe ao meu pai? (A.R.L.). Se a sua avó fez a doação em vida aos filhos, a parte de cada um já deveria constar nas declarações deles. Caso não tenha declarado dessa forma, retifique as declarações dos últimos cinco anos e faça constar, no campo Discriminação da ficha Bens e Direitos, os dados do imóvel (pelo código respectivo). Indique a parte pertencente ao seu pai, com endereço, área total do imóvel, se foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis e o valor do imóvel ao final de cada ano. É preciso informar também o valor na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, código 14.

Envie sua dúvida

As perguntas devem ser enviadas para o email tireduvidasdoir@grupofolha.com.br. A **Folha** publica as respostas que possam abranger o maior número possível de leitores

SAIBA MAIS SOBRE O IR
folha.com/impostoderenda

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022.

Tipo: Menor Preço. O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação para serviço de consultoria técnica para desenvolvimento de modelo de compartilhamento de imóveis, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas no edital e seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 31/3/2022, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 17/3/2022. Jafer Alves Jabour – Superintendente da Central de Compras Governamentais/SEPLAG.

MINAS GERAIS

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE OURINHOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 17/2022.
Pregão Presencial nº 15/2022.

Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos de cozinha e bebedouros Sessão de processamento do pregão, recebimento e abertura dos envelopes "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação": **20 de abril de 2022, às 09 horas. *Local:*** Diretoria Administrativa da S.A.E. localizada à Avenida Altino Arantes, nº 369, Centro – Ourinhos/SP. O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Compras da S.A.E – Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos, sito à Avenida Altino Arantes, nº 369, Centro, no horário comercial ou no site http://sae-ourinhos.com.br/category/pregao-presencial/ no link pregão presencial, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-1000. Ficam designados o pregoeiro e a equipe de apoio, nomeados na Portaria nº 195, de 09 de dezembro de 2021, para atuação na sessão do pregão presencial supracitado.

Ourinhos, 17 de março de 2022
Edna Valentina Domingos
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE OURINHOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 16/2022.
Pregão Presencial nº 14/2022.

Objeto: Registro de preços para aquisição de embalagens e descartáveis. Sessão de processamento do pregão, recebimento e abertura dos envelopes "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação": **13 de abril de 2022, às 09 horas. *Local:*** Diretoria Administrativa da S.A.E., localizada à Avenida Altino Arantes, nº 369, Centro – Ourinhos/SP. O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Compras da S.A.E – Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos, sito à Avenida Altino Arantes, nº 369, Centro, no horário comercial ou no site http://sae-ourinhos.com.br/category/pregao-presencial/ no link pregão presencial, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-1000.Ficam designados o pregoeiro e a equipe de apoio, nomeados na Portaria nº 195, de 09 de dezembro de 2021, para atuação na sessão do pregão presencial supracitado.

Ourinhos, 17 de março de 2022
Edna Valentina Domingos
Superintendente

Sompo Seguros S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80 - NIRE 35.300.051.521

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sompo Seguros S.A. ("Companhia") para a realização da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia **28 de março de 2022**, às **9h00**, na sede social da Companhia, na Rua Cubatão, nº 320, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-001, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) Conhecer do pedido de renúncia apresentado pelo Membro Suplente do Conselho de Administração; (2) Demonstrar a composição do Conselho de Administração; (3) Alterar o *caput* do art. 5º do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social homologado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2021; e (4) Consolidar o Estatuto Social. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia todos os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital.

São Paulo, 17 de março de 2022
Sompo Seguros S.A.
Katsuyuki Tajiri - Presidente do Conselho de Administração

PECINI LEILÕES — TEGRA INCORPORADORA

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão –30/03/2022 às 10h00 | 2º Público Leilão –30/03/2022 às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **TGSP-42 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** - CNPJ: 27.153.534/0001-04, venderá em 1º ou 2º Público Leilão, em consonância com o Art. 63, § 1º ao 5º da Lei nº 4.591/64, c/c incisos VI e VII do art. 1º da Lei nº 4.864/65, os direitos decorrentes do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e Outros Pactos de Unidade Autônoma, relativos à Fração Ideal no Terreno e partes construídas, que correspondem a seguinte Unidade Autônoma Condominial: **APTO Nº 74, 7º Pav., do empreend. GRAND GUANABARA ONE**, à Rua Alberto Faria nº 182, Jardim Brasil, Campinas/SP. Áreas: Priv. Principal: 107,500m²; Priv. Acessória (2 vagas de garagem): 20,700m²; Priv. total: 128,200m²; Comum: 65,727m²; Total: 193,927m²; Fração Ideal: 0,0091930. Mat.: 156.177 do 2º CRI de Campinas/SP. **1º LEILÃO: R$ 1.009.381,56. 2º LEILÃO: R$ 777.051,08. Regras dos Leilões:** i) O Arrematante pagará o valor do lanço à vista; 5% de comissão à leiloeira; ITBI; custas cartoriais para lavratura e registro da escritura; ii) O Arrematante se sub-rogará nos direitos e obrigações do título originário; iii) Venda em caráter ad corpus; iv) Eventual ocupação, desocupação pelo arrematante; v) A Comitente terá preferência na forma da lei. **Edital Completo disponível no portal:** www.pecinileiloes.com.br. **E-mail:** contato@pecinileiloes.com.br. **Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295.9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL — PORTO SEGURO CONSÓRCIO

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LEI 9.514/97 - ONLINE
1º leilão dia 01 de abril de 2022 - 11h00 | 2º leilão dia 08 de abril de 2022 - 11h00
Somente Online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br

Descrição do imóvel: Apartamento nº 54, localizado no 4º pavimento do "Bloco 02" - "Residencial Marajoara", integrante do "Condomínio Arte e Vida Marajoara" situado à Rua Antonio Gil, nº 45 e Av. Yervant Kissajikian, na Vila Inglesa, bairro Cupecê, no 29º Subdistrito - Santo Amaro, em São Paulo/SP, com a área privativa de 48,020m² e a área comum de 37,903m², na qual acha-se incluída a área referente a 01 vaga indeterminada na garagem coletiva, localizada nos subsolo e sobressolo (nível 96,00), fora da projeção do bloco, destinada à guarda de 01 automóvel, sujeito ao auxílio de manobrista, perfazendo a área total de 85,923m², correspondendo-lhe a uma fração ideal de 0,4719% no terreno e demais coisas comuns do condomínio, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 336.335 do 11º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca do Estado de São Paulo/SP. Obs.: Ocupado.
1º Leilão - Lance mínimo: R$ 320.023,50
2º Leilão - Lance mínimo: R$ 278.064,80

Credora Fiduciária: PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Fiduciantes: MARCIO RANIERI E SUA ESPOSA ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA RANIERI

O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.freitasleiloeiro.com.br. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.freitasleiloeiro.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Leiloeiro Oficial: Antonio Carlos Villa Nova de Freitas - JUCESP nº 749.

www.freitasleiloeiro.com.br | (11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL — PORTO SEGURO CONSÓRCIO

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LEI 9.514/97 - ONLINE
1º leilão dia 01 de abril de 2022 - 11h00 | 2º leilão dia 08 de abril de 2022 - 11h00
Somente Online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br

Descrição do imóvel: Uma residência unifamiliar, situada na Rua Ciro Monteiro, nº 400 (lote 39-B, parte do Lote 39 da quadra "11"), do loteamento denominado "Parque Mirante da Mata", em Cotia/SP, com área total de terreno de 125,00m² e área construída de 73,00m², devidamente descrita e caracterizada na matrícula nº 106.486 do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Cotia/SP. Obs.: Ocupada.
1º Leilão - Lance mínimo: R$ 296.000,00
2º Leilão - Lance mínimo: R$ 352.358,00

Credora Fiduciária: PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Fiduciantes: JORGE SOUSA DA SILVA E SUA MULHER CARLA MOREIRA SOUSA DA SILVA

O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.freitasleiloeiro.com.br. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.freitasleiloeiro.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Leiloeiro Oficial: Antonio Carlos Villa Nova de Freitas - JUCESP nº 749.

www.freitasleiloeiro.com.br | (11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL POR ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2022

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial**, para **AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS PARA OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MONÇÕES**, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **31 de Março de 2022**, até às **10h00min**, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217. Monções (SP), 17 de Março de 2022. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES** – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 018/2022 – Processo nº 061/2022

Objeto: Registro de preços para aquisição de suco concentrado. Tipo: Menor preço – Sessão de lances: 31 de março de 2022 às 08h00 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: (14) 3269.7022/3269.7088. Lençóis Paulista, 17 de março de 2022. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ / SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 004/2022 - Processo nº 049/2022 - Edital nº 033/2022 - Objeto: Contratação de empresa para execução de obras da Estação Elevatória de Esgoto, na avenida Brasil, neste Município de Itapuí/SP. Valor estimado: R$ 1.319.037,20. Entrega dos envelopes de documentos, proposta e do credenciamento: Dia 07 de abril de 2022, às 09:30 horas, no Centro Cultural Angelo Francisco Rota. O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado na Praça da Matriz, nº 73, Centro, Itapuí/SP, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas e no site www.itapui.sp.gov.br. Esclarecimentos no local acima citado ou através do e-mail licitacao@itapui.sp.gov.br. Itapuí, 17 de março de 2022. Antonio Alvaro de Souza – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - O DEPARTAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA DE GUAÍRA (DEAGUA) torna público que o Pregão Presencial nº 02/2022 – Edital nº 02/2022 – Processo Licitatório nº 12/2022 – tipo menor preço por item – Objeto: registro de preços para, **a critério da autarquia**, adquirir os seguintes produtos: Cloreto de Polialumínio (PAC), Hipoclorito de Sódio e Ácido Fluorsilícico, utilizados para a produção de água potável (clarificação, cloração e fluoretação) para fins de abastecimento público – será realizado na Estação de Tratamento de Água "Manoel Joaquim de Almeida", localizada na Avenida 35-A, nº 288, bairro Reynaldo Stein, no município de Guaíra/SP. **Data de Abertura e Credenciamento: 31/03/2022 às 08h00min.** Disponibilizamos o EDITAL, franco de pagamento, na Sede Administrativa do DEAGUA, localizada na Rua 12, nº 315, Centro, Guaíra/SP, das 09h às 16h e/ou no site www.deagua.com.br. Maiores informações pelo endereço eletrônico (e-mail): licitacoes@deagua.com.br ou pelo Tel. (17) 3330-1500, das 09h às 16h. Guaíra/SP, 17 de março de 2022. José Mauro Caputi Júnior – Diretor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que por erro de digitação, foi necessária a publicação de uma errata do Processo Administrativo N.º 532/2022 – Pregão Presencial N.º 010/2022. *"ERRATA" ONDE SE LÊ: "CREDENCIAMENTO: 16 de março de 2.022 às 14 horas ABERTURA: 16 de março de 2.022 às 14 horas LOCAL: na sala de Licitações DATA DA REALIZAÇÃO: 16 de março de 2022" LÊ-SE: "CREDENCIAMENTO: 01 de abril de 2.022 às 14 horas ABERTURA: 01 de abril de 2.022 às 14 horas LOCAL: na sala de Licitações* DATA DA REALIZAÇÃO: 01 de abril de 2022. Pardinho, 17 de março de 2.022.

Marina Esteves Souza Diretora de Licitações

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

O Município de Piracaia torna público que no dia **06 de abril de 2022**, às 10:00 horas, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL sob Nº 06/2022**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MUDAS DE FLORES, GRAMAS E INSUMOS, POR 12 MESES, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**. As condições e especificações constam do EDITAL que poderá ser consultado no link "PREGÃO PRESENCIAL" do site www.piracaia.sp.gov.br ou obtido na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, nº120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2062/2094. As propostas de preço e documentos de habilitação deverão ser entregues até o dia e horário acima descritos, na sala de Licitações da Prefeitura.

COMUNICADO PÚBLICO

A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, que falhas em equipamentos impediram a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários da localidade de Matão - SP no dia 15/03/2022, a partir das 18h06 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 00h55 (horário de Brasília) do dia 16/03/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2022

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2022 – Processo nº 022/2022, para o fornecimento parcelado de medicamentos manipulados, destinados ao Centro de Saúde – Setor de Saúde do Município, pelo período de 12 meses. O edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525, ou pelo site www.iacri.sp.gov.br. A presente licitação realizar-se-á no dia 30/03/2022, às 9h00min.

Iacri, 17 de março de 2022.
Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO

Comissão Permanente de Licitação

Edital de Pregão Presencial nº 11/2021 - Abertura dia **31/03/2022** às **11h00**
SISTEMA DE INFORMAÇÃO INTERADO E DE GESTÃO UNIFICADA.
tipo MENOR PREÇO GLOBAL
Edital completo na Divisão de Contabilidade, à Praça dos Emancipadores, s/nº - Bloco Legislativo - Cubatão-SP, ou no site www.cubatao.sp.leg.br.

Cubatão, 18/03/2022.
Kleber Alvarenga Campos Almeida – Presidente da CPL.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores da empresa **EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (CNPJ: 02.302.101/0001-42)**, a participarem da Assembleia Extraordinária, em caráter permanente, em convocação única, nos dias, horários e locais abaixo mencionados, para deliberar sobre a seguinte "**ORDEM DO DIA**": **1)** Leitura, Discussão e Votação da Pauta de Reivindicações para Renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023, com a deliberação na modalidade de cédulas nominais para definir os seguintes temas: **a)** Legitimidade da Assembleia; **b)** Contribuição Assistencial; **c)** Deliberação da Pauta e Autorização de Acesso à informação sobre Cargos e Salários, sendo que os itens **a, b e c** serão votados através de cédulas individuais e apuradas no ato, em escrutínio aberto. Referente ao item **b (Contribuição Assistencial)**, todos os trabalhadores terão seu posicionamento garantido através da participação na Assembleia, podendo participar na data agendada, ou através de votação posterior, ou oposição individual desde que estes procedimentos extra reunião sejam deliberados em Assembleia; **2)** Outros assuntos de interesse da categoria. **22/03/2022 às 07h - EMAE - Piratininga** na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5312 - Vila Emir - SP; **23/03/2022 às 07h - EMAE - Henry Borden** na Av. Bernardo Geisel Filho, nº 1451 - Cubatão - SP; **24/03/2022 às 08h - EMAE - Usina Rasgão** na Estrada dos Romeiros - Km 60,5 - Pirapora do Bom Jesus - SP; **às 12h - EMAE - Porto Góes** na Rodovia da Convenção Republicana, nº 10 - Porto Góes - Salto - SP. **São Paulo, 17 de Março de 2022. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

PARANAPANEMA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **PARANAPANEMA S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas, em primeira convocação, no dia **20 de abril de 2022, às 13h, exclusivamente de modo digital**, por meio da plataforma digital Zoom, nos termos da Instrução CVM nº. 481/2009, conforme alterada, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **1. Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 1.2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia e eleger seus membros para o biênio 2022/2023; 1.3. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleger seus membros; e 1.4. Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022. **2. Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, bem como sua consolidação. Para participar da AGOE, que será exclusivamente digital e em tempo real, os acionistas interessados poderão exercer o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto à Distância ou por meio da plataforma eletrônica, nesse último caso mediante cadastro prévio até as **13h do dia 18/04/2022**, através do e-mail ri@paranapanema.com.br, para o qual deverão enviar os documentos de representação necessários, quais sejam: (i) documento de identidade, (ii) extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e (iii) comprovação de poderes de representação no caso de procuradores, pessoas jurídicas e/ou fundos de investimento. O acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente. Para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração, faz-se necessária apresentação de pedido, por escrito, de acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, observando-se que este pedido deve ser feito em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGOE. Informações completas sobre o procedimento necessário para participação dos acionistas na AGOE, assim como as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na AGOE e relativos aos Boletins de Voto à Distância, para os acionistas que optarem por utilizar este meio para deliberação na AGOE, constam na Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas. A Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas e os Boletins de Voto à Distância encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no endereço eletrônico da Companhia, em www.paranapanema.com.br/ri, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em www.cvm.gov.br, e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em www.b3.com.br. Dias D'Ávila (BA), 17 de março de 2022. **Marcos Bastos Rocha** - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial Por Ata de Registro de Preço**, para Aquisição de Material para Construção, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **01 de Abril de 2022**, até às **08h00min**, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217. Monções (SP), 17 de Março de 2022. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Piracaia torna público que a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS, sob Nº 008/2022**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO PARQUE DAS PAINEIRAS, NO MUNICÍPIO DE PIRACAIA, CONFORME ANEXOS**, com abertura prevista para o dia 18 de março de 2022, às 10:00 horas, **teve o edital alterado e foi remarcada para o dia 05 de abril de 2022, às 10:00 horas**. As condições e especificações constam do TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL que poderá ser consultado no link "Tomada de Preços" do site www.piracaia.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, nº120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2062/2094.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022
PROCESSO Nº 025/2022 – TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de Tubos de Concreto para a Rede de Captação de Águas Pluviais, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 31/03/2022. HORÁRIO DE INÍCIO: 09H00. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://45.173.149.250:8079/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, localizado na Rua Marechal Deodoro nº 261 – Bairro Centro – CEP 16.480-000 – Guaimbê – SP – Telefone (0XX14) 3553-9700 – E-mail: licitacoes.guaimbe@gmail.com.

GUAIMBÊ, 17 DE MARÇO DE 2022.
MÁRCIA HELENA PEREIRA CABRAL ACHILLES - PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

MUNICÍPIO DE INÚBIA PAULISTA/SP

Aviso de Licitação
Tomada de Preço n.º 01/2022 – Processo n.º 27/2022

A Prefeitura Municipal de Inubia Pta/SP, torna publico a quem possa interessar que se acha aberta nesse município, licitação do tipo Tomada de Preços nº 01/2022, cujo objeto é **AMPLIAÇÃO DA USF DE INÚBIA PAULISTA, CONFORME PROPOSTA Nº 13837.7360001/21-002, FIRMADO COM MINISTÉRIO DA SAÚDE**. O edital e anexos encontra-se afixado no Mural do Paço Municipal, na Av. Campos Sales, nº 113, Centro de Inúbia Paulista – SP, através do e-mail: licitacao.inubiapta@gmail.com ou transparencia@inubiapaulista.sp.gov.br e site: www.inubiapaulista.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do fone (018) – 3556-9900. Na qual será aberta no dia 07 de Abril de 2.022, às 09h00 horas, conforme prazo estipulado em Lei especifica (8.666/93 e atualizações). Informamaos que C.R.C deverá ser obtido até o terceiro dia anterior a abertura do presente processo licitatório. Inúbia Paulista, 17 de Março de 2.022. João Soares dos Santos - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2022 - PROCESSO N.º 78/2022

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Pregão Presencial n.º 09/2022, do tipo menor preço por item, destinada a seleção de proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para **aquisição parcelada de bloquetes/pisos intertravados de concreto (modelo sextavado) a serem utilizados em ruas e estradas do município de São Miguel Arcanjo, pavimentadas ou não, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Edital através de correspondência eletrônica (email), encaminhados para compras3@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, compras1@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou através do site www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br sem ônus aos interessados solicitantes. Encerramento: às 09:15 horas do dia 13 de abril de 2022. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º53, Centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 17 de março de 2021. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

CUNHA — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LEI 9.514/1997 - " PRESENCIAL E ONLINE "

Hugo Leonardo Alvarenga Cunha, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 870, com escritório Av. Indianópolis, 2826, Planalto Paulista - São Paulo/SP, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária **HESA 153 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 17.132.615/0001-74, com sede em Mogi das Cruzes/SP, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145 – 15º andar – Helbor Concept – Edif. Corporate – Jardim Armênia, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel com Alienação Fiduciária em Garantia e Outros Pactos, firmado em **25/04/2019**, no qual figura como fiduciante **EDUARDO MOREIRA**, brasileiro, separado judicialmente, advogado, **RG nº 10377562 SSP/SP, CPF nº 738.510.608-06**, residente e domiciliado à Avenida São João, nº 2380, Apto 211, Torre 4, Edifício Paesaggio, Jardim das Colinas, São José dos Campos/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **30/03/2022 às 10:15 horas**, no Escritório do leiloeiro, situado na Av. Indianópolis, 2.826 - Planalto Paulista, em São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior à **R$ 627.866,14 (seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e catorze centavos)**. Caso não haja licitante, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** no dia **06/04/2022 às 10:15 horas**, no mesmo local, com lance mínimo igual ou superior à **R$ 394.962,63 (trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos)** com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído pelo imóvel abaixo. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP.** Parque Residencial Aquarius. A sala comercial nº 1612, localizada no 16º pavimento da Torre A, integrante do empreendimento denominado **CENTRO EMPRESARIAL AQUARIUS BY HELBOR**, situado na Rua Doutor Orlando Feirabend Filho, do loteamento **PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS**, desta cidade, comarca e 1ª circunscrição imobiliária de São José dos Campos, com a área privativa de 33,36m², área de uso comum de 13,1947m², sendo 8,3417m² de área de uso comum de divisão não proporcional e 4,853m² de área de uso comum de divisão proporcional, encerrando a área total de 46,5547m², correspondendo-lhe uma fração ideal do terreno de 0,001089393. Com direito ao estacionamento de 1 veículo de passeio em vaga indeterminada. **Obs:** Ocupado. Desocupação por conta do arrematante. **Matrícula nº 253.586 do 1º CRI de São José dos Campos/SP.** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro www.cunhaleiloeiro.com.br, em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O devedor fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, podendo o fiduciante adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.cunhaleiloeiro.com.br**, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, respeitado o direito de preferência do fiduciante. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, constituindo ônus do interessado verificar suas condições "in loco", previamente à realização do Leilão. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, em cheques separados, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. O arrematante "on-line" terá prazo de 24 horas para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. Havendo arrematação a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias úteis, contados da data do leilão. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado (ITBI, escritura e quaisquer outras despesas). As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 /1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 / 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. **Para mais informações – tel.: (11) 5586.3000 - Lances Online no Site: www.cunhaleiloeiro.com.br - Hugo Leonardo Alvarenga Cunha – Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 870**

COMPARECIMENTO

A Empresa **SEGURPRO VIG. PATRIMONIAL S/A**, solicita o comparecimento de **EDSON MOREIRA CALAZANS** no endereço: Rua dos italianos, 988 - Bom Retiro - SP para tratar de assuntos relacionados ao seu contrato de trabalho.

COMPARECIMENTO

A Empresa **SEGURPRO VIG. PATRIMONIAL S/A**, solicita o comparecimento de **ELIAS ALVES DA CRUZ** no endereço: Rua dos italianos, 988 - Bom Retiro - SP para tratar de assuntos relacionados ao seu contrato de trabalho.

COMPARECIMENTO

A Empresa **SEGURPRO VIG. PATRIMONIAL S/A**, solicita o comparecimento de **JANAILTON SANTOS DE SOUZA** no endereço: Rua dos italianos, 988 - Bom Retiro - SP para tratar de assuntos relacionados ao seu contrato de trabalho.

COMPARECIMENTO

A Empresa **SEGURPRO VIG. PATRIMONIAL S/A**, solicita o comparecimento de **ESDRAS DA CUNHA BEZERRA DE CARVALHO** no endereço: Rua dos italianos, 988 - Bom Retiro - SP para tratar de assuntos relacionados ao seu contrato de trabalho.

COMPARECIMENTO

A Empresa **SEGURPRO VIG. PATRIMONIAL S/A**, solicita o comparecimento de **VAGNER PAIS GOMES** no endereço: Rua dos italianos, 988 - Bom Retiro - SP para tratar de assuntos relacionados ao seu contrato de trabalho.

COMPARECIMENTO

A Empresa **SEGURPRO VIG. PATRIMONIAL S/A**, solicita o comparecimento de **ADRIANO BORGES A ROCHA ALMEIDA** no endereço: Rua dos italianos, 988 - Bom Retiro - SP para tratar de assuntos relacionados ao seu contrato de trabalho.

COMPARECIMENTO

A Empresa **SEGURPRO VIG. PATRIMONIAL S/A**, solicita o comparecimento de **CRISTIANE DE MELO ALBUQUERQUE ALVES** no endereço: Rua dos italianos, 988 - Bom Retiro - SP para tratar de assuntos relacionados ao seu contrato de trabalho.

COMPARECIMENTO

A Empresa **SEGURPRO VIG. PATRIMONIAL S/A**, solicita o comparecimento de **PAULO HENRIQUE GALVAO TRINDADE** no endereço: Rua dos italianos, 988 - Bom Retiro - SP para tratar de assuntos relacionados ao seu contrato de trabalho.

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Pregão Presencial nº 09/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO.
ABERTURA/SESSÃO: 31/03/2022 – 08h30min.
O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel (18) 3263-9425.
Download do edital em: http://186.233.125.85:8079/comprasedital/

Santo Anastácio, 17 de março de 2022.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Encontra-se aberta na Secretaria de Esportes, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022 do tipo MENOR PREÇO – OC 410103000012022OC00003, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO AVENTURA NO CAMPO. A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.gov.br. **Sessão Pública: Dia 31/03/2022 às 10hs00 min. Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 18/03/2022.**

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 03/2022

Tendo em vista o resultado obtido no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2022, cujo objeto é o registro de preços para a eventual aquisição de uniformes e mochilas escolares, destinados aos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Igaraçu do Tietê, realizado conforme a Ata da Sessão Pública de 21/02/2022, HOMOLOGO, para todos os efeitos, o resultado do presente Pregão, adjudicando o seu objeto, nos termos do artigo 4º, inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/02, a seguinte empresa: G. L. Comércio e Serviços Eireli ME, pelo valor total de R$ 2.129.800,00 (dois milhões e cento e vinte e nove mil e oitocentos reais). Dia 16 de março de 2022. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Pregão Presencial nº 08/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS, RESPONSÁVEL POR TODO O PROCESSO ADMINISTRATIVO, JURÍDICO E CONTRATUAL REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR, DESDE A SELEÇÃO ATÉ O DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO, INCLUINDO A INTERMEDIAÇÃO E PAGAMENTO DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS. ABERTURA/SESSÃO: 30/03/2022 às 08h30min. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel (18) 3263-9425. Download do edital em: http://186.233.125.85:8079/comprasedital/

Santo Anastácio, 17 de março de 2022.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

PROCESSO Nº 3982/2021 PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE DETECÇÃO, MEDIÇÃO, MONITORAMENTO, REGISTRO DE INFRAÇÕES DE TR NSITO PARA VIAS SOB CIRCUNSCRIÇÃO DESTA CONTRATANTE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL. Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL. Sessão no dia 04/04/2022, às 09:30hs, na Praça Raul Gomes de Abreu, n.º 200, Centro - Piedade (SP). O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download no site: www.piedade.sp.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, de 2ª à 6ª feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, na Praça Raul Gomes de Abreu, nº 200, 1º andar, Piedade/SP ou pelo telefone (15) 3244-8400, ramais 121, 141 e 118.

Geraldo Pinto de Camargo Filho - Prefeito Municipal

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER, o **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 0324/2021/SQA-DR20-DA (OC nº 162101160552022oc00017)**, destinado ao **COMANDO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO – CPRv**, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a **AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA O COMANDO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO – CPRv**, a ser realizado por intermédio da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC, cuja abertura está marcada para o **dia 29/03/2022 as 09:00 horas.** Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **17/03/2022**, o site **www.bec.sp.gov.br**, mediante obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital também está disponível nos seguintes sites **www.der.sp.gov.br** e **www.e-negociospublicos.com.br**.

DER Departamento de Estradas de Rodagem — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO | Secretaria de Logística e Transportes

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMNISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS toma público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, às seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022 – Registrar os menores preços de medicamentos, destinado a Unidade de Pronto Atendimento Elisa Sbrissa Franchozza da Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 (doze) meses.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08 h do dia 01 de abril de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:
Lote 01 a 50: as 08h e 30 min do dia 31 de março de 2022
Lote 51 a 80: as 08h e 30 min do dia 01 de abril de 2022
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022 – Registrar os menores preços de medicamentos, destinado a atender diversos Processos Judiciais para Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 (doze) meses.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08 h do dia 01 de abril de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:
Lote 01 a 50: as 08h e 30 min do dia 04 de abril de 2022
Lote 51 a 100: as 08h e 30 min do dia 05 de abril de 2022
Lote 101 a 150: as 08h e 30 min do dia 06 de abril de 2022
Lote 151 a 200: as 08h e 30 min do dia 07 de abril de 2022
Lote 201 a 250: as 08h e 30 min do dia 08 de abril de 2022
Lote 251 a 286: as 08h e 30 min do dia 11 de abril de 2022
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2022
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde.
Recursos orçamentários e financeiros: consignados em dotações próprias do orçamento vigente à época de contratação.
Referência: Credenciamento nº. 002/2022.
Objeto resumido: Credenciamento de pessoas jurídicas (clínicas) ou pessoas físicas (profissionais) devidamente registrados no órgão competente do Ministério da Saúde, para prestação de serviços profissionais especializados de confecção de próteses dentárias parciais e totais em paciente que utilizam a Rede Pública Municipal de Saúde.
Os interessados deverão protocolar a manifestação de interesse e os documentos estabelecidos neste Edital no Departamento de Compras, à Rua Pedro Álvares Cabral, nº 83, Centro, no horário das 9h às 16h.
A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.licitacoes-e.com.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Álvares Cabral nº 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.
Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 17 de março de 2022.
ÉLCIO RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

O Município de Piracaia torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº 02/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CARTÃO E APLICATIVO PARA DISPOSITIVO MÓVEL COM VISUALIZAÇÃO DE SALDO, EXTRATO E REALIZAÇÃO DE COMPRAS, AMBOS COM SENHA INDIVIDUAL, DE ALIMENTAÇÃO PARA OS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PIRACAIA, POR UM PERÍODO DE 06 MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: De 21/03/2022 09:00 hs até 30/03/2022 AS 09:00 hs - **INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: Dia 30/03/2022 AS 10:00 horas - As condições e especificações constam do EDITAL que poderá ser consultado no link "Pregão Eletrônico" do site www.piracaia.sp.gov.br ou no site www.bll.org.br ou obtido na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, nº 120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2062/2084.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 043/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022

OBJETO: Prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de auxílio-alimentação, na forma de créditos a serem carregados on-line em cartão-alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores públicos da Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 01 de abril de 2022, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

O edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes. Barra Bonita, 17 de março de 2022. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s):

PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2022 (MODO DE DISPUTA ABERTA) - Objeto: **Aquisição de Suplementos Alimentares e afins, com entregas parceladas, visando o atendimento a diversos Mandados Judiciais, nos termos do ANEXO I do Edital**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **23/03/2022 às 09h30;** Abertura de Propostas iniciais: **04/04/2022 às 09h30;** Início do Pregão (fase competitiva): **04/04/2022 às 10h00; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br

O EDITAL se encontrará disponível de: **23/03/2022 à 01/04/2022** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br

PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2022 (MODO DE DISPUTA ABERTA) - Objeto: **Registro de Preços visando à Contratação de empresa especializada visando o fornecimento de oxigênio medicinal, com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, para uso da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do ANEXO I do Edital**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **23/03/2022 às 09h30;** Abertura de Propostas iniciais: **06/04/2022 às 09h30;** Início do Pregão (fase competitiva): **06/04/2022 às 10h00; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br

O EDITAL se encontrará disponível de: **23/03/2022 à 05/04/2022** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br

PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2022 (MODO DE DISPUTA ABERTA) - Objeto: **Registro de preços visando à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços através de orientadores de público durante a realização de diversos eventos, neste município, de forma parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do ANEXO I do Edital**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **24/03/2022 às 09h30;** Abertura de Propostas iniciais: **07/04/2022 às 09h30;** Início do Pregão (fase competitiva): **07/04/2022 às 10h00; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br

O EDITAL se encontrará disponível de: **24/03/2022 à 06/04/2022** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022. Objeto: **Contratação de empresa visando o fornecimento de Concreto Usinado, entregue em Águas de Lindoia, de forma parcelada durante o exercício de 2022, conforme especificações contidas no Anexo I do edital.** Encerramento (credenciamento e entrega dos envelopes Nº 01 – Proposta e Nº 02 – Documentação) **das 09h 00min até as 09h e 30min do dia 08/04/2022**. Sessão de abertura: a partir das 09h e 45min. Período de Disponibilização do Edital: **De 24/03/2022 até 07/04/2022.**

Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Profª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br

Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos – **Diderot Camargo Netto – Secretário Municipal de Administração.**

FILIAL - PDP

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0353-09 e IE. 244.709.832.113, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo FS2100T, FS600, MACH 2, série: DR0107BR000000108257, DR0107BR000000108261, DR0107BR000000108262, DR0207BR000000111205, DR0912BR000000323584, DR0912BR000000323615, conforme B.O nº 21796/2022.

FILIAL - SPV

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0229-08 e IE. 116.568.730.111, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo FS2000, FS2100T, FS700 M, série: 17451, 17466, 17485, 17487, 17559, DR0104BR000000000010, DR0104BR000000000011, DR0107BR000000111632, DR0107BR000000114635, DR0610BR000000223601, DR0610BR000000223620, DR0610BR000000223783, DR0610BR000000223790, DR0610BR000000227401, DR0610BR000000227427, DR0610BR000000227428 conforme B.O nº 372067/2022.

FILIAL - FLA

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0393-98 e IE. 417.300.414.117, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo FS2100T, série: DR0108BR000000141979, conforme B.O nº 540013/2022.

FILIAL - CMM

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0107-30 e IE. 456.066.739.116 comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2100T, FS600, Beetle 4/61 MF, série: DR0107BR000000101489, DR0107BR000000101490, DR0107BR000000101497, DR0109BR000000167924, DR0109BR000000167989, DR0207BR000000105270, DR0207BR000000105346, DR0207BR000000105365, DR0207BR000000105391, DR0207BR000000105394, DR0207BR000000105836, DR0207BR000000105846, DR0207BR000000105852 P11636, conforme B.O nº 538316/2022.

FILIAL - STS

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0224-01 e IE. 675.136.971.112, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS 2000 série: 41750, 41753, 41767, 41770, 41782, 41798, 41800, 41820, 41822, 41860, 41869, 41889, 41906, 58450, 58575, 8219443, 41744A, DR0610BR000000208261, DR0610BR000000208269, DR0610BR000000208273, DR0610BR000000213247, DR0610BR000000213267, DR0913BR000000384654, conforme B.O nº 241796/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0224-01 e IE. 675.136.971.112, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 74296, 79789, 84138, 90282, 90283, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0610BR000000213207, DR0610BR000000213311, DR0610BR000000213250, DR0610BR000000207106, DR0610BR000000208255, conforme B.O nº 241796/2022.

FILIAL - PIR

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0073-56 e IE. 535.233.752.115, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS 2000, FS2100T série: 00000055148, 00000055102, 00000055159, 00000055057, 00000055099, 00000055149, 00000055116, 00000064484, DR0107BR000000108281, conforme B.O nº 541153/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0073-56 e IE. 535.233.752.115, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241,242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 3745, 5095, 515, 5961leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 55104, 55161, 55058, 55118, 55115, 55097, 55119, 55144, 55100, 55106, 55101, 55090, 55098, 55088, 55099, 55105, 55115, 55143, 55059, 55087, 55103, 55114, 55129, 55052, 55108, 55055, 55112, 55111, 55066, 55107, 55054, 55116, 55160, conforme B.O nº 541153/2022.

FILIAL - PPC

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0373-44 e IE. 535.402.484.118, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS 2000, FS2100T série: DR0107BR000000108281, conforme B.O nº 541541/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0373-44 e IE. 535.402.484.118, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 1002, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0207BR000000115160, conforme B.O nº 541541/2022.

FILIAL - CVA

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0222-31 e IE. 234.104.032.117, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo 4679 3BS, FS2100T, FS600 série: 8248736, 8255312, 8255316, 82105644, 82105907, 82105937, 82105994, 82106004, DR0107BR000000099674, DR0107BR000000099682, DR0207BR000000101928, DR0207BR000000102042, DR0207BR000000102049, DR0207BR000000102052, DR0207BR000000102163, conforme B.O nº 539793/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0222-31 e IE. 234.104.032.117, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 184868, 184869, 184870, 184871, 184873, 184876, 184877, 184878, 184879, 184880, 184881, 184882, 184883, 184884, 184885, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 8254832, 8255407, 8255292, 8255150, 8255142, 8255356, 8255408, 8255375, 8255411, 8255332,8255340, 8255387, 8255396, 8256680, 8255279 conforme B.O nº 539793/2022.

FILIAL - PCV

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/ 0355-62 e IE. 234.108.989.110, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2100T série: DR0106BR000000082599, conforme B.O nº 540132/2022.

FILIAL - PJC

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/035481 e IE. 645.494.815.114, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2100T série: DR0207BR000000111339, DR0207BR000000115233, conforme B.O nº 541459/2022.

FILIAL - SJC

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0036-01 e IE. 645.179.237.110, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca UNISYS, DARUMA, modelo Beetle 4/61 MF, FS2000 e MACH 2, série: P03963, P03964, P03965, P03966, P03967 , P03968, P03969, P03970, P03971, P03972, P03973, P03974, P03975, P03976, P03977, P03978, P03979, P03980, P03981, P03982, P03983, P03984, P03985, P03986, P04226, P04228, P066946, P03931, 53885, 53853, 53983, 54033, 54016, 54012, 53987, 54043, 54041, 53971, 54008, 54025, 54014, 54021, 54004, 54017, 54006, 54023, 54042, 53990, 54040, 53978, 54011, 53976, 53988, 53982, 54020, 53980, 53739, 54034, 55051, 53998, 53834, 54031, 54028, 54037, 54026, 54024, 54035, 54036, 53888, 54003, 53999, 54030, 55050, 53981, 53763, 54032, 53994, 54009, 53972, 54018, 54010, 54019, 54038, 54029, 53991, 54013, 53995, 53759, DR0913BR000000160580, DR0911BR000000292242, conforme B.O nº 541989/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0036-01 e IE. 645.179.237.110, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 65962, 73981, 73982, 73983, 73984, 73985, 73992, 74001, 74002, 74003, 74004, 74006, 74007, 74008, 74009, 74010, 74011, 74012, 74013, 74014, 74015, 74016, 74017, 74018, 74019, 74020, 74021, 74022, 74023, 74024, 74025, 74026, 74027, 74028, 74029, 74030, 74076, 74077, 74078, 74079, 74080, 74081, 74082, 74083, 74084, 74085, 74086, 74087, 74088, 74089, 74091, 74092, 74093, 74094, 74095, 74096, 74097, 74098, 74099, 74100, 92379, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: P03963, P03964, P03965, P03966, P03967, P03968, P03969, P03970, P03971, P03972, P03973, P03974, P03975, P03976, P03977, P03978, P03979, P03980, P03981, P03982, P03983, P03984, P03985, P03986, P04226, P04228, P066946, P03931, 53885, 53853, 53983, 54033, 54016, 54012, 53987, 54043, 54041, 53971, 54008, 54025, 54014, 54021, 54004, 54017, 54006, 54023, 54042, 53990, 54040, 53978, 54011, 53976, 53988, 53982, 54020, 53980, 53739, 54034, 55051, 53998, 53834, 54031, 54028, 54037, 54026, 54024, 54035, 54036, 53888, 54003, 53999, 54030, 55050, 53981, 53763, 54032, 53994, 54009, 53972, 54018, 54010, 54019, 54038, 54029, 53991, 54013, 53995, 53759, DR0913BR000000160580, DR0911BR000000292242 conforme B.O nº 567974/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA/SP

EDITAL DE ABERTURA DO PE Nº 39/2022 – PROC. 3881/2022 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES PARA CONSUMO NAS UNIDADES DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ART. 48, III DA LC Nº 123/2006 - SRP. ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://comprasbr.com.br DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22.03.2022, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01.04.2022 às 09:00hs. O edital completo fica disponível aos interessados no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e na plataforma a partir do dia 22.03.2022. Itapetininga, 17.03.2022. SOLANGE D. DE BARROS OLIVEIRA – SEC. MUN. DE SAÚDE.

EDITAL DE ABERTURA DO PE Nº 40/2022 – PROC. 9879/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO EM CLINICA/HOSPITAL A PACIENTE LONGA PERMANENCIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DO PACIENTE S.L.F CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL Nº 1003995-46.2018.8.26.0269 PELO PERIODO DE 12 MESES. ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://comprasbr.com.br DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22.03.2022, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04.04.2022 às 09:00hs. O edital completo fica disponível aos interessados no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e na plataforma a partir do dia 22.03.2022. Itapetininga, 17.03.2022. SOLANGE D. DE BARROS OLIVEIRA – SEC. MUN. DE SAÚDE.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes - SP

Edital de Recolhimento da Contribuição Sindical Anual

Pelo presente Edital de Recolhimento da Contribuição Sindical, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes - SP e Região,** entidade sindical de primeiro grau, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 52.168.721/0001-09, representativo da categoria profissional do 19º Grupo, faz saber aos senhores empregadores das indústrias de ferro (siderúrgicas), indústria de trefilação e laminação de metais ferrosos, indústria de fundição, indústria de artefatos de ferro e metais em geral, indústria de serralheria, indústria mecânica, indústria de proteção, tratamento e transformação de superfícies, indústria de máquinas, indústrias de balanças, pesos e medidas, indústria de cutelaria, indústria de estamparia de metais, indústria de móveis de metal, indústria da construção naval, indústria de materiais e equipamentos rodoviários e ferroviários (compreensiva das empresas industriais fabricantes de carrocerias de ônibus e caminhões, viaturas, reboques e semi-reboques, locomotivas, vagões, carros e equipamentos ferroviários, motocicletas, motonetas e veículos semelhantes, indústrias de artefatos de metais não ferrosos, indústria de geradores de vapores (caldeiras e acessórios), indústria de parafusos, porcas, rebites e similares, indústria de tratores, caminhões, ônibus, automóveis e veículos similares, indústria de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação, indústria de condutores elétricos, trefilação e laminação de metais não ferrosos, indústria de aparelhos elétricos, eletrônicos e similares, indústria de aparelhos de radiotransmissão, indústria de peças para automóveis, ônibus, caminhões, tratores e similares, indústria de construção aeronáutica, indústria de reparação de veículos e acessórios, indústria de funilaria, indústria de forjaria, indústria de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar, indústria de preparação de sucata ferrosa e não ferrosa, indústria de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares, indústria de informática, indústria de rolhas metálicas, ou quaisquer similares das indústrias aqui referidas, ou ainda, os que, direta ou indiretamente ou contribuam para a conclusão da atividade fim de empresas abrangidas por este Sindicato, e que, correspondem ao segmento econômico das **Indústrias Siderúrgicas, Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, Eletrônico e de Informática** vinculadas ao 19º Grupo do Plano Nacional da Indústria, das cidades de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região, que a Contribuição Sindical de empregados, devida a este Sindicato, e tratada nos arts. 578/580 e seguintes da NCLT e inciso IV do art. 8º, da CF, **deve ser efetuado até o dia 31 de março do corrente ano** e recolhido em qualquer agência bancária ou Casa Lotérica, até o dia 30 de abril de 2022, impreterivelmente. Compreende a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além da importância fixa estipulada, as gratificações, prêmios, adicionais, comissões ou outras vantagens a qualquer título, paga pelo empregador. Ficam os interessados cientificados, desde já, que o não recolhimento da Contribuição Sindical, de seus empregados até o dia 30 de abril importará na multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente, juros de 1% (hum por cento) e **atualização monetária conforme estabelece o artigo 600 da N.C.L.T. Cuja guia deverá ser** preenchida com **Código Sindical nº 915.011.137.88749-3**, com a posterior remessa ao **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Páulo, Mogi das Cruzes - SP,** com endereço na Rua Galvão Bueno, 782 - Liberdade, SP., dos seguintes documentos: **1) GRCSU Quitada, 2) Relação Nominal dos Empregados Contribuintes, Indicando Função, Numero do PIS e Salário Percebido no Mês do Desconto com o Respectivo Valor Recolhido.** Alertamos seja observado que as **Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana - GRCSU,** poderão ser emitidas gratuitamente por meio do portal do contribuinte no site da Caixa (http://www.caixa.gov.br). Para as entidades que não possuem acesso ao portal da entidade/internet, a Caixa disponibiliza também o aplicativo off line CAPCAIXA, o qual possibilita a emissão de guias e o tratamento do arquivo retorno eletrônico. São Paulo, 17 de março de 2022.

Miguel Eduardo Torres - Presidente do Sindicato

FILIAL - CIT

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0204-50 e IE. 387.155.750.119, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo 4679 3BS, FS2100T, FS2000, MACH 2, série 36340, 50167, 8252231, 8252262, 8252625, 8253440, 8253444, 8253725, 8253763, 8253804, 8253805, 8253807, 8253812, 8254922, 8256355, 8267856, 82533811, DR0106BR000000082610, DR0914BR000000426453, conforme B.O nº 538162/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0204-50 e IE. 387.155.750.119, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 75743, 78271, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0106BR000000082579, 42849 conforme B.O nº 538162/2022.

FILIAL - CST

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0223-12 e IE. 600.117.190.118, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo 4679 3BS, FS2100T, FS600, série 825660, 8255314, 8255323, DR0107BR000000099692, DR0107BR000000099699, DR0107BR000000101455, DR0110BR000000249298, DR0207BR000000093473, DR0207BR000000096390, DR0207BR000000096484, DR0207BR000000096547, DR0207BR000000096555, DR0207BR000000096569, DR0207BR000000096607, DR0207BR000000101935, DR0207BR0000096674, conforme B.O nº 539534/2022.

FILIAL - PIT

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/ 0380-73 e IE. 387.184.635.118, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo 4679 3BS, FS2100T, FS2000, MACH 2, série DR0107BR000000108292, DR0207BR000000111469, conforme B.O nº 541340/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/ 0380-73 e IE. 387.184.635.118, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 5372, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0107BR000000108290 conforme B.O nº 541340/2022.

FILIAL - PSN

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0362-91 e IE. 669.572.560.113, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2100T, série DR0107BR000000099137, DR0107BR000000099152D, DR0109BR000000167879, conforme B.O nº 541645/2022.

FILIAL - PSS

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0313-03 e IE. 717.106.416.114, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo MACH 2, série DR0911BR000000294042, conforme B.O nº 541645/2022.

FILIAL - PST

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0379-30 e IE. 600.131.226.110, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2100T, FS600, série DR0106BR000000082622, DR016BR000000082683, DR0207BR000000111435, conforme B.O nº 541866/2022.

FILIAL - SON

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0214-21 e IE. 669.478.466.110, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo 4679 3BS, FS2000, MACH 2, série: 70666, 8248128, 8250433, 8250527, 8253172, 8253997, 8254007, 8254008, 8254009, 8254010, 8254187, 8254302, 8254304, 8254316, 8254322, 8254336, 8254337, 8254338, 8254361, 8254377, 8254380, 8254402, 8254404, 8254406, 8254444, 8254598, 8270631, 82542987, DR0911BR000000294951, conforme B.O nº 568195/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0214-21 e IE. 669.478.466.110, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 10086, 12120, 13179, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 70567, 70522, 70709 conforme B.O nº 568195/2022.

FILIAL - SOR

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0030-16 e IE. 717.105.837.112, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo DARUMA, FS2000, série: 40841, 40647A, 40771A, DR0911BR000000294012, DR0911BR000000294015, DR0911BR000000294016, DR0911BR000000294018, DR0911BR000000294029, DR0911BR000000294035, DR0911BR000000294037, DR0911BR000000294038, DR0911BR000000294041, DR0911BR000000294046, DR0911BR000000294055, DR0911BR000000294058, DR0911BR000000294059, DR0911BR000000294475, DR0911BR000000294946, DR0911BR000000295055conforme B.O nº 568358/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0030-16 e IE. 717.105.837.112, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 13115, 13116, 13127, 13131, 13133, 13134, 13136, 13137, 13138, 13139, 13140, 13141, 13142, 13143, 13144, 13145, 13146, 13147, 13148, 13149, 13150, 13201, 13202, 13203, 13218, 13219, 13220, 13221, 13222, 13223, 13224, 13225, 13226, 13551, 13552, 13555, 13556, 13557, 13558, 13559, 13560, 13561, 13562, 13563, 13564, 13565, 13566, 13568, 13569, 13571, 13572, 13573, 13574, 13575, 13576, 13577, 13578, 13579, 13580, 13650, 93507, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 40460, 40693, 40696, 40708, 40833, 40631A, 40828, 40670, 40885, 40808, 40859, 40569A, 40854, 40713, 40850, 40750, 40684, 40837, 40481A, 40658, 40809, 40630, 40649, 40671, 40665, 40692, 40483, 40500, 40507, 40644, 40647A, 40702, 40588, 69159, 40536, 40770, 40675, 40742, 40700, 40819, 40616, 40495, 40530, 40632, 40551, 40832, 40637, 40657, 40608, 40699, 40663, 40865, 40844, 40829, 40771A, 40732, 40884, 40816, 40653, 40683, DR0911BR000000294058conforme B.O nº 568784/2022.

FILIAL - XTU

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0475-79 e IE. 148.650.497.111, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo MACH 2 série: DR0914BR000000432259, conforme B.O nº 419844/2022.

FILIAL - CTB

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0128-64 e IE. 688.222.941.113, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca IBM, DARUMA, modelo 4679 3BM, FS2000, FS2100T, FS600, MACH 2, série: 76384, 76391, 8250952, DR0106BR000000080631, DR0106BR000000080645, DR0106BR000000080683, DR0108BR000000165634, DR0207BR000000093322, DR0207BR000000093331, DR0207BR000000093332, DR0912BR000000317816, conforme B.O nº 539663/2022.

FILIAL - TAU

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0085-90 e IE. 688.255.237.113, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca UNISYS, DARUMA, modelo Beetle 4/61 MF, FS2000, MACH 2, série: 64460.64571, 64624, 64646, 64650, 64670, 64684, 64710, 70421, 70708, DR0913BR000000398318, DR0913BR000000398512, P07143, P07154, P07764, P07766, conforme B.O nº 568898/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0085-90 e IE. 688.255.237.113, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 74072, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: 64545, conforme B.O nº 568898/2022.

FILIAL - PFR

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0331-95 e IE. 310.414.032.111, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS 2000 série: 00000070564, 00000070785, 00000076342, conforme B.O nº 540316/2022.

FILIAL - PGR

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA EQUIPAMENTO ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0367-04 e IE. 336.792.771.112, comunica o extravio/perda das impressoras fiscais ECF, marca DARUMA, modelo FS2100T, FS600, série: DR0107BR000000099687, DR0107BR000000108278, DR0207BR000000115097conforme B.O nº 540390/2022.

COMUNICADO DE EXTRAVIO/PERDA DOCUMENTOS ECF:

A empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA, filial CNPJ 45.543.915/0367-04 e IE. 336.792.771.112, relata o extravio dos documentos fiscais: Atestado de Intervenção nº 84205, leitura x e redução z, todos emitidos no ato da cessação de uso, referente às ECFs, nº de série: DR0107BR000000108277, conforme B.O nº 540390/2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL DOS ASSOCIADOS
PARA ELEIÇÃO DE DIRETORIA e CONSELHO FISCAL

INSTITUTO DE SAÚDE INTEGRADA – ISI, por sua diretora executiva Leide Mengatti, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos Sociais e pela lei, CONVOCA TODOS OS ASSOCIADOS DO ISI, para comparecerem a **ASSEMBLÉIA GERAL**, a ser realizada na sede do ISI, à Rua Barreto Leme nº 1552, em Campinas, no dia 30 de mês março de 2022, às 10:00 (dez horas) em primeira convocação, com o número de associados estabelecido nos Estatutos Sociais, ou às 11:00 (onze horas), em segunda convocação, com presença de qualquer número de associados para eleição dos membros eletivos e suplentes da Diretoria e Conselho Fiscal.

Nos termos do Estatuto Social e Regulamento Eleitoral o prazo para inscrição das chapas é de até 5(cinco) dias antes da eleição, até 25 de março de 2022 e deverá ser realizada na Secretaria do Instituto, mediante apresentação de requerimento de inscrição da chapa em duas vias, nomes e cargos que ocuparão, assinaturas, endereços, RG, CPF e respectivas cópias dos documentos, no horário de 8:00 às 18:00 horas. O prazo para impugnação de chapas ou de seus membros é até 26 de março de 2022.

Campinas, 15 de março de 2022

LEIDE MENGATTI

Diretoria Executiva

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrícula JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, Cássia Maria de Melo Pessoa, CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Presencial e/ou Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: TERRENO com frente para a Rua 13, compreendendo o lote 33 da quadra 10, do loteamento denominado "Residencial Quinta do Campestre", situado no Bairro Campestre, em Piracicaba/SP. Imóvel objeto da Matrícula nº 114.232 do 2º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 7.433/85 e do Artigo 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula mencionada. Obs.: Em caso de imóvel ocupado, a desocupação correrá por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: dia 18/03/2022, às 11:00 horas, e 2º Leilão dia 28/03/2022, às 11:00 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: IRINEU RODRIGO APARECIDO PROJETTE, brasileiro, solteiro, promotor de eventos, CPF: 339.689.798-69, RG: 42.703.883-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Professor Mário Consentino, 180, Loteamento Chácaras Nazareth II – Piracicaba/SP, Cep: 13402-338. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: RESERVA CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com sede em Barra Bonita/SP, na Rua Rio Branco, 339, sala 501, 5º andar, CNPJ: 08.733.303/0001-25, NIRE: 35221370454. **DO PAGAMENTO**: No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES: 1º Leilão: R$ 87.436,80 (oitenta sete mil, quatrocentos trinta seis reais, oitenta centavos) 2º leilão: R$ 213.562,58 (duzentos treze mil, quinhentos sessenta dois reais, cinquenta oito centavos).** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO**: Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017 Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES**: O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** Pendências Judiciais e Extrajudiciais - No caso de ações judiciais relativas aos imóveis arrematados, distribuídas antes ou depois da arrematação, com decisões transitadas em julgado que invalidem a consolidação da propriedade e/ou anulem a arrematação do imóvel pelo comprador e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, conforme o caso, a arrematação do comprador será rescindida, responsabilizando-se o vendedor pela evicção de direitos restrita ao reembolso pelo vendedor ao comprador: (i) dos valores efetivamente pagos pelo comprador pela arrematação do imóvel, excluída a comissão do Leiloeiro Oficial que será restituída diretamente pelo Leiloeiro Oficial; (ii) reembolso de valores comprovadamente despendidos pelo(s) ARREMATANTE(S) a título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária (IPTU ou ITR, conforme o caso), desde que comprovado pelo(s) ARREMATANTE(S) o impedimento ao exercício da posse direta do imóvel. Referidos valores serão atualizados pelos mesmos índices aplicados às cadernetas de poupança desde o dia do desembolso do(s) ARREMATANTE(S) até a data da restituição, não sendo conferido ao adquirente o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios, a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil Brasileiro de 2002. A evicção não gera indenização por perdas e danos. Caso o comprador esteja na posse do imóvel, deverá desocupá-lo em 15 dias a contar da Notificação enviada pelo vendedor ao comprador, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal do vendedor. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, exclusivamente por meio de cheques. O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o(a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3380-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, 08/03/**2022**- **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** – Declaramos que o presente edital contempla todas as informações e dados passados ao leiloeiro, inclusive no que tange a valores, descrições e indicação de eventuais ônus e gravames incidentes sobre o imóvel. RESERVA CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ: 08.733.303/0001-25.

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrícula JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, Cássia Maria de Melo Pessoa, CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Presencial e/ou Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: TERRENO com frente para a Rua 7, compreendendo o lote 15 da quadra 04, do loteamento denominado "Residencial Quinta do Campestre", situado no Bairro Campestre, em Piracicaba/SP. Imóvel objeto da Matrícula nº 114.097 do 2º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 7.433/85 e do Artigo 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula mencionada. Obs.: Em caso de imóvel ocupado, a desocupação correrá por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: dia 18/03/2022, às 09:50 horas, e 2º Leilão dia 28/03/2022, às 09:50 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: DIOGO DA COSTA CARVALHO, brasileiro, solteiro, operador de guincho, CPF: 104.456.526-83, RG: 47.135.509-4 SSP/SP e KEILA NASCIMENTO, brasileira, solteira, frentista, CPF: 478.768.488-42, RG: 42.418.949-5 SSP/SP, residentes e domiciliados na Av. Francisco Antônio Perin, 1504, Novo Horizonte, Piracicaba/SP, Cep: 13402-127. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: RESERVA CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com sede em Barra Bonita/SP, na Rua Rio Branco, 339, sala 501, 5º andar, Centro, CNPJ: 08.733.303/0001-25, NIRE: 35221370454. **DO PAGAMENTO**: No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES: 1º Leilão: R$87.436,80 (oitenta sete mil, quatrocentos seis reais, oitenta centavos) 2º leilão: R$ 213.324,89 (duzentos treze mil, trezentos vinte quatro reais, oitenta nove centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO**: Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017.Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES**: O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** Pendências Judiciais e Extrajudiciais - No caso de ações judiciais relativas aos imóveis arrematados, distribuídas antes ou depois da arrematação, com decisões transitadas em julgado que invalidem a consolidação da propriedade e/ou anulem a arrematação do imóvel pelo comprador e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, conforme o caso, a arrematação do comprador será rescindida, responsabilizando-se o vendedor pela evicção de direitos restrita ao reembolso pelo vendedor ao comprador: (i) dos valores efetivamente pagos pelo comprador pela arrematação do imóvel, excluída a comissão do Leiloeiro Oficial que será restituída diretamente pelo Leiloeiro Oficial; (ii) reembolso de valores comprovadamente despendidos pelo(s) ARREMATANTE(S) a título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária (IPTU ou ITR, conforme o caso), desde que comprovado pelo(s) ARREMATANTE(S) o impedimento ao exercício da posse direta do imóvel. Referidos valores serão atualizados pelos mesmos índices aplicados às cadernetas de poupança desde o dia do desembolso do(s) ARREMATANTE(S) até a data da restituição, não sendo conferido ao adquirente o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios, a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil Brasileiro de 2002. A evicção não gera indenização por perdas e danos. Caso o comprador esteja na posse do imóvel, deverá desocupá-lo em 15 dias a contar da Notificação enviada pelo vendedor ao comprador, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal do vendedor. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, exclusivamente por meio de cheques. O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o(a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3380-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, 08/03/2022- **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** – Declaramos que o presente edital contempla todas as informações e dados passados ao leiloeiro, inclusive no que tange a valores, descrições e indicação de eventuais ônus e gravames incidentes sobre o imóvel. RESERVA CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ: 08.733.303/0001-25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022 - PROCESSO Nº 13/2022

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública objetivando Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de Leite Pasteurizado Integral para atender às Coordenadorias de Assistência Social, Educação e Saúde, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes no Anexo 01 – Termo de Referência. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 05/04/2022. INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas do dia 05/04/2022. LOCAL: Plataforma BLL. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações: de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas. Telefone: (14) 3308-9300. Site www.fartura.sp.gov.br.
Fartura, 17 de março de 2022. LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISOS

PROCESSO SEI-270042/000135/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/22
OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER REALIZADA EM VÁRIAS UNIDADES, NAS EDIFICAÇÕES DO CBMERJ
INÍCIO DA VISITAÇÃO TÉCNICA: 18/03/2022, às 09h
TÉRMINO DA VISITAÇÃO TÉCNICA: 01/04/2022 às 12h
DATA DE ABERTURA: 05/04/2022, às 09h
DATA ETAPA DE LANCES: 05/04/2022, às 09h30min

PROCESSO SEI-270042/000539/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/22
OBJETO: SERVIÇOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO ELABORAÇÃO DOS PROJETOS LEGAIS E EXECUTIVOS, VISANDO À FUTURA EXECUÇÃO DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DOS PRINCIPAIS COMPLEXOS PREDIAIS DO CBMERJ
INÍCIO DA VISITAÇÃO TÉCNICA: 21/03/2022, às 09h
TÉRMINO DA VISITAÇÃO TÉCNICA: 08/04/2022 às 16h
DATA DE ABERTURA: 11/04/2022, às 09h
DATA ETAPA DE LANCES: 11/04/2022, às 09h30min

PROCESSO SEI-270042/000628/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/22
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VIATURAS DO TIPO ACM - AUTO CAVALO MECÂNICO (CAMINHÃO TRATOR) E DO TIPO TR - TANQUE REBOCÁVEL
DATA DE ABERTURA: 01/04/2022, às 09h
DATA ETAPA DE LANCES: 01/04/2022, às 09h30min

Os Editais encontram-se à disposição dos interessados no site: www.compras.rj.gov.br ou www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 – Centro – RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3084 / 2333-3085 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - UBA

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, com sede na Avenida do Estado, 777 - São Paulo - Capital, torna público que fará realizar, em atendimento ao disposto no Artigo 39 da Lei no. 8666/93 de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores, **AUDIÊNCIA PUBLICA** para os serviços de engenharia de tráfego rodoviário, englobando as atividades e controles operacionais, a ser desenvolvido nas rodovias sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.

A Audiência Pública será realizada **às 10 horas (dez horas) do dia 05 de abril de 2022**, no Auditório do DER/SP, localizado na Avenida do Estado, 777 – 5º andar – Ala B – Ponte Pequena, ocasião em que os interessados terão acesso as informações pertinentes, podendo manifestarem-se sobre as mesmas, observadas as normas estabelecidas para tal fim, as quais estarão à disposição no dia e local assinalados.

Em razão das restrições normativas impostas pela Pandemia do Novo Coronavirus – COVID -19, fica limitada a participação presencial em **50 vagas** à serem reservadas na CJL através do telefone: (11) 3311-1583 ou e-mail: smatos@der.sp.gov.br a partir do **dia 21/03/2022**, e os interessados poderão participar da audiência virtual acessando o link www.der.sp.gov.br/apuba

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrícula JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, Cássia Maria de Melo Pessoa, CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Presencial e/ou Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. IMÓVEL: TERRENO com frente para a Rua 14, compreendendo o lote 10 da quadra 10 do loteamento denominado "Residencial Quinta do Campestre", situado no Bairro Campestre, em Piracicaba/SP Imóvel objeto da Matrícula nº 114.209 do 2º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 7.433/85 e do Artigo 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula mencionada. Obs.: Em caso de imóvel ocupado, a desocupação correrá por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. DATA DOS LEILÕES: **1º Leilão: dia 18/03/2022, às 09:55 horas, e 2º Leilão dia 28/03/2022, às 09:55 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG.** DEVEDORES FIDUCIANTES: WAGNER AUGUSTO BLANCO, brasileiro, mecânico alinhador, CPF: 267.698.618-01, RG: 32.436.571-8 SSP/SP e ANDERLANY PEREIRA BLANCO, brasileira, promotora de vendas, CPF: 332.192.188-06, RG: 40.084.163-0 SSP/SP casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, residente(s) e domiciliado(s) na Rua João Laurelli, 278, Residencial Santo Antonio, Piracicaba/SP, Cep: 13402-578. CREDOR FIDUCIÁRIO: RESERVA CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com sede em Barra Bonita/SP, na Rua Rio Branco, 339, sala 501, 5º andar, Centro, CNPJ: 08.733.303/0001-25, NIRE: 35221370454. DO PAGAMENTO: No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES 1º Leilão: R$ 92.568,00 (noventa dois mil, quinhentos sessenta oito reais) 2º leilão: R$ 221.796,54 (duzentos vinte um mil, setecentos noventa seis reais, cinquenta quatro centavos)**, calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. COMISSÃO DO LEILOEIRO: Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. DO LEILÃO ONLINE: O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. OBSERVAÇÕES: O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** Pendências Judiciais e Extrajudiciais - No caso de ações judiciais relativas aos imóveis arrematados, distribuídas antes ou depois da arrematação, com decisões transitadas em julgado que invalidem a consolidação da propriedade e/ou anulem a arrematação do imóvel pelo comprador e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, conforme o caso, a arrematação do comprador será rescindida, responsabilizando-se o vendedor pela evicção de direitos restrita ao reembolso pelo vendedor ao comprador: (i) dos valores efetivamente pagos pelo comprador pela arrematação do imóvel, excluída a comissão do Leiloeiro Oficial que será restituída diretamente pelo Leiloeiro Oficial; (ii) reembolso de valores comprovadamente despendidos pelo(s) ARREMATANTE(S) a título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária (IPTU ou ITR, conforme o caso), desde que comprovado pelo(s) ARREMATANTE(S) o impedimento ao exercício da posse direta do imóvel. Referidos valores serão atualizados pelos mesmos índices aplicados às cadernetas de poupança desde o dia do desembolso do(s) ARREMATANTE(S) até a data da restituição, não sendo conferido ao adquirente o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios, a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil Brasileiro de 2002. A evicção não gera indenização por perdas e danos. Caso o comprador esteja na posse do imóvel, deverá desocupá-lo em 15 dias a contar da Notificação enviada pelo vendedor ao comprador, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal do vendedor. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, exclusivamente por meio de cheques. O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o(a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **08/03/2022- TERMO DE AUTORIZAÇÃO –** Declaramos que o presente edital contempla todas as informações e dados passados ao leiloeiro, inclusive no que tange a valores, descrições e indicação de eventuais ônus e gravames incidentes sobre o imóvel. RESERVA CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ: 08.733.303/0001-25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 400/2021-PROCESSO Nº 277/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis SP-CONTRATADA: NEXT ENGENHARIA EIRELI-ASSINATURA: 17/03/2022-OBJETO: Fica acrescido ao referido contrato o valor de R$ 100.949,94 (Cem mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos) o que corresponde a 32,88% da Planilha Orçamentária Inicial. As demais cláusulas permanecem inalteradas. TOMADA DE PREÇO Nº 013/2021.
Fernandópolis-SP , 17 de março de 2022
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 400/2021-PROCESSO Nº 277/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis SP-CONTRATADA: NEXT ENGENHARIA EIRELI-ASSINATURA: 17/03/2022-OBJETO: Fica prorrogado o prazo do referido contrato por mais 60 (Sessenta) dias passando sua vigência de 08 de fevereiro de 2022 para 08 de abril de 2022, retroagindo seus efeitos 08/02/2022. As demais cláusulas permanecem inalteradas. TOMADA DE PREÇO Nº 013/2021.
Fernandópolis-SP, 17 de março de 2022.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 25/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 04/04/2022 às 14h30

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10145712304, firmado em 09/08/2019, no qual figuram como Fiduciantes **ROBERTO FERNANDES JUNIOR**, Taxista, portador da CNH nº 00340888292, expedida pelo DETRAN/RJ, em 12/11/2014, inscrito no CPF/MF 909.178.047-91, e sua mulher **MÁRCIA VALÉRIA DO NASCIMENTO FERNANDES**, técnica de enfermagem, portadora da carteira de identidade nº 07916548-6, expedida pelo DETRAN/RJ, em 22/06/2015, inscrita no CPF/MF sob nº 984.068.337-34, casados sob o regime da separação total de bens, na vigência da Lei 6.515/77, ambos brasileiros, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 25 de março de 2022, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 643.648,48 (Seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 302, do Bloco 2, do Edifício situado à Rua Gastão Penalva, nº 15, distrito de Andaraí, com direito ao uso indiscriminado de 01 vaga descoberta localizada no pavimento térreo, e 0,0106763 do terreno, que mede 58,00m de frente (Rua Ernesto de Souza), 118,82m, canto chanfrado, 1,83m, pelo lado esquerdo 113,70m, e nos fundos 82,00m em 03 segmentos de 56,50m, 2,83m e 2,58m; confronta à direita com a Rua Ernesto de Souza, na frente com a Rua Gastão Penalva, à esquerda com os nºs 25/29 da Rua Gastão Penalva, e com o nº 158 da Rua Ernesto de Souza, e nos fundos com o nº 148 da Rua Ernesto de Souza e com o referido nº 158. Matrícula nº 83.108 do 10º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 04 de abril de 2022, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 321.824,24 (Trezentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 25/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 04/04/2022 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10119709008, firmado em 28/03/2011, no qual figuram como Fiduciantes **VALDIR COL**, gerente operacional de logística, RG nº 17.845.326-2 -SP, CPF nº 090.368.468-38, e sua mulher **ADRIANA FÁTIMA FERREIRA COL**, do lar, RG nº 21.839.550-4-SP, CPF nº 129.523.908-60, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei 6.515/77, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 25 de março de 2022, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 25/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 04/04/2022 às 14h30

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, [illegible]

... lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

CUNHA — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LEI 9.514/1997 - "PRESENCIAL E ONLINE"

Hugo Leonardo Alvarenga Cunha, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 870, com escritório Av. Indianópolis, 2826, Planalto Paulista - São Paulo/SP, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária **HESA 153 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 17.132.615/0001-74, com sede em Mogi das Cruzes/SP, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145 – 15º andar – Helbor Concept – Edif. Corporate – Jardim Armênia, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel com Alienação Fiduciária em Garantia e Outros Pactos, firmado em **25/04/2019**, no qual figura como fiduciante **EDUARDO MOREIRA**, brasileiro, separado judicialmente, advogado, **RG nº 10377562 SSP/SP, CPF nº 738.510.608-06**, residente e domiciliado à Avenida São João, nº 2380, Apto 211, Torre 4, Edifício Paesaggio, Jardim das Colinas, São José dos Campos/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **30/03/2022 às 10:30 horas**, no Escritório do leiloeiro, situado na Av. Indianópolis, 2.826 - Planalto Paulista, em São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior à **R$ 643.000,55 (seiscentos e quarenta e três mil reais e cinquenta e cinco centavos)**. Caso não haja licitante, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** no dia **06/04/2022 às 10:30 horas**, no mesmo local, com lance mínimo igual ou superior à **R$ 475.562,96 (quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos)** com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído pelo imóvel abaixo. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP.** Parque Residencial Aquarius. A sala comercial nº 1614, localizada no 16º pavimento da Torre A, integrante do empreendimento denominado **CENTRO EMPRESARIAL AQUARIUS BY HELBOR**, situado na Rua Doutor Orlando Feirabend Filho, do loteamento **PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS**, desta cidade, comarca e 1ª circunscrição imobiliária de São José dos Campos, com a área privativa de 33,45m², área de uso comum de 13,2488m², sendo 8,3808m² de área de uso comum de divisão não proporcional de 4,868m² de área de uso comum de divisão proporcional, encerrando a área total de 46,6988m², correspondendo-lhe uma fração ideal do terreno de 0,001092570. Com direito ao estacionamento de 1 veículo de passeio em vaga indeterminada. **Obs:** Ocupado. Desocupação por conta do arrematante. **Matrícula nº 253.588 do 1º CRI de São José dos Campos/SP.** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro www.cunhaleiloeiro.com.br, em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O devedor fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, podendo o fiduciante adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.cunhaleiloeiro.com.br**, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, respeitado o direito de preferência do fiduciante. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, constituindo ônus do interessado verificar suas condições "in loco", previamente à realização do Leilão. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente à 5% sobre o valor de arremate, em cheques separados, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. O arrematante "on-line" terá prazo de 24 horas para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. Havendo arrematação a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias úteis, contados da data do leilão. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado (ITBI, escritura e quaisquer outras despesas). As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 /1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 / 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. **Para mais informações – tel.: (11) 5586.3000 Lances Online no Site: www.cunhaleiloeiro.com.br - Hugo Leonardo Alvarenga Cunha – Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 870**

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Porto Seco no Municipio de Cuiabá-MT

O Chefe da Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal (SRRF01), no uso das atribuições conferidas pelo parágrafo 9º do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Economia nº 284, de 27/07/2020, torna público os procedimentos referentes à Audiência Pública destinada a possibilitar à sociedade o direito de manifestação sobre a documentação objeto da Concorrência de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco, a ser instalado no município de Cuiabá-MT. DATA: 05 de abril de 2022. HORÁRIO: das 9h às 12h (horário de Brasília). LOCAL: A Audiência Pública será exclusivamente em ambiente virtual. A minuta de Edital, os seus anexos e as informações para ingresso em ambiente virtual da audiência pública estão disponíveis na Internet, endereço: "http://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-br/2019/unidades-federativas-uf/df/srrf01-uasg-170018/2022/concorrencia-02-2022-permissao-para-prestacao-de-servicos-publicos-de-movimentacao-e-armazenagem-de-mercadorias-em-porto-seco-a-ser-instalado-no-municipio-de-cuiaba-mt/concorrencia-02-2022-permissao-para-prestacao-de-servicos-publicos-de-movimentacao-e-armazenagem-de-mercadorias-em-porto-seco-a-ser-instalado-no-municipio-de-cuiaba-mt." Também serão aceitas manifestações enviadas para o correio eletrônico licitacao.dipol01@rfb.gov.br até a data da Audiência Pública.

PAULO FARIA MARQUES
Chefe da Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETULINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 029/2022 – Tomada de Preços nº 004/2022

A Prefeitura Municipal de Getulina torna público, que se acha aberto na Secretaria de Licitações o Processo Licitatório nº 029/2022, instaurado na modalidade de Tomada de Preços sob o nº 004/2022, cujo objeto é a execução de obras de infraestrutura urbana (recapeamento asfáltico) em vias públicas do Município de Getulina/SP. O encerramento para a entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta financeira será no dia 07/04/2022, as 09h00min horas, onde logo após o credenciamento das empresas participantes se iniciará a abertura dos mesmos. O Edital completo e anexos, poderão ser adquiridos no site www.getulina.sp.gov.br. Maiores informações ou esclarecimentos, no endereço acima mencionado ou pelos telefones (14) 3552-9222, Ramal 9208.
Antonio Carlos Maia Ferreira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.352/2021 - TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: Registro de preços para aquisição de ração animal e areia para gatos - animais mantidos no Centro de Controle de Zoonoses. Em atendimento à lei complementar nº 123/06 alterada pela lei complementar nº 147/14, há cotas para microempresas ou empresas de pequeno porte. Data da sessão: 01/04/2022. Horário de início da sessão: 09:00 horas. Local da realização da sessão: Sala de licitações da Secretaria de Administração - Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro - São Sebastião-SP. Secretaria de Administração - Departamento de Suprimentos. Taxa para adquirir o edital: R$ 4,00 (quatro reais), ou disponível gratuitamente no site www.saosebastiao.sp.gov.br. São Sebastião, 15 de março de 2022. Reinaldo Alves Moreira Filho. Secretário Municipal de Saúde.

Edital para Recolhimento da Contribuição Sindical 2022 - O **Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Guarulhos e Região SINPOSPETRO Guarulhos e Região**, com sede e foro na cidade de Guarulhos, SP, na Rua Francisco Antonio de Miranda, 136 Bairro Centro CEP: 07090-140 devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 59.645.481/0001-35, registrado no Ministério do Trabalho sob nº 46010.000451/92-20, com fulcro no artigo 606 da CLT, **TORNA PUBLICO e NOTIFICA** em cumprimento ao disposto no artigo 605 da CLT e 8º, inciso IV da CF/88, os proprietários de empresas de postos de serviços de combustíveis e derivados de petróleo do Estado de São Paulo, dos municípios de Arujá, Atibaia, Biritiba Mirim, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Caieiras, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Igaratá, Itaquaquecetuba, Itapira, Jacareí, Joanópolis, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Poá, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano, Tuiuti, Vargem, sobre o recolhimento da Contribuição Sindical/2022, em relação à categoria dos trabalhadores destas empresas, filiados ou não, à luz das alterações advindas com a Lei 13.467/2017 - Reforma Trabalhista. A Contribuição Sindical tem previsão constitucional (art. 8º e 149 - CF/88) e seu recolhimento foi alterado pela Lei nº 13.467/2017, a qual modificou a forma dos descontos, exigindo dos membros da categoria autorização prévia e expressa para sua cobrança. Frente à autorização, o ente empregador efetuará o desconto, cujo cálculo deverá corresponder ao valor de um dia de trabalho (1/30) da remuneração integral (gratificações, prêmios, adicionais, comissões ou outras vantagens pagas a quaisquer títulos) do mês de **MARÇO DO ANO DE 2022**, conforme artigo 580, Inciso I da CLT e será descontada até o dia 31/03/2022 e recolhida à Caixa Econômica Federal em GRCSU (Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana) que contenha o código sindical nº S- 04228 até o dia 30/04/2022, para repasse aos destinatários, nos moldes da Portaria 186/2014 do MTE. Os comprovantes do recolhimento e relação dos empregados deverão ser encaminhados ao sindicato, na forma do artigo 583 § 2º da CLT e da Nota Técnica SRT/TEM nº 202/2009. O não recolhimento até o dia 30/04/2022 importará em multa de 10% (dez por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias com adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, nos termos do art. 600 da CLT. Guarulhos, SP, aos 17 de março de 2022. **Telma Maria Cardia** - Presidente do SINPOSPETRO de Guarulhos e Região.

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 25/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 04/04/2022 às 14h30

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10122324800, firmado em 07/02/2012, no qual figuram como Fiduciantes **RONALDO LUCAS MARTINS**, comerciante, CI-MG-887.862- SSP/MG, CPF 229.910.186-15, e sua mulher **SANDRA COLINA MARTINS**, comerciante, CI-MG-2.647.852-SSP/MG, CPF 392.109.286-87, casados sob o regime da comunhão parcial [illegible]

... lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

COMUNICADO

REPUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2022

A **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais normas complementares pertinentes e de conformidade com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, torna público que se acha aberta licitação abaixo:

PROCESSO ARTESP-PRC-2021/00061
MODALIDADE: Concorrência
TIPO DE LICITAÇÃO: Técnica e Preço
OBJETO: Prestação de Serviços de Apoio e Auxílio para a ARTESP no que tange aos procedimentos regulares de fiscalização e controle operacional do transporte coletivo rodoviário intermunicipal do Estado de São Paulo.

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Rua Iguatemi, nº 105 – 2º Andar – Auditório – Itaim Bibi – São Paulo/SP, designada para o dia 04/05/2022 às 10:00horas

O ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA TÉCNICA, o ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS, o ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO e as declarações complementares serão recebidos pela Unidade Contratante em sessão pública que será realizada no dia, horário e local acima indicados, sendo conduzida pela Comissão Julgadora da Licitação.

O Edital poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico http://www.imprensaoficial.com.br. A versão completa contendo as especificações, desenhos e demais documentos técnicos relacionados à contratação, poderá ser obtida na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico, no endereço eletrônico: www.artesp.sp.gov.br.

ARTESP — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

BIASI LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 25/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 04/04/2022 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10148653708, firmado em 22/07/2020, no qual figuram como Fiduciantes **BRUNO VINICIUS GREGORIO DE OLIVEIRA**, representante, RG nº 7.707.357-4-SSP/PR, CPF nº 036.834.129-17 e sua mulher **CAMILA VIEIRA FERREIRA OLIVEIRA**, comerciante, RG nº 7.614.825-0-SSP/PR, CPF nº 038.980.359-02, ambos brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens em 25/11/2006, residentes e domiciliados em Londrina/PR, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 25** [illegible]

... O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "BELCAIXA COM. DE MATERIAIS DE CONST. LTDA"

FECHAMENTO DO 2º LEILÃO: 21/03/2022 A PARTIR DAS 16h30

GALPÃO INDUSTRIAL - RIBEIRÃO PIRES/SP - CENTRO
ÁREA DE TERRENO: 45.912,00m² | ÁREA CONSTRUÍDA: 334,00m²

Localizado na Avenida Prefeito Valdírio Prisco, nº 1.111, (antiga Avenida Brasil). Matriculado sob nºs. 32.147, 32.148, 32.150 e 32.151 no Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Pires/SP

Lance Inicial: R$ 1.800.000,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 — (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "RIVIERA CAR COMÉRCIO AUTOMOTIVO LTDA"

FECHAMENTO DO 2º LEILÃO: 21/03/2022 A PARTIR DAS 16h00

CASA - VILA MADALENA - SÃO PAULO/SP
ÁREA DE TERRENO: 451,00m² | ÁREA CONSTRUÍDA: 152,00m²

Casa semi-geminada, situada na Rua Ibiraçu, nº 56. Matriculada sob nº 80.295 no 10º CRI da Capital/SP.

Lance Inicial: R$ 952.000,00

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 — (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO - FITMETAL BRASIL - CNPJ nº 12.481.091/0001-03 - **III CONGRESSO ORDINÁRIO -AVISO DE PROSSEGUIMENTO** - Marcelino Orozimbo da Rocha, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico - Fitmetal Brasil, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, faz saber a quem possa interessar que o presente Edital visa dar prosseguimento aos procedimentos relativos ao III Congresso Ordinário, convocado anteriormente por Edital publicado em 06 de janeiro de 2022, que seria realizado nos dias 11 e 12 de fevereiro deste ano em Betim (MG) e adiado em razão do agravamento da pandemia da Covid19. O Congresso será realizado nos dias 22 e 23 de abril de 2022, com início às 13h00 do dia 22 de abril de 2022. As Plenárias serão realizadas em ambiente telepresencial, com parte dos votos tomados à distância, de acordo com a Medida Provisória nº 1.085/2021 e parte de forma presencial na Avenida Bandeirantes, nº 975, Bairro Chácara, Município de Betim, Estado de Minas Gerais, CEP 32670-345. As inscrições deverão ser feitas previamente no endereço eletrônico, congresso@fitmetal.org.br - sendo que os inscritos receberão, posteriormente, as instruções para ingressar no ambiente virtual. Betim, 18 de março de 2022. **Marcelino Orozimbo da Rocha** - Presidente.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 013/2022. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de guias, conforme anexos. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** o dia 30/03/2022 às 14h00min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 17 de Março de 2022.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 44/2022/ UASG Nº 926703
Processo nº: 6700.100481.2021
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos integrantes da Relação Municipal de Medicamentos REMUME 2015 (Itens fracassados do PE 82/2021)
Total de Itens: 22
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 18/03/22 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00.
Endereços: Av da paz, nº 900, bairro jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050, ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital ou http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/
Entrega das Propostas: A partir de 21/03/22 às 08h00 no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br/
Abertura das Propostas: 01/04/22 às 09h (horário de Brasília) no site http://www.comprasnet.gov.br/

Maceió/AL, 17 de março de 2022.
Elizame Guedes Evangelista
Pregoeira/Arser

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2022

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 012/2022. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos para sinalização de trânsito, conforme anexos. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** o dia 30/03/2022 às 09h00min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 17 de Março de 2022.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17354/2021
TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: Aquisição de lentes e armações de óculos para atender pacientes da rede pública. Data da Sessão: 31/03/2022. Horário de Início da Sessão: 09:00 Horas. O Pregão na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do sistema de pregão, na forma eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br). Edital disponível gratuitamente nos sites www.saosebastiao.sp.gov.br e www.bll.org.br. São Sebastião, 17 de Março de 2022. Reinaldo Alves Moreira Filho Secretário Municipal da Saúde

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2022
PROCESSO SEI Nº 20.22.0001.0065519.2021-95
DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 31/03/2022, às 14h
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos leves, emplacados, sem motorista e sem combustível, em regime de quilometragem livre, para transporte de pessoal e de expediente, incluindo manutenção preventiva e corretiva e seguro total, durante o período de 20 (vinte) meses.
LOCAL DA LICITAÇÃO: Exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Comprasnet - SIASG, na página **www.gov.br/compras**.
OBSERVAÇÃO: As interessadas em participar da presente licitação deverão obter o Edital e seus Anexos no período compreendido entre os dias 21/03/2022 e 30/03/2022, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras** ou no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, **http://transparencia.mprj.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes**.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

Encontra-se aberta, na Secretaria de Orçamento e Gestão, a **Concorrência nº 01/2022**, para venda do imóvel: **Item 01** - Venda do imóvel consistente em área total de terreno de 29.640,00m² e área construída de 15.828,80m², situado na Rua Peru, nº 1472, Vila Mariana, no Município de Ribeirão Preto/SP, objeto da Matrícula nº 52.572 e Transcrição nº 38.262, ambas do 2º CRI de Ribeirão Preto/SP.

A realização da sessão pública será no dia **20/04/2022**, às **10 horas**, no Palácio dos Bandeirantes, sito à Avenida Morumbi, nº 4.500, São Paulo - Capital, ocasião que deverá ser apresentado o ENVELOPE Nº 1 - CAUÇÃO e o ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO para o item.

O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no Centro de Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos, situado na Avenida Morumbi, nº 4.500, sala 15 - térreo, das 9h às 17h, ou por intermédio dos endereços eletrônicos **www.imoveis.sp.gov.br** e **www.imprensaoficial.com.br** opção "Negócios Públicos".

Quaisquer esclarecimentos deverão ser solicitados por intermédio do correio eletrônico **celicitacao@sp.gov.br** ou **imoveis@sp.gov.br**

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - LEI 9.514/1997 - " PRESENCIAL E ONLINE "

Hugo Leonardo Alvarenga Cunha, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 870, com escritório Av. Indianópolis, 2826, Planalto Paulista - São Paulo/SP, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária **HESA 153 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 17.132.615/0001-74, com sede em Mogi das Cruzes/SP, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145 – 15º andar – Helbor Concept – Edif. Corporate – Jardim Armênia, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel com Alienação Fiduciária em Garantia e Outros Pactos, firmado em **25/04/2019**, no qual figura como fiduciante **ROSANGELA DOS SANTOS VASCONCELLOS**, brasileira, divorciada, advogada, **RG nº 13385991-SSP/SP, CPF nº 104.335.428-02**, residente e domiciliado à Avenida São João, nº 2380, Apto 211, Torre 4, Edifício Paesaggio, Jardim das Colinas, São José dos Campos/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **30/03/2022 às 10:00 horas**, no Escritório do leiloeiro, situado na Av. Indianópolis, 2.826 - Planalto Paulista, em São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior à **R$ 642.826,65 (seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos)**. Caso não haja licitante, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** no dia **06/04/2022 às 10:00 horas**, no mesmo local, com lance mínimo igual ou superior à **R$ 483.505,70 (quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e cinco reais e setenta centavos)** com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído pelo imóvel abaixo. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP**. Parque Residencial Aquarius. A sala comercial nº 1611, localizada no 16º pavimento da Torre A, integrante do empreendimento denominado **CENTRO EMPRESARIAL AQUARIUS BY HELBOR**, situado na Rua Doutor Orlando Feirabend Filho, do loteamento **PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS**, desta cidade, comarca e 1ª circunscrição imobiliária de São José dos Campos, com a área privativa de 33,36m², área de uso comum de 13,1947m², sendo 8,3417m² de área de uso comum de divisão não proporcional e 4,853m² de área de uso comum de divisão proporcional, encerrando a área total de 46,5547m², correspondendo-lhe uma fração ideal do terreno de 0,001089393. Com direito ao estacionamento de 1 veículo de passeio em vaga indeterminada. **Obs:** Ocupado. Desocupação por conta do arrematante. **Matrícula nº 253.585 do 1º CRI de São José dos Campos/SP**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro **www.cunhaleiloeiro.com.br**, em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O devedor fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, podendo o fiduciante adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.cunhaleiloeiro.com.br**, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, respeitado o direito de preferência do fiduciante. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, constituindo ônus do interessado verificar suas condições "in loco", previamente à realização do Leilão. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, em cheques separados, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. O arrematante "on-line" terá prazo de 24 horas para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. Havendo arrematação a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias úteis, contados da data do leilão. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado (ITBI, escritura e quaisquer outras despesas). As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 / 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 / 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. **Para mais informações – tel.: (11) 5586.3000 Lances Online no Site: www.cunhaleiloeiro.com.br - Hugo Leonardo Alvarenga Cunha – Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 870**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE SUSPENSÃO E NOVA DATA PARA ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Paraibuna torna público que suspende a abertura da licitação apresentada abaixo, com data para realização do certame para o dia 28/03/2022 às 09:00 horas e ***comunica abertura com nova data para o dia 01/04/2022, às 09:00 horas***. **Motivo:** Retificação do Edital.
Modalidade: Pregão Presencial N°. 0009/2022 - Edital N° 0015/2022. **Objeto:** Aquisição de relógio de ponto digital com arquivo AFD e crachá para os Departamentos da Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Por Lote Único.
Informações: Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.
Paraibuna, 18 de março de 2022. Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

bradesco | **LEILÃO SOMENTE ONLINE 21 IMÓVEIS**
FECHAMENTO: 24/03/2022 a partir das 11h00

Imóveis localizados: AM BA CE MG MS PR RJ RS SP

✔ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✔ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

LOTE 16 - SÃO PAULO/SP
APARTAMENTO nº 74, C/ 01 VAGA DE GARAGEM
Rua Jaime Taveira, 91, esquina c/ Rua Vicente de Souza Barros - Cond. Oggi Penha (7º pav. do bl. B) - vaga indeterminada
BAIRRO CHÁCARA CRUZEIRO DO SUL
Área Privativa: 50,351m²
LANCE MÍNIMO: R$ 143.000,00

LOTE 21 - SÃO PAULO/SP - APARTAMENTO nº 131 C/ 04 VAGAS DE GARAGEM E 01 DEPÓSITO-TIPO
Rua Dr. Francisco Degni, 51 - Ed. Toulouse Lautrec (13º andar), vagas indeterminadas e depósito indeterminado (1º e 2º subsolos e pavimento térreo)
PARQUE MORUMBI
Área Útil: 228,78m²
LANCE MÍNIMO: R$ 346.000,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro.
Mais informações: **www.banco.bradesco/leiloes**

(11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 025/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DE PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO (PPCI) DO PRÉDIO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES, LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO DE GUARARAPES/SP, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANILHA DE BDI E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXOS AO PRESENTE EDITAL. ENCERRAMENTO: 05/04/2022 ÀS 09:30 HORAS ABERTURA: 05/04/2022 ÀS 10:00 HORASLOCAL: Os documentos para habilitação e os envelopes propostas, deverão ser protocolados até as 09:30 horas do dia 05/04/2022, na Seção de Expediente da Prefeitura Municipal de Guararapes, sito à Avenida Marechal Floriano, 565, neste Município de Guararapes/SP, sendo abertos às 10:00 horas do mesmo dia, no prédio localizado a Rua Prudente de Moraes, 575-Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolim Telles nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br Guararapes, 17 de março de 2022 Maria Marta Justi Dirª Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

SINDSEF-SP

AVISO À POPULAÇÃO

O SINDSEF-SP - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, vem comunicar à população do estado de São Paulo que a categoria profissional dos trabalhadores do serviço público federal do estado de São Paulo deliberou, em assembleia regularmente convocada e realizada no dia 16 de março de 2022, pela deflagração de greve por tempo indeterminado a partir da zero hora do dia 23 de março de 2022, objetivando o alcance da justa reivindicação de REPOSIÇÃO SALARIAL EMERGENCIAL DE 19,99%. A ausência de reposição salarial acumulada há vários anos implica na redução dos salários, em prejuízo aos trabalhadores do serviço público e de toda a sociedade, atendida pelos serviços públicos. A greve se justifica, e é adotada como último recurso, frente a ausência de espaço negocial efetivo junto ao Poder Executivo Federal. Contamos com a compreensão e apoio de toda a população.

São Paulo, 18 de março de 2022.
SINDSEF-SP - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 03/2022
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2022

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de uniformes e mochilas escolares, destinados aos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Igaraçu do Tietê. Extrato de Ata de Registro de Preços nº 03/2022. Fornecedora Registrada: G. L. Comércio e Serviços Eireli ME. Preço Registrado: Lote I - Item 1, valor unitário R$ 22,30 (vinte e dois reais e trinta centavos), valor total estimado: R$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais); Item 2, valor unitário R$ 24,00 (vinte quatro reais), valor total estimado: R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); Item 3, valor unitário R$ 22,00 (vinte e dois reais), valor total estimado: R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais); Item 4, valor unitário R$ 36,50 (trinta e seis reais e cinquenta centavos), valor total estimado: R$ 182.500,00 (cento e oitenta e dois mil e quinhentos reais); Item 5, valor unitário R$ 46,40 (quarenta e seis reais e quarenta centavos), valor total estimado: R$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais); Item 6, valor unitário R$ 86,50 (oitenta e seis reais e cinquenta centavos), valor total estimado: R$ 432.500,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos reais); Item 7, valor unitário R$ 37,00 (trinta e sete reais), valor total estimado: R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais). Valor global do lote: R$ 1.715.000,00 (um milhão e setecentos e quinze mil reais). Lote II - Item 1, valor unitário R$ 80,00 (oitenta reais), valor total estimado: R$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos reais); Item 2, valor unitário R$ 85,00 (oitenta e cinco reais), valor total estimado: R$ 251.600,00 (duzentos e cinquenta e um mil e seiscentos reais). Valor global do lote: R$ 414.800,00 (quatrocentos e catorze mil e oitocentos reais). Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. Assinatura dia 17 de março de 2022. Ricardo Verpa Costa da Silva - Prefeito Municipal.

Pro Magno Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 11.504.039/0001-62 - NIRE 3530037621-8
Edital de Convocação

Data e hora da assembleia: Será realizada no dia 23/03/2022, às 17hs, em primeira convocação, ou às 17:30hs em segunda convocação. **Local:** a assembleia será realizada de forma híbrida, por meio da plataforma Zoom (através do link https://us02web.zoom.us/j/83638877081) ou na sede social da companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Professora Ida Kolb, nº 513, Casa Verde, CEP 02518-000. **Ordem do dia:** deliberar a respeito da proposta de alteração do estatuto social a fim de refletir a a. extinção do Conselho de Administração; e b. estipulação das condições de criação dos Comitês Consultivos de Assessoramento (Art. 25 § 1º e 2º). O voto de cada acionista para a deliberação da ordem do dia em Assembleia Geral Extraordinária será realizado tanto por meio da participação presencial como da remota. A companhia esclarece que a assembleia digital será gravada em áudio e vídeo e ficará arquivada em sua sede por, no mínimo, dois anos. **Obs. adicional:** O acionista que optar participar desta assembleia convocada, por meio de representante, no caso de pessoa jurídica ou procurador e no caso de pessoa física, cumprindo as exigências do artigo 126, § 1º da Lei 6.404/76, deverá encaminhar até 30 (trinta) minutos antes da primeira convocação instrumento adequado que comprove seus poderes para participar da assembleia geral convocada, especificamente para deliberar sobre esta ordem do dia, para o endereço eletrônico adm1@promagno.com.br. A assembleia é convocada pelo Conselho de Administração. Umberto Milo; Jamil Abdallah Ismael Rima; Leo Theodoro Borghoff D'Azevedo; André Cutait; Soheil Eftekhari - Membros do Conselho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 048/2022/ UASG Nº 926703
Processo nº: 6700/14298/2021.
Objeto: Pregão Eletrônico – Registro de Preços para aquisição de Eletrodomésticos.
Total de Itens Licitados: 35
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 23/03/2022 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00.
Endereços: Avenida da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL - CEP: 57022-050, ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital ou http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/
Entrega das Propostas: A partir de 23/03/2022 às 08h00 no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br/
Abertura das Propostas: 07/04/2022 às 09h00 (horário de Brasília) no site http://www.comprasnet.gov.br/

Maceió/AL, 17 de março de 2022
Divanilda Guedes de Farias
Pregoeira/ARSER

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 49/2022 UASG Nº 926703
Processo nº: 6700.084444/2021
Objeto: Registro de Preços para Prestação de Serviços Funerários com fornecimento de urnas e translado.
Total de Itens Licitados: 01.
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 22/03/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h às 17h30.
Endereços: Av. da Paz, n.º 900, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050, ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital ou http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/
Entrega das Propostas: A partir de 22/03/2022 às 08h00 no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br/
Abertura das Propostas: 01/04/2022 às 10h00 (horário de Brasília) no site http://www.comprasnet.gov.br/

Maceió/AL, 17 de março de 2022.
Luci Valério de Albuquerque
Pregoeira – CPL/ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 001/2022 – Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS DE ARQUITETURA, a serem utilizados sob demanda para atender o SISTEMA FIEPE, contemplando as unidades do SENAI AREIAS – REFORMA E SENAI SANTO AMARO - REFORMA 1º AO 3º PAVIMENTOS. **Data de abertura: 23/03/2022 – 09:00h – SENAI - Presidente: Cláudia Vital Rocha Soares.**

CARTA CONVITE Nº 001/2022 – Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de arquitetura, a serem utilizados sob demanda para atender o SISTEMA FIEPE, contemplando as UNIDADES DO SESI CARUARU - ESCOLA DE REFERÊNCIA, SESI GOIANA E CASA DA INDUSTRIA - REFORMA TÉRREO AO 4º PAVIMENTO. **Data de abertura: 24/03/2022 – 09:00h – SESI - Presidente: Márcio Costa**
Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, no site: **www.pe.senai.br** e **www.pe.sesi.br** ou pelo telefone 81 3412-8504 / 8322, e-mail: **licitacao@sistemafiepe.org.br** e no Edif. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 18 de março de 2022.
Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial, para Aquisição de Vale Alimentação, destinado ao setor da Saúde, na forma do Edital.** Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia 31 de Março de 2022, até às 09h00min, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217. Monções/SP – 17 de Março de 2022. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 358/2022 -
CHAMADA PÚBLICA 01/2022 - PROCESSO Nº 15/2022

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta Dispensa de Licitação - Chamada Pública objetivando Aquisição de alimentos de agricultores familiares, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, conforme especificações descritas no Termo de Referência. Vencimento: 12/04/2022 às 09h00. Informações: Setor de Licitações - Praça Deocleciano Ribeiro, 444, Centro, CEP 18870-011 - Fartura-SP. Telefone: (14) 3308-9300. Site: www.fartura.sp.gov.br - E-mail: setordelicitacao@fartura.sp.gov.br. Fartura, 17 de março de 2022.
LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

Sompo Seguros S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80 - NIRE 35.300.051.521
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sompo Seguros S.A. ("Companhia") para a realização da **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **28 de março de 2022**, às **9h30min**, na sede social da Companhia, na Rua Cubatão, nº 320, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-001, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 2021; e (2) Fixar a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, referente ao exercício social corrente. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia todos os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital.

São Paulo, 17 de março de 2022
SOMPO SEGUROS S.A.
Katsuyuki Tajiri - Presidente do Conselho de Administração

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD
EDITAL Nº 1/2022 – CONTRATO 74/2021/SP – LEILÃO – BENS MÓVEIS

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas-SENAD, c/ apoio da Estrutura Organiz. do Estado de São Paulo, neste ato repres. p/ Comissão Perm. de Avaliação e Alienação de Bens, torna público que no **dia 04/04/22, c/ encerr. a partir das 14h**, exclusiv. p/ site **www.gilsonleiloes.com.br** será realizado LEILÃO, p/ maior lance, p/ venda dos bens móveis (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). **Processo 08129.010911/2021-43**. Leiloeiro: **Gilson Keniti Inumaru**, p/ força do **contrato nº 74/2021/SP**. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, a SENAD e a CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira respons. do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato da arrematação, p/ cada lt., p/ lance virtual, o sistema emitirá boleto bancário no valor de 25% da arrematação, correspondendo esse montante, respectivamente aos 5% relativos à comissão do Leiloeiro e, 20% relativos à caução, p/ arrematação do bem propriamente dito. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimento no curso do leilão, na fase de lances virtuais, p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais, serão prestadas p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, através do e-mail **comissaoleilaossp@sp.gov.br** e em horário comercial no telefone 0800-707-9339, c/ o Leiloeiro Púb. Oficial GILSON KENITI INUMARU. **O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado.** São Paulo/SP, 16/03/22.
Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo
Resolução SSP nº 72/19, alterada pelas Resoluções SSP nºs 063/20 e 77/20
Antônio Carlos Heib – Presidente da Comissão

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 28/2019
Concorrência Pública 03/2019
Termo de Prorrogação do Contrato nº 46/2019

Empresa Contratada: Neec Construtora LTDA. Objeto: A presente licitação visa a contratação de empresa de engenharia para o fornecimento de material, mão de obra e equipamentos para a execução de obras ne serviços objetivando a conclusão da Escola Estadual Fazenda Vista Alegre, nos exatos termos do Projeto, Memorial Descritivo, planilha orçamentária e demais anexos deste Edital. Pelo presente instrumento, e com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual em mais 02 (dois) meses, contados a partir do prazo previsto no instrumento original, mantendo o preço originalmente contratado. Dia 25 de fevereiro de 2022. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 83/2021
Pregão Presencial nº 54/2021
Termo de Aditamento do Contrato nº 65/2021

Empresa Contratada: Jorge Asensio e Asensio LTDA. Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de combustíveis, sendo óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e etanol, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal. Pelo presente instrumento, e com fundamento nos artigos artigo 57, inciso II e 65, § 1º (aditamento) da Lei Federal nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual em até 30 (trinta) dias, bem como aditar o contrato em vigor em aproximadamente 4,42% (quatro vírgula quarenta e dois por cento) do seu objeto correspondente ao valor de R$ 34.760,00 (trinta e quatro mil e setecentos e sessenta reais), mantendo assim o preço originalmente contratado. Dia 25 de fevereiro de 2022. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

Salus Cooperativa de Trabalho de Profissionais da Área da Saúde

CNPJ 27.101.874/0001-91
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente nomeada Adriana Marostica, da Salus Cooperativa de Trabalho de Profissionais da Área da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados ativos, que nesta data são em número de **225**, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se de forma híbrida através de vídeo conferência e presencialmente na Avenida Jabaquara 2940 – Mirandópolis – São Paulo, no dia 28/03/2022, **às 10:00 horas** com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; **às 10:15 horas** com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; **ou às 10:30 horas**, com a presença de 25 (vinte) sócios ou no mínimo 20% (vinte por cento) dos sócios, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: 1) Apresentação da Prestação de Contas de 2021, Balanço Geral e Demonstrativo das Sobras Apuradas e/ou das Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal; 2) Plano de Atividades para a Cooperativa para o exercício de 2022;. A Assembleia será realizada, conforme as regras sanitárias do estado do São Paulo, quanto ao distanciamento social e prevenção à Covid19. São Paulo 17 de Março de 2022. Adriana Marostica – Presidente.

Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP

CNPJ nº 62.088.042/0001-83 NIRE Nº 35300032071
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De ordem do Liquidante da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Em Liquidação, ficam convocados os Senhores Acionistas para a Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária, cumulativas, a realizar-se no dia 30 de março de 2022, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Pamplona, 227, 16º andar, São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Assuntos da Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores e Liquidante, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao Exercício Social de 2021; 2. Deliberar sobre a Destinação do Resultado do Exercício. II. Assuntos da Assembleia Geral Extraordinária: 1. Apreciação e votação do relatório dos atos e operações da liquidação e suas contas finais, nos termos do artigo 210, VIII da Lei Federal nº 6.404/76; 2) Partilha do patrimônio remanescente entre os acionistas, nos termos do inciso IV do artigo 210 da Lei Federal nº 6.404/76; 3) Encerramento da Liquidação e Extinção da Companhia nos termos do artigo 219, inciso I, da Lei Federal nº 6.404/76; 4) Fechamento da matriz; 5) Outros assuntos pertinentes à Liquidação e Extinção da Companhia.

São Paulo, 17 de março de 2022
Marcos da Paz da Silva, Liquidante.

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP, avisa que se acham abertas as inscrições à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, registrada sob nº 06/2022, que objetiva a contratação de empresa especializada para execução de obras da Reforma e Ampliação no Prédio das Escolas EMEIF Profª Thereza Siqueira Mendes e EMEIF Prof Benedicto de Lima, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Projetos elaborados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos desta Prefeitura Municipal, com fornecimento de materiais/equipamentos e mão de obra, por tempo determinado, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo o seu encerramento às 09h00 do dia 05 de abril de 2022, com a abertura dos envelopes às 09h30 do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Seção de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito a Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, por e-mail licita@santafedosul.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, em 16 de março de 2022. EVANDRO FARIAS MURA PREFEITO

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2022 - PROCESSO N.º 195/2022

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Pregão Presencial n.º 13/2022, do tipo menor preço, destinada a seleção de proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição parcelada de madeiras a serem utilizadas em reformas e construções de pontes em vias rurais do município, (incluindo-se os serviços de transporte), a ser utilizada pela Secretaria de Obras do município de São Miguel Arcanjo**, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital: através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para compras3@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou compras1@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, sem ônus aos interessados solicitantes. Encerramento: às 09:15 horas do dia 12 de abril de 2022. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º 53, Centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 17 de março de 2021. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM/SP** comunica aos interessados a abertura do Processo nº 09/22, Pregão Presencial nº 01/22 para: **"Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos educacionais do tipo chromebook educacional, gabinete móvel de recarga e painel interativo para utilização na Rede Municipal de Educação pelo período de 12 (doze) meses"**. A sessão pública será no dia 31/03/2022 às 14h00. O edital na íntegra poderá ser obtido no site: www.jumirim.sp.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@jumirim.sp.gov.br. Maiores informações pelo fone: (15) 3199-9800.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM/SP** comunica aos interessados a abertura do Processo nº 340/22, Pregão Presencial nº 05/22 para: **"Registro de Preços para eventual e parcelada aquisição de materiais/equipamentos eletrônicos e de informática, para as Secretarias da Prefeitura do Município de Jumirim"**. A sessão pública será no dia 01/04/2022 às 09h00. O edital na íntegra poderá ser obtido no site: www.jumirim.sp.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@jumirim.sp.gov.br. Maiores informações pelo fone: (15) 3199-9800.

Jumirim, 17 de março de 2022.
Daniel Vieira. - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA/SP

EXTRATO DE EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2022

A Prefeitura Municipal da Estância Climática de Nuporanga, Estado de São Paulo, torna pública que se encontra aberta a licitação pública, modalidade **TOMADA DE PREÇOS DE MENOR VALOR GLOBAL**, que tem como objeto a **EXECUÇAO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO DE VIAS PUBLICAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE CONVENIO 102020/2021 FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE NUPORANGA E A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO**, bem como a **SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE PREÇOS** terá início no dia **12 de abril de 2022, às 09:00 horas**, **no Departamento de Compras, Licitações e Almoxarifado, sito na praça Eloy Lima, 260, centro, Nuporanga/SP.** Os interessados poderão adquirir a íntegra do Edital pelo site oficial da Prefeitura Municipal: www.nuporanga.sp.gov.br/licitacoes, ou no Departamento de Licitações, no endereço já descrito acima, trazendo um pen drive para que possa ser gravado o Edital, das 09:00 ao 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

Nuporanga, 18 de março de 2022. Daniel Viana Melo PREFEITO MUNICIPAL

Andando de lado

Economia está estagnada há quatro anos, culpa não é só da Covid e de Putin

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.

A economia brasileira começou o ano estagnada. Segundo o índice IBC-Br divulgado nesta quinta (17), a atividade econômica voltou ao nível pré-Covid, que, por sua vez, é praticamente o mesmo do início de 2018 (como me lembrou o economista Ricardo Barboza).

Traduzindo do economês, a economia brasileira está "andando de lado" há quatro anos, e não é possível colocar toda essa estagnação na conta da Covid, tampouco do recente "choque Putin". Parte do problema vem de dois erros de política macroeconômica, cometidos em 2017, pelo time Temer.

Primeiro, quem acompanha esta coluna sabe que, desde 2017, vinha fazendo o alerta de que a aposta em uma rápida consolidação fiscal tinha mais chance de dar errado do que de dar certo. As evidências empíricas demonstram que, na maioria dos casos, uma contração fiscal é contracionista. Por esse motivo, na saída de uma recessão, é prudente esperar a economia se recuperar antes de começar a reequilibrar o Orçamento.

No Brasil, fizemos exatamente o contrário. A partir de 2017, adotamos o teto Temer de gasto e começamos a tentar reduzir a despesa real per capita da União, apostando que, com isso, haveria recuperação da confiança e a economia voltaria a crescer rapidamente, puxada pelo gasto privado e fazendo o gasto público cair em proporção do PIB.

A realidade não seguiu a ideologia do time Temer. Antes da Covid, o crescimento efetivo da economia já tinha decepcionado. Depois, passada a flutuação em "V" do PIB devido à pandemia, o gasto primário da União terminou 2021 praticamente no mesmo patamar de 2015, 18,7% do PIB, quando avaliamos coisas comparáveis. O cálculo está detalhado no Blog do Ibre e ele significa que, assim como o PIB, o gasto primário também andou de lado.

Segundo, em paralelo à consolidação fiscal prematura, a partir de 2017 o governo Temer começou uma redução gradual de nossa meta de inflação, de 4,25% para 3% ao ano. A redução tende a ser benéfica a longo prazo, puxando consigo as taxas de juro nominal, mas o problema está na transição. Diminuir meta de inflação requer taxa de juro real temporariamente elevada e, portanto, não é recomendável fazer isso em uma economia que está saindo de uma grande recessão, como era o caso do Brasil de 2017.

Cinco anos depois, diante dos choques de preços causados pela Covid (gargalos em várias cadeias produtivas) e pela guerra na Ucrânia (aumento dos preços de commodities), nossa inflação anual voltou a 10% e deve permanecer nesse patamar até o meio do ano. Nesse contexto, o Banco Central corretamente já desistiu de cumprir a meta de inflação estabelecida para 2022 (3,5%). O novo desafio é cumprir as metas estabelecidas para 2023 (3,25%) e 2024 (3%), o que vai requerer um juro real mais elevado a curto prazo.

Diante dos custos econômicos e sociais de uma desinflação rápida, alguns colegas já começaram a defender que o BC trabalhe com "metas ajustadas" de inflação para 2023-24. Traduzindo do economês, o BC deveria subir o juro para reduzir a inflação como vem fazendo, mas calibrar a dose para não empurrar a economia muito mais para baixo. O Copom parece que entendeu isso ao sinalizar que pode parar o aumento de juro em 12,75% em sua próxima reunião, mas a situação nacional e internacional ainda é muito incerta para saber o que vai acontecer.

Se chegarmos a junho com inflação em 10% e Selic entre 12% e 13%, como espera o mercado, estaremos muito próximos da situação no final de 2015, ou seja, também teremos andado de lado na política monetária.

|DOM. Samuel Pessôa |SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos |TER. Michael França, Cecilia Machado |QUA. Helio Beltrão |QUI. Cida Bento, Solange Srour |SEX. Nelson Barbosa |SÁB. Marcos Mendes, **Rodrigo Zeidan**

Agronegócio menos pujante aguarda o próximo presidente

Custo elevado e dificuldade na obtenção de insumos vão reduzir renda do produtor, com consequências para o PIB

GUERRA NA UCRÂNIA
ANÁLISE

Mauro Zafalon

SÃO PAULO O próximo presidente não vai encontrar uma situação tão confortável no agronegócio como a ocorrida nos anos recentes.

A atividade agrícola deverá perder o ritmo acelerado que vinha tendo, principalmente devido a custos elevados e a dificuldades na obtenção de insumos.

As margens de lucro dos produtores deverão ficar distantes das do ano passado. Em 2018 e em 2019, períodos de baixa inflação, as receitas agrícolas nominais foram de 19% e de 4%, respectivamente. Em 2020, atingiram 48%, subindo para 63% no ano passado.

Os números são da Consultoria MacroSector, cujo diretor, Fábio Silveira, prevê um patamar bem menor de receitas neste ano. Essa queda de liquidez vai impactar também as lavouras de 2023.

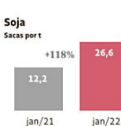
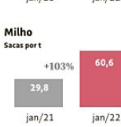
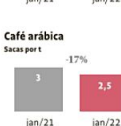
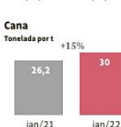
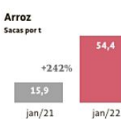
As receitas menores no campo, segmento que tem alimentado a economia brasileira, ocorrem exatamente em um momento em que a economia global passa por um realinhamento, segundo Silveira.

Após uma pandemia, que desacelerou as economias e reduziu a oferta mundial de insumos e de componentes industriais, vem uma guerra, que realinhará novas alianças comerciais.

Nesse novo mundo que está se desenhando, o fluxo do petróleo é um dos principais componentes em jogo. E ele é importante para a agricultura. Além disso, a guerra afeta países tradicionais no fornecimento de grãos.

Ao excelente desempenho do setor agropecuário em 2021 segue-se uma série de dificuldades a partir de agora.

Elas passam por quebra no ritmo normal da oferta de petróleo, restrição no fornecimento e no transporte de fertilizantes, dificuldade na oferta de agroquímicos e preços elevados em toda a cadeia agrícola, além de outros riscos, avalia Silveira.

A economia brasileira, que teve uma indústria na lona e um setor de serviços com pouco crescimento, mas um agronegócio vibrante nos últimos anos, poderá ver também a agropecuária patinar a partir de agora.

O biênio 2022/23 certamente será bem mais modesto no agronegócio do que foi nos anos anteriores. Além de problemas no fornecimento e nos preços dos insumos, o setor terá dificuldades no financiamento. O crédito está ficando caro.

Para Silveira, a grande questão é quando e como vão chegar os fertilizantes para o início de plantio da safra 2022/23.

Com um peso muito grande no custo de produção agrícola, ficando próximo de 30%, dependendo do produto, os fertilizantes já vinham subindo nos últimos meses, mas agora terão impacto ainda maior apos a invasão da Ucrânia pela Rússia.

A MacroSector acompanhou a relação de troca nos últimos 12 meses e, em alguns casos, essa relação ficou extremamente desfavorável ao agricultor.

Em janeiro de 2021, com 12,2 sacas de soja os produtores adquiriam uma tonelada de fertilizante com os nutrientes específicos para essa cultura. No mesmo mês deste ano, eram necessárias 26,6 sacas, 118% a mais, segundo a consultoria.

À exceção do café, todos os principais produtos agrícolas perderam nessa relação. O café teve ganhos porque os preços da commodity dispararam, devido a geadas e quebra de safra no Brasil, principal produtor mundial.

No caso da cana-de-açúcar, também houve uma deterioração na relação de troca, mas com um percentual menor do que o dos demais produtos. Um dos principais pesos no custo da cana, no entanto, é o diesel, que vem refletindo a alta do petróleo.

O exemplo mais gritante na perda de relação encontrada pela MacroSector foi o do arroz.

Em janeiro do ano passado, os orizicultores entregavam 15,9 sacas do cereal por uma tonelada de fertilizante. Neste ano, foram 54,4, com aumento de 242%.

O peso do fertilizante no bolso do produtor

Relação de troca dos agrícolas com uma tonelada de adubo

Algodão
Arrobas por t

Arroz
Sacas por t

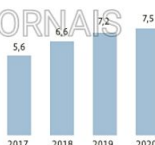
Cana
Tonelada por t

Café arábica
Sacas por t

Milho
Sacas por t

Soja
Sacas por t

Fonte: Consultoria MacroSector

O peso dos fertilizantes russos e a demanda brasileira

Não vai ter potássio para todos em 2022, diz empresa de fertilizantes

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO A guerra envolvendo a Rússia e a Ucrânia fará com que não haja potássio para atender toda a demanda global neste ano, avalia Cristiano Veloso, presidente-executivo e fundador da Verde Agritech, empresa de fertilizantes potássicos instalada em São Gotardo (MG) e que anunciou a ampliação da sua produção após o início do conflito no Leste Europeu.

O Brasil é altamente dependente da importação de fertilizantes, e a Rússia é o segundo maior produtor no mundo, com 19% do mercado.

As sanções impostas ao país governado por Vladimir Putin fizeram com que a Rússia recomendasse aos fabricantes de fertilizantes a suspensão das exportações, como retaliação.

O conflito, aliado às dificuldades logísticas para desembaraço aduaneiro de fertilizantes e aos problemas já existentes no setor, compõe um cenário crítico para as exportações em 2022, na avaliação do executivo.

"Infelizmente, neste ano, não vai ter potássio para todo o mundo [...], e quem vai sofrer mais com isso vai ser a população mais simples, seja do Brasil, seja do mundo. Se você não alimenta a planta, ela não produz o que deveria estar produzindo e, quando ela não produz o que deveria estar produzindo de alimento, vai ter muito menos alimento, infelizmente, no mundo. Isso vai acabar acontecendo", disse Veloso.

Em 2021, o Brasil importou da Rússia 9,3 milhões de toneladas de fertilizantes, 24% mais que os 7,5 milhões de toneladas do ano anterior, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

De acordo com ele, há outros aspectos que podem piorar o já crítico cenário, como o risco de greve numa ferrovia canadense pela qual escoa o potássio do país. O Canadá foi responsável por 32% dos embarques ao Brasil desde 2017.

"[O Canadá] Já tem um gargalo na logística de exportação e tem mais esse agravante. Se quiser complicar mais esse cenário, se é que precisa, praticamente todo ano uma dessas minas de potássio convencionais, por questões geológicas mesmo, são minas muito profundas, a 1.500 m, 2.000 m de profundidade, tem um problema muito grande com infiltração de água. Frequentemente perde-se mina."

Infelizmente, neste ano, não vai ter potássio para todo o mundo [...], e quem vai sofrer mais com isso vai ser a população mais simples, seja do Brasil, seja do mundo

Cristiano Veloso, Verde Agritech

Veloso elogiou o Plano Nacional de Fertilizantes lançado no dia (11) e disse que o impacto na Verde Agritech será positivo.

Com projeto aprovado no Ministério de Minas e Energia que permite suprir 33% da demanda atual brasileira por potássio, o executivo afirmou que a empresa, com 300 funcionários, tem trabalhado para viabilizar as expansões o mais rapidamente possível e projeta atingir essa produção num horizonte de cinco a dez anos.

Para isso, porém, disse que depende de conexão com a malha ferroviária e prega que os governos estaduais e municipais também tenham como prioridade minimizar os impactos da crise.

A Verde Agritech fechou 2021 com cerca de 400 mil toneladas produzidas e, com a expansão, terá capacidade para a produção de até 3 milhões de toneladas anuais.

A operação em São Gotardo não necessita de barragem e o potássio é livre de cloro, diferentemente do cloreto de potássio importado. A fonte da produção é o siltito glauconítico, uma rocha esverdeada.

656.487 mortes
484 óbitos registrados entre quarta e quinta

29.525.683 casos
49.294 infecções foram diagnosticadas em 24 horas

Máscara deixa de ser obrigatória em ambientes fechados no estado de SP

Proteção ainda será exigida, porém, em hospitais, transporte público e estações de metrô e trem

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO O uso de máscara deixa de ser obrigatório em ambientes fechados no estado de São Paulo a partir desta quinta (17). O governador João Doria (PSDB) anunciou a decisão durante o programa "Brasil Urgente" (Band), do apresentador José Luiz Datena, pré-candidato ao Senado na chapa encabeçada pelo PSDB em São Paulo.

A medida foi publicada no decreto nº 66.575, em edição extra do Diário Oficial nesta quinta, com efeito imediato. Com isso, o uso de máscara não será mais exigido em locais fechados no estado.

Hospitais, serviços de saúde, transporte público e locais de acesso, como estações de metrô e trem e terminais de ônibus, porém, são exceções. Nesses locais, a proteção contra a Covid-19 ainda será obrigatória em São Paulo.

O uso de máscara também continua obrigatório em aviões e em espaços de acesso controlado de aeroportos, como a área de embarque, por norma da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Durante o programa, o tucano afirmou que estava emocionado com o fim da exigência de uso de máscara. "Estou até emocionado, Datena. Estamos há 24 meses utilizando a máscara. Tive que usar como forma de exemplo. Com o controle da pandemia, podemos caminhar sem a obrigatoriedade da máscara nos ambientes fechados, obviamente nos abertos também, como estava liberado desde semana passada", disse o governador de SP.

"O uso de máscara é opcional. Recomendamos a todos os cuidados, que continuem lavando as mãos. Que todos possam contribuir para que não precisamos mais utilizar as máscaras."

Doria definiu a situação como "momento de alegria, de festejar". "Mas cuidado, continue com sua cautela. Se você achar que deve usar máscara, use. Continue com seu álcool gel na sua casa, carro, trabalho. Mas estamos decidindo através da ciência", disse.

A medida é válida para os 645 municípios de SP, independentemente do nível de imunização em crianças e adolescentes em cada cidade. As prefeituras, porém, podem optar por manter medidas mais rígidas para o uso de máscara.

Na capital paulista, o decreto será seguido. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) disse à **Folha** que acompanhará a flexibilização. "Vamos seguir, até porque a cidade de São Paulo tem indicadores melhores do que a média do estado. Temos hoje 83% das crianças vacinas com primeira dose, 100% dos adolescentes e adultos com a segunda dose, 70% dos adultos com a terceira dose. Vamos seguir, mantendo a obrigatoriedade nos transportes coletivos e nos hospitais", disse.

Já em Campinas, no interior do estado, a prefeitura anunciou que só se pronunciará a respeito nesta sexta (18).

De acordo com o governo estadual, locais privados, como escritórios e shoppings, também têm autonomia para manter a exigência do uso de máscara, se desejarem.

Para a flexibilização, a gestão Doria diz que foi levado em consideração o fato de 14 dias depois do feriado de Carnaval ter sido observada uma manutenção da melhora dos indicadores epidemiológicos.

"Os especialistas levaram em consideração o índice de vacinação com duas doses no estado, que atingiu a meta definida pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e do MS (Ministério da Saúde), de 90% da população elegível, ou seja, acima de 5 anos imunizada", diz o governo, em nota.

A obrigatoriedade do uso de máscara em local fechado no estado era a última medida remanescente de uma série de restrições impostas para conter o coronavírus nos últimos dois anos. O pacote de regras, em tempos anteriores, incluiu toque de recolher, fechamento do comércio e de escolas e, posteriormente, limitação da quantidade de público nos locais, entre outras exigências.

No dia 9 deste mês, conforme antecipado pela **Folha**, a máscara deixou de ser obrigatória em espaços abertos no estado de SP. A exigência, no entanto, ainda valia para os ambientes fechados.

Até semana passada, o governador e o Comitê Científico do estado trabalhavam com a previsão de anunciar o final da regra para lugares fechados até o final deste mês. Na última sexta (11), Doria disse que a população estaria livre da máscara, em definitivo, a partir do dia 23 deste mês.

O governador, contudo, antecipou o anúncio no programa de Datena —seu provável aliado nas eleições de 2022. Na segunda (14), o apresentador confirmou a sua candidatura ao Senado, na chapa de Rodrigo Garcia (PSDB), atual vice de Doria e que concorrerá ao Palácio dos Bandeirantes em outubro deste ano.

Garcia deverá assumir o governo, de forma interina, em abril, para que Doria se dedique à corrida presidencial. Datena deverá concorrer ao Senado Federal pelo União Brasil, sucessor do antigo PSL, ao qual era filiado.

Desde maio de 2020 o uso de máscara era obrigatório em São Paulo, sob pena de infração e inclusive prisão. A infração prevista era de R$ 552,71.

A Vigilância Sanitária Estadual realizou 10.742 autuações de julho de 2020, quando se encerrou o período de adaptação à norma, até fevereiro deste ano.

A flexibilização das máscaras em locais abertos do estado, válida desde o dia 9 deste mês, foi justificada pela equipe do governo e pelo Comitê Científico com base em dois indicadores: a queda de casos e de mortes causadas por Covid e o avanço da campanha de imunização.

Em entrevista coletiva na quarta (16), o secretário estadual da saúde, Jean Gorinchteyn, afirmou que houve queda de 77% em internações em enfermarias e UTIs (unidades de terapia intensiva). Mas o Comitê Científico registrou um aumento de 41,7% em números de casos de Covid-19 na semana epidemiológica —encerrada no sábado (12).

"Houve uma subnotificação, subregistro na semana do Carnaval, o que fez com que dados tanto de mortes e de casos tivessem sido apontados na semana passada e não na semana retrasada", disse o secretário.

De acordo com Vacinômetro do governo, até 15h desta quinta, 90,27% de toda a população acima de cinco anos tinham o esquema vacinal completo. Foram aplicados 102,6 milhões de doses contra Covid no estado. Entre o público infantil, 28,93% da faixa etária de 5 a 11 anos estão com o esquema vacinal completo.

Em seus discursos, Doria tem mencionado o seu empenho pela aquisição de lotes da Coronavac, ao mesmo tempo em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) sempre se manifestou de forma contrária à imunização.

"Aqueles que me acusavam, que diziam: 'Este calça apertada não entende nada. Vai comprar a vacina na China, a Vachina'. Dizia: 'Quem tomar vacina vai virar jacaré, viva a cloroquina e nada de vacina'. São 110 milhões de brasileiros que tomaram a vacina no braço e estão bem, inclusive eu", disse o tucano na sexta (11) em Catanduva, a 385 quilômetros da capital paulista.

Assim como São Paulo, outras seis capitais, além de Brasília, já aboliram a exigência de máscaras em ambientes abertos e também fechados. São elas Rio de Janeiro, uma das primeiras a derrubar a obrigatoriedade da proteção, Florianópolis, Maceió, Natal, Porto Velho e São Luís.

No Rio de Janeiro, o fim do uso obrigatório de máscaras em ambientes fechados foi anunciado no dia 7 deste mês. Na capital fluminense, a flexibilização vale, inclusive, para o transporte público e os hospitais, sem as exceções anunciadas em São Paulo, portanto.

Outras 11 capitais pelo país liberaram as pessoas de andar nas ruas e em locais abertos sem a proteção no rosto, mas ainda a exigem em ambientes fechados. Isso ocorre em Belo Horizonte, Vitória, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Porto Alegre, Teresina, Manaus, Rio Branco, Boa Vista e Macapá.

As regras seguem mais rígidas em oito capitais, onde a máscara é de uso obrigatório em locais abertos e fechados, caso de Salvador, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Aracaju, Goiânia, Belém e Palmas.

> Estou até emocionado, Datena. Estamos há 24 meses utilizando a máscara. Tive que usar como forma de exemplo. Com o controle da pandemia, podemos caminhar sem a obrigatoriedade da máscara nos ambientes fechados, obviamente nos abertos também, como estava liberado desde semana passada
>
> **João Doria (PSDB)**
> governador de SP, no momento em que anunciou na TV a queda da proibição do uso de máscaras

Movimento de pessoas com máscaras nesta quinta (17) no Shopping Tucuruvi, na capital paulista Rubens Cavallari/Folhapress

FOLHA EXPLICA

O que é preciso saber sobre fim do uso obrigatório da proteção facial em SP

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO O governador João Doria (PSDB) anunciou, nesta quinta-feira (17), o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados em São Paulo. A proteção, porém, continua obrigatória em algumas situações. Entenda mais abaixo.

*

Em que locais a máscara permanece obrigatória?
As máscaras permanecem obrigatórias em trens, metrôs e transporte público como um todo, além de seus respectivos locais de acesso, como nas estações de metrô, por exemplo. Também permanece a obrigatoriedade em estabelecimentos de prestação de serviços de saúde, como hospitais.

O decreto desobrigando o uso foi publicado em edição extra do Diário Oficial do estado nesta quinta com efeito imediato.

Por que a máscara deixa de ser obrigatória em locais fechados?
O governo do estado diz que a desobrigação ocorre por melhorias consistentes na situação epidemiológica de São Paulo e por indicação do Comitê Científico do Coronavírus de São Paulo. Ainda segundo o estado, levou-se em consideração o índice de vacinação com duas doses em São Paulo de 90% da população elegível (acima de 5 anos).

O estado afirma que também foi considerado que, 14 dias depois do Carnaval, há uma manutenção na melhoria de indicadores epidemiológicos e queda, pela sexta semana seguida, de internações em leitos de UTI e enfermaria.

No meu local de trabalho o uso então deixa de ser obrigatório?
O uso deixa de ser obrigatório e passa a ser opcional.

Individualmente, as pessoas podem continuar a utilizar e especialistas apontam que, especialmente em alguns locais de maior proximidade com outros e pouca ventilação, ainda é importante o uso.

Especialistas também apontam a importância do uso da proteção para pessoas com imunidade comprometida.

O que especialistas dizem sobre o fim da obrigatoriedade em locais fechados?
Em geral, especialistas dizem que ainda é cedo para retirar a obrigatoriedade de modo irrestrito. As opiniões contrárias vêm sendo emitidas desde que o Rio de Janeiro desobrigou o uso, já na primeira semana de março.

A chance de contaminação pela Covid em ambientes abertos é consideravelmente pequena, o que traz embasamento para a queda da obrigação de uso ao ar livre faz sentido.

Porém, a chance de contaminação é muito maior em ambientes fechados, especialmente se mal ventilados. Por isso, especialistas têm defendido que a liberação aconteça mais para a frente, em um momento em que mais crianças e adolescentes estejam vacinados e em que uma maior fatia da população tenha tomado a dose de reforço, vista como essencial, considerando que a proteção contra a Covid após a vacinação diminui com o tempo.

Especialistas defendem que, especialmente, em locais como serviços de saúde, a proteção continue obrigatória —como determinou o governo estadual.

Alguns pesquisadores também afirmam ser necessário observar o risco dos meses mais frios que se aproximam, momento no qual costumam crescer, independentemente da Covid, os casos de doenças respiratórias, as quais também são passíveis de prevenção pelo uso de máscara.

No estado de São Paulo, 46,39% da população tomou a dose de reforço, o maior número entre os estados. A taxa geral do país é de 33%, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa. Cerca de 68,4% da população adulta do município já tomou o reforço, de acordo com dados da prefeitura.

A cidade de São Paulo também irá desobrigar o uso de máscaras em locais fechados?
Sim, a Prefeitura de São Paulo disse que seguirá a decisão do governo estadual

Uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), de 2020, porém, garante a autonomia dos entes federativos em questão de decisões sobre medidas de proteção contra a pandemia. Com isso, outros municípios paulistas podem decidir se vão flexibilizar o uso do item ou manter regras mais restritivas.

E nos aeroportos?
Recentemente, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) reforçou que o uso das máscaras contra a Covid continua obrigatório em aeroportos. Segundo a agência, o item deve ser usado em áreas controladas dos aeroportos, como áreas de embarque e aviões.

Em outros locais, valem as regras locais.

Quais outros locais no Brasil já derrubaram a obrigatoriedade do uso de máscaras em locais fechados?
No início do mês, o governo do estado do Rio de Janeiro publicou um decreto facultando aos municípios a decisão para o fim da obrigatoriedade de máscaras.

No Distrito Federal, a proteção facial também já deixou de ser obrigatória em locais abertos e fechados, após decreto do governador Ibaneis Rocha (MDB).

Mato Grosso do Sul e Santa Catarina são outros estados onde não há mais obrigatoriedade em áreas fechadas.

Pessoas fazem testes do coronavírus após a confirmação de novos casos de Covid-19 no distrito de Huangpu, em Xangai, na China Hector Retamal/AFP

Especialistas dizem que é prematuro abdicar de máscaras

Segundo eles, medida anunciada por Doria não obedece a critérios epidemiológicos diante da circulação de variantes

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Especialistas afirmam que ainda é muito prematuro o governo paulista liberar o uso de máscaras em locais fechados, ainda mais diante da circulação da nova sub-variante da ômicron, a BA.2, que levou a um aumento de casos e internações em países da Europa e da Ásia.

O anúncio foi feito pelo governador João Doria (PSDB) durante o programa "Brasil Urgente" (Band), do apresentador José Luiz Datena, pré-candidato ao Senado na chapa encabeçada pelo PSDB em São Paulo. A medida vale no estado de São Paulo a partir desta quinta (17). No Rio, a flexibilização já está em vigor deste o último dia 7.

Dados de sequenciamento genômico de laboratórios públicos e privados mostram que a BA.2 responde atualmente por 2% a 5% das amostras sequenciadas no Brasil. Há estudos que sugerem que ela possa ser até 40% mais transmissível que a linhagem anterior.

Segundo Alexandre Naime, vice-presidente da SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia), embora a liberação das máscaras em ambientes fechados seja um passo natural nas medidas de flexibilização, isso só deve acontecer dentro de um cenário em que os marcadores epidemiológicos mostrem uma queda linear e sustentável dos casos novos e de taxas de transmissão.

"E não é o que a gente está vendo. A média móvel de casos novos no Brasil caiu muito, mas agora está num platô, não está baixando mais. Vivemos um cenário de incerteza a curto prazo. Há uma preocupação com avanço da subvariante BA.2", diz.

Segundo ele, levando em conta que a BA.2 deve ser tornar a variante predominante nas próximas semanas, talvez não seja o momento de liberar as máscaras em ambientes fechados. "As decisões precisam estar mais bem baseadas em indicadores científicos do que em discurso político. Não é porque o Rio liberou que a gente tem que liberar."

Ainda que seja possível, diante de novo aumento de casos, voltar a atrás na decisão sobre o uso de máscaras, ele lembra que esses recuos trazem muita desconfiança à população. "[Sobre o aumento da alta de casos na Europa] Não dá para colocar tudo nas costas do vírus. Apesar de a BA.2 ser mais transmissível, ela deixa de ser se você estiver usando constantemente máscaras."

Uma alternativa a ser avaliada, segundo ele, seria uma flexibilização com separação de ambientes fechados. Por exemplo, bancos e repartições públicas são locais fechados, com aglomeração, e não seriam candidatos a uma liberação neste momento. Já ambientes mais espaçosos, como museus, que permitem um distanciamento entre as pessoas, talvez sejam.

O epidemiologista Eliseu Waldman, professor sênior do departamento de epidemiologia da USP, concorda que sejam diferentes os riscos de contágio de estar num ônibus lotado e num museu, mas diz que condutas muito específicas podem não ser compreendidas por parte da população.

Ele também considera apressada a liberação do uso da máscara em ambientes fechados e diz que o ideia seria esperar a pandemia entrar, de fato, em uma fase endêmica. "Precisamos entender em que patamar vamos ficar nessa situação endêmica. [a decisão de Doria] É uma conduta política, em ano eleitoral."

Para Vitor Mori, pesquisador da Universidade de Vermont e membro do Observatório Covid-19, o estado de SP demorou bastante para flexibilizar o uso de máscaras em ambientes ao ar livre e agora está sendo precipitado em liberar o uso em ambientes fechados. "Ainda nem houve tempo para avaliar a flexibilização do uso ao ar livre", diz.

Na sua opinião, o governo paulista poderia fazer avaliação caso a caso, começando, por exemplo, em locais mais vazios, mais amplos, com melhor troca de ar com o meio externo e com sistemas de filtragem de ar mais eficientes.

"Em transporte público, ambiente hospitalar, casas de repouso, escolas, academias, seria mais razoável fazer flexibilização gradual, de forma que se consiga avaliar os impactos e não fazer no afogadilho como está sendo feito agora."

Segundo ele, esses cuidados deveriam ser tomados independentemente da circulação de novas variantes. "Não é prudente fazer isso de uma vez. Seria importante a flexibilização em locais fechados ser gradual, seguindo o nível de risco associado a cada espaço."

Do ponto de vista individual, os especialistas dizem que as pessoas que desejam maior grau de proteção devem continuar usando máscaras pff2, bem vedadas ao rosto, em ambientes fechados. "Quando a gente fala de máscara de pano ou cirúrgica, falamos de proteção coletiva, ou seja, para reduz o risco de transmitir o vírus para outra pessoa. Agora, para você se proteger dos outros, a ideal é a pff2", diz Mori.

João Doria troca cientistas por TV em caminhada até plataforma presidencial

ANÁLISE

Bruno Boghossian

BRASÍLIA João Doria (PSDB) calculou cada aparição pública durante a pandemia. Só no primeiro ano, deu quase 200 entrevistas coletivas nos salões do Palácio dos Bandeirantes, cercado de cientistas. Fez questão de explorar o momento da aplicação da primeira vacina em solo brasileiro e assumiu o risco de impor restrições amargas nas fases críticas.

O governador mudou o protocolo naquele que pode ser um dos atos finais de sua gestão da pandemia: Doria trocou as solenidades de praxe por um palanque digital para anunciar, num programa de TV, o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras em quase todos os ambientes do estado.

O tucano buscou uma exposição ampliada enquanto se dirige à plataforma de lançamento de sua candidatura presidencial. Fez uma dobradinha com o popular aliado José Luiz Datena (pré-candidato ao Senado na chapa do PSDB) e vinculou sua imagem ao que deve ser considerada uma notícia positiva num momento de fadiga geral em relação à doença.

Doria quis aproveitar o espaço. Sem máscara e desacompanhado dos cientistas que o assessoram, ele disse estar emocionado com o que chamou de "uma data histórica", previu uma "volta gradual e segura à normalidade" e bateu no arquirrival Jair Bolsonaro.

"Esta é a certeza de que estamos no caminho certo. São Paulo sempre esteve do lado da saúde e da vida. Nunca recomendamos cloroquina, sempre recomendamos vacina", afirmou.

O governador explorou esse palanque num anúncio que é considerado delicado por alguns especialistas. Ainda que os números da pandemia permitam vislumbrar um cenário menos catastrófico daqui por diante, esses cientistas recomendam cautela e uma tática cuidadosa de comunicação por parte dos agentes públicos na liberação das máscaras.

O tucano não parece ter trocado por acaso o aspecto cerimonioso dos salões oficiais pela televisão aberta neste momento.

Como porta-voz das medidas de aperto contra o coronavírus, o governador também atraiu certa resistência do eleitorado paulista. Agora, ele procura extrair benefícios de uma possível nova fase da pandemia antes de deixar o posto para a campanha presidencial —o que deve ocorrer até o fim de março.

Doria e seus aliados acreditavam que o comportamento rigoroso na pandemia e o investimento na Coronavac transformariam o tucano num contraponto natural à política caótica de Bolsonaro contra o vírus, impulsionando nacionalmente o nome do governador.

O próprio tucano expôs uma preocupação acentuada com essa imagem numa conversa gravada em junho de 2020 por uma equipe da TV Globo que preparava um documentário sobre a busca por vacinas.

"Só tem um cara que está se expondo aqui: sou eu. Fundamentalmente, sou eu. Eu estou no primeiro plano dessa história. Publicamente. Ainda sofrendo ataque do Bolsonaro, bolsominion, bolso não sei do quê. Bando de malucos", disse Doria ao cobrar de Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan, agilidade na entrega da Coronavac.

[...]
Doria e seus aliados acreditavam que o comportamento rigoroso na pandemia e o investimento na Coronavac transformariam o tucano num contraponto natural à política caótica de Bolsonaro contra o vírus

Apesar de ter largado na frente com a vacina, pouca coisa saiu como o planejado. Depois de dois anos, Doria patina nas pesquisas e acumula uma imagem desgastada mesmo em São Paulo.

A poucos dias de deixar o cargo, Doria escolheu assumir mais uma vez o "primeiro plano" para autorizar a retirada das máscaras –com a óbvia interpretação de que só é possível fazer isso agora porque há vacinação em massa e a população cumpriu, por muito tempo, as medidas de restrição impostas pelo governo.

A escolha do palco de Datena soa como uma jogada dupla. Além da audiência do programa da Band, o governador tentou colar sua imagem à do apresentador —que é muito mais popular do que ele.

Datena já lidera algumas pesquisas intenções de voto na corrida por uma vaga no Senado. O apresentador deve concorrer à cadeira pela União Brasil na chapa do hoje vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB).

O anúncio também ganhou ares de fato político porque Doria viu uma oportunidade de num momento em que começava a ficar para trás na flexibilização de medidas anti-Covid.

Outros governantes já aboliram a obrigatoriedade de máscaras em locais fechados, e Bolsonaro faz pressão para rebaixar a crise sanitária para a classe de endemia, na esperança de despertar na população uma sensação de bem-estar.

A pandemia ainda pode apresentar surpresas indesejadas e obrigar a revisão dessas medidas, mas qualquer má notícia provavelmente só seria anunciada por Garcia, que assume o cargo com a saída de Doria.

Governador João Doria anuncia o fim do uso das máscaras no programa do apresentador José Luiz Datena, na TV Bandeirantes Reprodução

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Contra as tradições familiares, casou escondido dos pais

KOJY SHIMIZU (1939-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Apesar de ter nascido em Bauru (a 329 km de SP), a história de Kojy Shimizu, filho de imigrantes japoneses, começou a ser desenhada em Diadema (Grande São Paulo), na época em que a localidade ainda pertencia a São Bernardo do Campo. Funcionário número um da Câmara Municipal de Diadema, trabalhou lá por quase 50 anos, até a aposentadoria, pouco antes dos 70 anos de idade.

Mesmo em cargos importantes, sempre abriu mão de regalias. Não usou carro público quando teve direito, por exemplo.

"Meu pai era íntegro e honesto. Ele sempre quis separar o trabalho público da vida pessoal", afirma o coordenador pedagógico Rodrigo Fogaça Shimizu, 40, um dos filhos.

A educadora e alfabetizadora Yolanda Fogaça Shimizu, 75, foi o grande amor de sua vida. Yolanda o conheceu muito jovem, na Câmara Municipal, mas foram as conversas no ônibus que aproximaram o casal. O problema era que os pais de Kojy não aceitavam seu relacionamento com uma "gaijin" (estrangeira) e o namoro começou escondido.

"Dei um ultimato, terminei com ele e fui para Peruíbe [no litoral de SP]. Depois de três meses, ele apareceu lá e jurou amor eterno. Voltamos a namorar escondido, mas já com os papéis para o casamento sendo preparados", conta Yolanda.

O casamento no civil foi marcado três vezes. Kojy cancelou a primeira vez porque, se os proclamas fossem publicados no jornal da cidade, seus pais ficariam sabendo da união. Da segunda, não tinha como justificar a ausência no trabalho e não poderia contar sobre o casamento, pois era escondido. Na terceira, finalmente, a união aconteceu. Em dezembro, eles completariam 50 anos de casados.

Kojy morreu no dia 13 de março, aos 82 anos, após sofrer um infarto. Deixa a esposa, três filhos e três netos.

7º DIA

ERCÍLIA MARIA DE MELO COSTA Sexta (18/3) ao meio-dia, Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, Basílica Antiga, Ponte Alta, Aparecida do Norte (SP)

LEDA PINOTTI DE CARVALHO Sábado (19/3) às 14h30, Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Jardim Paulistano, São Paulo (SP)

MARIA HAYDÉE SCORSAFAVA Sábado (19/3) às 15h30, Paróquia Santíssimo Sacramento, Paraíso, São Paulo (SP)

MATZEIVA

MELANIE FARKAS Domingo (20/3) às 12h30, Cemitério Israelita do Butantã, setor L, quadra 264, túmulo 73, Jardim Educandário, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Escola, shopping e supermercado vão deixar de exigir máscara em SP

Entidades dos setores dizem que seguirão medida anunciada por João Doria nesta quinta (17)

Wesley Faraó Klimpel

SÃO PAULO Entidades de bares, restaurantes, shoppings, supermercados e escolas particulares paulistas afirmam que vão seguir a medida anunciada pelo governador João Doria (PSDB), nesta quinta-feira (17), de flexibilizar o uso de máscaras em ambientes fechados no estado de São Paulo. A Igreja Católica ainda deve recomendar o uso do item.

Hospitais, serviços de saúde, transporte público e locais de acesso, como estações de metrô e trem e terminais de ônibus, porém, são exceções. Nesses locais, a proteção contra Covid permanece obrigatória no estado.

Como o governo paulista já havia flexibilizado o uso de máscara em ambientes abertos, era comum que pessoas entrassem em bares e restaurantes sem o item.

Joaquim Saraiva, presidente da Abrasel-SP (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), diz que o setor já havia notado entre clientes a tendência de não utilizar mais a proteção. "Alguns comentavam que não viam mais sentido de não usar máscara em ambiente aberto e colocar quando entravam num ambiente fechado. Eles entravam no ambiente fechado, descuidavam-se e ficavam sem".

Saraiva diz que, apesar dos sinais de melhora da pandemia no país, bares e restaurantes serão instruídos a manter medidas de proteção. "Os nossos maiores cuidados continuam, como a higienização do ambiente e álcool em gel, isso vamos continuar seguindo."

Além disso, ele acredita que os clientes que têm algum problema de saúde ficarão atentos sobre onde vão se sentar, como em mesas mais afastadas ou a céu aberto.

Outro setor beneficiado com o decreto é o comércio. Para Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, "dentro do cenário em que estamos vivendo, é uma medida bastante razoável". A entidade abrange estabelecimentos como supermercados e lojas de vestuário e material de construção.

Ele lembra que profissionais de serviço trabalharam durante toda a crise sanitária e que houve a adoção de medidas para diminuir riscos, como proteção física dos atendentes e também o menor número de pessoas por metro quadrado.

"Vamos continuar fortalecendo e conscientizando para que as pessoas usem álcool em gel, que lavem as mãos e, se possível, que mantenham as próprias máscaras", diz o dirigente sindical. "Se for possível, mesmo com o decreto, que se use a máscara. É uma prevenção ampliada, melhor para todos nós."

Por meio de nota, a Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Centers) diz que "seguirá as determinações das autoridades de São Paulo, tomadas com base nas orientações científicas, a respeito do fim da obrigatoriedade das máscaras".

Para Benjamin Ribeiro da Silva, presidente do Sieeesp (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo), a decisão do governo paulista demorou para ser aplicada. "A criança já sofreu demais. O uso de máscara é totalmente impessoal, a criança não consegue usar as habilidades cognitivas direito", afirma.

Ele diz que a entidade enviou uma carta na última semana para o secretário estadual de educação, Rossieli Soares, e para o governador solicitando a revisão dos protocolos de saúde. No documento, é citado o impacto da pandemia na alfabetização dos alunos.

"Os prejuízos são incalculáveis e, assim como tudo o que tangencia as questões de desenvolvimento humano, ainda levaremos anos para reconhecê-los em toda a sua profundidade e abrangência", diz o sindicato na carta.

O presidente da entidade destaca que a decisão de usar ou não máscara dentro de sala de aula ficará a cargo da família da criança, assim como da instituição de ensino. Alguns colégios particulares já começaram a avisar os responsáveis pelos estudantes que cada um tem autonomia de mandar a criança com ou sem a proteção facial.

O colégio Dante Alighieri, na capital, avisou aos pais que seguirá o decreto estadual, mas ressaltou que cada família terá autonomia na decisão. Em contrapartida, o colégio Stocco, em Santo André, decidiu continuar recomendando o uso da máscara.

No último dia 9, quando o governo estadual passou a flexibilizar a proteção facial em ambientes abertos, algumas escolas particulares não aderiram à prática.

Os colégios Equipe e Gracinha, ambos da capital paulista, avaliaram que não era seguro manter as crianças sem a proteção facial. Para as duas instituições, as crianças ficariam desprotegidas em situações de maior risco de contágio, que são os recreios, a entrada e a saída das aulas.

O Semesp (Sindicato dos Estabelecimentos Mantenedores do Ensino Superior Privado) afirma que ainda não há uma orientação para as instituições, mas frisa que elas têm autonomia para decidir.

Bancos também levarão em conta as regras locais na hora de orientar clientes dentro das agências, afirma a Febraban (Federação Brasileira de Bancos). "O uso de máscaras pelos funcionários e colaboradores seguirá a previsão da legislação trabalhista, que dispõe sobre a necessidade de medidas sanitárias nos estabelecimentos", afirma a entidade em nota.

Já a Arquidiocese de São Paulo diz que respeita a decisão do governo paulista, mas que dará outras orientações a quem frequentar os ambientes internos das igrejas e organizações eclesiais.

A justificativa, segundo a entidade religiosa, é "para não colocar em risco a saúde das pessoas idosas, com comorbidades ou as que ainda não estão com a vacinação completa contra a Covid-19", afirma a arquidiocese.

> "A criança da escola privada já sofreu demais. O uso de máscara é totalmente impessoal, a criança não consegue usar as habilidades cognitivas direito
>
> **Benjamin Ribeiro da Silva**
> presidente do Sieeesp (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo)

Profissionais de saúde atendem a paciente na UTI do hospital Emílio Ribas, em São Paulo Reinaldo Canato 8.jan.21/UOL

Pacientes de 60 a 79 anos são maioria entre internados com Covid em UTIs em São Paulo

Priscila Camazano

SÃO PAULO Três a cada quatro hospitais privados do estado de São Paulo relatam que há principalmente pessoas de 60 a 79 anos entre os pacientes internados com Covid-19 em UTIs, segundo levantamento feito pelo SindHosp (Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado). A pesquisa ouviu 72 hospitais entre os dias 7 e 14 de março.

Entre os hospitais, 76% disseram que nesse período havia uma maior frequência de pessoas de 60 a 79 anos internadas por Covid. Pacientes com mais de 80 anos estavam em segundo (12%) e os de 51 a 59 anos em terceiro (7,5%).

O quadro é similar ao verificado em fevereiro, entre os dias 1º e 9. Segundo Francisco Balestrin, presidente do SindHosp, há três fatores que ajudam a entender o porquê de os mais velhos ainda aparecerem com mais frequência entre os pacientes internados.

Primeiro, eles têm mais comorbidades. "A pessoa mais idosa é aquela que desenvolveu uma série de patologias ao longo da vida, como problemas cardiovasculares, neurológicos, então, é natural que, ao serem afetadas pelo vírus, acabem ficando em uma situação pior e consequentemente sejam internadas", afirmou.

Outro fator, segundo o presidente, está relacionado à vacinação. "Notamos que existe, sim, uma maior incidência de pessoas não vacinadas nas UTIs ou que estão com uma dose ou só com duas doses, não tomaram a terceira".

O terceiro é a diminuição do efeito da vacina no sistema imunológico com o passar do tempo. Os idosos foram os primeiros a serem vacinados o ano passado, então, é natural que a vacina vá perdendo a eficácia. Por esse motivo, Balestrin diz que é necessário a aplicação da quarta dose, em especial nessa faixa etária.

Na quarta-feira (16), o governador João Doria (PSDB) afirmou que pessoas com 80 anos ou mais podem tomar a quarta dose a partir da próxima segunda (21).

Só poderá receber o reforço quem tomou a terceira dose há pelo menos quatro meses.

Nessa nova etapa, o público alvo receberá qualquer um dos quatro imunizantes aprovados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária): AstraZeneca, Coronavac, Janssen ou Pfizer.

Segundo a Regiane de Paula, coordenadora do Programa Estadual de Imunização, ainda não há um calendário definido para as demais faixas etárias em São Paulo.

Na capital, a imunização de maiores de 80 anos começa nesta sexta (18), segundo a Secretaria Municipal da Saúde.

Ainda segundo a pesquisa, houve uma queda na quantidade de pacientes internados em UTIs de Covid. Dos hospitais, 67% disseram que, em março, a ocupação desses leitos era até 20%. No mês anterior, 18% dos estabelecimentos dizem estar nessa situação.

Atestado de óbito sem Covid é atribuído a falha

SÃO PAULO A diretora técnica da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), Daniela Kinoshita Ota, atribuiu a falhas humanas a omissão do código de Covid-19 nos atestados de óbito de pacientes da Prevent Senior. A operadora de saúde é acusada por médicos de adulterar os documentos para forjar as estatísticas da doença.

De acordo com a diretora técnica, houve esquecimento de funcionários que elaboraram os atestados de óbito "pela situação, a quantidade de pessoas que estavam sendo internadas, a quantidade de profissionais que estavam atuando naquele momento".

"A gente entende que [foram falhas humanas]", disse a diretora à CPI da Câmara Municipal nesta quinta (17).

A ANS vem acompanhando os procedimentos da operadora de saúde desde outubro do ano passado, quando a diretora técnica foi nomeada.

Segundo ela, a operadora finalizou no fim de fevereiro o Plano de Saneamento Assistencial, mecanismo criado para sanar os problemas no atendimento aos beneficiários. "Vamos começar a ver mudanças na estrutura de atendimento a partir de março", disse a diretora técnica.

Em relação aos cuidados paliativos, que concentram a maior parte das denúncias, a diretora afirmou que foi recomendado um reforço no treinamento da equipe para esclarecer os conceitos do atendimento, "que estavam criando conflitos entre médicos e pacientes", completou.

De acordo com a diretora, a Prevent Senior se comprometeu a reestruturar a comissão que decide sobre esse tipo de tratamento.

A diretora técnica da ANS afirmou que foram encontradas falhas na atuação em três comissões da Prevent Senior: a de Ética Médica, a de Revisão de Prontuários e a de Revisão de Óbitos. **Mariana Zylberkan**

cotidiano

USP quer trocar muro de vidro na marginal por corredor verde

Novo projeto põe fim a obra lançada por Doria, marcada por abandono

Gustavo Fioratti

SÃO PAULO A USP e o governo de São Paulo assumiram de maneira definitiva que o projeto do muro de vidro que separa sua raia olímpica da marginal Pinheiros não deu certo. A Prefeitura do Campus da USP da Capital, hoje comandada pela urbanista Raquel Rolnik, está idealizando um projeto para dar fim à construção do governo Doria (PSDB), inaugurada em 2018.

No lugar do muro, a universidade quer criar uma cerca viva, colocando um ponto final a um problema para o qual não encontrou solução. O muro atual é feito com placas que medem cerca de um metro de largura, posicionados sobre uma estrutura de concreto.

Muro de vidro da USP Ronny Santos - 25.jan.21/Folhapress

Conforme os trechos da construção iam sendo inaugurados, as placas de vidro já instaladas iam se quebrando. O plano inicial previa a colocação de cerca de 1.200 placas de vidro, que custam R$ 4.000 cada uma, ao longo dos 2 km de extensão do muro.

As placas de vidro que restaram intactas, porém, ficarão no local—hoje, há 45 quebradas e 800 inteiras. "O custo para remover os vidros é enorme. Estamos agora pensando nesta medida como uma forma de enfrentar a situação e de resolvê-la sem onerar os cofres públicos", diz Rolnik.

Dos 2 km de muro previstos, pouco mais da metade foi finalizada (incluindo os trechos com as peças quebradas), e há 597 metros parcialmente construídos, sem a instalação de vidros. Segundo Rolnik, a decisão atual do campus é criar esse corredor verde em toda a extensão prevista para o muro.

Nos vãos deixados pelas peças rompidas e mesmo onde já há estrutura de concreto mas os vidros não foram aplicados, serão colocados gradis de metal, somando-se 325 vãos.

Conforme outras placas de vidro se romperem, no lugar, a universidade vai aplicar um novo gradil de metal. Não há orçamento para o novo projeto, e a licitação para fornecimento e instalação de gradis deve ser lançada neste semestre.

"A primeira decisão importante é essa: a de que todo o muro e toda a sua área envoltória passam a ficar sob gestão da USP", diz a arquiteta e urbanista. "Parte do problema aconteceu porque a gente recebeu uma intervenção que não foi debatida no âmbito da universidade", afirma.

O orçamento previsto para toda a obra do muro no lançamento do projeto era de R$ 15 milhões. Por causa da polifonia de origens de recursos, a USP não soube informar quando foi gasto até hoje.

Paralisada desde março de 2020, a obra, anunciada em 2017, foi idealizada durante a gestão de Doria em uma parceria sem contrato entre a USP, a Prefeitura de São Paulo e pelo menos 44 empresas.

Hoje quem passa pela marginal pode ver que as peças de vidro que se estilhaçaram ainda estão por toda a extensão do muro. Há cacos em diversos pontos à beira da obra.

Quando as peças de vidro começaram a surgir quebradas, considerou-se a hipótese de vandalismo. Uma investigação realizada pela Polícia Civil não comprovou essa teoria. Segundo Rolnik, conclui-se hoje que as placas se rompem por causa da trepidação do terreno causada pelo tráfego de veículos na marginal Pinheiros. Várias peças apareceram quebradas em um dia marcado pela passagem de carretas, conta.

Os problemas que derivaram do projeto acabaram gerando reclamações dos esportistas que usam a raia olímpica. Em reportagem publicada pela Folha, vários deles falaram de trepidação das águas, do barulho constante causado pelo trânsito e até da presença de invasões.

O novo projeto, diz Rolnik, tem função estética e também pretende filtrar a poluição sonora e atmosférica. E dará solução para um último problema: a morte de pássaros que não enxergam o vidro.

Folha realiza seminário sobre questões raciais

RIO DE JANEIRO Na próxima segunda (21), às 15h, a **Folha** realiza seminário virtual sobre racismo e questões raciais. O evento terá cerca de uma hora de duração e será transmitido ao vivo pelo site do jornal na internet e pelo canal no YouTube.

Participarão Helio Santos, presidente dos conselhos da Oxfam Brasil e do Pacto de Promoção da Equidade Racial, e Wilson Gomes, professor de comunicação da UFBA (Universidade Federal da Bahia). A mediação será de Flavia Lima, secretária-assistente de Redação para diversidade da **Folha**.

O seminário é gratuito e não requer inscrição prévia. O link estará disponível na home do site da **Folha** antes do início do evento. O público poderá participar do debate enviando perguntas e comentários por WhatsApp, no número (11) 99648-3478.

SEMINÁRIO SOBRE RACISMO E QUESTÕES RACIAIS
21.mar, das 15h às 16h15
Mediação Flavia Lima, secretária-assistente de Redação para diversidade da **Folha**.
Palestrantes Helio Santos, presidente dos conselhos da Oxfam Brasil e do Pacto de Promoção da Equidade Racial, e Wilson Gomes, doutor em filosofia e professor de comunicação da UFBA.

Advogado se emociona com absolvição de jovem em vídeo

Priscila Camazano

SÃO PAULO Um carro em fuga bate próximo a um estacionamento. Dois homens saem do carro e cada um corre para um lado. De um outro veículo, estacionado, saem três jovens para ver o que estava acontecendo. Nesse momento a polícia chega e dá voz de prisão a um deles. Três anos depois, o jovem negro é absolvido, após seu advogado apresentar como prova a gravação de uma câmera de segurança.

A cena pode até lembrar a série "Olhos que Condenam", da cineasta americana Ava DuVernay, em que cinco adolescentes negros são condenados por um crime que anos depois provam não terem cometido. Mas a história acima é brasileira. O caso ocorreu em 7 de julho de 2019 e foi contado à **Folha** por Kaique do Nascimento Mendes, 23, e seu advogado, Ewerton da Silva Carvalho, 30.

Kaique do Nascimento Mendes, 23, com camisa da seleção, e seu advogado, Ewerton Carvalho Marlene Bergamo/Folhapress

A decisão do juiz saiu quase três anos depois, em 11 de fevereiro de 2022. Assim que saiu da sala de julgamento, Carvalho gravou um vídeo emocionado comemorando o desfecho, e a gravação viralizou.

"Mano, acabei de inocentar o moleque, mano. Acabei de inocentar o moleque, mano. Estou três anos mais velho brigando nesse processo, tá ligado? Ontem foi o meu aniversário, e eu pedi para Deus e os orixás e falei: mano, eu preciso absolver esse moleque amanhã", disse Carvalho no vídeo.

Segundo ele, seu cliente estava no lugar errado e na hora errada. "A pele do Kaique fez com que ele fosse o acusado. Se fosse jovem branco de olhos azuis ali, talvez nem seria pego, o policial passaria correndo na frente dele." Após o episódio, Kaique passou a responder pelo crime de receptação de veículo roubado.

Policiais faziam a ronda próximo ao conjunto habitacional onde Kaique mora, na zona norte de SP, quando avistaram o veículo. Ao checarem que ele tinha sido roubado, deram sinal para que o motorista parasse, o que não ocorreu.

Na perseguição, o carro bateu num poste próximo ao estacionamento do conjunto habitacional. O jovem estava naquela hora dentro de outro veículo ouvindo música e comendo pizza com o irmão e um primo. Quando ouviram o barulho da batida, os três saíram para ver o que estava acontecendo e depois retornaram para o carro. "Os policiais entraram correndo por dentro do prédio. Eles me viram dentro do carro. Passou um policial, depois o outro, o terceiro pediu para eu parar, levantar a mão para o alto e deitar no chão", afirma Kaique.

Moradores do prédio, que conheciam o jovem, tentaram interceder, sem êxito. Kaique foi então algemado e levado à delegacia, onde passou a noite. "Pensei que era abordagem normal, mas foi totalmente diferente. Quando eu fui ver, já estava preso", disse o jovem.

A Secretaria de Segurança Pública de SP disse que "a referida prisão em flagrante foi feita de acordo com a legislação vigente, sendo ratificada pelo Ministério Público. Na ocasião, foi arbitrada fiança ao autor, mas ela não foi ofertada". Procurado, o Ministério Público de SP disse que, no julgamento, concordou com a absolvição de Kaique.

No dia seguinte, na audiência de custódia, o jovem foi autorizado a responder pelo suposto crime em liberdade. Mas ninguém quis contratá-lo com carteira assinada, por exemplo, e ele passou a ter medo de andar na rua à noite e a sofrer com ansiedade e medo de ser preso de novo.

"Consegui, graças a Deus e aos orixás, [imagens de] uma câmera de segurança que pega o momento em que o Kaique está no estacionamento. A câmera também pega o momento exato da batida do carro. Dá para ver o menino correndo para um lado e o outro para dentro, e dá para ver o Kaique já no estacionamento há muito tempo", diz Carvalho.

Foi com essas imagens que o advogado conseguiu a absolvição. Já não cabe mais recurso da decisão. Segundo Carvalho, o Ministério Público ofereceu a seu cliente o acordo de não persecução penal, quando o acusado assume que cometeu o crime e, por bons antecedentes, passa a não responder por aquele processo, que é substituído por formas de reparação, como serviço comunitário e doação de cesta básica.

Mas Kaique não aceitou a oferta. "Eu não ia aceitar uma coisa que não fiz. [Na época] minha mulher estava grávida, eu trabalho a minha vida inteira, nunca fiz nada errado."

O advogado diz que está ansioso para que seja disponibilizado o vídeo da audiência. "Porque eu vou mostrar como é uma sala de audiência. Um policial tenente branco, um juiz branco, o Ministério Público branco, todo mundo branco. Réu e advogado negros."

Segundo ele, isso pesa. "Por mais que a pessoa diga que não é racista, o racismo está enraizado", concluiu.

Chato pra cacete

Como contar para minha amiga que eu preferia estar com dengue a estar ali com ela?

Tati Bernardi

Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Essa peça de teatro é mais ou menos assim: entra um ator falando latim, daí entram outros falando grego, tupi, marciano, sabe Deus, estou chutando aqui porque não faço ideia. Não entendi nada. Então entra um casal que faz uma performance-dança-guerra silábica. Ela diz "bá". Ele responde "cá". Eles vão até o zá. Voltam. Vão até o zá de novo. Os atores são incríveis. Eu veria cinco minutos desse casal de atores e torceria para que eles ganhassem um superprêmio internacional. Mas lembro que a peça tem quase três horas e me dá vontade de morrer. Já passou meia hora e eu ainda não entendi nada. Uns urros, uns gritos, nada que me emocione. Eu já não sei mais se estou no escuro de uma plateia lotada ou tendo um AVC no chão da sala. Os segundos estão durando séculos. Como contar para a amiga que conseguiu os ingressos disputadíssimos, intelectualíssimos, que eu preferia estar com dengue a estar ali com ela? Minha amiga e o marido vibram, estão amando. Estão mesmo? Ela me confessa baixinho que está odiando. Daí tem uma cena dramática que só uma única pessoa, que fala grego, entende. Uma piada em latim e só uma senhora que dá risada. Começa uma dança interessante. Eu ficaria um tempo vendo a dança. Mas, se eles abrem a boca, eu preciso da história. E a única palavra que eu entendo da peça é a que fica gritando dentro da minha cabeça: CHATO. Chato pra cacete. Pedante pacas. Eu quero gritar CHEGA.

A música é boa, o baterista é a melhor coisa, dá um certo alívio quando penso que é um show. Eu estou tentando gostar. Eu preciso gostar. Pega bem gostar desse diretor. Aff, já estou velha pra isso. Estou achando chato pra cacete. Não quero estar aqui e pronto.

No intervalo, as pessoas que me acompanham estão maravilhadas com a peça. Genial como sempre! Penso em contar que, na peça anterior do mesmo diretor, eu saí em 40 minutos. Achei insuportável. Mas nessa ele se superou. E, de repente, eu falo. Eu confesso. "Chato pra cacete." E vou embora. Eu exponho. Eu consigo. Janela aberta e vento no rosto. Descubro, no dia seguinte, que a maioria deles também não aguentou e correu para casa em seguida.

Depois que fiz 42 anos, que fui mãe, que me separei, que sobrevivi a uma H3N2 que me deixou dez dias péssima, que sobrevivi a uma pneumonia pesada durante minha infecção por Covid, depois de quase quatro anos de Bolsonaro, de mais de quatro anos sem dormir porque minha filha acorda a noite toda —não sei exatamente o que foi, mas eu não suporto mais fingir que uma coisa chata não é intolerável.

Antes eu tinha pena daqueles que não podem usufruir de uma vida que lhes dá algum prazer. Então achava que equilibrava o cosmos aturando os "seca-pimenteira". Os atendia, recebia em casa. Qual era o meu problema? Imagina se tivéssemos lido um livro a cada vez que escolhemos fazer coisas apenas por culpa? Como diz uma amiga, eu sempre fui tão desesperada pelo amor e pela aceitação dos outros que tolerava absurdos. E nisso quantas relações, viagens, trabalhos, parcerias, horas perdidas em festas ou almoços ou assinando o Estadão só porque a menina já me ligou 675 vezes e baixou o preço pra R$ 2.

Achei nada demais o novo do Paul Thomas Anderson. Agora eu falo. Achei indigesto o filme de uns colegas, que têm certeza que arrasaram no discurso progressista, mas produziram uma história assustadoramente machista. Eu levanto e vou embora. Não é educado. Provavelmente começarei a perder trabalhos e pessoas. Mas eu cheguei naquela idade maravilhosa em que a gente não perde mais tempo.

DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB.** Oscar Vilhena Vieira, **Luís Francisco Carvalho Filho**

Prefeitura de SP e União fecham acordo sobre Campo de Marte

Negociação prevê devolução de R$ 285 milhões, valor bloqueado nas contas do município no início do mês

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A União fechou o acordo com a prefeitura de São Paulo para encerrar a disputa judicial em torno do Campo de Marte e extinguir cerca de R$ 24 bilhões em dívidas do município com o governo federal. A AGU (Advocacia-Geral da União) e o Ministério da Economia deram nesta quarta-feira (16) o aval final para a assinatura do acordo, que ainda precisará ser homologado pela Justiça.

A conclusão do acerto, com a extinção da dívida, renderá um fluxo de caixa adicional de quase R$ 3 bilhões em 2022 à Prefeitura de São Paulo.

Nas negociações, ficou acertado que a União devolverá os R$ 285 milhões referentes à parcela da dívida municipal do mês de fevereiro.

Como mostrou a **Folha**, a demora nos detalhes finais do acordo levou o município de São Paulo a ficar inadimplente com a União.

A prefeitura esperava concluir o acerto a tempo de extinguir sua dívida sem necessidade de quitar a prestação de fevereiro, que vencia no início de março, o que não ocorreu.

A Procuradoria-Geral do município acionou o Supremo Tribunal Federal para pedir a suspensão da cobrança da dívida com a União, mas o ministro Nunes Marques não acatou a solicitação. Com isso, o Tesouro Nacional executou as garantias do contrato e bloqueou os valores na conta da prefeitura.

Agora, a negociação prevê a devolução dessa parcela. Segundo técnicos do governo ouvidos pela **Folha**, uma vez homologado o acordo, o pagamento poderá ser feito de acordo com as regras instituídas pela PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios —ou seja, a despesa ficará livre de amarras fiscais como o teto de gastos.

O acordo sobre o Campo de Marte foi costurado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), para pôr fim à disputa que começou em 1958.

A gestão municipal tem defendido o direito a indenização por 88 anos de uso indevido do local pela União —a área foi ocupada pelo governo federal após a derrota do estado de São Paulo na Revolução Constitucionalista— e já teve vitórias no STJ e no STF, em decisão de Celso de Mello.

Pelo acerto, a União abre mão de cobrar R$ 24 bilhões em dívidas do município com o governo federal, em troca da extinção da indenização pelo Campo de Marte, que era estimada entre R$ 26 bilhões e R$ 49 bilhões.

A AGU (Advocacia-Geral da União) já havia dado parecer favorável à conciliação, mas detalhes operacionais ainda eram endereçados pelo Ministério da Economia.

Esse será o primeiro acerto firmado sob as novas regras aprovadas na PEC dos Precatórios, que permitem à União realizar conciliações para antecipar e até mitigar riscos fiscais envolvendo passivos na Justiça.

Como a emenda é recente, os técnicos precisaram formular uma série de consultas à PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), órgão jurídico da Economia, e ao Tesouro Nacional sobre como fazer a contabilidade do acordo.

De um lado, o governo federal abre mão de receitas financeiras de R$ 24 bilhões. De outro, a União precisará registrar uma despesa primária, no valor da indenização ao município de São Paulo.

O entendimento que prevaleceu é o de que esse gasto, embora seja contábil e não um desembolso efetivo, vai afetar o rombo nas contas públicas, aprofundando o déficit federal no ano. Embora haja espaço na meta fiscal, que permite um resultado negativo de até R$ 170,5 bilhões em 2022, para acomodar esse impacto, há necessidade de se criar uma dotação orçamentária específica para a despesa.

A prefeitura não via sentido em continuar pagando uma dívida que seria extinta em pouco tempo, em consequência do acordo. Por isso, o município recorreu ao Supremo para pedir a suspensão das cobranças.

R$ 24 bilhões
foi o valor da dívida perdoada da Prefeitura de São Paulo com o governo federal

R$ 285 milhões
é valor que a União devolverá referentes à parcela da dívida municipal do mês de fevereiro

O tradicional Samba da Treze, que está sob ameaça, no Bexiga Rubens Cavallari/Folhapress

Tradicional no Bexiga, Samba da Treze causa 'declaração de guerra'

Carlos Petrocilo e Isabella Menon

SÃO PAULO O samba pode até não morrer. Mas mudar de endereço e adequar o horário para evitar problemas com os vizinhos é o que vem acontecendo com o Samba da Treze.

Tradicional no bairro do Bexiga, a roda acontecia havia mais de dez anos às sextas na calçada da rua Treze de Maio, altura do nº 507, em frente ao bar do Gilson. Porém uma reunião entre os organizadores do Samba da Treze e a Subprefeitura da Sé, na última quinta (10), terminou com uma "declaração de guerra".

"[Na reunião] foram explicados os motivos da decisão e reiterado que o evento ganhou uma proporção que o local não comporta mais", diz a Prefeitura de São Paulo.

As apresentações vêm sendo improvisadas em outros botecos da região, como no JR Burger. Nesta casa, na rua Conselheiro Carrão, perde-se parte da cultura da roda de samba e o contato entre músicos e público torna-se raro.

Os músicos tocam dentro do estabelecimento, enquanto os clientes curtem o som da calçada. No estilo "o samba agoniza, mas não morre", a roda se forma por volta das 18h, mas o clima de apreensão perdura até a última nota.

Quando veículos da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar passam pelo local, o proprietário do local pede que a música cesse por instantes —ele teme ser multado em razão do barulho.

A reportagem esteve no evento na última sexta (11) e, por volta das 20h30, quando uma viatura da GCM despontou na Conselheiro Carrão, o dono da JR Burguer, Francisco Newerkla Junior, deixou o balcão e correu para a calçada. Aos berros, pedia aos garçons que recolhessem as mesas e cadeiras. As vozes e a música silenciaram. "Me disseram que quando os fiscais da prefeitura fazem fotos das mesas e cadeiras na calçada, automaticamente estou sendo multado", diz Junior.

À **Folha** a prefeitura diz que "o Samba da Treze está impedido de ocorrer em via pública e segue sendo realizado em estabelecimento comercial, na Rua Conselheiro Carrão, e parte da rua é tomada pelo grande número de pessoas". A gestão Ricardo Nunes (MDB) diz que, neste ano, o 156 recebeu 7 protocolos da rua Treze de Maio e 31 da Conselheiro Carrão sobre a lei do Psiu e perturbação de sossego.

Carla Borges, produtora do Samba da Treze, diz que a roda, há 14 anos no bairro, passou a ser "perseguida" em 2018 depois que o padre Antonio Bogaz assumiu a igreja Nossa Senhora Achiropita. Ela diz que o padre se uniu com Luciano Farias, presidente do Conseg local até 2019, e Cristina Oka, da associação Viva a 13 de Maio, contra os músicos. Procurados, Oka não quis falar, e Bogaz não respondeu.

Um show em 1º de junho de 2018 desencadeou o processo de despejo do Samba da Treze em frente ao bar do Gilson. Desde então, há tentativa de negociação do vereador Toninho Vespoli (PSOL) com a Subprefeitura da Sé. Mas, na última quinta, houve desentendimento. "Está declarada a guerra", escreveu Vespoli.

ambiente

Militar da Funai é preso sob suspeita de arrendar terra indígena em MT

Nomeado no atual governo, suboficial inativo da Marinha teria intermediado área para pecuaristas

Fabiano Maisonnave

ALTAMIRA (PA) E MANAUS A Polícia Federal prendeu nesta quinta (17) o coordenador regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Ribeirão Cascalheira (MT), o militar inativo da Marinha Jussielson Gonçalves Silva, sob a acusação de intermediar arrendamento de terras indígenas para pecuaristas.

Silva é um dos militares que assumiram coordenações regionais da Funai na Amazônia sob o governo Jair Bolsonaro. O suboficial foi nomeado para Ribeirão Cascalheira (a 782 km de Cuiabá) em 18 de março de 2020.

A operação Res Capta, em conjunto com o MPF (Ministério Público Federal), envolveu cerca de 50 policiais federais e visa desarticular esquema envolvendo fazendeiros, servidores da Funai e uma liderança da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo xavante. Foram cumpridos outros dois mandados de prisão, sete mandados de busca e apreensão e duas ordens judiciais de afastamento de cargo público, segundo a PF.

Estrada que atravessa a terra indígena Marãiwatsédé, em Mato Grosso Paulo Whitaker - 23.ago.2013/Reuters

> Assim, não restou outra alternativa ao MPF que o ajuizamento de ação civil pública para que o Poder Judiciário determine ao órgão indigenista e à União a retirada do gado
>
> **Ministério Público Federal** em nota

Segundo a investigação, servidores da Funai estariam cobrando valores de grandes fazendeiros da região com 15 arrendamentos dentro de Marãiwatsédé. O montante de propina chegava a R$ 900 mil por mês.

Procurada, a Funai informou que o arrendamento de terras indígenas é proibido, que o coordenador será afastado e que o órgão está à disposição para ajudar com as investigações. A reportagem não localizou o advogado de defesa de Silva.

Com cerca de 165 mil hectares, a Terra Indígena Marãiwatsédé está nos municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia, em MT. É a quarta terra indígena mais desmatada da Amazônia, diz o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Os problemas de arrendamento foram detectados em 2017. De início, houve tentativa de negociar com a Funai a retirada do gado, mas o processo parou em 2019, quando o governo defendeu a legalização de arrendamento de terras indígenas.

Onde fica Ribeirão Cascalheira (MT)

Parque do Xingu · Ribeirão Cascalheira · TO · MT · 782 km · Cuiabá · GO · Brasília · Goiânia · MS · MG · 100 km

Habitantes: 9.796 (IBGE-2017)
Área: 11.354,8 km²

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 036/2022 – Proc. Adm. nº. 145/2022
Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em preparo e fornecimento de **CONCRETO FCK**, em atendimento à Secretaria Municipal de Serviços Municipais, pelo período de 12 meses. Considerando a necessidade de retificação das informações constantes em subitem de nº 7.4.7 do instrumento convocatório, republica-se o referido nas seguintes condições: **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 18/03/22, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações. Inicio da sessão de disputa de lances: **Dia 31/03/2022, às 09h00min.**
Santana de Parnaíba, 17 de março de 2022.
ORDENADOR DE PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 045/2022 – Proc. Adm. nº. 163/2022
Objeto: contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR,** visando à obtenção de adequada condição de salubridade e higiene em dependências médico-hospitalares, com a disponibilização de mão de obra qualificada, de produtos saneantes domissanitários, de materiais e equipamentos em locais determinados, em atendimento à Secretaria de Saúde, pelo período de 12 meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 18/03/2022, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações. Inicio da sessão de disputa de lances: **Dia 30/03/2022, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 17 de março de 2022.
ORDENADOR DE PREGÃO

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
O **Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Araçatuba e Região** pelo presente edital, convoca todos os trabalhadores das categorias e base territorial representada, associados ou não ao sindicato, para Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no próximo **dia 24/03/2022, com início às 18h30 em primeira convocação,** com 2/3 dos associados, ou **às 19h00 em segunda convocação,** com qualquer número de associados, à Rua Manoel Ferreira Damião, nº 340 - Bairro São Joaquim, cidade de Araçatuba/SP, para tratar e deliberar da seguinte ordem do dia, nos termos do art. 21, IV, VIII do Estatuto Social: 1. Intervenção da Feaac no Seaac. Araçatuba - SP, 18 de março de 2022.
Adriana Sales Mazarin Borges - Diretoria Presidente

Fundação Zerbini
CNPJ/ME nº 50.644.053/0001-13
Aviso de Licitação
A Fundação Zerbini torna público o processo abaixo, para a Unidade do Instituto do Coração – InCor-HCFMUSP, a saber: Processo 602/2022 – P.P. 18/2022 para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos visando a integração de Dados dos Equipamentos de Monitorização à Beira Leito que será realizado em 01/04/2022 às 09:30 hrs. O edital pode ser obtido na íntegra no site: www.zerbini.org.br. São Paulo, 17 de Março de 2022. Marcel Nascimento – p/ Equipe de Apoio.

Autopista Régis Bittencourt S.A.
CNPJ/ME nº 09.336.431/0001-06 – NIRE 35.300.352.335 – Companhia Aberta
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de fevereiro de 2022
1. **Data, Hora e Local:** Aos sete dias do mês de fevereiro de 2022, às 10:30 horas, na sede social da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia") localizada no Município de Registro, Estado de São Paulo, na SP 139, nº 226, São Nicolau. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. 4. **Ordem do Dia:** 4.1 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), mediante a emissão de novas ações, e a alteração do Artigo 5º caput, do Estatuto Social da Companhia. 5. **Deliberações:** Por unanimidade, o acionista deliberara o que segue: 5.1 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), mediante a emissão de 72.549.020 (setenta e dois milhões, quinhentas e quarenta e nove mil e vinte) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,02 (um real e dois centavos). O preço de emissão foi calculado em conformidade com o artigo 170, § 1º, II, da Lei nº 6.404/1976. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e serão integralizadas pela única acionista Arteris S.A. em conformidade com o boletim de subscrição que consta como **Anexo I.** Em virtude desta aprovação, o Artigo 5º caput do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: "***Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 858.785.421,84 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos), dividido em 747.759.759 (setecentas e quarenta e sete milhões, setecentas e cinquenta e nove mil e setecentas e cinquenta e nove) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal*". 5.2 Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato e Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Acionista: Arteris S.A. (por Simone Aparecida Borsato e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Registro, 07 de fevereiro de 2022. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 132.604/22-0 em 10/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00127.2022 - RC62227.2022
Objeto: Recarga de Gás Propano, pelo período de 12 (doze) meses.
Cotação - Processo IPT Nº DL00129.2022 - RC62007.2022
Objeto: Prestação de Serviços de Hidrojateamento e Filtro Prensa para retirar impurezas do tanque e adição de aditivo para diesel do grupo de geradores.
Publicação para o dia: 18.03.2022.
Data Final para apresentação de proposta: 22.03.2022 até as 17:00h
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail:
(11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

Pelo presente edital, ficam convocados todos os empregados das categorias profissionais dos mensageiros motociclistas e mensageiros ciclistas, que laboram nas empresas do **Setor de Moto Frete, Distribuição Farmaceutica (Farmacia), Comercio em Geral, Distribuição de Jornais e Revista, Delivery (Comida)**, sindicalizado ou não, na base territorial representada pelo **Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Moto-Taxistas de Guarulhos e Regiao**, para comparecer em assembleia geral extraordinária a ser realizada na R Tulio Brancaleone, 119- Jd São Paulo-CEP 07010-030-Guarulhos-SP, no dia 22 de Março de 2022, as 10:00h em primeira convocação e, não havendo quórum, as 11:00h em segunda convocação, com qualquer número de integrantes presente, conforme determina o artigo 14 B do estatuto social, afim de deliberarem, sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apresentação, discussão e aprovação da pauta de reivindicação para campanha salarial de 2022/2023 a ser apresentada pelo setor patronal; 2) Discussão e aprovação ou não do valor e desconto da contribuição confederativa e ou assistencial e o direito a respectiva oposição ao desconto, bem como a contribuição associativa; 3) Autorização da categoria para a diretoria do sindicato negociar acordos e convenções coletivas; 4) Caso não seja alcançada a composição através de negociação, autoriza a entidade sindical a instaurar competente dissídio coletivo. Guarulhos, 18 de Março de 2022. **Eduardo Alves do Couto** - Presidente.

EDITAL DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMPOSITORES E AUTORES MUSICAIS – SICAM - A Presidente da SICAM, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 25 do Estatuto, convoca os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 04 de abril de 2022, às 17 horas em primeira convocação, e às 18 horas em segunda convocação, na sub-sede da associação, localizada na Rua Álvaro Alvim, 31 18º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: a) leitura, apreciação e votação do Balanço, referente ao exercício de 2021; b) Laudo da Auditoria Externa; c) Supressão de vacância de cargo de secretário do Conselho Fiscal; d) Indicação de titular de direitos para preenchimento de vaga de Segundo Suplente. São Paulo, 18 de março de 2022. Célia de Barros Madureira – Presidente.

AVISOS DE LICITAÇÕES

LI SABESP MS 04654/21 - Prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração do projeto executivo e relatórios ambientais de estações elevatórias de esgoto, linhas de recalque e coletores tronco para as unidades integrantes do sistema de coleta e afastamento dos esgotos sanitários do município de Itapecerica da Serra - UN Sul - Diretoria Metropolitana M. Edital completo disponível para download a partir de 18/03/22. A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues no Auditório Mananciais sito à Rua Graham Bell, 647 - Alto da Boa Vista - São Paulo - SP, às 13h00 do dia 27 de Maio de 2022. SP 18/03/22 MS.

PG SABESP RJ 00621/22 - Prestação de serviços de engenharia para reposição de pavimentos e manutenção da rede de esgotamento sanitário nos municípios de Itatiba, Itupeva, Cabreúva, Jarinu e Morungaba - UN Capivari/Jundiaí - Diretoria de Sistemas Regionais. Edital para "download" a partir de 21/03/2022 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso, cadastre sua empresa. Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-8273; Informações (11) 4894-8155. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 04/04/2022 até às 09h00min de 05/04/2022 – www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h01min de 05/04/2022 será dado início a Sessão Pública no site da Sabesp na Internet. Itatiba, 18/03/2022 - UN Capivari/Jundiaí.

PG SABESP MS 04365/21 - Prestação de serviços de engenharia para reposição de capa asfáltica de valas geradas para o atendimento da manutenção e crescimento vegetativo de redes e ligações nos sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos e zeladoria do pavimento por meio de fresagem, recapeamento asfáltico e nivelamento de poços de visita, nas áreas abrangidas pelos polos de manutenção São Bernardo do Campo, Diadema e Ribeirão Pires na UGR Billings - UN Sul - Diretoria Metropolitana M. Edital completo disponível para download a partir de 18/03/2022 - www.sabesp.com.br/licitacoes - mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Envio das "Propostas" a partir da 00h00 (zero hora) do dia 04/04/2022 até às 09h00 do dia 05/04/2022. Às 09h15min do dia 05/04/2022 será dado início à Sessão Pública pela Pregoeira. UNSul, 18/03/2022.

PG SABESP RT 00227/22 - Aquisição de 3 (três) reservatórios elevados em aço, sendo 1 (um) de 50 m3, destinado ao município de Avaí, 1 (um) de 30 m3, destinado ao município de Fernandópolis, e 1 (um) de 200 m3, destinado ao município de Fernandópolis. Edital disponível para download - www.sabesp.com.br/licitacoes - a partir de 18/03/22, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984. Informações Rua Tenente Florêncio Pupo Netto, 300 - Bloco 4 - Lins-SP, Fone 0XX14 - 3533-5586. Envio das propostas a partir da 00h:00 (zero hora) do dia 31/03/22 até às 09h:00 do dia 01/04/22 no site da SABESP: www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h:00 do dia 01/04/22 será dado início à sessão pública pelo Pregoeiro.

PG SABESP MO 04568/21 - Prestação de serviços de engenharia para reposição de capa asfáltica de valas geradas para o atendimento da manutenção e crescimento vegetativo de redes e ligações nos sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos e zeladoria do pavimento por meio de fresagem, recapeamento asfáltico e nivelamento de poços de visita, nas áreas abrangidas pelos polos de manutenção Barueri, Carapicuiba, e Osasco - UGR Tietê e Osasco, UN Oeste MO, Diretoria Metropolitana M. Edital Completo disponível para "download" a partir de 21/03/22 no site [www.sabesp.com.br]www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e Credenciamento (condicionante à participação) no acesso "cadastre sua empresa". Problemas c/ site, tel.: (11) 3388-9332 ou inf.: Adriano (11) 3838-6037. Envio das "Propostas" a partir da 00h00 de 04/04/22 até 08h59 de 05/04/22, no site acima. Às 09h00 do dia 05/04/22 será dado início à Sessão Pública. SP, 18/03/2022 - UN Oeste MO.

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10129715307, no qual figura como **Fiduciante VANESSA PINHEIRO DE JESUS FERREIRA**, CPF/MF nº 298.296.208-11, e seu marido **ALVARO FERREIRA DE CARVALHO JUNIOR**, CPF/MF nº 156.895.708-42, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 07 de abril de 2.022, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 650.354,19** (Seiscentos e Cinquenta Mil, Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Dezenove Centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 61.116 do 17º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *"Apartamento tipo-central nº 12 localizado no 1º pavimento do "Condomínio Alcance Clube Residencial Vila Maria", situado na Avenida Belisário Pena, nº 1.108, no 36º Subdistrito – Vila Maria, contendo a área privativa coberta edificada de 55,030m², área coberta comum edificada de 21,803m², área total coberta edificada de 76,833m², área comum descoberta de 19,407m², perfazendo a área total de 96,240m², correspondendo, como parte inseparável, a uma fração ideal no solo e nas outras partes comuns do condomínio de 0,008002, com direito ao uso de uma vaga de garagem, em lugar indeterminado, no primeiro subsolo ou na área de estacionamento descoberto do condomínio, cujas áreas integram área comum"*. **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 19 de abril de 2.022, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 325.177,10** (Trezentos e Vinte e Cinco Mil Cento e Setenta e Sete Reais e Dez Centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (PT_1664-02)

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA ÀS ME/EPP E ITENS DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA
O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário de Infraestrutura Urbana, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº 024/2022 - PROCESSO Nº 31.826/2021
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CIMENTO PORTLAND COMUM CP II 32 – SACO COM 50 KG.
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 01 de abril de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).
Mogi das Cruzes, em 17 de março de 2022.
ALESSANDRO SILVEIRA - Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 014/21 - PROCESSO Nº 24.434/21
OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESAS PARA A ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO, MEDIANTE OUTORGA DE CONCESSÃO PÚBLICA, DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 7.619/2020 E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.
O Município de Mogi das Cruzes, por intermédio do Sr. Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana, comunica que REVOGOU, por conveniência e interesse público, com base nas disposições do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 014/21. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste comunicado, para interposição de eventuais recursos, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.
Mogi das Cruzes, em 15 de março de 2022.
ALESSANDRO SILVEIRA - Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2021 - PROCESSO Nº 31.601/2021 E APENSOS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO.
EMPRESA VENCEDORA: 300 COMÉRCIO SERVIÇO E LOGÍSTICA EIRELI – EPP; AW SPORTS - EIRELI – EPP; CALUX COMERCIAL EIRELI; L. MOHR EIRELI EPP; RICARDO SANTORO DE CASTRO; SPORTHAUS COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI; 100 SPORTS EIRELI; ALOHA COMERCIAL LTDA; TECBOL LTDA; ESPORTE VALE - COMERCIAL DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA e WALDEMIRO STEFFEN ME.
VALOR GLOBAL: R$ 6.678.535,60 (seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).
Mogi das Cruzes, em 09 de março de 2022.
PATRÍCIA HELEN GOMES DOS SANTOS - Secretária Municipal de Educação

---

Fort Leste Cooperativa Habitacional
CNPJ 40.997.709/0001-28 - NIRE nº 35400190094
Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
No uso de minhas atribuições, convoco na forma do art. 52 do estatuto social, os senhores Cooperados da **Fort Leste Cooperativa Habitacional** para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,** que será realizada na sala de reunião do Edifício Higgs Empresarial, à Rua Serra de Botucatu, 880 - Vila Gomes Cardim, na cidade de São Paulo, no dia 30 de março de 2022. A primeira convocação será realizada às 13 horas, com 2/3 (dois terços) de seus cooperados presentes, caso esse número não seja atingido, se reunirá em segunda convocação, às 14 horas, com metade mais um de seus cooperados presentes, ou em terceira convocação, às 15 horas com o mínimo de 10 cooperados presentes, sendo 121 o número de cooperados convocados. Será tratada a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Deliberação de contas do exercício fiscal de 2021; b) Eleição e posse do Conselho Fiscal; **Extraordinária:** c) Deliberação de alteração e consolidação do Estatuto Social: São Paulo, 18 de março de 2022. **Conselheiro Presidente** - Luiz Felipe Luque Lima.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.
O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, neste ato representado por seu presidente, convoca todos os engenheiros, associados ou não ao sindicato, empregados na base territorial do SEESP, que compreende todo o Estado de São Paulo, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária virtual, que será realizada no dia 22/03/2022, das 9h às 20h, com a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberação sobre a Pauta de Reivindicações da categoria para o ano de 2022, visando ao início das negociações da data-base de 1.º de maio de 2022; b) Deliberação sobre a delegação de poderes à direção do SEESP para iniciar as negociações coletivas de trabalho, assinar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo; c) Deliberação sobre o desconto da Contribuição Assistencial e/ou Confederativa e/ou Profissional e/ou Negocial; d) Deliberação sobre declarar a assembleia aberta em caráter permanente até o final do processo de negociação coletiva. Todos os participantes deverão entrar em contato previamente com o Departamento de Ação Sindical do SEESP, através do telefone (11) 3113-2641 ou, alternativamente, pelo e-mail sindical@seesp.org.br, para credenciamento prévio, obtenção das propostas do SEESP para cada item da Ordem do Dia e obtenção do link de acesso à assembleia. **São Paulo, 18 de março de 2022. Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro – Presidente.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 1000899-43.2019.8.26.0348
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Mauá, Estado de São Paulo, Dr(a).THIAGO ELIAS MASSAD, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **CLEIDE OLIVEIRA DA SILVA BRAGEROLLI**, Brasileira, Casada, Cabeleireira, CPF 391.070.748-32, com endereço à Rua Ariosto da Silva Lazaro, 127, Viela Trinta e quatro, Jardim Zaira, CEP 09321-000, Maua - SP, que lhe foi proposta uma ação de **Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária** por parte de **Banco Bradesco Financiamentos S/A**, alegando em síntese: que lhe ajuizou ação de Busca e Apreensão do veículo Chevrolet Corsa Hatch Flexpower, versão Maxx 1.8 8V, A/G, 4P, ano 2005/2005, chassi 9BGXH68005B228403,Renavam 000851918867, placa DRD-2355, preto, alienado fiduciariamente ao autor, visto que a ré deixou de pagar as parcelas avençadas. Apreendido o bem, e encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO, por EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Maua, aos 04 de Março de 2022.

Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo - SINDILAV
CNPJ 47.463.195/0001-70
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
O Presidente do Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo - SINDILAV, CNPJ 47.463.195/0001-70, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Pais de Araújo nº 29 - Conjunto 111, em cumprimento ao disposto no art. 20 e seguintes do Estatuto Social, convoca para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de março de 2022, 4ª feira, às 10:00 horas, em primeira convocação, ou não havendo quórum legal, às 10:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de associados participantes, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **01.** Leitura, discussão e aprovação da Ata da AGO realizada em 30.03.2021; **02.** Conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2021; **03.** Apreciação da Prestação de Contas relativas ao Exercício de 2021 e da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2022; **04.** Assuntos Gerais. São Paulo, 17 de março de 2022. **José Carlos Larocca - Presidente. Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo - SINDILAV. 00922.**

Próxima dos 30, Ana Marcela quer medalha que ainda falta

Atleta diz que pode competir até Los Angeles-2028 e pensa em virar técnica

Klaus Richmond

SANTOS A nadadora Ana Marcela Cunha conta que poucas coisas mudaram desde 3 de agosto do último ano, data em que pôs fim a uma incômoda sina em Olimpíadas.

A medalha de ouro conquistada nos Jogos de Tóquio lhe tirou um peso das costas e trouxe o reconhecimento que jamais esperou viver desde o início da trajetória profissional, aos 12 anos de idade.

Agora, próxima de completar 30, em 23 de março, mesmo a conquista olímpica, somada ao ouro no Pan de Lima em 2019 e aos 12 pódios em campeonatos mundiais, além do recente título de melhor do mundo em maratonas aquáticas, o sétimo de sua carreira, ainda não saciaram a atleta.

Incomoda Ana Marcela o fato de ainda não ter vencido a prova de 10 km do Mundial, considerada a distância mais tradicional da modalidade.

"Digo que muitas coisas mudaram, mas, ao mesmo tempo, que nada mudou em mim desde Tóquio. Veio um reconhecimento, sim. Sinto um carinho diferente das crianças e das pessoas, mas, como atleta, também penso que me falta algo. Sou campeã mundial, campeã olímpica, mas não tenho o título dos 10 km", diz.

Nessa distância, Ana Marcela foi prata em Barcelona, em 2013, e bronze em Kazan e Budapeste, em 2015 e 2017, respectivamente. A capital húngara, por sinal, foi escolhida pela Fina (Federação Internacional de Natação) em fevereiro como sede da próxima edição da competição, entre 18 de junho e 3 de julho.

"Essa pimenta [pela conquista inédita] o Fernando [Possenti, treinador] usa e me provoca todos os dias. Ele é um cara que sabe fazer isso sem ser agressivo ou pesado. São provocações sutis, mas bem estimulantes", explica.

"Eu também me comparo muito, é inevitável. Apesar de estar mais velha, me cobro quando faço alguma série abaixo do que já fiz, mesmo bem mais jovem", completa.

A idade, até aqui, ela enxerga só como um número. Não há nenhum sinal em treinamentos ou competições que acusem queda de desempenho desde Tóquio, diz a atleta.

Ana Marcela tem a carreira marcada pela precocidade. Aprendeu a nadar com dois anos e competiu pela primeira vez aos seis. Integra a seleção desde os 14. Em 2008, aos 16 anos, foi a mais jovem integrante da delegação de 277 atletas – 132 mulheres e 154 homens – nos Jogos de Pequim.

"Sou privilegiada por ter conquistado quase tudo antes dos trinta. Olho para caras como o Nicholas [Santos], que tem 42 anos, e penso: é possível muito mais. Não penso que meu corpo está mais velho, que o meu corpo está mais lento. Continuo tendo excelentes resultados, esse é o meu parâmetro", explica.

A preocupação, agora, é justamente não perder a sequência vitoriosa. Menos de 24 horas após a maior conquista da carreira, ainda em solo japonês, ela confessou ao pai, George Cunha, que teria pouco tempo para comemorações porque havia programado treinos e importantes reuniões para traçar as primeiras ações de olho em Paris-2024.

Já para este ano tem em seu roteiro uma nova passagem por Sierra Nevada, na região de Granada, ao sul da Espanha, para treinamento na altitude. Ela deve competir novamente em etapas dos campeonatos Espanhol e Francês, e no circuito mundial de maratonas aquáticas.

Os olhares de Ana Marcela estão voltados para Paris-2024, mas a carreira pode se estender para mais um ciclo olímpico. A continuidade de Fernando Possenti para 2028 será determinante.

"Olho para os ciclos. Se o Fernando continuar, me sinto confiante em tentar mais porque confio muito no trabalho dele. Há um respeito e admiração enorme entre nós."

Possenti e Ana Marcela se conheceram em 2013, quando a atleta trocou a Unisanta pelo Sesi. Depois, voltaram a reeditar a parceria em 2017. São constantes os incentivos para que siga a carreira como técnica quando optar por parar.

"Ele, muitas vezes, me deixa montar os treinos e brinca que jamais seria meu atleta, pois não alivio nem para mim mesma", afirma.

Ana Marcela vê a empreitada como um desafio possível, porém ainda distante. "Quero ler, entender e estudar muito se for fazer isso mesmo. Sou formada [em educação física] e tenho muita vontade de trabalhar na borda da piscina, mas tenho receio de não saber explicar e passar. Porém há muita lenha para queimar dentro da piscina até lá."

Em dezembro, ela renovou contrato com a Unisanta até os Jogos de Paris. No último dia 10, a universidade apresentou 12 novos nadadores, como Guilherme Costa, finalista dos 800 m livre em Tóquio.

Ana Marcela Cunha compete na maratona aquática em águas abertas nos Jogos Olímpicos de 2020, no Parque Marino Odaiba, em Tóquio (Japão) Jonne Roriz/COB

Palmeiras bate Corinthians em dérbi de técnicos portugueses

SÃO PAULO No primeiro dérbi com treinadores portugueses dos dois lados, deu Palmeiras. No Allianz Parque, o time da casa se impôs sobre o Corinthians e venceu por 2 a 1, com gols de Raphael Veiga e Danilo. Róger Guedes chegou a deixar o duelo empatado antes da definição do marcador.

Ficou evidente a diferença física entre a jovem equipe comandada por Abel Ferreira e o experiente time dirigido por Vítor Pereira. Os visitantes só conseguiram utilizar sua boa qualidade técnica em raras situações. Assim, perderam pela terceira vez em três clássicos na temporada.

O triunfo assegurou ao Palmeiras, agora com 29 pontos, a primeira colocação geral na primeira fase do Campeonato Paulista, que termina no final de semana. Nas quartas de final, o clube enfrentará Ituano, Botafogo ou Mirassol. O Corinthians, com 20, está classificado com a liderança do Grupo A e terá pela frente Inter de Limeira, Guarani ou Água Santa.

O placar foi aberto aos 25 minutos do primeiro tempo, em pênalti indicado pelo árbitro de vídeo, contestado pelos alvinegros e convertido por Veiga. Também de pênalti, Guedes deixou sua marca, aos 16 da etapa final. Mas, aos 24, Danilo fechou a contagem.

O Brasileiro precisa de visão empresarial

Modelo é inspirado em LaLiga, que participa de projeto junto de banco de investimentos

Paulo Vinicius Coelho

Jornalista e autor de "Escola Brasileira de Futebol". Cobriu seis Copas e oito finais de Champions

O presidente de LaLiga, Javier Tebas, saiu da Espanha e veio a São Paulo na terça (15), exclusivamente para defender a criação da Liga do Brasil. A visita indica o interesse internacional pelo ex-país do futebol. Não veio trazer espelhinhos e trocá-los com nossos dirigentes. Veio fazer negócios.

Os indícios de que a aprovação da SAF, no Congresso, e a possibilidade de mudança do governo federal, atraem olhares europeus já foi tratada aqui há um mês. Tebas quer ser parceiro da futura Liga do Brasil, porque percebe o potencial desse mercado: "Pode ser o quinto maior campeonato do planeta", diz.

Em outras palavras, se nascer, estará em quinto lugar desde o berço esplêndido. Depois, o trabalho pode impulsionar a subida.

Na terça, a XP Investimentos e Alvarez & Marsal apresentaram proposta para estruturação da nova liga.

Tratam como a melhor chance na licitação, mas quem tem de definir isso são os clubes. Há a concorrência da Codajas Sports Kapital e da LiveMode.

Os 40 clubes das Séries A e B vão fechar com quem quiserem. O movimento de Tebas, saindo de Madri para a reunião em São Paulo, indica que é agora ou nunca.

Enquanto a CBF discute as picuinhas do poder, aumenta mesadas para presidentes de federações e se distrai com a política, em vez de cuidar de ganhar a Copa do Mundo, o futebol se preocupa com a concorrência em todo o mundo. A Premier League entende que o público jovem se interessa por NBA, NFL e eSports.

O Brasileirão concorre com tudo isso e, também, com os jogos dos campeonatos Inglês, Espanhol, Alemão, Italiano e Francês. Mesmo sem sair das cavernas, o Brasil mantém o interesse de seu público.

No último fim de semana de estaduais, o Flamengo levou 61 mil espectadores ao Maracanã contra o Bangu, o Corinthians jogou para 39 mil pagantes contra a Ponte Preta e o clássico Palmeiras x Santos teve 38 mil espectadores no Allianz Parque.

O presidente de LaLiga vem atrás desse potencial. Expôs o projeto e deu o caminho: "Incomodado e satisfeito." Com esta frase, evidenciou que nenhuma decisão atenderá a todos os desejos e que cada clube deve se comportar como um galho de uma grande árvore.

Em "Panis et Circenses", os Mutantes cantavam que as folhas sabem procurar pelo sol. As copas se abrem, para que todas recebam luz e façam a fotossíntese. Uma árvore saudável compõe uma floresta. Uma fruta podre compromete a cesta. Todos os times da liga precisam ser fortes, esportiva e economicamente.

O Brasil poderia ter criado sua liga em 1987, cinco anos antes da Premier League, na Inglaterra, se não houvesse tantos interesses particulares. Os ingleses brigaram por décadas e os cinco grandes tiveram a sabedoria de romper com o atraso em 1991. Na época, o Everton fazia parte do seleto grupo de gigantes. Hoje, briga contra o descenso.

A Inglaterra tem a mais justa divisão do dinheiro, um terço por exibição, um terço por desempenho, um terço igualitário. Antes da Premier League, os ingleses vendiam jogadores para o Campeonato Francês. Depois, construíram o melhor campeonato nacional do planeta e atraíram investidores – inclusive os pilantras.

Tebas corrigiu, em parte, a distorção de o Campeonato Espanhol ser vencido apenas por Real Madrid e Barcelona. O Atlético ganhou dois dos últimos oito troféus. Não precisa ser com Tebas. O Brasileiro precisa de visão empresarial. É agora ou nunca. Ou o futebol brasileiro terá com a Europa a mesma relação do basquete nacional com a NBA.

O império (da Mercedes) contra-ataca

Produção atrai público jovem, mas pilotos estão cada vez mais se afastando do programa

Sandro Macedo

Jornalista e ex-dono de videolocadora, na Folha desde 2002, com passagens por Esporte e Cultura

Imagine que você está sentadinho no sofá, acompanhando o final de uma produção no streaming. A cena: em um ambiente iluminado, que inclui decoração natalina, dois homens se encontram e observam com admiração um troféu. Então o mais jovem dá um presente ao mais velho, que retribui com um abraço.

Corta para a cena derradeira. A trilha sonora ganha notas de tensão. A câmera aponta para um homem sisudo de cabelo impecável, vestido de preto, num fundo escuro. E sem mover nenhum músculo facial a mais que o necessário ele diz: "Todo mundo será um alvo no ano que vem". Uoouuu, arrepiei só de lembrar.

Poderia ser algum spin-off de "Star Wars", mas é o final da quarta temporada de "Dirigir para Viver", a série da Netflix que mostra os bastidores da temporada de 2021 da F1. O final feliz é entre Christian Horner, como um bom mestre Jedi, e Max Verstappen, seu jovem aprendiz da Red Bull. E quem faz as vezes de Darth Vader prestes a construir a nova Estrela da Morte é, claro, Toto Wolff, o todo-poderoso da Mercedes.

Ainda que o final da série tenha que reproduzir o final da temporada (Verstappen feliz, Hamilton deprimido, Toto puto), "Dirigir para Viver" está longe de ser um simples resumão do ano. Em dez episódios, a série não está interessada em dar um panorama cronológico do campeonato, mas sim em explorar (ou criar?) alguns dramas pessoais ou, melhor, alguns conflitos.

Mais do que Hamilton e Verstappen, os personagens principais da quarta temporada são Wolff e Horner, os respectivos chefes de equipe. Entre um episódio e outro surgem coadjuvantes, como o simpaticão Daniel Ricciardo, a jovem estrela George Russell, o preguiçoso novato Yuki Tsunoda — pelo menos, assim foi registrado — e o desastre ambulante Nikita Mazepin.

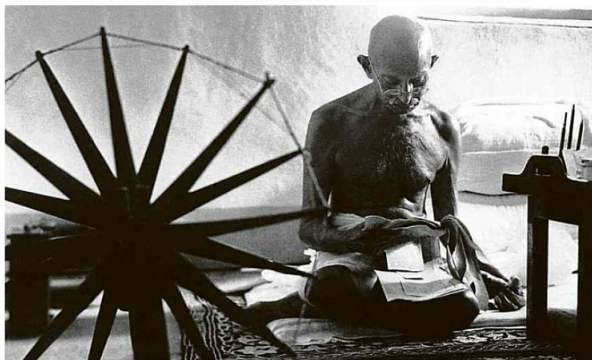
Desde o primeiro episódio, a série explora a rixa entre Horner e Wolff. Até nas conversas de Horner com sua mulher, a ex-spice Geri Horner. O confronto pessoal ficou para o nono episódio, quando os dois são convocados para uma entrevista conjunta antes do penúltimo GP.

"Como está a relação entre Red Bull e Mercedes?", questiona um jornalista aos dois. Após um longo silêncio, Horner fala: "Não há relação, não preciso puxar o saco dele". Wolff devolve dizendo que o campeonato começou como uma luta de boxe olímpico, virou boxe profissional e chegou ao final como uma luta de MMA. Quase dá para achar que é a Netflix quem conduz a entrevista, devem ter chorado de alegria com as respostas.

Sucesso de público, "Dirigir para Viver" tem ajudado a atrair a atenção dos jovens fãs para a categoria. Por outro lado, os próprios pilotos estão cada vez mais se afastando do programa por considerá-lo "fake".

Você não verá entrevistas isoladas de Verstappen porque o piloto resolveu não participar. Neste ano, Lando Norris criticou a série, afirmou que os áudios não correspondem ao que acontece na pista, e que a série faz edições fora de contexto apenas para construir uma narrativa. Bem-vindo à F1-BBB, querido e inocente Lando. O ex-piloto Damon Hill também criticou a série ao afirmar que ela está alimentando rivalidades no paddock e na torcida.

Se o fim da quarta temporada da série teve jeitão de "Star Wars", com novos heróis triunfando e um Toto Vader irado, vamos ver se a temporada de 2022 vai virar "O império da Mercedes contra-ataca" no streaming. A largada será neste domingo (20), no desértico cenário do Bahrein. A ver quem serão os escolhidos para os papéis de mocinhos e vilões do ano.

HÁ 100 ANOS Gandhi começava sentença de seis anos por desobediência civil que inspirou Martin Luther King Jr.

Mahatma Gandhi, principal ativista pela independência da Índia, em 1947, foi um dos pilares da resistência não violenta e da desobediência civil. Em 18 de março de 1922, ele começava a servir a mais longa sentença de uma série de prisões que marcaram sua trajetória política, indissociável da fundação do Estado indiano contemporâneo Reprodução do livro "Gandhi"

2 de outubro de 1869 Nasce Mohandas Karamchand Gandhi, filho de um político e uma devota hindu, no estado de Guzarete, fronteira com o Paquistão

Mahatma Gandhi, aos 7 anos de idade, em 1876

1883 Mohandas se casa com Kasturba Gandhi

1888 Mohandas parte para Londres para cursar direito, sob promessa feita à mãe de não ceder ao consumo de carne e de álcool

1889 Em Londres, Gandhi se sensibiliza com movimentos de trabalhadores e se junta à Sociedade Vegetariana de Londres

1891 Gandhi retorna à Índia

1893 Sem sucesso em montar um negócio de advocacia na Índia, ele aceita um convite de trabalho na África do Sul, onde sofre racismo

1894 Gandhi organiza uma campanha para garantir acesso de indianos ao voto na África do Sul, sem sucesso

1897 Gandhi é atacado por um grupo de colonos brancos, mas se recusa a prestar queixa

Na residência do Rev. Doke em Joanesburgo, recuperando-se após ser agredido, em 1908

1900 Ele se junta à Guerra dos Bôeres com um grupo de voluntários que prestavam ajuda médica

1906 Mohandas participa de protestos contra Atos de Registro Asiáticos —uma lei que exigia registro de indianos e chineses na África do Sul— e adota o conceito de Satyagraha, força da verdade, raiz da resistência não violenta

1910 Gandhi funda o ashram Fazenda Tolstói, perto de Joanesburgo, com nome inspirado no romancista russo Liev Tolstói

1914 Mahatma, como ficou conhecido, foi honorífico aplicado na África do Sul e significa venerável ou de alma grandiosa

1915 Mohandas retorna à Índia

1917 Gandhi lidera o protesto não violento vitorioso no estado de Bihar no qual camponeses se levantaram contra donos de terra britânicos e autoridades locais

Vestido como um satyagrahi, em 1914

Fotos Coleção MKG Biblioteca MJ/Heritage do Patrimônio Gandhi

1919 Mohandas lança o movimento Satyagraha, baseado em resistir ao sofrimento como meio para um fim, após a Primeira Guerra Mundial; protesta contra o Ato Rowlatt, que estendeu medidas emergenciais que autorizavam detenção e encarceramento sem julgamento e revisão jurídica, em vigor na Primeira Guerra, diante de ameaças nacionalistas e revolucionárias indianas; funda o jornal Jovem Índia voltado para popularização da luta pela independência indiana pela via de não violência

1921 Gandhi lidera o PCNI (Partido do Congresso Nacional Indiano) e assume o uso de um pano como veste, símbolo de identificação com os pobres

18 de março de 1922 Mohandas é preso e começa a cumprir a sentença de seis anos

1924 É solto da prisão em março

1928 Gandhi vai ao Congresso de Calcutá, onde é feito um rascunho da Constituição da Índia

1930 PCNI adota programa de desobediência civil; Gandhi faz marcha pelo fim da Lei do Sal, que impedia, desde 1882, que indianos coletassem ou vendessem sal

Com Indira Gandhi durante jejum de vinte e um dias, em 1924

1932 Ele inicia greve de fome pelos direitos dos dalits, casta de pessoas consideradas "impuras" pelos escritos bramânicos

1939 Início da Segunda Guerra Mundial; Índia foi implicada no conflito pelo Império Britânico sem o aval de líderes do país

1940 Resolução de Lahore em que se propunha a criação de Estados independentes em áreas de maioria muçulmana

1942 Kasturba, esposa de Gandhi, é presa. Gandhi leva a ideia de Quit India, que demandava o fim do domínio britânico do país, ao CNI e resolução é aprovada

1944 Kasturba morre na cadeia

1945 Missão de Gabinete para a Índia; britânicos discutiram transferência de poder para indianos e conferência de Simla, em que colonizadores encontraram indianos para aprovar plano de autogoverno, com disputas entre hindus e muçulmanos

1946 Plano de Gabinete é aceito; muçulmanos emplacam protesto não violento por Paquistão independente. A ação descambou em três dias de conflito com hindus e mais de 4 mil mortos

1947 Dias 14 e 15 de agosto Paquistão e Índia celebram, respectivamente, suas independências. Gandhi faz greve de fome em protesto

30 de janeiro de 1948 Gandhi é assassinado por um militante hindu nacionalista que acreditava que o líder havia favorecido muçulmanos nas negociações de independência

Corpo de Mahatma Gandhi em Nova Deli

GELO E GIM

Daniel de Mesquita Benevides
folha.com/geloegim

O livro que Marguerite Duras encharcou de Campari

Uma alimentação saudável se faz entre aperitivos e digestivos, como bem sabem os mediterrâneos. Antes das refeições, o Campari com soda se destaca. Não por ser o melhor, ainda que seja muito bom, mas por ser o mais famoso.

Terço amargo do Negroni, o bitter escarlate é do tipo ame-o ou deixe-o. Na Itália, onde surgiu em 1860, diz-se que é preciso três tentativas para que o libador incauto possa apreciá-lo. A primeira não faz tchan e a segunda não faz tchun. Na terceira ou quarta é que as luzes de Milão se acendem na cabeça.

"Campari é magia", diz uma personagem de "Os Cavalos de Tarquínia". O romance do início de carreira de Marguerite Duras mostra três casais em férias numa praia italiana. No estilo claro e experimental da autora, a história corre pelas conversas. São regadas a Campari, que os personagens tomam todos os dias. Se torcer o livro, dá para encher algumas garrafas.

Amor, maternidade, o calor, o sexo, o rapaz que vai aos ares ao pisar numa bomba, o mar, a amizade, o fetiche pelos barcos a motor, a traição e o ciúme são assuntos discutidos e vividos num tempo suspenso pela bruma vermelha do aperitivo.

Sensações e sentimentos, embotados pela tórrida temperatura, despertam quando o gelo toca a boca no primeiro gole. "Acredito muito no Campari", diz outra personagem. "O álcool preenche a ausência de Deus", escreve Duras em "A Vida Material".

AdobeStock

Milano Torino

- 45 ml de Campari
- 30 ml de vermute doce

Mexa suavemente os ingredientes num copo old-fashioned com gelo. Decore com uma rodela de laranja.

A escritora falava do que conhecia de perto. Consumidora compulsiva de vinho e conhaque, bebeu até onde o fígado deixou. Chegou a ficar cinco meses em coma. Dois anos após o diagnóstico de cirrose, publicou seu romance mais conhecido, "O Amante" (1984), um acerto de contas com o passado na Indochina (Vietnã). Aos 15 anos, foi empurrada pela família para os braços de um chinês rico. A ambiguidade da experiência, amarga e erótica, doce e violenta, marcou profundamente toda sua vida e obra.

Feminista a seu modo, teve de lidar com a incompreensão dos homens, que não equacionavam sua aparência frágil com o estilo franco de seus textos. Sua autoconfiança e intensidade sensual incomodavam, soavam fora de lugar, provocavam inveja.

Havia, claro, exceções. Beckett declarou que ouvir uma das peças de Duras no rádio mudou sua vida; Lacan, por sua vez, disse que ela antecipou intuitivamente suas ideias. E Resnais filmou "Hiroshima, meu amor", escrito por ela.

Duras tinha a consciência de que o alcoolismo numa mulher era bem menos aceito do que num homem —era algo "escandaloso", como se fosse "um animal ou uma criança bebendo". O próprio Campari sempre se direcionou mais aos homens em suas propagandas, nas quais eles são invariavelmente seduzidos por mulheres deslumbrantes.

Nos anos 1970, Humphrey Bogart oferece a bebida com soda para uma sereia dos bares, num ambiente que reproduz as cenas de "Casablanca". Depois foi a vez de Fellini, que certamente precisava de dinheiro para pagar as contas. Ele dirigiu um comercial de Campari que se passa num trem onírico. Recentemente, Paolo Sorrentino, de "A mão de Deus" realizou para a marca um curta-metragem com Clive Owen de barman.

Nada que se compare a alguns diálogos em "Tarquínia". "Tem coisas que não gostamos logo de cara, mas que aos poucos nos dão prazer, até mesmo ao ponto da necessidade." Para Sara, figura central, o "Campari faz com que tudo fique menos urgente".

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
18.mar.1922

Vereadores pedem para prefeitura coibir abuso nos preços das carnes

Na sessão da Câmara Municipal de São Paulo, neste sábado (18), foi apresentada uma indicação à Prefeitura para que tome providências no sentido de coibir um abuso nos preços das carnes que estaria sendo praticado por açougueiros.

Segundo a reclamação, o quilo da carne é comprado pelos açougueiros no matadouro a 750 réis, mas depois é vendido ao público pelo dobro do valor. Já a carne de porco chegaria a ser vendida até por um valor maior que o dobro.

O texto dessa indicação, assinado por dois vereadores, afirma que o caso representa "uma ganância inqualificável que exige uma medida enérgica".

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Barriga de aluguel em tempos de guerra

Ucrânia é um dos poucos países que permite a prática

Julio Abramczyk
Médico, vencedor dos prêmios Esso (Informação Científica) e J. Reis de Divulgação Científica (CNPq)

A invasão militar russa na Ucrânia está entrando na quarta semana, colocando em risco bebês gestados em barrigas de aluguel.

A Ucrânia é um dos poucos países do mundo que permite o programa da barriga de aluguel. A legislação autoriza a gravidez realizada por outra mulher e não pela mãe da criança.

Essa maternidade de aluguel, remunerada, pode usar células germinativas dos futuros pais ou apenas do doador masculino ou feminino.

Não é permitido o uso do óvulo da mãe de aluguel para fertilização in vitro.

O bebê que irá se desenvolver no útero da barriga de aluguel não pode ter como origem esta mesma mulher.

Informações na imprensa citando a AFP referem que perto de cem bebês nascidos de barrigas de aluguel na Ucrânia estão à espera de seus pais, cidadãos estrangeiros.

Antes da guerra, existiam na Ucrânia 34 clínicas especializadas em saúde reprodutiva.

O primeiro procedimento de fertilização in vitro no país foi realizado em 1991.

Segundo comunicado de uma dessas clínicas especializadas (Biotexcom), "todas as crianças estão seguras, as enfermeiras da clínica estão com elas 24 horas por dia, sete dias por semana. Há uma quantidade suficiente de alimentos, roupas e medicamentos necessários. Todas as crianças estão bem e em breve estarão com seus pais".

Garota da capa

Bruna Marquezine ganha papel em blockbuster de super-herói e luta contra haters e o rótulo de namorada de Neymar

Intervenção gráfica sobre retrato da atriz Bruna Marquezine realizado pelo fotógrafo João Kopv Ilustração Márcio Sampaio

Pedro Diniz

SÃO PAULO Nova York, 4 de fevereiro de 2022. Bastou uma chamada de vídeo recebida de dentro do quarto em que estava hospedada para que o mundo mudasse de cor para a atriz Bruna Marquezine. Aos 26 anos, tendo dedicado os últimos cinco a realizar dezenas de testes e videotapes para seleções de elenco no mercado internacional, ela conseguiu finalmente chorar de alívio.

Não que seus outros trabalhos como atriz de novelas da TV Globo, onde ela começou a carreira aos sete anos, não a tivessem emocionado antes. Mas, quando recebeu a notícia dos estúdios da Warner Brothers de que havia sido escolhida como "interesse romântico" do super-herói de "Besouro Azul", filme do universo da DC Comics a ser lançado no ano que vem, tirou o peso, ela conta, após "sofrer calada por tantos anos".

Desta vez, pensou a atriz fluminense, "não estou namorando há não sei quanto tempo e ninguém vai poder dizer que [a escalação] tem a ver com homem nenhum do mundo". "É mérito meu. Sabia que acreditava em mim."

É que desde quando deixou de ser vista como a garotinha Salete da novela "Mulheres Apaixonadas" e, já maior de idade, passou a emendar diversos personagens em tramas do horário nobre, o epíteto de namorada de Neymar muitas vezes aparecia antes do ofício de atriz.

Ela conta que, ainda que se esforçasse e conseguisse papéis complexos, "por muito tempo não tive controle [sobre a imagem], porque pessoas públicas perdem esse direito". "Sempre fui para os outros o que diziam que eu era", acrescenta. Por isso, é diferente o sabor de ser a primeira latino-americana a protagonizar uma franquia multibilionária de super-heróis e, com isso, mudar o curso da história de atores brasileiros que tentam a sorte em Hollywood ao se lançarem em papéis muitas vezes caricatos e sem relevância.

Marquezine não pode dar detalhes de sua Jenny —nos quadrinhos, a personagem se chama Penny—, mocinha de valores familiares sólidos e filha de pai americano com mãe latina, mas ela simboliza uma libertação do passado tentando "não resumir minha existência a um namoro".

> **Vi coisas acontecendo, vi gente querendo me sabotar, se unindo para fomentar ódio, achando legal quando era diminuída a namorada do Neymar mesmo tendo visto a minha trajetória**
>
> **Bruna Marquezine**
> atriz

"Achava injusto. Naquela época ninguém falava de feminismo, então, era tudo bem uma menina ser resumida a um namoro com uma pessoa famosa. Ninguém reclama disso, mas doía em algum lugar, e eu mesma não sabia como reverter essa sensação", lembra.

"Vi coisas acontecendo [nos bastidores], vi gente querendo me sabotar, se unindo para fomentar ódio, achando legal quando eu era diminuída a namorada do Neymar mesmo tendo visto de perto minha trajetória."

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PORTA DE SAÍDA

A deputada federal Marília Arraes (PT-PE) decidiu sair do PT e estuda se filiar ao MDB ou ao Solidariedade, legenda com as quais intensificou as conversas nesta semana.

RACHA Com isso, a base de suporte da candidatura de Lula à Presidência fica rachada em Pernambuco.

VETO Uma das principais lideranças do partido no estado, Marília está contrariada com o que considera veto do senador Humberto Costa (PT-PE) à candidatura dela ao Senado.

LISTA Ele defende o nome do deputado Carlos Veras (PT-PE) para concorrer ao cargo. O problema é que, de acordo com pesquisa feita pelo instituto Empetec e publicada pelo jornal Diário de Pernambuco, Veras tem apenas 1% dos votos, e Marília, 25,8%.

LISTA 2 De acordo com interlocutores da parlamentar, além de Humberto Costa tentar barrar a liderança de Marília, ela considera que não tem sido respeitada pelos dirigentes da legenda e sequer é ouvida sobre a condução dos rumos políticos do partido.

FACE A FACE Ela deve se reunir com Lula nos próximos dias e há, entre seus apoiadores, quem considere que ele conseguiria articular um acordo para demovê-la da decisão. A possibilidade, no entanto, é considerada remota.

DE FRENTE Marília ainda não sabe se será candidata ao Senado ou ao governo do Estado, batendo chapa com Danilo Cabral, que será candidato numa aliança entre o PSB e o PT.

COM ELE Ela já decidiu, no entanto, que seguirá apoiando Lula para presidente da República.

COM ELES A deputada se reuniu na quarta (16) com o deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), que é presidente do MDB. Um dia antes, conversou com o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (SP), que preside o Solidariedade.

NOVA DIREÇÃO As duas legendas ofereceram a Marília o controle do partido no estado, além da possibilidade de escolher a que cargo quer concorrer.

TIME Existe ainda a possibilidade de ela participar de uma aliança em torno da candidatura da prefeita de Caruaru, Raquel Lyra, ao governo, caso não queira concorrer ao mesmo cargo.

NOME Neta de Miguel Arraes, Marília disputou a prefeitura de Recife em 2020 contra seu primo, João Campos (PSB).

SOBRENOME Ele acabou vencendo, com 56% dos votos válidos. Mas ela se firmou como uma das mais importantes lideranças de esquerda do estado.

ESTANTE A editora Zahar vai lançar, em agosto, o livro "O Negócio do Jair", da jornalista e colunista do UOL Juliana Dal Piva. A obra é resultado de mais de três anos de investigação sobre o suposto envolvimento do presidente Jair Bolsonaro (PL) e sua família no esquema de "rachadinha" — entrega de salários de assessores na Assembleia Legislativa.

EM FAMÍLIA

Fotos Marcelo Moscardi/Divulgação

O cantor Fábio Jr. e a sua filha Cleo Pires 1 compareceram à pré-estreia do filme "Me Tira da Mira", em que contracenam juntos, em São Paulo. O cantor Fiuk, que também participa do longa, assistiu à sessão ao lado da atriz Thaisa Carvalho e de sua mãe, Cristina Karthalian 2. O diretor da obra, Hsu Chien, também esteve lá 3

LADEIRA... Os resultados positivos para teste de Covid-19 feitos pelo Grupo Fleury e pela rede de laboratórios Hermes Pardini continuam a cair mesmo após o período de Carnaval —contrariando as expectativas de um possível aumento.

... ABAIXO No Fleury, a média semanal de testes apontando infecção por coronavírus vem diminuindo desde o começo de fevereiro, quando a taxa era de 41,91%. Na última semana, esse valor ficou abaixo dos 5%. Já na rede Hermes Pardini houve uma redução de 5,6% na quantidade de testes positivos na última semana.

PASSAPORTE A presidente da Fundação Casa Rui Barbosa, Letícia Dornelles, vai viajar nesta sexta (18) para Nova York a convite da Missão Permanente do Brasil junto à ONU.

PREPARATIVOS Dornelles ficará uma semana na cidade para iniciar os preparativos de uma exposição sobre Rui Barbosa prevista para julho de 2022, na sede das Organizações Unidas.

NOSTALGIA Em preparação para comandar a transmissão do Lollapalooza Brasil no Multishow e na Globo, Marcos Mion diz se sentir de volta à MTV, canal que o revelou no início dos anos 2000. Ele participa nesta quinta (17) de um workshop sobre o festival. "A gente fala: 'ah, a época da MTV nunca vai voltar'. E de fato nunca vai voltar. Mas isso aqui é o mais próximo que dá para chegar", diz.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Garota da capa

Continuação da pág. C1

"Eu fui uma das poucas crianças que fechou com a Globo e tive contrato fixo até sair de lá. Mas começava a acreditar que minhas conquistas não eram boas o suficiente, que eu não era digna daquele lugar, que eu só era boa quando era criança e depois disso eu enganei e fui levando as pessoas no carisma", ela acrescenta. "Foram anos vendo as pessoas [do meio artístico] fazendo eu duvidar do meu valor."

Bruna Marquezine derrama lágrimas mesmo agora, quando, além de "Besouro Azul", que terá cinco meses de filmagem começando em abril, em Atlanta, ela também será vista na série "Maldivas", da Netflix, a partir de julho.

"Dói muito amar uma coisa, e as pessoas tirarem de você. Cheguei a falar com diretores que amo que 'não posso aceitar [o trabalho] porque não sou atriz'. Não era drama. Pensava 'será que um dia já fui [atriz], porra?'." Os dias que agora ela chama de azuis, diz, não significam vingança, "porque nunca daria esse significado para uma coisa tão linda". "Está mais para gratidão." A diferença é que a atriz, uma das maiores de sua geração na televisão, não se furta de levantar a voz para quem aponta o dedo.

Na Semana de Moda de Paris, onde foi convidada para as primeiras filas das grifes Saint Laurent, Givenchy e VTMNTS, uma foto sua com um look que deixava seus seios à mostra foi criticada na internet por um sujeito incomodado com a exposição. A resposta veio a galope. "Relaxa, machista. A minha fama aqui é de atriz, modelo, fashionista, influenciadora, gente boa, gentil, educada, divertida e uma baita de uma gostosa!"

Ela afirma que já espera comentários misóginos quando posta fotos com looks mais ousados em sua conta no Instagram, acompanhada por 42 milhões de pessoas. "Para falar a verdade, escrevi rindo. Chega a ser patético repetir algo tão óbvio, ter de explicar para um homem criado que ele não tem direito e opinião a nada sobre o meu corpo."

Ela diz repetir porque sabe que tanto ela quanto quase todas as amigas cresceram sendo cerceadas sobre a roupa que vestem. "Crescemos todas com aqueles comentários de 'se engordar, não vai casar' ou 'vai sair com essa roupa para chamarem você de vagabunda?'. Temos que ver [esse tipo de comentário] ainda como um problema."

Essa nova fase desgarrada de contratos fixos, que ela diz ser o melhor momento de sua carreira, também é acompanhada de um pendor fashion que só tende a aumentar. Cada vez mais Marquezine se entranha no universo da moda.

Estilista da Givenchy, o americano Matthew Williams selecionou a atriz para os dois últimos desfiles da marca. Por email, diz que "foi ótimo conhecer" Marquezine. "Além do nosso amor compartilhado pela moda, eu realmente a admiro e estou ansioso para construir a nossa nova amizade."

O interesse por moda é, no entanto, recente, conta a atriz. "Achava um saco essa coisa de ter de me vestir só para estar bonita. As atrizes são cobradas sobre isso. Com o tempo, fui tomando gosto quando passei a enxergar a moda como arte. Foi uma construção, que se tornou algo genuíno para mim", resume. "Mas, olha, desculpa decepcionar, não sou uma 'gênia' do marketing e não faço isso para me tornar um ícone fashion."

E ela nem teria como decidir sobre isso, da mesma forma que não decidiu receber todas as pechas do passado. Parece certa, porém, ao decidir sobre uma questão dessa nova fase de dias azuis —novela, por enquanto, nem pensar. "Foram muitas, acho que 14. Tenho um crédito ainda."

A atriz Bruna Marquezine João Kopv

Governo vai manter censura a filme de Gentili

Mesmo com classificação de 18 anos, comédia de 2017 acusada de pedofilia ainda é alvo de ordem de remoção do streaming

João Perassolo

SÃO PAULO O Ministério da Justiça e Segurança Pública esclareceu que há duas medidas em vigor em relação ao filme "Como Se Tornar o Pior Aluno da Escola", no centro de uma polêmica nesta semana depois de ter sido acusado de fazer apologia da pedofilia por expoentes do bolsonarismo.

Uma delas é a mudança da classificação etária do filme, que passou a ser indicado para maiores de 18 anos; a outra medida é a ordem para que os serviços de streaming suspendam a exibição do longa.

Na prática, isso significa que o governo está censurando o filme, que deverá sair de circulação. A multa é de R$ 50 mil diários a partir do quinto dia da decisão da suspensão, publicada no Diário Oficial da União na terça-feira, após pedido do ministro da Justiça, Anderson Torres.

Advogados afirmam que a administração não pode tirar um filme de circulação, porque isso fere a liberdade de expressão prevista na Constituição. Dizem que o conteúdo de uma obra audiovisual poderia ser contestado na Justiça, mas que mesmo assim as chances de o produto deixar de ser exibido são mínimas.

A reportagem questionou o ministério quanto a esses pontos. A pasta responde que "o processo administrativo leva em consideração a necessária proteção da criança e do adolescente como consumidor, conforme o artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor, e está dentro das competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública".

"Como Se Tornar o Pior Aluno da Escola" continua disponível nos serviços de streaming e entrou para a lista de filmes mais vistos na Netflix. As plataformas Globoplay e Telecine afirmaram que não removeriam a obra dos seus catálogos.

Há uma cena na comédia na qual o personagem interpretado pelo ator Fábio Porchat instiga dois garotos menores de idade a pararem de discutir e pede que o masturbem. As crianças reagem com surpresa, negando o pedido.

"O que é isso, preconceito nessa idade? Isso é supernormal, vocês têm que abrir a cabeça de vocês", afirma o personagem de Porchat, que em seguida abre a braguilha da calça e puxa a mão de um dos meninos em direção a ela.

Segundo o secretário especial da Cultura, Mario Frias, a cena é uma afronta às famílias, e o longa usa a pedofilia como forma de humor. O ministro da Justiça afirmou que o filme tinha "detalhes asquerosos".

Lançado originalmente nos cinemas no final de 2017, a obra chegou aos serviços de streaming há poucas semanas. A classificação indicativa inicial era de 14 anos, mas após a grita bolsonarista o governo alterou a faixa etária indicada para 18 anos. Esse tipo de mudança é uma prerrogativa do Ministério da Justiça.

Nesta quinta, o ator e comediante Danilo Gentili, autor do livro no qual o filme se baseia, resgatou um post de 2012 feito pelo deputado bolsonarista André Fernandes, um dos maiores impulsionadores da cruzada contra o longa.

"Tio, o que é pedofilia?" "Vem cá, sobrinha, senta no meu colo para eu te explicar." Este diálogo foi publicado por Fernandes em seu Twitter há quase dez anos, no dia 13 de abril de 2012, em tom de ironia.

Ao resgatar a postagem, Gentili afirmou que o deputado posa de moralista e correto mas expressa esse tipo de pensamento. "Ao que parece, o deputado bolsonarista a favor da censura que acusa os outros de apologia da pedofilia é mais parecido com o vilão do meu filme do que eu pensava", escreveu o ator.

O deputado respondeu Gentili horas mais tarde, via Twitter, dizendo que na data da postagem ele tinha 14 anos, idade próxima a das crianças do filme. "Legal falar de uma postagem irônica de uma criança de 14 para aliviar as barbáries de um marmanjo de mais de 40. Cria vergonha!", escreveu.

Porchat, que tem se manifestado pouco sobre a polêmica, repostou a publicação de Gentili e usou uma hasthag que diz "pedofilia é crime".

Baseado em livro homônimo de 2009, a comédia mostra dois garotos executando as lições presentes no tal livro —que na adaptação para as telas é um caderno escrito anos atrás e escondido dentro de um banheiro.

O autointitulado "pior aluno da escola" é agora um homem de quase 40 anos que vive na suíte presidencial de um hotel de luxo, rodeado de mulheres, e um penetra de festas.

Há outros momentos controversos no longa. Em um deles, Gentili experimenta variações de "gordo" para apelidar um dos protagonistas. Outro garoto recebe o apelido de "arrombado".

'Águas Profundas' tem Ana de Armas e Ben Affleck em trama de sexo e mortes

Adrian Lyne se junta ao criador de 'Euphoria' e traz livro de Patricia Highsmith para os dias atuais

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Numa das cenas mais famosas do cinema dos anos 1980, Adrian Lyne dirigiu Jennifer Beals curvando seu corpo para trás numa cadeira e recebendo um balde de água sobre ele, em "Flashdance". Já estava ali uma sensualidade que seria elevada a níveis ainda mais ousados em seus filmes seguintes, e que guia, agora, a trama do novo "Águas Profundas".

Nele, o líquido também aparece no jogo de sedução dos protagonistas —embora, dessa vez, a água encharque corpos sem vida, de gente assassinada justamente por causa do sexo tão onipresente no roteiro. É que, no longa estrelado por Ben Affleck, ele se torna o principal suspeito da polícia quando os amantes de sua mulher, vivida por Ana de Armas, começam a morrer.

"Águas Profundas" é uma adaptação do livro homônimo escrito por Patricia Highsmith há 65 anos. Na trama, Vic e Melinda van Allen formam um casal abastado. Ela, no entanto, é infeliz na monogamia, e o marido, para evitar o divórcio, faz vista grossa para os casos dela com homens mais jovens e belos — como os galãs Jacob Elordi e Finn Wittrock. Mas Vic não lida bem com o ciúme e seu círculo de amizade passa a desconfiar da suposta harmonia trazida pelo arranjo.

Para a versão cinematográfica, no entanto, Lyne decidiu descolar o suspense dos anos 1950 e trazer a trama para os tempos atuais, onde achou que conversaria melhor com o público. "Antes havia um clima paroquial, um tanto inglês, ironicamente", diz o cineasta britânico sobre a obra, que leu em sua casa no sul da França, onde ele diz ficar imerso em literatura.

Além de mudar o contexto no qual os amores e os crimes se desenrolam, Lyne também inundou a história com mais erotismo. Se na versão de Highsmith o acordo entre o casal protagonista acontece porque ambos estão sexualmente frustrados, na adaptação de agora o sexo não parece ser um problema.

Os personagens de Ben Affleck e Ana de Armas transam sem parar ao longo da trama e, em determinados momentos, parece até que ela o trai para dar prazer ao marido. Ele se esgueira pela janela para ver a mulher aos amassos com um rapaz no jardim e, em outra cena, se deleita com a imagem dela no banco de passageiro do carro, abrindo o zíper do amante ao seu lado, lambendo a mão e acariciando seu pênis enquanto ele dirige.

"A verdade é que se você fosse casado com qualquer outra pessoa, você ficaria tão entediado que se mataria", diz ela ao marido, depois de uma briga. Tanta intimidade resultou num romance real entre Affleck e Armas, mas que não aguentou esperar o lançamento de "Águas Profundas" e já terminou.

Este é o primeiro filme de Lyne em duas décadas —o último foi, ironicamente, chamado "Infidelidade". Em seu enxuto currículo estão ainda "Lolita", de 1997, "Proposta Indecente", de 1993, "9 1/2 Semanas de Amor", de 1986, e "Atração Fatal", pelo qual foi indicado ao Oscar. Todos carregam a marca do diretor — são dramas em que romance e suspense se enroscam enquanto os personagens, de forma semelhante, se agarram por baixo das cobertas.

Questionado sobre os motivos para ter ficado longe do cinema por tanto tempo, ele volta à sua casa no litoral francês, um lugar "adorável", de onde "é difícil sair para vir a Hollywood", mas também alfineta a indústria da qual parece relutar em fazer parte.

"Não é como se eu não tivesse tentado fazer coisas. Eu acho que os filmes que eu gostaria de fazer simplesmente estão ficando mais difíceis de serem feitos. Só estão interessados em filmes da Marvel e coisas do tipo hoje", afirma.

Ele dá como exemplo a atenção e o orçamento robusto que recebeu para filmar "Atração Fatal" em 1987 e diz que, hoje, um longa como aquele jamais receberia tanto incentivo. Estrelado por Glenn Close e Michael Douglas, o longa sobre uma amante que persegue a família do homem com quem se envolve rendeu seis indicações ao Oscar, incluindo para o de melhor filme.

Talvez para encontrar um equilíbrio entre seus jogos de sedução afiados dos anos 1980 e a juventude cheia de energia e liberta de tabus, Lyne teve Sam Levinson como um dos roteiristas —o outro é Zach Helm— de "Águas Profundas".

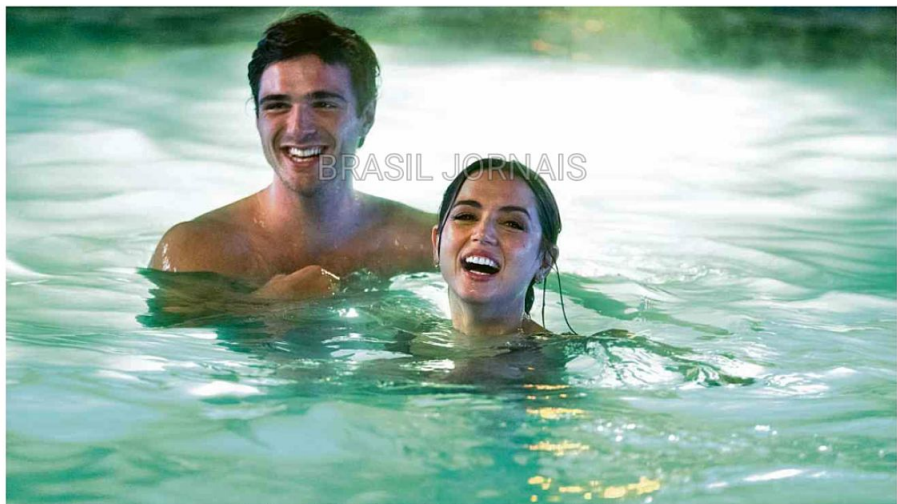
Levinson entrou no radar de Hollywood com a série "Euphoria", queridinha das novas gerações e um sucesso de audiência, com sua trama regada a sexo, drogas e desolação.

"Eu amo 'Euphoria', realmente acho que foi um divisor de águas. O roteiro e a maneira como a série é filmada são fabulosos", diz ele, que compara uma das cenas da segunda temporada, em que a protagonista Rue é confrontada pela mãe sobre seu vício em drogas, a "Vidas Amargas", com James Dean.

De fato, Levinson parece ter embarcado no projeto para equilibrar uma sutileza comum aos thrillers eróticos com o jeito explícito e sem amarras das séries adolescentes de hoje em dia. Numa das cenas que escreveu, e uma das preferidas de Lyne, a personagem de Ana de Armas é direta durante uma discussão. "Você quer saber se eu estou fodendo ele? Quer saber como eu o faço gozar?", questiona, com um linguajar que parece o de Rue e sua turma colegial.

Aos 81 anos, 20 deles distantes da cadeira de direção, Lyne esteve confortável enquanto levava "Águas Profundas" às telas. São tempos completamente diferentes, com coordenadores de intimidade e empoderamento feminino mudando a forma como a sexualidade das mulheres é capturada pelas câmeras, mas o cineasta não poderia estar mais à vontade.

"Eu sempre gostei de filmar relacionamentos e, obviamente, o sexo é parte deles", ele diz. "Simples assim."

Águas Profundas
EUA/Austrália, 2022. Dir.: Adrian Lyne. Com: Ben Affleck, Ana de Armas e Jacob Elordi. Disponível no Amazon Prime Video

Os atores Jacob Elordi e Ana de Armas em cena do filme 'Águas Profundas', de Adrian Lyne, baseado em livro de Patricia Highsmith Divulgação

Anne Hathaway e Jared Leto vivem esquisitões em 'WeCrashed'

SÃO PAULO Quando deixou o serviço militar em sua Israel natal, em 2001, Adam Neumann foi direto para um dos endereços mais inflacionados de todo o mundo —Nova York. Lá, se deparou com aluguéis escabrosos e imóveis à venda por preços proibitivos, o que resultou numa ideia e numa saga povoada por personagens caricatos e unicórnios.

Não os míticos equinos de chifre, mas aquelas startups que, como a cria de Neumann, a WeWork, alcançam valor de mercado superior a US$ 1 bilhão —a empresa, no caso, chegou a valer 47 vezes esse preço, mas pouco depois quase foi à falência. Essa história recheada de plot twists captou a atenção do Apple TV+, que encomendou e lança agora a série "WeCrashed".

Protagonizada por uma dupla de oscarizados, Jared Leto e Anne Hathaway, a produção narra a ascensão e a queda da WeWork, bem como a forma escusa com a qual Neumann chefiava a empresa e a vida pessoal peculiar dele e da mulher, Rebekah Neumann.

"Essa história é um clássico, estamos falando do voo de Ícaro. Falamos de alguém que alcançou algo muito grande, coisa que pouca gente consegue, então é fascinante ver esse sucesso e depois examinar o seu fracasso", diz Leto. Para o papel, ele diz ter se afundado em pesquisas e feito muita improvisação para tentar alcançar o nível de carisma ímpar de Neumann.

Numa cena, vemos o protagonista se convidando para jantar com seu vizinho, que havia buscado comida chinesa —só para ele mesmo. Em outra, ele chega à sede da WeWork, o que faz com que os funcionários corram para sincronizar, nos alto falantes potentes de toda a empresa, a música "Roar", de Katy Perry, com a saída dele do elevador.

"Eu tenho os olhos de um tigre, um lutador/ dançando pelo fogo/ porque eu sou um vencedor e você vai me ouvir rugir", diz a letra, enquanto Adam passeia pelo lugar como uma estrela do rock, um excêntrico —duas coisas que Leto, curiosamente, também é.

Antes do Oscar e da carreira bem-sucedida nas telas, ele esteve à frente da banda Thirty Seconds to Mars. E depois, já em Hollywood, ele ganhou fama também por seu comportamento bizarro no set de filmagem e pelos personagens extravagantes —do Coringa a Paolo Gucci, de "Casa Gucci".

À frente de boas ideias e de negócios, no entanto, o que realmente move a trama de "WeCrashed" é a relação de Adam e Rebekah, que Anne Hathaway descreve como sendo cheia de química e também muito complicada.

"Quando eu aceitei participar da série, o Jared já estava contratado e eu achei que ele ficaria maravilhoso no papel. Mas, antes de dizer sim, eu quis ter certeza de que os criadores dariam o mesmo espaço para a Rebekah, porque essa história é muito sobre o relacionamento deles", diz ela, em seu terceiro papel na televisão nos últimos três anos.

Assim como Adam, Rebekah pode ser descrita como uma pessoa complexa. Eles engataram o relacionamento depois de ela passar meses num retiro de silêncio e meditação, e a energia das pessoas e dos lugares, com frequência, determinavam seus passos e os do marido —na vida real, ela chegou a demitir funcionários de uma subsidiária da WeWork, centrada em educação, por não gostar da "vibe" que eles tinham.

Esse jeito estranho de levar a vida contaminou os negócios, o que ajuda a explicar parte da derrocada da WeWork, fundada em 2010 e que ganhou notoriedade oferecendo o que chamava de um estilo de vida —na prática, espaços de trabalho compartilhados.

Mas as coisas desandaram em 2019, quando a companhia estava prestes a entrar na Bolsa de Valores, avaliada em US$ 47 bilhões. Com os documentos necessários para isso, o mundo viu pela primeira vez que os números da WeWork não eram tão bons assim, com perdas crescentes.

Para piorar, funcionários revelaram vários problemas na liderança de Neumann, que fumava maconha no trabalho, servia tequila ao demitir pessoas e chegou a registrar a marca "We" em seu nome só para poder vender depois à sua própria empresa por US$ 5,9 milhões.

Leto e Hathaway, no entanto, embarcaram no projeto com o propósito de dissecar essas figuras, tentar ver o lado humano delas e entender o que as motivou —algo parecido com o que disseram as estrelas de séries semelhantes, como "The Dropout", sobre a farsa da Theranos, e "Inventando Anna", sobre a golpista Anna Sorokin.

"Eu acho que todo mundo merece um pouco dessa visão humana —nem todo mundo é completamente bom ou mau. Eu queria garantir, quando aceitei o papel, que nós poderíamos explorar a humanidade aqui, e não só fazer um retrato unidimensional de um vilão", diz o ator.

"Não estamos interessados em pôr ninguém para baixo, queremos apenas explorar os seres humanos dessa história", acrescenta a atriz. **LS**

WeCrashed
EUA, 2022. Criação: Drew Crevello e Lee Eisenberg. Com: Jared Leto, Anne Hathaway e O-T Fagbenle. Disponível no Apple TV+

CRÍTICA SERIAL | **Luciana Coelho**
criticaserial@grupofolha.com.br

Hillary Duff e Tinder não dão conta de modernizar 'How I Met Your Father'

Depois do reencontro de "Friends", da curta reedição de "Tal Mãe, Tal Filha" e da desconfortável ressurreição de "Sex and the City" chegou às telas neste mês a nova versão de "How I Met Your Mother".

"How I Met Your Father" é tão pouco criativa quanto seu título indica. E, embora no primeiro momento a produção possa contentar fãs saudosos, ela não derruba a tese de que refilmagens são, quase sempre, perda de tempo.

A história dos desencontros amorosos do arquiteto Ted Mosby (Josh Radnor) até encontrar a mulher da sua vida sempre foi muito mais o retrato de um grupo de amigos supercoeso enfrentando as alegrias e dissabores de começar a vida adulta em Nova York.

De certa forma, "HYMYM" (a abreviatura consagrada pelos fãs) foi a sucessora menos sanitizada de "Friends", embora igualmente "brancocêntrica" e "heterocêntrica".

A versão 2022 corrige a bizarrice de terem todos os personagens centrais a mesma orientação sexual e o mesmo padrão racial mesmo estando numa das cidades mais diversas do planeta, e, sendo o elenco outro, o faz com mais naturalidade do que "And Just Like That", a pós-"Sex and the City".

Popular o elenco de atores negros, latinos e asiáticos, ter uma coprotagonista lésbica ou encher os diálogos de piadas sobre Tinder e Uber, contudo, não são suficientes para modernizar a surrada história da moça que apenas quer encontrar seu grande amor.

Os atores de 'How I Met Your Father' Divulgação

Como a protagonista, a fotógrafa Sophie, a ex-atriz mirim Hillary Duff tem mais carisma do que Radnor. Francia Raisa, a roommate, Valentina, prima pelo timing cômico.

Não fazem feio Christopher Lowell como o professor de música Jesse, amigo-talvez-futuro-marido de Sophie; Suraj Sharma como o dono de bar Sid, melhor amigo de Jesse; Tom Ainsley, o aristocrata deserdado que namora Tina, e Tien Tran na pele da destrambelhada irmã de Jesse, Ellen.

Seria demais cobrar de cara a mesma química do quinteto original, mas a escolha desse elenco até que funciona.

O mesmo não se pode dizer de Kim Cattrall como a versão de 2050 de Sophie. A ex-Samantha de "Sex and the City" está tão desconfortável em sua narração para um filho que a escuta em videochamada que quase reverte o esforço de atuação de Duff para tornar a personagem crível.

O problema é que o tipo de comédia que "How I Met..." mira é ultrapassado mesmo para quem passou dos 40 (que dirá para os tiktokers), e seus diálogos e tiradas podem ser excruciantes nesse aspecto.

Com uma heroína cujo único propósito é encontrar um par, sem mais motivações nem nuances, fica difícil vender a história como uma comédia do ponto de vista feminino em tempos de "Fleabag" e "Maravilhosa Sra. Maisel" (e olha que nenhuma delas prescinde de romance).

O que se tem aqui está mais para um fóssil narrativo do que para uma repaginação.

Não é que não possa haver uma comédia assim no ar — é que ela simplesmente deixou de ter graça e, se for para assistir a algo congelado no tempo, é melhor ficar com o original.

'How I Met Your Father' está no Star+, com novos episódios semanais, e a segunda temporada foi confirmada

O ator Rodrigo Lombardi, protagonista do musical 'Sweeney Todd - O Cruel Barbeiro da Rua Fleet' Ale Catan/Divulgação

'Sweeney Todd' leva público a cenário da Londres vitoriana

Clássico macabro chega ao país em peça que é encenada num terraço teatral

Marina Lourenço

SÃO PAULO Um ditado popular diz que o amor é o principal ingrediente de qualquer prato de comida de sucesso. Mas não é isso que dá origem às tortas vendidas por dona Lovett, da rua Fleet, em Londres. Desde que selou uma parceria com o barbeiro Sweeney Todd, ela faz seus salgados com restos de carne humana.

Inspirado na macabra história de "O Colar de Pérolas", dos britânicos Thomas Peckett Prest e James Malcom Rymer, o musical "Sweeney Todd - O Cruel Barbeiro da Rua Fleet" estreia no Brasil nesta sexta-feira, no teatro Santander, na capital paulista.

O público faz parte do cenário da peça, que se desenrola dentro de uma esfera onde ficam as várias ruelas da história nos arredores da loja de dona Lovett, papel de Andrezza Massei, e a barbearia de Sweeney Todd, personagem vivido por Rodrigo Lombardi.

Enquanto se assiste ao enredo das tortas macabras, é possível pedir pratos de um menu gastronômico vegetariano à venda no terraço do teatro.

Além disso, o público pode interagir com os atores, que andam no meio da plateia e entregam réplicas dos tais "penny bloods", nos quais a história foi publicada pela primeira vez —esses eram os folhetins de ficção que se espalharam pela Inglaterra durante a era vitoriana, no século 19, quando a alfabetização começava a se difundir pelo país.

O musical começa com Benjamin Barker retornando a Londres —agora, com o nome Sweeney Todd— depois de 15 anos afastado da cidade, em razão de uma briga com o juiz Turpin, personagem do ator Guilherme Sant'Anna.

No passado, Todd era um famoso barbeiro, considerado o melhor de Londres, até ser perseguido e condenado injustamente à prisão pelo juiz, que nutria uma obsessão por sua então mulher.

Depois de fugir da cadeia, o barbeiro fica exilado numa região distante da cidade e, quando enfim retorna a Londres, só pensa em vingança. Ao reencontrar sua antiga barbearia, que virou uma decadente loja de tortas, ele sela uma parceria com a dona do negócio e, juntos, traçam um plano que beneficiaria os dois.

Dona Lovett não precisaria mais gastar rios de dinheiro no mercado para comprar carnes para suas tortas, que quase não geram clientela em meio a uma grave crise financeira de Londres e a seu péssimo talento para a gastronomia. E Sweeney Todd poderia relembrar suas habilidades para barbearia — ou pelo menos, parte delas.

Enquanto mata vários homens com sua navalha, Todd vai preparando o terreno para chegar até o juiz Turpin, que mantém sua filha como prisioneira, papel de Caru Truzzi.

Essa é a primeira vez que "Sweeney Todd" chega aos palcos brasileiros. Com direção de Zé Henrique de Paula, o musical traz um cenário macabro desde o interior do elevador onde o público entra para chegar até o terraço onde a peça é encenada.

"O público está no cenário, faz parte da peça. É uma viagem à Londres vitoriana, onde a luz, o figurino, as canções e os atores envolvem a plateia de tal forma que é impossível se sentir somente um observador", afirma Lombardi.

Segundo o ator, "Sweeney Todd" se tornou um clássico por uma postura questionadora atemporal, que consegue até mesmo aproximar a Inglaterra do século 19 ao Brasil de hoje. Como se passa no período posterior à Revolução Industrial, "Sweeney Todd" retrata uma Londres repleta de desigualdade, mazelas e disputas acirradas por dinheiro.

"A peça trata de temas como diferença de classes, abuso de poder e miséria. A identificação com os tempos atuais é imediata", afirma Andrezza Massei. "Continuamos tendo filas para compra de osso e carcaça de frango."

Quando foi adaptada para o filão de musicais da Broadway em 1979, por Stephen Sondheim e Hugh Wheeler, a obra ganhou oito troféus no Tony, o principal do teatro americano.

O clássico ficou ainda mais conhecido quando foi para o cinema, há 15 anos, num filme dirigido por Tim Burton e protagonizado por Johnny Depp e Helena Bonham Carter. O longa teve três indicações ao Oscar e venceu troféus no Globo de Ouro.

> “O público está no cenário, faz parte da peça. É uma viagem à Londres vitoriana, onde os atores envolvem a plateia de tal forma que é impossível se sentir somente um observador
>
> **Rodrigo Lombardi**
> ator

Sweeney Todd - O Cruel Barbeiro da Rua Fleet
Teatro Santander - av. Juscelino Kubitschek, 2.041, São Paulo. Sex., às 21h30; sáb., às 16h e 20h30; dom., às 18h. Até 8 de maio. De R$ 37,50 a R$ 220

Netflix cobrará quem emprestar senha a pessoas de outra casa

SÃO PAULO | AFP O gigante americano de streaming Netflix anunciou que fará testes no Chile, na Costa Rica e no Peru para cobrar taxa dos assinantes que compartilham a conta com pessoas de outras residências. Não foram divulgadas informações sobre a mudança para usuários do Brasil.

Os clientes terão de pagar uma taxa na assinatura mensal, de US$ 3 no Chile e na Costa Rica e de US$ 2,12 no Peru, para acrescentar até duas contas ao seu perfil. "Sempre facilitamos para as pessoas que moram juntas compartilharem sua conta, com funcionalidades como perfis separados e transmissões simultâneas para os nossos assinantes standard e premium", ressaltou em comunicado Chengyi Long, diretora de inovação.

"Essas funcionalidades extremamente populares também criaram uma certa confusão sobre quando e como a Netflix pode ser compartilhada", afirmou Long. Em consequência, "as contas são compartilhadas por diferentes residências, o que afeta nossa capacidade de investir em séries e filmes de qualidade".

O grupo californiano vai propor nos três países um serviço que permitirá a transferência de um perfil para uma nova conta, a fim de motivar os beneficiários a ter a sua própria assinatura.

Após um longo período de tolerância, a Netflix parece pronta para fechar o cerco, no momento em que seu crescimento está comprometido.

A empresa, que ganhou 8,2 milhões de assinantes entre setembro e dezembro, fechou o ano passado com 221 milhões e enfrenta a concorrência crescente da Disney+.

Linoca Souza

É proibido errar

Mais uma imposição do racismo, cobrança por perfeição cerceia a vida

Djamila Ribeiro

Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

"Quando eu era criança, a situação mais horrível que podia imaginar era fazer algo errado e ser descoberta. Erros poderiam significar exposição, talvez até aniquilação. Na casa da minha mãe, não havia espaço para cometer erros, não havia espaço para estar errada."

Com esse excerto um tanto doloroso, a escritora e poeta Audre Lorde inicia o oitavo capítulo de "Zami: Uma Nova Grafia do Meu Nome", uma biomitografia, livro publicado originalmente em 1982 e que ganhou edição brasileira em 2020.

Na obra, contando recordações de sua vida até os 23 anos, misturando com ficção (biomitografia), a poeta traz reflexões tocantes sobre crescer uma mulher negra e as imagens de controle que são impostas para a população negra, como a de não poder errar.

A feminista negra bell hooks, que morreu recentemente, refletia sobre o fato de a escravidão ter moldado as relações familiares de pessoas negras. Em uma época em que desobedecer ao poder instituído era punido com agressões e morte, o medo foi instituído como forma de controle social. Meninos negros foram linchados até a morte nos Estados Unidos por supostamente terem olhado para meninas brancas, mulheres negras foram humilhadas por se recusarem a situações vis.

Meus irmãos sempre foram instruídos a nunca encarar um policial, a baixar a cabeça e responder "sim, senhor" e jamais podiam sair sem documentos. Lembro uma cena do filme "Histórias Cruzadas" em que a personagem de Octavia Spencer, ao instruir a filha sobre o trabalho doméstico que exerceria, diz: "Não seja insolente". A mãe sabia o peço que a filha pagaria caso julgassem que ela não era servil o suficiente.

Trata-se de uma realidade de comum na vida das pessoas negras. Como escrevo em meu livro "Cartas para Minha Avó": ser uma criança negra é ser brutalizada o bastante para lidar com a brutalidade do mundo. Essa cobrança por perfeição, mais uma imposição do racismo, cerceia a vida e desumaniza, pois somos forçadas a negar as complexidades de ser humano, com todas as suas contradições.

A gente cresce com nossas mães quase esfoliando as nossas peles com bucha vegetal para confrontar o estereótipo de que somos sujas. Somos proibidas de certas traquinagens porque a resposta a elas pode ser violenta. Crescemos escutando que precisamos ser cinco vezes melhor do que os outros porque somos negras.

Esse "não poder errar" traz muitas dores e adoecimentos, ou como minha mãe dizia: "Antes eu bater do que a polícia. O mundo não vai ensinar com amor". E como culpá-la por falar a verdade? Como encontrar saídas em uma situação de beco sem saída? Uma situação da qual ela mesma foi vítima?

E, dentro desses limites impostos, a negação de si e o medo viram companhias constantes. Em um mundo no qual homens adultos são tratados como meninos para justificarem seus erros, ou em que o corporativismo branco está sempre a postos para dar segundas chances, sobram a desesperança e uma vida controlada por mãos que condenam.

"Cresci negra junto da minha necessidade de vida, de afirmação, de amor, de partilha —reproduzindo da minha mãe o que havia dentro dela, irrealizado", escreve Lorde. Uma necessidade quase visceral de atenção em uma vida que não nos olha pelas lentes do amor.

Muitas amigas minhas aceitavam migalhas de atenção por medo da fome mesmo quando a escassez era regra. Ligações somente de madrugada, nunca sendo assumidas como companheiras, procuradas na escuridão da satisfação de um desejo. Mas nada era prolongado, ou feito à luz do dia de mãos dadas.

Não as julgava, ao contrário, sentia compaixão. Quem foi criada para não receber amor às vezes se satisfaz com chuviscos ou com a ideia do que poderia ser. É um longo caminho para quebrar o espelho de imagens distorcidas, como afirma Lorde, porque muitas vezes a gente nem consegue perceber a ilusão do que é refletido.

"Na escuridão, eu me deito ao lado das minhas irmãs, que passam por mim pela rua, desconhecidas e desprezadas. Quanto disso é a farsa de autorrejeição que se transformou numa irremovível máscara de proteção? Quanto é o ódio programado com que fomos alimentadas para nos mantermos separadas, à parte?", questiona Audre Lorde, apontando para um caminho possível de transcendência, pois identificar a rejeição e os ódios impostos pode vir a ser um antídoto contra essa régua de desumanidade.

|SEG. Luiz Felipe Pondé |TER. João Pereira Coutinho |QUA. Marcelo Coelho |QUI. Fernanda Torres, Drauzio Varella |SEX. Djamila Ribeiro |SÁB. Mario Sergio Conti

Abasteça com cloroquina

Patriota, lute contra as multinacionais que querem sabotar o Brasil

Renato Terra

Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu 'Uma Noite em 67' e 'Narciso em Férias'

A fim de reduzir os preços dos combustíveis, o governo federal resolveu substituir a gasolina por cloroquina. "A mídia vai espalhar por aí que não existe comprovação científica de que a cloroquina é eficaz para impulsionar motor a combustão. E daí? Eu não sou mecânico", explicou o presidente Jair Bolsonaro.

Para estimular a iniciativa, Bolsonaro compartilhou no Telegram vídeo que havia recebido da renomada engenheira mecânica Deise Tamagoshi. Nele, ela põe dois comprimidos de difosfato de cloroquina no tanque de combustível. Depois, liga o carro e acelera normalmente. "Quer prova maior do que essa?", disse o presidente.

Como segunda opinião, para corroborar de forma definitiva a proposta, Jair Bolsonaro compartilhou o áudio de um motorista de aplicativo: "Atenção a todos os patriotas. Parem pra pensar um pouquinho. Por que a gasolina está cara? A gasolina está cara porque Jean Wyllys elevou o preço do barril do petróleo com o objetivo de trazer Lula de volta para roubar a Petrobras. Mas o nosso bom Deus guiou a mente de Jair Bolsonaro para que o Exército produzisse um estoque inesgotável de cloroquina. Acabei de pôr cinco comprimidos no meu tanque e o carro está andando normalmente".

Em paralelo, Osmar Terra compartilhou dois gráficos. O primeiro prova que a gasolina vai custar R$ 0,96 a partir de 5 de maio. Já o segundo, baseado numa pesquisa holandesa, mostra que a eficiência da cloroquina é 39% maior que a gasolina e sua potência é 66% maior que a do Vin Diesel. Com isso, economistas do Sri Lanka, em estudo publicado na revista Tchutchuê, demonstram claramente que o preço da gasolina vai despencar e o Brasil se tornará o maior produtor de clorocombustíveis do mundo. Marco Feliciano, Carla Zambelli e Eduardo Bolsonaro replicaram.

Canais bolsonaristas iniciaram campanha "pela liberdade de escolher o que devemos pôr no tanque dos nossos veículos". Também "pela autonomia do frentista", como postou Inês de Souza Dias no Twitter.

Ativistas foram estimulados a invadir e filmar postos que ainda abastecem com gasolina. O presidente completou: "Vão dizer por aí: 'Ah, mas a economia de combustível a gente vê depois'. Querem sabotar o Brasil. Mas estou fazendo minha parte. Se o STF barrar os clorocombustíveis e a gasolina continuar a R$ 8, a culpa não é minha".

Débora Gonzáles

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | **SÁB. José Simão**

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Sitcom belga faz graça do choque de culturas entre árabes e europeus

Terra à Venda

Netflix, 16 anos

Bruxelas, a capital da Bélgica, tem uma das maiores comunidades muçulmanas da Europa, concentrada no bairro de Molenbeek. É lá que se passa esta série cômica com toques dramáticos, falada em flamengo e árabe. A trama gira em torno de um jovem empresário que decide trazer terra do Marrocos para enterrar os mortos da comunidade ali mesmo, em vez de despachar os corpos para o país natal.

Doze É Demais

Disney+, livre

A terceira versão da história do casal que tem dez filhos ganha um ingrediente contemporâneo —a família agora é birracial. Com Zach Braff e Gabrielle Union.

5º Festival Serrote

YouTube do IMS e Facebook da revista Serrote, 19h

Para marcar o lançamento da 40ª edição da revista Serrote, o Instituto Moreira Salles promove dois dias de debates online. Nesta sexta, a escritora americana Saidiya Hartman discute seu ensaio "A Trama para Acabar com Ela" com a jornalista Stephanie Borges.

Do Pó da Terra

TV Aparecida, 21h15, livre

O documentário de Maurício Nahas mostra a luta dos habitantes do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, para sobreviver do artesanato feito com o barro da região.

Sobreviva à Noite

Telecine Premium, 22h, 16 anos

Uma quadrilha invade uma festa e faz reféns. O objetivo é roubar o tesouro do anfitrião, escondido no porão. Mas um dos convidados é um agente da Interpol, interpretado pelo ator Dolph Lundgren.

Globo Repórter

Globo, 21h, livre

A reciclagem do lixo é o assunto do programa desta semana. Quase tudo o que jogamos fora pode ser reaproveitado, o que faz bem à economia e ao meio ambiente.

Inconveniências Históricas

Curta!, 23h30, 10 anos

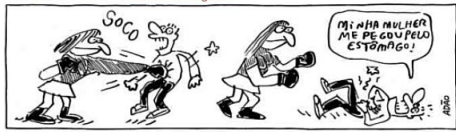
Estreia da série documental dirigida por Belisario Franca e Pedro Nóbrega, sobre os capítulos mais vergonhosos da história do Brasil. O primeiro episódio, "Escravidão S. A.", tem a participação do filósofo Ailton Krenak.

QUADRINHOS

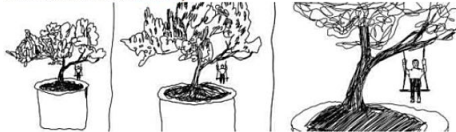
Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

	7			2	9			5
				7		2		
2					3	8	4	
		7						
8	6						1	2
						3		
	1	6	7					3
		4		6				
7			1	8			6	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

6	7	8	4	2	9	1	3	5
3	4	5	8	7	1	2	9	6
2	9	1	6	5	3	8	4	7
1	2	7	9	3	8	6	5	4
8	6	3	5	4	7	9	1	2
4	5	9	2	1	6	3	7	8
5	1	6	7	9	2	4	8	3
9	8	4	3	6	5	7	2	1
7	3	2	1	8	4	5	6	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Reduzir aos limites **2.** A cidade da praia de Porto de Galinhas (PE) **3.** Patrícia Pillar, atriz / Dar uma mão **4.** Ser provido de / Voo curto sem direção certa **5.** Elemento / Uma das cinco cores dos círculos da bandeira olímpica **6.** Líquido extraído do tronco de certas árvores / (Mil.) Artilharia antiaérea **7.** De cor violeta-pálida, com tendência à cor-de-rosa / Darcy Ribeiro (1922-1997), educador e antropólogo **8.** Órgão de máquina que transforma o movimento rotatório em alternado **9.** Humor **10.** O símbolo químico do netúnio / Falta de aplicação ou emprego **11.** Indescritível **12.** Combinação de preposição com pronome pessoal (fem.) / Quantidade de objetos semelhantes **13.** Nem esta nem aquela / Peça do xadrez.

VERTICAIS

1. Animal que rasteja pela terra, como o jacaré / Garoto **2.** A folha que circunda a corola da flor / Aro de borracha, para revestimento da roda do veículo **3.** As letras que cercam o H / Membrana ocular interna, recebe a imagem transmitida pelo cristalino / Tecla muito usada pelos digitadores **4.** Interj.: surpresa / Magoar **5.** Estabelecimento comercial / O último sobrenome de Tiradentes **6.** Igreja ou capela sucursal de uma igreja paroquial / Falto de graça, de vivacidade, de espírito **7.** Grosseria, descortesia / Palavras de elogio **8.** Doce de um fruto complexo muito comum no NE / O número de notas musicais **9.** Falar demais / (Esp.) Modalidade com 12 jogadores em quadra.

HORIZONTAIS: 1. Regular, **2.** Ipojuca, **3.** PP, Ajudar, **4.** Ter, Adejo, **5.** Item, Azul, **6.** Látex, AAA, **7.** Lilás, DR, **8.** Manivela, **9.** Ânimo, **10.** Np, Desuso, **11.** Inarrável, **12.** Nela, Lote, **13.** Outra, Rei. **VERTICAIS: 1.** Réptil, Menino, **2.** Pétala, Pneu, **3.** GI, Retina, Alt, **4.** Upa, Melindrar, **5.** Loja, Xavier, **6.** Ajuda, Sem-sal, **7.** Rudeza, Louvor, **8.** Cajuada, Sete, **9.** Parolar, Vôlei.

Feijoada do restaurante, acompanhada de couve, bisteca, banana à milanesa, mandioca frita, arroz e bacon Fotos Adriano Vizoni/Folhapress

Com mesma feijoada desde 1953, Star City é máquina do tempo

Restaurante em SP tem cardápio quilométrico, mantém seus garçons há décadas e toca clássicos do mela-cueca

Área interna, com os guardanapos dobrados sobre as mesas

RESTAURANTES

Star City

★★★☆☆

Rua Frederico Abranches, 453, Santa Cecília, região central, tel. (11) 3331-2044, starcity.com.br

Marcos Nogueira

Disse Stanislaw Ponte Preta que uma feijoada é completa de fato apenas se tiver uma ambulância de plantão. O restaurante Star City, em Santa Cecília, no centro de São Paulo, dispensa esse requisito, pois fica a duas quadras da Santa Casa de Misericórdia —uma maca já pode resolver qualquer emergência.

A casa está no mesmo ponto da rua Frederico Abranches desde 1962, mas funcionava desde 1953 perto dali, na avenida Angélica, dez anos antes da inauguração da faculdade de medicina da Santa Casa.

É um fóssil vivo de uma espécie quase extinta: a dos restaurantes que oferecem feijoada todos os dias, com serviço de mesa incessante até o cliente pedir arrego ou morrer. De seus pares, o Gouveia virou uma farmácia na avenida Santo Amaro, mas o Bolinha, ainda mais velho, de 1946, resiste no Jardim Europa.

Um dado fascinante sobre o Star City e o Bolinha é que, apesar de serem famosos pela feijoada e só por ela, ostentam cardápio quilométrico.

O vetusto restaurante de Santa Cecília serve sopa creme de aspargos (R$ 45,50), língua ao molho madeira (R$ 68,90), estrogonofe de camarão (R$ 108,90), bacalhau à Gomes de Sá (R$ 90,90) e espeto misto à gaúcha (R$ 69,20), entre dezenas de outros pratos ameaçados de extinção.

Alguém cruza as portas para pedir canja (R$ 45,50)? Será que o talharim à parisiense (R$ 48,20) tem saída?

Sei lá. Sei apenas que nunca pedi nada além de feijoada desde que comecei a frequentar o lugar, no final dos anos 1980 —ou início dos 1990, desculpe, a memória já fraqueja.

Era no Star City que um seleto grupo de ogros da faculdade se reunia para espetáculos degradantes de comilança. Tínhamos 20 anos, 20 e poucos anos, encarávamos feijoada até no jantar. Coisa que o Star City tinha.

Mas não tem mais. Ainda serve feijoada todo dia no almoço, menos na folga de segunda-feira, mas deixou de abrir à noite, porque nunca foi um hit noturno. Nunca foi um hit em absoluto, por sinal.

Desde que pisei lá pela primeira vez, há 30 anos ou mais, o lugar irradia adorável decadência. A começar pelas garrafas gigantes e idosas de uísque, expostas em vitrines simétricas que ladeiam a porta de entrada. Elas ainda estão lá, como pude constatar na minha volta depois de um hiato de cinco anos —informação do robô espião do Google.

Também permanece o samovar cromado que, aos sábados, transpirava com o gelo da batida de limão inclusa na feijoca. Está aposentado, porém. Uma lástima. Eu amava a torneirinha de cachaça.

Seguem no salão os bancos inteiriços de couro sintético vermelho, as cadeiras com capa de pano para o espaldar, os guardanapos de tecido dobrados feito origamis, as mesas subdimensionadas para sujeitos robustos como eu.

E o mais importante de tudo: continuam a trabalhar os garçons de três décadas atrás, impecáveis em seus paletós champanhe. O Ednaldo está lá desde 1986. Seu Luís, memória fraca como a minha, entrou em 1992 ou 1993.

Era uma quarta-feira especialmente calorenta. O cardápio acenava com a opção de escolher feijoada sem reposição por R$ 69,90. Nem em sonho: pedi a feijoada completa com direito a explodir de tanto comer, por R$ 89,90. Era preciso honrar a tradição.

Seu Luís disse que demoraria alguns minutos para preparar a guarnição: couve, bisteca, banana à milanesa, mandioca frita, arroz e bacon. Para a espera, trouxe um caldinho de feijão, a batidinha de lei, uma bandeja de pururucas e um cesto de torradinhas.

No som ambiente, clássicos do mela-cueca internacional interpretados por um saxofonista que o aplicativo Shazam não reconheceu. Assim que Luís apontou com a cumbuca maior do que sua cabeça, soaram os primeiros acordes de "My Heart Will Go On", tema de "Titanic". Adequado.

Seria desonesto dizer que o Star City entrega a melhor feijoada de São Paulo. É uma feijoada muito boa, com altos e baixos. O conteúdo da cumbuca passa com louvor: caldo grosso e bem temperado, completão, com rabo, língua, pé e orelha; carnes macias, mas sem roubar o protagonismo do feijão preto. Tudo estava igual como era antes.

Na baixela de acompanhamentos, uma couve viçosa, arroz normal, bisteca grelhada e frituras um bocado oleosas. Ótimos molhos de pimenta e de feijão com vinagrete picante. Quase nada se modificou.

Quem fechou a conta foi o próprio dono, Milton Buzzo, na mesa junto à parede com fotos de família emolduradas e desbotadas, onde ele sempre esteve. Não é exagero. Milton, que tinha seis meses quando os pais abriram o restaurante, cresceu por lá, entre as mesas.

O Star City é um portal do tempo para uma São Paulo que já não existe. É um espaço onírico onde tudo permanece como sempre foi.

Só que nada permanece para sempre. Vá logo, se quiser comer uma feijoada de 1953.

Milton Buzzo, dono e filho dos fundadores do Star City, em SP

Casas do Norte seguem firmes em SP com buchada, carne seca e até aplicativo próprio

Jacqueline Maria da Silva

SÃO PAULO | AGÊNCIA MURAL Na Casa do Norte Bela Vista, do cearense Henrique Alves de Araújo, 52, a carne de sol divide espaço com placas de energia solar. E as inovações seguem. O estabelecimento, em Guarulhos, também tem aplicativo próprio para os clientes realizarem os seus pedidos.

Sem largar mão da tecnologia, Araújo quer manter a tradição nordestina, servindo pratos e vendendo produtos típicos. "Buchada, carne seca, rapadura, bolacha, feijão de corda, farinha, pimenta, cachaça e até chapéu, de todo canto do Nordeste", diz.

O comércio tem 20 anos, três andares e mais de 20 funcionários e recebe cerca de mil pessoas aos fins de semana.

Embora recebam muitos migrantes nordestinos, as casas do Norte atraem também paulistanos e até estrangeiros, diz Araújo. "Aqui eu tenho japonês que compra o jabá", comenta o baiano Manoel Andrade, 68, dono da Casa do Norte MA, com 57 anos de existência em Cidade Ademar, na zona sul da capital paulista.

O espaço possui a mesma estrutura e decoração de quando foi fundado, como uma mistura de mercado e restaurante que serve almoço típico diariamente. Durante todos esses anos, o comerciante assistiu à transformação do bairro, ao fechamento de lojas e à chegada das vacas magras com a pandemia da Covid-19.

A Jucesp, Junta Comercial do Estado de São Paulo, responsável pelo cadastro dos estabelecimentos, não possui um levantamento da quantidade de casas do tipo. Em uma pesquisa informal no Google Maps, porém, a Agência Mural contabilizou 313 casas do Norte nas periferias da capital. Na zona leste, são ao menos 143 locais —depois, estão a zona sul (107), a zona norte (49) e a zona oeste (14).

É na Cidade Ademar, onde há cerca de 20 lojas, que a paulistana Cristiane Trudes, 41, resolveu assumir a Casa do Norte Missionária. Há quatro meses no comando, ela é a terceira dona do estabelecimento, que existe há 22 anos.

"Tem vez que o cliente pede um produto com o nome diferente, a gente pergunta o que é —e, se precisar, pesquisamos na internet", conta.

Mas ela também deu um toque pessoal ao espaço, incorporando produtos naturais. "É difícil encontrar uma casa do Norte com 100% de produtos do Nordeste", afirma.

Manoel Andrade, da Casa do Norte MA, diz que também é a favor dessas mudanças e de adaptações que tornem o comércio mais atrativo. Sobretudo por causa da inflação.

"Em semana de pagamento, produtos mais caros vendem mais. No fim mês, é a vez dos baratos, como linguiça seca e farinha", exemplifica Trudes.

Manoel Andrade na Casa do Norte MA Jacqueline Maria da Silva/Mural

Casa do Norte Bela Vista

R. Bela Vista, 799, Jardim Leblon, Guarulhos (SP), tel. (11) 2303-3429

Casa do Norte MA

Av. Cupecê, 3.875, Americanópolis, região sul, tel. (11) 5021-7032

Casa do Norte Missionária

Av. Yervant Kissajikian, 3.013, Vila Missionária, região sul, tel. (11) 98411-0418

Tiago Gonçalves/Divulgação

Laís Acsa/Divulgação

Divulgação

1 Bolovo do Boteco 28, que serve petiscos com pegada caipira; 2 Receita do Guarita, preparada com carne moída; 3 Salgado do Bagaceira tem blend de lombo suíno e morcilla; 4 Bolovo do São Conrado Bar, com massa feita com purê de batata

Rodolfo Regini/Divulgação

Conheça cinco lugares em SP onde comer um bolovo bom e barato

Casas paulistanas servem quitutes mais em conta do que o luxuoso bar Rabo di Galo, onde o salgado custa R$ 135

Marjorie Zoppei

SÃO PAULO Se já fazia tempo que o bolovo deixou de ser um quitute barato servido em boteco, o ano de 2022 dobrou a meta e trouxe a São Paulo um desses salgados ao preço de R$ 135, numa versão luxuosa do petisco botequeiro.

O bolovo em questão, na verdade, se chama Bolove e é vendido no Rabo di Galo, bar no luxuoso dentro do hotel Rosewood, em São Paulo, que acumula filas de até duas horas. "O menu do Rabo di Galo foi inspirado nas aves", afirma o chef Felipe Rodrigues.

O Bolove é diferente do clássico bolinho de ovo cozido envolto em carne. Ele é feito com ovo orgânico e um blend de carne de frango temperado em volta, empanado com farinha panko. "O 'topping' dele é creme 'fresh' e caviar, uma combinação de origem clássica do ovo e caviar. O caviar não está ali por acaso."

As ovas do peixe esturjão, espécie quase em extinção e encontrada no mar Cáspio, chegam a custar R$ 12 mil o quilo. Tendo a Rússia e o Irã como os maiores exportadores da iguaria, é possível esperar que o valor seja inflacionado num futuro próximo por causa da guerra que vem ocorrendo na Ucrânia.

Para quem quiser evitar o perrengue de ficar horas na fila do Rabo di Galo, especialmente aos finais de semana, o jeito é chegar cedo. O espaço abre às 18h, e suas poltronas acomodam apenas 35 pessoas.

Já o bolovo original foi inspirado no scotch egg, ou ovo escocês, chancelado pelo empório britânico Fortnum & Mason, que diz ter criado a receita no ano de 1738. A montagem do petisco consiste em um ovo cozido envolto por carne suína, empanado e frito.

Quem chega perto da versão inglesa é o Bar Bagaceira, que tem o chef Thiago Maeda à frente da cozinha. Carro-chefe deste legítimo pé-sujo na Santa Cecília, o salgado tem um blend de copa lombo suíno e morcilla envolvendo o ovo — cozido por exatos cinco minutos e 50 segundos, o que mantém a clara firme, mas a gema mole. Por R$ 22, a unidade é servida partida ao meio, finalizada com uma pitada de flor de sal e ciboulette.

Pela metade do preço, a R$ 11 a unidade, o Guarita Burger mantém o bolovo no cardápio desde a inauguração da casa, em abril de 2018, na região da Consolação, zona central de São Paulo. O salgado veio do bar homônimo de Pinheiros, com receita do chef australiano Greigor Caisley, que envolve o ovo com carne moída temperada e massa de batata, como a que é vista na coxinha.

À época, ele e o sócio, o bartender Jean Ponce, disseram ser fãs do bolovo do bar Boca de Ouro, também em Pinheiros — o quitute ali, que custa R$ 23, voltou a ser servido no concorrido balcão depois de dois anos. Nas duas casas, a sugestão é pedir um negroni clássico para acompanhar.

Entre drinques ou chopes na Vila Madalena, o bolovo do São Conrado Bar sai a R$ 19 e também é uma reinterpretação. Ali, o ovo é coberto por uma massa feita com purê de batata, leite, parmesão, farinha de trigo e sal. Depois de empanada e frita, a bolota é partida ao meio e, sobre cada metade, é colocada uma colher de carne moída refogada com molho de tomate. O resultado é uma combinação crocante e suculenta.

Por fim, no tour de botequins, vale uma parada ainda no Boteco 28, localizado no 28° andar do antigo prédio do Banespa, rebatizado de Farol Santander, também no centro. O salgado tem preço de R$ 21 e leva carne moída bem temperada e fritura correta. Para arrematar, ainda é possível ver São Paulo do alto.

Bar Bagaceira
R. Frederico Abranches, 197, Santa Cecília, região central, Instagram @barbagaceira

Boca de Ouro
R. Cônego Eugênio Leite, 1.121, Pinheiros, zona oeste, Instagram @barbocadeouro

Boteco 28
Farol Santander, r. João Brícola, 24, 28° andar, região central, Instagram @boteco28oficial

Guarita Burger
R. Antônio Carlos, 395, Consolação, região central, Instagram @guarita.burger

São Conrado Bar
R. Aspicuelta, 51, Pinheiros, zona oeste, Instagram @saoconradobar

CMIN
B3 LISTED N2

CSN MINERAÇÃO S.A.
CNPJ nº 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi histórico para a CSN Mineração, com recordes de resultados, avanço na descaracterização e eliminação das barragens dos processos produtivos, consolidação de uma robusta política de ESG (*Environmental, Social and Governance*) e a abertura de capital na B3, entre tantos outros feitos. O ano em que a Companhia Siderúrgica Nacional completou 80 anos foi também o melhor de toda a nossa atuação e ficará eternizado de forma singular em nossa história. O nosso excelente desempenho fica ainda mais evidente quando consideramos o quão desafiador foi o período para as economias nacional e internacional. Por isso, é impreterível agradecer a todos que participaram desta jornada e que construíram a base desse resultado extraordinário. Conquistas essas que não teriam sido possíveis sem a força, entrega dos nossos colaboradores e a confiança que o mercado deposita na Companhia. Toda essa confiança foi mais uma vez corroborada em nossa histórica abertura de capital. Com uma captação de cerca de R$ 5,2 bilhões, a oferta - uma das mais aguardadas pelo mercado há anos - figurou entre os 10 maiores IPOs da história da B3 em valor. Celebramos esse momento com muito orgulho, especialmente por poder compartilhar com todos a oportunidade de construirmos juntos esse novo capítulo na história da mineração. Em termos de volume, foram comercializadas mais de 36 milhões de toneladas de minério de ferro, com uma receita líquida de R$ 18 bilhões - um avanço superior a 41% em relação a 2020, o que demonstra a solidez da nossa operação e o momento favorável de mercado que tivemos ao longo de 2021. Além disso, seguimos firmes com o compromisso de descaracterizar todas as barragens de rejeito, em um movimento no qual fomos pioneiros, em 2017. Já descaracterizamos e está descadastrada nos órgãos fiscalizadores a barragem B5, em Congonhas. Concluímos também a descaracterização da barragem Auxiliar do Vigia, em Ouro Preto, restando apenas a certificação pelos órgãos competentes, e as estruturas conhecidas como B4, também em Congonhas, e Vigia, em Ouro Preto, já tiveram suas obras de descaracterização iniciadas. Destacamos ainda que, desde 2020, a Companhia não utiliza mais barragens em sua produção, com 100% da disposição de rejeitos feita pelo método a seco; e, em setembro de 2021, todas as estruturas de propriedade da CSN Mineração tiveram seus laudos de estabilidade emitidos. A solidez e os resultados financeiros apresentados também vieram acompanhados da consolidação da nossa política de ESG. Como exemplo, na esfera ambiental, 100% da energia elétrica utilizada na operação da CSN Mineração já vem de fontes renováveis. Em 2022, iniciaremos os testes com o uso de caminhões elétricos, substituindo o óleo diesel pelas baterias recarregáveis. Esse movimento representa mais um passo para a descarbonização das nossas operações, cuja neutralidade de Carbono, conforme divulgado na última edição do CMIN Day, realizada em dezembro, deve ser alcançada em 2044, sendo importante destacar que, hoje, a companhia já é a mineradora com a menor emissão de gases de efeito estufa entre seus pares. A CSN Mineração também vem estimulando potenciais parcerias alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") e, para isso, conta com o apoio da CSN Inova, por meio de seus quatro pilares - a CSN Inova Ventures, a CSN Inova Open, a CSN Inova Bridge e a CSN Inova Tech -, que tem sido fundamental para nos posicionar ativa e estrategicamente no ecossistema da inovação. Uma das iniciativas desse apoio é o projeto de Transformação Digital a fim de aumentar a eficiência da mina Casa de Pedra ("CdP"), em Congonhas (MG), no âmbito de *Memorandum of Understanding* ("MoU") assinado com a Itochu Corporation, multinacional japonesa e sócia minoritária da Companhia. Também alcançamos importantes avanços em relação à diversidade, um tema que é prioridade para a CSN Mineração. Em 2021, o número de mulheres empregadas cresceu 25,1% em relação ao ano anterior e já temos 18% de participação feminina em nosso quadro. Em relação a Pessoas com Deficiência (PcDs), o crescimento foi de 24% comparado a 2020. E o nosso compromisso é não poupar esforços para consolidar cada vez mais uma CSN Mineração plural, diversa e inclusiva. Assim, vamos seguir em frente em 2022 com toda a determinação e garra que sempre demonstramos ao mercado, evoluindo nos projetos de expansão de capacidade ao mesmo tempo em que apostamos na inovação e em projetos cada vez mais sustentáveis. Todo o nosso time está comprometido com essas temáticas e não temos dúvida de que 2022 será um ano espetacular, ainda mais quando consideramos aumentos tanto de volume quanto da qualidade do minério de ferro extraído. Vamos juntos, fazendo bem, fazendo mais, fazendo para sempre!

Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

2 - A EMPRESA

A CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração" ou "Companhia") atua de forma integrada e competitiva, por meio de operações eficientes de mina, beneficiamento, participação na ferrovia MRS Logística S.A. ("MRS") e contrato de arrendamento do Terminal Portuário de Carvão e Minérios ("TECAR") em Itaguaí, no Rio de Janeiro, fornecendo minério de ferro de qualidade para a siderurgia nacional e mercado transoceânico. Com relativo alto teor de ferro e consequente baixa geração de escória na produção do aço, a CSN Mineração ajuda seus clientes a reduzir emissões de gases do efeito estufa, contribuindo para um futuro sustentável e para a redução da poluição. Localizada no Quadrilátero Ferrífero, região reconhecida por sua riqueza mineral, no centro-sul do Estado de Minas Gerais, no Brasil, a CSN Mineração possui uma capacidade instalada de produção de 33 milhões de toneladas de minério de ferro por ano em suas plantas de beneficiamento em Casa de Pedra (planta central e plantas a seco) e uma capacidade instalada de exportação de 45 milhões de toneladas por ano no TECAR. Em 2021, foram comercializadas pela CSN Mineração 33,2 milhões de toneladas de minério de ferro, um aumento de 7% com relação ao ano de 2020, sendo que desse total 14,8% (4,9 milhões de toneladas) tiveram como destino a UPV (Usina Presidente Vargas) e 85,2% foi exportada. Embora tenha a atual configuração desde 2015, a CSN Mineração tem histórico de mais de 100 anos na produção de minério de ferro. Atuando como o segundo maior exportador de minério de ferro no Brasil, possui uma das maiores reservas de minério de ferro no mundo, certificada em mais de 3,02 bilhões de toneladas de acordo com a auditoria da Snowden do Brasil Ltda. ("Snowden"), realizada em 2015, e vem sendo bem-sucedida em substituir recursos e reservas nos últimos anos (85% de taxa de conversão no último processo de certificação realizado pela Snowden). Após o ano de 2015, a Companhia realizou uma campanha de sondagem de forma independente nas minas de Casa de Pedra e Engenho e (i) agregou 558Mt às reservas totais, além do *depletion* de 224Mt, chegando a uma reserva total estimada de 3,4 bilhões de toneladas; e (ii) agregou 463Mt de recursos inferidos, chegando a recursos inferidos totais de 2,5 bilhões de toneladas. Além disso, como resultado da exploração realizada no depósito da Serra do Esmeril, foram adicionados 2,0 bilhões de toneladas de potencial exploratório estimado (resultados de exploração ainda não classificados como um recurso ou reserva mineral), que somados podem representar até 7,9 bilhões de toneladas de reservas, recursos e potenciais exploratórios estimados, de acordo com os estudos, relatórios e estimativas da Companhia seguindo a metodologia do "*Australasian Code for Reporting of Exploration Results, Mineral Resources and Ore Reserves - the JORC Code*". Somada a todas as vantagens de qualidade de seus produtos e custos competitivos, está a preocupação da CSN Mineração com o meio ambiente e crescimento sustentável. Pioneira no Brasil em iniciativas para reduzir o risco e o uso de barragens de rejeito, a Companhia tem, desde janeiro de 2020, sua produção 100% independente do uso de barragens, onde 100% dos rejeitos são filtrados e empilhados a seco.

3 - PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

A CSN Mineração possui uma plataforma totalmente integrada, com ativos de qualidade da mina até o porto que suportam seus planos de expansão: **OPERAÇÃO ATUAL: 3.1- Mineração: Mina Casa de Pedra:** A mina mais antiga em operação no país e segunda maior em termos de capacidade. Reconhecida como uma das principais minas no país pela qualidade de seu minério de ferro, a Casa de Pedra é uma mina a céu aberto localizada na região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero na Cidade de Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A mina foi incorporada em 1941, mas o processo de extração de minério teve início em 1913. **Mina do Engenho:** A mina de Engenho, que começou a sua operação em 1950, é uma mina a céu aberto localizada na região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero, a 60km da cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, cujo minério é processado na planta de beneficiamento de Pires e na própria unidade de Casa de Pedra. Nossa operação de mina (Casa de Pedra e Engenho) conta com uma frota de pás hidráulicas e carregadeiras de rodas para a extração do minério de ferro que, em seguida, é transportado por uma frota de caminhões com uma capacidade atual anual de movimentar aproximadamente 120 milhões de toneladas de *run of mine*. O minério de ferro é então processado em nossas estações de tratamento, que têm capacidade instalada de 33 milhões de toneladas de produção por ano (contempla a produção da planta central mais produção nas plantas a seco). **Reservas e Recursos - Mina Casa de Pedra e Mina do Engenho:** Em fevereiro de 2015, a Snowden, empresa de certificação de reservas minerais, divulgou relatório no qual certificava que a CSN Mineração, considerando a Mina Casa de Pedra e Engenho, possui reservas provadas e prováveis de 3,02 bilhões de toneladas. Após o ano de 2015, a Companhia realizou uma campanha de sondagem de forma independente, utilizando os mesmos critérios adotados pela Snowden, nas minas de Casa de Pedra e Engenho e, como resultado: (i) agregou 558Mt às reservas totais, além do *depletion* de 224Mt, chegando a uma reserva total estimada de 3,4 bilhões de toneladas; e (ii) agregou 463Mt de recursos inferidos, chegando a recursos inferidos totais de 2,5 bilhões de toneladas. Além disso, como resultado da campanha de sondagem voluntária realizada no depósito da Serra do Esmeril, foram adicionados 2,0 bilhões de toneladas de potencial exploratório estimado (resultados de exploração ainda não classificados como um recurso ou reserva mineral). Tal volume foi apurado pela CSN Mineração em outubro de 2019, a partir das sondagens realizadas, do mapeamento geológico das minas e posição geométrica do corpo de minério a partir das minas localizadas a oeste do Esmeril. Desta forma, sem prejuízo de análises e campanhas de perfuração que permanecem sendo constantemente realizadas pela Companhia, as quais poderão aumentar ou diminuir o valor aproximado de recursos e reservas, a CSN Mineração estima, com base em estudos, relatórios e estimativas internas, seguindo a metodologia do "*Australasian Code for Reporting of Exploration Results, Mineral Resources and Ore Reserves - the JORC Code*", que conta com reservas, recursos mais inventário mineral (potencial exploratório estimado) de aproximadamente 7,9 bilhões de toneladas.

Milhões de Toneladas	2015 (Certificado)	(-) Depletion (Análises Internas)	(+) Adições (Análises Internas)	Estimativas internas 2020
Reserva Total (Provado + Provável)	3.021	(224)	558	3.355
Recursos Inferidos	2.081	-	463	2.544
Total (Reservas e Recursos)	5.102	(224)	1.021	5.899
Inventário Serra do Esmeril (potencial exploratório estimado)	-	-	2.000	2.000
Total (Reservas e Recursos) + Inventário Mapeado	5.102	(224)	3.021	7.899

Fonte: 2015 Certificação SNOWDEN. Valores de *depletion* e adições informações da Companhia

Plantas de Beneficiamento: A capacidade global de produção atual é de 33 milhões de toneladas anuais de minérios de ferro, sendo 22,5 milhões de toneladas na planta central e 10,5 milhões nas plantas a seco. **3.2- Terminal Portuário Tecar:** A CSN Mineração detém o direito de exploração do TECAR, nos termos do Contrato de Arrendamento do terminal portuário de granéis sólidos situado no Porto de Itaguaí (Rio de Janeiro), abrangendo uma área total de 740.761 mil m². Com capacidade de (i) embarque de 45 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de minério de ferro e (ii) desembarque de 4 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de redutores (e.g., carvão, coque), permite ganho relevante de sinergia operacional da Companhia. O período de arrendamento para operação do TECAR está previsto para terminar em 2047, mediante a realização de novos investimentos, atualmente em discussão com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura. **3.3- MRS Logística S.A. ("MRS"):** A MRS, coligada da CSN Mineração, opera uma ferrovia no eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, e conecta a mina de Casa de Pedra em Congonhas em Minas Gerais à Usina Presidente Vargas ("UPV") e aos terminais do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro. Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o escoamento de seus produtos. O principal segmento de atuação da MRS é o de cargas chamadas Heavy Haul (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado, em 2021, cerca de 107,2 milhões de toneladas desses produtos, o equivalente a 63,1% do total transportado pela MRS. Recentemente, a MRS vem seguindo uma estratégia de diversificação da carga transportada com foco em Carga Geral, o qual atingiu um patamar de 36,9% no mix transportado em 2021. A totalidade do minério de ferro comercializado pela CSN Mineração e do carvão e coque importados, por meio do TECAR, para abastecimento da UPV é transportada pela MRS. A CSN Mineração possui participação de 18,63% do capital social total da MRS, sendo seu resultado refletido como equivalência patrimonial. **PROJETOS PARA EXPANSÃO DA CAPACIDADE:** A CSN Mineração acredita que os próximos anos serão transformacionais, uma vez que possui projetos em fase avançada de desenvolvimento com um plano de investimentos robusto para financiar a aceleração da produção de minério de ferro. Em 2021, a empresa atualizou suas previsões para o plano de expansão e segue confiante na capacidade de execução e retorno que esses projetos vão trazer nos próximos anos. A CSN Mineração dividiu sua estratégia de expansão em duas etapas, a primeira, que vai até o ano de 2026, irá adicionar +33Mton de capacidade para as operações da Companhia, com um investimento esperado de R$ 12 bilhões. Serão seis grandes projetos, sendo cinco para expansão de capacidade e um para aumento de qualidade, que acabará no ano de 2022. Para os anos seguintes a 2026, a empresa entra na fase 2 do plano, com três grandes projetos de expansão e um projeto de adição de qualidade, com uma adição de capacidade de +56Mton de mineração de itabirito e +130Mtpa de capacidade no TECAR.

Capacidade de Produção de Minério de Ferro (Milhões de Toneladas)

Fonte: Estimativas da Companhia (não inclui volume de compras de minério, apenas produção própria)

O histórico recente da CSN Mineração destaca-se pela entrega de projetos com cronograma acelerado e retornos expressivos, todos "*on-time, on-budget, on-quality*", o que revela a maturidade da Companhia nas competências críticas de desenvolvimento e implantação de projetos de capital. Exemplo disso foi a transformação do rejeito da planta central em produto de alta qualidade por meio dos concentradores magnéticos CMAI I e II, e a iniciativa pioneira de implantação das plantas de rejeito, as maiores do mundo, com etapas concluídas em agosto de 2018 e junho de 2019, permitindo ter uma operação independente de barragens de rejeitos. E com os projetos de CMAI III, Espirais e Rebritagem em fase final de conclusão. A CSN Mineração possui quatro grandes blocos de projetos em desenvolvimento que planeja executar gradativamente ao longo dos próximos 12 anos: **(i) Projetos de Expansão da Planta Central (Rejeito Fino Planta Central e Expansão da Planta Central):** expansões *brownfield* que acelerarão a produção de *pellet feed* a baixo custo operacional. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão um acréscimo de produção de 6,5 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R$ 1,2 bilhão ao longo de 4 anos. Engenharia básica em execução. **(ii) Projetos de Recuperação de Rejeitos das Barragens (Processamento de Rejeito de Pires e Casa de Pedra):** expansões *brownfield* que gerarão valor através da recuperação de 180 milhões de toneladas de rejeito hoje estocado nas barragens, como parte do seu programa de descaracterização. Estima-se que tais projetos de recuperação de rejeitos de barragens propiciarão um acréscimo de produção de 8 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R$ 1,1 bilhão ao longo de 5 anos. Engenharia básica em execução. **(iii) Projetos de Itabirito (Itabirito P15, Planta P4, Itabirito P28 Mascate, Conversão da Planta Central e Itabirito P28 Esmeril):** mix de expansões *brownfield* (P15, já com Licença de Implantação emitida, cotações de equipamentos em andamento e início de implantação previsto para 2021) e *greenfield*, todos projetos com tecnologia conhecida e investimento por tonelada competitivos para produção de *pellet feed premium* com baixo grau de impurezas e alto teor de ferro (inclusive *pellet feed* de redução direta). Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão um acréscimo de produção de 103 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R$ 22,7 bilhões até 2032. **(iv) Projetos de Expansão do TECAR:** investimentos *brownfield* para suportar as expansões de capacidade de produção de minério descritas acima. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão acréscimo de capacidade operacional do TECAR em 3 fases (embarque de) 60, 84 e 130 milhões de toneladas por ano), com investimento estimado em R$6,3 bilhões ao longo de 8 anos. Engenharia detalhada da fase 60mtpa e estudos conceituais das fases 84 e 130mtpa em execução. O foco da CSN Mineração na execução dos projetos está calcado em 3 pilares (i) sustentabilidade, 100% dos projetos são independentes de barragens de rejeito; (ii) baixo risco de execução, todos os projetos fazem uso de tecnologias já consolidadas no mercado e dominadas pela Companhia; e (iii) retorno, produtos *premium* a custos competitivos (manutenção dos patamares atuais de custos de operação).

4 - EVENTOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia divulgou um fato relevante descrevendo a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CSN Mineração S.A., controlada da Companhia, compreendendo (i) distribuição primária de 161.189.078 novas Ações ("Oferta Primária"); e (ii) distribuição secundária de 422.961.066 novas Ações, sendo inicialmente de 372.749.743 Ações ("Oferta Secundária") da Companhia e dos sócios Não Controladores, acrescida de 50.211.323 Ações suplementares de titularidade da Companhia ("Ações Suplementares"). O preço por ação foi fixado em R$8,50 após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizado no Brasil e no exterior. As Ações começaram a ser negociadas no nível 2 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") em 18 de fevereiro de 2021. A participação da CSN na controlada CSN Mineração passou de 87,52% em dezembro de 2020 para 78,24% em dezembro de 2021.

5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

Relações com Investidores: A CSN Mineração continua ampliando seus canais de comunicação, visando aumentar a transparência e exposição da Companhia por meio de novas coberturas de instituições financeiras e participações em eventos e conferências. **Capital Social:** O capital social da CSN Mineração é dividido em 5.591.246.138 (cinco bilhões e quinhentos e noventa e um milhões e duzentos e quarenta e seis mil e cento e trinta e oito) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. A Companhia é controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional S.A., Japão Brasil Minério De Ferro Part. Ltda., POSCO, e China Steel Corporation, que detêm respectivamente 78,24%, 9,08%, 1,83% e 0,4% do capital social total da CSN Mineração.

CSN - Composição do Capital Social em 31/12/2021 (%)

(1) Grupo Controlador
(2) Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu, JFE Steel e Kobe Steel

Em 24 de março de 2021, a Companhia publicou fato relevante apresentando a aprovação em Reunião do Conselho de Administração, do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra de Ações"), para aquisição de até 58.415.014 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quinze mil e quatorze) ações ordinárias. Após isso, em 03 de novembro de 2021, a Companhia publicou a aprovação do encerramento do primeiro programa de recompra e a abertura de um novo programa de recompra para aquisição, no período de 4 de novembro de 2021 a 24 de setembro de 2022, de até 53.000.000 (cinquenta e três milhões) ações ordinárias. Em 31/12/2021, a Companhia dispunha um total de 105.407.300 ações recompradas em tesouraria. **Assembleia Geral de Acionistas:** Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral Ordinária para deliberar sobre as contas apresentadas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do resultado do exercício, eventual distribuição de dividendos, sendo que a cada dois anos, também deliberam sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral também ocorre extraordinariamente, sempre que necessário, para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos e um número de suplentes que não excederá o número de membros efetivos, residentes ou não no Brasil. O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, sujeito às disposições do Acordo de Acionistas. Em 31 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração era composto por 7 (sete) membros efetivos e 1 (um) suplente, todos com término do mandato unificado em 15 de outubro de 2022. O Conselho de Administração deve, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da Companhia. É responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria, podendo também, se necessário, criar comitês especiais para seu assessoramento. **Diretoria:** A Diretoria é composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Financeiro, e um Diretor de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos, e os demais com a designação a eles conferidas pelo Conselho de Administração. O mandato dos Diretores é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para um número ilimitado de mandatos. Em 31 de dezembro de 2021 a Diretoria era composta por 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Operações, um Diretor de Planejamento Estratégico e um Diretor de Investimentos, todos com término do mandato unificado em 15 de outubro de 2022. A Diretoria é responsável por conduzir as atividades de administração e operação dos negócios sociais da Companhia, e deverá exercer os poderes conferidos a eles pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social da Companhia, para desempenhar os atos exigidos para sua regular operação. Os membros da Diretoria se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é composto por três membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 2 anos. O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente pelo menos uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário. Algumas de suas atribuições principais são: rever as demonstrações financeiras e demais informações públicas sobre o desempenho operacional e a situação financeira da Companhia e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como acompanhar a atuação das auditorias interna e externa. **Auditoria Interna:** A Controladora CSN dispõe de uma Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, com atuação independente dentro da organização, vinculada ao Conselho de Administração da Controladora CSN, conforme Art.19, VIII do estatuto social. As atividades dessa Diretoria abrangem todas as companhias do Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração. A equipe da auditoria interna possui metodologia e ferramentas próprias para exercer suas atividades, essas alinhadas às melhores práticas de mercado e adota uma abordagem sistemática e disciplinada, atuando de forma objetiva e independente na condução de seus trabalhos, para avaliação da efetividade dos controles e consequente melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança, bem como de prevenção a fraudes, reportando o seu resultado ao Conselho de Administração da Companhia, por meio do Comitê de Auditoria. **Auditores independentes:** Os auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, que em 2021 prestaram serviços à CSN Mineração e suas controladas, foram contratados para emitir relatório de revisão limitada sobre as informações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores	(R$ mil)
Honorários relacionados à auditoria externa	1.274
Honorários relacionados a outros serviços de asseguração	111
Total	1.385

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria da Companhia para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, o Conselho de Administração declarou em 09/03/2022 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Código de Ética:** A Companhia possui um Código de Conduta aprovado pelo Conselho de Administração contemplando princípios aplicados ao cumprimento da Lei Anticorrupção (12.846/13) e que norteiam seus atos e definem os compromissos diários de comportamento a serem assumidos pelos colaboradores e executivos da Companhia. O Código é disponibilizado a funcionários, executivos, fornecedores, clientes e prestadores de serviços, entre outros públicos de interesse, sendo utilizado como declaração dos compromissos assumidos de conduta. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da Controladora CSN, no endereço eletrônico (www.csn.com.br). A área de *Compliance* é responsável pelo Programa de Integridade, que visa garantir o cumprimento dos padrões de conduta éticos no exercício das atividades e transparência nos negócios. Faz parte deste processo o treinamento contínuo de colaboradores e também o monitoramento quanto ao cumprimento de leis, regulamentações, políticas e normas internas. A Companhia conta ainda com canais de denúncia para relatos de desvios de conduta ou suspeitas. O reporte das denúncias, por parte de colaboradores, terceiros e público externo pode se dar de maneira anônima ou identificada, mantendo-se o sigilo, confidencialidade e a garantia de não retaliação. As denúncias são tratadas pela Gerência de Riscos e *Compliance* da Controladora CSN e reportadas ao Comitê de Auditoria da Companhia. **Divulgação de Atos e Fatos Relevantes:** A Companhia tem uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários segundo a qual toda divulgação deve ser feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido na Instrução CVM 44, antiga Instrução CVM 358/2002. Referida política estabelece que os Atos e Fatos Relevantes da Companhia devem ser veiculados por meio do Portal de Notícias da Folha de São Paulo, em conjunto com a divulgação nos websites de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

6 - INOVAÇÃO

A Companhia tem mais de 70 anos de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. A inovação é parte da nossa essência como empresa pioneira em soluções de processos, produtos e comerciais, sempre comprometida com a qualidade e a busca por novas iniciativas que entreguem maior valor agregado aos nossos clientes e *stakeholders*. A CSN mineração busca uma atuação inovadora em todas as suas áreas de negócio e conta ainda com estruturas totalmente dedicadas à inovação, como a CSN Inova e o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento. Criada em 2018, a CSN Inova é a área corporativa de inovação do grupo CSN, que tem como objetivo posicionar a Companhia estrategicamente e ativamente no ecossistema de inovação. Embora existam iniciativas inovadoras disseminadas por toda a empresa, a CSN Inova é responsável por sistematizar e liderar o processo de inovação de forma organizada e ampla, a fim de possibilitar a execução de projetos de inovação por grupos de pessoas com diferentes habilidades e de diferentes áreas de atuação. A essência da CSN - "Fazer bem, fazer mais e fazer para sempre" - direciona os pilares de inovação da CSN Inova: (i) Otimização de Processos e Eficiência Operacional, (ii) Novas Fontes de Receita; e (iii) Cultura e Sustentabilidade. Além de sistematizar e liderar o processo de inovação aberta (contratação de startups, conexão com universidades, hubs de inovação e demais agentes do ecossistema) a CSN Inova - sempre em conjunto com as áreas de negócio - conduz projetos que introduzem novas metodologias para solucionar os desafios da empresa, que auxiliam a Companhia na transformação digital, potencializam os ativos da CSN, geram oportunidades de desenvolvimento de novos negócios para a Companhia, dentre outros. São quatro áreas com atuação integrada com diferentes formatos de inovação: A CSN Inova Open faz o diagnóstico dos desafios do Grupo, testa e escala novas soluções de base tecnológica para resolver desafios. A CSN Inova Ventures gera valor compartilhado com investimentos em startups e a valorização desses ativos. A CSN Inova Bridge lidera a gestão integrada dos desafios de inovação ESG e a comunicação sobre inovação. A CSN Inova Tech conduz a jornada de descarbonização, monitora tendências tecnológicas, desenvolve relacionamentos com a academia e centros de ciência & tecnologia considerados referências nas temáticas que atuam, e conduz projetos que tem o potencial de impactar principalmente nossos processos produtivos (core) de maneira disruptiva. Em 2021, foram mais de 50 sessões de diagnóstico conduzidas, nos segmentos de Siderurgia, Mineração, Logística e Cimentos, com o envolvimento de mais de 20 áreas diferentes, que resultaram em inúmeros desafios abertos ao longo do ano. Dessa forma, para esses desafios, a CSN Inova Open mapeou seus processos e indicadores, além de mensurar seus potenciais econômicos e estratégicos de forma a identificar soluções tecnológicas assertivas para testes em prova de conceito e projetos piloto seguidos de implementação em escala, quando aplicável. Na CSN Inova Ventures, para garantir o acesso às melhores oportunidades, foram mais de 100 conexões com fundos de investimento e aceleradoras de startups no Brasil, Israel, EUA, Singapura, China, Inglaterra, entre outros países, além de parcerias com agentes que são referência no mercado de inovação e Venture Capital, como Endeavor, ABVCAP e BR Angels. Como resultado das conexões e estudos de mercado realizados, foi estabelecida a tese de investimento, que fica contemplada [illegible] 4.0, [illegible] (ex: energia, eficiência energética, tecnologias para análise e descarbonização dos processos e etc.), ESG, e Indústrias Adjacentes (Healthtech e Agtech). As empresas escolhidas para fazer parte do fundo contemplam temáticas de extrema importância para o futuro do Grupo CSN, como materiais avançados (2DM), descarbonização (1s1 e H2Pro), energia (Clarke) e canais digitais e digitalização de processos (Oico e Traive). Ainda em 2021, suportado por uma extensa pesquisa de modelos de governança em sustentabilidade e inovação realizada pela CSN Inova Bridge, foi constituído o Comitê ESG como órgão de assessoramento do Conselho de Administração na CSN. Formatado como um modelo de laboratório ágil de inovação socioambiental para gerir nossas principais oportunidades dos temas materiais mapeados pelo Grupo CSN, a Inova Bridge tem como foco: (i) Mudanças Climáticas; (ii) Territórios; (iii) Resíduos; (iv) Diversidade & Inclusão; (v) Biodiversidade & Florestas; (vi) Água & Efluentes; (vii) Cadeia de Valor, Governança & Compliance; e (viii) Saúde & Segurança do Trabalho. Por fim, o ano de 2021 também foi marcado pela criação da CSN Inova Tech, área que lidera a frente tecnológica da jornada de descarbonização da CSN e CSN Mineração. Para isso, foi estruturado o Grupo de Mudanças Climáticas ("GMC"), equipe multidisciplinar e vinculada ao Comitê ESG, responsável por liderar a jornada de descarbonização. A atuação do GMC resultou na identificação e análise tecnológica de mais de 100 opções de mitigação e construção do *roadmap* de descarbonização das operações. Para isso a área vem mapeando parceiros estratégicos como *players* relevantes no setor, além de universidades e centros tecnológicos de ponta com o objetivo de firmar relacionamentos de longo prazo para o desenvolvimento de soluções tecnológicas associados à descarbonização do grupo.

7 - PESSOAS

O modelo "Gente & Gestão" da CSN Mineração é fundamentado em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A companhia acredita que seu diferencial competitivo é o seu capital humano. Através deste modelo o conhecimento é transformado em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos. Diante da nova realidade instaurada por conta do coronavírus e com base nos padrões éticos de conduta profissional, a CSN Mineração seguiu todas as recomendações de prevenção e contenção do vírus divulgadas pelos órgãos de saúde competentes. Diante desse cenário pandêmico, foram tomadas várias medidas em relação às práticas de Gente & Gestão, visando tornar a experiência do colaborador ainda mais eficaz. Implantamos uma plataforma digital para o envio das documentações de admissões, com o objetivo de otimizar e agilizar o processo. Visando a aceleração de carreira dos estagiários, durante o ano de 2021 realizamos 4 módulos de desenvolvimento, sendo: **Autoconhecimento**; **Planejamento Financeiro**; **Planejamento de Vida e Carreira e Inclusão e Diversidade do Trabalho**. Outra iniciativa que tivemos foi a parceria com o BRASA Summer Journey, que tem como missão capacitar, conectar e engajar talentos brasileiros, no período de recesso das Universidades no exterior. O objetivo do programa é que esses estudantes desenvolvam projetos de alto impacto para a organização, aprendendo com a cultura da empresa, durante 4 semanas. Tivemos a participação de 30 jovens que passaram por vários treinamentos e mentorias, bem como com conversas com as Lideranças da empresa, para entenderem a cultura, se aprofundarem no tema e trazer a melhor solução. O programa foi realizado em parceria com a Fundação CSN e com a CSN Inova, com o tema: "Elaboração de um plano de desenvolvimento territorial das cidades de Congonhas e Volta Redonda". Implementamos o Programa Summer Job com 02 alunas do Programa Ganhar o Mundo, onde elas tiveram o desafio em parceria com a CSN Inova de desenvolver o projeto: "Construção de Radar de Tendências". Realizamos o Diagnóstico de Aculturamento dos Especialistas admitidos do Grupo CSN, visando levantar as percepções em relação à nossa cultura, essência, ambiente de trabalho, relação com o gestor e pares, além de medir se as expectativas foram atendidas considerando o que foi contratado no processo seletivo. Lançamos o programa Trainee#VemSerCSN, que tem como objetivo atrair, reter e desenvolver jovens com alto potencial para ocupar posições estratégicas, no médio e longo prazo, visando agregar valor aos negócios do Grupo CSN. Realizamos o processo seletivo em tempo recorde de apenas 03 meses. O processo contou com 20.008 inscritos para 50 vagas. Desses, somente 390 foram para a fase do hackathon, que foi realizado durante um final de semana e contou com o suporte dos Gestores da CSN para apoiá-los tecnicamente na solução de um problema real. Para a próxima fase, tivemos 209 candidatos que foram para o painel com os gestores, onde eles puderam se apresentar e trabalhar em time, para observarmos as competências comportamentais. A próxima etapa contamos com 156 candidatos que foram entrevistados pelos gestores. Ao todo realizamos 463 entrevistas e 107 candidatos aprovados para as 50 vagas. Implantamos o CSN Conecta, um programa com o objetivo de engajar *squads* de até 4 colaboradores no desenvolvimento de soluções, visando acelerar as ações de ESG na empresa, nos temas água, energia, resíduos e emissões. O programa foi lançado em todas as unidades do grupo CSN, e a iniciativa, além de gerar inovação através das soluções que serão desenvolvidas, vai contribuir para a geração e compartilhamento de conhecimento técnico. Realizamos várias ações de engajamento *on-line*, tais como: Palestra Janeiro Branco - Saúde Mental; Dia da Mulher - Palestra da Liderança Feminina; Dia das Mães e dos Pais; Palestra Setembro Amarelo - Valorização da Vida; Dia das Secretárias; Palestra Outubro Rosa - Transformando Vidas em parceria com a ONG Amor em Mechas. A CSN Mineração se reinventou e muitas ações foram reestruturadas para que o desenvolvimento dos colaboradores acontecesse com total segurança. Para manter uma equipe de alta performance e qualificada, a CSN Mineração conseguiu reciclar seus colaboradores em treinamentos obrigatórios, respeitando todos os protocolos de segurança: distanciamento, carga horária menor, locais abertos e ventilados, uso de máscaras e higienização frequente e muitos foram realizados por treinamentos *on-line*. Definimos um programa de Educação Corporativa, que futuramente vai evoluir para uma Universidade Corporativa, com foco em estruturar uma trilha de aprendizagem para todos os níveis da organização; gerenciar os treinamentos obrigatórios; incentivar a gestão do conhecimento; diminuir os custos de treinamentos, estimulando a ação de multiplicadores internos e incentivar a pesquisa e atualização tecnológica e técnica na CSN. Diante disso, definimos os Direcionadores Organizacionais - Competências Organizacionais, Competências Comportamentais e Competências Técnicas que irão suportar a Universidade Corporativa, bem como, a Governança Corporativa - papéis e responsabilidades; a Missão, Visão e Propósito da Universidade, assim como as suas escolas: Escola de Líderes; Escola de Negócio; Escola de Excelência em Resultados e Escola de ESG. Contratamos uma plataforma que irá ter todos esses conteúdos e irá fazer a gestão do conhecimento. Durante o ano de 2021, trabalhamos na revisão do desenho, parametrização do LMS e na inclusão dos conteúdos. Em 2021, investimos mais de 155.605 horas em treinamento, o que demonstra a preocupação da CSN Mineração no desenvolvimento de seus colaboradores. Rodamos o nosso Ciclo de Gente onde todos os colaboradores tiveram oportunidade de receberem e darem *feedback* quanto ao seu momento atual e sua expectativa de carreira.

Realizamos um mapeamento de mercado para as posições executivas que não tinham potenciais sucessores, para isso desenvolvemos uma matriz de criticidade para análise das posições. Visando a sustentabilidade dos negócios da CSN Mineração, realizamos os *Assessments* de todos os Executivos da Mineração, onde deverá ser elaborado um PDI para acelerar a carreira dos envolvidos. Em sequência ao processo, atualizamos o nosso Guia de Autodesenvolvimento de competências, para suportar a elaboração do PDI, que também foi reformulado. E desenvolvemos um novo formulário para que seja feito uma gestão do *feedback*. Como melhoria do processo, implantamos uma nova plataforma de gestão de performance, onde teremos tudo integrado em um único sistema: resultado das metas; competências; resultado de 9Box, comitê de calibração, ciclo de gente, registros de *feedback* e elaboração dos PDIs. Essa plataforma é baseada em redes sociais, para proporcionar uma melhor experiência do colaborador. Ela é mais ágil, transparente e amigável, podendo ser acessada através do celular. Consta da nossa política de Recrutamento & Seleção os seguintes pontos: ✓ A organização mantém um relacionamento profissional e responsável com seus colaboradores e não admite que decisões relativas à carreira, sejam fundamentadas em relacionamento pessoal; ✓ A organização não tolera qualquer atitude guiada por preconceitos relacionados à origem, religião, raça, gênero, orientação sexual, classe social, idade, estado civil, posição político-partidária e deficiência de qualquer natureza, para efeito de patrocínio e doação a projetos sociais, assistenciais e culturais. Da mesma forma, para contratação e aproveitamento de seus profissionais, desde que preencham os requisitos técnicos e o perfil exigido para o cargo; ✓ A organização não admite práticas ilegais como trabalho infantil e com isso, mantém um ambiente de trabalho que respeita a dignidade de todos os colaboradores, que propicia bom desempenho profissional e que é isento de qualquer tipo de discriminação e assédio sexual ou moral. A organização não empregará mão de obra infantil ou escrava, nem pactuará com tais práticas por parte de terceiros que nos forneçam produtos ou prestem qualquer tipo de serviço. Para suprir a necessidade de recursos humanos da organização, é priorizado o recrutamento interno e admissão de Pessoas com Deficiência, desde que atendam os pré-requisitos da vaga em questão. A CSN Mineração encerrou 2021 com 7.432 colaboradores diretos e 2.873 indiretos, indicando para os diretos uma taxa de rotatividade de 1,1%.

8 - DESEMPENHO EM ASPECTOS ESG (*environmental, social and governance*)

Iniciativas importantes marcaram o ano de 2021 no desenvolvimento dos temas ESG na CSN Mineração. Em Setembro, a CSN Mineração publicou seu primeiro relato integrado, com as perspectivas e os desempenhos das operações financeiras, operacionais e ESG da companhia. Em Setembro a Fundação CSN celebrou seus 60 anos e aproveitando este marco, a Fundação passou por um processo de redefinição de sua marca e forma de se comunicar, para deixar mais evidente o seu propósito de transformar vidas e comunidades, pautado nos eixos de atuação: educação, cultura, articulação e curadoria. E em novembro a CSN e CSN Mineração recebem selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, assim a Companhia atingiu o maior nível de qualificação em seus inventários de emissão de gases do efeito estufa corporativo se certificando no Selo Ouro. A CSN Mineração mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos stakeholders envolvidos nas comunidades em que atua. Para isso, a Companhia garante o bom funcionamento de seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001: 2015, certificado por organismo internacional independente na sua unidade de Casa de Pedra (ISO 14.001) desde 2000. Em 2021 alcançamos a certificação ISO 14.001 também no Porto do Tecar (RJ). No ano, a CMIN também alcançou a primeira certificação na ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade, do Porto do TECAR (RJ) e Mina Casa de Pedra (MG). Por fim, estabelecemos ambições ESG que guiarão nossa caminhada em direção a uma gestão mais eficiente, integrada e sustentável. **1. Igualdade de Gênero**: dobrar, até 2025, o percentual de mulheres na força de trabalho da CSN Mineração, tomando como base os números de 2019. **2. Emissões de GEE**: reduzir em 30% a intensidade de emissões de GEE (tCO2e/ ton de minério produzida) de escopos 1 e 2 até 2035 (ano-base, 2019) e ser CARBONO Neutra nos escopos 1 e 2 até 2044. **3. Água**: reduzir em 10%, até 2030, a captação de água por tonelada de minério produzido, base 2019. **4. Segurança do Trabalho**: além do zero acidente, que é o objetivo principal, a meta é reduzir em 10%, ano a ano, a taxa de frequência de acidentes. **5. Governança**: aumentar continuamente nosso Índice de Atendimento às melhores práticas de governança previstas na Instrução CVM nº 586/2017, por meio de sua controladora. **Gestão ambiental:** A CSN Mineração mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e de Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua. A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001: 2015 e certificado por organismo internacional independente e devidamente acreditado junto ao INMETRO, na sua unidade de Casa de Pedra (ISO 14.001) desde 2000 e em 2021 alcançamos a certificação ISO 14.001 também no Porto do Tecar (RJ). A CSN Mineração reporta suas emissões de forma integrada à sua empresa controladora, seguindo as diretrizes do GHG Protocol visando subsidiar sua gestão de carbono, mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas. Em 2021, em seu primeiro ano de reporte de inventário de emissões de GEE de forma independente, a CSN Minerção recebeu o selo ouro do GHG Protocol, que demonstra o atingimento do maior nível de qualificação do nosso inventário de emissão de gases do efeito estufa. Em 2021 também reportamos, pela primeira vez, ao CDP (Disclosure Insight Action) módulo Climate Change e recebemos a nota B-. A CSN Mineração possui compromisso com a gestão responsável de seus recursos hídricos. Para atender a este compromisso, possuímos mais de 40 sistemas de controle para efluentes e drenagens e mais de 30 pontos de monitoramento nos cursos d'água situados na área de influência do empreendimento, investindo continuamente em novas tecnologias. Como consequência, no resultado acumulado do ano, alcançamos uma significativa redução de 20% no consumo de água nova por tonelada de minério produzida, e continuamos com todos os resultados dos monitoramentos de diques e barragens (dos diversos parâmetros de efluentes monitorados), 100% dentro do limite estipulado pela legislação vigente. Na Planta Central, por meio de investimentos em novas tecnologias, o índice de recirculação da água passou de 79% em 2018 para 87% em 2021 e chegará a 95% em 2023. No último trimestre de 2021, a CSN Mineração concluiu o estudo da sua Pegada Hídrica, promovendo uma melhor compreensão de como as suas operações interagem com os recursos hídricos, todos os seus usos, perdas e oportunidades, o que resultou na elaboração de um planejamento maduro voltado para o aprimoramento da sua eficiência hídrica nos processos da companhia. Além disso, 2021 foi o primeiro ano de reporte ao CDP (Carbon Disclosure Project) Water Security, e, em novembro, a CMIN foi avaliada com a nota C. O último trimestre de 2021 também marcou a conclusão da avaliação qualitativa dos riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas para a CSN Mineração, segundo as diretrizes TCFD (Task Force for Climate Related Financial Disclosures). Nesta avaliação, em linha com as recomendações do TCFD, foi analisada a resiliência da estratégia da Companhia frente aos cenários de mudanças climáticas e elaborado um relatório com a análise completa e resultados. No que tange a matriz energética utilizada pela Companhia nos anos de 2019 e 2020, tivemos 100% de energia utilizada de fontes renováveis e atingimos antecipadamente a ambição estabelecida para o ano de 2021, que passou a ser definitiva para a CSN Mineração. A CSN Mineração possui histórico de mais de 15 anos de preservação e monitoramento da biodiversidade local. No ano de 2021 acumulamos 29 hectares de área revegetadas em pilha de rejeito e estéril. Essa revegetação contribui de maneira significativa para (i) a minimização de carreamento de sedimentos para áreas à jusante, em especial, cursos d'água situados na área de influência do empreendimento, (ii) a minimização da dispersão de particulados na área de mina, contribuindo também para uma melhora na qualidade do ar local, e (iii) criação de novas áreas verdes como habitat para fauna local. No ano de 2021, foram plantadas 7.826 mudas de espécies nativas em áreas de compensação de Mata Atlântica e que permitiu a finalização das atividades nas propriedades de Pinta Cuia em Itabirito e Águas Vermelhas em Ouluzito. Ao longo do ano também foram aprovados na CPB - Câmara Técnica de Proteção da Biodiversidade (IEF-MG) a compensação ambiental do SNUC em decorrência da instalação da Planta de Itabiritos 15 Mtpa, totalizando o montante de R$ 11,7 milhões que serão direcionados ao estado e investidos em Unidades de Conservação para a melhoria de infraestrutura e ações de preservação da biodiversidade. Também foi aprovada a compensação minerária em decorrência da instalação da Pilha de Estéril do Batateiro, sendo que nessa compensação um total de 65,02 hectares de áreas foram doadas ao ICMBio, no Parque Nacional Sempre Vivas em Minas Gerais, para proteção integral. Além disso, a CSN Mineração já aprovou a compensação de Mata Atlântica para a expansão da mina prevista para 2022 (Mascate, Corpo Principal, Lavra A e Alto Bandeira), totalizando 12,3 hectares de servidão e 36,3 hectares de recuperação. **Gestão de barragens e licenças ambientais:** A empresa está na vanguarda mundial no que tange a gestão dos rejeitos de mineração tendo investido cerca de R$ 400 milhões em tecnologias que permitiram uma melhor gestão dos rejeitos com a filtragem e empilhamento a seco, tornando desde o início de 2020 os nossos processos 100% independentes do uso da barragem de rejeitos. Todas as barragens são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. Seguimos as diretrizes e recomendações sobre operação e segurança de barragens estabelecidas pela ICOLD (*International Commission on Large Dams*), comissão internacional não governamental, que incentiva a troca de informações sobre planejamento, projeto, construção e operação de grandes barragens. Esses padrões e práticas estão em linha com as exigências do ICMM (*International Council on Mining and Metals*). De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 da ANM), todas as barragens são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade ou não das barragens e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. O Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da CSN Mineração encontram-se finalizados com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria da ANM. Durante todo o ano de 2021 todas as barragens da CSN Mineração permaneceram no nível de emergência zero, que é o melhor nível segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) e com todas as declarações de estabilidade emitidas. Em continuidade ao cronograma de descaracterização das nossas barragens, foi concluída a obra do canal de cintura da Barragem do Vigia e estamos em franco processo de descaracterização desta Barragem, com previsão de conclusão em 2023. **Gestão Social: • Segurança do trabalho:** Segurança é nossa principal prioridade e o resultado dos nossos esforços em busca da meta de zero acidentes, vem sendo sucessivamente refletidos nos nossos indicadores. A CSN Mineração possui diretrizes de Saúde e Segurança baseadas nas boas práticas de mercado, normas regulatórias e recomendações nacionais e internacionais. Por meio de sua Política Corporativa de Sustentabilidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho e de seu Manual de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, que contém diretrizes para orientar as ações de todos os seus próprios colaboradores e empresas contratadas quanto à segurança, proatividade, conformidade legal, mitigação e controle de perigos, riscos e a prevenção de lesões e doenças ocupacionais através dos dez elementos que visam definir responsabilidades e as necessidades de instrumentos específicos de prevenção. Com o objetivo de monitorar e medir a efetividade de nossa política, a CSN Mineração utiliza indicadores de desempenho que incluem: frequência e taxa de gravidade de acidentes com e sem lesões, tanto para funcionários próprios quanto para terceiros; auditoria comportamental, controle dos registros e tratamento das anomalias, com reporte diário destes indicadores para a alta administração, além do Programa de Prevenção de Fatalidades - Riscos Críticos. Com relação à gravidade dos eventos, atingimos a maior redução, com queda de 13% do acumulado em 2021 em relação ao ano anterior, ratificando o foco da organização em melhoria do desempenho priorizando os eventos de maior risco. Com isso, encerramos o ano de 2021, com zero fatalidades, com uma taxa de gravidade de 59, melhor resultado dos últimos 3 anos.

Taxas de Gravidade - CSN Mineração

• Enfrentamento ao COVID-19: A COVID-19 se disseminou significativamente em escala global a partir de março de 2020, quando a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretou pandemia mundial, estado que tem o potencial para causar interrupções operacionais globais significativas, aumentando a volatilidade dos mercados e afetando economias globais e regionais. Como todo o planeta, a CSN Mineração também foi surpreendida por essa crise sem precedentes mas, por meio da imediata constituição do Comitê de Gerenciamento de Pronta Resposta (Comitê de Crise) reagiu de forma rápida e diligente no sentido de, com base em padrões éticos de conduta profissional e responsabilidade social, seguindo todas as recomendações de prevenção e contenção da COVID-19 recomendadas pelos órgãos de saúde competentes se proteger, proteger seus colaboradores a sociedade no entorno das suas operações, e a própria operação minerária contra os efeitos sociais e econômicos produzidos pelo vírus. Dentre as ações adotadas para a proteção dos seus mais de 6.500 colaboradores, foram implantadas medidas e processos sanitários rígidos e tecnicamente validados para a indispensável proteção da saúde de todos. De modo a proporcionar maior acesso dos seus colaboradores às vacinas, a CSN Mineração, em parceria com prefeituras locais, realizou campanhas de vacinação no Porto do TECAR e na Mina Casa de Pedra, unidades consideradas como prestadoras de serviços essenciais. Também foi lançada pesquisa interna para todo seu público no sentido de levantar a população já vacinada, orientar, acompanhar e cobrar o cumprimento do esquema de vacinação de todos os seus colaboradores. Até o final de 2021, 92% da força de trabalho tinha pelo menos a primeira dose da vacina. Dentre as ações adotadas para a proteção dos seus colaboradores diretos e indiretos, foram implantadas medidas e processos sanitários rígidos e tecnicamente validados para a indispensável proteção da saúde de cada um dos envolvidos. Entre elas destacam-se: • Reforço na higienização dos ambientes; • Disponibilização de álcool em gel 70%; • Distribuição de máscaras de tecido para todos os colaboradores; • Incremento, esclarecimento e incentivo ao distanciamento social; • Ampliação da frota de transporte fretado em quase 100%, possibilitando a ocupação máxima de 50% em seus ônibus; • Reforço nas publicações internas com informações de prevenção à COVID-19; • Cancelamento de reuniões presenciais, nas unidades ou fora, bem como a participação em treinamentos internos e externos, utilizando-se dos meios eletrônicos para realizar os contatos de trabalho; • Cancelamento de viagens; Além da adoção de protocolos médicos validados com: • Aferição de temperatura corpórea de todos os colaboradores no acesso às minas e escritórios; • Testagem RT-PCR em cerca de 1.000 colaboradores desde o início da pandemia, e afastamento imediato nos casos de colaboradores sintomáticos e profissionais que tiveram contato com o caso suspeito, só retornando ao trabalho após confirmação de teste negativo; • Afastamento dos casos testados positivo por 14 dias, conforme protocolo do Ministério da Saúde e OMS; • Afastamento dos colaboradores dos grupos de risco, conforme critérios da OMS e Ministério da Saúde, com implantação de *home-office*; • Além disso, a gerência de Comunicação da CSN e CSN Mineração vem sistematicamente divulgando materiais de reforço comportamental na prevenção à COVID-19 através dos canais oficiais de comunicação da empresa (Comunicados digitais, e-mails marketing, TV CSN e Alertas de Segurança). **• Diversidade:** Estamos preparando o futuro do Grupo CSN, que depende das pessoas e da qualidade de seu estoque de capital humano. Uma de nossas tarefas mais relevantes é a identificação de jovens talentos, promovendo-os a cargos gerenciais e os preparando para serem os futuros líderes da companhia. A CSN Mineração possui, por meio de sua controladora, um compromisso de tolerância zero a qualquer tipo de prática de discriminação, expresso em seu Código de Ética. Entendemos que um ambiente inclusivo e diverso é importante para estimular a inovação e garantir a perenidade dos nossos negócios, a CSN também acredita que uma abordagem de inclusão é fundamental para eliminar as barreiras que impedem a contratação e a retenção de mulheres, e a consequente melhoria de desempenho devido à diversidade de gênero. As iniciativas em 2021 refletem, na prática, mecanismos que promovem a equidade e trazem resultados sustentáveis de representatividade e igualdade. Em direção ao nosso compromisso de chegarmos em 2025 com 28% de mulheres, intensificamos o Programa Capacitar Mulheres, com dois grandes ciclos de entradas que aconteceram em junho e setembro. O resultado da representatividade de mulheres na CSN Mineração saiu de 14,4% em dezembro de 2020 para 18% em dezembro de 2021, um crescimento de 25% no ano. Em relação aos números absolutos, contratamos 380 mulheres, chegando em dezembro de 2021 com 1.715 mulheres em nosso efetivo. Em relação à inclusão de pessoas com deficiência, lançamos o programa Capacitar PcD na unidade da empresa em Congonhas, esse piloto visa criar um caminho de inclusão através da educação. Com esse programa e ações táticas, alcançamos um crescimento de 19% da nossa representatividade de Pessoa com Deficiência em 2021. Além da CSN, empresa controladora, ser uma das fundadoras do MOVER (Movimento pela Equidade Racial), foi lançado em setembro, junto com a Fundação CSN, o projeto Mentoria Cidadã que tem como objetivo contribuir para o aumento das oportunidades de trabalho aos jovens que participam do programa Garoto Cidadão. O Mentoria Cidadã é um catalisador importante no processo de empregabilidade da juventude que já em seu primeiro ciclo, teve como resultado a contratações de 16 jovens na cidade de Congonhas. **• Responsabilidade Social:** No relacionamento com a comunidade, a CSN Mineração detém um cronograma de reuniões rotineiras realizadas bimestralmente com vários representantes do poder público/privado e de comunidades, tendo como objetivo debater demandas, críticas e sugestões de melhoria na minimização ou mitigação dos impactos socioambientais inerentes aos seus empreendimentos. Os projetos de responsabilidade social da CSN Mineração têm o objetivo de valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando parceria com o poder público e com a sociedade civil. Essas ações são executadas pela Fundação CSN e tem o compromisso de promover a transformação de pessoas e comunidades por meio do desenvolvimento social, educacional e cultural. Também neste sentido, a "Casa de Apoio CSN", localizada no bairro Residencial em Congonhas-MG, se configura como um importante canal de comunicação com a comunidade. Com os devidos protocolos sanitários em função da pandemia, a CSN Mineração tem utilizado o local para divulgar vagas e receber currículos. Com essa ação, foi possível contratar pessoas da comunidade, criando oportunidades para transformar a realidade local por meio da geração de emprego e renda. A Fundação realiza projetos de execução direta nas principais cidades em que a empresa tem unidades de negócio e dá suporte com a curadoria, seleção e acompanhamento técnico de projetos de entidades terceiras que recebem patrocínio do grupo através de leis de incentivo fiscal, ampliando assim sua atuação social. Perseguindo o mesmo objetivo, o Centro de Educação Tecnológica (CET), da Fundação CSN, em parceria com a Secretaria da Educação do Governo de Minas Gerais, ampliou seu programa de bolsas através do programa Trilhas de Futuro, ofertando 160 bolsas para cursos técnicos, contribuindo para a capacitação de estudantes do ensino médio. Com ações sociais, em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, a CSN contribui para transformar vidas, famílias e comunidades, reforçando o compromisso nas cidades que está inserida. **Gestão de governança:** A CSN Mineração vem atuando na formalização de seus principais compromissos ESG. No terceiro trimestre de 2021, aconteceu a primeira reunião do Comitê ESG, órgão não-estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração do Grupo CSN, e cuja composição inclui sua alta liderança executiva do Grupo CSN e da CSN Mineração S.A. Nesta primeira reunião, foi aprovada a constituição de uma Comissão Integrada de Gestão ESG, a ser composta por embaixadores nomeados pelos membros do órgão, de modo que suas principais funções serão as de implementar um sistema de inovação aberta e sustentabilidade na condução dos trabalhos do Comitê ESG e, ainda, se responsabilizar pelos planos de ação e iniciativas organizadas a partir da matriz de materialidade do Grupo CSN e da CSN Mineração. A Materialidade das duas empresas está em processo de atualização e trará ainda mais robustez para atuação do Comitê no próximo ano, com foco nos temas materiais da CSN Grupo e da CSN Mineração. A nova materialidade será apresentada no próximo Relato Integrado 2021.

9 - DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global. As informações financeiras da CSN Mineração aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

RESULTADO TRIMESTRAL 4T21 E 2021
9 de março de 2022

São Paulo, 09 de março de 2022 - A **CSN Mineração** ("CMIN") (B3: CMIN3) **divulga seus resultados do quarto trimestre de 2021 (4T21)** em Reais, sendo suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS", emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Os comentários abordam os resultados consolidados da Companhia no **quarto trimestre de 2021 (4T21)** e as comparações são relativas ao quarto trimestre de 2020 (4T20) e ao terceiro trimestre de 2021 (3T21). A cotação do dólar era de R$ 5,20 em 31/12/2020, de R$ 5,44 em 30/09/2021 e R$ 5,58 em 31/12/2021.

Destaques operacionais e financeiros 4T21 e 2021

Apesar do maior volume de chuvas e paradas programadas que impactaram o desempenho no 4T21, o resultado foi recorde em 2021: O resultado recorde da mineração, com EBITDA ajustado de R$ 10,4 bilhões, foi impulsionado pelo forte resultado verificado no primeiro semestre do ano. Por outro lado, o desempenho no 4T21 foi impactado pelo forte volume de chuvas e pelas paradas programadas realizadas em novembro. Mesmo com esses efeitos, o total de produção mais compra de terceiros ficou dentro do *guidance* divulgado pela CSN e foi 18% superior ao de 2020. **ESG:** A Companhia anunciou novas metas de ESG no final de 2021, com o compromisso de reduzir em 30% sua emissão de gases de efeito estufa até 2035 e se tornar carbono neutra em 2044. **Geração de caixa atinge R$ 6,8 bilhões em 2021, um crescimento anual de 60%: O Fluxo de Caixa Ajustado** em 2021 reforça o excelente momento da Companhia que tem conseguido aumentar o volume de produção ao mesmo tempo em que aproveita o favorável momento dos preços do minério. No entanto, o fluxo de caixa do **4T21** foi impactado pelos aumentos dos investimentos e do capital de giro da Companhia. **CSN Mineração termina o ano com sólida posição de caixa:** A Companhia encerrou o ano com caixa líquido de R$ 6 bilhões, um patamar sólido para viabilizar seus projetos de crescimento e fazer frente a seus compromissos financeiros. **Remuneração aos acionistas:** No 4T21, a CSN Mineração aprovou a abertura do seu segundo programa de recompra para a aquisição de até 53.000.000 ações. Até o final de 2021, foram recompradas 99% das ações alvo desse programa a um preço médio de R$ 6,21 por ação. Além disso, a administração aprovou, sujeita à ratificação na AGO, dividendos totais de R$ 2,5 bilhões. Quando somados aos demais dividendos já distribuídos, temos um *payout* de 80% sobre o lucro do ano.

Quadro Consolidado - CMIN

	4T21	3T21	4T21 x 3T21	4T20	4T21 x 4T20	2021	2020	2021 x 2020
Vendas de Minério de Ferro (mil toneladas)	7.719	8.184	-6%	8.638	-11%	33.238	31.155	7%
- Mercado Interno	1.190	1.270	-6%	998	19%	4.920	4.217	17%
- Mercado Externo	6.529	6.914	-6%	7.640	-15%	28.318	26.938	5%
Resultados Consolidados (R$ milhões)								
Receita Líquida Ajustada [1]	2.381	2.783	-14%	4.516	-47%	17.982	12.757	41%
Lucro Bruto	706	784	-10%	2.498	-135%	9.974	7.277	37%
EBITDA Ajustado [2]	850	911	-7%	3.176	-73%	10.381	8.143	27%
Margem EBTIDA %	35,71%	32,73%	+2,98 p.p.	70,34%	- 34,6 p.p.	57,73%	63,83%	- 6,10 p.p.

[1] A Receita Líquida Ajustada é calculada a partir da eliminação da parcela da receita atribuída ao frete e seguro marítimo.
[2] O EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido, acrescido das depreciações e amortizações, dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido, outras receitas/despesas operacionais e resultado de equivalência patrimonial.

Resultado Operacional - CSN Mineração: Na CSN Mineração, o ano de 2021 foi marcado por elevada volatilidade em relação ao preço do minério de ferro e do frete marítimo. Depois de um primeiro semestre com recordes históricos de preço do minério de ferro em resposta à demanda aquecida e à limitada oferta no mercado transoceânico, tivemos uma segunda metade do ano com fortes ajustes devido às preocupações e incertezas em relação ao mercado siderúrgico chinês, especialmente no que diz respeito ao maior controle de produção de aço associado à emissão de carbono, pressões inflacionárias, crise energética e imobiliária, além de questões relacionadas à Covid e seus impactos nos portos. Após cair mais de 61%, o preço do minério voltou a subir no final do ano, com novas rodadas de estímulos por parte do governo chinês e tem se mantido em patamar elevado no início de 2022 à medida em que as autoridades chinesas tentam chegar a um equilíbrio entre estímulos ao crescimento econômico sem trazer maiores pressões inflacionárias. Nesse contexto, **o minério teve média de US$ 109,61/dmt (Platts, Fe62%, N. China) ao longo do 4T21, 33% abaixo do 3T21 (US$ 162,94/dmt) e 18% inferior ao do 4T20 (US$ 133,7/dmt).** Em relação ao **frete marítimo**, a Rota BCI-C3 (Tubarão-Qingdao) atingiu média de **US$ 31,04/wmt** no 4T21, o que representa uma leve retração de 2% em relação ao trimestre anterior, como resultado da continuidade da crise de transporte logístico enfrentada no mercado transoceânico.

ri.csnmineracao.com.br

continua

continuação

Total de Produção - Mineração (mil toneladas)

• A **produção de minério de ferro** somou 6,9 milhões de toneladas no 4T21, o que representa uma queda de 33% em relação ao 3T21, como consequência das paradas programadas para manutenções realizadas em novembro, além de um menor volume de compras de minério de terceiros e das fortes chuvas que ocorreram especialmente nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro no mês de outubro. O ano de 2021, contudo, foi marcado por um aumento de 18% no volume produzido. Adicionalmente, é válido notar que o total de produção mais compra de terceiros ficou dentro do *guidance* esperado pela Companhia. • O **volume de vendas** atingiu 7.719 milhões de toneladas no 4T21, um desempenho 6% inferior ao trimestre anterior como consequência do menor volume de embarques, em razão da parada programada no Tecar e do alto nível de umidade verificado no período, atrasando carregamentos. Já o volume de vendas em 2021 foi 7% superior ao de 2020.

Volume de Vendas - Mineração (mil toneladas)

Resultado Consolidado - CSN Mineração: • No 4T21, a **receita líquida** totalizou R$ 2.381 milhões, 14,4% inferior à registrada no trimestre anterior, como consequência da combinação de menores preços realizados com um menor volume de embarques, refletindo os mesmos efeitos que impactaram a produção neste trimestre. A **receita líquida unitária** foi de **US$ 55,38** por tonelada úmida, o que representa retração de 15% contra o trimestre anterior. A queda de 33% do índice de referência foi parcialmente compensada pelo impacto positivo das vendas em períodos cotacionais defasados, além do menor impacto da realização de preço de vendas realizadas em períodos anteriores ao 4T21. Em comparação com 2020, o ano foi extremamente positivo para a Companhia e a receita líquida totalizou mais de R$ 19 bilhões, 38% superior ao ano anterior e com uma receita líquida unitária de US$ 101,31/t em comparação aos US$ 78,96/t de 2020. O principal destaque do ano foi justamente a valorização do preço do minério que chegou a atingir a marca dos US$ 233,00/t em maio, impulsionando o resultado para um patamar nunca antes atingido. • Por sua vez, o **custo dos produtos vendidos** da empresa totalizou R$ 1.675 milhões no **4T21**, o que representa queda de 11% frente ao trimestre anterior, resultado do menor volume de compra de terceiros e do menor montante de produtos vendidos. • O **Custo C1 foi de USD 21,6/t no 4T21**, 15% superior quando comparado com o 3T21, resultado, principalmente, de uma menor diluição de custo fixo em razão da queda no volume produzido, além do aumento na despesa portuária associada a parada programada do TECAR e maior demurrage. • No **4T21**, o **lucro bruto** foi de R$ 706 milhões, 10% inferior ao registrado no 3T21, mas com uma margem bruta de 30% ou 1,4 p.p. acima da verificada no trimestre anterior. Esse resultado é consequência direta da menor receita verificada no período com todos os eventos sazonais (chuvas) e extraordinários (paradas programadas) que impactaram o trimestre. Já o lucro bruto de 2021 apresentou o recorde de R$ 9.974 milhões, o que representa alta anual de 37%, enquanto que a margem bruta do ano apresentou queda de 1,6p.p. . Essa leve diminuição na margem bruta foi resultado, principalmente, do aumento de custos no primeiro semestre, principalmente os atrelados ao preço do Platts, bem como da maior movimentação na mina em razão do aumento de produção verificado no período. • Por sua vez, o **EBITDA Ajustado atingiu R$ 850 milhões no 4T21**, com margem EBITDA trimestral de 35,7% ou 3 p.p. superior à registrada no 3T21. Os principais responsáveis pela queda nominal do EBITDA da CSN Mineração neste trimestre foram (i) o menor número de cargas embarcadas; (ii) os menores preços realizados; (iii) a menor diluição de custos fixos; e (iv) o aumento do C1 e do *demurrage*. **No ano, o EBITDA ajustado atingiu o valor recorde de R$ 10,4 bilhões**, 28% superior ao EBITDA de 2020, como consequência, principalmente, do forte desempenho alcançado no primeiro semestre do ano. A margem EBITDA em 2021, por sua vez, foi de 58% ou 6,1p.p. inferior ao ano de 2020, dada a pressão enfrentada em alguns custos ao longo do ano, como, por exemplo, a alta no frete marítimo.

	4T21	3T21	4T21 x 3T21	4T20	4T21 x 4T20	2021	2020	2021 x 2020
Lucro Líquido do período	704	804	-12,50%	1.342	-47,6%	6.371	4.031	58,1%
(+) Depreciação	224	188	19,1%	767	-70,8%	732	1.213	-39,6%
(+) IR e CSLL	16	362	-95,6%	516	-96,9%	2.834	1.759	61,1%
(+) Resultado financeiro líquido	(160)	(138)	15,4%	363	-143,9%	265	512	-48,3%
EBITDA (ICVM 527)	784	1.216	-35,5%	2.989	-73,8%	10.202	7.515	35,7%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	(7)	(52)	-87,4%	(31)	-78,6%	(92)	(48)	91,7%
(+) Outras receitas e despesas operacionais	73	(253)	-128,9%	218	-66,5%	272	676	-59,8%
EBITDA Ajustado	850	911	-6,7%	3.176	-73,2%	10.381	8.143	27,5%

[1] A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo as outras receitas (despesas) operacionais e resultado de equivalência patrimonial por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.
[1] A Margem EBITDA Ajustada é calculada a partir da divisão entre o EBITDA Ajustado e a Receita Líquida Ajustada

EBITDA Ajustado (R$ MM) e Margem Ajustada[1] (%)

• **Outras receitas e despesas operacionais** atingiram o valor negativo de R$ 73 milhões no 4T21, como resultado dos impactos causados pelas chuvas e de despesas com estudos e projetos para a expansão das operações. • Já o **resultado financeiro** foi positivo em **R$ 160 milhões** no 4T21, como efeito da variação cambial verificada no período.

	4T21	3T21	4T21 x 3T21	4T20	4T21 x 4T20	2021	2020	2021 x 2020
Resultado Financeiro - IFRS	160	138	21	(363)	523	(265)	(512)	248
Receitas Financeiras	58	58	-	5	53	150	28	121
Despesas Financeiras	102	80	21	(368)	470	(414)	(541)	128
Despesas Financeiras (ex-variação cambial)	(131)	(187)	56	(195)	64	(481)	(404)	(77)
Resultado c/ Variação Cambial	233	267	(34)	(174)	407	67	(136)	203

• Por sua vez, **o resultado de equivalência patrimonial** foi positivo em R$ 6,5 milhões no 4T21, um desempenho abaixo do verificado no trimestre anterior em razão da operação da MRS Logística, que foi afetada pelas chuvas nas regiões em que opera, resultando em um menor volume de carga movimentada. • O **lucro líquido** da CSN Mineração no 4T21 atingiu **R$ 704 milhões**, o que representa queda de 12,5% em relação ao trimestre anterior como consequência da piora operacional verificada no período. Já o lucro líquido de 2021 atingiu o recorde histórico de R$ 6,4 bilhões, 58% superior ao registrado em 2020, o que atesta o excelente momento vivido pela Companhia, combinando excelência operacional, custos competitivos e um momento favorável de preços no mercado internacional. **Fluxo de Caixa Livre[1]**: O Fluxo de Caixa Ajustado no 4T21 foi negativo em R$ 436 milhões, impactado pelo esperado aumento do capital de giro da Companhia, como consequência da reversão de provisões de faturamento ajustadas aos novos níveis de preços do minério. Adicionalmente, os maiores volumes de capex e imposto de renda também impactaram o fluxo de caixa do período. No ano, o Fluxo de Caixa livre atingiu R$ 8,8 bilhões, 60% superior ao registrado em 2020, o que atesta o excelente momento da Companhia que tem conseguido aumentar volume ao mesmo tempo em que aproveita o favorável momento dos preços no mercado internacional.

Fluxo de caixa livre 4T21[1] R$MM

[1] O conceito de fluxo de caixa ajustado é calculado a partir do Ebitda Ajustado, subtraindo-se CAPEX, IR, Resultado Financeiro e variações dos Ativos e Passivos[2], excluindo-se o efeito dos pré pagamentos celebrados com a Glencore em 2019 e 2020.
[2] O ΔCCL/Ativos e Passivos é composto pela variação do Capital Circulante Líquido, mais a variação de contas de ativos e passivos de longo prazo e desconsidera a variação líquida de IR e CS.

Endividamento: Em 31/12/2021, a CSN Mineração possuía um caixa líquido de R$ 6,08 bilhões, uma retração de aproximadamente R$ 1,2 bilhão em relação ao trimestre anterior, em parte como consequência das recompras realizadas no período. O indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em -0,59x.

Endividamento (R$ Bilhões) e Dívida Líquida /EBITDA Ajustado(x)

Cronograma de Amortização (R$ Bilhões)

A CSN Mineração permanece com sólida posição de caixa e uma liquidez mais do que suficiente para arcar com todo o seu endividamento. Além disso, a Companhia segue trabalhando em novas operações de captação associadas aos seus projetos de expansão. **Investimentos:** A CSN Mineração investiu R$ 392 milhões no 4T21, especialmente na importação de equipamentos para as operações de Casa de Pedra, como caminhões, motoniveladoras e escavadeiras. Em 2021, o total de investimento realizado foi de R$ 1,4 bilhão, o dobro do que foi investido em 2020 e em linha com o *guidance* da Companhia.

	4T21	3T21	4T21 X 3T21	4T20	4T21 X 4T20	2021	2020	2021 x 2020
Expansão dos Negócios	145	85	71%	35	312%	540	128	323%
Continuidade operacional	248	267	-7%	151	64%	866	574	51%
Investimento Total IFRS	392	352	11%	186	110%	1.406	702	100,40%

*Investimentos incluem as aquisições através de empréstimos e financiamentos (valores em R$ mm).

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido aplicado ao negócio foi negativo em **R$ 780 milhões no 4T21**, como consequência da forte redução do estoque em razão da venda dos volumes que estavam navegando no 3T21 e da menor produção de minério no trimestre, que acabou por compensar a diminuição na linha de adiantamento de clientes.

	4T21	3T21	4T21 x 3T21	4T20	4T21 x 4T20	2021	2020	2021 x 2020
Ativo	1.819	2.473	(654)	3.660	(1.841)	1.819	3.660	(1.841)
Contas a Receber	750	895	(145)	2.826	(2.076)	750	2.826	(2.076)
Estoques [3]	956	1.404	(448)	660	296	956	660	296
Impostos a Recuperar	82	52	30	66	16	82	66	16
Despesas Antecipadas	16	105	(89)	91	(75)	16	91	(75)
Demais Ativos CCL [1]	15	17	(2)	17	(2)	15	17	(2)
Passivo	2.599	3.650	(1.051)	1.450	1.149	2.599	1.450	1.149
Fornecedores	1.151	1.497	(346)	1.043	108	1.151	1.043	108
Obrigações Trabalhistas	131	140	(9)	98	33	131	98	33
Tributos a Recolher	121	120	1	165	(44)	121	165	(44)
Adiant. Clientes	1.101	1.775	(674)	92	1.009	1.101	92	1.009
Demais Passivos [2]	95	118	(22)	52	43	95	52	43
Capital Circulante Líquido	(780)	(1.177)	397	2.210	(2.990)	(780)	2.210	(2.990)

OBS: O cálculo do Capital Circulante Líquido aplicado ao negócio desconsidera os adiantamentos da Glencore e os respectivos amortizações.
[1] Demais Ativos CCL: Considera adiantamento a empregados e outras contas a receber
[2] Demais Passivos CCL: Considera outras contas a pagar, tributos parcelados e outras provisões
[3] Estoques: Não considera o efeito da provisão para perdas de estoques/inventários. Para o cálculo do PME não são considerados os saldos de estoques de almoxarifado.

Remuneração aos acionistas: No dia 03 de novembro de 2021, a Companhia aprovou a abertura do seu segundo programa de recompra para a aquisição de até 53.000.000 ações. Até o momento, já foram adquiridas 52.466.800 ações ordinárias, a um preço médio de R$ 6,21, o que representa 99% do montante total deste programa. Somando os dois programas lançados, a CSN Mineração recomprou um montante total de 105.407.300 ações em 2021, o que equivale a um volume financeiro de R$ 650,8 milhões. Adicionalmente, o Conselho de Administração deliberou para ratificação na próxima AGO, a distribuição de dividendos no montante de R$ 2,5 bilhões a serem imputados ao dividendo de 2021, equivalente a R$ 0,46/ação ordinária. Quando somados aos demais dividendos já distribuídos, temos um *payout* de 80% sobre o lucro do ano. **ESG - Environmental, Social & Governance: Gestão Ambiental**: A CSN Mineração mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos stakeholders envolvidos nas comunidades em que atua. Para isso, a Companhia garante o bom funcionamento de seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001: 2015, certificado por organismo internacional independente na sua unidade de Casa de Pedra (ISO 14.001) desde 2000. Em 2021 alcançamos a certificação ISO 14.001 também no Porto do Tecar (RJ). No ano, a CMIN também alcançou a primeira certificação na ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade, do Porto do TECAR (RJ) e Mina Casa de Pedra (MG). **Mudanças Climáticas:** Em seu primeiro ano de reporte de inventário de emissões de GEE, a CMIN recebeu o selo ouro do GHG Protocol, significando que atingimos o maior nível de qualificação em nossos inventários de emissão de gases do efeito estufa. Em 2021 também reportamos, pela primeira vez, ao CDP (Disclosure Insight Action) módulo Climate Change e recebemos a nota B-. O último trimestre marcou a conclusão da avaliação qualitativa dos riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas para a CSN Mineração, segundo as diretrizes TCFD (Task Force for Climate Related Financial Disclosures). Nesta avaliação, em linha com as recomendações da TCFD, foi analisada a resiliência da estratégia da Companhia frente aos cenários de mudanças climáticas e elaborado um relatório com a análise completa e resultados. No último trimestre a CSN Mineração divulgou ao mercado suas novas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, deixando-as ainda mais desafiadoras e robustas. A meta de "Reduzir 10% a intensidade de EMISSÕES DE GEE de escopos 1 e 2 (tCO2/tonelada de minério produzida) até 2030 (ano-base, 2019) foi ampliada para uma redução de 30% da intensidade de emissões de GEE até 2035" e por fim, firmamos o compromisso de sermos CARBONO Neutro nos escopos 1 e 2 até 2044. **Gestão da Água:** A CSN Mineração possui compromisso com a gestão responsável de seus recursos hídricos. Para atender a este compromisso, possui mais de 40 sistemas de controle para efluentes e drenagens e mais de 30 pontos de monitoramento nos cursos d'água situados na área de influência do empreendimento, investindo continuamente em novas tecnologias e em projetos que aumentem a sua eficiência no uso da água e no tratamento de efluentes. Como consequência, no resultado acumulado do ano, alcançamos uma significativa redução de 20% no consumo de água nova por tonelada de minério produzida, e continuamos com todos os resultados dos monitoramentos de diques e barragens (dos diversos parâmetros de efluentes monitorados) 100% dentro do limite estipulado pela legislação vigente. Na Planta Central, por meio de investimentos em novas tecnologias, o índice de recirculação da água passou de 79% em 2018 para 87% em 2021. No último trimestre de 2021, a CSN Mineração concluiu o estudo da sua Pegada Hídrica, promovendo uma melhor compreensão de como as suas operações interagem com os recursos hídricos, todos os seus usos, perdas e oportunidades, o que resultou na elaboração de um planejamento maduro voltado para o aprimoramento da sua eficiência hídrica nos processos da companhia. Além disso, 2021 foi o primeiro ano de reporte ao CDP (Carbon Disclosure Project) Water Security, e, em novembro, a CMIN foi avaliada com a nota C. **Biodiversidade:** A CSN Mineração possui histórico de mais de 15 anos de preservação e monitoramento da biodiversidade local. No 4T21, houve a revegetação de 3,8 hectares, em áreas de pilha de rejeito e estéril, acumulando 29 hectares já revegetados em 2021. Essa revegetação contribui de maneira significativa para (i) a minimização de carreamento de sedimentos para áreas à jusante, em especial, cursos d'água situados na área de influência do empreendimento, (ii) a minimização da dispersão de particulados na área de mina, contribuindo também para uma melhora na qualidade do ar local, e (iii) criação de novas áreas verdes como habitat para fauna local. No ano de 2021, foram plantadas 7.826 mudas de espécies nativas em áreas de compensação de Mata Atlântica o que permitiu a finalização das atividades nas propriedades de Pinta Cuia em Itabirito e Águas Vermelhas em Queluzito. Ao longo do ano também foram aprovados na CPB - Câmara Técnica de Proteção da Biodiversidade (IEF-MG) a compensação ambiental do SNUC em decorrência da instalação da Planta de Itabiritos 15 Mtpa, totalizando o montante de R$ 11,7 milhões que serão direcionados ao estado e investidos em Unidades de Conservação para a melhoria de infraestrutura e ações de preservação da biodiversidade. Também foi aprovada a compensação minerária em decorrência da instalação da Pilha de Estéril do Batateiro, sendo que nessa compensação um total de 65,02 hectares de áreas foram doadas ao ICMBio, no Parque Nacional Sempre Vivas em Minas Gerais, para proteção integral. Além disso, a CSN Mineração já aprovou a compensação de Mata Atlântica para a expansão da mina prevista para 2022 (Mascate, Corpo Principal, Lavra A e Alto Bandeira), totalizando 12,3 hectares de servidão e 36,3 hectares de recuperação. O ano também marcou a entrega das obras de reforma do viveiro IEF do município de Conselheiro Lafaiete (MG) e do viveiro do município de Belo Vale (MG) em que serão cultivadas mudas nativas da região, proveniente do resgate da flora e sementes das áreas de supressão necessárias para os novos empreendimentos. Posteriormente essas mudas produzidas serão utilizadas pela Companhia em seus projetos de reflorestamento. No ano foram investidos R$ 1,2 milhões em viveiros da região. **Gestão de Barragens:** A empresa está na vanguarda mundial no que tange a gestão dos rejeitos de mineração tendo investido cerca de R$ 400 milhões em tecnologias que permitiram uma melhor gestão dos rejeitos com a filtragem e empilhamento a seco, tornando desde o início de 2020 os nossos processos 100% independentes do uso da barragem de rejeitos. Todas as barragens são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. Durante todo o ano de 2021 todas as barragens da CSN Mineração permaneceram no nível de emergência zero, que é o melhor nível segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) e com todas as declarações de estabilidade emitidas. Em continuidade ao cronograma de descaracterização das nossas barragens, foi concluída a obra do canal de cintura da Barragem do Vigia e estamos em franco processo de descaracterização desta Barragem, com previsão de conclusão em 2023. **Dimensão Social: Segurança do Trabalho**: Segurança é nossa principal prioridade e o resultado dos nossos esforços em busca da meta de zero acidentes, vem sendo sucessivamente refletidos nos nossos indicadores anuais. A CSN Mineração possui diretrizes de Saúde e Segurança baseadas nas boas práticas de mercado, normas regulatórias e recomendações nacionais e internacionais. Com o objetivo de monitorar e medir a efetividade de nossa política, a CSN Mineração utiliza indicadores de desempenho que incluem: frequência e taxa de gravidade de acidentes com e sem lesões, tanto para funcionários próprios quanto para terceiros; auditoria comportamental, controle dos registros e tratamento das anomalias, com reporte diário destes indicadores para a alta administração, além do Programa de Prevenção de Fatalidades - Riscos Críticos. No 4T21, a taxa de frequência (CAF+SAF acidentes com ou sem afastamento - próprios e terceiros - por 1.000.000/HHT) demonstrou em três meses uma expressiva redução de 90%, com uma taxa de 5,73 em outubro/2021 que passou para 0,59 em dezembro/2021. Com relação à gravidade dos eventos, atingimos a maior redução, com queda de 13% do acumulado em 2021 em relação ao ano anterior, ratificando o foco da organização em melhoria do desempenho priorizando os eventos de maior risco. Com isso, encerramos o ano de 2021, com zero fatalidades, com uma taxa de gravidade de 59, melhor resultado dos últimos 3 anos.

Taxas de Gravidade - CSN Mineração

Enfrentamento à Covid-19: Dentre as ações adotadas para a proteção dos seus mais de 6.500 colaboradores, foram implantadas medidas e processos sanitários rígidos e tecnicamente validados para a indispensável proteção da saúde de todos. De modo a proporcionar maior acesso dos seus colaboradores às vacinas, a CSN Mineração, em parceria com prefeituras locais, realizou campanhas de vacinação no Porto do TECAR e na Mina Casa de Pedra, unidades consideradas como prestadoras de serviços essenciais. Também foi lançada pesquisa interna para todo seu público no sentido de levantar a população já vacinada, orientar, acompanhar e cobrar o cumprimento do esquema de vacinação de todos os seus colaboradores. Até o final de 2021, 92% da força de trabalho tinha pelo menos a primeira dose da vacina. **Diversidade**: Acreditamos que a diversidade e a inclusão constituem um caminho promissor que contribui para a transformação da nossa sociedade e impulsiona os nossos negócios. As iniciativas em 2021 refletem, na prática, mecanismos que promovem a equidade e trazem resultados sustentáveis de representatividade e igualdade. Em direção ao nosso compromisso de chegarmos em 2025 com 28% de mulheres, intensificamos o Programa Capacitar Mulheres, com dois grandes ciclos de entradas que aconteceram em junho e setembro. O resultado da representatividade de mulheres na CMIN saiu de 14,4% em dezembro de 2020 para 18% em dezembro de 2021, um crescimento de 25% no ano. Em relação aos números absolutos, contratamos 380 mulheres, chegando em dezembro de 2021 com 1.715 mulheres em nosso efetivo. Em relação a inclusão de pessoas com deficiência, lançamos o programa Capacitar PcD na unidade da empresa em Congonhas, esse piloto visa criar um caminho de inclusão através da educação. Com esse programa e ações táticas, alcançamos um crescimento de 19% da nossa representatividade de Pessoa com Deficiência em 2021. Além da CSN, empresa controladora, ser uma das fundadoras do MOVER (Movimento pela Equidade Racial), foi lançado em setembro, junto com a Fundação CSN, o projeto Mentoria Cidadã que tem como objetivo contribuir para o aumento das oportunidades de trabalho aos jovens que participam do programa Garoto Cidadão. O Mentoria Cidadã é um catalisador importante no processo de empregabilidade da juventude que já em seu primeiro ciclo, teve como resultado a contratações de 16 jovens na cidade de Congonhas. **Responsabilidade Social:** No relacionamento com a comunidade, a CSN Mineração detém um cronograma de reuniões rotineiras realizadas bimestralmente com vários representantes do setor público/privado e de comunidades, tendo como objetivo debater demandas, críticas e sugestões de melhoria na minimização ou mitigação dos impactos socioambientais inerentes aos seus empreendimentos. Também neste sentido, a "Casa de Apoio CSN", localizada no bairro Residencial em Congonhas-MG, se configura como um importante canal de comunicação com a comunidade. Com os devidos protocolos sanitários em função da pandemia, a CSN Mineração tem utilizado o local para divulgar vagas e receber currículos. Com essa ação, foi possível contratar pessoas da comunidade, criando oportunidades para transformar a realidade local por meio da geração de emprego e renda. Perseguindo o mesmo objetivo, o Centro de Educação Tecnológica (CET), da Fundação CSN, em parceria com a Secretaria de Educação do Governo de Minas Gerais, ampliou seu programa de bolsas através do programa Trilhas de Futuro, ofertando 160 bolsas para cursos técnicos, contribuindo para a capacitação de estudantes do ensino médio. Com ações sociais, em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, a CSN contribuiu para transformar vidas, famílias e comunidades, reforçando o compromisso nas cidades que está inserida. **Gestão de Governança**: A CSN Mineração vem atuando na formalização de seus principais compromissos ESG. No terceiro trimestre de 2021, aconteceu a primeira reunião do Comitê ESG, órgão não-estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração do Grupo CSN, e cuja composição inclui sua alta liderança executiva do Grupo CSN e da CSN Mineração S.A. Nesta primeira reunião, foi aprovada a constituição de uma Comissão Integrada de Gestão ESG, a ser composta por embaixadores nomeados pelos membros do órgão, de modo que suas principais funções serão as de implementar um sistema de inovação aberta e sustentabilidade na condução dos trabalhos do Comitê ESG e, ainda, se responsabilizar pelos planos de ação e iniciativas organizadas a partir da matriz de materialidade do Grupo CSN e da CSN Mineração. A Materialidade das duas empresas está em processo de atualização e trará ainda mais robustez para atuação do Comitê no próximo ano, com foco nos temas materiais da CSN Grupo e da CSN Mineração. A nova materialidade será apresentada no próximo Relato Integrado 2021. **Inovação**: Iniciamos na CSN Mineração, a implantação de sistema autônomo da frota de caminhões da Mina Casa de Pedra (Congonhas - MG), que apoiará a possibilidade de operação remota, sistêmica e de alta precisão dos tratores e de semi-autônoma na frota de perfuratrizes. Com a implantação deste projeto inovador, teremos a possibilidade de redução da frota de caminhões a diesel mecânicos e consequentemente a redução das emissões atmosféricas, além de maior eficiência e segurança dos nossos trabalhadores. **Mercado de Capitais**: No **quarto trimestre de 2021** as ações da CMIN registraram valorização de 5,8%, enquanto o Ibovespa apresentou baixa de 5,5%. O valor médio diário das ações da CMIN3 negociadas na B3, por sua vez, foi de R$ 65,3 milhões.

	4T21
Nº de ações em milhares	5.591.246
Valor de Mercado	
Cotação de Fechamento (R$/ação)	6,74
Valor de Mercado (R$ milhões)	38.076
Variação no período	
CMIN3 (BRL)	5,8%
Ibovespa (BRL)	-5,5%
Volume	
Média diária (mil ações)	10.444
Média diária (R$ mil)	65.317

Fonte: Bloomberg

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.716.802	2.972.521	10.697.935	2.951.043
Aplicações financeiras	4	217.023	1.425	217.023	1.425
Contas a receber	5	749.766	2.825.734	749.766	2.825.734
Estoques	6	855.205	512.440	855.205	512.440
Tributos a recuperar	7	105.989	66.120	103.580	62.851
Outros ativos	8	153.062	218.835	153.080	218.883
		12.797.847	6.597.075	12.776.589	6.572.376
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	7	117.230	77.429	117.230	77.429
Estoque	6	656.193	347.304	656.193	347.304
Outros ativos	8	193.420	286.498	192.940	286.048
Investimentos	9	1.313.186	1.225.372	1.333.203	1.241.549
Imobilizado	10	7.692.003	6.852.757	7.691.970	6.852.682
Intangível	11	4.221.255	4.235.971	4.221.255	4.235.971
		14.193.287	13.025.331	14.212.791	13.040.983
TOTAL DO ATIVO		26.991.134	19.622.406	26.989.380	19.613.359

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	478.410	45.014	478.410	45.014
Fornecedores	14	1.150.427	1.393.323	1.151.618	1.394.689
Obrigações sociais e trabalhistas		75.320	65.950	74.827	65.561
Obrigações fiscais	16	2.270.111	1.710.484	2.267.326	1.704.940
Provisão para contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	21	5.897	7.878	5.897	7.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o (prejuízo) lucro do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receita operacional líquida	25	19.039.870	13.789.531	19.039.870	13.790.467
Custos dos produtos e serviços vendidos	26	(8.008.266)	(5.480.608)	(8.048.377)	(5.510.736)
Lucro bruto		11.031.604	8.308.923	10.991.493	8.279.731
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(1.252.259)	(1.219.967)	(1.274.233)	(1.221.089)
Despesas gerais e administrativas	26	(130.164)	(159.296)	(109.134)	(158.173)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	(271.738)	(675.806)	(273.894)	(675.196)
Outras receitas operacionais		29.969	32.886	27.412	32.886
Outras (despesas) operacionais		(301.707)	(708.692)	(301.306)	(708.082)
Resultado da equivalência patrimonial	9	92.055	48.534	122.368	88.720
Lucro operacional antes do resultado financeiro		9.469.498	6.302.388	9.456.600	6.313.993
Resultado financeiro, líquido	28	(264.854)	(512.391)	(266.327)	(535.057)
Receitas financeiras		149.548	28.220	149.541	27.819
Despesas financeiras		(480.905)	(404.181)	(480.884)	(404.161)
Variações cambiais, líquidas		66.503	(136.430)	65.016	(158.715)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.204.644	5.789.997	9.190.273	5.778.936
Imposto de renda e contribuição social correntes	19.a	(2.917.463)	(1.755.312)	(2.903.092)	(1.744.251)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.a	83.785	(3.975)	83.785	(3.975)
		(2.833.678)	(1.759.287)	(2.819.307)	(1.748.226)
Lucro líquido do exercício		6.370.966	4.030.710	6.370.966	4.030.710
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$	23.g			1,1468	22,2689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	6.370.966	4.030.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ri.csnmineracao.com.br

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSN Mineração S.A., referida adiante como "CMIN", "Companhia", "Grupo" ou "Controladora", foi constituída em 2007, e está sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, em conjunto com suas controladas e coligadas, é denominada também nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como "Grupo". O Grupo foi formado a partir da combinação de negócios dos ativos de mineração e porto de sua controladora Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN" ou "Controladora CSN") com os ativos de mineração incorporados da Nacional Minérios S.A. ("Namisa"), uma joint venture entre a CSN e consórcio asiático, inicialmente, formada pelas empresas Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co, Ltd. e China Steel Corp. ("Consórcio Asiático"). Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu a oferta pública de ações, se tornando assim, uma sociedade anônima de capital aberto. A oferta consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, através da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. O Preço por Ação foi fixado em R$8,50, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizados no Brasil e no exterior. Com a negociação das ações emitidas a Companhia capitalizou o montante de R$1.370 milhões que foram destinados para aumento do capital social. O Grupo tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social. A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático, através de uma rede integrada de logística que permite o transporte do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas e Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão ("TECAR"), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O TECAR também presta o serviço de desembarque de granéis sólidos, principalmente, para atender as importações de carvão e coque realizadas por sua controladora CSN. Os preços que vigoram no mercado internacional de minério de ferro são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia. Como pioneira na utilização de tecnologias que resultam na possibilidade de empilhar os rejeitos gerados no processo de produção de minério de ferro, a Companhia tem sua produção de minério de ferro, desde janeiro de 2020, 100% independente de barragens de rejeitos. Após investimentos significativos nos últimos anos para elevar o nível de confiabilidade, descaracterização e empilhamento a seco, a Companhia avançou para um cenário em que 100% dos seus rejeitos passam por um processo de filtragem à seco e são dispostos em pilhas, geotecnicamente controladas, em áreas exclusivamente destinadas para empilhamento. Foram investidos cerca de R$250 milhões nas duas plantas de filtragens de rejeitos que possuem combinadas uma capacidade total de filtragem de 9 milhões de toneladas por ano. Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito filtrado. A totalidade das nossas barragens de mineração estão devidamente adequadas à legislação ambiental em vigor. • **Continuidade Operacional:** A Administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros *(International Financial Reporting Standards - ("IFRS")*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras., e apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". **2.b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Quando a IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. A preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia. As políticas contábeis e estimativas críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado, conforme apresentado abaixo: • Nota explicativa 11.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio *(impairment)*; • Nota explicativa 15 - Instrumentos financeiros: derivativos e contabilidade de hedge (*"hedge accounting"*); • Nota explicativa 21 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota explicativa 22 - Provisões para passivos ambientais e desativação; • Nota explicativa 29 - Benefícios a empregados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 09 de março de 2022. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado. Os saldos das contas de ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2021, US$1 equivale a R$5,5805 (R$5,1967 em 31 de dezembro de 2020) e € 1 equivale a R$6,3210 (R$6,3779 em 31 de dezembro de 2020), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil. **2.d) Demonstração do valor adicionado:** Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional. **2.e) Disposição de apresentação das notas explicativas:** A Companhia buscou apresentar aos usuários das demonstrações financeiras as informações relevantes para avaliação da posição financeira da Companhia, desta forma modificamos a disposição de apresentação das práticas contábeis, que a partir de 2021, serão apresentadas abaixo das notas explicativas. **2.f) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas:** Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e foram adotados pela Companhia, sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia. • CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos; • CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro; • CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios; • CPC 25/IFRS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado; • CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; • CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo: • CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; • CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2.g) Impactos da Covid-19:** A Companhia segue orientando seus colaboradores e reforçando todas as medidas de prevenção e protocolos de higiene recomendados pelas autoridades competentes. A atividade econômica da Companhia está diretamente ligada à demanda de produtos siderúrgicos nos setores automobilístico, doméstico e construção civil, bem como de minério de ferro, tanto no mercado nacional como internacional. Qualquer redução na atividade desses setores poderia afetar a demanda e o preço dos produtos, bem como trazer impactos relevantes na posição financeira e resultados da Companhia. O portifólio de investimentos e a natureza do parque industrial da Companhia têm característica de longo prazo. O contexto operacional e econômico de longo prazo ao qual a Companhia se insere permite maior flexibilização nas estratégias e planos para mitigar os riscos e efeitos da pandemia em seus negócios e, consequentemente, assegurar a manutenção da recuperabilidade esperada de seus ativos não financeiros, como investimentos, imobilizado e créditos fiscais. Desde o início da pandemia, a Companhia não sofreu impactos significativos em sua logística ferroviária e marítima. Também não ocorreram impactos no fornecimento de suprimentos que acarretassem a interrupção das atividades operacionais. Conforme orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia segue avaliando eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis. A Companhia permanece com todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Caixa e Bancos				
No País	1.760	478	1.760	478
No Exterior	7.129.569	1.537.163	7.110.702	1.515.685
	7.131.329	**1.537.641**	**7.112.462**	**1.516.163**
Aplicações Financeiras				
No País	3.585.473	1.434.880	3.585.473	1.434.880
	3.585.473	**1.434.880**	**3.585.473**	**1.434.880**
Total	**10.716.802**	**2.972.521**	**10.697.935**	**2.951.043**

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e liquidez imediata. Adicionalmente, os recursos financeiros no exterior possuem liquidez diária com bancos considerados pela Administração como de primeira linha, e são remunerados às taxas pré-fixadas. **Prática Contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía aplicações financeiras em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN, que montavam a R$217.023 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.425 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado e controladora. **Prática Contábil:** As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa e são mensuradas pelo custo amortizado.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	1.056	1.043	1.056	1.043
Mercado externo	84.027	1.692.785	74.710	1.684.109
	85.083	**1.693.828**	**75.766**	**1.685.152**
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(10.489)	(10.660)	(1.172)	(1.984)
	74.594	**1.683.168**	**74.594**	**1.683.168**
Partes Relacionadas (Nota 12 - b)	675.172	1.142.566	675.172	1.142.566
Total	**749.766**	**2.825.734**	**749.766**	**2.825.734**

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório. A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
A vencer	74.763	1.684.191	74.763	1.684.191
Vencidos acima de 180 dias	10.320	9.637	1.003	961
Total	**85.083**	**1.693.828**	**75.766**	**1.685.152**

As movimentações nas perdas esperadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Saldo inicial	**(10.660)**	**(9.370)**	**(1.984)**	**(2.279)**
Perdas de crédito esperadas	-	(742)	-	-
Recuperação de créditos	812	1.484	812	295
Variação cambial	(641)	(2.032)	-	-
Saldo final	**(10.489)**	**(10.660)**	**(1.172)**	**(1.984)**

Prática Contábil: As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo preço de transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustado ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das *"commodities"* estabelecido pelo *"Platts"*, na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente. Quando aplicável, para os saldos em aberto é efetuada a marcação a mercado com base nas cotações médias da Bolsa de Negócios de minério de ferro ajustadas mensalmente até a data negociada para o fechamento do preço final. As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das "commodities" (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato. O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre. A Companhia mensura anualmente as perdas de crédito esperadas para o instrumento, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, utilizando uma matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo. Este modelo considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

6. ESTOQUES

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
Produtos acabados	651.642	264.236
Produtos em elaboração	662.964	365.063
Almoxarifado	204.009	269.455
Outros	6.434	4.521
(-) Perdas estimadas	(13.651)	(43.531)
	1.511.398	**859.744**
Circulante	855.205	512.440
Não circulante	656.193	347.304
Total	**1.511.398**	**859.744**

Estoques de longo prazo de minério de ferro serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed. Em 2020, a Companhia definiu o projeto de construção da nova planta para beneficiamento de Itabirito, que até então era considerado como rejeito, e passou a ser incorporado ao estoque de minério de longo prazo. As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
Saldo inicial	**(43.531)**	**(49.138)**
Reversão de perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	29.880	5.607
Saldo final	**(13.651)**	**(43.531)**

Prática Contábil: São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	31.041	11.552	29.413	9.201
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	166.551	92.917	165.770	91.999
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	21.450	32.160	21.450	32.160
Outros	4.177	6.920	4.177	6.920
Total	**223.219**	**143.549**	**220.810**	**140.280**
Circulante	105.989	66.120	103.580	62.851
Não circulante	117.230	77.429	117.230	77.429
Total	**223.219**	**143.549**	**220.810**	**140.280**

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo. A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de perdas por recuperabilidade, objetivando o seu aproveitamento. **Prática Contábil:** O saldo dos tributos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, assim com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não há previsão de riscos de não realização desses créditos tributários, desde que tais projeções orçamentárias se concretizem.

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Depósitos judiciais (nota 21)	45.701	38.693	45.701	38.693
Dividendos a receber (nota 12.b)	30.941	19.039	30.941	19.039
Outros créditos com partes relacionadas (nota 12.b)	232.942	330.065	233.009	330.129
Frete e seguro marítimo [1]	5.023	84.723	5.005	84.707
Outros	31.875	32.813	31.364	32.363
Total	**346.482**	**505.333**	**346.020**	**504.931**
Circulante	153.062	218.835	153.080	218.883
Não circulante	193.420	286.498	192.940	286.048
Total	**346.482**	**505.333**	**346.020**	**504.931**

1 - Refere-se a Pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/CPC 47, o frete no incoterms "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega, mas o prestador de serviço de transporte já havia sido pago.

9. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as controladas e as coligadas demonstradas no quadro abaixo:

• **Empresas e saldos**

	Participação no capital social (%)		
Participação direta em controladas: consolidação integral			
CSN Mining Holding, S.L.U	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação indireta em controladas: consolidação integral			
CSN Mining GmbH	100,00	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining Portugal Unipessoal LDA	100,00	100,00	Representação comercial
CSN Mining Asia Limited	100,00	100,00	Representação comercial
Participação direta em empresas classificadas como coligada: equivalência patrimonial			
MRS Logística S.A	18,63	18,63	Transporte ferroviário

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial				
Empresa controlada				
CSN Mining Holding	-	-	20.017	16.177
Empresa coligada				
MRS Logística S.A	903.042	803.481	903.042	803.481
Fair Value alocado à MRS[1]	410.144	421.891	410.144	421.891
Total	**1.313.186**	**1.225.372**	**1.333.203**	**1.241.549**

1. O *fair value* alocado no investimento na MRS decorrente da aquisição do controle da Namisa, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da ferrovia com a MRS.

9.a) Movimentação dos investimentos em empresa controlada e coligada:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Saldo inicial dos investimentos	1.225.372	1.197.938	1.241.549	1.271.486
Resultado equivalência patrimonial	130.275	80.165	134.114	100.466
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.746)	(11.746)	(11.746)	(11.746)
Dividendos	(30.941)	(40.687)	(30.941)	(118.359)
Outros	226	(298)	227	(298)
Total	1.313.186	1.225.372	1.333.203	1.241.549

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essas empresas:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Resultado equivalência patrimonial MRS	130.275	80.165	130.275	80.165
Resultado equivalência patrimonial CSN Mining Holding	-	-	3.839	20.301
Compensação da parcela de custo no resultado equivalência (IAS28)	(26.474)	(19.885)	-	-
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.746)	(11.746)	(11.746)	(11.746)
Total	**92.055**	**48.534**	**122.368**	**88.720**

9.b) Descrição e principais informações sobre a controlada direta e coligada: • CSN MINING HOLDING, S.L.U: Situada em Bilbao, Espanha, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como "holding", tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH, CSN Mining Asia Limited e CSN Mining Portugal Unipessoal, Lda., cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e operações financeiras. • MRS LOGÍSTICA S.A.: Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA., localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva do poder concedente. A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos. Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato. A Companhia detém diretamente participação de 18,63% no capital social da MRS. As principais informações financeiras sobre os ativos, passivos e resultados dessa controlada em conjunto estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% do resultado da empresa:

Balanço Patrimonial

	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.836.612	1.206.484	Empréstimos e financiamentos	767.992	828.439
Adiantamento a fornecedores	44.011	27.312	Arrendamento mercantil	383.323	317.526
Outros ativos circulantes	1.065.913	823.204	Outros passivos circulantes	1.513.799	1.117.975
Não circulante			**Não circulante**		
Outros ativos não circulantes	980.860	608.878	Empréstimos e financiamentos	3.551.278	2.162.657
Investimento, imobilizado e intangível	9.614.144	8.537.009	Arrendamento mercantil	1.718.366	1.674.594
			Outros passivos não circulantes	759.537	788.862
	-	-	**Patrimônio Líquido**	4.847.245	4.312.834
Total Ativos	**13.541.540**	**11.202.887**	**Total Passivos e Patrimônio Líquido**	**13.541.540**	**11.202.887**

Demonstrações de resultados

	31/12/2021	31/12/2020
Demonstração do resultado		
Receita líquida	4.427.385	3.604.965
(-) Custo dos produtos vendidos	(2.919.527)	(2.521.991)
Lucro bruto	**1.507.858**	**1.082.974**
Despesas operacionais	(116.499)	(105.267)
Resultado financeiro, líquido	(345.513)	(330.756)
Lucro antes dos Impostos	**1.045.846**	**646.951**
Impostos sobre o Lucro	(346.551)	(216.649)
Lucro líquido do exercício	**699.295**	**430.302**

Prática Contábil: Equivalência Patrimonial e Consolidação: Aplica-se o método de equivalência patrimonial para sociedades controladas e coligadas. **Controladas:** Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade com a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. **Coligada:** O investimento na MRS é classificado como coligada pois a Companhia possui influência significativa, mas não o controle sobre as decisões relevantes do negócio dessa investida. Além da participação de 18,63% na MRS, que incluem ações ordinárias, preferenciais e também uma ação ordinária vinculada ao acordo de acionista, é levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos de acionista controlador CSN, que é membro signatário do acordo de acionistas da MRS. O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. **Transações entre controladas e coligadas:** Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (impairment). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com a coligada, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social. A data base das demonstrações financeiras das controladas e da coligada é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. **Transações e saldos em moedas estrangeiras:** São convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

10. IMOBILIZADO

10.a) Composição do imobilizado

Consolidado

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**61.607**	**1.020.632**	**3.786.791**	**7.352**	**1.856.823**	**82.717**	**36.835**	**6.852.757**
Custo	61.607	2.073.791	7.262.387	28.260	1.856.823	109.507	96.332	11.488.707
Depreciação acumulada	-	(1.053.159)	(3.475.596)	(20.908)	-	(26.790)	(59.497)	(4.635.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**61.607**	**1.020.632**	**3.786.791**	**7.352**	**1.856.823**	**82.717**	**36.835**	**6.852.757**
- Aquisições	-	11.543	254.189	1.608	1.135.542	18.890	2.910	1.424.682
- Juros capitalizados (nota 28)	-	-	-	-	64.272	-	-	64.272
- Depreciação	-	(65.245)	(651.074)	(1.503)	-	(9.445)	(9.116)	(736.383)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	242.257	936.999	18	(1.183.742)	-	4.468	-
- Transferências para ativo intangível (nota 11)	-	-	(1.010)	-	-	-	-	(1.010)
- Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 27)	-	(1.332)	(36.144)	-	-	-	(390)	(37.866)
- Remensuração dos contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	33.510	-	33.510
- Transferência de estoques	-	-	92.032	-	-	-	-	92.032
- Outras movimentações	-	-	-	-	7	-	2	9
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**61.607**	**1.207.855**	**4.381.783**	**7.475**	**1.872.902**	**125.672**	**34.709**	**7.692.003**
Custo	61.607	2.373.469	8.450.044	29.886	1.872.902	161.907	105.074	13.054.889
Depreciação acumulada	-	(1.165.614)	(4.068.261)	(22.411)	-	(36.235)	(70.365)	(5.362.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**61.607**	**1.207.855**	**4.381.783**	**7.475**	**1.872.902**	**125.672**	**34.709**	**7.692.003**

Controladora

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**61.607**	**1.020.632**	**3.786.791**	**7.352**	**1.856.823**	**82.717**	**36.760**	**6.852.682**
Custo	61.607	2.073.791	7.262.387	28.260	1.856.823	109.507	96.069	11.488.444
Depreciação acumulada	-	(1.053.159)	(3.475.596)	(20.908)	-	(26.790)	(59.309)	(4.635.762)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**61.607**	**1.020.632**	**3.786.791**	**7.352**	**1.856.823**	**82.717**	**36.760**	**6.852.682**
- Aquisições	-	11.543	254.189	1.608	1.135.542	18.890	2.910	1.424.682
- Juros capitalizados (nota 28)	-	-	-	-	64.272	-	-	64.272
- Depreciação	-	(65.245)	(651.074)	(1.503)	-	(9.445)	(9.074)	(736.341)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	242.257	936.999	18	(1.183.742)	-	4.468	-
- Transferências para ativo intangível (nota 11)	-	-	(1.010)	-	-	-	-	(1.010)
- Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 27)	-	(1.332)	(36.144)	-	-	-	(390)	(37.866)
- Remensuração dos contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	33.510		33.510
- Transferência de estoques	-	-	92.032	-	-	-	-	92.032
- Outras movimentações	-	-	-	-	7	-	2	9
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**61.607**	**1.207.855**	**4.381.783**	**7.475**	**1.872.902**	**125.672**	**34.676**	**7.691.970**
Custo	61.607	2.373.469	8.450.044	29.886	1.872.902	161.907	104.811	13.054.626
Depreciação acumulada	-	(1.165.614)	(4.068.261)	(22.411)	-	(36.235)	(70.135)	(5.362.656)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**61.607**	**1.207.855**	**4.381.783**	**7.475**	**1.872.902**	**125.672**	**34.676**	**7.691.970**

(*) Refere-se substancialmente a benfeitorias, veículos e hardware.

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
Em anos		
Edificações	33	30
Máquinas, equipamentos e instalações	15	16
Móveis e utensílios	12	13
Outros	6	5

10.b) Direito de uso: Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2021:

Consolidado e Controladora

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**81.876**	**19**	**403**	**419**	**82.717**
Custo	88.247	277	1.931	19.052	109.507
Depreciação acumulada	(6.371)	(258)	(1.528)	(18.633)	(26.790)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**81.876**	**19**	**403**	**419**	**82.717**
Adições	-	145	2.642	16.103	18.890
Remensurações	33.496	14	-	-	33.510
Depreciação	(4.057)	(152)	(734)	(4.502)	(9.445)
Transferências para outras categorias de ativos	416	3	-	(419)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**111.731**	**29**	**2.311**	**11.601**	**125.672**
Custo	122.160	440	4.572	34.735	161.907
Depreciação acumulada	(10.429)	(411)	(2.261)	(23.134)	(36.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**111.731**	**29**	**2.311**	**11.601**	**125.672**

(*) Refere-se substancialmente a imóveis de terceiros, veículos e hardware.

10.c) Juros Capitalizados: Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R$ 64.272 (R$ 62.899 em 31 de dezembro de 2020). Esses custos foram apurados, basicamente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR. As taxas dos projetos não específicos no período findo em 31 de dezembro de 2021 são de 5,79% a.a (5,62% a.a em 31 de dezembro de 2020). **Prática Contábil:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. • **Juros capitalizados:** Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção e ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros e em que data mesmos estejam prontos para determinarem suas funções de acordo com a forma pretendida pela Companhia. • **Custos de Desenvolvimento de Novas Jazidas de Minério:** Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. • **Gastos com Exploração:** Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. • **Gastos de Remoção de Estéril:** Os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. • **Custos de Estéril:** Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Neste caso, os custos são capitalizados e classificados no ativo não circulante e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

11. INTANGÍVEL

Consolidado e Controladora

	Ágio [1]	Relações com fornecedores [2]	Software	Direitos e Licenças [3]	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.196.587**	**221**	**969**	**1.038.194**	**4.235.971**
Custo	3.196.587	1.420	13.645	1.062.630	4.274.282
Amortização Acumulada	-	(1.199)	(12.676)	(24.436)	(38.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.196.587**	**221**	**969**	**1.038.194**	**4.235.971**
- Amortização	-	(221)	(702)	(14.803)	(15.726)
- Transferências para outras categorias do intangível	39.814	-	-	(39.814)	-
- Transferências para outras categorias de ativos (nota 10.a)	-	-	1.010	-	1.010
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.236.401**	**-**	**1.277**	**983.577**	**4.221.255**
Custo	3.236.401	1.420	14.655	1.022.816	4.275.292
Amortização Acumulada	-	(1.420)	(13.378)	(39.239)	(54.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.236.401**	**-**	**1.277**	**983.577**	**4.221.255**

1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa; 2. Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos na aquisição do controle da Namisa; 3. Direito minerário da mina de Engenho, a amortização é realizada pelo volume de extração de minério de ferro bruto realizado na mina. O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
Relações com fornecedores	6	6
Software	6	6
Direitos e licenças	49	49

Prática Contábil: Os ativos intangíveis compreendem basicamente os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base na vida útil econômica de cada ativo, nos prazos estimados de exploração ou recuperação. Direitos de Exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. **11.a) Teste para verificação de impairment:** O teste de *impairment* foi realizado no ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela Companhia, concluído em 30 de novembro de 2015 e inclui ainda os saldos do ativo imobilizado, do ativo intangível e do estoque de longo prazo. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela Administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado. As principais premissas utilizadas no teste foram as seguintes: • **Mensuração do valor recuperável:** Fluxo de Caixa Descontado; • **Projeção do fluxo de caixa:** até 2064; • **Margem bruta:** média da margem bruta da unidade geradora de caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 44 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo; • **Atualização dos custos:** baseados em dados históricos e tendências de mercado; • **Taxa de desconto:** fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto em termos reais baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico do segmento de mineração. Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Prática Contábil:** • **Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou à pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment) ou a qualquer tempo quando as circunstâncias indicarem uma possível perda. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida. • **Impairment de Ativos não Financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados e propriedades para investimento, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente a cada exercício para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

12. PARTES RELACIONADAS

12.a) Relacionamentos com partes relacionadas: A CSN é a acionista controladora da Companhia detendo 78,24% de participação no capital social total. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 48,97% do capital social total da CSN. A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 09 de março de 2022. **12.b) Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas**

Consolidado

	31/12/2021 Controladora	31/12/2021 Consórcio Asiático	31/12/2021 Joint Venture e Joint Operation	31/12/2021 Outras Partes Relacionadas	31/12/2021 Fundos Exclusivos	31/12/2021 Total	31/12/2020 Controladora	31/12/2020 Consórcio Asiático	31/12/2020 Joint Venture e Joint Operation	31/12/2020 Outras Partes Relacionadas	31/12/2020 Fundos Exclusivos	31/12/2020 Total
Ativo												
Ativo Circulante												
Aplicações Financeiras	-	-	-	68	309.307	309.375	-	-	-	44	3.319	3.363
Contas a Receber (Nota 5)	152.198	521.244	-	1.730	-	675.172	1.043.925	95.390	-	3.251	-	1.142.566
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	90.952	-	-	-	-	90.952	92.207	-	-	-	-	92.207
Dividendos e JCP (Nota 8)	-	-	30.941	-	-	30.941	-	-	19.039	-	-	19.039
Outros ativos circulantes (Nota 8)	3.008	-	-	-	-	3.008	3.008	-	-	-	-	3.008
	246.158	**521.244**	**30.941**	**1.798**	**309.307**	**1.109.448**	**1.139.140**	**95.390**	**19.039**	**3.295**	**3.319**	**1.260.183**
Ativo Não Circulante												
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	128.849	-	-	-	-	128.849	222.834	-	-	-	-	222.834
Outros ativos não circulantes (Nota 8)	-	-	-	10.133	-	10.133	-	-	-	12.016	-	12.016
	128.849	**-**	**-**	**10.133**	**-**	**138.982**	**222.834**	**-**	**-**	**12.016**	**-**	**234.850**
	375.007	**521.244**	**30.941**	**11.931**	**309.307**	**1.248.430**	**1.361.974**	**95.390**	**19.039**	**15.311**	**3.319**	**1.495.033**
Passivo												
Passivo circulante												
Fornecedores	45	-	31.739	50.861	-	82.645	54	6.549	21.901	87.309	-	115.813
Dividendos e JCP a pagar	320.945	46.388	-	-	-	367.333	301.256	42.944	-	-	-	344.200
Outras obrigações (Nota 18)	2.777	-	29.547	76	-	32.400	2.768	-	55.697	46	-	58.511
	323.767	**46.388**	**61.286**	**50.937**	**-**	**482.378**	**304.078**	**49.493**	**77.598**	**87.355**	**-**	**518.524**
Passivo não circulante												
Outras obrigações (Nota 18)	-	-	66.606	-	-	66.606	-	-	78.082	-	-	78.082
	-	**-**	**66.606**	**-**	**-**	**66.606**	**-**	**-**	**78.082**	**-**	**-**	**78.082**
	323.767	**46.388**	**127.892**	**50.937**	**-**	**548.984**	**304.078**	**49.493**	**155.680**	**87.355**	**-**	**596.606**

continuação

	Controladora	Consórcio Asiático	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total	Controladora	Consórcio Asiático	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total
						31/12/2021					Consolidado	31/12/2020
Resultado												
Vendas	3.740.158	3.228.702	-	21.367	-	6.990.227	1.845.577	1.463.190	-	5.809	-	3.314.576
Custos e Despesas	(109.984)	(80.167)	(754.938)	(639.535)	-	(1.584.624)	(92.932)	(37.274)	(650.883)	(344.042)	-	(1.125.131)
Resultado Financeiro												
Juros líquidos	13.870	-	(12.072)	1.262	-	3.060	13.480	-	(13.608)	312	-	184
Fundos Exclusivos	-	-	-	-	6.627	6.627	-	-	-	-	52	52
Variações Cambial e Monetárias Líquidas	-	3.590	-	-	-	3.590	-	-	-	-	-	-
	13.870	3.590	(12.072)	1.262	6.627	13.277	13.480	-	(13.608)	312	52	236
	3.644.044	3.152.125	(767.010)	(616.906)	6.627	5.418.880	1.766.125	1.425.916	(664.491)	(337.921)	52	2.189.682

	Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total	Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total
							31/12/2021						Controladora	31/12/2020
Ativo														
Ativo Circulante														
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	68	309.307	309.375	-	-	-	-	44	3.319	3.363
Contas a Receber (Nota 5)	152.198	521.244	-	-	1.730	-	675.172	1.043.925	95.390	-	-	3.251	-	1.142.566
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	90.952	-	-	-	-	-	90.952	92.207	-	-	-	-	-	92.207
Dividendos (Nota 8)	-	-	-	30.941	-	-	30.941	-	-	-	19.039	-	-	19.039
Outros ativos circulantes (Nota 8)	3.008	-	67	-	-	-	3.075	3.008	-	64	-	-	-	3.072
	246.158	521.244	67	30.941	1.798	309.307	1.109.515	1.139.140	95.390	64	19.039	3.295	3.319	1.260.247
Ativo Não Circulante														
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	128.849	-	-	-	-	-	128.849	222.834	-	-	-	-	-	222.834
Outros ativos não circulantes (Nota 8)	-	-	-	-	10.133	-	10.133	-	-	-	-	12.016	-	12.016
	128.849	-	-	-	10.133	-	138.982	222.834	-	-	-	12.016	-	234.850
	375.007	521.244	67	30.941	11.931	309.307	1.248.497	1.361.974	95.390	64	19.039	15.311	3.319	1.495.097
Passivo														
Passivo circulante														
Fornecedores	45	-	-	31.739	50.861	-	82.645	54	6.549	-	21.901	87.309	-	115.813
Dividendos e JCP a pagar	320.945	46.388	-	-	-	-	367.333	301.256	42.944	-	-	-	-	344.200
Outras obrigações (Nota 18)	2.777	-	4.463	29.547	-	-	36.787	2.768	-	-	55.697	-	-	58.465
	323.767	46.388	4.463	61.286	50.861	-	486.765	304.078	49.493	-	77.598	87.309	-	518.478
Passivo não circulante														
Outras obrigações (Nota 18)	-	-	-	66.606	-	-	66.606	-	-	-	78.082	-	-	78.082
	-	-	-	66.606	-	-	66.606	-	-	-	78.082	-	-	78.082
	323.767	46.388	4.463	127.892	50.861	-	553.371	304.078	49.493	-	155.680	87.309	-	596.560

	Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total	Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total
							31/12/2021						Controladora	31/12/2020
Resultado														
Vendas	3.740.158	3.228.702	-	-	21.367	-	6.990.227	1.845.577	1.463.190	-	-	5.809	-	3.314.576
Custos e Despesas	(109.984)	(80.167)	(16.396)	(754.938)	(639.535)	-	(1.601.020)	(92.932)	(37.274)	-	(650.883)	(344.042)	-	(1.125.131)
Resultado Financeiro														
Juros líquidos	13.869	-	-	(12.072)	1.262	-	3.059	13.480	-	-	(13.608)	312	-	184
Fundos Exclusivos	-	-	-	-	-	6.628	6.628	-	-	-	-	-	52	52
Variações Cambial e Monetárias Líquidas	-	3.590	(193)	-	-	-	3.397	-	-	595	-	-	-	595
	13.869	3.590	(193)	(12.072)	1.262	6.628	13.084	13.480	-	595	(13.608)	312	52	831
	3.644.043	3.152.125	(16.589)	(767.010)	(616.906)	6.628	5.402.291	1.766.125	1.425.916	595	(664.491)	(337.921)	52	2.190.277

• **Comentários sobre as principais transações e saldos com partes relacionadas:** Aplicações Financeiras: aplicações em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN. Contas a receber: A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN e para as empresas que compõem o Consórcio asiático em contratos de longo prazo. Os contratos preveem a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro. Adiantamentos: A Companhia adiantou para a CSN o montante de US$100,00 milhões, equivalentes a R$414,8 milhões, em 16 de outubro de 2019, com taxa juro fixada em 125% do CDI, para o pagamento antecipado do compartilhamento das áreas administrativas durante o período de 5 anos. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo do contrato era de R$219.801 (R$315.041 milhões em dezembro de 2020). Dividendos a receber: dividendos mínimos obrigatórios a receber pela participação na MRS Logística, no montante de R$30.941 (R$19.039 em 31 de dezembro de 2020). Fornecedores: a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para escoamento e a movimentação da produção. Os preços praticados com a MRS seguem um modelo tarifário baseado em premissas de mercado. Outras obrigações: em setembro de 2018, a Companhia firmou acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT), o que resultará no pagamento de uma indenização de R$ 120 milhões a valor presente. O pagamento ocorrerá anualmente até 2026. Custos e despesas: a Companhia possui contratos para aquisição de minério de ferro no mercado interno e de prestação de serviços de manutenção de empresas do grupo CSN, os contratos preveem a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro. A Companhia possui também contrato de assessoria de marketing para obtenção de informações estratégicas do mercado internacional de minério de ferro celebrado com integrantes do Consórcio Asiático. **12.c) Outras partes relacionadas não consolidadas:** • **CBS Previdência:** A CBS Previdência é uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. A Companhia, em conjunto com as empresas do grupo, é sua patrocinadora e mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento do passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos. • **Fundação CSN:** A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas na Fundação CSN e as transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua. **12.d) Pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores. Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Resultado 31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	8.226	6.626
Benefícios pós-emprego	245	202
Total	**8.471**	**6.828**

Prática Contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. As transações entre a Controladora e suas subsidiárias são eliminadas e ajustadas para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Controladora. As partes relacionadas da Companhia podem ser suas subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas, empresas ligadas, bem como o pessoal-chave da Administração da Companhia.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Passivo Circulante 31/12/2021	Passivo Circulante 31/12/2020	Passivo não Circulante 31/12/2021	Passivo não Circulante 31/12/2020
				Consolidado e Controladora
Contratos de dívida no mercado internacional				
Títulos com juros fixos em:				
US$				
FINAME, CDC e CCE	35.012	7.402	34.017	20.835
Pré-Pagamento [1]	69.192	1.142	2.776.634	389.753
	104.204	8.544	2.810.651	410.588
Contratos de dívida no Brasil				
Títulos com juros variáveis em:				
R$				
NCE - Banco do Brasil	308.688	575	540.946	846.284
Títulos com juros fixos em:				
R$				
FINAME, CDC, CCE e Debêntures [2]	78.991	38.919	1.008.589	30.430
	387.679	39.494	1.549.535	876.714
Total de Empréstimos e Financiamentos	491.883	48.038	4.360.186	1.287.302
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(13.473)	(3.024)	(125.534)	(7.302)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	**478.410**	**45.014**	**4.234.652**	**1.280.000**

(1) A Companhia celebrou contrato de pré-pagamento de exportação com seguro da *ECA-Export Credit Agency* japonesa Nexi, no valor de US$[illegible] milhões (equivalentes a R$5,3 bilhão). Além disso, a Companhia captou mais US$86 milhões (equivalentes a R$467 milhões) com outras instituições financeiras, ao longo do ano 2021.
(2) Em agosto de 2021, a Companhia emitiu a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, no montante total de R$1 bilhão, atualizados pelo IPCA acrescidos de taxa fixa. O prazo de vencimento das Debêntures é de 10 anos (2031) para a primeira série e de 15 anos (2036) para a segunda série com pagamento juros semestrais. Para esta operação, a Companhia contratou um *swap* de juros.
Na tabela a seguir demonstramos a taxa média de juros:

	Taxa de juros média a.a.	Dívida Total
		Consolidado e Controladora
US$	2,40%	2.914.855
R$	11,10%	1.937.214
		4.852.069

• **Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo circulante e não circulante:** Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal atualizado de juros e variação cambial dos empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda nacional	Consolidado e Controladora 31/12/2021 Total
2022	104.204	387.679	491.883
2023	601.674	349.824	951.498
2024	279.574	199.711	479.285
2025	291.079	-	291.079
2026	368.759	-	368.759
2027	195.318	-	195.318
Após 2027	1.074.247	1.000.000	2.074.247
	2.914.855	**1.937.214**	**4.852.069**

• **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**1.325.014**	**1.479.983**
Captações	3.195.386	130.668
Captações para aquisição de imobilizado	69.788	30.344
Amortização principal	(91.059)	(374.668)
Pagamentos de encargos	(75.489)	(56.990)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	150.018	55.849
Variação cambial	268.084	56.803
Custo de transação	(137.524)	(265)
Amortização custo de transação	8.844	3.290
Saldo final	**4.713.062**	**1.325.014**

• ***Covenants:*** Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos. Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes. Os contratos de financiamentos Finame, CDC e CCE possuem garantia fiduciária sobre os bens financiados. **Prática Contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros, comissões e eventuais encargos financeiros são registrados por competência, ou seja, de acordo com o tempo transcorrido.

14. FORNECEDORES

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Fornecedores	1.221.919	1.602.699	1.223.110	1.604.065
(-) Ajuste a valor presente	(17.379)	(42.602)	(17.379)	(42.602)
Total	**1.204.540**	**1.560.097**	**1.205.731**	**1.561.463**
Circulante	1.150.427	1.393.323	1.151.618	1.394.689
Não circulante	54.113	166.774	54.113	166.774
Total	**1.204.540**	**1.560.097**	**1.205.731**	**1.561.463**

Prática Contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de *swap* de juros e derivativo de *commodity*. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.
• **Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)**

	Nota explicativa	31/12/2021 Mensurados pelo Custo amortizado	31/12/2021 Total	31/12/2020 Valor Justo através do resultado	31/12/2020 Mensurados pelo Custo amortizado	31/12/2020 Total
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	3	10.716.802	10.716.802	-	2.972.521	2.972.521
Aplicações Financeiras	4	217.023	217.023	-	1.425	1.425
Contas a receber de clientes	5	749.766	749.766	-	2.825.734	2.825.734
Dividendos	12.b	30.941	30.941	-	19.039	19.039
Total do Ativo		**11.714.532**	**11.714.532**	-	**5.818.719**	**5.818.719**
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	13	491.883	491.883	-	48.038	48.038
Passivos de arrendamentos	18.a	19.624	19.624	-	7.741	7.741
Fornecedores	14	1.150.427	1.150.427	-	1.393.323	1.393.323
Instrumentos financeiros derivativos(*)	15.b	-	-	893	-	893
Dividendos e juros de capital próprio	24	402.455	402.455	-	344.200	344.200
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	13	4.360.186	4.360.186	-	1.287.302	1.287.302
Fornecedores	14	54.113	54.113	-	166.774	166.774
Passivos de arrendamentos	18.a	108.433	108.433	-	74.360	74.360
Total do Passivo		**6.587.121**	**6.587.121**	**893**	**3.321.738**	**3.322.631**

(*) O instrumento financeiro derivativo foi designado como *hedge* de fluxo de caixa e, consequentemente, os montantes relativos aos embarques de minério de ferro não realizados são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, e são reclassificados para o resultado do exercício quando da realização das transações altamente prováveis. • **Mensuração do valor justo:** Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, em 31 de dezembro de 2020, foram classificados de acordo com a seguinte hierarquia de valor justo: ***Nível 2* - Considera inputs observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.** Não há ativos ou passivos classificados nos níveis 1 e 3. A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, em 31 de dezembro de 2021. **15.b) Gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e taxa de juros, preço de mercado e ao risco de liquidez. A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto. • **Risco de taxa de câmbio:** A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou não ser necessária a contratação e instrumentos derivativos ou a adoção da contabilidade de *hedge*. A exposição consolidada em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2021 (Valores em US$ mil)	(Valores em €$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	1.276.994	462
Contas a receber - clientes mercado externo	108.462	-
Outros Ativos	518	-
Total ativo	**1.385.974**	**462**
Empréstimos e financiamentos	(522.329)	-
Fornecedores	(6.829)	-
Adiantamento de clientes - ajuste de preços	(197.325)	-
Outros Passivos	(6.550)	-
Total passivo	**(733.033)**	-
Exposição natural	**652.941**	**462**

• **Análise de sensibilidade da exposição cambial:** Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento do câmbio em 31 de dezembro de 2021.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio	Cenário Provável	Cenário 1	31/12/2021 Cenário 2
USD	5,5805	5,5349	6,9756	8,3708
EUR	6,3210	6,3286	7,9013	9,4815

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Valor de referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	31/12/2021 Cenário 2
Posição cambial natural	652.941	Dólar	(29.774)	910.934	1.821.868
Posição cambial natural	462	Euro	4	730	1.460

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as cotações disponíveis no site do Banco Central do Brasil em 14/01/2022.
• **Risco de taxa de juros:** Esse risco decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos atrelados a taxas de juros pré-fixada e pós-fixada do CDI, TJLP, *Libor* e IPCA, expondo estes ativos e passivos financeiros às flutuações das taxas de juros conforme demonstrado no quadro de análise de sensibilidade. ***Swap taxa de juros IPCA x CDI:*** A Companhia contratou operações de *swap* com o objetivo de trocar a exposição aos juros de suas debêntures, que originalmente são atualizadas pelo IPCA, mais uma taxa pré-fixada, para CDI mais uma taxa pré-fixada. A tabela abaixo demonstra o resultado do swap até 31 de dezembro de 2021 reconhecida em resultados financeiros.

Instrumento	Vencimento da operação	Moeda Nacional	Notional	Valorização (R$) Posição Ativa	Valorização (R$) Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Pagar	Efeito no resultado financeiro em 2021
Swap Cambial (Debêntures) CDI x IPCA	15/07/31	Real	576.448	616.912	(634.400)	(17.488)	(17.488)
Swap Cambial (Debêntures) CDI x IPCA	15/07/36	Real	423.552	464.380	(481.812)	(17.432)	(17.432)
Total Swap cambial (Debentures) CDI x IPCA			**1.000.000**	**1.081.292**	**(1.116.212)**	**(34.920)**	**(34.920)**

• **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros:** Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2021.
As taxas de juros utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Juros	Taxa de juros a.a.	Cenário 1	31/12/2021 Cenário 2
CDI	9,15%	11,44%	13,73%
TJLP	5,32%	6,65%	7,98%
Libor	0,34%	0,42%	0,51%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Variações nas taxas de juros	% a.a.	Valor de Referência (R$ mil) Ativo	Valor de Referência (R$ mil) Passivo	Impacto no resultado em 31/12/2021 Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
CDI	9,15	3.585.473	(846.285)	2.989.824	3.052.483	3.115.142
TJLP	5,32	-	(4.410)	(4.645)	(4.703)	(4.762)
Libor	0,34	-	(2.830.542)	(2.840.130)	(2.842.528)	(2.844.925)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2021 registrados no ativo e passivo da Companhia.
• **Risco de preço de mercado:** A Companhia também está exposta aos riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções. A CSN Mineração utiliza instrumentos para a proteção do risco de preço do *Platts*, conforme demonstrado no tópico a seguir:
• **Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos: *Hedge accounting* de fluxo de caixa - índice *"Platts"*:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou operações de derivativos de minério de ferro com objetivo de reduzir a volatilidade de sua exposição à *commodity*, com vencimentos ao longo de 2021. A Companhia optou por efetuar a designação formal do *hedge* e, consequentemente, adotou a contabilização de *hedge accounting* nesse instrumento. A tabela abaixo demonstra o resultado do instrumento derivativo até 31 de dezembro de 2021 reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e, na realização dos embarques, o montante reclassificado para "Outras Receitas e Despesas Operacionais":

Vencimento da operação	Notional	31/12/2021 Valorização (R$) Posição Ativa	Valorização (R$) Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)	31/12/2021 Outras receitas e despesas operacionais (Nota 27)	Variação cambial
02/02/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(36.405)	(2.690)
02/03/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(34.116)	(2.870)
02/04/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	11.961	59
04/05/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(30.226)	1.133
12/05/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(37.594)	2.308
02/06/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(134.768)	10.880
02/07/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(76.330)	5.638
02/08/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	7.088	(305)
02/09/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	233.546	(182)
02/10/2021 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	69.117	2.819
		-	-	-	**(27.727)**	**16.790**

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* do *"Platts"* no resultado da Companhia, a CMIN designou seu derivativo de minério de ferro como instrumento de *hedge* de suas futuras vendas de minério de ferro. Com isso, a marcação a mercado decorrente da volatilidade do *"Platts"*, será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas vendas de acordo com o período de avaliação contratado, permitindo assim, que o reconhecimento da volatilidade do *"Platts"* sobre as vendas de minério de ferro, possa ser reconhecido no mesmo momento. Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge accounting* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de derivativo de minério de ferro em montantes equivalentes à parcela das vendas futuras aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia realiza contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração. Por meio do *hedge accounting* de fluxos de caixa, os ganhos e perdas com a volatilidade do *"Platts"* dos instrumentos financeiros de derivativo de minério não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, apenas na medida em que as vendas forem realizadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui registro de *hedge accounting* no patrimônio líquido, uma vez que, todos os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* celebrados pela Companhia foram liquidados O *hedge* foi integralmente efetivo desde a contratação dos instrumentos derivativos. A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

	31/12/2020	Movimento	Realização	31/12/2021
Hedge accounting de fluxo de caixa - índice "Platts"	825	26.902	(27.727)	-
IR e CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa	(280)	(9.147)	9.427	-
Valor justo do hedge de fluxo de caixa - índice "Platts",líquido dos impostos	**545**	**17.755**	**(18.300)**	-

• **Classificação da carteira de instrumentos financeiros derivativos**

Instrumentos	Ativo Circulante	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Total	31/12/2021 Outras receitas e despesas operacionais	Resultado financeiro líquido (Nota 28)	31/12/2020
Derivativo de Minério de Ferro	-	-	-	-	(27.727)	16.790	(16.504)
Swap CDI x IPCA	-	-	(34.920)	(34.920)	-	(34.920)	-
	-	-	**(34.920)**	**(34.920)**	**(27.727)**	**(18.130)**	**(16.504)**

• **Riscos de crédito:** A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro. A Companhia não possui exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, uma vez que suas operações possuem garantias financeiras. • **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 13 - Empréstimos e financiamentos. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos	491.883	1.430.784	855.156	2.074.246	4.852.069
Passivos de arrendamentos	19.624	22.482	21.905	64.046	128.057
Fornecedores	1.150.427	28.120	25.993	-	1.204.540
Dividendos e juros de capital próprio	402.456	-	-	-	402.456
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos	48.038	1.081.405	205.897	-	1.335.340
Passivos de arrendamentos	7.741	12.600	15.505	46.255	82.101
Instrumentos financeiros derivativos	893	-	-	-	893
Fornecedores	1.393.323	128.553	32.517	5.704	1.560.097
Dividendos e juros de capital próprio	344.200	-	-	-	344.200

15.c) Gestão de Capital: A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	13.998.289	10.601.697
Empréstimos e financiamentos (capital de terceiros)	4.713.062	1.325.014
Dívida Bruta/Patrimônio líquido	0,34	0,12

15.d) Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil: Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante, enquanto os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira, respectivamente. Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. **Prática Contábil:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros. No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo de amortização, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente. **Instrumentos derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica "Resultado Financeiro" na demonstração do resultado.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Tributos parcelados (Nota 20)	31.057	34.392	31.057	34.392
Imposto de renda e Contribuição social	2.118.390	1.484.072	2.115.934	1.478.951
CFEM/TFRM	27.100	100.770	27.100	100.770
ICMS	11.397	22.142	11.397	22.142
ISS	704	524	704	524
Outros tributos [1]	81.463	68.584	81.134	68.161
Total	**2.270.111**	**1.710.484**	**2.267.326**	**1.704.940**

[1] Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre os juros de capital próprio deliberado em 23 de dezembro de 2021, o tributo foi recolhido em 06 de janeiro de 2022. Para os exercícios fiscais de 2021 e 2020. A Companhia optou pelo lucro real anual com o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social por estimativa mensal e ajuste anual no 1º trimestre do ano subsequente.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Minério de ferro	1.817.678	2.514.815
Ajuste de preço - embarques realizados	1.101.173	-
Frete Marítimo	-	81.403
Outros	263	10.535
Total	**2.919.114**	**2.606.753**
Circulante	1.974.014	884.472
Não circulante	945.100	1.722.281
Total	**2.919.114**	**2.606.753**

Minério de Ferro: durante o ano de 2019 a Companhia, recebeu antecipadamente o montante total de US$ 746 milhões (R$2.907 milhões) referente a contratos de fornecimento de aproximadamente 33 milhões de toneladas de minério de ferro firmados com um importante player internacional, a ser executado num prazo de 5 anos. Em 16 de julho de 2020 a Companhia concluiu o contrato para o fornecimento adicional de, aproximadamente, 4 milhões de toneladas de minério de ferro, e o montante recebido antecipadamente, em 28 de agosto de 2020, foi de US$ 115 milhões (R$ 629 milhões). O prazo para a execução do contrato é de 3 anos. **Frete Marítimo:** refere-se ao recebimento da parcela da receita de frete e seguro marítimo não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/CPC 47, o frete nos incoterms "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega, mas o cliente já efetuou o pagamento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui pagamentos antecipados por esta obrigação de performance. **Ajuste de preço:** Pagamentos efetuados a maior em decorrência de preço provisório praticado na emissão do faturamento, sujeitos a ajustes pela cotação do índice PLATTS no período determinado no contrato de venda. Com a recente queda do índice Platts, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$1.101 em adiantamento de clientes. Os saldos adiantados serão reconhecidos como receita operacional de acordo com a realização esperada dos embarques, conforme abaixo:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Consolidado Total
Minério de ferro	872.578	878.909	66.191	1.817.678
Ajuste de preço - embarques realizados	1.101.173	-	-	1.101.173
Outros	263	-	-	263
	1.974.014	**878.909**	**66.191**	**2.919.114**

Prática Contábil: A Companhia reconhece como passivos de contratos os recebimentos antecipados de clientes, até que sejam atendidos os critérios contratuais para reconhecimento da receita e amortização dos montantes recebidos. Adicionalmente a Companhia reconhece como adiantamento de clientes os pagamentos efetuados a maior em decorrência dos ajustes pela cotação do índice PLATTS que determina o preço praticado nos contratos de vendas de minério de ferro.

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Tributos parcelados (Nota 20)	125.391	158.744	125.391	158.744
Participação sobre lucro - empregados	55.652	32.259	55.652	31.711
Demurrage/Dispatch com terceiros	31.337	9.906	29.223	8.806
Provisões para custos e despesas - partes relacionadas (nota 12.b)	99.006	136.593	103.393	136.547
Provisões para custos e despesas	31.210	32.352	29.270	29.641
Passivos de arrendamentos (nota 18.a)	128.057	82.101	128.057	82.101
Instrumentos financeiros derivativos (nota 15.b)	-	893	-	893
Outras obrigações	9.724	11.761	9.724	11.686
Total	**480.377**	**464.609**	**480.710**	**460.129**
Circulante	175.947	146.802	176.280	142.322
Não circulante	304.430	317.807	304.430	317.807
Total	**480.377**	**464.609**	**480.710**	**460.129**

18.a) Passivos de arrendamento: Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos	284.017	197.526
AVP - Arrendamentos	(155.960)	(115.425)
	128.057	**82.101**
Circulante	19.624	7.741
Não Circulante	108.433	74.360
	128.057	**82.101**

A Companhia possui contrato de arrendamento do Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí - TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de granéis sólidos, como minério de ferro e carvão, com prazo remanescente de 25 anos. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais com prazos de até 3 anos. O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos - IBR, ambas em termos nominais. A taxa média incremental utilizada na mensuração de passivo de arrendamento e direito de uso nos contratos celebrados no exercício findo em 31 dezembro de 2021 é de 5,88% a.a. para contratos de 3 anos e varia de 9,10% a 18,02% a.a. para contratos com prazo de 2 anos. A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial líquido	**82.101**	**85.962**
Novos arrendamentos (Nota 10.a)	18.890	8.311
Remensuração de passivos (Nota 10.a)	33.510	(744)
Pagamentos	(15.527)	(18.375)
Juros apropriados	9.083	6.947
Saldo final líquido	**128.057**	**82.101**

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado e Controladora Total
Arrendamentos	20.951	58.173	204.894	284.018
AVP - arrendamentos	(1.327)	(13.788)	(140.846)	(155.961)
	19.624	**44.385**	**64.048**	**128.057**

• **PIS e COFINS a recuperar:** Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos	283.987	197.526
AVP - Arrendamentos	(155.961)	(115.425)
Potencial crédito PIS e COFINS	26.269	18.172
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(14.426)	(10.677)

• **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:** A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia possui contrato de arrendamento do terminal portuário - (TECAR) que, ainda que estabeleça desempenho mínimo, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas. As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Contratos inferiores a 12 meses	267	549
Ativos de menor valor	2.809	4.426
Pagamentos variáveis de arrendamentos	446.224	253.391
	449.300	**258.366**

continuação

De acordo com as orientações do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	31/12/2021		31/12/2020 (Consolidado)	
	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de Leasing	128.057	219.294	82.101	110.034
Direito de uso líquido	125.672	231.832	82.717	104.372
Despesa Financeira	(8.509)	(16.781)	(6.588)	(8.718)
Despesa de Depreciação	(8.597)	(12.505)	(12.427)	(13.289)

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Prática Contábil: Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota a isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utiliza taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, sendo considerado dos dois o menor. Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente. Também será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e para contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
(Despesa) Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(2.917.463)	(1.755.312)	(2.903.092)	(1.744.251)
Diferido	83.785	(3.975)	83.785	(3.975)
	(2.833.678)	**(1.759.287)**	**(2.819.307)**	**(1.748.226)**

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora, bem como o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro antes do IR e da CSLL	**9.204.644**	**5.789.997**
Alíquota	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(3.129.579)**	**(1.968.599)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Juros sobre capital próprio	160.982	137.680
Equivalência Patrimonial	35.293	20.495
Outras exclusões (adições) permanentes	(24.101)	(12.664)
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	821	6.362
Doações incentivadas	74.757	50.206
Programa de alimentação ao trabalhador	48.149	7.233
IR/CSLL no resultado do período	**(2.833.678)**	**(1.759.287)**
Alíquota efetiva	**30,79%**	**30,38%**

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Lucro antes do IR e da CSLL	**9.190.273**	**5.778.936**
Alíquota	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(3.124.693)**	**(1.964.838)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Juros sobre capital próprio	160.982	137.680
Equivalência Patrimonial	45.599	34.158
Outras exclusões (adições) permanentes	(24.101)	(12.665)
Doações incentivadas	74.757	50.206
Programa de alimentação ao trabalhador	48.149	7.233
IR/CSLL no resultado do período	**(2.819.307)**	**(1.748.226)**
Alíquota efetiva	**30,68%**	**30,25%**

19.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Consolidado e Controladora	Saldo Inicial 31/12/2020	Movimentação: Resultado Abrangente	Movimentação: Resultado	Saldo Final 31/12/2021
Diferido Passivo				
Diferenças temporárias	**436.463**	**(447)**	**(83.785)**	**352.231**
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(21.291)	-	247	(21.044)
- Provisões para passivos ambientais	(4.775)	-	127	(4.648)
- Perdas estimadas em ativos	(19.249)	-	(28.654)	(47.903)
- Perdas estimadas em estoques	(18.098)	-	(4.643)	(22.741)
- Passivo atuarial (Plano de previdência e saúde)	1.733	(727)	87	1.093
- Provisão para consumos e serviços	(23.971)	-	2.117	(21.854)
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(675)	-	276	(399)
- Provisão A.R.O	(52.889)	-	(29.252)	(82.141)
- Combinação negócios mineração	293.056	-	(13.920)	279.136
- Ganhos/Perdas com *hedge accounting* de fluxo de caixa	(280)	280	-	-
- Amortização de ágio fiscal	286.371	-	-	286.371
- Ajuste a valor presente [1]	13.483	-	(4.066)	9.417
- Outras	(16.952)	-	(6.104)	(23.056)
Passivo Não Circulante	**436.463**	**(447)**	**(83.785)**	**352.231**

1. Ajuste a valor presente reconhecido no acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT) com a MRS.

A Administração avaliou os preceitos do *IFRIC 23 - "Uncertainties Over Income Tax Treatments"* e considera que não há razões para que as autoridades fiscais divirjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2021. **Prática Contábil:** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita à interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto diferido é reconhecido com relação as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ágio, de acordo com IAS 12/CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

20. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do REFIS e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme Notas 16 e 18 e estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
REFIS Federal Lei 11.941/09 [1]	8.558	17.573
REFIS Federal Lei 12.865/13 [2]	43.351	49.516
Parcelamento ordinário	104.539	126.047
	156.448	**193.136**
Circulante	31.057	34.392
Não circulante	125.391	158.744
Total	**156.448**	**193.136**

1. Débitos relativos ao programa de parcelamento introduzido pela Lei 11.941/2009, em razão da reabertura dos prazos para adesão trazida pelas Leis nº 12.865/13 e 12.996/14.
2. Débitos decorrentes do parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13 de débitos de IRPJ e da CSLL incidentes sobre os lucros das controladas, situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001.

21. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITO JUDICIAL

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

Consolidado e Controladora	Passivo Provisionado 31/12/2021	Depósitos Judiciais(*) 31/12/2021	Passivo Provisionado 31/12/2020	Depósitos Judiciais(*) 31/12/2020
Fiscal	1.184	-	1.404	-
Trabalhistas	51.089	39.242	53.499	33.254
Cíveis	7.924	4.792	5.642	3.956
Ambientais	1.693	1.667	2.072	1.483
	61.890	**45.701**	**62.617**	**38.693**
Circulante	5.897	-	7.878	-
Não circulante	55.993	45.701	54.739	38.693
Total	**61.890**	**45.701**	**62.617**	**38.693**

(*) Os depósitos judiciais estão alocados em nosso balanço patrimonial na rubrica "Outros ativos não circulantes" - vide nota 8.

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2021 pode ser assim demonstrada:

Natureza	31/12/2020	Adição	Atualização Líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2021
Fiscal	1.404	80	37	(337)	1.184
Trabalhista	53.499	7.015	5.567	(14.992)	51.089
Cível	5.642	1.378	904	-	7.924
Ambiental	2.072	-	-	(379)	1.693
Total	**62.617**	**8.473**	**6.508**	**(15.708)**	**61.890**

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, portanto representam obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, para os quais, em 31 de dezembro de 2021, somavam R$8.405.635 (R$8.068.188 em 31 de dezembro de 2020), sendo R$353.069 em processos trabalhistas (R$315.702 em 31 de dezembro de 2020), R$41.947 em processos cíveis (R$36.014 em 31 de dezembro de 2020), R$7.952.858 em processos fiscais (R$7.670.716 em 31 de dezembro de 2020) e R$57.761 em processos ambientais (R$45.756 em 31 de dezembro de 2020).

A seguir, uma breve descrição dos processos fiscais mais relevantes, com avaliação de perda possível:

Principais processos	31/12/2021	31/12/2020
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa.	4.242.051	3.930.093
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - RFB - Cobrança IRRF - Combinações de Negócios de mineração realizada em nov/2015.	889.179	862.324
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2008.	396.064	384.140
CFEM - Cobranças administrativas por suposto não recolhimento de CFEM em razão de divergências sobre a base de cálculo.	1.047.760	977.727
Auto de Infração - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior.	266.649	260.326
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	1.111.155	1.256.106
Total	**7.952.858**	**7.670.716**

No 1º trimestre de 2021 a Companhia foi notificado sobre a instauração de procedimento arbitral fundada em suposto inadimplemento de contratos de fornecimento de minério de ferro. O pedido da contraparte foi em torno de US$1 bilhão, a qual a Companhia, além de entender que as alegações apresentadas são infundadas, desconhece as bases de estimativa desse valor. A Companhia entende que ao contrário da notificação, é credora de tal Contrato. Por fim, a Companhia informa, ainda, que elaborou a resposta ao requerimento de arbitragem em conjunto com seus assessores legais e está em fase inicial da defesa. Estima, ainda, que a arbitragem esteja concluída em 2 a 3 anos. A relevância do processo para Companhia está relacionada ao valor atribuído à causa e o eventual impacto financeiro. A discussão envolve disputas arbitrais iniciadas por ambas as partes. **Prática Contábil:** São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e consideras pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

22. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
Passivo Ambiental	13.556	14.043
Desativação de ativos	500.189	430.479
Total	**513.745**	**444.522**

22.a) Passivos Ambientais: Em 31 de dezembro de 2021 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais do mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25. **22.b) Desativação de Ativos:** Em 2020 após antecipar a descontinuidade das barragens utilizadas em suas atividades de mineração, a Companhia atualizou o estudo para reconhecimentos dos custos com desativação dos ativos minerários, considerando a descaracterização das barragens e a implantação do processo de filtragem a seco dos rejeitos. Com isso, o saldo da provisão para desativação de ativos montou a R$500.189 em 31 de dezembro de 2021 (R$430.479 em 31 de dezembro de 2020). **Prática Contábil:** A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção. As obrigações com desativação de ativos "A.R.O" *(Asset retirement obligation)* consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.a) Oferta pública de ações: Em 17 de fevereiro a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, através da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A Oferta compreendeu (i) a distribuição primária de 161.189.078 de novas ações ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de 422.961.066 ações, sendo inicialmente, 372.749.743 de ações ("Oferta Secundária"), que foi acrescida de 50.211.323 ações suplementares de titularidade da CSN ("Ações Suplementares"). No prospecto definitivo da Oferta e preço por Ação ("Preço por Ação") foi estipulado em R$8,50, perfazendo o total de R$1.370 milhões nas ações primárias. O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizados no Brasil e no exterior. Com a abertura do capital, as ações da Companhia, que totalizavam 181.001.902 (cento e oitenta e um milhões e um mil e novecentos e duas ações), foram desdobradas na proporção de 1:30, e consequentemente o seu capital social passou a ser representado por 5.430.057.060 (cinco bilhões, quatrocentos e trinta milhões, cinquenta e sete mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme aprovação dada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2020, condicionadas à publicação do anúncio de início da oferta pública de ações da Companhia, que ocorreu em 17 de fevereiro de 2021. O custo de transação incorrido na oferta pública de ações no montante de R$14.681 milhões, líquido de impostos, e foi reconhecido em Reserva de Capital, no Patrimônio Líquido da Companhia, de acordo com as orientações contidas no CPC 08(R1). **23.b) Capital social integralizado:** Após a conclusão da oferta pública de ações, a Companhia capitalizou o montante de R$1.370.108 com a emissão de 161.189.078 novas ações ordinárias, que foi direcionada integralmente para o capital social da Companhia. Com isso o capital social totalmente subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2021, é de R$7.473.980 (R$6.103.872 em 31 de dezembro de 2020), representado por 5.591.246.138 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (5.430.057.060 em 31 de dezembro de 2020, após o desdobramento aprovado). Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **23.c) Capital social autorizado:** O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021 define no art.6º que o capital social pode ser elevado, independente de reforma estatutária, no valor de até R$1.800.000 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por decisão do Conselho de Administração. **23.d) Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2021, a reserva de capital da Companhia é de R$ 127.042 (R$141.723 em 31 de dezembro de 2020). Sendo composta por: (i) R$141.723 referente ao ágio reconhecido na emissão de ações realizada na combinação de negócios da mineração em dezembro de 2015. e (ii) redução de R$14.681 decorrente do custo de transação, líquido de impostos, incorrido na oferta pública das ações primarias, realizada em 17 de fevereiro de 2021. **23.e) Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. **23.f) Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2021 Quantidade de ações Ordinárias	31/12/2021 % Total de ações	31/12/2021 % Capital votante	31/12/2020 Quantidade de ações Ordinárias	31/12/2020 % Total de ações e Capital votante
Companhia Siderúrgica Nacional	4.374.779.493	78,24%	79,75%	4.752.584.400	87,52%
Japão Brasil Minérios de Ferro Participações	507.762.966	9,08%	9,26%	545.353.980	10,04%
Pohang Iron and Steel Company - POSCO	102.186.675	1,83%	1,86%	109.751.820	2,02%
China Steel Corporation	22.366.860	0,40%	0,41%	22.366.860	0,42%
Outros	478.742.844	8,56%	8,73%	-	-
Total de ações em circulação	**5.485.838.838**	**98,11%**	**100,00%**	**5.430.057.060**	**100,00%**
Ações em tesouraria	105.407.300	1,89%	0,00%	-	-
Total de ações	**5.591.246.138**	**100,00%**	**100,00%**	**5.430.057.060**	**100,00%**

Em 12 de fevereiro de 2021, em decorrência da Oferta Primária, a Companhia emitiu 161.189.078 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2021 a Companhia realizou a recompra de 105.407.300 ações ordinárias, como parte do programa de recompra de ações (nota 23.i). **23.g) Lucro por ação:** O lucro por ação foi calculado, conforme demonstrativo abaixo:

Controladora	31/12/2021 Ações ordinárias	31/12/2020 pós I.P.O* Ações ordinárias	31/12/2020 pré I.P.O* Ações ordinárias
Lucro líquido do exercício			
Atribuído aos acionistas	6.370.966	4.030.710	4.030.710
Média ponderada da quantidade de ações	5.555.188	5.430.057	181.002
Lucro por ação básico e diluído	1,1468499	0,7422961	22,26888

* Desdobradas das ações ordinárias, na proporção de 1:30, realizadas na conclusão do processo de abertura de capital - nota 23.a

23.h) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial: Os Outros Resultados Abrangentes consistem-se basicamente ajustes atuariais, líquidos de impostos, no benefício pós-emprego que não transitam pelo resultado do exercício. Os ajustes de avaliação patrimonial decorrem de combinação de negócio e transação de capital ocorridas em novembro de 2015 e julho de 2017, respectivamente. **23.i) Programa de recompra de ações:** Em 24 de março de 2021 e 03 de novembro de 2021, foram aprovados em Reuniões do Conselho de Administração, os Planos de Recompra de Ações, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos da instrução CVM 567/2015, descritos abaixo. Em 31 de dezembro de 2021 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Saldo em tesouraria em R$
1º	24/03/21	58.415.015	De 25/03/2021 a 24/09/2021	R$6,1451	R$5,5825 e R$6,7176	52.940.500	325.324.667
2º	03/11/21	53.000.000	De 04/11/2021 a 24/09/2022	R$6,2076	R$5,0392 e R$6,1208	52.466.800	325.692.908
						105.407.300	**651.017.574**

Prática Contábil: Capital Social: Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **Lucro/(Prejuízo) por ação:** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico. **Ações em tesouraria:** Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou alienadas. Quando essas ações são subsequentemente alienadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **Resultado por ação:** O lucro/prejuízo básico e diluído por ação foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

24. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intermediários com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio. Os juros sobre capital próprio distribuídos em 23 de dezembro de 2021 foram pagos em 20 de janeiro de 2022, no montante de R$402.455, considerando a retenção de imposto de renda no montante de R$71.021.

Controladora	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros de capital próprio	Valor por ação
20 de Janeiro de 2021	1.068.207	-	-	0,196721228
30 de abril de 2021	288.405	-	-	0,053581582
27 de julho de 2021	-	1.848.054	-	0,330526359
23 de dezembro de 2021	-	-	473.476	0,086308917
Montante distribuído em 2021	**1.356.612**	**1.848.054**	**473.476**	-

Os juros sobre capital próprio distribuídos em 23 de dezembro de 2020 foram pagos em 12 de janeiro de 2021, no montante de R$344.200, considerando a retenção de imposto de renda no montante de R$60.741.

Controladora	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros de capital próprio	Valor por ação
16 de Julho de 2020	1.080.000	-	-	5,966788128
15 de Outubro de 2020	78.759	1.221.241	-	7,182244969
23 de Dezembro de 2020	-	-	404.941	2,237219585
Montante distribuído em 2020	**1.158.759**	**1.221.241**	**404.941**	-

A Companhia propôs a destinação dos lucros abaixo, que será deliberada em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2022.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**6.370.966**	**4.030.710**
Reserva Legal	(318.548)	(201.536)
Reserva de Investimento	(1.210.484)	(1.914.587)
Dividendos antecipados e JCP	(2.321.531)	(1.626.182)
Dividendos adicionais propostos	(2.520.403)	(288.405)

Prática Contábil: A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia. De acordo com o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, adicionalmente a Companhia poderá distribuir dividendos adicionais de 25% do lucro ajustado, após a retenção do montante previsto em orçamento de capital, se houver, que ficará destacado no passivo circulante. Além disso, o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionada acima. Caso a Companhia informe dividendo superior ao mínimo obrigatório na proposta de destinação, esse montante é destacado em conta específica no patrimônio líquido em "Dividendo Adicional Proposto".

25. RECEITA OPERACIONAL LIQUÍDA

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receita Bruta				
Mercado interno	3.775.711	1.855.189	3.775.711	1.855.189
Mercado externo	15.987.077	12.292.932	15.987.077	12.293.868
	19.762.788	**14.148.121**	**19.762.788**	**14.149.057**
Deduções				
Impostos incidentes sobre vendas	(721.726)	(358.429)	(721.726)	(358.429)
Abatimentos	(1.192)	(161)	(1.192)	(161)
	(722.918)	**(358.590)**	**(722.918)**	**(358.590)**
Receita Líquida	**19.039.870**	**13.789.531**	**19.039.870**	**13.790.467**

Contratos de venda a preços provisórios - O risco do preço das *commodities* decorre da volatilidade dos preços do minério de ferro. O preço de venda desses produtos pode ser mensurado confiavelmente a cada período, uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. **Prática Contábil:** A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia suas receitas são reconhecidas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas: • Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do valor do contrato; • Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e • Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou no momento em que as obrigações de desempenho são concluídas. A Companhia reconhece a receita das vendas de minério de ferro quando o controle do produto é transferido para os clientes, o que geralmente ocorre, no caso das vendas para exportação, quando o produto é embarcado no navio e, no caso das vendas internas, quando o produto é carregado no trem. As vendas de minério de ferro para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação *CFR (Cost and Freight)* e *CIF (Cost, Insurance and Freight)* incluem o serviço de frete marítimo embutido na mesma fatura. Nesse caso, a obrigação de desempenho do serviço de frete marítimo é considerada separadamente do embarque do minério de ferro e a Companhia reconhece a receita da prestação desse serviço na entrega da mercadoria no destino especificado pelos clientes. A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente. Nas vendas para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação *CFR (Cost and Freight)* e *CIF (Cost, Insurance and Freight)*, a obrigação de pagar pela mercadoria e o serviço de frete marítimo, que está embutido na mesma fatura, geralmente surge quando o produto é carregado no navio. A Companhia contrata e, alguns casos, paga o serviço de frete marítimo antecipadamente, o montante pago é reconhecido como um ativo, adiantamento a fornecedores, até a chegada ao porto de destino, momento em que é debitado ao resultado como despesa de frete. Simultaneamente, a Companhia reconhece o preço do serviço de frete marítimo, pelo qual é responsável, como passivo, adiantamento de clientes, até a chegada ao porto de destino, momento em que a Companhia cumpre a sua obrigação de desempenho para o serviço de frete marítimo e, dessa forma, reconhece a receita pela prestação desse serviço. A Companhia reconhece adiantamentos a fornecedores e adiantamentos de clientes como despesas de frete e receita de serviços de frete marítimo prestados, respectivamente, no prazo de um mês. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

26. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Frete/Seguro marítimo	(1.058.077)	(1.032.402)	(1.058.077)	(1.033.860)
Mão de obra	(694.230)	(631.701)	(708.048)	(645.139)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(412.765)	(318.689)	(418.356)	(324.560)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(732.179)	(1.212.949)	(732.137)	(1.212.904)
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	(360.184)	(258.594)	(365.165)	(261.778)
Material de terceiros	(4.476.703)	(2.281.619)	(4.476.703)	(2.281.619)
Suprimentos	(322.701)	(208.960)	(327.112)	(212.810)
Impostos e taxas	(578.192)	(364.807)	(578.192)	(371.528)
Arrendamento Portuária	(451.511)	(223.344)	(451.512)	(223.344)
Despesas Portuárias – terceiros	(44.233)	(110.754)	(44.233)	(110.754)
Demurrage/Dispatch	(105.042)	(77.065)	(105.042)	(76.771)
Compartilhamento de despesas	(109.109)	(91.923)	(109.110)	(91.923)
Outros	(45.763)	(47.064)	(58.057)	(43.008)
Total por natureza	**(9.390.689)**	**(6.859.871)**	**(9.431.744)**	**(6.889.998)**
Custo dos produtos vendidos	(8.008.266)	(5.480.608)	(8.048.377)	(5.510.736)
Despesas com vendas	(1.252.259)	(1.219.967)	(1.274.233)	(1.221.089)
Despesas gerais e administrativas	(130.164)	(159.296)	(109.134)	(158.173)
Total por alocação	**(9.390.689)**	**(6.859.871)**	**(9.431.744)**	**(6.889.998)**

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Custo de Produção [1]	(732.135)	(1.212.902)	(732.135)	(1.212.903)
Despesa Vendas	(1)	(1)	(1)	(1)
Despesa Gerais e Administrativas	(43)	(46)	(1)	-
	(732.179)	**(1.212.949)**	**(732.137)**	**(1.212.904)**
Outras operacionais (*)	(19.081)	(18.295)	(19.081)	(18.295)
	(751.260)	**(1.231.244)**	**(751.218)**	**(1.231.199)**

(*) Refere-se principalmente a depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 27. (1) No custo de produção, estão inclusos os créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de Arrendamento no montante de R$849 no consolidado e a controladora em 31 de dezembro de 2021 (R$1.229 em 31 de dezembro de 2020), em linha com as diretrizes dispostas no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 02/2019. A extração de minério de ferro da Companhia em 2020 passou a utilizar em 100% de seu processo produtivo a filtragem e empilhamento de rejeito a seco. Como consequência normal da operação, o uso de barragens tornou-se obsoleto, e consequentemente, os ativos de barragens chegaram ao final de suas vidas úteis em 31 de dezembro de 2020. Em decorrência da obsolescência técnica e funcional das barragens, o saldo contábil destes ativos em sua totalidade, foi integralmente depreciado e apropriado ao custo de produção em 2020.

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Outras receitas operacionais				
Utilização de fundo de reversão CBS	-	8.642	-	8.642
Indenizações e multas contratuais	6.346	-	6.346	-
Crédito extemporâneo de tributos e contribuições [1]	20.669	20.086	18.112	20.086
Ganhos/(perdas) com plano de pensão	1.076	(410)	1.076	(410)
Outras receitas	1.878	4.568	1.878	4.568
	29.969	**32.886**	**27.412**	**32.886**
Outras despesas operacionais				
Impostos e contribuições	(12.116)	(7.629)	(12.056)	(7.335)
Provisão para perda depósito judicial trabalhista	(6.735)	(10.266)	(6.735)	(10.266)
Reversão/(provisão) de passivo ambiental	(613)	18.092	(613)	18.092
Reversão previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões (nota 21)	727	4.141	727	4.141
Contingências previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais realizadas	(6.622)	(9.161)	(6.622)	(9.161)
Perdas estimadas e baixa de ativos (nota 10)	(37.866)	(1.762)	(37.866)	(1.762)
Perdas com estoques de sobressalentes	(14.833)	(1.974)	(14.833)	(1.974)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(32.252)	(8.749)	(32.252)	(8.749)
Depreciação de equipamentos paralisados (nota 26)	(19.081)	(18.295)	(19.081)	(18.295)
Multa contratual	-	(29.198)	-	(29.198)
Reversão /(perdas) com inventários de produto acabado	2.944	(51.229)	2.944	(51.229)
Manutenção equipamentos paralisados	(20.907)	(11.180)	(20.907)	(11.180)
Perdas com hedge de fluxo de caixa (nota 15.b) [3]	(27.727)	(283.149)	(27.727)	(283.149)
Ociosidade operacional [2]	-	(204.429)	-	(204.429)
Doações incentivadas	(74.257)	(50.531)	(74.257)	(50.531)
Gastos com transporte de pessoal	(33.972)	(19.872)	(33.972)	(19.872)
Outras despesas	(18.397)	(23.501)	(18.056)	(23.185)
	(301.707)	**(708.692)**	**(301.306)**	**(708.082)**
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	**(271.738)**	**(675.806)**	**(273.894)**	**(675.196)**

1. Em 2021, trata-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2020, trata-se de recuperação do crédito de INSS incidentes em benefícios concedidos aos empregados que não deveriam ser consideradas na base de cálculo da contribuição. 2. Em 2020 a Cia. reconheceu aciosidade ocupacional nas atividades de mineração por conta de atrasos na liberação de licenças ambientais, que retardaram a abertura de novas frentes de lavra, bem como dos novos processos de rejeito a seco, que até então encontravam-se em fase de ajustes e "ramp-up". 3. Hedge de Fluxo de Caixa do índice "Platts", vide nota 15.b.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Despesas financeiras:				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(40.688)	(6.705)	(40.688)	(6.705)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(73.611)	(48.886)	(73.611)	(48.886)
Juros sobre adiantamento de clientes	(132.123)	(163.778)	(132.123)	(163.778)
Partes relacionadas (nota 12.b)	(12.072)	(13.608)	(12.072)	(13.608)
Juros Capitalizados (nota 10)	64.272	62.899	64.272	62.899
Juros, multas e moras fiscais [2]	(64.635)	(133.928)	(64.635)	(133.928)
Ajuste a valor presente [1]	(109.329)	(74.688)	(109.329)	(74.688)
Encargos sobre ganhos financeiros	(53.626)	(10.261)	(53.626)	(10.261)
Outras despesas financeiras	(24.173)	(15.226)	(24.152)	(15.206)
	(445.985)	**(404.181)**	**(445.964)**	**(404.161)**
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas (nota 12.b)	21.759	13.844	21.759	13.844
Rendimentos sobre aplicações financeiras	120.982	9.122	120.974	8.722
Outros rendimentos	6.807	5.254	6.808	5.253
	149.548	**28.220**	**149.541**	**27.819**
Outros itens financeiros líquidos				
Variações monetárias e cambiais líquidas	49.713	(119.926)	48.226	(142.211)
Variação cambial com hedge accounting de Fluxo de caixa	16.790	(16.504)	16.790	(16.504)
Resultado *swap* IPCA/CDI (nota 15.b)	(34.920)	-	(34.920)	-
	31.583	**(136.430)**	**30.096**	**(158.715)**
Resultado financeiro líquido	**(264.854)**	**(512.391)**	**(266.327)**	**(535.057)**

1. Reconhecimento do ajuste a valor presente de fornecedores. 2. Refere-se a acréscimos legais pela dilação de prazo nos pagamentos de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido 2020. **Prática Contábil:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

29. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes. **29.a) Descrição dos planos de pensão:** Plano Misto de Benefício Suplementar: Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminada). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev. Plano CBSPREV: Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício. Plano CBSPREV Namisa: É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração. Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde 2017. Em dezembro de 2020 foi finalizado o processo de extinção do plano devido à retirada total de patrocínio. **29.b) Política de investimento:** A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM ("Asset Liability Management"), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano. O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. **29.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar:** Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e IAS 19 - *Employee Benefits*, abaixo é apresentado a posição em 31 de dezembro 2021 e 2020:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
		Ativo Atuarial
Benefícios de planos de pensão	(10.133)	(12.016)

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	Consolidado e Controladora 31/12/2021	Consolidado e Controladora 31/12/2020
Valor presente da obrigação de benefício definido	8.198	7.354
Valor justo dos ativos do plano	(18.555)	(19.370)
(Superávit)	**(10.357)**	**(12.016)**
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	224	-
(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	**(10.133)**	**(12.016)**

continua

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021 os principais focos da Companhia foram o de assegurar a saúde dos funcionários próprios e terceiros em função do impacto da pandemia da Covid-19, a gestão de caixa através da eficiência em capital de giro, redução das despesas e a renegociação das dívidas com os principais credores da empresa. Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu as negociações com os credores e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras no montante de principal de US$ 479 milhões até o final do ano de 2028, do qual cerca de 89% foi reclassificado para o passivo de longo prazo, melhorando a posição do endividamento no balanço da companhia. Em relação à Covid-19, a administração continua tomando todas as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias para o enfrentamento da pandemia sob a coordenação de sua equipe médica. A empresa registrou uma Receita Líquida de R$ 4,715 bilhões em 2021, um crescimento de 10% em relação ao ano de 2020, resultante do aumento do preço do cobre no mercado internacional. A receita de cobre primário foi de R$ 1,489 bilhão em 2021, representando 32% sobre as receitas totais, proporcionando um giro mais rápido dos estoques, contribuindo para a melhoria do ciclo de conversão de caixa, que foi o foco da companhia em 2021. No 4T21 o Fluxo de Caixa das atividades operacionais foi positivo em R$ 15,0 milhões, um aumento de R$ 10,0 milhões em relação ao mesmo período de 2020 como resultado de suas ações para ganho de eficiência na gestão do capital de giro, influenciado pela otimização na gestão dos estoques. Em relação à redução de custos e despesas, a despeito do cenário inflacionário de 2021 a companhia manteve seus custos fixos e ociosidade nos mesmos níveis do ano anterior, com destaque para a redução de custos ocorrida no 4T21, que representou uma economia de 8% em relação ao 4T20. Em 2021 a empresa apresentou um Prejuízo Líquido de R$ 801,1 milhões, fortemente impactado pelos efeitos da variação cambial sobre a dívida e outras posições de balanço em dólar, depreciação e amortização, encargos financeiros, ajustes relacionados à reestruturação da dívida conforme IFRS 9 (CPC 48) e demais posições que impactaram o resultado. Porém quando excluídos tais efeitos do resultado, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado no período de R$ 78,0 milhões. Neste contexto, vale ressaltar que todas as vendas da Companhia usam a moeda norte americana como referência na composição do preço, o que naturalmente traz uma proteção para referida variação cambial.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Líquida

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T20	4T21	Δ %	2020	2021	Δ %
Cobre Primário	**134.513**	**165.153**	**23%**	**828.188**	**1.489.392**	**80%**
% das Receitas	9,2%	15,9%	6,7 p.p.	19,3%	31,6%	12,3 p.p.
Produtos de Cobre	**1.160.389**	**751.134**	**-35%**	**2.827.709**	**2.675.462**	**-5%**
% das Receitas	79,6%	72,2%	-7,3 p.p.	65,9%	56,7%	-9,0 p.p.
Vergalhões, Fios e outros	**816.637**	**521.305**	**-36%**	**1.966.680**	**1.925.341**	**-2%**
Barras/Perfis/Arames/Laminados/ Tubos/Conexões	**343.752**	**229.829**	**-33%**	**861.029**	**750.121**	**-13%**
Coprodutos	**162.178**	**122.551**	**-24%**	**637.577**	**550.107**	**-14%**
% das Receitas	11,1%	11,8%	0,7 p.p.	14,8%	11,7%	-3,2 p.p.
Receita Líquida Total	**1.457.080**	**1.038.838**	**-29%**	**4.293.474**	**4.714.961**	**10%**
Mercado Interno [%]	55,1%	46,3%	-8,8 p.p.	45,1%	36,3%	-8,9 p.p.
Mercado Externo [%]	44,6%	50,4%	5,7 p.p.	54,1%	61,2%	7,1 p.p.
Transformação [%]	0,3%	3,4%	3,1 p.p.	0,8%	2,6%	1,8 p.p.

A Receita Líquida Total do 4T21 teve redução de 29% quando comparada com o 4T20 em função da redução do volume de vendas do período. No ano a companhia obteve R$ 4,715 bilhões, 10% acima na comparação com 2020. A Receita Líquida da Companhia sofre o impacto negativo do *Other Comprehensive Income* - "OCI" (Ajuste de Avaliação Patrimonial), que corresponde ao efeito não monetário da variação cambial de 2015 diferida por conta de ajustes na Contabilidade de hedge que impactou negativamente a Receita da Companhia em R$ 17,9 milhões no 4T21 e R$ 43,1 milhões no ano de 2021.

Lucro Bruto

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T20	4T21	Δ %	2020	2021	Δ %
Receita Líquida	**1.457.080**	**1.038.837**	**-29%**	**4.293.474**	**4.714.962**	**10%**
CPV Total	**(1.386.474)**	**(1.000.570)**	**-28%**	**(4.164.987)**	**(4.721.342)**	**-13%**
(-) Custo do Metal	(1.244.632)	(906.209)	-27%	(3.721.674)	(4.309.205)	-16%
(-) Custo de Transformação	(141.842)	(94.361)	-33%	(443.313)	(412.137)	7%
CPV Total/tonelada vendida ¹	42,0	50,2	20%	37,4	48,7	30%
Custo do Metal/tonelada vendida ¹	37,7	45,5	21%	33,5	44,4	33%
Custo de Transformação/tonelada vendida	4,3	4,7	10%	4,0	4,3	7%
Lucro Bruto	**70.606**	**38.267**	**-46%**	**128.487**	**(6.380)**	**-105%**
% das Receitas	4,8%	3,7%	-1,2 p.p.	3,0%	-0,1%	-3,1 p.p.
Lucro Bruto Ajustado (LME e Dólar no Estoque)	**39.805**	**38.681**	**-3%**	**200.892**	**123.793**	**-38%**
% das Receitas	2,7%	3,7%	1,0 p.p.	4,7%	2,6%	-2,1 p.p.
Prêmio	212.448	132.628	-38%	571.800	405.757	-29%
Prêmio/Receita Líquida [%]	14,6%	12,8%	-1,8 p.p.	13,3%	8,6%	-4,7 p.p.
Prêmio/tonelada vendida	6,4	6,7	3%	5,1	4,2	-19%

O Lucro Bruto Ajustado foi de R$ 38,7 milhões no 4T21 e R$ 123,8 milhões em 2021. O Lucro Bruto ajustado elimina os efeitos da Contabilidade de hedge utilizada para atualizar o valor dos estoques ao valor presente de LME e Dólar e que por consequência da não absorção pelo estoque, impactam o resultado. No 4T21 o impacto ajustado foi de R$ 0,4 milhão e em 2021 o ajuste foi de R$ 130,2 milhões.

Custos Fixos (incluindo Ociosidade)

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T20	4T21	Δ %	2020	2021	Δ %
Custos Fixos incluindo ociosidade	**(139.304)**	**(128.422)**	-8%	(512.064)	(518.678)	**1%**

A Companhia realizou R$ 128,4 milhões de custos fixos incluindo ociosidade no 4T21, obtendo uma redução de 8% em relação ao 4T20. Impactado pela pressão inflacionária de 2021 de 10,06% (IPCA), os custos fixos incluindo a ociosidade registraram um aumento de 1% em comparação ao ano de 2020, demonstrando que a companhia conseguiu compensar quase todo o impacto inflacionário através das suas ações de redução de custos.

Despesas Operacionais

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T20	4T21	Δ %	2020	2021	Δ %
Total de Despesas	**(56.117)**	**(94.725)**	**69%**	(358.326)	(321.433)	**-10%**
Despesas com Vendas	(5.812)	(4.104)	-29%	(22.626)	(14.162)	-37%
Despesas Gerais e Administrativas	(20.997)	(9.051)	-56,9%	(80.512)	(65.814)	-18%
Outras Operacionais, Líquidas	(29.308)	(81.570)	178%	(255.188)	(241.457)	-5%

No 4T21 as Despesas Operacionais foram de R$ 94,7 milhões explicadas principalmente pelo aumento da ociosidade em função da baixa produção do trimestre. Em decorrência do fechamento do acordo da dívida com os credores, foram reclassificadas as despesas com os assessores participantes do processo de renegociação, no montante de R$ 11,8 milhões de Despesas Gerais Administrativas para o Passivo. Ainda como consequência do fechamento do acordo com os credores, a provisão para pagamento de multas da dívida foi revertida no montante de R$ 20,0 milhões. No ano de 2021 as Despesas Operacionais foram de R$ 321,4 milhões, 10% abaixo do ano anterior, beneficiadas principalmente pelo reconhecimento dos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS da controlada CDPC, reversões de provisões referentes ao fechamento do acordo com os credores e pela redução das Despesas com Vendas, que foi 37% menor que 2020.

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T20	4T21	Δ %	2020	2021	Δ %
Principais itens-Outras Operacionais Líquidas:						
Provisões contingências trabalhistas e fiscais	9.423	(8.092)	-186%	(8.267)	(13.254)	-60%
Provisões diversas	(3.139)	(1.934)	38%	(3.835)	(8.131)	-112%
Ativos mantidos para venda*	-	(14.977)	n.a	-	(14.977)	n.a
Ociosidade	(37.391)	(72.064)	-93%	(207.369)	(252.583)	-22%
Arbitragem Santander/BTG	-	14.466	n.a	-	14.466	n.a
Reintegra normalizado / Recuper. de Impostos	-	-	n.a	(20.356)	3.230	116%
Resultado venda de precatórios	-	(3.991)	n.a	14.181	(3.991)	-128%
Exclusão ICMS na base calculo do PIS/COFINS	-	-	n.a	-	50.506	n.a
Total de Itens Não Recorrentes	**(31.107)**	**(86.592)**	**-178%**	(225.646)	(224.734)	0%
Total de itens Recorrentes	**1.799**	**5.022**	**42%**	(29.542)	(16.723)	43%

EBITDA

	4T20	4T21	Δ %	2020	2021	Δ %
Lucro Líquido	**150.861**	**(188.135)**	-225%	**(861.604)**	**(801.105)**	7%
(+) Impostos	10.541	(2.060)	-120%	8.708	9.635	11%
(+) Resultado Financeiro Líquido	(146.913)	133.737	191%	623.057	463.657	-26%
EBIT	**14.489**	**(56.458)**	**-490%**	**(229.839)**	**(327.813)**	**-43%**
(+) Depreciações e Amortizações	38.228	34.088	-11%	166.832	152.746	-8%
EBITDA	**52.717**	**(22.370)**	**-142%**	**(63.007)**	**(175.067)**	**-178%**
% das Receitas	3,6%	-2,1%	-5,8 p.p.	-1,5%	-3,7%	-2,2 p.p.
EBITDA AJUSTADO (LME e Dolar no estoque e OCI)	**23.833**	**10.560**	**-56%**	**68.940**	**(29.619)**	**-143%**
% das Receitas	1,6%	1,0%	-0,6 p.p.	1,6%	-0,6%	-2,2 p.p.

O EBITDA Ajustado, que exclui os efeitos de LME e Dólar no estoque, OCI, contingências e demais efeitos não recorrentes, fechou o ano de 2021 negativo em R$ 29,6 milhões impactado pelo mix dos produtos de cobre nas vendas e pela redução da venda de coprodutos.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

No 4T21 a Companhia teve Prejuízo Líquido de R$ 188,1 milhões impactado pela redução nas vendas e pela variação cambial sobre as suas posições de balanço e suas dívidas em moeda estrangeira. Sobre a base de R$ 188,1 milhões de Prejuízo Líquido, foram ajustados R$ 17,9 milhões de OCI, R$ 34,0 milhões de depreciação e amortização, R$ 37,6 milhões de variação cambial da dívida em dólar e R$ 96,6 milhões referente aos ajustes relacionados à reestruturação da dívida conforme IFRS 9 (CPC 48), além de outras posições. Após as exclusões e ajustes, a empresa apresentou um Lucro Líquido Ajustado de R$ 2,9 milhões no 4T21. Este resultado representa uma melhoria de R$ 53 milhões em relação ao 4T20. Em 2021 o Prejuízo Líquido foi de R$ 801,1 milhões. Sobre a base de Prejuízo Líquido foram ajustados R$ 43,1 milhões de OCI, R$ 152,7 milhões de depreciação e amortização, R$ 391,8 milhões de variação cambial sobre as posições de balanço e encargos financeiros, que inclui a variação cambial da dívida que foi de R$ 160,7 milhões. Foram ajustados também R$ 96,6 milhões relacionados à reestruturação da dívida conforme IFRS 9 (CPC 48), além de R$ 38,8 milhões entre provisões e outras posições. Após as exclusões, a Companhia apresentou um Prejuízo Líquido Ajustado de R$ 78,0 milhões em 2021.

Geração de Caixa Operacional

No 4T21 a Geração de Caixa Operacional foi positiva em R$ 15,0 milhões. Este valor foi R$ 10,0 milhões acima do 4T20 e R$ [illegible] milhões melhor que o trimestre anterior (3T21).

CAIXA OPERACIONAL (R$ milhões)

4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
5	13	(4)	9	15

Endividamento

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo	2.770.729	2.951.677	3.184.525	2.882.698	3.219.563	2.889.208	3.211.238	639.576
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	32.982	55.426	41.518	22.878	11.205	-	-	2.634.945
Empréstimos Bancários Totais	**2.803.711**	**3.007.103**	**3.226.043**	**2.905.576**	**3.230.768**	**2.889.208**	**3.211.238**	**3.274.521**
Custos de Transação - reperfilamento	(19.614)	(18.556)	(17.466)	(16.375)	(15.283)	(14.191)	(13.100)	(23.818)
Empréstimos Totais	**2.784.097**	**2.988.547**	**3.208.577**	**2.889.201**	**3.215.485**	**2.875.017**	**3.198.138**	**3.250.703**
Operações com forfaiting e cartas de crédito	111.538	98.839	177.482	228.995	163.939	181.533	206.316	169.863
Instrumentos Financeiros Derivativos Passivo	65.817	135.134	119.431	242.937	262.709	186.884	21.858	7.388
Instrumentos Financeiros Derivativos Ativo	(226.232)	(28.964)	(16.953)	(38.150)	(38.542)	(36.826)	(10.409)	(5.439)
Dívida bruta	**2.735.220**	**3.193.556**	**3.488.537**	**3.322.983**	**3.603.591**	**3.206.608**	**3.415.903**	**3.422.515**
Caixa e Equivalentes de Caixa	111.470	237.421	222.939	138.761	136.579	112.552	129.732	40.115
Aplicações Financeiras	20.869	35.050	42.855	42.892	47.132	25.418	20.402	20.653
Dívida Líquida	**2.602.881**	**2.921.085**	**3.222.743**	**3.141.330**	**3.419.880**	**3.068.638**	**3.265.769**	**3.361.747**
Dívida Curto Prazo(%)	**99%**	**98%**	**99%**	**99%**	**100%**	**100%**	**100%**	**19%**
Dívida Longo Prazo (%)	**1%**	**2%**	**1%**	**1%**	**0%**	**0%**	**0%**	**81%**

A dívida da Companhia é denominada em moeda estrangeira (USD) e suscetível à variação do câmbio. As receitas da Companhia em sua totalidade também são denominadas em USD, portanto os recebíveis estão na mesma moeda da dívida.

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Em Moeda Estrangeira	96%	96%	94%	94%	94%	94%	94%	93%
Em Moeda Local	4%	4%	6%	6%	6%	6%	6%	7%

Através de Fato Relevante, anunciado em 29 de dezembro de 2021, a companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), ficando assim repactuado o pagamento das dívidas financeiras no montante de principal aproximado de US$ 479 milhões até o final do ano de 2028, do qual cerca de 89% foi reclassificado para o passivo de longo prazo. Além das garantias outorgadas pela Companhia na reestruturação de dívidas realizada em 2017, já previstas no Acordo Global, a Companhia prestará outras garantias envolvendo ativos operacionais e não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a monetização de ativos não-operacionais, visando amortizar os valores objeto da Nova Reestruturação. A venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores. Haverá também o monitoramento das operações da empresa, por parte dos credores, através de assessores contratados para este propósito. Conforme Fato Relevante divulgado no dia 05/03/22, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que cumpriu com todas as condições precedentes do acordo firmado no dia 29 de dezembro de 2021, que incluiu o pagamento da primeira parcela de juros e principal da dívida reestruturada, no valor de aproximadamente USD 27 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e equivalentes de caixa	05	**26.592**	137.153	**40.115**	138.761
Aplicações financeiras	05	**16.332**	29.433	**16.332**	29.433
Contas a receber de clientes	06	**109.075**	341.689	**108.995**	341.622
Estoques	07	**716.479**	1.096.926	**716.479**	1.096.926
Impostos e contribuições a recuperar	08	**166.123**	85.505	**168.118**	87.379
Outros ativos circulantes	09	**22.258**	106.976	**22.286**	107.082
Instrumentos financeiros derivativos	28	**5.439**	38.150	**5.439**	38.150
Despesas antecipadas		**10.765**	13.863	**10.765**	13.864
Total do ativo circulante		**1.073.063**	1.849.695	**1.088.529**	1.853.217
Ativos mantidos para venda	10	**97.553**	112.094	**97.553**	112.094
		97.553	112.094	**97.553**	112.094
Aplicações financeiras	05	**4.321**	13.459	**4.321**	13.459
Impostos e contribuições a recuperar	08	**560.961**	693.674	**617.369**	693.674
Depósitos de demandas judiciais	09.2	**37.271**	35.455	**37.271**	35.455
Outros ativos não circulantes	09.1	**67.487**	97.552	**68.085**	97.292
Despesas antecipadas		**8.807**	11.654	**8.807**	11.654
		678.847	851.794	**735.853**	851.534
Direito de uso de Ativo	15	**11.398**	14.582	**11.398**	14.582
Investimentos	11	**60.317**	15.096	-	-
Outros investimentos		**2.513**	2.513	**2.513**	2.513
Ativo imobilizado	12	**1.124.484**	1.189.603	**1.124.483**	1.190.201
Ativo intangível	12	**6.119**	7.573	**6.119**	7.573
		1.204.831	1.229.367	**1.144.513**	1.214.869
Total do ativo não circulante		**1.981.231**	2.193.255	**1.977.919**	2.178.497
Total do ativo		**3.054.294**	4.042.950	**3.066.448**	4.031.714

PASSIVO	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores	13	**135.001**	462.394	**135.001**	462.394
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	**169.863**	228.995	**169.863**	228.995
Arrendamento mercantil	15	**9.196**	9.416	**9.196**	9.416
Empréstimos e financiamentos	16	**615.758**	2.866.323	**615.758**	2.866.323
Instrumentos financeiros derivativos	28	**7.388**	242.937	**7.388**	242.937
Salários e encargos sociais	17	**43.920**	41.873	**43.920**	41.898
Impostos e contribuições a recolher	18	**11.560**	18.689	**11.605**	18.726
Dividendos a pagar	20	**152**	152	**152**	152
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	**103.735**	59.184	**103.851**	59.299
Outros passivos circulantes	20	**32.552**	47.069	**32.722**	35.916
Total do passivo circulante		**1.129.125**	3.977.032	**1.129.456**	3.966.056
Fornecedores	13	**1.947**	2.920	**1.947**	2.920
Arrendamento mercantil	15	**2.392**	5.789	**2.392**	5.789
Empréstimos e financiamentos	16	**2.634.945**	22.878	**2.634.945**	22.878
Provisão para demandas judiciais	19	**199.267**	189.826	**199.267**	189.826
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	**40.644**	42.835	**52.467**	42.835
Provisão para patrimônio líquido negativo	11	-	260	-	-
Total do passivo não circulante		**2.879.195**	264.508	**2.891.018**	264.248
Total do passivo		**4.008.320**	4.241.540	**4.020.474**	4.230.304
Capital social	21.a	**2.069.566**	2.069.566	**2.069.566**	2.069.566
Debêntures conversíveis em ação	21.b	**25.787**	25.787	**25.787**	25.787
Custo de Capitalização		**(5.375)**	(5.375)	**(5.375)**	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	**(652.999)**	(692.101)	**(652.999)**	(692.101)
Ações em tesouraria		**(741)**	(741)	**(741)**	(741)
Prejuízos acumulados		**(2.390.264)**	(1.595.726)	**(2.390.264)**	(1.595.726)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(954.026)**	(198.590)	**(954.026)**	(198.590)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**3.054.294**	4.042.950	**3.066.448**	4.031.714

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Debêntures conversíveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(742.151)	(725.690)	621.396
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	41.346	41.346
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	272	272
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	10.701	(10.701)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(2.672)	2.672	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	8.029	33.589	41.618
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(861.604)	-	(861.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(1.595.726)	(692.101)	(198.590)
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	45.497	45.497
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	172	172
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	8.756	(8.756)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(2.189)	2.189	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	6.567	39.102	45.669
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(801.105)	-	(801.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(2.390.264)	(652.999)	(954.026)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	**4.962.788**	4.680.104	**5.161.401**	4.751.804
Provisão de perda estimada de crédito liquidação duvidosa	**108**	(627)	**108**	(574)
Outras receitas	**25.776**	27.485	**76.283**	28.210
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	**(4.514.085)**	(4.042.286)	**(4.712.695)**	(4.121.894)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(482.031)**	(504.731)	**(482.453)**	(505.470)
Valor adicionado bruto	**(7.444)**	159.945	**42.644**	152.076
Retenções				
Depreciação e amortização	**(141.196)**	(154.836)	**(141.196)**	(154.899)
Amortização direito de uso do ativo	**(11.550)**	(11.849)	**(11.550)**	(11.934)
Valor adicionado líquido	**(160.190)**	(6.740)	**(110.102)**	(14.757)
Recebido de terceiros				
Resultado de equivalência	**45.740**	(9.851)	-	-
Receitas financeiras	**268.850**	492.867	**275.100**	494.110
Valor adicionado total a distribuir	**154.400**	476.276	**164.998**	479.353
Distribuição do valor adicionado	**154.400**	476.276	**164.998**	479.353
Pessoal e encargos	**210.337**	195.479	**210.637**	196.436
Impostos, taxas e contribuições	**(6.523)**	16.102	**5.314**	15.632
Juros e aluguéis	**751.691**	1.126.299	**750.152**	1.128.889
Prejuízo do exercício	**(801.105)**	(861.604)	**(801.105)**	(861.604)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto prejuízo lucro por ação)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida de vendas	22	**4.516.349**	4.221.371	**4.714.962**	4.293.474
Custo dos produtos vendidos	23	**(4.522.729)**	(4.096.519)	**(4.721.342)**	(4.164.987)
Lucro (Prejuízo) bruto		**(6.380)**	124.852	**(6.380)**	128.487
Despesas comerciais	23	**(14.166)**	(21.655)	**(14.162)**	(22.626)
Gerais e administrativas	23	**(57.835)**	(72.739)	**(59.018)**	(73.734)
Honorários da administração	11.4	**(6.796)**	(6.778)	**(6.796)**	(6.778)
Equivalência patrimonial	11.1	**45.740**	(9.851)	-	-
Participação dos empregados e administradores		**(14.812)**	(6.997)	**(14.786)**	(6.976)
Outras despesas	24	**(323.707)**	(290.113)	**(323.290)**	(290.275)
Outras receitas	24	**46.108**	41.140	**96.619**	42.063
(Despesas) receitas operacionais		**(325.470)**	(366.993)	**(321.433)**	(358.326)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(331.850)**	(242.141)	**(327.813)**	(229.839)
Despesas financeiras	25	**(740.297)**	(1.115.002)	**(738.757)**	(1.117.167)
Receitas financeiras	25	**268.850**	492.867	**275.100**	494.110
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(803.297)**	(864.276)	**(791.470)**	(852.896)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.2	-	-	**(3)**	(35)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	**2.192**	2.672	**(9.632)**	(8.673)
Imposto de renda e contribuição social		**2.192**	2.672	**(9.635)**	(8.708)
Prejuízo do exercício		**(801.105)**	(861.604)	**(801.105)**	(861.604)
Prejuízo básico por ação ordinária em reais		**(19,68126)**	(21,16758)	**(19,68126)**	(21,16758)
Prejuízo diluído por ação ordinária em reais		**(19,26703)**	(20,72206)	**(19,26703)**	(20,72206)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	**(801.105)**	(861.604)
Outros componentes do resultado abrangente, líquidos dos efeitos tributários		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	**45.669**	41.618
Hedge fluxo de caixa-Receita exportação ACC/PPE	**22.303**	-
Hedge fluxo de caixa-NDF receita de vendas	**25.139**	41.265
Hedge fluxo de caixa-Custo metal x Futuro bolsa	**(446)**	81
Hedge fluxo de caixa-outras dívidas	**(1.499)**	-
Ganhos var. camb. investimentos exterior	**172**	272
Total do resultado abrangente do exercício	**(755.436)**	(819.986)
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	**(755.436)**	(819.986)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(803.297)**	(864.276)	**(791.470)**	(852.896)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com recursos gerado pelas atividades operacionais				
Valor residual de ativo permanente baixado	**8.135**	563	**8.135**	737
Depreciação e amortização	**141.196**	154.836	**141.196**	154.899
Amortização direito de uso do ativo	**11.550**	11.849	**11.550**	11.934
Equivalência patrimonial	**(45.740)**	9.851	-	-
Provisões para patrimônio líquido negativo de investida	**430**	8	-	-
Provisão (reversão) perda estimada do valor recuperável	**(108)**	626	**(108)**	573
Provisão de outras perdas estimadas	**17.166**	1.137	**17.166**	1.137
Provisão para perdas demandas judiciais	**13.254**	8.267	**13.254**	8.267
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	**(157)**	1.073	**128**	481
Custos de capitalização - Renegociação dívida	**(11.810)**	-	**(11.810)**	-
Ajuste de avaliação patrimonial	**45.496**	13.805	**45.496**	13.808
Encargos financeiros	**478.922**	740.686	**488.394**	740.950
	(144.963)	78.425	**(78.069)**	79.890
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	**231.035**	(192.510)	**231.048**	(204.831)
Estoques	**390.672**	(77.303)	**390.672**	(74.757)
Impostos e contribuições a recuperar	**52.095**	77.722	**(4.467)**	77.604
Despesas antecipadas	**1.954**	(9.562)	**1.955**	(9.392)
Depósitos de demandas judiciais	**(1.816)**	(7.957)	**(1.816)**	(7.957)
Instrumentos financeiros derivativos	**33.437**	5.585	**33.437**	5.585
Ativos mantidos para venda	**(436)**	(107)	**(436)**	(107)
Outros ativos circulantes e não circulantes	**107.177**	(47.364)	**101.297**	(46.909)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	**(361.352)**	(11.042)	**(361.352)**	(12.269)
Operações com forfaiting e cartas de crédito	**(59.132)**	143.354	**(59.132)**	143.354
Impostos e contribuições a recolher	**(7.129)**	6.370	**(7.086)**	6.242
Provisão para demandas judiciais	**(13.815)**	(24.864)	**(17.419)**	(24.864)
Salários e encargos sociais	**2.047**	(8.900)	**2.022**	(8.983)
Instrumentos financeiros derivativos	**(238.584)**	197.075	**(238.584)**	197.075
Passivos relacionados a contratos de clientes	**43.628**	48.426	**43.629**	48.424
Outros passivos circulantes e não circulantes	**(14.516)**	(23.850)	**(3.198)**	(34.280)
Caixa gerado pelas operações	**20.302**	153.498	**32.501**	133.825
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(365)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**20.302**	153.498	**32.501**	133.460
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras	**(10.904)**	(2.839.561)	**(10.904)**	(2.839.561)
Aplicações financeiras resgatadas	**33.143**	2.816.612	**33.143**	2.821.698
Outros investimentos	-	(95)	-	(95)
Adições em imobilizado e intangível	**(91.155)**	(65.050)	**(91.154)**	(65.050)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(68.916)**	(88.094)	**(68.915)**	(83.008)
Atividades de financiamento				
Ingressos de empréstimos e financiamentos	**918.807**	260.593	**918.807**	260.593
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(929.644)**	(257.755)	**(929.644)**	(257.755)
Pagamento de Juros s/ empréstimos	**(39.284)**	(18.690)	**(39.284)**	(18.690)
Pagamentos de arrendamento mercantil	**(11.826)**	(14.645)	**(12.111)**	(13.855)
Dividendos	-	(20)	-	(20)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(61.947)**	(30.517)	**(62.232)**	(29.727)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(110.561)**	34.887	**(98.646)**	20.725
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**137.153**	102.266	**138.761**	118.036
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**26.592**	137.153	**40.115**	138.761
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(110.561)**	34.887	**(98.646)**	20.725

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

01. CONTEXTO OPERACIONAL

Paranapanema S.A. ("Paranapanema", "Controladora" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d'Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC. As ações da Paranapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento "Novo Mercado" desde 2012, sob o código PMAM3. A Companhia e suas controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação. As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, incluindo o reperfilamento da dívida financeira da Companhia, bem como otimização da capacidade instalada diluindo os custos fixos e otimizando a geração de caixa, redução do ciclo de conversão de caixa visando a controlar a necessidade de capital de giro e a redução de custos e despesas para alcançar a rentabilidade esperada no exercício 2022. A Administração acredita que o plano de negócios apresentado seja adequado, dentro de premissas razoáveis para a sua concretização. O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral. Após o processo de reestruturação concluído em 2017 e apesar de não ter tomado nenhuma linha de crédito adicional relevante, a Companhia continua gerando caixa. A Companhia promoveu desde o primeiro trimestre de 2020, uma nova negociação com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida da Companhia com a sua futura geração de caixa e necessidade de investimento. Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia conclui as negociações e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras no montante de principal de US$479.151 mil até o final do ano de 2028, do qual cerca de 89% (US$426.519 mil) foi classificado para o passivo não circulante e 11% (US$52.632 mil) continua classificado no passivo circulante, conforme cronograma de pagamento divulgado na nota 16. Além das garantias outorgadas pela Companhia na reestruturação de dívidas realizada em 2017, já previstas no Acordo Global, a Companhia prestará outras garantias envolvendo ativos operacionais e não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores. Com a implementação do novo cronograma de pagamentos da dívida a Companhia passa a apresentar no consolidado um índice de liquidez corrente de 0,96%. **Covid-19:** Com a acentuada queda dos índices de contaminação da COVID19 em todo o país no quarto trimestre de 2021, atingimos uma estabilização comercial e de produção na Paranapanema, suficiente para uma retomada integral das atividades industriais e administrativas. A Companhia enfatiza que é fornecedora essencial na cadeia produtiva de diversas outras indústrias, e continua entregando produtos fundamentais para setores indispensáveis à população neste momento de crise, como os segmentos de infraestrutura hospitalar, saneamento básico, gases, setor de energia elétrica, dentre outros. Impactos nos negócios da Companhia: A Companhia avaliou o impacto da Covid-19 em seus negócios. Segue abaixo um resumo dos principais impactos nos negócios da Companhia: (i) Redução do valor recuperável ("impairment"): não houve mudanças significativas nas circunstâncias que indicariam uma perda por "impairment". A Companhia mantém um acompanhamento constante da situação e se surgir um novo impacto financeiro resultante da COVID-19 nas unidades geradoras de caixa da Companhia, será avaliado e divulgado tempestivamente. Nesse momento, a administração avalia que, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa, como preços de commodities e níveis de produção para os principais ativos da Companhia não sofreram alterações significativas, para a avaliação do indicativo de "impairment". Vale ressaltar que a Companhia não possui intangíveis de vida útil indefinida no seu balanço (ágio e/ou outros intangíveis), bem como já havia registrado ajuste ao valor recuperável de seu Imposto de Renda Diferido Ativo em 2020. Dessa maneira, os ativos de longo prazo relevantes se concentram no seu imobilizado (ativo fixo), o qual vem sendo depreciado e para o qual a Companhia fez uma análise de valor de realização de parcela significativa desses bens (valor de mercado dos bens menos os custos para venda desses ativos) com empresa especializada no exercício de 2019 e não identificou necessidade de ajustes ao valor recuperável dos mesmos. Entendemos que as premissas e base de análise desse estudo efetuado por terceiros, continuam válidas para 31 de dezembro de 2021. (ii) Valor justo de outros ativos e passivos: no atual momento os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia. Os tais efeitos continuam incertos, entretanto, a Companhia, nesse momento, não identificou impactos significativos na liquidez e na posição financeira da Companhia, e manterá o acompanhamento dos desdobramentos da crise para divulgar tempestivamente qualquer alteração significativa no valor justo dos ativos e passivos nos períodos subsequentes. (iii) Contas a Receber: a Companhia conta com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. Essa análise se mostra eficiente nesse cenário, mantendo os níveis de títulos. A Companhia vem negociando com alguns clientes sem impactos significativos no caixa. Os acordos estão sendo cumpridos, não havendo necessidade de "impairment" além dos montantes já reconhecidos pela Companhia. Medidas de proteção aos colaboradores e terceirizados: Mesmo com os números de contaminação da COVID19 apresentando um resultado positivo, a Companhia continua adotando rigorosos e atualizados procedimentos de saúde em todas as suas unidades. Tais procedimentos de saúde visam à proteção e prevenção de seus colaboradores, clientes, fornecedores e comunidade, tudo de acordo com as recomendações e determinações das autoridades sanitárias. Com o suporte de uma comissão especialmente designada para tratar destas questões, além do Comitê de Crise da Companhia, continuamos acompanhando a evolução da Covid-19, implementando e monitorando diversas medidas: (i) manutenção da Comissão da Gestão da Covid-19 e Comitê de Crise para garantir respostas rápidas às novas informações; (ii) reforço na comunicação com produção de comunicados, faixas e banners com dicas de prevenção, orientações para equilibrar a saúde mental/emocional e o isolamento social e outras informações; (iii) manutenção de home office para todos os colaboradores das áreas administrativas; (iv) adaptações de áreas comuns e de grande circulação como refeitório e área de lazer nas três unidades; (v) aplicação de testes da Covid-19 aos empregados que apresentaram algum sintoma. (vi) reforço na comunicação através do serviço de saúde da Companhia para orientação e conscientização sobre a Covid -19 e vacinação. Entidades do grupo - "Controladas" - A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

continua

Controladas	2021	2020
CDPC-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda		
Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.	100,00%	99,99%
Caraíba Incorporated Ltd. (*)		
Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005.	100,00%	100,00%
Paraibuna Agropecuária Ltda. (*)		
Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris e reflorestamentos.	99,98%	99,98%
Paranapanema Netherlands B.V. (*)		
Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014	100,00%	100,00%

02. BASE DE PREPARAÇÃO

A) Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras. A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2022. ***B)*** Bases de mensuração: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Estoques de metais objeto de *hedge* e mensurados pelo valor justo em reais por meio do resultado; • Terrenos, edificações e máquinas foram ajustados ao custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para IFRS/CPC. ***C)*** Moeda funcional e moeda de apresentação: Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***D)*** Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***E)*** Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis críticas: As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 08 - Impostos e contribuições a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS e homologação de parte dos créditos do PIS e da COFINS; • Nota 12 - Imobilizado e intangível: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil; • Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota 28 - Instrumentos Financeiros: valor justo dos derivativos. ***F)*** Mudanças Climáticas: A Sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Paranapanema S.A. e sempre esteve presente na cultura da Companhia. O aprimoramento constante do modelo de Gestão da Sustentabilidade, fundamentado nos pilares "ESG" - Ambiental, Social e Governança, está correlacionado aos temas estratégicos da Companhia e atrelado à visão de mercado, norteando as ações no dia a dia das operações, para crescimento da Companhia e de toda cadeia produtiva. As mudanças climáticas geram a demanda por tecnologias e fontes de energia limpas. Desta forma, o consumo de cobre e suas ligas é ampliado. Em contrapartida, as mudanças climáticas podem afetar a Companhia de formas diversas, notadamente, impactos na cadeia de suprimentos, qualidade de insumos e matérias-primas para a produção do cobre, bem como, impactar na disponibilidade de recursos hídricos e consumo de água. Neste sentido, como medidas de contenção, em suas unidades industriais, a Paranapanema conta com sistemas de tratamento de efluentes e de reutilização de água no processo produtivo e possui a estratégia de ampliar o uso de cobre reciclado, bem como suas ligas, em suas operações. Tendo como base as mudanças climáticas e seus impactos, a Companhia em sua matriz de materialidade para ações de sustentabilidade, busca compreender com os stakeholders os principais pontos de impactos, riscos e oportunidades relacionados a este tema, considerando: emissões e efluentes, resíduos, água e energia a fim de reduzir os possíveis impactos ambientais das operações da Companhia.

03. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (nota 28.4). ***A)*** Estoques de metal: Os valores justos dos metais contidos dentro do estoque são marcados a mercado pelos preços em dólares dos respectivos metais na curva futura da *London Metal Exchange* ("LME") e *London Bullion Market Association* ("LBMA"). As variações dos preços futuros são refletidas no estoque em cada fase de produção considerando o prazo estimado que esse estoque será vendido. ***B)*** Outros passivos financeiros não derivativos: Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

04. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. ***A)*** Base de consolidação - ***i.*** Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ***ii.*** Investimentos em entidades Contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades Contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. ***iii.*** Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Somente a empresa controlada CDPC-Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. está ativa. A empresa Paranapanema Netherland B.V. teve operações de revenda no período de abril a outubro de 2019 e as demais empresas controladas estão inativas e os saldos são irrelevantes nas demonstrações financeiras. ***B)*** Moeda estrangeira - ***i.*** Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: • Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes; ou • Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes. ***ii.*** Operações no Exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. ***C)*** Instrumentos financeiros - C.1) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os ativos financeiros ao custo amortizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. i. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos pela Companhia com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ativos. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos. ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente: São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Compreende o saldo das rubricas de instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos. C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis: As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. i. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata ou em data inferior a 90 dias e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo. ii. Aplicações Financeiras: Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado. iii. Contas a receber e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD): O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. C.2) Passivos financeiros não derivativos: A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar. Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo Contabilidade de *hedge*: A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das commodities (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se: • as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; • o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o hedge é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos continuam sendo mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo. C.3.1) Hedges de fluxos de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de Contabilização de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a Contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. C.3.2) Derivativos embutidos separáveis: Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado. C.3.3) Hedges de Valor Justo: Quando o derivativo é designado como um instrumento de hedge para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado e pode ser alocada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de *hedge* dependendo de sua natureza operacional ou financeira. A porção inefetiva da variação do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos negociadas em bolsas ativas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo. A marcação a mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Companhia. C.3.4) Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a Contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. C.4) Capital social - C.4.1) Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando à Companhia não tiver prejuízos acumulados. C.4.2) Debêntures conversíveis em ações: São Debêntures que, conforme estabelecido na escritura de emissão, são mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, representados de parcela de empréstimo contraído pela emitente com o investidor garantidos pelo ativo da Companhia visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"). ***D)*** Ativos Mantidos para Venda: Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo. Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. ***E)*** Benefícios a empregados - ***i.*** Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***ii.*** Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. ***iii.*** Outros benefícios de longo prazo a empregados: A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período. ***iv.*** Benefícios de término de vínculo empregatício: Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes. ***F)*** Imobilizado - Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. ***G)*** Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***H)*** Depreciação e amortização: Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados respectivamente a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Edificações	25 a 50 anos
• Máquinas e equipamentos	3-30 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos
• Software	5 anos.

I) Ativos intangíveis - ***i.*** Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ***ii.*** Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***iii.*** Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***iv.*** Amortização: Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado. ***J)*** Estoques: Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Ao final de cada mês, a porção do custo referente ao preço do metal é ajustada pelo ganho ou perda nos *hedges* de valor justo, aproximando o custo do metal no estoque ao valor da LME média do mês de apuração. Pela política de riscos da Companhia, o estoque está próximo do valor de mercado e por isso não existem indícios de necessidade de sua redução ao valor recuperável (impairment). Ociosidade: O custo referente à capacidade instalada é transferido às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais. A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, o custo referente a essa ociosidade em excesso é levado diretamente nos resultados do período da ociosidade, não se admitindo a sua transferência para estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação. ***K)*** Redução ao valor recuperável (Impairment) - K.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos Contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável. K.2) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. K.3) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***L)*** Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos: Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Gerais e Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". ***M)*** Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são Contabilizados no resultado como despesa financeira. ***N)*** Receita operacional: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida baseada no modelo de cinco etapas da norma do IFRS 15: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. As obrigações de desempenho de venda e o frete da entrega dos produtos prometidos aos clientes se satisfazem simultaneamente, não caracterizando entrega distintas, sendo que o cliente não pode se beneficiar do bem ou serviço isoladamente. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência do controle varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. ***O)*** Subvenção e assistência governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como "receitas líquidas de vendas" em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "receitas líquidas de vendas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas. A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. Instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001 regulamentado pelo Decreto nº 8.205/2002, o incentivo tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. Este benefício se aplica apenas para as vendas no mercado interno. ***P)*** Receitas (despesas) financeiras: Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. Variação Cambial: Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida Contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem. ***Q)*** Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado que reconheceu o direito ao não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), não tendo sido objeto de Ação Rescisória pela Fazenda Nacional, portanto, válida até os dias atuais. A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i. Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ii. Imposto diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas controladas. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: • O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a Contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; • Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e • O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas são revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. ***R)*** Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. ***S)*** Lucro ou prejuízo por ação: A Companhia apura o saldo de lucro ou prejuízo por ação com base na atribuição do resultado do exercício das ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o exercício. ***T)*** Novas normas e interpretações adotadas pelo Grupo: A seguinte alteração de norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021: a) Reforma da taxa de juros de referência CPC 38/IAS 39 - CPC 40(R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 Fase 2.: • mudanças nos fluxos de caixa contratuais: as entidades não precisarão desreconhecer o valor contábil de ativos financeiros ou passivos financeiros para mudanças exigidas pela reforma; • requisitos de hedge accounting: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge accounting, e • divulgações: As entidades relatoras serão obrigadas a fazer divulgações adicionais sobre novos riscos decorrentes da reforma do IBOR e como administram esses riscos. Há também requisitos de divulgação para a transição de IBORs para benchmark alternativo cotações. ***U)*** Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. ***a)*** Alterações na Estrutura Conceitual: O IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros. (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022) As principais mudanças foram: • aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros; • restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade; • definição de entidade; • revisão das definições de ativo e passivo; • remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento; • inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e • afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras. ***b)*** Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada) Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. ***c)*** CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada): As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos. ***d)*** Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada): No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de Contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a Contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados. Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/ CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

05. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos		**17.327**	106.752	**28.747**	108.360
Aplicações financeiras	(a)	**9.265**	30.401	**11.368**	30.401
Caixa e equivalentes de caixa		**26.592**	137.153	**40.115**	138.761
Aplicações financeiras	(b)	**20.653**	42.892	**20.653**	42.892
Aplicações financeiras		**20.653**	42.892	**20.653**	42.892
Ativo circulante		**16.332**	29.433	**16.332**	29.433
Ativo não-circulante		**4.321**	13.459	**4.321**	13.459

A Companhia, segundo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, de acordo com rating divulgado pelas principais agências de risco. a) Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa: Referem-se a certificados de depósitos bancários e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. b) Aplicações Financeiras: Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. O saldo, no consolidado, em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$20.402 (R$42.892 em 31 de dezembro de 2020), estava em garantia para operação de compra de energia no mercado livre, fiança bancária e operações de chamada de margem.

06. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Clientes no país:					
Terceiros		**100.244**	165.792	**101.356**	166.902
Partes Relacionadas	11.2	**81**	67	-	-
Perda estimada do valor recuperável		**(51.133)**	(52.039)	**(52.244)**	(53.149)
		49.192	113.820	**49.112**	113.753
Clientes no exterior:					
Terceiros		**52.883**	202.165	**52.883**	202.165
Ajuste de preço		**10.334**	28.240	**10.334**	28.240
Perda estimada do valor recuperável		**(3.334)**	(2.536)	**(3.334)**	(2.536)
		59.883	227.869	**59.883**	227.869
Ativo circulante		**109.075**	341.689	**108.995**	341.622

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

		Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
A vencer há mais de 120 dias		**2.196**	1.088	**2.196**	1.088
A vencer de 91 a 120 dias		**1.587**	4.261	**1.587**	4.261
A vencer de 61 a 90 dias		**19.059**	7.330	**19.059**	7.330
A vencer de 31 a 60 dias		**19.207**	44.231	**19.207**	44.231
A vencer até 30 dias		**55.438**	252.085	**55.358**	252.054
Total a vencer		**97.487**	308.995	**97.407**	308.964
Vencidas até 30 dias		**693**	4.361	**693**	4.325
Vencidas de 31 a 60 dias		**152**	94	**152**	94
Vencidas de 61 a 90 dias		**352**	-	**352**	-
Vencidas há mais de 90 dias		**57**	-	**57**	-
Total vencidas		**1.254**	4.455	**1.254**	4.419
		98.741	313.450	**98.661**	313.383
Ajuste de preço	(a)	**10.334**	28.239	**10.334**	28.239
		109.075	341.689	**108.995**	341.622

a) O Ajuste de preço se refere a instrumentos financeiros derivativos contratados nas vendas de lama anódica e revert (material recuperado dentro do processo metalúrgico que são reprocessados), para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e preço das commodities. A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento da venda performada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas. Em conformidade com o IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (impairment) dos ativos financeiros. O total de títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021, no consolidado, representa 1,2% do total a receber (1,3% em 31 de dezembro de 2020). A constituição do saldo de perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2021, considera a somatória da perda esperada, onde é aplicado um percentual de perda de acordo com score do cliente (pontualidade x restrições), mais a totalidade dos títulos com atraso superior a 90 (noventa) dias. A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	(54.575)	(58.524)	(55.685)	(59.926)
Reversões de perdas estimadas no período	-	5.322	-	5.346
Provisões de perdas estimadas no período	**108**	(746)	**107**	(531)
Saldo final	**(54.467)**	(53.948)	**(55.578)**	(55.111)

Contas a Receber Oferecidos em Garantia: A Companhia celebrou em 14 de dezembro de 2020, instrumento particular de cessão de direitos creditórios de contas a receber com o Banco Safra, para garantir o pagamento de operação de NCE (Nota de Crédito de Exportação). O valor oferecido é de R$32.325 em 31 de dezembro de 2021, que representa 110% do valor do contrato.

07. ESTOQUES

	Controladora/Consolidado 2021	Controladora/Consolidado 2020
Matérias-primas	**272.835**	330.162
Produtos em processo	**192.920**	373.239
Produtos acabados	**158.679**	226.095
Importações em andamento	**309**	62.205
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	**1.433**	1.419
Materiais de manutenção e outros	**84.641**	79.162
Materiais para revenda	**6.383**	27.163
Matéria prima em trânsito	**3.121**	3.036
Perda estimada do valor recuperável	**(3.842)**	(5.555)
Ativo circulante	**716.479**	1.096.926

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de Contabilidade de hedge de estoques (vide Nota 28.6.3), as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela disponibilidade de instrumentos de hedge cambial marcados a mercado pela taxa de câmbio do fechamento do mês, dentro do programa de Contabilidade de *hedge* de valor justo do estoque. O saldo da perda estimada no montante de R$3.842 em 31 de dezembro de 2021(R$5.555 em 31 de dezembro de 2020), foi constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos na data de 31 de dezembro de 2021. A Companhia ofereceu 255 toneladas de vergalhão de cobre eletrolítico em garantia de processo fiscal que, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R$14.721 (R$10.286 em 31 de dezembro de 2020). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente. A Companhia ofereceu também 75 toneladas de ânodo de cobre em garantia de acordo comercial, até março de 2022. A Companhia ofereceu em 31 de dezembro de 2021, o equivalente a R$ 100.026 em garantia da cessão de crédito do contas a receber conforme nota explicativa 16, sendo R$62.204 do estoque rotativo da planta de Utinga e R$37.822 de itens do almoxarifado.

08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Controladora	Notas	2021 Ativo circulante	2021 Ativo não circulante	2020 Ativo circulante	2020 Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	**55.655**	**410.187**	25.121	494.542
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	**12.083**	**89.054**	5.454	107.368
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	**57.972**	**40.000**	37.388	83.800
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		**7.076**	**4.753**	11.830	7.964
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	**1.293**	**10.277**	1.248	10.277
Reintegra	(d)	**1.765**	**16.967**	1.322	-
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	**18.466**	-	937	-
Programa de integração social-PIS	(e)	**6.755**	-	203	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		**647**	-	394	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		**2.127**	-	1.412	-
Perda estimada do valor recuperável	(f)	-	**(10.277)**	-	(10.277)
Outros		**2.284**	-	196	-
		166.123	**560.961**	85.505	693.674

Consolidado	Notas	2021 Ativo circulante	2021 Ativo não circulante	2020 Ativo circulante	2020 Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	**55.655**	**456.533**	25.121	494.542
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	**12.083**	**99.116**	5.454	107.368
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	**57.972**	**40.000**	37.388	83.800
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		**7.076**	**4.753**	11.830	7.964
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	**3.181**	**10.277**	2.720	10.277
Reintegra	(d)	**1.765**	**16.967**	1.322	-
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	**18.464**	-	949	-
Programa de integração social-PIS	(e)	**6.756**	-	206	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		**690**	-	415	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		**2.127**	-	1.412	-
Imposto de renda e contrib. social antecipados		**62**	-	365	-
Perda estimada do valor recuperável	(f)	-	**(10.277)**	-	(10.277)
Outros		**2.287**	-	197	-
		168.118	**617.369**	87.379	693.674

A Administração estima que a projeção dos resultados tributáveis futuros indica que a Companhia e suas controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários, classificados no ativo não circulante, no prazo de até 6 (seis) anos. Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis. a) Decorre de valores objeto de decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo o trânsito em julgado de tais ações judiciais ocorridas em 28 de fevereiro de 2019, 25 de abril de 2019 e 17 de dezembro de 2019. De acordo com o CPC 00 (R1), que trata da "Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro" (Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis), um item deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro ocorra, o qual deve ter valor que possa ser mensurado com confiabilidade, ou seja, de forma completa, neutra e livre de erro. Em 2019, a Companhia contratou uma consultoria especializada com a finalidade de apoiar na análise e quantificação dos valores envolvidos. Esta análise levou a Companhia a apurar um valor total de R$724.493. Em 13 de maio de 2021, o STF decidiu sobre a exclusão do ICMS destacado em nota fiscal na base de cálculo do PIS e da COFINS e modulou os efeitos a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Com essa decisão, a Controlada CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. reconheceu no segundo trimestre o montante de R$56.408. b) Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP, demonstrado pelo seu valor de realização. A Companhia vem reduzindo o valor do crédito ao longo dos últimos trimestres. c) Refere-se ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a Companhia já efetuou o pedido de restituição através de processo judicial e aguarda decisão para compensar ou restituir o valor. O total de R$10.277, classificado no ativo não circulante, está provisionado como perda em decorrência da realização não ser praticamente certa, conforme item (f). d) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da Lei nº 13.043/2014, regulamentado pelo Decreto nº 8.415/2015, alterado pelo Decreto nº 9.393/2018. O saldo de R$16.967 no longo prazo se refere a reabertura de créditos do período de apuração do 2º e 3º de 2018. e) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade. f) Constituição de provisão para perda de impostos de renda a restituir referente a diversos processos no montante de R$10.277 (item "c"). Os assessores jurídicos da Companhia classificaram como remoto para fins de obtenção de êxito nos pleitos.

09. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

09.1 - Outros ativos circulantes e não circulantes

Controladora	Nota	2021 Ativo circulante	2021 Ativo não circulante	2020 Ativo circulante	2020 Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	**63.829**	-	88.477
Precatórios federais	(a)	-	**5.366**	-	6.258
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(b)	**1.588**	-	1.834	-
Depósitos chamada de margem	(c)	**13.978**	-	100.058	-
Adiantamentos a fornecedores	(d)	**4.642**	-	3.096	-
Adiantamento para Futuro aumento de Capital		-	-	-	260
Adiantamentos a funcionários		**1.919**	-	1.975	-
Valor a receber alienação Cibrafértil		-	**1.001**	-	1.001
Desapropriação		-	**931**	-	931
Outras operações		**131**	**351**	13	625
Perda estimada do valor recuperável	(e)	-	**(3.991)**	-	-
		22.258	**67.487**	106.976	97.552

Consolidado	Nota	2021 Ativo circulante	2021 Ativo não circulante	2020 Ativo circulante	2020 Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	**63.829**	-	88.477
Precatórios federais	(a)	-	**5.366**	-	6.258
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(b)	**1.617**	-	1.862	-
Depósitos chamada de margem	(c)	**13.978**	-	100.058	-
Adiantamentos a fornecedores	(d)	**4.642**	-	3.174	-
Adiantamentos a funcionários		**1.919**	-	1.975	-
Valor a receber alienação Cibrafértil		-	**1.001**	-	1.001
Desapropriação		-	**931**	-	931
Outras operações		**130**	**949**	13	625
Perda estimada do valor recuperável	(e)	-	**(3.991)**	-	-
		22.286	**68.085**	107.082	97.292

a) Refere-se a diversos precatórios contra os Municípios de São Paulo, Santo André e Manaus, bem como precatórios e créditos em face da União Federal a serem recebidos a partir de 2022. Durante o ano de 2021 a Companhia recebeu o total de R$24.648 referente ao pagamento de um dos Precatórios da Prefeitura de Manaus (2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus/AM). A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal precatórios municipais, que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R$43.666 (31 de dezembro de 2020 R$55.191). Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente. b) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia, conforme critérios descritos na Nota 31. No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras. c) A linha "Depósitos chamada de margem" refere-se a valores que são depositados junto a Brokers de Metal para cobrir a exposição da Companhia assim que os limites estabelecidos são ultrapassados. A Companhia possui limite para operar junto a diversos Brokers e, em decorrência dos

continua

continuação

PARANAPANEMA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

volumes contratados e das variações das commodities (cobre / zinco / estanho / chumbo) de acordo com o preço divulgado pela LME (*London Metal Exchange*), este limite pode ser ultrapassado; quando essa situação é verificada, ocorre a chamada de margem. A redução ocorreu porque houve diminuição da necessidade de contratação de hedge de metal. d) Refere-se a adiantamentos a fornecedores diversos a serem utilizados na liquidação de notas fiscais. e) Constituição de provisão de perda estimada de valor recuperável referente a precatórios municipais.

09.2 Depósitos de demandas judicias

	Controladora/Consolidado 2021	2020
Trabalhista	**9.349**	9.672
Tributário	**25.433**	23.341
Previdenciário	**1.073**	1.046
Cível	**827**	827
Outros	**589**	569
Ativo não circulante	**37.271**	35.455

Depósitos judiciais efetuados para garantia judicial em processos trabalhistas, tributários, previdenciários e cíveis, os quais permanecerão em conta à disposição do juízo. Caso haja alguma determinação pelo levantamento dos depósitos, como por exemplo, em razão da substituição da garantia, estes valores poderão ser levantados antes do término dos processos. Os depósitos judiciais relacionados aos riscos prováveis são apresentados como redutores das contingências provisionadas conforme Nota 19.1.

10. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R$97.553 em 31 de dezembro de 2021 (R$112.094 em 31 de dezembro de 2020), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e provisão de perdas, os quais são inferiores aos valores esperados de realização que de acordo com laudo de avaliação elaborado em 2019 com o valor justo de R$359.660, não tendo alteração relevante até o momento. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. A Companhia está buscando a monetização dos bens com a contratação de serviços especializados de avaliação de mercado dos imóveis citados e negociações com interessados nestes imóveis, sendo pautado pelos respectivos valores das avaliações de mercado." Garantias: A Companhia ofereceu imóveis não operacionais no valor contábil total de R$91.638, em garantia de processos junto a instituições financeiras e penhoras judiciais conforme quadro abaixo:

Garantia	Imóvel	Valor Contábil	Valor Justo
Hipoteca - BNB	Capuava	67.000	152.887
Ação CSLL	Guarujá	9.860	135.054
Ação CSLL	Camaçari	7.460	37.941
Acordo Global	Serra da Cantareira	266	1.541
Acordo Global	Diadema	2.538	6.917
Acordo Global	Santa Cruz de Cabralia	1.617	1.617
Acordo Global	Camaçari	2.897	13.626
Total Garantia		**91.638**	**349.583**

Havendo comercialização dos imóveis, a Companhia deverá substituir os bens dados em garantia e caso ocorra decisão desfavorável nas operações, os valores serão pagos em moeda corrente.

11. INVESTIMENTOS, PARTES RELACIONADAS E OUTROS

11.1 Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CINC - Caraiba International	Paraibuna Agropec. Ltda.	Total
Informações financeiras resumidas					
Ativo circulante	13.342	724	1.480	-	**15.546**
Ativo não circulante	56.408	-	-	598	**57.006**
Total do ativo	**69.750**	**724**	**1.480**	**598**	**72.552**
Passivo circulante	411	-	-	-	**411**
Passivo não circulante	11.824	-	-	-	**11.824**
Patrimônio liquido	57.515	724	1.480	598	**60.317**
Total do passivo e do patrimônio liquido	**69.750**	**724**	**1.480**	**598**	**72.552**
Despesas/Receitas Operacionais	50.152	(649)	(158)	-	**49.345**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**50.152**	**(649)**	**(158)**	-	**49.345**
Resultado Financeiro	6.233	1.578	(20)	-	**7.791**
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**56.385**	**929**	**(178)**	-	**57.136**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(11.824)	(3)	-	-	**(11.827)**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**44.561**	**926**	**(178)**	-	**45.309**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**12.954**	**(260)**	**1.544**	**598**	**14.836**
Ativo não-circulante	12.954	-	1.544	598	**15.096**
Passivo não circulante	-	(260)	-	-	**(260)**
Provisão PL negativo	-	(431)	-	-	**(431)**
Variação cambial de investimento no exterior	-	58	114	-	**172**
Equivalência patrimonial	44.561	1.357	(178)	-	**45.740**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**57.515**	**724**	**1.480**	**598**	**60.317**
Ativo não-circulante	57.515	724	1.480	598	**60.317**

11.2 Saldos e transações da empresa controladora com controladas e outras partes relacionadas - a) Controladas

CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	2021	2020
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes	81	67
	81	67
Passivo circulante		
Outros passivos circulantes	-	11.374
	-	11.374
Resultado		
Vendas de mercadorias e serviços	-	128.618
Compras de mercadorias e serviços	-	(14.266)
	-	114.352

Paranapanema Netherland B.V.	2021	2020
Ativo circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	260

b) Outras partes relacionadas

Caixa Econômica Federal	2021	2020
Passivo circulante		
Empréstimos e Financiamentos	336.312	306.048

11.3 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros: A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas. a) Caixa Econômica Federal: Linhas de crédito, no montante de até R$370.000, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), acionista com participação equivalente a 16,18% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), com a Caixa Econômica Federal no montante de R$336.312 (US$60.266 mil a taxa de 5,5805); R$306.048 em 31 de dezembro de 2020 (US$58.892 mil a taxa de 5,1967). b) CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.: Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDPC, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes. A Controladora e a controlada tem contrato de prestação de serviço na gestão de recursos de caixa, gestão de recebíveis e de contas a pagar, entre outras atividades correlatas. Esse contrato não transfere a titularidade dos recursos. 11.4 Honorários da Administração e do Conselho Fiscal: A Companhia considerou como "Pessoal Chave da Administração", conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

	Nota	2021 Diretoria Estatutária	2021 Conselho de Administração	2021 Conselho Fiscal	2021 Total	2020 Diretoria Estatutária	2020 Conselho de Administração	2020 Conselho Fiscal	2020 Total
Salário ou pró-labore		**2.617**	**1.913**	**463**	**4.993**	**2.632**	**1.934**	**403**	**4.969**
Benefícios		**569**	-	-	**569**	**524**	-	-	**524**
Encargos sociais		**524**	**383**	**93**	**1.000**	**526**	**387**	**81**	**994**
Remuneração fixa		**3.710**	**2.296**	**556**	**6.562**	**3.682**	**2.321**	**484**	**6.487**
Benefício pós emprego		**9**	-	-	**9**	**39**	-	-	**39**
Outros		**225**	-	-	**225**	**252**	-	-	**252**
Outras Remunerações		**234**	-	-	**234**	**291**	-	-	**291**
Honorários da administração		**3.944**	**2.296**	**556**	**6.796**	**3.973**	**2.321**	**484**	**6.778**
Bônus (ICP)	32	**2.107**	-	-	**2.107**	**1.570**	-	-	**1.570**
Encargos sociais		**420**	-	-	**420**	**314**	-	-	**314**
Remuneração Variável	32	**2.527**	-	-	**2.527**	**1.884**	-	-	**1.884**
Valor Total da remuneração		**6.471**	**2.296**	**556**	**9.323**	**5.857**	**2.321**	**484**	**8.662**

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora

	Taxa média de depreciação	2020	Adições	Baixas	Transferências	Provisão de perdas	Depreciação Amortização	Transf. para Ativo não circulante	2021
IMOBILIZADO									
Terrenos		119.685	-	-	-	-	-	-	119.685
Aterro Industrial	25%	6.511	-	-	-	-	(5.418)	-	1.093
Benfeitorias	5%	511	-	-	360	-	(187)	-	684
Edificações	3%	197.533	-	-	2.155	-	(11.561)	-	188.127
Instalações	16%	31.546	-	-	63	-	(3.277)	-	28.332
Máquinas e equipamentos	9%	663.236	-	(91)	14.545	-	(120.118)	-	557.572
Movéis e Utensílios	8%	55.149	-	(6)	6.019	-	(7.307)	-	53.855
Veículos	20%	84	-	-	-	-	(46)	-	38
Imobilizado em andamento		106.228	90.475	(8.038)	(23.439)	-	-	-	165.226
Peças Sobressalentes		9.120	663	-	-	89	-	-	9.872
Total Imobilizado		1.189.603	**91.138**	**(8.135)**	**(297)**	**89**	**(147.914)**	-	**1.124.484**
INTANGÍVEL									
ERP/Softwares	20%	7.573	-	-	297	-	(1.751)	-	6.119
Total Intangível		7.573	-	-	**297**	-	**(1.751)**	-	**6.119**

Consolidado

	Taxa média de depreciação	2020	Adições	Baixas	Transferências	Provisão de perdas	Depreciação Amortização	Transf. para Ativo não circulante	2021
IMOBILIZADO									
Terrenos		120.283	-	-	-	-	-	(598)	119.685
Aterro Industrial	25%	6.511	-	-	-	-	(5.418)	-	1.093
Benfeitorias	5%	511	-	-	360	-	(187)	-	684
Edificações	3%	197.533	-	-	2.155	-	(11.561)	-	188.127
Instalações	16%	31.546	-	-	63	-	(3.277)	-	28.332
Máquinas e equipamentos	9%	663.236	-	(91)	14.545	-	(120.118)	-	557.572
Movéis e Utensílios	8%	55.149	-	(6)	6.019	-	(7.307)	-	53.855
Veículos	20%	84	-	-	-	-	(46)	-	38
Imobilizado em andamento		106.228	90.475	(8.038)	(23.439)	-	-	-	165.226
Peças Sobressalentes		9.120	663	-	-	89	-	-	9.872
Total Imobilizado		1.190.201	**91.138**	**(8.135)**	**(297)**	**89**	**(147.914)**	**(598)**	**1.124.484**
INTANGÍVEL									
ERP/Softwares	20%	7.573	-	-	297	-	(1.751)	-	6.119
Total Intangível		7.573	-	-	**297**	-	**(1.751)**	-	**6.119**

O montante no consolidado de R$147.914 no imobilizado referente à depreciação e R$1.751 no intangível referente à amortização, totalizando R$149.665, refere-se a:

	Consolidado 2021	2020
Areas Industriais	**146.484**	154.884
Areas comerciais	**1.681**	3.357
Areas gerais e administrativas	**1.500**	4.242
Total de depreciação e amortização	**149.665**	162.483

12.1. Imobilizado em andamento: Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de imobilizações em andamento no consolidado, era de R$165.226 (R$106.228 em 31 de dezembro de 2020), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução. Os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa. 12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (impairment): Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou inventário físico de seus ativos imobilizados e emitiu laudo de avaliação no 3º trimestre de 2019. Após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. 12.3. Imobilizado oferecido em garantia: A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção e garantia de empréstimos no processo de reperfilamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R$545.229 (R$591.291 em 31 de dezembro de 2020), de valor contábil do imobilizado, e R$1.289.845, de valor justo obtido através de laudo de avaliação elaborado em 2019, não tendo alteração relevante até o momento:

Garantias de Processos	Valor Contábil	Valor Justo
Trabalhista	8.394	16.254
Tributária	25.894	73.128
Penhor suspensivo - CSLL	42.331	48.899
Total Geral	**76.619**	**138.281**
Garantia de Empréstimos	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
FNE	199.352	292.271
Sub-total (anterior a reestruturação)	**199.352**	**292.271**
Hipoteca no closing	118.793	203.562
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila	90.244	510.418
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga	59.809	144.700
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Serra	412	613
Sub-total (Hipotecados/Penhorados reperfilamento)	**269.258**	**859.293**
Total Garantia de Empréstimos	**468.610**	**1.151.564**
Total Garantia	**545.229**	**1.289.845**

13. FORNECEDORES

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Mercadorias	**65.225**	75.922	**65.225**	75.922
Fretes e transportes	**6.695**	7.948	**6.695**	7.948
Serviços	**28.152**	33.882	**28.152**	33.882
Energia elétrica/água e esgoto/gás	**5.801**	8.131	**5.801**	8.131
Seguros	**937**	89	**937**	89
Outros	**151**	3.955	**151**	3.955
Fornecedores nacionais	**106.961**	129.927	**106.961**	129.927
Mercadorias	**29.987**	335.387	**29.987**	335.387
Fornecedores exterior	**29.987**	335.387	**29.987**	335.387
Total de fornecedores	**136.948**	465.314	**136.948**	465.314
Passivo circulante	**135.001**	462.394	**135.001**	462.394
Passivo não-circulante	**1.947**	2.920	**1.947**	2.920

14. OPERAÇÕES COM "FORFAITING" E CARTAS DE CRÉDITO

Corresponde à contratos firmados de compra de concentrado de cobre com fornecedores que utilizam bancos para operações denominadas "forfaiting" e cartas de credito. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras permite aos fornecedores alongar prazos de pagamentos para seus clientes e, ao mesmo tempo, antecipar o recebimento de suas vendas a prazo, contribuindo para a melhoria de seus fluxos de caixa operacionais. Considerando as características de tais transações e cientes da forma como nossos fornecedores estão financiando suas operações, os montantes referentes a estas transações estão sendo apresentados em rubrica especifica ajustados a valor presente e os encargos apropriados na linha de despesa financeiras. Os prazos e condições estão apresentados abaixo:

	Taxa de juros	Prazo	Controladora/Consolidado 2021 R$	2020 R$
Forfaiting - Fornecedores nacional	1,37% a 2,16% a a	**até 120 dias**	169.863	228.995
			169.863	**228.995**

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a movimentação dos contratos de arrendamento no período:

Consolidado

Contrato	Vigência até	Taxa a.m.	Ativo não circulante 2020	Adições / Baixas	Amortiz. direito de uso	2021	Passivo 2020	Adições / Baixas	Pgtos	2021
Locação de Gerador	04/2021	0,92%	127	-	(127)	-	142	(7)	(135)	-
Locação de Equipamento Movimentação Sucata	05/2021	0,92%	54	(2)	(52)	-	57	(4)	(53)	-
Locação de Equiptos p/ movimentacao Interna	10/2022	1,03%	6.276	6.629	(7.166)	5.739	6.757	6.857	(7.483)	6.131
Locação de Torre de Iluminação	12/2021	0,47%	51	(5)	(46)	-	53	(5)	(48)	-
Locação de Empilhadeiras-BA	01/2022	0,47%	-	1.034	(948)	86	-	1.066	(977)	89
Locação de Impressora Ploter - BA	01/2022	0,47%	25	(21)	(4)	-	26	(22)	(4)	-
Locação de Equipamentos de Informatica	08/2022	0,92%	945	-	(541)	404	1.061	(106)	(531)	424
Locação de Impressora Ploter - BA	09/2022	0,52%	61	(4)	(33)	24	66	(6)	(34)	26
Locação de Empilhadeiras Mastro Trilho-Cd	10/2022	0,47%	130	(12)	(69)	49	138	(13)	(73)	52
Locação de Caminhão Truck	01/2023	0,47%	181	(16)	(76)	89	192	(17)	(81)	94
Locação de Plataformas Elevatórias	09/2023	0,47%	272	(272)	-	-	276	(276)	-	-
Locação de Empilhadeiras-SP	05/2023	0,45%	3.391	(241)	(1.314)	1.836	3.675	(316)	(1.404)	1.955
Locação de Empilhadeiras-ES	08/2023	0,47%	67	18	(31)	54	86	7	(35)	58
Locação de Rádios De Comunicação - BA	11/2023	0,47%	993	2	(341)	654	1.082	-	(371)	711
Locação de Galpão De Sucata 2020-2023	12/2023	0,47%	457	-	(152)	305	498	-	(166)	332
Locação de Veiculos Operacionais - BA	01/2024	0,65%	223	22	(77)	168	261	14	(88)	187
Locação de Plotter	04/2022	0,47%	-	34	(23)	11	-	35	(23)	12
Locação Radio Movel	06/2024	0,47%	-	139	(23)	116	-	151	(25)	126
Locação Equiptos Movimentação Sucata	04/2023	0,94%	-	330	(110)	220	-	370	(123)	247
Locação Eqto de Monitoramento - Utinga	09/2024	1,03%	-	582	(33)	549	-	697	(40)	657
Locação de Eqto de Segurança Eletronica-Capuava	10/2024	0,45%	550	72	(148)	474	642	413	(282)	773
Locação de Eqto de Segurança Eletronica - BA	04/2025	0,94%	779	77	(236)	620	848	(163)	(161)	524
			14.582	**8.366**	**(11.550)**	**11.398**	15.860	**8.675**	**(12.137)**	**12.398**
Ajuste a valor presente							(655)	**(155)**	-	**(810)**
Saldo de Passivo de arrendamento							15.205	**8.520**	**(12.137)**	**11.588**
Passivo circulante							9.416			**9.196**
Passivo não-circulante							5.789			**2.392**

A taxa de juros aplicada é a taxa incremental de empréstimos, calculada sobre custo médio ponderado de capital que a Companhia teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. O quadro abaixo demonstra o vencimento das prestações:

	Consolidado 2021
2022	9.749
2023	1.964
2024	608
2025	77
	12.398

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento:

Total	2022	2023	2024	2025
Passivo de Arrendamento	2.649	685	77	-
Fluxo com projeção de inflação	2.704	714	83	-
Direito de Uso	2.344	585	62	-
Fluxo com projeção de inflação	2.393	609	66	-
Despesa Financeira	665	110	34	2
Fluxo com projeção de inflação	679	115	36	2
Despesa de Depreciação	9.054	1.759	523	62
Fluxo com projeção de inflação	9.242	1.833	561	68
IPCA Futuro	2,08%	4,18%	7,22%	10,39%

O valor das isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, contratos de arrendamento cujo objeto seja de pequeno valor ou contratados sob demanda, totalizam no período R$11.394 no consolidado em 2021 (R$11.724 em 2020), classificados como aluguéis conforme Nota 23.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Desde março de 2020, a Companhia negociou com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do Acordo Global assinado em 2017) para alinhamento do perfil da dívida com a sua futura geração de caixa. Neste contexto, a Companhia contratou a consultoria especializada Moelis & Company Assessoria Financeira Ltda. para assessorá-la neste processo. Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou com seus principais credores, o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), renegociadas pela primeira vez em 2017, ficando assim repactuado o pagamento das dívidas financeiras no montante principal de US$479.151 até o final do ano de 2028, sendo que US$52.632 estão classificadas no passivo de curto prazo e US$426.519 no passivo de longo prazo. Nesse acordo as taxas de juros foram alteradas de Libor 12M + 1,75% a.a., para Libor 06M + 1% a.a., na modalidade de ACC e de Libor 12M + 3,25% a.a., para Libor 06M + 4% a.a. na modalidade de PPE/CCB, sendo que, a Term SOFR substituirá a Libor no caso de sua extinção, devidamente ajustada pelo índice de correção divulgado pela *Alternative Reference Rates Committee* - ARRC. A Companhia seguindo as orientações estabelecidas na IFRS 9 (CPC 48) "Instrumentos Financeiros" para determinar se houve modificações substanciais na renegociação da dívida, fez a análise dos testes qualitativos e quantitativos e identificou que, não houve mudança nos instrumentos e moedas contratadas, e o valor presente líquido dos fluxos de caixa sob os novos termos ficou dentro dos parâmetros estabelecidos pela norma, consequentemente não houve troca do instrumento de dívida mas se fez necessário o ajuste do valor contábil. Para ajustar o valor, a Companhia calculou o valor presente líquido dos fluxos de caixa dos novos contratos, com as novas taxas de juros e datas de pagamentos, descontados a taxa de juros efetiva da dívida antes da renegociação. Esse valor é comparado ao valor contábil anterior remanescente, e a diferença é reconhecida no resultado financeiro. O valor do ajuste em 31 de dezembro de 2021 foi de R$96.574. Segue abaixo as novas condições dos prazos de pagamentos da dívida.

	ACC	PPE/CCB
Pagamento do principal	Em 2022 25,0%	Em 2022 03,5%
	Em 2023 25,0%	Em 2023 03,0%
	Em 2024 25,0%	Em 2024 03,0%
	Em 2025 25,0%	Em 2025 03,0%
		Em 2026 06,0%
		Em 2027 28,5%
		Em 2028 53,0%
Juros remuneratórios em aberto na data da assinatura do acordo	No 1T22 Pagamento de 100%	No 1T22 Pagamento de 5% e 95% Capitalizados
Juros remuneratorios subsequentes	Pagamento do principal	Até dez/22 serão 50% Capitalizados e 50% pagos semestralmente, a partir de jan/23 Pagos semestralmente

Governança da Monetização dos Ativos : No decorrer das negociações, os credores identificaram que a Companhia é ou será titular de direitos creditórios de PIS, COFINS e ICMS; precatórios expedidos que se encontrem livre de ônus e gravames; créditos decorrentes de ações judicias já ajuizadas que se encontrem livres de ônus e gravames; outros direitos creditórios decorrentes de processos tributários administrativos, arbitrais e judiciais; equipamentos não operacionais e imóveis não operacionais detidos pelas Companhia, inclusive aqueles que são objeto dos Contratos de Garantia reais. Para monetização desses ativos as partes decidiram criar uma Governança da Monetização dos Ativos, a qual entra em vigor com a implementação da nova reestruturação e disciplina os termos e condições aplicáveis à alienação dos ativos, como a sistemática de avaliação dos ativos, assessores que auxiliarão o processo e a destinação integral dos recursos para a Nova Reestruturação, que será realizada com base em percentuais definidos. Custos de transação: Os custos de transação diretamente atribuíveis ao processo de reperfilamento das dívidas, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros, estão Contábilizados em conta redutora do passivo. Desde março de 2020 até a assinatura do Quarto Termo Aditivo em 29 de dezembro de 2021, a Companhia teve gastos totais de R$11.810. Segue abaixo o saldo dos empréstimos líquidos dos custos de transação no final de cada período:

		Controladora/Consolidado 2021 Passivo circulante	2021 Passivo não circulante	2020 Passivo circulante	2020 Passivo não circulante
Contratados em Moeda USD					
Financiamentos comércio exterior-ACC/ACE		**320.951**	**617.733**	976.215	-
Pré-pagamento de exportação -PPE		**95.141**	**1.891.798**	1.645.918	-
Cédula de crédito bancário		**4.669**	**117.692**	111.967	-
		420.761	**2.627.223**	2.734.100	-
Contratados em Moeda BRL					
Antecipação de Cessão de Credito	(a)	**147.083**	-	58.127	-
Fundo Const. de Financiamento do Nordeste - FNE		**12.311**	-	26.241	12.586
Confissão de dívida		-	**25.486**	-	-
Capital de giro		**10.891**	-	43.654	10.292
Nota de Crédito de Exportação - NCE		**30.766**	-	20.576	-
		201.051	**25.486**	148.598	22.878
Custos de transação - reperfilamento		**(6.054)**	**(17.764)**	(16.375)	-
		615.758	**2.634.945**	2.866.323	22.878

a) Valor referente a antecipação de cessão de crédito recebido pela Companhia de acordo com o "contrato de promessa de transmissão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças", no qual a Companhia terá que performar no prazo médio de 90 dias, a entrega de recebíveis do mercado interno. As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	Controladora/Consolidado 2021	2020
2022	-	**22.878**
2023	**283.629**	-
2024	**284.721**	-
2025	**287.996**	-
2026	**112.253**	-
2027	**539.520**	-
2028	**1.030.252**	-
	2.538.371	22.878

Resumo da movimentação dos empréstimos no período

	Controladora/ Consolidado 2020	Entrada	Refinanciada	Pgto Principal	Pgto Juros	Var Camb + Juros	2021
Financiamentos de comércio exterior -ACC	962.134	49.552	(108.768)	(59.199)	(2.731)	97.688	938.676
Financiamentos de comércio exterior -ACE	14.081	153.269	-	(169.888)	(758)	3.304	8
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.645.918	-	108.768	(14.582)	-	246.835	1.986.939
Fundo Const. de Financiamento do Nordeste - FNE	38.827	-	-	(24.444)	(4.366)	2.294	12.311
NCE	20.576	8.950	-	-	(1.303)	2.543	30.766
Capital de Giro	53.946	-	-	(41.851)	(4.070)	28.352	36.377
Cédula de crédito bancário	111.967	-	-	-	-	10.394	122.361
Antecipação de Cessão de Credito	58.127	707.036	-	(619.680)	(26.056)	27.656	147.083
Custos de transação - reperfilamento	(16.375)	-	-	-	-	(7.443)	(23.818)
Empréstimos e Financiamentos	**2.889.201**	**918.807**	-	**(929.644)**	**(39.284)**	**411.623**	**3.250.703**

Abertura do endividamento por instituição financeira

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento	Taxas	2021 - Em BRL Passivo circulante Principal	juros	Passivo não circulante Principal	juros	2021 - Em USD Passivo circulante Principal	juros	Passivo não circulante Principal	juros
Contratados em Moeda BRL												
Antec. Cessão Cred	Fundo Inv. Direitos Cred	Mensal	2022	2,13% a.m.	143.674	3.409	-		-	-	-	-
NCE	Banco Safra S.A.	Anual	2022	CDI + 0,5% a.m	29.450	1.316	-		-	-	-	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2022	10% a.a	12.223	88	-		-	-	-	-
CCB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2020 a 2022	CDI + 0,6% a.m	5.094	356	-		-	-	-	-
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2020 a 2022	CDI + 0,5% a.m	5.198	245	-		-	-	-	-
Confissão de dívida	Banco do Brasil S.A.	Anual	2028	Libor 06M + 1%a.a.	-	-	2.801		-	-	-	-
Confissão de dívida	China Construction Bank	Anual	2028	Libor 06M + 1%a.a.	-	-	1.260		-	-	-	-
Confissão de dívida	Banco Bradesco S.A.	Anual	2028	Libor 06M + 4%a.a.	-	-	21.425		-	-		
				Total contratados em moeda BRL	**195.639**	**5.414**	**25.486**	-	-	-	-	-
Contratados em Moeda USD												
ACE	Banco Daycoval S.A.	Anual	2022	6,70% a.a	-	8	-		-	1	-	-
ACC	Banco Banrisul	Anual	2022	4,80% a 5,30% a.a	42.525	895	-		7.620	160	-	-
				Outros Credores	**42.525**	**903**	-	-	**7.620**	**161**	-	-
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	37.501	11.546	112.503		6.720	2.069	20.160	-
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	37.501	11.546	112.503		6.720	2.069	20.160	-
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	78.069	24.036	234.207		13.990	4.307	41.969	-
ACC	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	12.326	3.795	36.977		2.209	680	6.626	-
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	-	8.215	-		-	1.472	-	-
ACC	Scotiabank	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	40.514	12.474	121.543		7.260	2.235	21.780	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	6.901	1.362	190.258	17.038	1.237	244	34.093	3.053
PPE	Scotiabank	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	699	140	19.278	1.724	125	25	3.455	309
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	1.699	335	46.829	4.214	304	60	8.391	755
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	26.786	-	80.359	-	4.800	-	14.400	-
PPE	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	2.238	441	61.718	5.525	401	79	11.060	990
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	27.046	5.328	745.692	66.766	4.847	955	133.624	11.964
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	11.204	2.209	308.913	27.658	2.008	396	55.356	4.956
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	2.405	435	66.318	5.464	431	78	11.884	979
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	4.879	1.032	134.522	12.948	874	185	24.106	2.320
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	3.938	731	108.569	9.123	706	131	19.455	1.635
				Valor presente dos fluxos de caixa contratuais	-	-	-	96.574	-	-	-	17.307
				Participantes do Acordo Global	**293.706**	**83.625**	**2.380.189**	**247.034**	**52.632**	**14.985**	**426.519**	**44.268**
				Total contratados em moeda USD	**336.231**	**84.528**	**2.380.189**	**247.034**	**60.252**	**15.146**	**426.519**	**44.268**
Custos de transação - reperfilamento					(6.054)	-	(17.764)		-	-	-	
				Total	**525.816**	**89.942**	**2.387.911**	**247.034**	**60.252**	**15.146**	**426.519**	**44.268**

Garantias: Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor contábil de R$468.910 (R$471.787 em 31 de dezembro de 2020, conforme Nota 12.3. Covenants: Em relação aos covenants financeiros, conforme o Quarto termo aditivo ao Acordo Global de reperfilamento das dívidas, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices: a) Endividamento/Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado: • igual ou inferior a 26 x em 31 de dezembro de 2021; • igual ou inferior a 12,3 x em 31 de dezembro de 2022; • igual ou inferior a 9,1 x em 31 de dezembro de 2023; • igual ou inferior a 6,9 x em 31 de dezembro de 2024; • igual ou inferior a 5,8 x em 31 de dezembro de 2025; • igual ou inferior a 5,5 x em 31 de dezembro de 2026; • igual ou inferior a 5,2 x em 31 de dezembro de 2027; e • igual ou inferior a 4,9 x em 31 de dezembro de 2028. b) Liquidez Corrente: A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido a partir de 2022, em 31 de dezembro de cada ano, com base nas Demonstrações Financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo. c) Limite mínimo de estoque e recebíveis: Entregar aos Credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais - ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e informações financeiras anuais para o trimestre encerrado em dezembro); As Partes concordaram que o descumprimento de tais índices financeiros apurados em 31 de dezembro de 2021 não ensejará o vencimento antecipado dos Novos Contratos Definitivos.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Provisões de férias	**23.143**	24.174	**23.143**	24.174
Participação nos lucros e resultados	**12.992**	9.884	**12.992**	9.910
Previdência social	**5.737**	6.134	**5.737**	6.133
Fundo de garantia por tempo de serviço	**1.629**	1.190	**1.629**	1.190
Previdência privada	**359**	379	**359**	379
Outros	**60**	112	**60**	112
Passivo circulante	**43.920**	41.873	**43.920**	41.898

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		-	4.853	-	4.853
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS		**6.654**	4.211	**6.654**	4.211
Programa de integração social - PIS		-	1.051	-	1.051
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		**115**	384	**115**	384
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		**1.599**	5.077	**1.599**	5.077
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		**2.482**	2.183	**2.527**	2.183
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.2	-	-	-	36
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		**317**	447	**317**	448
Imposto sobre serviços - ISS		**357**	481	**357**	481
Outros		**36**	2	**36**	2
Passivo circulante		**11.560**	18.689	**11.605**	18.726

O sistema tributário brasileiro é de autolançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

19. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

19.1. Riscos provisionados: Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente. Segue saldos da provisão das contingências, com a demonstração do saldo líquido dos depósitos judiciais pela causa relacionada. Os depósitos judiciais são para garantias e serão levantados pelas partes contrárias no encerramento do processo, em caso de decisão desfavorável, definitiva.

	Controladora/Consolidado 2021 Total de Contingências	2021 Depositos Judiciais	2021 Provisões	2020 Total de Contingências	2020 Depositos Judiciais	2020 Provisões
Trabalhistas	**181.868**	**(6.656)**	**175.212**	175.993	(7.230)	168.763
Tributárias	**4.206**	**(1.441)**	**2.765**	3.625	(1.671)	1.954
Previdenciário	**8.585**	-	**8.585**	9.672	(316)	9.356
Cíveis	**12.705**	-	**12.705**	9.753	-	9.753
	207.364	**(8.097)**	**199.267**	199.043	(9.217)	189.826

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora/Consolidado Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Previdenciário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	174.496	1.453	8.030	7.931	191.910
Provisão / Reversão	5.530	1.831	(259)	1.166	8.268
Atualização Monetária	11.617	341	2.196	359	14.513
Depositos Judiciais	853	(1.671)	10.619	(9)	9.792
Baixas	(23.733)	-	(10.833)	(91)	(34.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	168.763	1.954	9.753	9.356	189.826
Provisão / Reversão	12.159	716	1.083	(704)	13.254
Atualização Monetária	11.021	502	2.083	-	13.606
Depositos Judiciais	574	230	-	316	1.120
Baixas	(17.305)	(637)	(214)	(383)	(18.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**175.212**	**2.765**	**12.705**	**8.585**	**199.267**

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia. A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais. 19.2. Riscos avaliados como possíveis: Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Trabalhistas	**48.209**	47.945	**48.209**	47.945
Tributárias	**938.978**	889.578	**940.456**	894.023
Previdenciárias	**33.311**	32.822	**33.311**	32.822
Cíveis	**573.809**	494.973	**573.812**	494.973
	1.594.307	1.465.318	**1.595.788**	1.469.763

Os processos de maior relevância, cujo risco é avaliado como possível, são de natureza tributárias e estão comentados nos itens "a" e "b": a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL: Por decisão judicial transitada em julgado, em 1994, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro instituída pela Lei nº 7.689/88. Com a decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia incorporada pela Paranapanema, foi questionada pela Fazenda Nacional, por meio de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Companhia (sucessora da Caraíba Metais S. A.) ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 29 de março de 2010. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia entende que o trânsito em julgado preserva seu direito de não recolhimento do referido tributo e consequentemente não registra provisão para esta contribuição desde o ano-calendário de 1994. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de CSLL. Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração relativos a fatos gerados entre 1994 e 2008, sendo que um destes autos foi segregado, mantendo parte da discussão na esfera administrativa e a outra encaminhada à esfera judicial. Atualmente, quatro destas autuações são alvos em Execuções Fiscais, devidamente garantidas, por meio de apólice judicial e outros bens, os quais foram aceitos pelo juiz competente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, em R$364.195, sendo R$325.326 avaliados como risco possível e R$38.869 como risco remoto (R$359.387 em 31 de dezembro de 2020, sendo R$321.151 avaliados como risco possível e R$38.236 como risco remoto), de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos. b) Multa isolada IPI e IRPJ: A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela incorporada Caraíba Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado da ação judicial que discutia os créditos utilizados na compensação. Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Caraíba Metais S.A. obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a cobrança é indevida conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, a qual foi submetido à sistemática de recursos repetitivos, no sentido de que a exigência do trânsito em julgado da decisão judicial é requisito que somente pode ser exigido para ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998. Foi proferida sentença, em 24/08/2021, de total procedência nos autos dos Embargos à Execução Fiscal, reconhecendo a ilegitimidade da autuação nos termos acima mencionado e, atualmente, aguarda o julgamento do recurso de Apelação da União. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima um valor atualizado de R$114.722 (R$112.661 em 31 de dezembro de 2020), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado. c) BTG Pactual S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.: Por conta de controvérsias envolvendo a Companhia com o BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e em conjunto com BTG Pactual, "Bancos"), que discutiam determinadas obrigações advindas de um Contrato de Abertura de Crédito firmado entre as partes, dentre elas, cobranças advindas de Contratos de Swap também firmados entre as partes, o Santander, em abril de 2010, iniciou procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC" e "1ª Arbitragem", respectivamente), cuja sentença, favorável ao Santander, havia determinado o pagamento de R$292.000, corrigidos, a partir das datas definidas na sentença, pelo IGPM + 1% ao mês. Referida sentença foi objeto de ação anulatória proposta pela Paranapanema na Justiça comum, a qual foi julgada

continua

procedente em primeira e segunda instâncias (TJSP), determinando a anulação da decisão proferida pelo Tribunal Arbitral. Após recursos especiais pela Paranapanema e pelo BTG Pactual, o Superior Tribunal de Justiça (o "STJ"), em 18 de setembro de 2018, manteve o acórdão do TJSP tal qual como proferido, ratificando a anulação da 1ª Arbitragem. A decisão do STJ transitou em julgado em novembro de 2018. No início de 2015, após o acórdão do TJSP mencionado acima, o Santander requereu a instauração de novo procedimento arbitral perante o CAM-CCBC. A nova arbitragem foi instituída, passando a tramitar sob o nº 02/2015/SEC1 (a "2ª Arbitragem"). Deste procedimento arbitral são partes Santander e BTG Pactual como requerentes, e a Companhia como requerida. Este novo procedimento buscava discutir a mesma matéria da 1ª Arbitragem. Em 24 de março de 2021, no mérito, o Santander foi condenado a pagar o valor atualizado de aproximadamente R$ 13,8 milhões à Companhia. Em março de 2019, o BTG Pactual ajuizou Ação Anulatória em relação à 2ª Arbitragem. A ação corre em segredo de justiça perante a 1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro Central de São Paulo/SP. Em agosto de 2020, a ação foi julgada improcedente, sendo que em novembro de 2021 o BTG Pactual requereu a desistência do seu recurso de apelação. O pedido foi homologado e atualmente aguarda-se remessa dos autos à origem.

20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Dividendos a pagar	(a)	**152**	152	**152**	152
Provisão despesas meio-ambiente	(b)	**5.161**	5.359	**5.161**	5.359
Creditos de clientes	(c)	**1.475**	109	**1.501**	136
Passivos relacionados a contratos de clientes	(d)	**103.735**	59.184	**103.851**	59.299
Serviços e honorarios advocaticios	(e)	**9.328**	7.643	**9.328**	7.643
Partes Relacionadas		-	11.374	-	-
Provisões diversas	(f)	**9.838**	10.041	**9.846**	10.084
Comissões sobre vendas		**5.524**	10.985	**5.660**	11.136
Outros		**1.226**	1.558	**1.226**	1.558
Passivo circulante		**136.439**	106.405	**136.725**	95.367
Dividendos a pagar		**152**	152	**152**	152
Passivos relacionados a contratos de clientes		**103.735**	59.184	**103.851**	59.299
Outros passivos circulantes		**32.552**	47.069	**32.722**	35.916
		136.439	106.405	**136.725**	95.367

a) Saldo remanescente a pagar de dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 2015, ajustado pela constituição da reserva legal, contemplando a atualização monetária do montante com base no IGP-M, conforme Nota 21k. b) Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré. c) Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação. d) Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes (maioria provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico ou qualidade verificada pelo cliente. e) Refere-se a provisão de honorários advocatícios sobre êxito em processos distribuídos contra a Companhia. f) Refere-se a provisão de despesas diversas ocorridos no período, aguardando documentação legal para liquidar a obrigação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R$2.069.566.247,56 (Dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

	%	2021
Caixa Econômica Federal	16,18	**7.022.106**
Mineração Buritirama S.A.	13,19	**5.726.805**
Cargill Financial Services Internat, Inc	8,75	**3.798.867**
EWZ Investments LLC - Socopa Soc Corretora Paulista S.A.	6,04	**2.622.600**
Glencore International Investments Ltd	5,73	**2.488.687**
Bonsucex Holding S.A.	5,71	**2.477.074**
Ações em Tesouraria	0,00	**1.441**
Mercado	44,39	**19.266.269**
Quantidade de Ações		**43.403.849**

b) Debêntures conversíveis em ações: O Conselho de Administração aprovou, em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia. O lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quirografária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Agente Escriturador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R$1,00. Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. As debêntures da 1ª Série venceram em 01 de setembro de 2019 e as debêntures da 2ª série venceram em 01 de setembro de 2021. A subscrição foi no montante de R$360.004 de debêntures conversíveis em 207.694.550 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures. Em 20 de agosto de 2021, foi aprovada a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures da 2ª série para 01 de setembro de 2023. As debêntures da 1ª Série foram integralmente convertidas em ações, conforme prazo de vencimento, sendo R$249.402 em 2017, R$5.956 em 2018 e R$78.858 em 2019. As debêntures da 2ª Série poderão ser convertidas em ações a qualquer momento, sendo que, ao final de seu prazo de vencimento a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória. Em 31 de dezembro de 2021 o total de debêntures convertidas em ações totalizaram R$334.217, e o saldo a ser convertido é R$25.787. c) Capital social autorizado: A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei. d) Direitos das ações: Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado. Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (tag along de 100%). e) Reserva legal: A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social. f) Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha 1.441 ações em tesouraria. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2021, é de R$15 (R$14 em 31 de dezembro de 2020). g) Reserva de incentivos fiscais: A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional - MIN Nº 283 de 04/07/2013 ("Regulamento"), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital. De acordo com o artigo 11 do Regulamento, "o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social". Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia. h) Ajustes de avaliação patrimonial: A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: • Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos, usados como *hedge* de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento futuro no resultado, junto com o efeito do item *hedgeado* quando ambos forem liquidados (conforme Nota 28). • Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no exterior. • O saldo da conta Reserva do Custo Atribuído refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão dos impostos e contribuições diferidos, que foram registrados por ocasião da Contabilização do custo atribuído. Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Receita exportação ACC/PPE	NDF receita de vendas	Custo Metal x Futuro Bolsa	Outras Dívidas	Reserva de reavaliação	Var. camb. Invest. exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(431.110)	(69.206)	365	(424.584)	198.265	580	(725.690)
Movimentação	-	41.265	81	-	(8.029)	272	33.589
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(431.110)	(27.941)	446	(424.584)	190.236	852	(692.101)
Movimentação	22.303	25.139	(446)	(1.499)	(6.567)	172	39.102
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(408.807)**	**(2.802)**	-	**(426.083)**	**183.669**	**1.024**	**(652.999)**

i) Valor de mercado das ações da Companhia.: O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, correspondia em 31 de dezembro de 2021 a R$448.796 (R$435.341 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2021, um patrimônio líquido negativo de R$954.026 (R$198.590 negativo em 31 de dezembro de 2020), sendo o valor patrimonial das ações de R$-21,98 (R$-4,58 em 31 de dezembro de 2020). j) Lucro (Prejuízo) por ação: O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação:

	2021	2020
Prejuízo básico por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(801.105)	(861.604)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo básico por ação (*)	40.703.950	40.703.950
Prejuízo básico por ação - ordinária	(19,68126)	(21,16758)
Prejuízo diluído por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(801.105)	(861.604)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo diluído por ação (*)	40.703.950	40.703.950
Debentures conversível	875.120	875.120
Média ponderada de ações ordinarias para o prejuízo diluído por ação	41.579.070	41.579.070
Prejuízo diluído por ação - ordinária	(19,26703)	(20,72206)

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras. k) Destinação do Lucro: O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. l) Pagamento dos Dividendos: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") de Acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, aprovou, por unanimidade, a renovação da postergação do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 ("AGO 2016"). O pagamento dos referidos dividendos foi efetuado em 30 de dezembro de 2019, contemplando a atualização monetária com base no IGP-M a partir de 24 de junho de 2016 até a efetiva quitação.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

a) Abertura da receita líquida:

		Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita bruta de vendas		**5.046.122**	4.731.387	**5.244.737**	4.803.088
Mercado interno		**2.220.919**	2.427.810	**2.220.919**	2.419.380
Mercado externo		**2.825.203**	2.303.577	**3.023.818**	2.383.708
Impostos e Deduções de Vendas		**(529.773)**	(510.016)	**(529.775)**	(509.614)
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		**(26.813)**	(38.883)	**(26.813)**	(38.883)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS		**(199.463)**	(249.835)	**(199.463)**	(249.335)
Incentivo Fiscal ICMS - Desenvolve	(I)	-	74.994	-	74.994
Programa de integração social - PIS		**(31.004)**	(32.629)	**(31.004)**	(32.537)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS		**(142.805)**	(150.291)	**(142.805)**	(149.868)
Demais deduções sobre vendas		**(129.688)**	(113.372)	**(129.690)**	(113.985)
Receita líquida de vendas		**4.516.349**	4.221.371	**4.714.962**	4.293.474
Receita Liquida MI		**1.788.797**	1.984.905	**1.788.797**	1.976.877
Receita Liquida ME		**2.727.552**	2.236.466	**2.926.165**	2.316.597
		4.516.349	4.221.371	**4.714.962**	4.293.474

(I). A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. Em agosto de 2016, pelo Decreto nº 16.970 foi regulamentada a Lei n 13.564, estabelecendo que a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros que resultem em redução do valor do ICMS a ser pago fica condicionado ao pagamento, pelo respectivo beneficiário, do valor correspondente a 10% do benefício ou incentivo, destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

b) Informações geográficas - receita bruta de clientes no Exterior:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
América	**1.004.399**	1.078.129	**1.004.399**	1.078.129
Europa	**1.617.237**	916.100	**1.815.850**	996.231
Ásia	**203.567**	309.348	**203.567**	309.348
	2.825.203	2.303.577	**3.023.816**	2.383.708

As exportações realizadas para Europa e Ásia estão basicamente representadas pelas vendas às empresas na modalidade trading companies, onde o principal destino foi a China.

23. DESPESAS POR NATUREZA

		Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Custo do Metal		**(4.110.594)**	(3.652.213)	**(4.309.206)**	(3.721.675)
Pessoal e Benefícios		**(222.471)**	(214.054)	**(222.797)**	(215.071)
Depreciação		**(141.196)**	(154.836)	**(141.196)**	(154.899)
Amortização direito de uso de ativo		**(11.550)**	(11.849)	**(11.550)**	(11.933)
Energia Eletr/Agua/Gas/Comb. e Lubrif		**(149.557)**	(134.488)	**(149.557)**	(134.491)
Serviços de terceiros		**(52.118)**	(77.868)	**(52.992)**	(78.157)
Manutenção		**(52.233)**	(56.133)	**(52.233)**	(56.145)
Estoque de Insumos utilizados		**(56.430)**	(37.177)	**(56.436)**	(36.146)
Aluguéis		**(11.394)**	(11.297)	**(11.394)**	(11.724)
Assuntos instit. e legais		**(19.789)**	(18.626)	**(19.776)**	(18.666)
Informática/Telecomunicação		**(9.406)**	(9.640)	**(9.406)**	(9.659)
Outras despesas		**(9.986)**	(16.825)	**(9.986)**	(16.841)
Despesas de viagem		**(310)**	(646)	**(310)**	(649)
Vendas e marketing		**(283)**	(2.631)	**(268)**	(2.661)
Ociosidade	(a)	**252.585**	207.370	**252.585**	207.370
		(4.594.732)	(4.190.913)	**(4.794.522)**	(4.261.347)
Custo dos produtos vendidos		**(4.522.729)**	(4.096.519)	**(4.721.342)**	(4.164.987)
Despesas comerciais		**(14.168)**	(21.655)	**(14.162)**	(22.626)
Despesas gerais e administrativas		**(57.835)**	(72.739)	**(59.018)**	(73.734)
		(4.594.732)	(4.190.913)	**(4.794.522)**	(4.261.347)

a) A ociosidade significativa decorre principalmente pelo menor volume de produção em função da das restrições de liquidez, retração do mercado diante do cenário da COVID-19 e das paradas extraordinárias de manutenção nas unidades.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Recuperações de impostos		**8.036**	-	**8.036**	-
Exclusão ICMS base calculo PIS/COFINS	08.a	-	-	**50.506**	-
Receita de venda de energia	a)	**11.378**	12.403	**11.378**	12.403
Recuperações diversas		**260**	673	**260**	1.545
Vendas diversas		**6.655**	1.873	**6.655**	1.873
Venda de direitos creditorios -Precatório -TLI		-	22.815	-	22.815
Recebimento de Precatório -Outros		-	517	-	517
Locação de imóveis e equiptos.		**3.951**	311	**3.951**	311
Lucros e Dividendos		-	34	-	34
Vendas de ativo imobilizado		-	109	-	160
Ganho no recebimento processo arbitral	b)	**14.466**	-	**14.466**	-
Outras receitas		**1.362**	2.405	**1.367**	2.405
Total de outras receitas		**46.108**	41.140	**96.619**	42.063
Ociosidade	23	**(252.585)**	(207.370)	**(252.585)**	(207.370)
Provisão para demandas judiciais	19	**(13.254)**	(8.268)	**(13.254)**	(8.268)
Indenizações trabalhistas		**(9.701)**	(4.891)	**(9.701)**	(4.857)
PIS e COFINS sobre outras receitas		**(5.310)**	(6.084)	**(5.311)**	(6.089)
Provisão perda Ativos mantidos para venda	10	**(14.977)**	-	**(14.977)**	-
PL negativo de controlada		**(431)**	(9)	-	-
Provisão de Honorarios de Êxito		**(8.130)**	(3.835)	**(8.130)**	(3.835)
Custo ativo imobilizado baixado		**(8.135)**	(563)	**(8.135)**	(737)
Multas por auto de infração		**(3.803)**	(6.853)	**(3.808)**	(6.857)
Multas por atrasos parcela divida		**9.246**	(9.246)	**9.246**	(9.246)
Custo das vendas diversas		**(12.199)**	(13.091)	**(12.199)**	(13.091)
Baixa de creditos de impostos - Reintegra		-	(16.963)	-	(16.963)
Outras perdas estimadas		**(2.189)**	(1.137)	**(2.189)**	(1.137)
Multa Contratual		-	(7.968)	-	(7.968)
Contribuições e doações		-	(95)	-	(95)
Outras despesas		**(2.239)**	(3.740)	**(2.247)**	(3.762)
Total de outras despesas		**(323.707)**	(290.113)	**(323.290)**	(290.275)
Total de outras, liquidas		**(277.599)**	(248.973)	**(226.671)**	(248.212)

a) Receita de venda de energia elétrica excedente, não utilizada na produção. b) Valor referente a decisão final do procedimento arbitral de nº. 02/2015, administrado pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, envolvendo o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco BTG Pactual S.A. e a Companhia. (Nota 19.2 c)

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Variação cambial	a)	**(391.165)**	(852.301)	**(391.165)**	(852.301)
Instrumentos financeiros derivativos		**(41.320)**	(22.406)	**(41.320)**	(22.407)
Hedge de valor justo de estoques		**(1.802)**	-	**(1.802)**	-
Despesa de juros		**(223.861)**	(182.203)	**(222.267)**	(183.802)
Ajuste a valor presente		**(35.324)**	(26.146)	**(35.324)**	(26.557)
Despesas bancárias / IOF		**(2.284)**	(6.764)	**(2.323)**	(6.820)
Variação monetária passiva	b)	**(37.257)**	(15.821)	**(37.257)**	(15.821)
Outras despesas financeiras		**(7.284)**	(9.361)	**(7.299)**	(9.459)
Total das despesas financeiras		**(740.297)**	(1.115.002)	**(738.757)**	(1.117.167)
Variação cambial	a)	**212.922**	437.796	**212.922**	437.796
Instrumentos financeiros derivativos		**34.095**	16.334	**34.095**	16.334
Ajuste a valor presente		-	1.456	-	1.553
Receita de juros		**14.671**	14.196	**20.920**	14.344
Variação monetária ativa	b)	**6.115**	21.469	**6.115**	21.469
Outras receitas financeiras		**1.047**	1.616	**1.048**	2.614
Total das receitas financeiras		**268.850**	492.867	**275.100**	494.110
		(471.447)	(622.135)	**(463.657)**	(623.057)

a) Variação Cambial: Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em US$, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva. O quadro abaixo demonstra o resultado líquido da variação cambial da Companhia:

	Controladora / Consolidado 2021	Controladora / Consolidado 2020
Variação cambial alocado nas despesas financeiras	(391.165)	(852.301)
Variação cambial alocado nas receitas financeiras	212.922	437.796
Efeito liquido na variação cambial	(178.243)	(414.505)

b) Refere-se a atualização monetária de fornecedores contratados no mercado interno, indexada pela variação do dólar americano.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos: A controladora possui decisão judicial para o não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), incidindo sobre o lucro somente a alíquota de 25% do imposto de renda. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Nota	2021 Controladora	2021 Controlada CDPC	2021 Consolidado	2020 Controladora	2020 Controlada CDPC	2020 Consolidado
Alíquota		25%	34%		25%	34%	
Créditos sobre prejuizos fiscais		**2.552.378**	**32.342**	**2.584.720**	1.593.300	31.507	1.624.807
IR s/ Prejuizo Fiscal		**638.094**	**10.996**	**649.090**	398.325	10.712	409.037
Provisão de Baixa de créditos sobre prejuizos fiscais		**(638.094)**	**(6.075)**	**(644.169)**	(398.325)	(10.712)	(409.037)
IR s/ Prejuizo Fiscal	a)	-	**4.921**	**4.921**	-	-	-
Variações cambiais liquidas		**144.505**	-	**144.505**	(83.883)	-	(83.883)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		**54.468**	**1.111**	**55.579**	54.574	1.111	55.685
Patrimônio liquido negativo		-	-	-	260	-	260
Provisão para demandas judiciais		**207.364**	**(50.506)**	**156.858**	189.826	-	189.826
Perda estimada (reversão) valor recuperável dos estoques		**7.893**	-	**7.893**	(21.408)	-	(21.408)
Perdas estimadas diversas		**29.852**	-	**29.852**	10.882	-	10.882
Reversões (Provisões) instrumentos financeiros e outros		**31.008**	**144**	**31.152**	79.341	193	79.534
Participação de administradores e outros		**3.158**	-	**3.158**	2.893	20	2.913
Provisão ajuste valor presente		**(810)**	-	**(810)**	(654)	-	(654)
Total diferenças temporárias		**477.438**	**(49.251)**	**428.187**	231.831	1.324	233.155
IR s/ diferenças temporárias		**119.360**	**(16.745)**	**102.615**	57.958	450	58.408
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporarias	b)	**(98.780)**		**(98.780)**	(37.378)	(450)	(37.828)
IR s/ diferenças temporárias	b)	**20.580**	**(16.745)**	**3.835**	20.580	-	20.580
IR e CS diferidos		**20.580**	**(11.824)**	**8.756**	20.580	-	20.580
IR s/ Reserva de Custo Atribuido	c)	**(61.223)**	-	**(61.223)**	(63.415)	-	(63.415)
		(40.643)	**(11.824)**	**(52.467)**	(42.835)	-	(42.835)
Passivo não-circulante		**40.644**	**11.824**	**52.467**	42.835	-	42.835

a) A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R$2.584.720 (R$1.624.807 em 31 de dezembro de 2020), que gera um montante de R$649.090 de imposto de renda e contribuição social diferidos, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia constituiu uma provisão para perda de R$644.169 dos ativos fiscais diferidos de prejuízo fiscal. Tal ajuste decorre das projeções considerando o novo cenário econômico e de mercado, como por exemplo o aumento na taxa de câmbio e nos preços de metal, dentre outros desenvolvimentos atuais. A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais. b) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrados, na rubrica de "Imposto de renda diferido", valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto. A Companhia constitui uma provisão para perda de R$98.780 sobre ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias. c) A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva. A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção. A Companhia tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até o período-base de 2027. Essa isenção é aplicada no saldo do imposto de renda a pagar após as compensações do prejuízo fiscal, conforme descrito no item a. Os benefícios de Imposto de Renda da Companhia estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos. IRPJ e CSLL sobre taxa Selic: Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal - STF julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187, sobre a sistemática de repercussão geral, por meio do qual fixou a seguinte tese: "É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão repetição de indébito tributário". Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro seria o pronunciamento mais apropriado a essa situação, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro. Tal pronunciamento requer que a Companhia avalie se é "mais provável do que não" que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Diante de tal cenário, a Companhia deveria reconhecer esse crédito no ativo diferido de prejuízo fiscal no montante de R$92.329 na controladora e R$94.585 no consolidado, mas com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros e a ausência de projeções que suportem o recolhimento de imposto de renda com razoável segurança, a Companhia constituiu provisão de redução a valor recuperável desse imposto diferido ativo. 26.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda na Controladora, e Imposto de Renda e Contribuição Social no Consolidado, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuizo antes do imposto de renda e contribuição social	**(803.297)**	(864.276)	**(791.470)**	(852.896)
Alíquota fiscal nominal combinada	**25%**	25%	**25% e 34%**	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro	**(200.824)**	(216.069)	**(181.653)**	(212.200)
Adições permanentes	**(11.472)**	(16.230)	**(11.470)**	(16.228)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	**3.450**	3.430	**3.450**	3.430
Provisão para credito de liquidação duvidosa	**(27)**	157	**(27)**	139
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	**4.385**	(521)	**(12.787)**	(521)
Outras provisões dedutíveis	**12**	12.011	**(11)**	11.869
Variação cambial liquida (regime caixa)	**57.097**	138.559	**57.097**	138.559
Patrimônio liquido negativo	**(65)**	16	**(65)**	16
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Prejuizo fiscal e base negativa de contribuição social	**208.846**	116.025	**194.591**	101.384
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	**2.192**	2.672	**2.192**	2.672
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporarias	**(61.402)**	(37.378)	**(60.952)**	(37.828)
Outros	-	-	-	-
Crédito de imposto de renda	**2.192**	2.672	**(9.635)**	(8.708)
Imposto de renda do periodo corrente	-	-	**(3)**	(10)
Contribuição social do periodo corrente	-	-	-	(25)
Impostos correntes	-	-	**(3)**	(35)
Imposto de renda diferido	-	-	**(8.694)**	(8.342)
Contribuição social diferida	-	-	**(3.130)**	(3.003)
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	**2.192**	2.672	**2.192**	2.672
Impostos Diferidos	**2.192**	2.672	**(9.632)**	(8.673)
Crédito de IR e CS	**2.192**	2.672	**(9.635)**	(8.708)
Taxa efetiva total	**-0,27%**	-0,31%	**1,22%**	1,02%
Taxa efetiva corrente	**0,00%**	0,00%	**0,00%**	0,00%

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 Política de gestão de riscos de mercado: A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de commodities, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições. A Comissão de Riscos da Companhia acompanha as políticas de gestão de risco de mercado e garante que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, a referida Comissão monitora para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem: • Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia. • Risco cambial e risco de preços de commodities decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes. • Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados a commodities cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros. • Risco de base (*Basis Risk*) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de hedge. A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, Commodities e Taxas de Juros. Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de "*Hedge*" uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política. A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de Contabilidade de *hedge* (hedge accounting) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são Contabilizadas em aplicação das regras de Contabilidade de *hedge*. 28.2 Metodologias de valor justo: Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos Contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association* (Libor) e Bloomberg (dólar norte americano à vista - Spot). A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA. 28.3 Derivativos embutidos: Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas, tais como o cobre, incluídas em contratos não canceláveis de compra de produtos, que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega, são considerados derivativos embutidos, que requerem segregação e Contabilização em separado. Isto se dá porque, de acordo com o CPC 48, ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre, por exemplo) embutidos em passivos financeiros não estão intimamente relacionados com o instrumento principal, uma vez que os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido, que é bifurcado do seu contrato hóspede e é Contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado, como qualquer outro instrumento derivativo, pode ser designado como instrumento de *hedge* numa relação de Contabilidade de *hedge*, tal como um *hedge* de valor justo de estoques de cobre. Contratos de compra de concentrado de cobre geralmente inclui um preço provisório na data do embarque, com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado com preço provisório contêm um derivativo embutido, o qual é requerido que seja separado do contrato principal e Contabilizado como derivativo por separado no resultado. 28.4 Classificação dos instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são classificados em duas categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Controladora

	Notas	Ao valor justo por meio do resultado 2021	Ao custo amortizado 2021	Valor Contábil 2021	Valor Justo 2021	Ao valor justo por meio do resultado 2020	Ao custo amortizado 2020	Valor Contábil 2020	Valor Justo 2020
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	26.592	26.592	26.592	-	137.153	137.153	137.153
Aplicações financeiras	05	-	20.653	20.653	20.653	-	42.892	42.892	42.892
Contas a receber de clientes	06	-	109.075	109.075	109.075	-	341.689	341.689	341.689
Instrumentos financeiros derivativos	28	5.439	-	5.439	5.439	38.150	-	38.150	38.150
Total dos ativos		5.439	156.320	161.759	161.759	38.150	521.734	559.884	559.884
Passivos financeiros									
Fornecedores	13	-	136.948	136.948	136.948	-	465.314	465.314	465.314
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	169.863	169.863	169.863	-	228.995	228.995	228.995
Arrendamento mercantil	15		11.588	11.588	11.588	-	15.205	15.205	15.205
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	103.735	103.735	103.735	-	59.184	59.184	59.184
Créditos de Clientes	20	-	1.475	1.475	1.475	-	109	109	109
Empréstimos e financiamentos	16	-	3.250.703	3.250.703	3.250.703	-	2.889.201	2.889.201	2.889.201
Instrumentos financeiros derivativos	28	7.388	-	7.388	7.388	242.937	-	242.937	242.937
Total dos passivos		7.388	3.674.312	3.681.700	3.681.700	242.937	3.658.008	3.900.945	3.900.945

Consolidado

	Notas	Ao valor justo por meio do resultado 2021	Ao custo amortizado 2021	Valor Contábil 2021	Valor Justo 2021	Ao valor justo por meio do resultado 2020	Ao custo amortizado 2020	Valor Contábil 2020	Valor Justo 2020
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	40.115	40.115	40.115	-	138.761	138.761	138.761
Aplicações financeiras	05	-	20.653	20.653	20.653	-	42.892	42.892	42.892
Contas a receber de clientes	06	-	108.995	108.995	108.995	-	341.622	341.622	341.622
Instrumentos financeiros derivativos	28	5.439	-	5.439	5.439	38.150	-	38.150	38.150
Total dos ativos		5.439	169.763	175.202	175.202	38.150	523.275	561.425	561.425
Passivos financeiros									
Fornecedores	13	-	136.948	136.948	136.948	-	465.314	465.314	465.314
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	169.863	169.863	169.863	-	228.995	228.995	228.995
Arrendamento mercantil	15		11.588	11.588	11.588	-	15.205	15.205	15.205
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	103.851	103.851	103.851	-	59.299	59.299	59.299
Créditos de Clientes	20	-	1.501	1.501	1.501	-	136	136	136
Empréstimos e financiamentos	16	-	3.250.703	3.250.703	3.250.703	-	2.889.201	2.889.201	2.889.201
Instrumentos financeiros derivativos	28	7.388	-	7.388	7.388	242.937	-	242.937	242.937
Total dos passivos		7.388	3.674.454	3.681.842	3.681.842	242.937	3.658.150	3.901.087	3.901.087

Hierarquia ao valor justo: A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do "valor justo" e deve ser usado sempre que disponível. Nível 2- preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios. Nível 3- são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o "valor justo" quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco. Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3. Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Controladora

	Notas	Nível 1	Nível 2	2021	Nível 1	Nível 2	2020
Ativos financeiros							
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	5.439	5.439	-	27.641	27.641
Total dos ativos		-	5.439	5.439	-	38.150	38.150
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	136.948	136.948	-	465.314	465.314
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	169.863	169.863	-	228.995	228.995
Arrendamento mercantil	15		11.588	11.588		15.205	15.205
Empréstimos e financiamentos	16	3.250.703		3.250.703	2.889.201		2.889.201
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	103.735	103.735	-	59.184	59.184
Créditos de Clientes	20	-	1.475	1.475	-	109	109
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	7.388	7.388	-	94.207	94.207
Total dos passivos		3.250.703	430.997	3.681.700	2.889.201	1.011.744	3.900.945

Consolidado

	Notas	Nível 1	Nível 2	2021	Nível 1	Nível 2	2020
Ativos financeiros							
Instr Financeiros - Hedge Accouting	28	-	-	-	-	10.509	10.509
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	5.439	5.439	-	27.641	27.641
Total dos ativos		-	5.439	5.439	-	38.150	38.150
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	136.948	136.948	-	465.314	465.314
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	169.863	169.863	-	228.995	228.995
Arrendamento mercantil	15		11.588	11.588		15.205	15.205
Empréstimos e financiamentos	16	3.250.703		3.250.703	2.889.201		2.889.201
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	103.851	103.851	-	59.299	59.299
Créditos de Clientes	20	-	1.501	1.501	-	136	136
Instr Financeiros - Hedge Accouting	28	-	-	-	-	148.730	148.730
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	7.388	7.388	-	94.207	94.207
Total dos passivos		3.250.703	431.139	3.681.842	2.889.201	1.011.886	3.901.087

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados:

Consolidado

Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência 2021		Valor de Referência 2020		Valor Justo 2021	Valor Justo 2020
Designados para Hedge accounting								
Risco de preços de commodities								
NDF	Comprado	Cobre	75	tons	2.550	tons	120	9.167
Compromisso firme de venda	Vendido	Cobre	(75)	tons	(2.550)	tons	(120)	(9.167)
NDF	Comprado	Cobre	-	tons	(14.808)	tons	-	(74.162)
NDF	Comprado	Ouro	-	Oz	(6.223)	Oz	-	(657)
NDF	Comprado	Prata	-	Oz	(136.825)	Oz	-	(2.916)
NDF	Vendido	Zinco/ Estanho/ Chumbo	(200)	tons	(545)	tons	(1.014)	(460)
Derivativo embutido	Vendido	Cobre	(1.623)	tons	(22.235)	tons	(870)	(61.053)
Derivativo embutido	Comprado	Ouro	-	Oz	(4.172)	Oz	39	1.342
Derivativo embutido	Comprado	Prata	-	Oz	(89.428)	Oz	35	(315)
Total							**(1.810)**	**(138.221)**
Total derivativos designados para hedge accounting							**(1.810)**	**(138.221)**

Consolidado

Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência 2021		Valor de Referência 2020		Valor Justo 2021	Valor Justo 2020
Não designados para Hedge accounting								
Risco de preços de commodities								
Compromisso firme de venda	Comprado	Cobre	-	tons	-	tons	2.249	8.507
Fluxo de Caixa -Custo	Comprado	Cobre	-	tons	(7.375)	tons	-	20.477
Derivativo embutido	Comprado	Cobre/ Ouro/ Prata	-	tons	-	tons	(2.388)	(95.550)
Total							**(139)**	**(66.566)**
Total demais derivativos							**(139)**	**(66.566)**
Total							**(1.949)**	**(204.787)**
Ativo Circulante							**5.439**	**38.150**
Passivo Circulante							**(7.388)**	**(242.937)**

28.5 Riscos de mercado: 28.5.1 Risco cambial: A Companhia possui ativos e passivos, assim como operações futuras que envolverão receitas e custos todos denominados ou indexados em moeda estrangeira que não é a moeda funcional da Companhia. A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira por meio do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*), futuros de bolsa, zero cost collar e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar). A exposição em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

	Posição	Controladora / Consolidado 2021 US$	Controladora / Consolidado 2020 US$
Objeto			
Receita Prêmio Projetada	Comprado	1.194.084	1.281.604
Estoques	Comprado	86.119	155.376
Instrumento financeiro designados para hedge accounting			
NDF - Receita	Vendido	(4.932)	(68.636)
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(739.287)	(826.561)
Fornecedores	Vendido	(535.984)	(541.783)
Ativos/Passivos não designados para hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(300.986)	(287.281)
Exposição liquida total		**(300.986)**	**(287.281)**

28.5.2 Risco de taxas de juros: A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, e Taxa de Juros Resolução 635/87 decorrentes de aplicações e empréstimos. O risco de Libor concentra-se nas operações de *Trade Finance*, para as quais foram feitas operações de Libor contra Taxa Fixa para a sua proteção. A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora/Consolidado 2021	Controladora/Consolidado 2020
Designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(887.274)	(1.199.514)
		(887.274)	**(1.199.514)**
Aplicações	PRÉ	48.604	53.269
Empréstimos e financiamentos	PRÉ	(17.879)	(88.338)
		30.725	**(35.069)**

28.5.3 Risco de commodities: A Paranapanema, em suas atividades de negócio, adquire matéria-prima e vende produtos, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange e London Bullion Market Association*). A origem do risco de commodities é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas. A Política estabelece que a exposição ao risco de commodities de cada metal seja dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda, e estabelece limites de exposição ao risco. Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

Controladora/Consolidado

Cobre	Posição	2021 Valor Referência		2021 Exposição	2020 Valor Referência		2020 Exposição
Ativos, liquido	Comprado	21.988	tons	1.189.230	34.378	tons	1.383.043
Designados para Hedge accounting							
Derivativo embutido	Comprado	2.520	tons	136.280	(24.799)	tons	(997.681)
Compromissos Firmes	Vendido	(25)	tons	(1.352)	(1.026)	tons	(41.271)
NDF	Comprado	100	tons	5.409	(12.234)	tons	(492.172)
Não designados para Hedge accounting							
Compromissos Firmes	Vendido	(1.686)	tons	(91.216)	6	tons	258
Exposição liquida total		**22.897**	**tons**	**1.238.351**	**(3.675)**	**tons**	**(147.823)**

continua

continuação

		Controladora/Consolidado					
		2021			2020		
Ouro	Posição	Valor Referência		Exposição	Valor Referência		Exposição
Ativos, líquido	Comprado	1.103	Oz	11.163	3.505	Oz	34.447
Designados para Hedge accounting							
Derivativo embutido	Comprado	2.738	Oz	27.699	(459)	Oz	(4.510)
NDF	Comprado	-	Oz	-	(4.240)	Oz	(41.670)
Não designados para Hedge accounting							
Compromissos Firmes	Comprado	90	Oz	909	3.183	Oz	31.283
NDF	Comprado	-	Oz	-	(1.983)	Oz	(19.489)
Exposição líquida total		**3.931**	**Oz**	**39.771**	**6**	**Oz**	**61**

		Controladora/Consolidado					
		2021			2020		
Prata	Posição	Valor Referência		Exposição	Valor Referência		Exposição
Ativos, líquido	Comprado	24.202	Oz	3.118	150.838	Oz	20.761
Designados para Hedge accounting							
Derivativo embutido	Comprado	107.336	Oz	13.828	2.389	Oz	329
NDF	Comprado	-	Oz	-	(181.912)	Oz	(25.037)
Não designados para Hedge accounting							
Compromissos Firmes	Comprado	20.568	Oz	2.650	29.634	Oz	4.079
NDF	Comprado	-	Oz	-	45.087	Oz	6.206
Exposição líquida total		**152.106**	**Oz**	**19.596**	**46.036**	**Oz**	**6.338**

		Controladora/Consolidado					
		2021			2020		
Outros	Posição	Valor Referência		Exposição	Valor Referência		Exposição
Ativos, líquido	Comprado	643	tons	17.399	668	tons	11.669
Designados para Hedge accounting							
NDF	Comprado	-	tons	3.813	(45)	tons	1.055
Não designados para Hedge accounting							
Compromissos Firmes	Vendido	(78)	tons	(1.737)	(78)	tons	(1.173)
NDF	Vendido	(200)	tons	(7.865)	(500)	tons	(10.522)
Exposição líquida total		**365**	**tons**	**11.610**	**45**	**tons**	**1.029**

28.5.4 Análise de sensibilidades: De forma a medir o impacto no resultado e no patrimônio líquido decorrente de variações dos dados de mercado na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação às taxas vigentes em 31 de dezembro de 2021, quadro a seguir. Conforme previsão do CPC 48, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

					Controladora/Consolidado			
					Cenário Baixa		Cenário Alta	
	Nocional	Unid.	Fatores de Risco	Cenário Provável	25%	50%	25%	50%
							Impacto no resultado	
Risco Cambial								
Objeto de hedge								
Receita Prêmio Projetada	1.194.084	US$	US$	6.663.586	(1.665.897)	(3.331.793)	1.665.897	3.331.793
Estoques	86.119	US$	US$	480.587	(120.147)	(240.294)	120.147	240.294
Instrumento de hedge								
NDF - Hedge de fluxo de caixa	(4.932)	US$	US$	(2.802)	6.881	13.762	(6.881)	(13.762)
Fornecedores	(535.984)	US$	US$	(426.083)	747.765	1.495.529	(747.765)	(1.495.529)
Empréstimos	(739.287)	US$	US$	(376.801)	1.031.398	2.062.796	(1.031.398)	(2.062.796)
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	(300.986)	US$	US$	(1.679.652)	419.913	839.826	(419.913)	(839.826)
Total	**(300.986)**			**4.658.835**	**419.913**	**839.826**	**(419.913)**	**(839.826)**
Risco de taxa de juros								
Objeto de hedge								
Passivos	(158.995)	US$	LIBOR	(1.235.505)	7.950	9.649	4.551	2.852
Demais instrumentos não derivativos								
Ativos	48.604	R$	PRÉ	48.604	(132)	(457)	507	821
Passivos	(17.879)	R$	PRÉ	(18.139)	(287)	(194)	(464)	(548)
Total	**(128.270)**			**(1.205.040)**	**7.531**	**8.998**	**4.594**	**3.125**
Risco de preço de commodities								
Instrumento de hedge								
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(25)	tons	Cobre	(1.352)	338	676	(338)	(676)
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo Estoque	100	tons	Cobre	5.409	(1.352)	(2.705)	1.352	2.705
Deriv. Embutido (Cobre) - Hedge de Valor Justo	2.520	tons	Cobre	136.280	(34.070)	(68.140)	34.070	68.140
Total	**2.595**			**140.337**	**(35.084)**	**(70.169)**	**35.084**	**70.169**
Instrumento de hedge								
Derivativo embutido	2.738	Oz	Ouro	27.699	(6.925)	(13.850)	6.925	13.850
Derivativo embutido	107.336	Oz	Prata	13.828	(3.457)	(6.914)	3.457	6.914
Total	**107.336**			**13.828**	**(3.457)**	**(6.914)**	**3.457**	**6.914**
Instrumento de hedge								
NDF (Zinco, Chumbo e Estanho)	-	tons	Outros Metais	3.813	(953)	(1.907)	953	1.907
Não designados para hedge accounting								
NDF	(200)	tons	Outros Metais	(7.865)	1.966	3.933	(1.966)	(3.933)
Total	**(200)**			**(4.052)**	**1.013**	**2.026**	**(1.013)**	**(2.026)**
Premissas								
Taxa câmbio	Ptax - USD/BRL			5,5805	4,1854	2,7903	6,9756	8,3708
Preço Cobre	Official Price Cash LME			$9.692	$7.269	$4.846	$12.115	$14.538
Preço Ouro	Official Price Cash LBMA			$1.813	$1.360	$906	$2.266	$2.719
Preço Prata	Official Price Cash LBMA			$23	$17	$12	$29	$35
Preço Zinco	Official Price Cash LME			$3.630	$2.723	$1.815	$4.538	$5.445
Preço Estanho	Official Price Cash LME			$39.635	$29.726	$19.818	$49.544	$59.453
Preço Chumbo	Official Price Cash LME			$2.329	$1.746	$1.164	$2.911	$3.493

28.6 Contabilidade de *hedge*: A Paranapanema adotou os seguintes programas de *hedge accounting*: 28.6.1 *Hedge* de Fluxo de Caixa de Receitas em dólares norte-americanos: O objetivo do programa é garantir que um percentual da receita equivalente ao prêmio das vendas indexadas ao dólar não seja impactado com variação cambial. A combinação do derivativo e da receita irá resultar numa entrada de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar norte-americano, garantida pelo instrumento financeiro derivativo. O objeto de *hedge* é um percentual das receitas, equivalente aos prêmios futuros altamente prováveis, indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de *hedge* contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utiliza, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de *hedge*. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* (neste caso o percentual da receita equivalente ao prêmio futuro) for realizado. Com base no CPC 48, os instrumentos de *hedge* poderão ser rolados até o mês esperado para realização das receitas que contenham o percentual relativo a prêmios. O mês de realização é definido no momento da designação da relação de *hedge*. 28.6.2 *Hedge* de Valor Justo de Compromissos Firmes de Venda: O objetivo do hedge de Compromisso Firme de Venda é proteger o valor justo, em dólares norte-americanos (USD), do preço do cobre fixado nas vendas contra movimentos desfavoráveis do preço do cobre cotado na London Metal Exchange (LME). O objeto de hedge são vendas futuras de cobre em dólares americanos (USD) com preço pré-fixado para clientes nos compromissos firmes de venda. Os instrumentos de *hedge* são derivativos de cobre com cotação na London Metal Exchange (LME). A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para o *hedge* é Contabilizada no Resultado Operacional, assim como os compromissos firmes de venda. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o resultado operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia. 28.6.3 *Hedge* de Valor Justo de Estoques: O objetivo do *hedge* de Valor Justo de Estoques visa proteger o seu componente de custo mais relevante que é a porção metal (cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata) dos estoques, mantendo-os a mercado (preço do metal em reais) até que a venda seja realizada. Os custos de transformação dos metais (mão de obra e insumos) não são representativos frente ao custo total do estoque e são denominados em reais, portanto, não são objetos de *hedge* de preço de metal ou de câmbio. Os instrumentos de hedge de preço de metal são derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre, que foram bifurcados dos contratos. Este programa foi implementado a partir de dezembro de 2013. Em 01 de março de 2014 foi implementado o *hedge* de valor justo de estoques utilizando derivativos em bolsa como instrumento de *hedge*, que protege a variação dos preços médios mensais à vista. Em 01 de maio de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para os metais zinco, chumbo e estanho. Em 01 de junho de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para ouro e prata. Em 01 de Janeiro de 2016 foi iniciada a marcação a mercado dos preços dos metais em reais via designação de instrumentos financeiros como hedge de câmbio. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos de valor justo de estoque são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. Sendo a porção inefetiva é registada diretamente no resultado. A marcação a mercado dos contratos de derivativos embutidos, em bolsa e instrumentos financeiros, é Contabilizada no estoque assim como o objeto de *hedge*, que é o Estoque de metal contido. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia. 28.6.4 *Hedge* de Fluxo de Caixa de custo de metais: O objetivo do hedge é proteger o custo de cobre dos produtos vendidos para um determinado mês de venda, ajustando o custo dos produtos vendidos, por referências de preços idênticas ou próximas às referências de preços de cobre em dólar norte-americano, às receitas com a venda de cobre. Este *hedge*, em conjunto com o programa de *hedge* de valor justo do estoque, permite que o custo do metal no CPV seja similar ao preço do metal da receita. O objeto de *hedge* é o custo de cobre nos produtos vendidos para um determinado mês de venda. Os instrumentos de *hedge* são contratos futuros de cobre que têm como objetivo trocar referências de preços médios de cobre. Este programa foi implementado a partir de abril de 2014. A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para *hedge* é Contabilizada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Derivativos a Receber quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Derivativos a Pagar e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento que o objeto de *hedge* for realizado. Em conformidade com os requerimentos de documentação que estão definidos no IFRS 09, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações de *hedge* sujeitas à Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) documentando: i. O relacionamento do *hedge*; ii. O objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o *hedge*; iii. A identificação do instrumento de *hedge* (instrumento financeiro derivativo ou não derivativo); iv. O objeto de *hedge* ou posição protegida; v. A natureza do risco a ser coberto; vi. A descrição da relação de cobertura; vii. A demonstração da correlação entre o instrumento de hedge e o objeto de *hedge* quando aplicável; viii. A demonstração prospectiva e retrospectiva da efetividade do *hedge*. As transações para as quais a Paranapanema fez a designação como *hedges* de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foram feitos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

					Controladora/Consolidado
Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos	Referência	Valor de Mercado(*) 2021
Hedge de Fluxo de Caixa					
Derivativos - designados					Instrumento
NDF - Encerrados	Receita em USD	USD	01/2021 a 12/2021	(63.705) US$	**(43.126)**
NDF - Provisão	Receita em USD	USD	01/2022 a 12/2022	(333.192) US$	**(2.802)**
NDF - Encerrados	Custo	Cobre	01/2021 a 12/2021	4.665 tons	**(9.077)**
Não derivativos - designados					
ACC/PPE - Provisão	Receita em USD	USD	01/2022 a 12/2030	(653.168) US$	**(428.294)**
Demais dívidas - Provisão	Receita em USD	USD	01/2022 a 11/2036	(535.984) US$	**(406.596)**
Hedge de Valor Justo					
Derivativos					
NDF - Encerrados	Compromisso de venda	Cobre	01/2021 a 12/2021	3.694 tons	**(2.627)**

					Controladora/Consolidado
Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos	Referência	Valor de Mercado(*) 2021
NDF - Provisão	Compromisso de venda	Cobre	01/2022 a 12/2022	75 tons	**(120)**
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	01/2021 a 12/2021	64.967 tons	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	01/2022 a 12/2022	1.623 tons	**(870)**
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	01/2021 a 12/2021	12.807 Oz	**39**
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	01/2021 a 12/2021	289.814 Oz	**35**
NDF - Encerrados	Estoques	Cobre	01/2021 a 12/2021	58.902 tons	**145.332**
NDF - Encerrados	Estoques	Zinco	01/2021 a 12/2021	3.075 tons	**1.127**
NDF - Provisão	Estoques	Zinco	01/2022 a 12/2022	200 tons	**(740)**
NDF - Encerrados	Estoques	Chumbo	01/2021 a 12/2021	125 tons	**(24)**
NDF - Encerrados	Estoques	Estanho	01/2021 a 12/2021	195 tons	**2.769**
NDF - Provisão	Estoques	Estanho	01/2022 a 12/2022	- tons	**(274)**
NDF - Encerrados	Estoques	Ouro	01/2021 a 12/2021	18.696 Oz	**1.814**
NDF - Encerrados	Estoques	Prata	01/2021 a 12/2021	479.029 Oz	**3.089**

(*) Derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa provisionados estão registrados no Patrimônio Líquido

	Controladora/Consolidado	
Patrimônio Líquido	2021	2020
Derivativos designados para hedge accounting		
Risco de commodities	**(9.077)**	767
Risco cambial	**(2.802)**	(28.261)
	(11.879)	(27.494)
Não derivativos designados para hedge accounting		
Risco cambial - Operações em aberto	**(834.890)**	(855.695)
	(834.890)	(855.695)

28.7 Risco de crédito: A política de vendas dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar. O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes. O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro. A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating*.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2021	2020
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	**26.592**	137.153	**40.115**	138.761
Aplicações Financeiras	05	**20.653**	42.892	**20.653**	42.892
Contas a receber de clientes	06	**109.075**	341.689	**108.995**	341.622
Outros Ativos	09	**89.745**	204.528	**90.371**	204.374
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	**5.439**	38.150	**5.439**	38.150
		251.504	764.412	**265.573**	765.799

28.8 Risco de liquidez: a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos reestruturados. b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas, vide Nota 1. Os valores apresentados incluem principal e juros calculados, utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2021 (R$5,5805/US$1,0000) para as dívidas denominadas em dólares norte-americanos (PPE, ACC e Finimp), e as taxas de juros dos contratos vigentes.

				Consolidado		
	Notas	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 4 anos	Mais que 4 anos
Ativos						
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	40.115	40.115	-	-	-
Aplicações Financeiras	05	20.653	16.332	4.321	-	-
Contas a receber de clientes	06	108.995	108.995	-	-	-
Outros Ativos	09	90.371	22.286	68.085		
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	5.439	5.439	-	-	-
		265.573	193.167	72.406	-	-
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	16	(3.250.703)	(615.758)	(283.629)	(572.717)	(1.778.599)
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	(103.851)	(103.851)	-	-	-
Arrendamento mercantil	15	11.588	11.588			
Créditos de Clientes	20	(1.501)	(1.501)	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	(7.388)	(7.388)	-	-	-
Fornecedores	13	(136.948)	(135.001)	(1.947)	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	(169.863)	(169.863)	-	-	-
		(3.658.666)	(1.021.774)	(285.576)	(572.717)	(1.778.599)
Posição Líquida		(3.393.093)	(828.607)	(213.170)	(572.717)	(1.778.599)

28.9 Valor contábil / valor justo: A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/ item 29), exceto para as operações de Empréstimos e Financiamento, onde foram apurados os seus valores justos e estão demonstrados nos quadros da Nota 28.4- classificação de Instrumentos Financeiros. 28.10 Gestão do capital: O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	16	3.250.703	2.889.201	3.250.703	2.889.201
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	169.863	228.995	169.863	228.995
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	28	4.130	86.019	4.130	86.019
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(26.592)	(137.153)	(40.115)	(138.761)
(-) Aplicações financeiras	05	(20.653)	(42.892)	(20.653)	(42.892)
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	28	(5.365)	(36.808)	(5.365)	(36.808)
(=) Dívida líquida		**3.372.086**	**2.987.362**	**3.358.563**	**2.985.754**
Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar	28	3.258	156.918	3.258	156.918
(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber	28	(74)	(1.342)	(74)	(1.342)
(=) Dívida líquida c/ Derivativos Embutidos		**3.375.270**	**3.142.938**	**3.361.747**	**3.141.330**
Patrimônio líquido	21	(954.026)	(198.590)	(954.026)	(198.590)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	(652.999)	(692.101)	(652.999)	(692.101)
Total Capital Próprio		**(301.027)**	**493.511**	**(301.027)**	**493.511**
Quociente de alavancagem		109,80%	85,82%	109,85%	85,82%
Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos		109,79%	86,43%	109,84%	86,42%

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até março de 2023, e não sujeita à Companhia a nenhuma restrição. A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado. As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	Controladora/Consolidado	
	2021	2020
Até 1 Ano	9.468	8.013
de 2 a 3 anos	3.156	10.017
	12.624	18.030

30. SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021, as importâncias seguradas e limite de cobertura contratados nos respectivos ramos de seguros eram compostos por:

Ramo	Valor em Risco Declarado(*)	Limite Máximo Indenizável(*)
Risco Operacional	R$ 2.553.539	R$ 200.000
Responsabilidade Civil Geral	R$ 11.000	R$ 22.000
Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)	R$ 65.000	R$ 65.000
Transportes (território nacional)	R$ 9.500.000	R$ 9.500.000
Transportes (território internacional)	USD 3.000	USD 3.000
Ações Judiciais e Financeiras		Valor Estipulado para Causa defendida
Veículos		100% do valor do veículo (Base Tabela FIPE)
Vida em Grupo		30 x salário base

*Não Auditado pelos auditores independentes

31. PREVIDÊNCIA PRIVADA

Os planos de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas são um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados, cujas principais características são resumidas seguir: PGBL/VGBL: Depois de atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia, respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído. Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev. O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas no período foi de R$1.787 (R$1.746 no mesmo período de 2020).

32. PLANO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

32.1 - Termos e condições gerais: a) Beneficiários: Alguns Executivos da Companhia, conforme o quanto contratado, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas. Até 2016, o ILP era baseado em ações, utilizando um conceito de *phantom shares*, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em URVs, baseadas no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3), distribuídas em períodos denominados vesting. As obrigações referentes as URV's distribuídas até 2016, serão mantidas conforme as regras contidas neste parágrafo. A partir de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, que o ILP não está mais vinculado ao desempenho das ações (phantom shares), sendo calculado em múltiplos de salário e baseados em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração e metas individuais previamente acordadas. As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível. b) Condições para exercício: O instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das remunerações variáveis os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento. O elegível tem direito ao pagamento do ILP desde que seu contrato de trabalho esteja ativo. I. No caso de suspensão do contrato por invalidez, não haverá pagamento enquanto o contrato permanecer suspenso. II. No caso de falecimento, os herdeiros e/ou sucessores receberão os direitos aos quais o elegível faria jus até o falecimento, na proporção de 50%. c) Critérios para fixação do prazo de exercício: Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o ILP será diferido em 2 (duas) parcelas, com pagamentos anuais, ou seja, 50% dos múltiplos de salário base por ano, sendo que o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será o múltiplo de salários base vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento. d) Forma de liquidação: A liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas. 32.2 -*Phantom Shares* até o exercício de 2016: a) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício: Em cada ano de pagamento das *phantom shares*, a quantidade de direito (¼ por ano) será multiplicada pelo valor médio da ação da PMA (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento. b) Restrições à transferência das ações: O exercício das *phantom shares* não implica na concessão de ações da Companhia, sendo a remuneração a elas atrelada paga em espécie. Os direitos e obrigações decorrentes do instrumento individual não poderão ser em hipótese alguma, cedidos ou transferidos a terceiros, tampouco oferecidos como garantia de obrigações. c) Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente:

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

a) Transações das atividades de investimento e financiamento que não envolvem caixa:

	2021	2020
Atividades de investimento		
Valor residual de ativo permanente baixado	8.135	737
Depreciação e amortização	141.196	154.899
Depreciação Represada no Estoque	8.469	7.584
Encargos financeiros	17	(142)
Transferência para outras conta do balanço	(598)	-
Impairment / Prov. Perdas	(89)	736
Adições em imobilizado e intangível	157.130	163.814
Atividades de financiamento		
Obrigações Performadas	-	(70.000)
Amortização direito de uso do ativo	11.550	11.934
Encargos Financeiros	411.623	764.168
	423.173	706.102

b) Reconciliação da dívida líquida:

	Empréstimos e Financiamentos	Operações com forfait e cartas de crédito	Instrumentos financeiros derivativos	Endividamento	Caixa Total	Dívida Líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	2.889.201	228.995	204.787	3.322.983	181.653	3.141.330
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(50.121)	(59.132)	(205.147)	(314.400)	(120.885)	(193.515)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	411.623	-	2.309	413.932	-	413.932
Encargos financeiros e variações cambiais	411.623	-	2.309	413.932	-	413.932
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	**3.250.703**	**169.863**	**1.949**	**3.422.515**	**60.768**	**3.361.747**

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), assinado em 29 de dezembro de 2021, constava em sua cláusula 2, algumas condições suspensivas a serem cumpridas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis contatos da celebração do Quarto Aditivo. Todas as condições suspensivas foram cumpridas pela Companhia dentro do prazo estabelecido entre as partes, entre elas: • Obtenção, pelas obrigadas, de todas as aprovações internas e autorizações societárias devidas, além de autorizações e registros governamentais (inclusive, sem limitação perante o Banco Central do Brasil), quando exigidas, relativas à celebração e formalização deste Quarto Aditivo, dos Novos Contratos Definitivos e dos Novos Contratos de Garantia dos quais as obrigadas sejam partes; • Apresentação a cada um dos credores da comprovação dos poderes dos representantes legais das obrigadas signatários deste Quarto Aditivo, dos respectivos novos contratos definitivos e dos novos contratos de garantia; • Conclusão das minutas e assinatura dos novos contratos definitivos e dos novos contratos de garantia e inclusão de tais minutas no Acordo; • Obtenção de todos os protocolos, consentimentos e/ou notificações, conforme aplicáveis, dos Novos Contratos Definitivos e dos Novos Contratos de Garantia, conforme neles previstos e na legislação aplicável; • Pagamento aos Credores dos Juros Remuneratórios Inadimplidos, Juros Remuneratório e Principal, conforme definidos no cronograma de amortização.

DIRETORIA

Diretor Presidente - Luiz Carlos Siqueira Aguiar
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Igor Gravina Taparelli

Diretor de Operações - Rafael Murro

Wagner Roberto Mazetto - Contador
1SP219854/O "S"BA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Paranapanema S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Santo André (SP), 17 de março 2022

Arizoly Rodrigues Pinto - **Presidente do Conselho Fiscal**

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Gryecos Attom Valente Loureiro

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, não estatutário, da Paranapanema S.A. ("Companhia" ou "Paranapanema"), instituído pelo Conselho de Administração em 14 de julho de 2010, tem a missão de assessorar o Conselho de Administração em questões estratégicas, com foco em gestão e controle, qualidade e integridade dos relatórios financeiros, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, acompanhamento das atividades dos auditores internos e independentes, e incentiva continuamente a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa. Atualmente sua composição conta com 2 (dois) membros integrantes do Conselho de Administração, sendo 1 (um) designado como coordenador, e 1 (um) membro externo com reconhecida experiência nas áreas financeira, de auditoria, Contabilidade, compliance e controles. O Gerente de Auditoria Interna, de Controles Internos, Riscos e Compliance, assim como a Diretora Jurídica da Companhia, participam do Comitê de Auditoria na qualidade de Convidados Permanentes. As principais competências e atribuições do Comitê de Auditoria, desempenhadas pelos seus membros, são as descritas a seguir e estão detalhadas em seu Regimento Interno, não obstante a obrigatoriedade de desempenho de outras funções e análise de temas específicos quando solicitado pelo Conselho de Administração: (i) Supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros da Companhia. (ii) Exame da aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias. (iii) Exame da adequação dos processos relativos à gestão de riscos e controles internos. (iv) Supervisão das atividades dos auditores independentes das demonstrações financeiras e dos auditores internos. O Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2014, e sua última revisão foi realizada em 17 de fevereiro de 2020.

II. REUNIÕES, ATIVIDADES E RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA DURANTE O ANO DE 2021

O Comitê de Auditoria realiza reuniões ordinárias mensais, e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação prévia de seu coordenador ou do Conselho de Administração. No ano de 2021, foram realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias, com o principal escopo de: (i) Analisar o orçamento anual e proposta do plano anual de trabalho da área de Auditoria Interna. (ii) Acompanhar o andamento dos trabalhos da área de Auditoria Interna, conforme cronograma previsto no plano anual aprovado pelo Conselho de Administração. (iii) Acompanhar as atividades das áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance. (iv) Examinar os planos de trabalho e de auditoria, gestão de riscos e não conformidades, assim como o monitoramento e indicadores gerais, das áreas que atuam como 2ª Linha de Defesa em Governança Corporativa, quais sejam: (a) Sistema de Gestão Integrada em Qualidade (b) Saúde, Segurança e Meio Ambiente (c) Segurança da Informação (d) Segurança Patrimonial (v) Analisar as denúncias, e respectivos processos de investigação e tratamento, recebidas no canal de denúncias da Companhia, denominado "Linha Ética". (vi) Analisar, recomendar e emitir parecer, conforme o caso, sobre as informações financeiras periódicas trimestrais e anuais da Companhia. (vii) Analisar o processo de concorrência e contratação do auditor externo independente, em decorrência da rotatividade a cada ciclo de cinco anos exigida pela regulamentação vigente. (viii) Analisar, trimestralmente, as contingências da Companhia. (ix) Analisar o plano de trabalho dos auditores independentes das demonstrações financeiras do exercício social de 2021. (x) Examinar a revisão anual do mapa de riscos da Companhia (Avaliação Geral de Riscos). (xi) Analisar as fragilidades e oportunidades de melhoria indicadas na Carta de Controles Internos, emitida pelos auditores independentes das demonstrações financeiras do exercício social de 2021, e acompanhar o tratamento de referidos pontos. (xii) Análise da estrutura organizacional das áreas de Auditoria Interna e de Controles Internos, Riscos e Compliance. (xiii) Avaliar a implementação e revisão dos normativos internos da Companhia, dentre eles o Código de Conduta Ética, a Política de Gestão de Riscos de Mercado e a Política de Privacidade de Dados Pessoais. O coordenador do Comitê de Auditoria reporta mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração os principais temas analisados e discutidos pelo órgão. Além disso, sempre que necessário ou solicitado, o membro externo do Comitê de Auditoria participa das reuniões do Conselho de Administração para manifestar-se e emitir suas considerações sobre temas específicos. Nas matérias de ordem deliberativas das reuniões do Conselho de Administração, que são objeto de exame prévio do Comitê de Auditoria, há o reporte do posicionamento e discussões havidas no âmbito do comitê, assim como a sua recomendação ao Conselho de Administração. Ao longo do ano de 2021, o Comitê de Auditoria examinou as seguintes matérias, recomendando o seu respectivo posicionamento ao Conselho de Administração: (i) Aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. (ii) Aprovação das Informações Financeiras Trimestrais relativas ao ano de 2021. (iii) Aprovação do Plano Anual e Orçamento da Auditoria Interna para o ano de 2021. (iv) Revisão da Tabela de Delegação de Autoridade e Limites de Alçada. (v) Revisão Anual da Avaliação Geral de Riscos. (vi) Revisão da Estrutura organizacional das áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance e de Auditoria Interna. (vii) Revisão do Código de Conduta Ética. (viii) Implementação da Política de Privacidade de Dados Pessoais. (ix) Análise da Política de Gestão de Riscos de Mercado. (x) Contratação do auditor independente para o novo ciclo de cinco anos (2022 a 2026). O Comitê de Auditoria emite, adicionalmente, relatório trimestral ao Conselho de Administração, cujo reporte é realizado em pauta específica para acompanhamento das atividades e endereçamento de recomendações gerais do comitê.

II. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Comitê de Auditoria da Companhia, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros da Companhia, em especial às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhamento da efetividade da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da auditoria interna, durante o exercício social referido, considerando o disposto no artigo 9º, parágrafo único, inciso III, da Instrução CVM nº. 481/2009, emite o seguinte parecer: Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, tudo consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, suportado pelo relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021.

Santo André (SP), 14 de março de 2022.

Altair Gallassi
Conselheiro de Administração
Coordenador do Comitê de Auditoria

Jair Luis Mahl
Conselheiro de Administração
Membro do Comitê de Auditoria

Jerônimo Antunes
Membro Externo do Comitê de Auditoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia "controladora e consolidado", referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Dias d'Ávila, 17 de março de 2022

Diretor Presidente - Luiz Carlos Siqueira Aguiar | **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores** - Igor Gravina Taparelli | **Diretor de Operações** - Rafael Murro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório emitido em 17 de março de 2022 pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia e de suas Controladas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia "controladora e consolidado", referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Dias d'Ávila, 17 de março de 2022

Diretor Presidente - Luiz Carlos Siqueira Aguiar | **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores** - Igor Gravina Taparelli | **Diretor de Operações** - Rafael Murro

continua

continuação — PARANAPANEMA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Paranapanema S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paranapanema S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Paranapanema S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranapanema S.A. e da Paranapanema S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Assuntos — Porque é um PAA — Como o assunto foi conduzido

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reestruturação de dívidas situação econômico-financeira	
Conforme Notas 1 e 16 às demonstrações financeiras, que descrevem que em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 40.927 mil no balanço consolidado, bem como patrimônio líquido negativo de R$ 857.452 mil. Adicionalmente, em 29 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu as renegociações e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), repactuado o pagamento das dívidas financeiras no montante de principal e de juros de US$ 521.097 milhões até o final do ano de 2028. Determinamos este assunto como principal assunto de auditoria devido aos seguintes principais aspectos: • Os valores envolvidos na renegociação são significativos; • Os cálculos realizados com base nos novos termos contratuais para definir se o novo acordo é substancialmente diferente do anterior, nos termos do CPC 48/IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) são complexos e os potenciais impactos contábeis são significativos; • O acompanhamento da renegociação, a leitura de documentos relacionados ao tema e reuniões com os responsáveis pela governança foram assuntos que demandaram atenção e envolvimento constante ao longo do ano; e • Análise da projeção de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, preparada pela administração, a qual contém premissas significativas e julgamentos críticos.	Nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com a administração e com os órgãos de governança; • Envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros na avaliação da documentação suporte da operação, do tratamento contábil adotado pela Companhia para registro e do recálculo e remensuração dos valores envolvidos na transação com base nos novos termos contratuais; • Entendimento do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de fluxos de caixa, bem como a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração. Também comparamos as estimativas efetuadas pela administração com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções para os próximos 12 meses. • Avaliação do cumprimento das cláusulas restritivas (covenants) e condições suspensivas; • Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Impostos a recuperar Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2021 créditos de PIS e COFINS relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo dos referidos tributos decorrentes de processos no montante de R$ 623.387 mil. Adicionalmente, também conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2021 saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no montante de R$ 97.972 mil os quais referem-se, substancialmente, aos créditos gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função das estimativas utilizadas pela Administração serem baseadas em premissas e julgamentos críticos, notadamente em relação ao período em que os créditos tributários serão realizados.	Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Entendimento da metodologia e pressupostos chave utilizados na elaboração do plano estratégico para a realização desses créditos por meio de indagações aos responsáveis da área tributária. • Com auxílio de nossos especialistas tributários, efetuamos recálculo dos estudos técnicos utilizados pelo Grupo e avaliamos a adequação dos estudos de realização e da apresentação dos saldos entre ativo circulante e não circulante. • Comparamos as estimativas efetuadas pela administração com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação das projeções(análise retrospectiva das estimativas da administração realizadas no exercício). • Avaliação das premissas significativas utilizadas nas projeções, bem como teste das principais premissas utilizadas pela Administração através da comparação dos dados históricos e informações disponíveis de mercado, revisão da acurácia matemática das projeções e avaliação da consistência dos principais componentes das projeções com as metodologias de apuração dos tributos de acordo com a legislação atual. • Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.
Processos judiciais e contingências Conforme descrito na nota 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuiam provisões no montante de R$ 199.267 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes relevantes divulgados no montante total de R$ 1.595.788 mil, com destaque para as ações sobre o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o segundo procedimento arbitral em andamento advindo de Contrato de Abertura de Crédito com determinadas instituições financeiras. Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os prognósticos de perda, valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração. Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Diante do exposto, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Com o apoio de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, efetuamos leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia. • Obtivemos confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis. • Para os processos de maior relevância, obtivemos opiniões de outros assessores jurídicos externos com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotados pelos assessores jurídicos da Companhia. • Leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2022

pwc **PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador
CRC 1PE016700/O-0

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta - CNPJ nº 73.178.600/0001-18
Rua do Rócio nº 109 - 2º andar - Sala 01
CEP 04552-000 - Vila Olímpia - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com um cenário bastante desafiador devido ao aumento das taxas de juros, inflação mantida acima da expectativa e continuidade dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, a Cyrela apresentou em 2021 capacidade de execução, dados operacionais positivos e resultado financeiro sólido.

O Valor Geral de Vendas lançado foi 22% superior se comparado a 2020, totalizando R$ 7,1 bilhões em um total de 54 empreendimentos. O volume de vendas líquidas contratadas foi de R$ 5,5 bilhões, 12% acima do ano anterior, mesmo no delicado contexto descrito acima.

O resultado operacional saudável impulsionou o resultado financeiro. Nossa margem bruta atingiu 34,8% em 2021, 2,8 p.p. acima do ano anterior, mesmo com a pressão de custos do setor de construção civil ao longo do ano. O lucro líquido do ano foi de R$ 914 milhões, com margem de 19,1% e totalizamos R$ 434 milhões de geração de caixa no ano, ratificando o baixo nível de endividamento que a Companhia vem apresentando, em 4,1% Dívida Líquida / Patrimônio Líquido.

Sabemos que o ano de 2022 será desafiador, com riscos geopolíticos, variáveis macroeconômicas menos favoráveis e eventos locais que podem afetar o nível de vendas, como Copa do Mundo e eleições presidenciais. Apesar deste contexto, a Cyrela encontra-se posicionada para enfrentar o cenário que se apresenta, com equipe preparada e banco de terrenos seletivo e localizado em bairros estratégicos nas regiões em que operamos, sempre buscando maximizar o retorno aos acionistas.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	22.719	5.589	205.944	200.083
Títulos e valores mobiliários	4	1.177.927	751.456	2.298.888	1.641.817
Contas a receber	5	6.278	12.568	1.724.412	1.355.208
Imóveis a comercializar	6	22.980	48.730	3.498.628	2.700.146
Impostos e contribuições a compensar		11	120	16.013	14.435
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	-	-	2.221	757
Despesas com vendas a apropriar		-	-	51.600	31.965
Despesas Antecipadas		14.255	5.415	22.316	15.019
Instrumentos Financeiros e Derivativos	23	295	32.287	1.051	32.287
Demais contas		27.844	8.982	139.843	66.916
		1.272.309	**865.146**	**7.960.916**	**6.058.633**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	4	105.584	351.423	793.961	559.437
Contas a receber	5	5.750	6.052	609.232	708.346
Contas a receber por desapropriação		-	-	-	-
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	14	6.220	5.574	10.558	22.278
Créditos a receber com partes relacionadas	13	564.392	487.047	554.070	383.831
Impostos e contribuições a compensar		85.052	67.178	127.732	125.606
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	-	-	1.177	283
Imóveis a comercializar	6	15.882	-	1.486.656	1.341.441
Demais contas		11.323	8.556	66.758	73.650
		794.203	**925.830**	**3.650.145**	**3.214.871**
Investimentos em controladas e coligadas	7	7.274.923	6.959.722	2.070.208	2.066.024
Imobilizado	8	28.315	10.344	124.188	73.436
Intangível	9	29.739	36.242	35.713	20.962
		7.332.977	**7.006.308**	**2.230.109**	**2.160.422**
		8.127.180	**7.932.138**	**5.880.254**	**5.375.294**
Total do ativo		**9.399.489**	**8.797.284**	**13.841.170**	**11.433.926**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores de bens e serviços		41.535	35.621	219.163	151.524
Empréstimos e financiamentos	10	257.331	298.495	415.498	358.373
Instrumentos Financeiros e Derivativos	23	16.118	-	16.118	-
Debêntures	11	8.567	-	15.214	1.886
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12	174.375	171.962	272.908	202.137
Provisão para manutenção de imóveis	17	-	-	49.646	45.160
Impostos e contribuições a recolher		1.503	1.387	42.040	30.238
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	-	-	36.955	28.601
Salários, encargos sociais e participações		62.137	28.129	108.152	49.576
Contas a pagar por aquisição de imóveis	18	2.516	2.521	514.205	223.567
Dividendos a pagar		217.160	418.061	217.160	418.062
Obrigações a pagar com partes relacionadas	13	98.193	100.214	110.251	89.792
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	14	-	-	31.439	53.094
Adiantamentos de clientes	16	-	-	314.704	286.428
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	5.622	6.039	118.351	104.392
Demais contas		193.690	182.032	80.415	62.330
		1.078.747	**1.212.461**	**2.562.219**	**2.106.360**
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Fornecedores de bens e serviços		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	10	263.875	652.280	971.836	849.248
Debêntures	11	747.447	-	747.447	4.000
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12	858.531	1.165.012	1.202.567	1.286.361
Provisão para manutenção de imóveis	17	-	-	50.746	32.291
Impostos e contribuições a recolher		-	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de imóveis	18	-	-	280.339	292.195
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	3.754	4.560	106.013	84.332
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	249.083	258.239	309.068	314.127
Adiantamentos de clientes	16	-	-	809.011	668.384
Demais contas		-	-	-	-
		2.122.690	**2.080.091**	**4.477.027**	**3.530.938**
Patrimônio líquido					
Capital social	21 (a)	3.395.744	3.395.744	3.395.744	3.395.744
Outras reservas		(103.967)	(103.967)	(103.967)	(103.967)
Reservas de capital:					
Reserva de outorga de opções de ações	24 (c)	31.212	31.212	31.212	31.212
Reservas de lucros:					
Reserva legal	21 (c)	445.627	399.909	445.627	399.909
Retenção de Lucros	21 (f)	2.625.438	1.973.960	2.625.438	1.973.960
Ações em tesouraria e outras reservas	21 (b)	(192.224)	(192.224)	(192.224)	(192.224)
Lucros/Prejuízos Acumulados		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		(3.778)	99	(3.778)	99
Patrimônio líquido atribuído a participação dos:					
Acionistas da controladora		**6.198.052**	**5.504.733**	**6.198.052**	**5.504.733**
Acionistas não controladores		-	-	603.872	291.895
Total do patrimônio líquido		**6.198.052**	**5.504.733**	**6.801.924**	**5.796.628**
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.399.489**	**8.797.284**	**13.841.170**	**11.433.926**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita bruta operacional					
Incorporação e revenda de imóveis		6.923	26.540	4.851.226	3.765.116
Loteamento		1.898	2.041	51.769	41.562
Locação de imóveis		-	-	-	-
Provisão para Distrato		-	-	(62.954)	48.464
Provisão para Distrato - PCLD		(496)	-	(35.986)	-
Prestação de serviços e outras		11.993	12.348	113.605	70.655
		20.318	**40.929**	**4.917.660**	**3.925.796**
Deduções da receita bruta		(3.622)	(2.948)	(126.827)	(102.101)
Receita líquida operacional	24	**16.696**	**37.981**	**4.790.833**	**3.823.695**
Dos imóveis vendidos		(2.968)	(27.469)	(3.077.353)	(2.476.312)
Loteamento		(4.230)	(243)	(23.374)	(25.396)
Provisão para Distrato		-	-	39.254	(35.830)
Da prestação de serviços		-	-	(63.540)	(35.775)
Custo das vendas e serviços realizados	24	**(7.198)**	**(27.712)**	**(3.125.013)**	**(2.573.313)**
Lucro bruto operacional		**9.498**	**10.269**	**1.665.820**	**1.250.382**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(6.172)	(2.924)	(347.846)	(326.318)
Despesas gerais e administrativas	26	(166.935)	(116.268)	(495.333)	(384.720)
Despesas com honorários da administração	13 (c)	(6.120)	(5.957)	(6.120)	(5.957)
Resultado de participações societárias:					
Equivalência patrimonial	7 (a)	1.132.129	922.072	297.167	405.712
Outros resultados nos investimentos		-	-	-	-
Outras Perdas em investimentos		(82.128)	(144.185)	(81.965)	(161.611)
Outros Ganhos em investimentos		51.723	1.440.689	66.085	1.480.549
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	-	-
Outras despesas		(7.424)	(19.912)	(48.273)	(64.707)
Outras receitas		3.055	1.508	12.802	11.547
Lucro bruto antes do resultado financeiro		**927.626**	**2.085.292**	**1.062.937**	**2.204.877**
Resultado Financeiro		**(22.374)**	**56.529**	**42.997**	**84.502**
Despesas financeiras	27	(192.906)	(89.050)	(228.865)	(117.930)
Receitas financeiras	27	170.532	145.580	271.862	202.431
Lucro antes dos impostos		**905.252**	**2.141.821**	**1.105.934**	**2.289.379**
Imposto de renda e contribuição social					
Diferido	20 (b)	9.104	(256.996)	4.399	(262.343)
Corrente	20 (d)	-	(124.568)	(93.019)	(197.539)
		9.104	**(381.564)**	**(88.620)**	**(459.883)**
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		**914.356**	**1.760.257**	**1.017.315**	**1.829.496**
Parcela do lucro atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(102.959)	(69.239)
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	21 (e)	**914.356**	**1.760.257**	**914.356**	**1.760.257**
Lucro básico por ação - em R$		**2,37801**	**4,57800**	**2,37801**	**4,57800**
Lucro diluído por ação - em R$		**2,37801**	**4,57800**	**2,37801**	**4,57800**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Continuadas	**914.356**	**1.760.257**	**1.017.315**	**1.829.496**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes por conversão de investimentos	(1.461)	(453)	(1.461)	(453)
Ajustes por AVJORA de aplicações financeiras	(2.416)	554	(2.416)	554
Resultado Abrangente Total do Exercício, Líquido de Impostos	**910.479**	**1.760.358**	**1.013.438**	**1.829.597**
Lucro (Prejuízo) Líquido Atribuível aos:				
Acionistas controladores	910.479	1.760.358	910.479	1.760.358
Acionistas não controladores	-	-	102.959	69.239
	910.479	**1.760.358**	**1.013.438**	**1.829.598**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	20.318	40.929	4.917.660	3.877.332
Outras receitas	3.055	1.508	12.802	11.547
	23.373	**42.437**	**4.930.462**	**3.888.881**
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(7.198)	(27.712)	(3.125.007)	(2.524.741)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(75.503)	(50.545)	(495.251)	(464.683)
Outras despesas	(7.424)	(19.913)	(48.274)	(64.708)
	(90.124)	**(98.170)**	**(3.668.532)**	**(3.054.131)**
Valor Adicionado Bruto	**(66.752)**	**(55.732)**	**1.261.930**	**834.749**
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(9.024)	(9.410)	(62.239)	(40.908)
Amortização de mais valia de ativos	(10.133)	(9.640)	(6.840)	(7.264)
	(19.157)	**(19.049)**	**(69.078)**	**(48.172)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	**(85.909)**	**(74.781)**	**1.192.852**	**786.577**
Valor Adicionado Recebido em Transferências				
Resultado de equivalência patrimonial	1.132.129	922.072	297.167	405.712
Outros Resultados em Investimentos	(23.717)	1.300.638	(13.879)	1.319.284
Receitas financeiras	170.532	145.580	271.862	202.431
Valor Total Adicionado Recebido em Transferências	**1.278.944**	**2.368.290**	**555.150**	**1.927.428**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**1.193.035**	**2.293.509**	**1.748.002**	**2.714.005**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	43.292	44.967	181.279	152.861
Comissões sobre venda	402	16	38.869	27.143
Honorários da administração	6.120	5.957	6.120	5.957
Participação de empregados nos lucros	41.442	8.749	60.108	18.633
	91.255	**59.689**	**286.376**	**204.595**
Impostos, taxas e contribuições	(5.482)	384.512	215.446	561.984
Juros	192.906	89.050	228.865	117.930
	278.679	**533.252**	**730.687**	**884.509**
Remuneração de Capitais Próprios				
Lucro líquido do exercício	914.356	1.760.257	914.356	1.760.257
Parcela do lucro atribuída aos acionistas não controladores	-	-	102.959	69.239
	914.356	**1.760.257**	**1.017.315**	**1.829.496**
Valor Adicionado Total Distribuído	**1.193.035**	**2.293.509**	**1.748.002**	**2.714.005**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	905.252	2.141.821	1.105.934	2.289.379
Ajustes por:				
Depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado e intangível	12.467	14.615	40.025	51.163
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	-	(133)	(18.907)	(13.688)
Amortização de mais valia de ativos	5.436	4.135	149	346
Equivalência patrimonial	(1.132.129)	(922.072)	(297.167)	(405.712)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, debêntures e CRI não realizados	119.965	106.011	172.371	123.926
Impostos diferidos	(52)	(11)	5.136	(6.033)
Ajustes a valor presente	-	-	23.094	36.450
Provisões para garantia	-	-	63.477	44.966
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(139.764)	(94.882)	(221.719)	(130.819)
Resultado Operacional Swap	29.515	(27.404)	29.515	(27.404)
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(1.223)	2.584	35.640	40.315
Ajustes por conversão de investimentos	-	(453)	-	(453)
Ajustes por AVJORA de aplicações financeiras	-	554	-	554
Provisões para risco de crédito	496	29	98.940	(43.270)
Demais impostos e contribuições	-	-	-	-
Provisão Programa de pagamento em ações	-	60	-	60
Encargos capitalizados	517	2.124	46.249	67.353
Valor justo de Investimentos	22.253	-	22.253	-
	(177.267)	1.226.977	1.104.988	2.027.133
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	6.096	(63.477)	(392.124)	(358.034)
Imóveis a comercializar	9.350	46.352	(989.946)	524.808
Contas correntes com parceiros nos empreendimentos	(646)	69	(9.935)	1.203
De partes relacionadas	(296.526)	(151.173)	(366.941)	(134.451)
Impostos e contribuições a compensar	(17.765)	6.825	(3.704)	17.010
Despesas com vendas a apropriar	-	-	(19.635)	(19.357)
Despesas antecipadas	(8.840)	2.182	(7.297)	(2.125)
Demais contas ativo	(21.629)	(6.207)	(66.038)	(23.351)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	(5)	5	278.782	(41.305)
Impostos e contribuições a recolher	116	(124.668)	13.652	(807)
Fornecedores de Bens e Serviços	5.914	6.511	67.639	16.700
Provisão para manutenção de imóveis	-	-	(40.536)	(73.216)
Salários, encargos sociais e participações	34.008	5.113	58.576	(1.306)
Adiantamento de clientes	-	-	168.903	105.975
Outros passivos	11.658	(11.855)	18.086	(29.560)
Caixa e equivalentes provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	(455.536)	936.654	(185.529)	2.009.216
Impostos e contribuições pagos	-	-	(94.868)	(194.721)
Juros pagos	(85.067)	(83.865)	(116.361)	(102.676)
Caixa e equivalentes líquidos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	(540.603)	852.789	(396.758)	1.711.820
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aumento (redução) de bens do ativo imobilizado	(26.994)	(7.232)	(68.370)	(65.985)
Recebimento de dividendos	1.991.671	671.910	196.667	83.242
Aumento (redução) de investimento	(1.198.457)	(1.038.746)	72.602	(1.367.504)
Aumento (redução) de ativo intangível	(2.377)	5.396	(18.400)	6.313
Títulos e Valores Mobiliários	(43.283)	(119.179)	(672.292)	(248.930)
Instrumentos Financeiros e Derivativos	18.594	23.025	17.838	23.025
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	739.154	(464.826)	(471.955)	(1.569.840)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Ingressos de novos empréstimos, financiamentos e CRI	854.700	984.913	1.758.005	1.531.746
Pagamento de empréstimos, financiamentos e CRI	(835.220)	(773.115)	(891.548)	(895.609)
Distribuição de Dividendos	(200.901)	(600.000)	(200.901)	(600.000)
Distribuição de dividendos para acionistas não controladores	-	-	21.287	(96.841)
Ações em tesouraria	-	-	-	-
Aumento/(Redução) na participação dos acionistas não controladores	-	-	187.731	(93.569)
Dividendos Propostos	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento	(181.421)	(388.202)	874.574	(154.334)
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**17.130**	**(239)**	**5.861**	**(12.354)**
Saldo inicial	5.589	5.828	200.083	212.437
Saldo final	22.719	5.589	205.944	200.083
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**17.130**	**(239)**	**5.861**	**(12.354)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital: Outras reservas	Reservas de capital: Reserva de outorga de opções de ações	Reservas de capital: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2019		**3.395.744**	**(103.967)**	**32.131**	**(193.203)**	**311.896**	**1.319.777**	-	**(2)**	**4.762.376**	**413.067**	**5.175.443**
Transações de capital:												
Outras Mutações	21 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.569)	(93.569)
Opções outorgadas reconhecidas/exercidas	23 (c)	-	-	(919)	979	-	-	-	-	60	-	60
Resultados do período:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	1.760.257	-	1.760.257	69.239	1.829.496
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	21 (c)	-	-	-	-	88.013	-	(88.013)	-	-	-	-
Ajustes por conversão de investimento		-	-	-	-	-	-	-	(453)	(453)	-	(453)
Ajustes por AVJORA de aplicações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	554	554	-	554
Dividendos Intermediários		-	-	-	-	-	(600.000)	-	-	(600.000)	(96.841)	(696.841)
Dividendos Propostos	21 (d) / 21 (e)	-	-	-	-	-	-	(418.061)	-	(418.061)	-	(418.061)
Reserva de retenção de lucros	21 (d)	-	-	-	-	-	1.254.183	(1.254.183)	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2020		**3.395.744**	**(103.967)**	**31.212**	**(192.224)**	**399.909**	**1.973.960**	-	**99**	**5.504.733**	**291.895**	**5.796.628**
Transações de capital:												
Outras Mutações	21 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187.731	187.731
Opções outorgadas reconhecidas/exercidas	23 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados do período:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	914.356	-	914.356	102.959	1.017.315
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	21 (c)	-	-	-	-	45.718	-	(45.718)	-	-	-	-
Ajustes por conversão de investimento		-	-	-	-	-	-	-	(1.461)	(1.461)	-	(1.461)
Ajustes por AVJORA de aplicações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	(2.416)	(2.416)	-	(2.416)
Dividendos Intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.287	21.287
Dividendos Propostos	21 (d) / 21 (e)	-	-	-	-	-	-	(217.160)	-	(217.160)	-	(217.160)
Reserva de retenção de lucros	21 (d)	-	-	-	-	-	651.478	(651.478)	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2021		**3.395.744**	**(103.967)**	**31.212**	**(192.224)**	**445.627**	**2.625.438**	-	**(3.778)**	**6.198.052**	**603.872**	**6.801.924**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado - sob a sigla CYRE3.

A sede social da Companhia está localizada na Rua do Rócio, 109 - 2º andar, Sala 01, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a incorporação e construção de imóveis residenciais, isoladamente ou em conjunto com outras entidades. As sociedades controladas, sob controle compartilhado e coligadas, compartilham com a controladora as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia ou do parceiro, conforme cada situação.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavírus (COVID-19) como pandemia. Desde então, nossa sociedade precisou se adaptar conforme evoluía a situação sanitária e econômica. Passamos neste exercício por muitas mudanças de cenário e mantivemos sempre como prioridade a saúde e segurança de todos os nossos stakeholders, adotando diversas medidas e seguindo todos os protocolos recomendados.

Mais recentemente, com a evolução do programa de imunização, a situação sanitária apresentou uma melhora relevante, o que se traduziu em um aumento da mobilidade e relaxamento das restrições em todo o país. Isso se traduziu também em uma retomada mais acelerada das nossas operações especialmente do stands de vendas. De toda forma, continuamos e continuaremos seguindo todos os protocolos e mantemos o regime de home office para a maioria dos nossos colaboradores de escritório.

Durante todo este exercício, não identificamos nenhum impacto relevante na nossa carteira de recebíveis. Continuamos fazendo o monitoramento constante do nosso fluxo de caixa através da construção de cenários conservadores visando a manutenção do caixa da Companhia em patamares saudáveis. Com base nessas projeções, a Cyrela não espera pressões no caixa para os próximos 12 meses.

Em 30 de julho de 2021, ocorreu uma alteração no ambiente de tecnologia da informação, indicando um ransomware que causou baixo impacto. A operação da companhia não foi paralisada e todos os sistemas se encontram operantes. De imediato, foram adotadas todas as medidas de segurança e de controle cabíveis, incluindo ampla investigação, que foi instaurada com apoio de especialistas em tecnologia e Direito Digital.

A investigação foi concluída e não identificou nenhum indício de exfiltração de dados, o que transmite segurança para a companhia de que esse incidente foi superado sem qualquer impacto identificado.

2. Apresentação das Informações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas

2.1. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras individuais e consolidadas.

continua...

continuação

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades consolidadas e com controle compartilhado ou coligadas, de forma direta e indireta, considerados nas informações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, podem ser assim demonstrados:

		% Participação		2021				2020			
		2021	2020	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido do período	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido do período
Alleric Participações Ltda		100,00	100,00	16.240	803	15.437	(2.042)	4.824	498	4.326	(769)
Bello Villarinho Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	26.866	1.829	25.038	3.428	26.080	5.895	20.185	591
Camargo Correa Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	23.840	4	23.836	96	23.502	100	23.402	(8)
Campos Sales Empreendimentos Imobiliários Ltda		95,00	95,00	15.369	3.855	11.514	(245)	16.302	3.600	12.702	(13)
Canoa Quebrada Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	211.048	141.112	69.936	37.447	152.632	100.761	51.871	12.118
Carapa Empreendimentos Imobiliários S/A		60,00	60,00	30.251	1.556	28.695	655	33.676	1.624	32.052	215
Carlos Petit Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	36.066	11.575	24.492	12.584	32.401	6.523	25.879	4.359
Casaviva Ilheus Empreendimentos Imobiliários Ltda - SP	(ii)	21,66	-	95.811	53.903	41.907	19.525	-	-	-	-
Cashme Soluções Financeiras Ltda		100,00	100,00	1.037.535	455.883	581.652	(49.440)	467.083	148.980	318.103	(8.308)
Cbr 008 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.792	3.805	14.987	3.054	34.564	8.457	26.107	873
Cbr 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		32,50	32,50	96.201	18.035	78.166	44.288	80.255	39.376	40.879	2.157
Cbr 021 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	27.157	15.911	11.246	8.184	18.520	6.554	11.966	1.512
Cbr 024 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	61,70	50,00	268.437	63.112	205.326	(5.711)	267.265	72.014	195.251	(4.671)
Cbr 029 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	29.331	4.911	24.420	-	2	2	(1)	(1)
Cbr 030 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	61,70	50,00	244.730	66.703	178.027	(5.531)	243.268	75.602	167.665	(4.839)
Cbr 033 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	54.754	19.053	35.701	(1)	349	-	348	(1)
Cbr 036 Empreendimentos Imobiliários Ltda		20,00	20,00	34.202	13.666	20.536	(675)	-	-	-	(12)
Cbr 040 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	64.179	23.772	40.407	35.417	122.237	26.860	95.377	18.130
Cbr 046 Empreendimentos Imobiliários Ltda		71,35	71,35	53.503	36.405	17.098	2.163	29.597	22.758	6.839	29
Cbr 049 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	19.694	3.862	15.832	2.237	26.073	2.209	23.864	5.961
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	203.235	85.727	117.508	65.516	165.809	25.520	140.289	19.392
Cbr 052 Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,33	70,33	47.130	9.421	37.709	10.386	37.976	10.653	27.323	1.997
Cbr 054 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	27.671	15.275	12.396	2.350	20.767	12.797	7.970	(1.259)
Cbr 056 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	30.589	17.809	12.780	(1.057)	968	51	918	-
Cbr 057 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	33.990	17.593	16.397	16.430	48.553	30.763	17.791	(2)
Cbr 059 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	14.984	4.464	10.520	(144)	18.013	1.312	16.700	(170)
Cbr 081 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	80.900	8.522	72.378	23.053	97.024	10.343	86.681	(1)
Cbr 085 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	85,00	100,00	63.600	18.631	44.968	20.200	1.213	47	1.166	(70)
Cbr 092 Empreendimentos Imobiliários		100,00	100,00	58.640	22.154	36.486	(5)	2	-	2	(1)
Cbr 097 Empreendimentos Imobiliários		100,00	100,00	31.682	9.138	22.544	(944)	13.130	101	13.030	(1)
Cbr 098 Empreendimentos Imobiliários		100,00	100,00	22.472	1.610	20.862	-	2	-	1	(1)
CBR 123 Empreendimentos Imobiliários S.A	(ii)	100,00	-	37.529	11.375	26.154	40.725	-	-	-	-
Cbr Magik 03 Lz Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	22.989	12.954	10.036	3.936	30.431	15.232	15.199	14.202
Cbr Magik Lz 04 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	37.559	26.344	11.215	4.720	42.039	24.374	17.665	14.940
Cbr Magik Lz 07 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	42.919	16.275	26.643	5.957	2.728	212	2.516	-
Cbr Magik Lz 08 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	41.567	26.875	14.692	(118)	2.520	160	2.361	(1)
Cbr Magik Lz 10 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	38.141	16.967	21.174	(1)	652	76	576	(1)
Cbr120 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	70,00	-	33.551	12.769	20.782	-	-	-	-	-
Cbr122 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	100,00	-	40.235	6	40.228	(137)	-	-	-	-
Ccisa 02 Incorporadora Ltda		30,94	30,94	12.624	464	12.160	(301)	16.592	631	15.961	501
Ccisa 03 Incorporadora Ltda		15,48	15,48	65.722	21.040	44.682	6.719	67.234	19.271	47.963	9.807
Ccisa 04 Incorporadora Ltda		30,94	30,94	16.108	639	15.468	1.085	20.627	744	19.883	2.342
Ccisa 05 Incorporadora Ltda		15,48	15,48	101.213	8.922	92.291	26.675	103.357	22.541	80.816	21.471
Ccisa 71 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	71.638	48.688	22.950	17.999	33.949	19.997	13.952	(297)
Ccisa123 Incorporadora Ltda	(ii)	30,97	-	94.578	-	94.578	(50)	-	-	-	-
Ccisa20 Incorporadora Ltda		30,94	30,94	31.680	8.666	23.014	10.721	56.948	22.144	34.804	12.800
Ccisa22 Incorporadora Ltda		30,94	30,94	10.389	342	10.047	854	11.587	403	11.184	3.556
Ccisa24 Incorporadora Ltda	(i)	30,36	30,94	32.738	15.894	16.844	13.780	15.090	6.586	8.504	(103)
Ccisa48 Incorporadora Ltda		30,97	30,94	124.537	100.231	24.306	20.811	44.347	40.142	4.206	(5)
Ccisa50 Incorporadora Ltda		30,97	30,94	17.306	2.513	14.793	15.960	31.844	14.310	17.534	1.102
Ccisa51 Incorporadora Ltda		30,97	30,94	24.504	10.991	13.513	12.991	78.580	58.765	19.815	4.632
Ccisa54 Incorporadora Ltda		30,97	30,94	56.747	28.575	28.173	26.792	92.754	69.373	23.381	4.630
Ccisa57 Incorporadora Ltda		30,94	30,94	37.721	3.538	34.183	10.764	2	-	2	(1)
Ccisa59 Incorporadora Ltda		30,94	30,94	46.266	34.613	11.653	25.874	78.146	62.867	15.279	4.682
Ccisa62 Incorporadora Ltda		30,97	30,94	140.585	121.387	19.199	40.641	111.245	80.661	30.584	7.361
Ccisa66 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	109.545	71.122	38.422	7.483	23.521	6.073	17.448	(60)
Ccisa67 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	62.351	45.022	17.329	21.083	24.798	19.509	5.289	(8)
Ccisa68 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	44.794	34.558	10.236	4.357	2.355	3	2.352	(6)
Ccisa69 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	39.857	29.167	10.690	(660)	2.634	141	2.493	-
Ccisa70 Incorporadora Ltda		30,97	30,94	40.341	19.891	20.451	10.356	29.159	20.189	8.970	687
Ccisa75 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	62.254	39.861	22.394	9.072	353	8	345	(1)
Ccisa76 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	79.325	60.251	19.074	16.541	26.937	21.446	5.491	(12)
Ccisa77 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	44.516	24.149	20.368	1.009	1.908	3	1.905	175
Ccisa79 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	118.580	103.177	15.402	12.936	4.108	564	3.543	(9)
Ccisa83 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	169.344	136.471	32.873	26.341	303	1	302	(1)
Ccisa89 Incorporadora Ltda		30,97	30,97	38.215	27.402	10.813	6.887	131	3	128	(1)
Chillan Investimentos Imobiliários Ltda		15,48	15,48	18.157	335	17.822	1.834	17.023	465	16.558	(149)
Cotia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	42.415	30.619	11.795	21.853	18.362	9.383	8.979	5.291
Cury Construtora e Incorporadora S/A		30,97	30,97	1.230.056	638.957	591.098	299.753	889.241	399.778	489.464	92.844
Cyma 03 Empreendimentos Imobiliários Ltda		20,00	20,00	50.796	20.481	30.315	(772)	(330)	(330)	-	(129)
Cyma 10 Emp Imob Ltd	(ii)	75,00	-	20.188	5.526	14.662	91	-	-	-	-
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A		75,00	75,00	37.502	8.545	28.957	11.308	27.181	927	26.255	5.623
Cyrela Aconcagua Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	62.260	2.635	59.625	(1.849)	51.257	3.017	48.241	(2.170)
Cyrela Alasca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	55.422	33.518	21.904	15.058	54.711	26.519	28.191	10.119
Cyrela Asteca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	12.873	34	12.839	-	12.307	19	12.287	(36)
Cyrela Belgrado Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	94.013	16.506	77.507	(1.498)	69.634	5	69.629	-
Cyrela Boraceia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	139.737	123.383	16.354	(433)	7.037	126	6.911	(207)
Cyrela Brazil Realty Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	57.070	745	56.325	(532)	67.206	(7.891)	75.097	(857)
Cyrela Ccp Canela Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,78	50,78	32.281	21	32.260	(2)	32.156	3	32.152	(1)
Cyrela Cristal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	71.901	8.622	63.279	11.588	79.372	13.014	66.359	1.297
Cyrela Df 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	33.679	312	33.367	413	33.582	288	33.294	(687)
Cyrela Esmeralda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	90.488	42.158	48.330	(1.335)	54.470	23.490	30.979	683
Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	89.142	77.856	11.286	2.074	98.508	78.521	19.987	5.640
Cyrela Extrema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	26.621	1.229	25.392	(6.744)	36.522	1.289	35.234	(1.767)
Cyrela Granwood de Investimento Imobiliários Ltda		95,75	95,75	166.166	43.913	122.253	82.962	101.823	17.617	84.205	18.228
Cyrela Indico Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	72,00	10.319	77	10.242	(2.133)	17.333	2	17.330	312
Cyrela Indonesia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	33.130	19.297	13.833	8.383	51.012	23.224	27.788	383
Cyrela Magik Monaco Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	14.226	3.956	10.270	1.127	9.967	1.769	8.198	70
Cyrela Magiklz Campinas 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	154.778	78.986	75.792	39.391	71.108	28.217	42.890	8.586
Cyrela Magiklz Nazca Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	67.908	26.699	35.209	16.665	41.358	19.814	21.544	(356)
Cyrela Maguari Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	108.462	20.894	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	(219)
Cyrela Mexico Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	25.402	8.353	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	(145)
Cyrela Monza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	165.516	14.943	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	(332)
Cyrela Normandia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	48.066	16.251	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Cyrela Pacifico Empreendimentos Imobiliários S/A		80,00	80,00	29.397	1	29.396	(5)	29.403	3	29.400	10
Cyrela Parana Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	15.839	2.751	13.088	(14.643)	32.388	2.051	30.337	(863)
Cyrela Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	84.470	9.955	74.514	4.310	102.353	19.492	82.861	(9.396)
Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	42.648	7.651	34.998	(28)	36.802	170	36.631	(57)
Cyrela Polinesia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	28.681	9.914	18.767	5.351	41.986	10.259	31.728	8.413
Cyrela Pompeia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	14.822	3.132	11.690	9.746	15.438	5.142	10.296	1.951
Cyrela Portugal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	57.911	4.307	53.604	101.106	129.027	7.430	121.597	58.407
Cyrela Puglia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	54.300	5.350	48.949	14.998	2.277	557	1.720	(438)
Cyrela Recife Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	283.060	54.937	228.123	(1.108)	417.787	67.316	350.471	(5.589)
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	86.522	7.813	78.709	(32.817)	109.123	39.330	69.793	6.201
Cyrela Rjz Jogentijo Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	43,00	102.949	61.785	41.163	(9.025)	115.866	62.161	53.705	1.090
Cyrela Sao Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	69.075	49.280	19.796	13.485	44.672	37.666	7.006	4.100
Cyrela Somerset de Investimentos Imobiliários Ltda		83,00	83,00	33.631	47	33.584	21.138	24.012	266	23.746	3.238
Cyrela Suecia Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	91,24	93,20	214.157	187.113	27.044	(12.604)	212.912	171.848	41.065	(4.172)
Cyrela Sul 001 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	22.426	2.476	19.950	7.449	38.614	3.244	35.369	3.301
Cyrela Sul 003 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	14.243	995	13.249	5.247	23.597	1.616	21.981	1.178
Cyrela Sul 004 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	48.947	10.316	38.631	11.608	29.466	2.294	27.172	2.329
Cyrela Sul 007 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		80,00	80,00	34.035	11.615	22.419	2.526	19.683	11.104	8.579	3.076
Cyrela Sul 008 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		90,00	90,00	34.433	678	33.755	2.296	52.411	1.516	50.894	10.640
Cyrela Sul 009 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	54.711	24.718	29.993	17.914	40.583	21.237	19.346	509
Cyrela Sul 010 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	78,00	90,00	107.741	14.858	92.883	17.908	50.725	21	50.704	107
Cyrela Sul 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		90,00	90,00	19.096	936	18.160	2.811	26.595	10.744	15.851	1.451
Cyrela Sul 012 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	34.509	11.769	22.740	11.906	17.585	6.720	10.865	2.888
Cyrela Sul 013 Empreendimentos Imobiliários Ltda		92,50	92,50	15.196	1.401	13.795	10.855	22.574	1.443	21.131	47
Cyrela Sul 014 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		90,00	90,00	33.497	9.099	24.398	(1.354)	37.183	10.078	27.105	(2.286)
Cyrela Sul 016 Empreendimentos Imobiliários Ltda		90,00	90,00	58.663	31.009	27.654	2.723	65.513	36.772	28.741	(54)
Cyrela Sul 017 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	23.883	13.856	10.027	6.258	11.298	7.509	3.789	1.850
Cyrela Sul 018 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	31.822	11.217	20.605	12.777	14.568	5.376	9.192	2.645
Cyrela Sul 019 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		80,00	80,00	29.219	15.747	13.472	3.854	15.841	7.085	8.756	1.122
Cyrela Sul 022 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(i)	68,00	80,00	33.953	1.189	32.764	7.473	28.614	12	28.602	920
Cyrela Sul 023 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(i)	70,80	80,00	22.900	10.738	12.161	(735)	1.845	41	1.804	(17)
Cyrela Sul 029 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	68,00	80,00	21.232	3.805	17.426	9.192	7.710	1.651	6.059	-
Cyrela Urbanismo 3 - Empreendimentos Imobiliários Ltda.		100,00	100,00	11.211	77	11.133	(2)	2	-	2	-
Cyrela Vermont de Investimento Imobiliário Ltda		97,90	97,90	16.005	137	15.868	-	13.634	132	13.502	(245)
Diogo de Faria Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	75,00	50,00	152.896	65.774	87.122	231	12.739	1.299	11.439	(97)
Emmerin Incorporações Ltda		30,94	30,94	23.787	1.347	22.440	599	29.182	1.346	27.836	(3.198)
Emporio Jardim Shoppings Centers S.A.		80,00	80,00	16.776	2.892	13.884	1.858	16.562	4.095	12.467	1.567
Fazenda São João Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		85,00	85,00	13.575	-	13.575	(12)	13.499	2	13.497	(13)
Flamingo Investimento Imobiliário Ltda		100,00	100,00	54.610	39.004	15.606	8.480	61.043	39.828	21.215	9.004
Garibaldi Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	37.009	4.297	32.712	8.148	27.905	5.569	22.336	(329)
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	636.012	39.692	596.320	74.200	597.903	32.801	565.102	(2.973)
Grc 03 Incorporações e Participações Ltda		100,00	100,00	28.359	11.173	17.186	5.657	14.326	2.335	11.991	679
Himalaia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	29.700	17.015	12.685	16.424	64.443	26.468	37.976	9.105
Iracema Incorporadora Ltda		50,00	50,00	73.387	7.627	65.760	5.683	64.900	13.351	51.548	(247)
Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	15.706	3.770	11.936	752	18.192	8.773	9.419	(1.083)
Jardim Leao Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	40.582	5.903	34.679	3.771	20.442	881	19.561	588
Jardim Loureiro da Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda		65,00	65,00	36.883	3.745	33.138	1.502	36.466	4.829	31.637	141
Klubi Participações S.A	(ii)	3,22	-	33.064	83	32.981	(82)	-	-	-	-
Lamballe Incorporadora Ltda		58,58	58,58	22.463	594	21.869	1.573	21.014	717	20.297	(763)
Laplace Investimentos Imobiliários SPE Ltda		70,00	70,00	32.804	7.821	24.983	2.477	33.871	11.365	22.506	(312)
Lavvi Cantão Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	25,41	24,27	111.041	12.548	98.493	39.977	81.124	30.274	50.850	18.297
Lavvi Copenhage Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	85.085	7.327	77.758	(22)	-	-	-	-
Lavvi Dubai Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	176.719	12.359	164.360	(882)	-	-	-	-
Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A	(i)	23,38	25,82	1.234.672	56.539	1.178.133	177.732	1.293.948	81.941	1.212.007	40.097
Lavvi Lisboa Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	185.897	106.060	79.837	62.591	122.379	86.125	36.254	(428)
Lavvi Madri Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	20,00	40,66	73.126	22.430	50.696	21.697	57.745	24.747	32.999	3.684
Lavvi Miami Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	90.898	53.947	36.951	4.991	89.912	40.552	49.360	(2.720)
Lavvi Milão Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	77.065	45.919	31.147	4.854	5.400	87	5.313	(23)
Lavvi Moscou Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	42.303	80	42.223	(633)	-	-	-	-
Lavvi Noruega Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	27,03	-	52.821	5.069	47.752	(4)	-	-	-	-
Lavvi Nova Iorque Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	21,62	25,82	61.538	17.371	44.167	5.568	31.237	7.654	23.583	-
Lavvi Orlando Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	44.230	1.904	42.326	(494)	27.708	21.672	6.035	-
Lavvi Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	30,00	48,07	21.692	2.911	18.781	11.263	32.923	8.405	24.518	8.659
Lavvi Portugal Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	108.896	93.299	15.597	(85)	-	-	-	-
Lavvi Roma Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	27,03	25,82	38.276	4.949	33.327	(68)	25.014	10.992	14.022	-
Lb 2017 Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A		100,00	100,00	70.323	31.921	38.402	21.602	56.415	19.002	37.413	10.542
Living 001 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	12.106	462	11.644	2.590	33.566	1.439	32.126	2.371
Living 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	49.381	36.767	12.615	2.388	25.436	16.569	8.867	(67)
Living Abaete Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.319	7.448	10.871	110	12.332	8.284	4.048	(207)
Living Amoreira Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	88.617	49.593	39.024	19.940	46.818	19.379	27.439	9.163
Living Apiai Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	26.627	4.773	21.854	13.828	57.562	7.206	50.356	6.145
Living Araraquara Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	45.178	26.850	18.329	5.689	45.273	33.437	11.837	(106)
Living Batatais Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	32.471	17.765	14.706	8.673	21.709	2.099	19.670	1.218
Living Botucatu Empreendimentos Imobiliários Ltda		65,48	65,48	49.840	14.155	35.685	(787)	92.755	30.283	62.472	10.833
Living Brotas Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	37.708	1.053	36.656	(54)	37.766	1.056	36.710	295
Living Cabreuva Empreendimentos Imobiliária Ltda		100,00	100,00	44.361	32.788	11.574	7.797	32.468	17.369	15.099	5.716
Living Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	90.170	58.603	31.567	5.507	40.399	19.916	20.483	2.316
Living Cantagalo Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	41.525	31.026	10.499	10.543	33.143	14.423	18.719	3.318
Living Cerejeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	73.069	14.322	58.746	31.830	53.314	18.397	34.916	6.968
Living Empreendimentos Imobiliários S/A		100,00	100,00	56.369	22.944	33.425	82.674	455.304	58.298	397.006	45.026
Living Ipe Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	49.944	38.172	11.772	1.504	37.084	27.892	9.192	214
Living Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	35.157	23.185	11.973	13.009	18.163	10.534	7.629	1.299
Living Loreto Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	71.997	28.430	43.568	10.669	78.531	18.036	60.495	12.801
Living Panama Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	69.050	30.520	38.531	6.309	63.890	26.267	37.623	(4.045)
Living Provence Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	56.217	12.106	44.111	13.174	85.587	16.397	69.190	5.604
Living Salinas Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	43.888	14.944	28.944	10.052	46.331	15.607	30.724	2.965
Living Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	42.863	4.622	38.242	(3.565)	29.042	4.570	24.471	(3.481)
Living Tallinn Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	44.694	20.420	24.274	17.172	26.152	5.102	21.050	560
Living Tupiza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	13.484	883	12.601	1.005	19.344	1.259	18.085	1.239
Locadora de Imóveis Inacio Vasconcelos Ltda		1,78	1,78	23.851	2.381	21.470	(299)	23.625	22.048	1.576	1.881
Luanda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	73.004	8.814	64.190	6.012	64.586	5.814	58.772	1.533
Lyon Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	146.463	2.020	144.443	(267)	8.144	3.485	4.659	2.658
Maba Emp. Imob. Ltda	(ii)	60,00	-	55.042	8.246	46.796	14.185	-	-	-	-
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	24.956	9.952	15.003	(2.750)	28.333	3.484	24.849	(4.848)
Mãos Dadas Empreendimentos Imobiliários Ltda		40,16	40,16	18.716	4.796	13.921	(29)	18.229	8.274	9.955	263
Mnr6 Empreendimentos Imobiliários S/A		21,68	21,68	16.739	518	16.221	(2.190)	18.453	375	18.078	(5.631)
Nova Carlos Gomes Empreendimentos Imobiliários Spe S/A		90,00	90,00	61.873	33.844	28.029	9.862	78.319	55.544	22.774	3.729
Olamp Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	75,00	100,00	11.580	30	11.551	10	10	-	10	-
Peru Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	22.220	10.494	11.725	4.427	13.578	3.075	10.503	3.114
Piedade SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda		15,48	15,48	48.510	26.962	21.548	(1.251)	79.893	49.094	30.799	4.099
Pioner-4 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	31.522	7.883	23.639	(979)	23.810	2.136	21.674	(27)
Plano & Plano Construções e Participações Ltda	(i)	82,48	86,40	149.774	41.466	108.308	(4.368)	680.444	545.768	134.676	(7.114)
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A		33,89	33,50	1.109.761	792.522	317.239	135.086	729.079	498.934	230.145	82.745
Plano Amazonas Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	122.702	76.664	46.039	8.810	58.411	21.182	37.229	13.068
Plano Amoreira Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(i)	92,99	94,56	26.044	1.666	24.378	(3.019)	29.644	1.248	28.397	(2.963)

...continuação

		% Participação		2021				2020			
		2021	2020	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido do período	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido do período
Plano Angelim Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	41.417	2.912	38.505	556	44.015	6.067	37.949	3.024
Plano Araguaia Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	14.660	1.750	12.910	11.244	34.693	33.027	1.666	(1.067)
Plano Cabreuva Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	42.954	7.344	35.609	21.973	81.912	68.276	13.636	7.308
Plano Cambui Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	86.739	28.646	58.093	17.726	110.351	69.984	40.368	5.638
Plano Carvalho Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	82.832	49.358	33.474	18.832	87.683	73.041	14.642	9.862
Plano Coqueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	19.124	575	18.549	(80)	19.182	553	18.629	(663)
Plano Guarita Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	121.571	65.691	55.881	41.290	117.886	103.296	14.590	1.846
Plano Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	72.217	6.209	66.008	21.512	75.062	30.566	44.496	8.636
Plano Limeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	62.966	36.979	25.986	4.560	35.693	14.267	21.427	8.426
Plano Macieira Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	82,49	86,41	40.531	22.375	18.156	(218)	40.718	22.344	18.374	(321)
Plano Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	77.641	1.014	76.628	3.696	77.879	4.938	72.941	23.618
Plano Magnolia Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	18.820	562	18.258	4.925	18.440	5.106	13.334	7.578
Plano Nilo Empreendimentos Imobiliários		33,89	33,50	41.840	25.994	15.846	13.440	38.276	35.870	2.406	1.363
Plano Paraiba Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	10.698	203	10.494	274	10.880	660	10.221	6.805
Plano Peroba Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	46.329	238	46.091	(820)	47.506	595	46.911	9.923
Plano Pinheiro Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	22.000	1.057	20.944	(865)	31.947	10.139	21.808	5.934
Plano Solimões Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	26.889	432	26.457	(302)	27.365	606	26.759	1.840
Plano Tiete Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	16.825	5.145	11.679	10.074	21.417	19.811	1.606	1.608
Plano Tigre Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	48.691	37.669	11.022	10.731	21.409	21.117	292	(609)
Plano Videira Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	47.637	20.954	26.683	723	26.837	877	25.960	4.246
Plano Xingu Empreendimentos Imobiliários Ltda		33,89	33,50	35.638	2.203	33.435	12.778	59.495	38.838	20.657	4.536
Pre 74 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(i)	54,17	49,00	29.857	18.533	11.323	7.780	9.433	6.195	3.238	553
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empreendimentos Imobiliários S/A		30,00	30,00	45.221	32.123	13.098	1.947	53.603	42.452	11.151	(9.631)
R023 Ouvires Empreendimentos Participações Ltda		15,48	15,48	86.435	61.346	25.089	6.249	45.938	19.098	26.840	3.205
Ravenna Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	81.562	8.437	73.125	26.018	65.727	3.127	62.600	789
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	45.874	2.909	42.965	12.267	40.233	2.118	38.115	4.150
SCP Green	(ii)	91,53	-	61.186	658	60.528	959	-	-	-	-
SCP Plano Pitangueiras	(ii)	33,89	-	59.293	35.257	24.037	14.260	-	-	-	-
Scp Veredas Buritis Fase II		60,00	60,00	22.261	1.037	21.224	681	21.567	726	20.841	846
Seller Consultoria Imobiliária e Representações Ltda		100,00	100,00	132.438	96.861	35.577	(13.601)	113.490	80.312	33.178	(33.144)
Sig 10 Empreendimentos		50,00	50,00	68.846	1.599	67.247	10.170	75.695	2.924	72.771	17.289
Sk Catao Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	50.107	21.239	28.868	4.774	27.143	11.924	15.219	(3.195)
Sk Demostenes Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	43.162	16.617	26.545	(2.911)	26.613	11.367	15.246	(29)
SK Lavandisca Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	52.279	38.727	13.552	18.464	50.460	26.297	24.163	4.187
Sk Loefgreen Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	47.535	4.817	42.718	(600)	27.057	9.623	17.433	(5)
Sk Nilo Empreendimento Imobiliário Ltda		50,00	50,00	12.277	6	12.271	547	713	-	713	(4)
Sk Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	321.200	115.149	206.051	44.183	228.955	67.087	161.868	(6.157)
Sk Xai Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	50,00	50,00	26.513	12.393	14.119	(75)	119	30	89	(4)
Sk Xoxi Empreendimentos Imobiliários Ltd		50,00	50,00	50.931	7.044	43.888	(1.545)	2	-	1	(4)
Snowbird Master Fundo de Investimento Imobiliário		20,00	20,00	363.513	113.880	249.632	(3.840)	171.006	52.821	118.185	(288)
Snowbird Parallel Fundo de Investimento Imobiliário		10,00	10,00	267.595	79.431	188.164	(2.555)	62.447	47	62.399	(114)
Spe 131 Brasil Incorporação Ltda		50,00	50,00	27.290	11.686	15.603	330	21.046	6.523	14.524	290
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A		50,00	50,00	26.960	10.221	16.739	(297)	45.277	5.462	39.815	911
Spe Brasil Incorporação 83 Ltda		50,00	50,00	42.231	1.527	40.704	(13.111)	53.168	119	53.049	(204)
Spe CH Cv Incorporações Ltda		50,00	50,00	18.011	1.709	16.302	(266)	18.361	1.793	16.568	(644)
Tamoios Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	29.807	141	29.666	690	29.120	144	28.976	1.140
Teresopolis Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	24.444	12.838	11.606	(2)	24.283	12.545	11.737	(4)
Toulon Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		100,00	100,00	18.014	1.212	16.802	(4.498)	21.300	1	21.299	(7)
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda		62,18	62,18	135.998	66.181	69.818	23.618	168.902	52.702	116.200	20.246
Vivaz Vendas - Consultoria Imobiliária Ltda		100,00	100,00	35.765	11.507	24.258	(24.947)	24.348	8.859	15.489	(14.363)
Outras 856 SPEs com PL até 10MM				3.963.379	3.141.017	822.362	78.181	4.747.570	2.600.885	2.146.686	206.221

(i) Alteração decorrente de aumento/(redução) na participação
(ii) Refere-se à constituição/ingresso de nova empresa

c) Investimentos no exterior:

As informações financeiras da sociedade controlada sob controle comum Cyrsa S.A. (sediada na Argentina), cuja moeda funcional corresponde ao peso argentino, foram convertidas para reais utilizando-se a taxa de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2021 R$0,0568 (Em 31 de dezembro de 2020: R$0,0732). Os efeitos de conversão do balanço para a moeda de apresentação da Companhia estão refletidos em "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, representado por R$67 em 31 de dezembro de 2021 (Em 31 de dezembro de 2020 R$ (453)).

Investimentos em sociedades localizadas no exterior

Brazil Realty Serviços e Investimentos Ltda.: Essa controlada está localizada em Bahamas e, na essência, é uma extensão das atividades financeiras da Companhia, sendo sua moeda funcional o dólar. Não possui ativos e passivos relevantes em 31 de dezembro de 2021.

d) Composição dos investimentos apresentados no consolidado:

		% Participação		Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) Líquido do período		Investimento		Equivalência	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Bello Villarinho Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	25.038	20.185	3.428	401	12.519	10.093	1.714	201
Camargo Correa Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	23.836	23.402	96	(9)	11.918	11.701	48	(5)
Carapa Empreendimentos Imobiliários S/A		60,00	60,00	28.695	32.052	655	407	17.217	19.231	393	244
Cbr 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		32,50	32,50	78.166	40.879	44.288	2.531	25.404	13.286	14.393	822
Cbr 046 Empreendimentos Imobiliários Ltda		58,50	58,50	17.098	6.839	2.163	(836)	10.002	4.001	1.265	(489)
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	117.508	140.289	65.518	35.226	58.754	70.145	32.759	17.613
Cury Construtora e Incorporadora S/A		30,97	30,97	591.098	489.464	299.753	160.814	183.047	151.575	92.826	49.800
Iracema Incorporadora Ltda		50,00	50,00	65.760	51.548	5.683	(10.367)	32.880	25.774	2.841	(5.184)
Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	11.936	9.419	752	(5.464)	5.968	4.710	376	(2.732)
Jardim Loureiro da Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda		65,00	65,00	33.138	31.637	1.502	526	21.540	20.564	976	342
Klubi Participações S.A	(i)	3,22	-	32.981	-	(82)	-	1.062	-	(3)	-
Lamballe Incorporadora Ltda		40,00	40,00	21.869	20.297	1.573	(241)	8.748	8.119	629	(97)
Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A	(i)	27,03	25,82	1.178.133	1.212.007	177.732	86.924	526.837	523.750	48.036	22.444
Lavvi Madri Empreendimentos Imobiliários Ltda		20,00	20,00	50.696	32.999	21.697	4.657	10.139	6.600	4.339	931
Lavvi Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda		30,00	30,00	18.781	24.518	11.263	11.099	5.634	7.355	3.379	3.330
Living Botucatu Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	35.685	62.472	(787)	11.421	17.843	31.236	(393)	5.710
Living Cerejeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	58.746	34.916	31.830	10.760	41.122	24.441	22.281	7.532
Locadora de Imóveis Inacio Vasconcelos Ltda.		1,92	1,92	21.470	1.576	(299)	1.881	412	30	(6)	36
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	15.003	24.849	(2.750)	(5.800)	7.502	12.425	(1.375)	(2.900)
Mãos Dadas Empreendimentos Imobiliários Ltda		40,16	40,16	13.921	9.955	(29)	259	5.590	3.998	(12)	104
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A	(i)	33,89	33,50	317.239	230.145	135.086	132.204	662.235	651.088	45.787	44.294
Pre 74 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(i)	54,00	49,00	11.323	3.238	7.780	988	6.115	1.587	4.201	484
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empreendimentos Imobiliários S/A		15,00	15,00	13.098	11.151	1.947	(9.262)	1.965	1.673	292	(1.389)
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	42.965	38.115	12.267	3.838	21.483	19.058	6.133	1.919
Scp Veredas Buritis Fase II		6,00	6,00	21.224	20.841	681	1.442	1.273	1.250	41	87
Sig 10 Empreendimentos		50,00	50,00	67.247	72.771	10.170	21.768	33.624	36.386	5.085	10.884
Snowbird Master Fundo de Investimento Imobiliário		20,00	20,00	249.632	118.185	(3.840)	(33.279)	49.926	23.637	(768)	(6.656)
Snowbird Parallel Fundo de Investimento Imobiliário		20,00	20,00	188.164	62.399	(2.555)	(26.751)	37.633	12.480	(511)	(5.350)
Spe 131 Brasil Incorporação Ltda		50,00	50,00	15.603	14.524	330	85	7.802	7.262	165	43
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A		50,00	50,00	16.739	39.815	(297)	1.043	8.369	19.908	(149)	521
Spe Brasil Incorporação 83 Ltda		50,00	50,00	40.704	53.049	(13.111)	(429)	20.352	26.525	(6.555)	(214)
Spe CH Cv Incorporações Ltda		50,00	50,00	16.302	16.568	(266)	(1.535)	8.151	8.284	(133)	(768)
Tamoios Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	29.666	28.976	690	1.763	17.800	17.385	414	1.058
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda		49,02	49,02	69.818	116.200	23.618	33.669	34.225	56.961	11.578	16.505
Outras 194 SPEs com PL até 10MM				322.434	412.166	(47.403)	31.743	155.118	233.508	7.118	246.590
								2.070.208	**2.066.024**	**297.167**	**405.712**

(i) Alteração decorrente de aumento / (redução) na participação
(ii) Refere-se a constituição/ingresso nova empresa

e) Investimento registrado ao valor justo

O investimento da SYN PROP E TECH S.A em 31 de dezembro de 2021 totalizou R$13.057 (R$24.845 em 31 de dezembro de 2020), considerando 1.813.472 ações detidas pela Companhia avaliadas pelo valor de mercado por ação de R$7,20. A movimentação líquida de resultado, já desconsiderada distribuição de dividendos ocorrida no exercício, foi reconhecida na rubrica de outras em investimentos no montante aproximado de R$2.912. O investimento da Tecnisa S/A em 31 de dezembro de 2021 totalizou R$3.677 (R$10.175 em 31 de dezembro de 2020), considerando 1.018.480 ações detidas pela Companhia avaliadas pelo valor de mercado por ação de R$3,61 conforme montante negociado na Bovespa em 31 de dezembro de 2021. A movimentação líquida de resultado foi reconhecida na rubrica de outras em investimentos no montante aproximado de R$6.498.

8. Imobilizado

As movimentações estão demonstradas a seguir:

Controladora

Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Instalações	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Total
Saldo em 31.12.2019	**1.922**	**5.921**	**11.295**	**374**	**92**	**30.466**	**14.177**	**64.247**
Adições	60	4	1.808	-	-	366	1.292	3.530
Baixas	(576)	-	-	-	(92)	-	(1.870)	(2.538)
Saldo em 31.12.2020	**1.406**	**5.925**	**13.103**	**374**	**-**	**30.832**	**13.599**	**65.239**
Adições	45	24	2.912	-	-	-	24.015	26.996
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	**1.451**	**5.949**	**16.015**	**374**	**-**	**30.832**	**37.614**	**92.235**

Controladora

Depreciação:	10% a.a. - Máquinas e equipamentos	10% a.a. - Móveis e utensílios	20% a.a. - Computadores	10% a.a. - Instalações	20% a.a. - Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Total
Saldo em 31.12.2019	**(1.313)**	**(5.637)**	**(11.143)**	**(368)**	**(92)**	**(23.604)**	**(4.496)**	**(46.653)**
Depreciações	(45)	(190)	(364)	(6)	-	(2.833)	(4.939)	(8.377)
Baixas	41	-	-	-	92	-	-	133
Saldo em 31.12.2020	**(1.317)**	**(5.827)**	**(11.507)**	**(374)**	**-**	**(26.437)**	**(9.435)**	**(54.897)**
Depreciações	(25)	(95)	(672)	-	-	(2.473)	(5.758)	(9.023)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	**(1.342)**	**(5.922)**	**(12.179)**	**(374)**	**-**	**(28.910)**	**(15.193)**	**(63.920)**
Saldo residual em 31.12.2019	**609**	**284**	**152**	**6**	**-**	**6.862**	**9.681**	**17.593**
Saldo residual em 31.12.2020	**89**	**97**	**1.597**	**-**	**-**	**4.395**	**4.165**	**10.344**
Saldo residual em 31.12.2021	**109**	**27**	**3.836**	**-**	**-**	**1.922**	**22.421**	**28.315**

Consolidado

Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Instalações	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Estande de Vendas (ii)	Total
Saldo em 31.12.2019	**6.981**	**11.693**	**17.054**	**1.083**	**162**	**47.325**	**17.024**	**210.317**	**311.638**
Adições	309	346	3.838	3	-	1.663	12.028	60.664	78.851
Baixas	(1.137)	-	-	-	(124)	-	(1.837)	(53.906)	(57.003)
Alteração de critério (iv)	(1.008)	(338)	(110)	(1)	-	(2.038)	(4.805)	(49.396)	(57.696)
Saldo em 31.12.2020	**5.145**	**11.701**	**20.782**	**1.085**	**38**	**46.950**	**22.410**	**167.679**	**275.790**
Adições	198	796	6.821	-	-	1.450	32.029	88.045	129.339
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(60.967)	(60.967)
Itens 100% Depreciados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alteração de critério (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	**5.343**	**12.497**	**27.603**	**1.085**	**38**	**48.400**	**54.439**	**194.757**	**344.162**

Consolidado

Depreciação:	10% a.a. - Máquinas e equipamentos	10% a.a. - Móveis e utensílios	20% a.a. - Computadores	10% a.a. - Instalações	20% a.a. - Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Estande de Vendas (ii)	Total
Saldo em 31.12.2019	**(5.128)**	**(10.760)**	**(16.779)**	**(1.052)**	**(162)**	**(36.611)**	**(5.659)**	**(143.099)**	**(219.250)**
Depreciações	(298)	(430)	(746)	(23)	-	(4.434)	(8.412)	(29.924)	(44.257)
Baixas	195	-	-	-	124	-	-	13.379	13.688
Alteração de critério (iv)	352	86	60	1	-	890	879	45.195	47.463
Saldo em 31.12.2020	**(4.879)**	**(11.104)**	**(17.465)**	**(1.074)**	**(38)**	**(40.155)**	**(13.192)**	**(114.449)**	**(202.356)**
Depreciações	(57)	(172)	(2.968)	(4)	-	(4.004)	(8.829)	(20.491)	(36.525)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	18.907	18.907
Itens 100% Depreciados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alteração de critério (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	**(4.936)**	**(11.276)**	**(20.433)**	**(1.078)**	**(38)**	**(44.159)**	**(22.021)**	**(116.033)**	**(219.974)**
Saldo residual em 31.12.2019	**1.853**	**933**	**275**	**31**	**-**	**10.714**	**11.364**	**67.219**	**92.389**
Saldo residual em 31.12.2020	**266**	**596**	**3.318**	**11**	**-**	**6.795**	**9.218**	**53.230**	**73.437**
Saldo residual em 31.12.2021	**407**	**1.221**	**7.170**	**7**	**-**	**4.241**	**32.418**	**78.724**	**124.188**

(i) Os gastos são apropriados ao resultado conforme prazo de locação dos imóveis que variam de três até cinco anos.
(ii) A depreciação é efetuada conforme a vida útil dos ativos, com prazo de até 24 meses, utilizados durante o exercício de comercialização dos empreendimentos e apropriada no resultado na rubrica "Despesas com vendas". Quando o estande de vendas é construído no terreno, a desmobilização ocorre em prazo menor para dar início às obras do empreendimento.
(iii) Adição referente à adoção do IFRS 16 - Arrendamentos, na qual a Companhia é locatária de alguns ativos.
(iv) Referente a alteração de controle em investidas.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram identificados ativos com necessidade de provisão para "Impairment".

9. Intangível

As movimentações estão demonstradas a seguir:

Controladora

Custo:	Marcas, patentes e Direitos	Gastos com implantações	Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2019	**11.966**	**72.788**	**25.380**	**110.134**	**166.592**	**276.726**
Adições	-	72	768	840	-	840
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	**11.966**	**72.860**	**26.148**	**110.974**	**166.592**	**277.566**
Adições	-	4	129	133	11.197	11.330
Baixas	-	-	-	-	(8.951)	(8.951)
Saldo em 31.12.2021	**11.966**	**72.864**	**26.277**	**111.107**	**168.838**	**279.945**

Controladora

Amortização:	Marcas, patentes e Direitos	14% a.a. - Gastos com implantações	20% a.a. - Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2019	**-**	**(63.596)**	**(23.565)**	**(87.161)**	**(143.792)**	**(230.953)**
Amortizações	-	(4.830)	(1.408)	(6.238)	(4.135)	(10.373)
Saldo em 31.12.2020	**-**	**(68.426)**	**(24.973)**	**(93.399)**	**(147.927)**	**(241.326)**
Amortizações	-	(2.764)	(680)	(3.444)	(5.436)	(8.880)
Saldo em 31.12.2021	**-**	**(71.190)**	**(25.653)**	**(96.843)**	**(153.363)**	**(250.206)**
Saldo residual em 31.12.2019	**11.966**	**9.192**	**1.815**	**22.972**	**22.801**	**45.773**
Saldo residual em 31.12.2020	**11.966**	**4.434**	**1.175**	**17.576**	**18.666**	**36.242**
Saldo residual em 31.12.2021	**11.966**	**1.674**	**624**	**14.264**	**15.475**	**29.739**

continua...

continuação

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado						
Custo:	Marcas, patentes e Direitos	Gastos com implantações	Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2019	**11.968**	**89.716**	**39.099**	**140.783**	**133.960**	**274.743**
Adições	-	339	1.127	1.466	-	1.466
Baixas	-	(267)	(444)	(711)	-	(711)
Alteração de critério (i)	(2)	-	(555)	(557)	-	(557)
Saldo em 31.12.2020	**11.966**	**89.788**	**39.227**	**140.981**	**133.960**	**274.941**
Adições	-	4	240	244	19.408	19.652
Baixas	-	-	-	-	(1.252)	(1.252)
Alteração de critério (i)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	**11.966**	**89.792**	**39.467**	**141.225**	**152.116**	**293.341**

Consolidado						
Amortização:	Marcas, patentes e Direitos	14% a.a. - Gastos com implantações	20% a.a. - Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2019	-	**(80.038)**	**(36.540)**	**(116.578)**	**(130.542)**	**(247.120)**
Amortizações	-	(5.322)	(1.586)	(6.908)	(346)	(7.254)
Baixas	-	7	388	395	-	395
Saldo em 31.12.2020	-	**(85.353)**	**(37.738)**	**(123.091)**	**(130.888)**	**(253.979)**
Amortizações	-	(2.763)	(737)	(3.500)	(149)	(3.649)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Alteração de critério (i)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	-	**(88.116)**	**(38.475)**	**(126.591)**	**(131.037)**	**(257.628)**
Saldo residual em 31.12.2019	**11.968**	**9.678**	**2.559**	**24.205**	**3.418**	**27.622**
Saldo residual em 31.12.2020	**11.966**	**4.435**	**1.489**	**17.890**	**3.072**	**20.962**
Saldo residual em 31.12.2021	**11.966**	**1.676**	**992**	**14.634**	**21.079**	**35.713**

(i) Referente a alteração de controle em investidas

Os saldos de mais-valia de ativos têm vida útil definida de acordo com a construção dos empreendimentos, e são alocados nas rubricas de imóveis a comercializar nas demonstrações financeiras consolidadas, e na controladora ficam no grupo de intangível.

Para os demais intangíveis, a Administração efetua revisão periódica da vida útil dos intangíveis da Companhia.

A movimentação analítica dos saldos de mais-valia de ativos com vida útil definida está demonstrada a seguir:

Controladora					
	2020	Mais Valia	Amortização	Baixas	2021
Mais-valia na Companhia					
Spe Mg 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	
Spe Mg 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda (i)	**4.410**	-	-	(4.410)	-
Spe Mg 03 Empreendimentos Imobiliários Ltda (i)	**3.289**	-	-	(3.289)	-
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A	**291**	-	(148)	-	**143**
Cyma Desenvolvimento Imobiliario S/A	**1.606**	-	-	-	**1.606**
Trimmo Emp e Participações S/A	**1**	-	(1)	-	-
Lb 2017 Empreendimentos E Participações Imobiliárias S/A (i)	**9.069**	-	(5.287)	-	**3.782**
Bro 2020 Participações S.A	-	2.432	-	-	**2.432**
Prs Xxi Incorporadora Ltda	-	8.765	-	(1.253)	**7.512**
Total	**18.666**	**11.197**	**(5.436)**	**(8.952)**	**15.475**

(i) Mais-valia das Investidas, na visão consolidado, são reclassificados para a rubrica de estoque. Baixa do saldo no trimestre devido à venda de participação nas investidas.

Consolidado					
	2020	Mais Valia	Amortização	Baixas	2021
Mais-valia na Companhia					
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A	**1.606**	-	-	-	**1.606**
Living Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda	**1.174**	-	-	-	**1.174**
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A	**291**	-	(149)	-	**142**
Trimmo Emp e Participações S/A	**1**	-	(1)	-	-
Bro 2020 Participações S.A	-	**2.432**	-	-	**2.432**
Gruvi Tecnologias S.A	-	**1.615**	-	-	**1.615**
Charlie Tecnologia e Acomodaco	-	**2.067**	-	-	**2.067**
Prs Xxi Incorporadora Ltda	-	**8.765**	-	(1.252)	**7.513**
Cyma 10 Empreendimentos Imobiliários	-	**953**	-	-	**953**
Edi Anita Lorenzoni Maraschin Karwo	-	**3.576**	-	-	**3.576**
Total	**3.072**	**19.408**	**(149)**	**(1.252)**	**21.079**

10. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos - principal	499.032	910.413	705.128	1.031.226
Empréstimos - juros a pagar	7.600	6.933	10.079	8.191
Empréstimos - custos de transação	(212)	(579)	(212)	(580)
Financiamentos - principal	14.709	2.000	670.206	169.452
Financiamentos - juros a pagar	77	8	2.133	332
Total	**521.206**	**918.775**	**1.387.334**	**1.208.621**
Circulante	**257.331**	**266.495**	**415.498**	**359.373**
Não Circulante	**263.875**	**652.280**	**971.836**	**849.248**

Em 31 de dezembro de 2021, os financiamentos de R$ 670.206 (R$ 169.452 em 31 de dezembro de 2020) correspondem a contratos de operações de crédito imobiliário, sujeitos a juros entre 5,90% a.a. (acrescido da TR) e 126% do CDI. Possuem cláusulas de vencimento antecipado no caso do não cumprimento dos compromissos neles assumidos, como a aplicação dos recursos no objeto do contrato, registro de hipoteca do empreendimento, cumprimento de cronograma das obras e outros. As garantias dos financiamentos são compostas por caução de recebíveis, representando de 120% a 130% dos valores dos empréstimos, hipoteca do terreno e das futuras unidades, e também o aval da Companhia.

Os empréstimos em moeda nacional são representados por:

Emissão	2021	2020	Taxa
dez-13	123.650	70.813	TJLP + 3,78%
jun-18	100.000	200.000	110% CDI
ago-18	29.033	67.742	104% CDI
set-18	50.000	150.000	110% CDI
abr-20	-	100.000	CDI + 2,50%
abr-20	-	104.671	CDI + 2,25%
jul-20	100.000	100.000	CDI + 1,75%
jul-20	170.000	170.000	CDI + 2,50%
jul-20	-	18.000	CDI + 1,70%
nov-20	50.000	50.000	CDI + 2,10%
mar-21	50.000	-	CDI + 1,75%
mai-21	32.445	-	CDI + 1,83%
Total	**705.128**	**1.031.226**	

Os juros de empréstimos dos contratos de operações de crédito imobiliário, elegíveis à capitalização aos estoques, líquido de rendimentos de aplicações financeiras, totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, R$40.309 (R$24.221 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
Ano	2021	2020	2021	2020
12 meses	257.331	266.495	415.498	359.373
24 meses	99.166	553.113	525.579	611.606
36 meses	154.902	99.167	321.719	170.473
48 meses	9.807	-	107.388	33.802
60 meses	-	-	14.057	12.759
> 60 meses	-	-	3.093	20.608
Total	**521.206**	**918.775**	**1.387.334**	**1.208.621**

As movimentações dos saldos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo Inicial	**918.775**	**540.622**	**1.208.621**	**936.686**
Adições	64.700	766.400	757.773	1.169.883
Pagamento do principal	(463.381)	(415.940)	(598.114)	(522.700)
Pagamento de juros	(29.578)	(35.714)	(60.872)	(53.950)
Juros e encargos	30.690	63.406	79.926	85.207
Alteração de critério (i)	-	-	-	(406.505)
Total	**521.206**	**918.775**	**1.387.334**	**1.208.621**

(i) Referente a alteração de controle em investidas

Cláusulas contratuais restritivas

Alguns contratos de empréstimos citados acima possuem cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, que devem ser cumpridas trimestralmente. A seguir, demonstramos os índices requeridos:

	Índice requerido contratualmente
Dívida líquida (adicionada de imóveis a pagar e deduzidas de dívida SFH) / Patrimônio Líquido	Igual ou inferior a 0,7
Recebíveis (adicionado de imóveis a comercializar) / dívida líquida (adicionado de imóveis a pagar e custos e despesas a apropriar)	Igual ou superior a 1,5 ou menor que 0

Todas as cláusulas contratuais foram cumpridas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

11. Debêntures (Controladora e Consolidado)

a) O resumo das características e dos saldos das debêntures é como segue:

	CYMA 01	CYREA4
Série Emitida	Primeira	Primeira
Tipo de Emissão	Simples	Simples
Natureza Emissão	Privada	Pública
Data da Emissão	31/10/2017	17/05/2021
Data de Vencimento	31/10/2022	17/05/2026
Espécie da Debêntures	Quirografária	Quirografária
Condição de Remuneração	0,3% da Receita Líquida da venda das unidades autônomas do empreendimento Klabin Cyma	CDI + 1,69%
Valor Nominal (unitário)	500	1.000
Títulos Emitidos (unidade)	8	750.000
Títulos em Circulação (unidade)	8	750.000
Títulos Resgatados (unidade)	-	-
Forma de Pagamento dos Juros	6 meses após o vencimento	Semestral
Parcelas de Amortização	1	2

Controladora		
	2021	2020
	CYREA4	CYREA4
Debêntures a Pagar	750.000	-
Juros sobre Debêntures a Pagar	9.333	-
Gastos	(3.319)	-
Total	**756.014**	-
Circulante	**8.567**	-
Não Circulante	**747.447**	-

Consolidado				
	2021		2020	
	CYMA 01	CYREA4	CYMA 01	CYREA4
Debêntures a Pagar	4.000	750.000	4.000	-
Juros sobre Debêntures a Pagar	2.647	9.333	1.886	-
Gastos	-	(3.319)	-	-
Total	**6.647**	**756.014**	**5.886**	-
Circulante	**6.647**	**8.567**	**1.886**	-
Não Circulante	-	**747.447**	**4.000**	-

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente a exclusivo critério da Companhia. A Companhia também pode adquirir debêntures em circulação no mercado, observando a legislação vigente.

Os saldos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
Prazo	2021	2020	2021	2020
12 meses	8.567	-	15.214	1.886
24 meses	(772)	-	(772)	4.000
36 meses	(775)	-	(775)	-
48 meses	374.228	-	374.228	-
60 meses	374.766	-	374.766	-
> 60 meses	-	-	-	-
Total	**756.014**	-	**762.661**	**5.886**

As movimentações do saldo da rubrica "Debêntures" são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo Inicial	-	**153.860**	**5.886**	**159.105**
Adições	750.000	-	750.000	-
Pagamento do principal	-	(150.000)	-	(150.000)
Pagamento de juros	(24.995)	(5.045)	(24.995)	(5.045)
Juros e encargos	31.009	1.185	31.770	1.826
Total	**756.014**	-	**762.661**	**5.886**

b) Cláusulas contratuais

O instrumento particular de escritura da emissão de debêntures CYMA 01, possui cláusulas que determinam o vencimento antecipado em caso de pedidos de falência ou recuperação judicial da Emissora.

Em 17 de maio de 2021, a Companhia concluiu a 14ª emissão de debêntures simples CYREA4, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, de espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R$ 750.000. As debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de maio de 2026, sendo sua amortização em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano (inclusive) contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de maio de 2025, e a outra parcela na data de vencimento das debêntures. As debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma de percentual ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de spread (sobretaxa) correspondente a 1,69% (um inteiro e sessenta e nove centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, pago semestralmente, nos meses de novembro e maio de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de novembro de 2021 e o último pagamento na data de vencimento.

Cláusulas contratuais restritivas

O instrumento particular de escritura da emissão de debêntures possui cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e custos a incorrer. A seguir demonstramos os índices requeridos:

	Índice requerido contratualmente
Dívida líquida (adicionada de imóveis a pagar e deduzidas de dívida SFH) / Patrimônio Líquido	Igual ou inferior a 0,7
Recebíveis (adicionado de imóveis a comercializar) / dívida líquida (adicionado de imóveis a pagar e custos e despesas a apropriar)	Igual ou superior a 1,5 ou menor que 0

Essas cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Classificação de risco: em 17 de novembro de 2021, a agência de rating S&P Global Ratings atribuiu à 1ª Série da 14ª Emissão de Debêntures da Companhia o rating brAAA (escala nacional), através de relatório contemplando a avaliação de risco da emissão. A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente.

12. Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (Controladora e Consolidado)

a) Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários S/A ("Securitizadora")

Em 14 de dezembro de 2011, a Securitizadora realizou sua 1ª série da 1ª emissão das operações de CRI, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2011. Em 09 de maio de 2018 a Securitizadora realizou a 8ª emissão de CRI aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2018.

A colocação dos CRIs no mercado da 1ª série da 1ª emissão ocorreu por meio da oferta pública de 900 CRI nominativos e escriturais com valor unitário de R$300, perfazendo R$270.000 e a 8ª emissão com a quantidade de 390.000 CRI nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$390.000. Conforme definido nos Termos de Securitização de Créditos Imobiliários os CRIs da 1ª emissão contam com garantia representada pela cessão fiduciária de:

- Direitos creditórios oriundos da comercialização de unidades imobiliárias de empreendimentos de titularidade das cedentes fiduciantes (investidas da Controladora) e da Companhia, direitos e valores depositados pelos compradores das unidades imobiliárias, pelas cedentes fiduciantes ou pela Controladora, em contas bancárias designadas especificamente para o recebimento de tais valores, nos termos do contrato da cessão fiduciária.

Os CRIs da 1ª emissão têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de CCBs de emissão da Companhia e os CRIs da 8ª emissão têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Companhia. A Securitizadora instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da controlada e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e, no Sistema Bovespafix da B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado, respectivamente.

As principais características das 1ª e 8ª emissões, são:

Características	1ª série da 1ª emissão (i)	1ª série da 8ª emissão (i/ii)
Data de emissão	14/06/2011	09/05/2018
Data de amortização	Juros semestrais e valor principal em 1º de junho de 2023.	09 de junho de 2020, 09 de junho de 2021 e 09 de junho de 2022.
Valor nominal unitário na emissão	300	1
Quantidade de certificados emitidos	900	390.000
Remuneração	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente à taxa de 107% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.	Juros remuneratórios correspondentes a 102% (cento e dois por cento) da Taxa DI calculada e divulgada pela CETIP.
Retrocessão	Não houve	Não houve
Cláusulas contratuais restritivas	O cálculo do índice de cobertura mínimo é realizado pela divisão entre: (a) o saldo das contas vinculadas multiplicado por fator de ponderação de 1,1, acrescido do montante de equivalente ao saldo devedor dos direitos creditórios imobiliários multiplicado por fator de ponderação equivalente a 1, e (b) o saldo devedor das obrigações garantidas na data do cálculo. O resultado da referida divisão deverá ser igual ou superior a 110%.	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).

(i) A inadimplência de recebíveis vinculados à emissão do CRI não possui impacto para operação, pois os recebíveis são apenas garantia do futuro pagamento.

(ii) Classificação de risco: em 30 de julho de 2021, a Companhia obteve, através da agência de "rating" Moody's Local Brasil, relatório contemplando a avaliação de risco da 1ª série da 8ª emissão de CRI da Securitizadora de AA+.br (escala nacional). A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente.

b) Gaia Securitizadora S/A ("Gaia")

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, da 102ª e 103ª séries têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, que por sua vez emitiu 256 por Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública de 792 CRIs Seniores (102ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$100, perfazendo R$79.210 e 210 CRIs Subordinados (103ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$100, perfazendo R$21.056 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, da 109ª e 110ª séries têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, que por sua vez emitiu 147 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio de oferta pública com esforços restritos de 802 CRIs Seniores (109ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$126, perfazendo R$101.234 e 213 CRIs Subordinados (110ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$126, perfazendo R$26.910 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	102ª série da 4ª emissão	103ª série da 4ª emissão	109ª série da 4ª emissão	110ª série da 4ª emissão
Data de emissão	06/07/2017	06/07/2017	20/06/2018	20/06/2018
Data de amortização	Mensalmente conforme Anexo II ao Termo de Securitização		Mensalmente conforme Anexo II ao Termo de Securitização	
Valor nominal unitário na emissão	100.013,04	100.266,24	126.227,55	126.340,07
Remuneração	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano.	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 5% (cinco por cento) ao ano.	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano.	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 5% (cinco por cento) ao ano.
Retrocessão	Não houve		Não houve	
Cláusulas contratuais restritivas	Pagamento dos CRI Seniores: Os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais serão utilizados, em sua totalidade e de acordo com a Cascata de Pagamentos, para o pagamento exclusivo dos CRI Seniores ("Pagamento dos CRI Seniores"), sempre que, mensalmente, a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for superior ou igual a 80% (oitenta por cento) ("Evento de Pagamento dos CRI Seniores"). Pagamento dos CRI Subordinados: Observada a Cascata de Pagamentos, os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais devidos aos CRI Subordinados serão retidos na Conta Centralizadora caso seja verificado, mensalmente, que a razão entre a (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 80% (oitenta por cento) e superior ou igual a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora ("Evento de Pagamento dos CRI Subordinados"). Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 8.5., acima, serão utilizados para pagamento dos CRI Subordinados ("Pagamento dos CRI Subordinados") sempre que: (i) a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora; e (ii) houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: VPLCRI Senior/VPL CRI Total ≤ 80%.		Pagamento dos CRI Seniores: Os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais e dos Créditos Imobiliários Cyrela CCI Emitidas serão utilizados, em sua totalidade e de acordo com a Cascata de Pagamentos, para o pagamento exclusivo dos CRI Seniores ("Pagamento dos CRI Seniores"), sempre que, mensalmente, a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for superior ou igual a 80% (oitenta por cento) ("Evento de Pagamento dos CRI Seniores"). Pagamento dos CRI Subordinados: Observada a Cascata de Pagamentos, os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais e dos Créditos Imobiliários Cyrela CCI Emitidas devidos aos CRI Subordinados serão retidos na Conta Centralizadora caso seja verificado, mensalmente, que a razão entre a (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 80% (oitenta por cento) e superior ou igual a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora ("Evento de Pagamento dos CRI Subordinados"). Os recursos retidos na Conta Centralizadora serão utilizados para pagamento dos CRI Subordinados ("Pagamento dos CRI Subordinados") sempre que: (i) a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora; e (ii) houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: Saldo CRI Senior/VPL CRI Total ≤ 80%.	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, da 131ª à 134ª séries têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, que por sua vez emitiu 160 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 74.072 unidades de CRIs Seniores (131ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$1, perfazendo R$ 74.072; 10.581 unidades de CRIs Mezaninos 1 (132ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$1, perfazendo R$ 10.852; 3.174 unidades de CRIs Mezaninos 2 (133ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$ 1, perfazendo R$ 3.174 e 17.088 Unidades de CRIs Subordinados (134ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$ 1, perfazendo R$ 17.989 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	131ª série da 4ª emissão	132ª série da 4ª emissão	133ª série da 4ª emissão	134ª série da 4ª emissão
Data de emissão	13/12/2019	13/12/2019	13/12/2019	13/12/2019
Data de amortização	Mensal			
Remuneração	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 1%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 3,4%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 6%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 7%
Retrocessão	Não Há			
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 131, 132, 133 e 134. A Ordem de pagamentos deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Série Sênior (nº 131), Série Mezanino 1 (nº 132), Série Mezanino 2 (nº133), Série Subordinada (nº 134) e todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior, CRI Mezanino 1 e CRI Mezanino 2 / VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (ICVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a ICVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.			

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, das séries 140ª e 141ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, representadas por 80 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 86.465 unidades de CRIs Seniores (140ª série), com valor nominal unitário de R$ 1.000,01; e 37.056 Unidades de CRIs Subordinados (141ª série), com valor nominal unitário de R$ 1.000,01., adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	140ª série da 4ª emissão	141ª série da 4ª emisssão
Data de emissão	30/09/2020	30/09/2020
Valor nominal unitário na emissão	1000,01	1000,01
Data de amortização	Mensal	
Remuneração	IPCA + 5%	IPCA + 7,5%
Retrocessão	Não Há	
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 140 e 141. Todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior/ VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (ICVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a ICVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, das séries 145ª e 146ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, representadas por 74 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Simplific Pavarini DTVM Ltda. como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 33.674 unidades de CRIs Seniores (145ª série), com valor nominal unitário de R$ 1; e 14.431 Unidades de CRIs Subordinados (146ª série), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 14.431 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	145ª série da 4ª emissão	146ª série da 4ª emisssão
Data de emissão	16/10/2020	16/10/2020
Valor nominal unitário na emissão	1,00	1,00
Data de amortização	Mensal	
Remuneração	CDI + 3,75%	CDI + 5%
Retrocessão	Não Há	
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 145 e 146. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto nos itens da cláusula 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento da cascata normal de pagamentos, incluindo os pagamentos de Prêmio dos CRI Juniores, sempre que não forem acionados os seguintes gatilhos: I) Média móvel trimestral de inadimplentes a 90 dias, ou mais, inferior a 10% do saldo devedor dos créditos imobiliários. II) Média ponderada do LTV inferior a 70%. III) Saldo dos CRI Sênior Inferior a 5% do valor dos CRI Senior da data de Emissão. IV) (Índice de Cobertura x 70%)/Dividido pelo saldo dos Cri Seniores	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, das séries 167ª e 168ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, representadas por 188 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 142.875 unidades de CRIs Seniores (167ª série), com valor nominal unitário de R$ 1; e 47.625 unidades de CRIs Subordinados (168ª série), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 47.625 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

Características	167ª série da 4ª emissão	168ª série da 4ª emissão
Data de emissão	15/12/2020	15/12/2020
Valor nominal unitário na emissão	1,00	1,00
Data de amortização	Mensal	
Remuneração	IPCA + 5%	IPCA + 8%
Retrocessão	Não Há	
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 167 e 168. A Ordem de pagamentos deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Série Sênior (nº 167), Série Subordinada (nº 168). Todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior/ VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, das séries 180ª, 181ª e 182ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, representadas por 241 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.
A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 105.313 unidades de CRIs Seniores (180ª e 181ª séries), com valor nominal unitário de R$ 1; e 35.104 unidades de CRIs Subordinados (182ª séries), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 35.104 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	180ª série da 4ª emissão	181ª série da 4ª emissão	182ª série da 4ª emissão
Data de emissão	23/04/2021	23/04/2021	23/04/2021
Valor nominal unitário na emissão	1,00	1,00	1,00
Data de amortização	Mensal		
Remuneração	CDI + 3%	IPCA + 5,5%	IPCA + 8,5%
Retrocessão	Não Há		
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 180, 181 e 182. A Ordem de pagamentos deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Série Sênior (nº 180 e 181), Série Subordinada (nº 182). Todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior/ VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.		

c) RB Capital Companhia de Securitização S/A ("RB Capital")
Em 05 de abril de 2019 a RB Capital emitiu a 211ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.
A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 476 (esforços restritos) de 100.000 CRI nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$100.000.
Em 15 de julho de 2019 a RB Capital emitiu a 212ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.
A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 400 de 601.809 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$601.809.
Em 23 de julho de 2020 a RB Capital emitiu a 283ª e 285ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.
A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 476 (esforços restritos) de 100.000 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$100.000.
Em 02 de junho de 2021 a RB Capital emitiu a 362ª e 363ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.
A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 476 (esforços restritos) de 40.000 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$ 40.000.
Os CRIs da 211ª, 212ª, 283ª, 285ª, 362ª e 363ª Séries da 1ª Emissão da RB Capital têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Companhia. Todos os créditos imobiliários são representados por uma Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) que foram adquiridas pela RB Capital em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários RB Capital") por meio de um instrumento particular de contrato de cessão de créditos imobiliários. A RB Capital instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários RB Capital, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Simplific Pavarini DTVM Ltda. como agente fiduciário da 211ª e 212ª séries da 1ª Emissão da RB Capital e a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário da 283ª, 285ª, 362ª e 363ª Séries da 1ª Emissão da RB Capital. Os Créditos Imobiliários RB Capital e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da controlada e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e, no Sistema Bovespafix da B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado, respectivamente.
As principais características das 211ª, 212ª, 283ª, 285ª, 362ª e 363ª séries da 1ª Emissão da RB Capital são:

Características	211ª série da 1ª emissão	212ª série da 1ª emissão (i)	283ª e 285ª Séries da 1ª emissão	362ª e 363ª Séries da 1ª emissão
Data de emissão	05/04/2019	15/07/2019	23/07/2020	02/06/2021
Data de amortização	Juros trimestrais e valor principal em 09 de abril de 2023, 09 de outubro de 2023 e 09 de abril de 2024	Juros semestrais e valor principal em 15 de janeiro de 2023, 15 de julho de 2023, 15 de janeiro de 2024 e 15 de julho de 2024	Juros e amortização mensais e 87,3% do valor principal no vencimento em 15 de abril de 2025	Juros e amortização mensais entre 10 de setembro de 2021 e 10 de junho de 2024
Valor nominal unitário na emissão	1	1	1	1
Quantidade de certificados emitidos	100.000	601.809	100.000	40.000
Remuneração	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente à taxa de 100% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente à taxa de 100% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.	As Debêntures lastro terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado monetariamente, a partir da primeira data de integralização das Debêntures, pela variação acumulada do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Sem prejuízo da Atualização Monetária, a remuneração que os Titulares de CRI farão jus corresponde a uma sobretaxa de 3,91% ao ano, base 252 DU, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por DU decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado.	As Debêntures lastro não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. A remuneração que os Titulares de CRI farão jus corresponde a uma taxa de 7% (sete por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, em regime de capitalização composta.
Retrocessão	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
Cláusulas contratuais restritivas	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).

(i) Classificação de risco: em 10 de agosto de 2021, a agência de rating S&P Global Ratings atribuiu à 212ª Série da 1ª Emissão de CRIs da RB Capital o rating brAAA (escala nacional), através de relatório contemplando a avaliação de risco da emissão. A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente.

d) Companhia Provincia de Securitização S/A ("Provincia")
Em 01 de setembro de 2021 a Provincia emitiu a 45ª e a 46ª Série da 3ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.
Os CRIs da 3ª emissão da Provincia, das séries 45ª e 46ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Provincia, representadas por 268 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Provincia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.
A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 101.937 unidades de CRIs Seniores (45ª série), com valor nominal unitário de R$ 1; e 25.484 unidades de CRIs Subordinados (46ª série), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 25.484 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

e) Saldos, vencimentos e movimentações dos CRIs
O saldo consolidado no passivo, apresentado nas demonstrações financeiras, pode ser assim demonstrado:

	Controladora					
	2021			2020		
Emissão	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**
1ª série da 1ª emissão - código 12E0019753	43.200	353	**43.553**	43.200	76	**43.276**
menos: Despesas com emissão de CRI	(73)	-	**(73)**	(125)	-	**(125)**
1ª série da 8ª emissão - código 18E0907339	130.001	771	**130.772**	260.000	220	**260.220**
menos: despesas com emissão de CRI	(755)	-	**(755)**	(2.502)	-	**(2.502)**
102ª série da 4ª emissão - código 17G0848381	-	-	**-**	14.618	14	**14.632**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
109ª série da 4ª emissão - código 18F0924515	-	-	**-**	36.847	36	**36.883**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
131ª, 132ª e 133ª série da 4ª emissão - código 19K1139473, 19K1139655 e 19K1139656	-	-	**-**	63.761	118	**63.879**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
140ª série da 4ª emissão - código 20H0794682	-	-	**-**	86.950	183	**87.132**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
211ª série da 1ª emissão - código 19D0618118	100.000	1.708	**101.708**	100.000	449	**100.449**
menos: despesas com emissão de CRI	(673)	-	**(673)**	(853)	-	**(853)**
212ª série da 1ª emissão - código 19G0000001	601.809	16.937	**618.746**	601.809	5.406	**607.215**
menos: despesas com emissão de CRI	(5.610)	-	**(5.610)**	(7.371)	-	**(7.371)**
283ª e 285ª Séries da 1ª emissão - código 20G0855350 e 20G0855277	97.983	10.557	**108.540**	101.053	77	**101.130**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	(280)	-	**(280)**
145ª Série da 4ª emissão - código 20J0647410	-	-	**-**	33.200	88	**33.289**
menos: despesas com emissão de CRI						
362ª e 363ª Séries da 1ª emissão - códigos 21F0001460 e 21F0001459	36.708	167	**36.875**	-	-	-
menos: despesas com emissão de CRI	(177)	-	**(177)**			
	1.002.413	**30.493**	**1.032.906**	**1.330.306**	**6.668**	**1.336.974**
Circulante	**143.882**	**30.493**	**174.375**	**165.294**	**6.668**	**171.962**
Não circulante	**858.531**	**-**	**858.531**	**1.165.012**	**-**	**1.165.012**

	Consolidado					
	2021			2020		
Emissão	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**
1ª série da 1ª emissão - código 12E0019753	43.200	353	**43.553**	43.200	76	**43.276**
menos: Despesas com emissão de CRI	(73)	-	**(73)**	(125)	-	**(125)**
1ª série da 8ª emissão - código 18E0907339	130.001	771	**130.772**	260.000	220	**260.220**
menos: despesas com emissão de CRI	(755)	-	**(755)**	(2.502)	-	**(2.502)**
102ª série da 4ª emissão - código 17G0848381	-	-	**-**	16.917	14	**16.931**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
109ª série da 4ª emissão - código 18F0924515	21.942	79	**22.021**	42.502	36	**42.538**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
131ª, 132ª e 133ª série da 4ª emissão - código 19K1139473, 19K1139655 e 19K1139656	49.808	262	**50.070**	63.761	118	**63.879**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
140ª série da 4ª emissão - código 20H0794682	60.954	120	**61.074**	86.950	183	**87.132**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
211ª série da 1ª emissão - código 19D0618118	100.000	1.708	**101.708**	100.000	449	**100.449**
menos: despesas com emissão de CRI	(673)	-	**(673)**	(853)	-	**(853)**
212ª série da 1ª emissão - código 19G0000001	601.809	16.937	**618.746**	601.809	5.406	**607.215**
menos: despesas com emissão de CRI	(5.610)	-	**(5.610)**	(7.371)	-	**(7.371)**
283ª e 285ª Séries da 1ª emissão - código 20G0855350 e 20G0855277	97.983	10.557	**108.540**	101.053	77	**101.130**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	(280)	-	**(280)**
145ª Série da 4ª emissão - código 20J0647410	16.241	105	**16.346**	33.200	88	**33.289**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	
167ª Série da 4ª emissão - código 20L0610016	87.354	184	**87.537**	143.351	219	**143.569**
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
180ª e 181ª séries da 4ª emissão - código 21D0733766 e 21D0733780	100.205	368	**100.573**	-	-	-
menos: despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	-
362ª e 363ª Séries da 1ª emissão - códigos 21F0001460 e 21F0001459	36.708	167	**36.875**	-	-	-
menos: despesas com emissão de CRI	(177)	-	**(177)**	-	-	-
	1.443.701	**31.775**	**1.475.475**	**1.481.610**	**6.886**	**1.488.498**
Circulante	**241.134**	**31.775**	**272.908**	**195.250**	**6.887**	**202.137**
Não circulante	**1.202.568**	**-**	**1.202.567**	**1.286.361**	**-**	**1.286.361**

Os saldos do têm a seguinte composição:

Ano	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
12 meses	174.375	171.962	272.908	202.137
24 meses	463.800	166.230	520.380	191.562
36 meses	381.218	443.170	432.619	458.574
48 meses	13.513	365.204	55.426	378.777
60 meses	-	111.113	37.066	122.752
> 60 meses	-	79.295	157.076	134.696
Total	**1.032.906**	**1.336.974**	**1.475.475**	**1.488.498**

As movimentações dos saldos são demonstradas a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo Inicial	**1.336.974**	**1.299.416**	**1.488.497**	**1.408.484**
Adições	40.000	218.513	250.232	361.863
Pagamento do principal	(209.635)	(179.268)	(293.434)	(195.063)
Pagamento de juros	(30.495)	(43.106)	(30.495)	(43.680)
Juros e encargos	58.266	41.420	60.675	36.893
Alteração de critério (i)	-	-	-	(80.000)
Transferência de ativos (ii)	(162.204)	-	-	-
Total	**1.032.906**	**1.336.974**	**1.475.475**	**1.488.497**

(i) Referente a alteração de controle em investidas
(ii) Transferência das cotas investidas, sem efeito no consolidado

13. Créditos a Receber e Obrigações a Pagar com Partes Relacionadas
a) Operações de mútuo com partes relacionadas para financiamentos de obras
Os saldos das operações de mútuo mantidas com partes relacionadas não possuem vencimento predeterminado e não estão sujeitos a encargos financeiros, exceto aqueles firmados com as "joint ventures", quando indicado.
Os saldos nas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado são assim apresentados:

	Controladora				Consolidado			
	Créditos a receber com partes relacionadas		Obrigações a pagar com partes relacionadas		Créditos a receber com partes relacionadas		Obrigações a pagar com partes relacionadas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Alleric Participações Ltda	-	-	-	-	2.933	4.491	277	1
Angra dos Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda	5.442	5.554	8.850	8.850	-	-	1.074	1.169
Arizona Investimento Imobiliário Ltda	-	-	7.771	5.724	-	-	7.771	5.724
Cashme Soluções Financeiras Ltda	145	-	-	-	34.129	12.926	311	4
Cbr 031 Empreendimentos Imobiliários Ltda	5.082	191	-	-	-	-	-	-
Cbr 040 Empreendimentos Imobiliários Ltda	11.745	181	-	-	1	1	-	-
Cbr 044 Empreendimentos Imobiliários Ltda	799	4.490	46	46	-	-	-	-
CBR 123 Empreend. Imob. Ltda	9.672	-	-	-	-	-	170	-
Cbr122 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	40.138	-	-	-
Corcovado Emp. Imob. Part. Ltda	-	-	16.797	16.797	-	-	16.797	16.797
Dany Construtora e Incorporadora S/A	24.520	14.300	-	-	24.520	14.300	-	-
Cybra de Investimento Imobiliário Ltda	118	25	-	-	5.386	5.359	-	16
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A	758	604	-	-	9.698	61	6.079	201
Cyrela Investimentos e Participações Ltda	3	-	-	-	388	388	4.084	2.564
Cyrela Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda	4.628	4.629	-	-	1.511	1.475	-	-
Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda	4.672	-	537	537	5	-	-	2
Cyrela Recife Empreendimentos Imobiliários Ltda	21.472	263	-	-	1	1	-	-
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda	205	10.197	128	20	68.102	66.514	99	-
Dona Margarida II Empreendimentos Imobiliários Ltda	92	4.817	-	-	40	40	-	-
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários S/A	212	153	-	-	51.972	39.287	5.620	-
Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	6.233	5.351	-	-	6.233	5.351
Joe Horn	9.541	12.819	-	-	9.541	12.819	-	-
Jose Celso Gontijo Eng S/A	-	3.969	-	1.237	-	3.969	-	1.237
Lavvi Empreendimentos Imobiliários Ltda	10.217	4.610	-	-	10.217	4.610	-	-
Little Hat Paticipações Ltda	3.359	-	5.023	9.059	3.359	-	5.023	9.059
Living 010 Empreendimentos Imobiliários Ltda	61	6.520	-	-	56	36	-	-
Living Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda	53	7.447	-	-	260	260	-	1
Living Empreendimentos Imobiliários S/A	1.260	51.532	5.231	-	7.426	284	14.888	2.843
Living Loreto Empreendimentos Imobiliários Ltda	16.362	25	-	-	-	-	-	-
Living Panama Empreendimentos Imobiliários Ltda	20.641	118	-	-	284	-	48	111
Living Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda	9	9	-	-	3.128	4.760	-	-
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda	3.832	766	100	100	3.832	766	100	100
Magik Lz Empreend Imob Ltda	5.855	5.444	-	-	5.855	5.444	-	-
Moshe Mordenai Horn	-	7.661	-	-	-	7.661	-	-
Oaxaca Incorporadora Ltda	666	91	4.259	-	10	-	4.259	85
Peru Empreendimentos Imobiliários Ltda	8.961	15	-	-	1	1	-	-
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda	10.874	10.520	-	-	10.874	10.520	-	-
Plano Eucalipto Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	-	4.654	979	-
Precon Engenharia S.A	132.109	120.389	-	-	132.109	120.389	-	-
RCC Empreendimentos e Participações	6.464	-	-	-	6.464	-	-	-
Sabia Salvador Allende Empreendimentos	-	-	3.652	3.652	-	-	3.652	3.652
Seller Consultoria Imobiliária e Representações Ltda	919	471	2	14	21.487	18.834	-	-
SIG Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.692	-	5.165	11.029	2.692	-	5.165	11.029
Sk Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	20.089	-	2.954	13
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A	4.381	2.132	-	-	4.381	2.132	-	-
Spe Faicalville Incorporação 1 Ltda	-	6.060	1.858	7.881	-	6.060	1.858	7.881
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda	14.361	-	-	-	14.361	-	-	-
Via One Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	148.394	140.911	-	-	2.246	2.246	364	364
Outras 680 SPE's com saldos até R$3.5MM	73.816	60.133	32.542	29.918	56.573	33.542	22.447	21.591
	564.392	**487.046**	**98.193**	**100.213**	**554.070**	**383.830**	**110.251**	**89.792**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui operações de crédito a receber com a investida Precon Engenharia S/A que totalizam R$132.109. Esses recursos são destinados a financiar as incorporações que a Cyrela possui em parceria com a Precon e estão sujeitos à atualização com base na variação do CDI.
Em 31 de dezembro de 2021, na Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda, há um saldo de R$65.928 (R$63.152 em 31 de dezembro de 2020), que corresponde a adiantamentos concedidos à empresa da qual foi adquirido terreno, como estabelecido contratualmente. Os adiantamentos estão sujeitos à atualização com base na variação do CDI. Os juros vencem mensalmente, e o principal será amortizado por meio de recebimentos correspondentes à sua participação no empreendimento.

b) Operações
As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem a responsabilidade técnica de projetos e o controle de todos os empreiteiros que fornecem mão de obra especializada de construção, aplicada no desenvolvimento dos empreendimentos da Companhia e de suas investidas.
Essas operações são classificadas como custos incorridos das unidades em construção e alocados ao resultado conforme o estágio de comercialização das unidades do empreendimento.

c) Remunerações a administradores
i) Remuneração global
A remuneração global da Companhia para o exercício de 2021, foi definida na Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 2021 no montante de até R$24.968 (no exercício de 2020, a remuneração global foi fixada em até R$15.838). Em 31 de dezembro de 2021 o montante incorrido aproximado está representado por R$11.158 (R$8.486 em 31 de dezembro de 2020).
ii) Remuneração fixa
As remunerações fixas registradas no resultado da Companhia estão na rubrica "Despesas com honorários da Administração" e podem ser assim demonstradas:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Total de membros 2021	Total de membros 2020
Conselho	2.448	2.282	2.448	2.282	8	7
Conselho fiscal	145	145	145	145	3	3
Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças - CARF	45	-	45	-	1	-
Diretoria	2.462	2.537	2.462	2.537	6	5
Encargos	1.020	993	1.020	993	-	-
	6.120	**5.957**	**6.120**	**5.957**	**18**	**15**
Benefícios Conselho	1.379	3.211	1.379	3.211		
Benefícios Diretoria	2.928	475	2.928	475		
	4.307	**3.686**	**4.307**	**3.686**		
Total	**10.427**	**9.643**	**10.427**	**9.643**		
Conselho - maior	360	372	360	372		
Conselho - menor	216	276	216	276		
Diretoria - maior	490	725	490	725		
Diretoria - menor	320	725	320	725		
Conselho fiscal - maior	48	48	48	48		
Conselho fiscal - menor	48	48	48	48		
Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças - CARF - maior	45	-	45	-		
Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças - CARF - menor	45	-	45	-		

iii) Remuneração variável
De acordo com o artigo 41 do Estatuto Social da Companhia, parágrafo 1º, a atribuição e participação nos lucros aos administradores e empregados, somente poderá ocorrer nos exercícios sociais em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, previsto no inciso IV do Artigo 38 do Estatuto Social.
A Companhia não possui planos de opção de compra de ações ("stock options") vigentes para novas outorgas ou outorgas em período de vesting. Os últimos exercícios ocorreram em 2020 tiveram seus ganhos/perdas registrados em rubrica específica de "Despesas gerais e administrativas".
A Companhia não efetuou pagamentos de valores a título de: (1) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (2) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo), e (3) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

14. Contas-Correntes com Parceiros nos Empreendimentos
Os saldos em ativos e passivos líquidos podem ser assim demonstrados:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Abc Realty de Investimento Imobiliário Ltda	-	-	2.137	1.124
Baronesa Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	-	-	1.185
Cbr 014 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(2.066)
CBR 048 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(3.908)
Consórcio de Urbanização Jundiaí	6.220	5.574	6.220	5.574
Corsados Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	261
Corsega Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	118
Country de Investimento Imobiliário Ltda	-	-	-	1.559
Cybra de Investimento Imobiliário Ltda	-	-	-	(584)
Cyrela Begonia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(637)	(2.204)
Cyrela Brazil Realty Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	3.112
Cyrela Construtora Ltda	-	-	-	238
Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(5.668)	(5.372)
Cyrela Iberia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	612
Cyrela Imobiliária Ltda	-	-	(249)	165
Cyrela Jasmim Ltda	-	-	1.065	1.041
Cyrela Lambari Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(1.244)
Cyrela Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(270)
Cyrela Polinesia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	487

continua...

continuação

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

...continuação

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(2.699)
Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(2.632)	(2.687)
Cyrela Suécia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(7.686)	(10.837)
Cyrela Urbanismo 5 - Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(3.089)
Dona Margarida I Empreendimentos Imobiliários S/A	-	-	-	1.257
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	244
JTS Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	902
Living Indiana Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(707)	-
Living Sabara Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(116)
Living Sabino Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(207)
Maracana Empreendimentos Imobiliários S/A	-	-	-	2.897
Pitombeira Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(2.315)
Plano Aroeira Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	1.100	1.100
Plano Eucalipto Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	105
Plano Pitangueiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(11.941)	(12.639)
Tal Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(149)
Vero Santa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	-	-	(1.862)	(1.878)
Outras 10 SPE's com saldos de até R$ 100	-	-	(20)	88
	6.220	**5.574**	**(20.880)**	**(30.816)**
Ativo Não Circulante	**6.220**	**5.574**	**10.559**	**22.278**
Passivo Circulante	-	-	**(31.439)**	**(53.094)**

15. Obras em Andamento

Em decorrência do procedimento determinado pela Deliberação CVM nº 561/08, alterada pela Deliberação nº 624/10, os saldos de receitas de vendas e correspondentes custos orçados, referentes às unidades vendidas e com os custos ainda não incorridos, não estão refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os principais saldos a serem refletidos à medida que os custos incorrem podem ser apresentados conforme segue.

a) Operações imobiliárias contratadas a apropriar das obras em andamento acumulado.

		Consolidado 2021	Consolidado 2020
(+) Receita bruta total de vendas		14.290.955	9.216.956
(-) Receita bruta total apropriada		(9.937.715)	(5.861.627)
(=) Saldo de receita a apropriar	(i)	**4.353.240**	**3.355.329**
(+) Custo total dos imóveis vendidos		8.521.570	5.542.825
(-) Custo total apropriado		(5.778.497)	(3.416.992)
(=) Saldo de custo a apropriar	(ii)	**2.743.073**	**2.125.833**
Resultado a apropriar		**1.610.167**	**1.229.496**

(i) Não inclui os impostos sobre as receitas.
(ii) Não inclui os gastos com garantias a apropriar

b) Compromissos com custos orçados e ainda não ocorridos, referente a unidades vendidas:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Valores não refletidos nas demonstrações financeiras		
12 meses	1.345.093	1.003.007
Acima de 12 meses	1.397.980	1.122.826
	2.743.073	**2.125.833**

16. Adiantamentos de Clientes

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Por recebimento da venda de imóveis		
Valores recebidos por venda de empreendimentos:		
Demais antecipações	101.885	114.897
	101.885	**114.897**
Unidades vendidas de empreendimentos efetivados		
Receitas apropriadas	(3.143.005)	(1.703.790)
Receitas recebidas	3.221.579	1.735.899
	180.459	**147.006**
Por permuta física na compra de imóveis		
Valores por permuta com terrenos	943.256	807.806
Total de Adiantamento de Clientes	**1.123.715**	**954.812**
Circulante	**314.704**	**286.428**
Não Circulante	**809.011**	**668.384**

17. Provisão para Manutenção de Imóveis

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Provisão para garantia de obra (i)	93.680	80.911
Demais provisões	10.801	-
Provisão para distrato	(4.089)	(3.460)
Total	**100.392**	**77.451**
Circulante	**49.646**	**45.160**
Não Circulante	**50.746**	**32.291**

(i) A Companhia e suas controladas oferecem garantia para seus clientes na venda de seus imóveis. Essas garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens e são prestadas por exercícios que variam até cinco anos após a conclusão da obra e são parcialmente compartilhados com os fornecedores de bens e serviços.

18. Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis

Referem-se a terrenos adquiridos, objetivando o lançamento de novos empreendimentos, de forma isolada ou com a participação de terceiros, com o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
24 meses	-	-	29.026	144.587
36 meses	-	-	74.981	106.197
48 meses	-	-	134.109	41.411
Acima de 48 meses	-	-	42.223	-
Não Circulante	-	-	**280.339**	**292.195**
Circulante	**2.516**	**2.521**	**514.205**	**223.567**
Total	**2.516**	**2.521**	**794.544**	**515.762**

São atualizadas pela variação do INCC, pela variação do IGP-M ou pela variação do índice do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os juros e atualizações monetárias elegíveis à capitalização aos estoques, referentes ao saldo a pagar de terrenos, totalizaram R$16.129 no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 (Reversão de R$2.389 em 31 de dezembro de 2020).

19. Provisões para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

As provisões para riscos de perdas prováveis estão resumidas a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos Cíveis	3.000	4.828	120.561	94.002
Processos Tributários	4.805	3.990	13.338	7.619
Processos Trabalhistas	1.571	1.781	90.465	87.103
Total	**9.376**	**10.599**	**224.364**	**188.724**
Circulante	**5.622**	**6.039**	**118.351**	**104.392**
Não Circulante	**3.754**	**4.560**	**106.013**	**84.332**

O montante total envolvendo processos classificados como perda possível na controladora e no consolidado, é assim apresentado:

	Controladora 2021	Controladora 2020
Cível	2.003	4.451
Tributário	34.845	4.162
Trabalhista	5	630
	36.853	**9.243**

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Cível	37.224	70.233
Tributário	85.139	52.450
Trabalhista	10.716	14.903
	133.079	**137.586**

Os principais processos classificados como perda possível estão descritos a seguir:

- A Companhia e suas investidas possuem processos administrativos tributários, provenientes de despacho decisório da Receita Federal do Brasil, referente à não homologação de impostos pagos por compensação de créditos. Os valores destes créditos são em sua maioria provenientes de utilização do saldo de impostos retidos na fonte apurados em declaração de ajuste anual. Tais processos possuem defesa na esfera administrativa, porém ainda não foram analisadas pela autoridade fiscal. Em 31 de dezembro de 2021, o valor desses processos totalizou R$15.434 (R$13.663 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação dos saldos provisionados pode ser assim apresentada:

Controladora	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2019	**4.946**	**600**	**2.468**	**8.014**
Adições	1.180	3.600	334	5.114
Pagamento	(1.515)	-	(649)	(2.164)
Reversão	(496)	(204)	(772)	(1.472)
Atualizações	713	(6)	400	1.107
Saldo em 31.12.2020	**4.828**	**3.990**	**1.781**	**10.599**
Adições	-	1.391	737	2.128
Pagamento	(6.739)	-	(1.401)	(8.140)
Reversão	(5.827)	(197)	(1.397)	(7.421)
Atualizações	10.738	(379)	1.851	12.210
Saldo em 31.12.2021	**3.000**	**4.805**	**1.571**	**9.376**

Consolidado	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2019	**69.756**	**4.154**	**74.501**	**148.411**
Adições (i)	54.673	8.170	20.007	82.850
Pagamento	(51.028)	-	(21.346)	(72.374)
Reversão (ii)	(2.922)	(4.552)	(5.939)	(13.413)
Atualizações	23.523	(153)	19.880	43.250
Saldo em 31.12.2020	**94.002**	**7.619**	**87.103**	**188.724**
Adições	20.755	8.693	14.261	43.709
Pagamento	(50.449)	-	(23.511)	(73.960)
Reversão	(10.990)	(3.377)	(1.294)	(15.661)
Atualizações	67.243	403	13.906	81.552
Saldo em 31.12.2021	**120.561**	**13.338**	**90.465**	**224.364**

(i) Inclui a reclassificação R$8.088, referente a alteração de controle em investidas.
(ii) Inclui a reclassificação R$1.083, referente a alteração de controle em investidas.

A segregação entre circulante e não circulante pode ser assim apresentada:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante				
Cíveis	1.350	2.172	48.802	40.928
Tributárias	3.219	2.673	8.936	5.105
Trabalhistas	1.053	1.193	60.612	58.359
	5.622	**6.039**	**118.351**	**104.392**
Não Circulante				
Cíveis	1.650	2.055	71.758	53.074
Tributárias	1.586	1.317	4.401	2.514
Trabalhistas	518	588	29.854	28.744
	3.754	**4.560**	**106.013**	**84.332**
Total	**9.376**	**10.599**	**224.364**	**188.724**

20. Impostos e Contribuições de Recolhimentos Diferidos

a) Composição de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS de recolhimentos diferidos

São registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina o momento do recolhimento, conforme o recebimento das vendas de imóveis (Instrução Normativa SRF nº 84/79), e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.266/09 e Deliberação CVM nº 561/08, alterada pela Deliberação CVM nº 624/10 (OCPC 01(R1)).

A seguir estão apresentados os saldos dos impostos e das contribuições de recolhimentos diferidos:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
No Ativo		
IRPJ	1.070	327
CSLL	560	172
Subtotal	**1.630**	**499**
PIS	314	96
COFINS	1.454	445
Subtotal	**1.768**	**541**
Total	**3.398**	**1.040**
Circulante	**2.221**	**757**
Não Circulante	**1.177**	**283**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
No Passivo				
IRPJ	182.919	189.613	217.467	219.710
CSLL	65.851	68.261	83.902	83.962
Provisão para distratos	-	-	(6.017)	(5.051)
Subtotal	**248.770**	**257.874**	**295.352**	**298.621**
PIS	55	65	10.174	8.856
COFINS	258	300	47.016	40.923
Provisão para distratos	-	-	(6.519)	(5.472)
Subtotal	**313**	**365**	**50.671**	**44.307**
Total	**249.083**	**258.239**	**346.023**	**342.928**
Circulante	-	-	**36.955**	**28.801**
Não Circulante	**249.083**	**258.239**	**309.068**	**314.127**

O recolhimento efetivo desses tributos ocorre em prazo equivalente ao do recebimento das parcelas de vendas e alienação de participações.

Em decorrência dos créditos e das obrigações tributárias anteriormente mencionados, foram contabilizados os correspondentes efeitos tributários (imposto de renda e contribuição social diferidos), como a seguir indicados:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
No ativo circulante e não circulante				
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro presumido	-	-	33	-
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - RET	-	-	1.597	499
	-	-	**1.630**	**499**
No passivo circulante e não circulante				
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro real	(733)	(852)	(1.394)	(1.676)
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro presumido	-	-	(3.341)	(4.383)
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - RET	-	-	(42.580)	(35.540)
Diferença de lucro sob atividade não operacional - lucro real (IPO)	(248.037)	(257.022)	(248.037)	(257.022)
	(248.770)	**(257.874)**	**(295.352)**	**(298.621)**

b) Bases de cálculo das diferenças tributárias de resultados futuros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos no montante do consolidado de R$2.806.522 (Em 31 de dezembro de 2020, o montante era de R$2.529.507), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

c) Saldo de PIS e COFINS

O PIS e a COFINS diferidos calculados sobre a diferença entre a receita tributada pelo regime de caixa e as receitas reconhecidas pelo regime de competência estão registrados na rubrica "Impostos e contribuições de recolhimento diferidos", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Corrente	-	147	2.164	2.240
Recolhimento diferido	313	365	57.190	49.779
Provisão para distratos	-	-	(6.519)	(5.472)
	313	**511**	**52.835**	**46.548**

d) Despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício

As despesas de imposto de renda e contribuição social, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, podem ser assim conciliadas com o resultado antes dos impostos:

		Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**905.252**	**2.141.821**	**1.105.934**	**2.289.378**
alíquota nominal de:		-34%	-34%	-34%	-34%
Expectativa de créditos (da despesa) de IRPJ e CSLL		**(307.786)**	**(728.219)**	**(376.018)**	**(778.389)**
Efeito da alíquota nominal sobre:					
Resultado de Equivalência Patrimonial		384.924	313.505	101.037	137.942
Adições e exclusões permanentes e outros	(i)	(101.659)	(334.088)	89.431	28.804
Créditos fiscais não constituídos	(ii)	33.625	367.238	96.930	151.760
Despesa de imposto de renda e contribuição social		**9.104**	**(381.564)**	**(88.620)**	**(459.883)**
Impostos de Recolhimento Diferido		9.104	(256.996)	4.399	(262.343)
Impostos Correntes		-	(124.568)	(93.019)	(197.540)
		9.104	**(381.564)**	**(88.620)**	**(459.883)**

(i) Refere-se a saldo de prejuízos fiscais e base negativa não contabilizados.
(ii) Refere-se a saldos de prejuízos fiscais não contabilizados.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$3.395.744 em 31 de dezembro de 2021 (R$3.395.744 em 31 de dezembro de 2020), representado por 399.742.799 ações ordinárias nominativas.

O Conselho de Administração da Companhia está autorizado a aumentar o capital social, independentemente de Assembleia Geral ou reforma estatutária, até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias nominativas, para distribuição no País e/ou exterior, sob a forma pública ou privada.

b) Ações em tesouraria

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria e, posteriormente, cancelamento ou alienação.

(i) A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado é de 274.236.046 ações ordinárias, conforme informado pela instituição depositária em 31 de dezembro de 2021 (281.391.424 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria é de 15.238.895 e seu valor médio de aquisição é de R$ 12,61 em 31 de dezembro de 2021 (15.238.895 e valor médio de aquisição de R$ 12,61 em 31 de dezembro de 2020).

c) Outras reservas

São representadas por gastos com emissão de ações e movimentações em transações de capital. As reservas de capital são majoritariamente explicadas pela aquisição de participações minoritárias em sociedades que já eram consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Destinação do lucro líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte:

- 5% para a reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação para a reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

	2021	2020
Lucro Líquido Atribuído aos acionistas da controladora	**914.356**	**1.760.257**
Constituição da reserva legal - %	5%	5%
(-) Reserva Legal	**45.718**	**88.013**
(=) Base de cálculo sobre o Lucro Líquido	**868.638**	**1.672.244**
Dividendo mínimo estatutário - %	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório sobre Lucro Líquido	**217.159**	**418.061**
Total de Dividendos a Pagar	**217.159**	**418.061**
Total destinado à reserva de lucros	**651.479**	**1.254.183**

e) Reserva de Lucros (Expansão)

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após constituição de reserva legal e da proposição de dividendos, no montante de R$ 651.479, foi transferido para a rubrica "Reserva para expansão", conforme artigo 40 do Estatuto Social, a reserva para expansão será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar as suas atividades, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela administração para os exercícios futuros.

g) Outras Mutações

O saldo nessa rubrica é substancialmente representado pelas movimentações de aumentos e ou reduções na participação de acionistas não controladores.

22. Benefícios a Diretores e Empregados

Os benefícios aos empregados e administradores são todos na forma de remuneração paga, a pagar, ou proporcionada pela Companhia, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados.

a) Benefícios pós-aposentadoria

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada para seus empregados, porém efetuam contribuições mensais com base na folha de pagamento de previdência social, as quais são lançadas em despesas pelo regime de competência.

b) Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia e demais empresas do Grupo possuem programa de participação de empregados nos resultados, conforme acordo coletivo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão é de R$52.688 (R$23.289 em 31 de dezembro de 2020), registrada no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" e no passivo "Salários, encargos sociais e participações", com base nos indicadores e parâmetros definidos no acordo firmado e projeções de resultados.

23. Instrumentos Financeiros

a) Resumo dos principais instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de moeda e de taxa de câmbio e de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Classificação
ATIVOS FINANCEIROS	**1.888.870**	**1.619.709**	**6.197.066**	**4.871.000**	
Caixa e equivalentes de caixa	22.719	5.589	205.944	200.083	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários (i)	953.270	724.945	2.762.108	1.822.819	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	299.917	346.101	300.417	346.601	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	30.324	31.834	30.324	31.834	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Contas a receber	12.028	18.620	2.333.644	2.063.554	Custo amortizado
Créditos a receber com partes relacionadas	564.392	487.047	554.070	383.831	Custo amortizado
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	6.220	5.574	10.559	22.278	Custo amortizado
PASSIVOS FINANCEIROS	**2.452.370**	**2.394.104**	**4.780.867**	**3.513.177**	
Empréstimos e financiamentos	521.206	918.775	1.387.334	1.208.621	Custo amortizado
Debêntures	756.014	-	762.661	5.886	Custo amortizado
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	1.032.906	1.336.974	1.475.475	1.488.498	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de imóveis	2.516	2.521	794.544	515.762	Custo amortizado
Fornecedores de bens e serviços	41.535	35.621	219.163	151.524	Custo amortizado
Obrigações a pagar com partes relacionadas	98.193	100.214	110.251	89.792	Custo amortizado
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	-	-	31.439	53.094	Custo amortizado

A Companhia possui instrumentos financeiros no qual são mensurados a valor justo, então neste cenário é aplicado a regra de hierarquia do valor justo vide CPC 46, que requer que a Companhia faça uma avaliação da hierarquia do valor justo que são classificados em três níveis a seguir:

(i) Nível 1 - São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso a data da mensuração.
(ii) Nível 2 - São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.
(iii) Nível 3 - Informações (inputs) de nível 3 são dados observados para o ativo ou passivo.

b) Análise de sensibilidade para os ativos e passivos financeiros

Ativos Financeiros

A partir do cenário provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para os ativos financeiros. Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 11,59% ao ano com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela BM&FBOVESPA e cenários alternativos considerando o CDI de 8,69% ao ano e 5,80% ao ano. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade dos títulos e valores mobiliários aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2021. Para os casos em que o fator de risco é a variação da taxa do dólar norte-americano, a partir do cenário para os próximos 12 meses, de R$ 5,70, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, considerando o dólar norte-americano a R$ 4,28 e R$ 2,85, respectivamente.

A partir do cenário provável para o IPCA acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para títulos e valores mobiliários. Definiu-se a taxa provável para o IPCA acumulado para os próximos 12 meses de 6,04% ao ano com base no relatório divulgado pelo Santander e cenários alternativos considerando o IPCA de 4,53% ao ano e 3,02% ao ano.

A partir do cenário provável para o IGP-M acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para a carteira performada do contas a receber. Definiu-se a taxa provável para o IGP-M acumulado para os próximos 12 meses de 6,18% ao ano com base no relatório divulgado pelo Santander e cenários alternativos considerando o IGP-M de 4,63% ao ano e 3,09% ao ano. As carteiras performadas possuem juros contratuais de 12% ao ano.

A partir do cenário provável para o INCC acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para a carteira não performada do contas a receber. Definiu-se a taxa provável para o INCC acumulado para os próximos 12 meses de 7,31% ao ano com base no relatório divulgado pelo Santander e cenários alternativos considerando o INCC de 5,48% ao ano e 3,65% ao ano.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas de fonte externa.

Operações Financeiras	Posição 2021	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Fundos de investimentos exclusivos	1.564.220	CDI	11,73%	8,80%	5,86%
Receita projetada			183.451	137.588	91.725
Fundo de investimentos diversos	220.695	CDI	21,58%	16,18%	10,79%
Receita projetada			47.620	35.715	23.810
Certificado de depósito bancário	193.231	CDI	8,69%	6,52%	4,35%
Receita projetada			16.801	12.601	8.401
Títulos do Governo - NTNB	12.850	IPCA	6,04%	4,53%	3,02%
Receita projetada			776	582	388
Letras Financeiras	229.195	CDI	13,00%	9,75%	6,50%
Receita projetada			29.797	22.347	14.898
Outros	923.032	IPCA	6,04%	4,53%	3,09%
Receita projetada			55.751	41.813	28.522
	3.143.223		**334.196**	**250.646**	**167.744**

Contas a Receber	Posição 2021	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Carteira performada (i)	906.394	IGPM	6,18%	4,63%	3,09%
Receita projetada			55.988	41.991	27.994
Carteira não performada (i)	1.802.251	INCC	7,31%	5,48%	3,65%
Receita projetada			132.202	99.152	66.101
	2.708.645		**188.190**	**141.143**	**94.094**

(i) Saldo antes da provisão para risco de crédito e prestação de serviço.

Passivos Financeiros

A Companhia possui valores mobiliários (debêntures e CRIs) em valor total de R$ 2.238.136, bruto dos gastos de emissão, que são remuneradas com taxas de juros que podem variar de 100% CDI até IPCA + 6,0% a.a. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos endividamentos atrelados ao CDI e ao IPCA, fatores de riscos de taxas de juros ao qual a Companhia possuía exposições passivas na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Definiu-se as prováveis taxas para o CDI e o IPCA acumulados para os próximos 12 meses de 11,59% ao ano e 6,04% ao ano respectivamente, com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela B3 e com base no relatório divulgado pelo Santander para a projeção do IPCA, o que equivale aos cenários possíveis listados a seguir. A partir da taxa provável para o CDI, foram definidos cenários com deteriorações com a taxa média de 14,49% ao ano e 17,39% ao ano para os próximos 12 meses. A partir da taxa provável para o IPCA, foram definidos cenários com deteriorações com a taxa média de 7,55% ao ano e 9,05% ao ano para os próximos 12 meses. Calculou-se as sensibilidades das despesas financeiras aos cenários para os riscos de variações do CDI e o do IPCA, a partir dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2021, bruto dos gastos com emissão, conforme destacado a seguir:

Operações Financeiras	Posição 2021	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures CYMA 01	6.647	IPCA	6,04%	7,55%	9,05%
Despesa projetada			401	502	602
14ª Emissão de Debêntures	759.333	CDI	13,48%	16,85%	20,22%
Despesa projetada			102.358	127.948	153.537
CRI - 1ª Emissão (Securitizadora)	43.553	CDI	12,45%	15,56%	18,68%
Despesa projetada			5.422	6.778	8.134
CRI - 8ª Emissão (Securitizadora)	130.772	CDI	11,83%	14,79%	17,75%
Despesa projetada			15.470	19.338	23.205
CRI - 4ª Emissão - 102ª série (Gaia)	-	CDI	9,85%	12,31%	14,78%
Despesa projetada			-	-	-
CRI - 4ª Emissão - 109ª série (Gaia)	22.021	CDI	12,93%	16,16%	19,40%
Despesa projetada			2.847	3.559	4.271
CRI - 4ª Emissão - 131ª 132ª e 133ª série (Gaia)	50.070	CDI	18,29%	22,86%	27,44%
Despesa projetada			9.158	11.447	13.737
CRI - 4ª Emissão - 140ª série (Gaia)	61.074	IPCA	11,34%	14,18%	17,01%
Despesa projetada			6.926	8.657	10.389
CRI - 1ª Emissão - 211ª série (RB)	101.708	CDI	11,59%	14,49%	17,39%
Despesa projetada			11.788	14.735	17.682
CRI - 1ª Emissão - 212ª série (RB)	618.746	CDI	11,59%	14,49%	17,39%
Despesa projetada			71.713	89.641	107.569
CRI - 1ª Emissão - 283ª e 285ª séries (RB)	108.540	IPCA	10,18%	12,73%	15,27%
Despesa projetada			11.049	13.812	16.574
CRI - 4ª Emissão - 145ª série (Gaia)	16.346	CDI	15,77%	19,71%	23,66%
Despesa projetada			2.578	3.222	3.867
CRI - 4ª Emissão - 167ª série (Gaia)	87.537	IPCA	11,34%	14,18%	17,01%
Despesa projetada			9.927	12.408	14.890
CRI - 4ª Emissão - 180ª e 181ª séries (Gaia)	100.572	CDI	14,94%	18,68%	22,41%
Despesa projetada			15.025	18.782	22.538
CRI - 1ª Emissão - 362ª e 363ª séries (RB)	36.875	Pré	7,00%	7,00%	7,00%
Despesa projetada			2.581	2.581	2.581
CRI - 3ª Emissão - 45ª série (Provincia)	104.950	IPCA	11,87%	14,84%	17,81%
Despesa projetada			12.458	15.572	18.686
	2.248.744		**279.701**	**348.982**	**418.262**

A dívida assumida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES possui remuneração de 3,78% ao ano, acrescida à TJLP. Com o intuito de verificar a sensibilidade do endividamento atrelado à TJLP, fatores de risco de taxas de juros às quais a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes, tendo sido utilizada a TJLP de 5,87% ao ano para o cenário provável. A partir dele, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50% para os próximos 12 meses e recalculou-se a taxa anual aplicada a esses financiamentos.

A Companhia possui empréstimos em moeda nacional, sendo uma parte remunerados com taxas de juros entre 104% a 110% do CDI e outra parte remunerados com taxas de juros entre CDI + 1,75% e CDI + 2,50%. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do endividamento atrelado ao CDI, fator de risco da taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 11,59% ao ano, com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela B3. A partir da taxa provável para o CDI, foram definidos cenários com deteriorações com a taxa média de 14,49% ao ano e 17,39% ao ano para os próximos 12 meses. Calculou-se a sensibilidade das despesas financeiras aos cenários para o risco de variação do CDI, a partir dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2021, o que equivale aos cenários possíveis listados.

continua...

continuação

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia possui financiamentos para a construção em moeda nacional, sendo uma parte remunerados com taxas de juros entre 5,9% a 9,30% ao ano, acrescido à TR, outra parte remunerados com taxas de juros de 126% do CDI ao ano e outra parte remunerados com taxas de juros de Poupança + 2,80%. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos financiamentos para a construção atrelados à TR, CDI e Selic (Poupança), fatores de risco de taxas de juros ao qual a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes, tendo sido utilizada a TR de 2,66% ao ano, CDI acumulado para os próximos 12 meses de 11,59% ao ano e a Selic de 12,25% ao ano, com base nas taxas referenciais de "swap" TR x pré e de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela B3, e com base no relatório divulgado pelo Santander para a projeção da Selic. A partir das taxas prováveis para a TR, CDI e Selic, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50% para os próximos 12 meses e recalculou-se a taxa anual aplicada a esses financiamentos, assim como a sensibilidade das despesas financeiras aos cenários para o risco de variação da TR, CDI e Selic, a partir dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2021, o que equivale aos cenários possíveis listados.
Abaixo estão as análises da dívida assumida com o BNDES, empréstimos nacionais e de financiamentos.

Operações Financeiras	Posição 2021	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
BNDES	128.145	TJLP	9,88%	11,40%	12,92%
Despesa projetada			12.661	14.609	16.556
Empréstimo nacionais	182.465	% CDI	12,70%	15,90%	19,10%
Despesa projetada			23.173	29.007	34.853
Empréstimo nacionais	406.729	CDI +	13,96%	16,92%	19,88%
Despesa projetada			56.779	68.819	80.858
Financiamento de obra	425.939	TR	11,89%	12,62%	13,34%
Despesa projetada			50.650	53.737	56.824
Financiamento de obra	60.549	% CDI	14,82%	158,75%	165,30%
Despesa projetada			8.971	96.122	100.088
Financiamento de obra	183.719	Poupança +	12,04%	12,77%	13,50%
Despesa projetada			22.120	23.461	24.802
	1.387.546		**174.354**	**285.755**	**313.981**

c) Operação com instrumento financeiro derivativo
De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pela Companhia como forma de gerenciamento dos riscos de mercado relacionados à taxa de juros, principalmente para os empréstimos de modalidade CCB que são prefixados.
(i) Swap de fluxo de caixa
Essa modalidade de "swap" proporciona o pagamento do diferencial de juros durante a vigência do contrato, em intervalos periódicos (fluxo constante).
A Companhia possui operações de swap abaixo, no qual tem a posição ativa em taxas pré-fixadas e cotas de fundo e como contrapartida passiva os percentuais do CDI, sendo a amortização do valor principal de acordo com os vencimentos da dívida à qual os contratos estão atrelados.

Operações Financeiras	Valor Original	Contratação	Vencimento	Ponta Ativa (Cyrela)	Ponta Passiva (BTG Pactual)	2021	2020
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	164.013	dez/17	fev/22	8,30% a.a	88,70% CDI	1	2.335
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	93.500	dez/17	jul/22	8,25% a.a	79,30% CDI	77	6.062
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	16.100	fev/19	set/23	8,26% a.a	105,56% CDI	(3.622)	19.506
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	100.000	mar/20	abr/24	6,20% a.a	79,00% CDI	(2.817)	2.210
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	199.928	mar/20	abr/24	6,20% a.a	93,00% CDI	(9.468)	2.174
						(15.829)	**32.287**

Operações Financeiras	Valor Original	Contratação	Vencimento	Ponta Ativa (Cyrela)	Ponta Passiva (Plural)	2021	2020
Swap de fluxo de caixa vinculado à mútuo	2.446	mar/21	fev/36	100% Cotas FIDC	100% DI + 3% a.a	(211)	-
						(211)	**-**

Operações Financeiras	Valor original em R$ mil	Contratação	Vencimento	Ponta Ativa (Cyrela)	Ponta Passiva (Santander)	2021	2020
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	105.081	jun/21	abr/25	IPCA +3,91%	100% CDI + 1,15%	217	-
						217	**-**

Operações Financeiras	Valor original em R$ mil	Contratação	Vencimento	Ponta Ativa (Cyrela)	Ponta Passiva (Bocom)	2021	2020
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	30.000	mai/21	nov/23	100% V.C + 2,41%	100% CDI + 1,41%	756	-
						756	**-**

d) Considerações sobre riscos e gestão de capital
Os principais riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:
(i) Risco de mercado
O risco de mercado está atrelado as flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro num mercado ativo. Os preços de mercado são afetados, principalmente, pela variação na taxa de juros (inflação) e pela flutuação da moeda estrangeira. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

- Risco de taxa de juros: os resultados da Companhia e de suas controladas estão sujeitos a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e dívidas, e contas a receber de clientes.
- Risco de distratos de clientes: A Companhia aplica com eficiência suas políticas de análise de crédito visando a garantia do crédito ao final da obra e repasse definitivo do cliente ao banco. Apesar disso, há clientes que procuram a Companhia buscando distratar seus respectivos contratos de promessa de compra e venda.
- Risco de moeda: a Companhia mantém operações em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações dessas moedas. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava saldo de empréstimos em moeda estrangeira. Os títulos e valores mobiliários em moeda estrangeira apresentavam saldo de R$8.231 em 31 de dezembro de 2021 (R$8.052 em 31 de dezembro de 2020), sendo essa exposição protegida por recebíveis futuros, em dólares norte-americanos, de empreendimento imobiliário já entregue realizado na Argentina.
- Risco COVID-19: No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavírus (COVID-19) como pandemia. Desde então, o vírus vem se alastrando rapidamente ao redor do mundo. A Companhia está monitorando de perto todas as evoluções e tomando medidas mitigatórias para garantir a segurança de todos os seus stakeholders.

(ii) Risco de crédito
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumentos financeiros e contratos de compra e venda de imóveis, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.
O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente.
Adicionalmente, a Administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que indiquem que os benefícios econômicos associados à receita apropriada poderão não fluir para a entidade. Exemplos: (i) atrasos no pagamento das parcelas; (ii) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão para perda com créditos duvidosos é registrada. O montante a ser registrado nesta provisão considera que o imóvel será recuperado pela Companhia, que eventuais montantes poderão ser retidos quando do pagamento das indenizações aos respectivos promitentes compradores, entre outros.
(iii) Risco de liquidez
O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude das diferentes moedas e dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.
A dívida líquida da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
(+) Dívida atualizada (principal): (i)	2.273.443	2.253.851	3.580.324	2.697.272
(-) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários:	(1.306.230)	(1.108.468)	(3.298.792)	(2.401.336)
	967.213	**1.145.383**	**281.532**	**295.936**

(i) Composta por empréstimos e financiamentos, debêntures e CRIs, bruto dos gastos com emissão.
(iv) Gestão de capital
O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas.
A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures.

24. Lucro (Prejuízo) Bruto
Apresentamos a seguir a composição da receita líquida e dos custos relacionados às receitas, apresentada na demonstração do resultado.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita bruta				
Incorporação e revenda de imóveis	6.923	26.540	4.851.226	3.765.116
Loteamento	1.898	2.041	51.769	41.562
Locação de imóveis	-	-	-	-
Provisão para Distrato	-	-	(62.954)	48.464
Provisão para Distrato - PCLD	(496)	-	(35.986)	-
Prestação de serviços e outras	11.993	12.348	113.605	70.655
	20.318	**40.929**	**4.917.660**	**3.925.796**
Deduções da receita bruta	(3.622)	(2.948)	(126.827)	(102.101)
Receita líquida	**16.696**	**37.981**	**4.790.833**	**3.823.695**
Custo das vendas e serviços realizados				
Dos imóveis vendidos	(2.968)	(27.469)	(3.077.353)	(2.476.312)
Loteamento	(4.230)	(242)	(23.374)	(25.396)
Provisão para Distrato	-	-	39.254	(35.830)
Da prestação de serviços	-	-	(63.540)	(35.775)
	(7.198)	**(27.712)**	**(3.125.013)**	**(2.573.313)**
	9.498	**10.269**	**1.665.820**	**1.250.382**

25. Despesas com Vendas
Os principais gastos incorridos nos exercícios podem ser apresentados da seguinte forma:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Estande de vendas	-	(3)	(112.638)	(95.587)
Propaganda e publicidade (mídia)	(28)	(165)	(71.761)	(73.824)
Serviços profissionais	(5.689)	(1.822)	(95.173)	(66.460)
Manutenção de estoque pronto	(455)	(765)	(27.205)	(43.731)
Outras despesas comerciais (i)	-	(169)	(41.069)	(46.706)
	(6.172)	**(2.924)**	**(347.846)**	**(326.318)**

(i) Refere-se à despesas apropriadas de comissão de vendas, salários e outras despesas das empresas de venda do Grupo.

26. Despesas Gerais e Administrativas
Os principais gastos incorridos nos exercícios podem ser assim apresentados:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Salários e Encargos	(44.693)	(42.000)	(157.485)	(122.898)
Participação de empregados e administradores (PLR)	(41.442)	(11.982)	(60.108)	(27.943)
Despesa com opções em ações (stock options)	-	(60)	-	(60)
Serviços de Terceiros	(48.158)	(31.467)	(136.947)	(102.075)
Aluguel, utilidades e viagens	(10.700)	(11.947)	(15.839)	(17.542)
Indenizações para riscos diversos (i)	(8.140)	(3.301)	(73.960)	(71.212)
Outras despesas administrativas	(13.802)	(15.511)	(50.994)	(42.990)
	(166.935)	**(116.268)**	**(495.333)**	**(384.720)**

(i) Conforme nota explicativa 19.

27. Resultado Financeiro
Os principais gastos e receitas incorridas nos exercícios podem ser apresentados da seguinte forma:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas financeiras:				
Juros do sistema financeiro da habitação (SFH)	(125)	(1.863)	(29.256)	(12.831)
Juros de empréstimos nacionais e estrangeiros	(126.630)	(68.896)	(138.695)	(76.760)
Capitalização de juros	33	1.863	19.439	9.479
Variações monetárias	(896)	(644)	(4.818)	(10.672)
Despesas bancárias	(1.928)	(1.882)	(9.949)	(6.919)
Descontos Concedidos	-	(7)	(4)	(61)
Outras despesas financeiras	(10.977)	(7.414)	(13.917)	(9.959)
Perdas operacionais SWAP	(52.383)	(10.207)	(51.665)	(10.207)
	(192.906)	**(89.050)**	**(228.865)**	**(117.930)**
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicações financeiras	139.764	94.882	221.719	130.819
Receitas financeiras sobre contas a receber	-	-	-	-
Variações monetárias ativas	1.567	5.504	9.604	16.893
Descontos obtidos	11	1	171	94
Juros ativos diversos	15.025	13.772	29.568	22.527
PCLD - Ativos financeiros	(275)	-	(6.065)	-
Outras receitas financeiras	7	281	5.222	2.384
Ganhos operacionais SWAP	22.868	37.612	22.149	37.612
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(8.435)	(6.474)	(10.506)	(7.898)
	170.532	**145.580**	**271.862**	**202.431**
Resultado Financeiro	**(22.374)**	**56.530**	**42.997**	**84.503**

28. Lucro por Ação
Os lucros básicos e diluídos por ação estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro diluído por ação:		
Lucro líquido do exercício	914.356	1.760.257
Número total de ações (-) tesouraria (ações em milhares)	384.504	384.504
Lucro básico por ação - em R$	2,37801	4,57801
Lucro diluído por ação:		
Lucro líquido do período	914.356	1.760.257
Média ponderada de ações em circulação (ações em milhares)	384.504	384.504
Efeito das opções de compra de ações outorgadas (ações em milhares)	-	-
Média ponderada de ações em circulação - diluído	384.504	384.504
Lucro diluído por ação - em R$	2,37801	4,57800

29. Informações por Segmento
a) Critério de identificação dos segmentos operacionais
A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais apresentados nas demonstrações financeiras são demonstrados a seguir:
(i) Atividade de incorporação.
(ii) Atividade de prestação de serviços.
O segmento de incorporação contempla a venda e revenda de imóveis e também a atividade de loteamentos e está subdividida, conforme apresentado a seguir:
(i) Cyrela: estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamentos como alto padrão e luxo, tanto da controladora como das "joint ventures".
(ii) Living: estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamentos como Living, tanto da controladora como das "joint ventures".
(iii) CVA: estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamento como "Casa Verde e Amarela", tanto da controladora como das "Joint ventures".
As informações sobre as atividades de loteamento e prestação de serviços estão sendo apresentadas nesta nota explicativa com o termo "Demais".
b) Demonstrações consolidadas dos segmentos operacionais

Consolidado 2021	Cyrela	Living	CVA	Demais	Corporativo	Total
Receita líquida	2.688.414	1.217.215	816.661	68.543	-	4.790.833
Custo das vendas e serviços	(1.717.262)	(794.559)	(583.842)	(29.350)	-	(3.125.013)
Lucro bruto	**971.152**	**422.656**	**232.819**	**39.193**	**-**	**1.665.820**
Receitas/(Despesas) operacionais	(277.885)	(78.507)	(115.258)	(55.855)	(75.378)	(602.883)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**693.267**	**344.149**	**117.561**	**(16.662)**	**(75.378)**	**1.062.937**
Ativo total	**5.111.197**	**2.087.189**	**1.121.533**	**85.862**	**5.435.389**	**13.841.170**
Passivo total	**1.964.976**	**869.330**	**421.826**	**220.932**	**3.562.182**	**7.039.246**
Patrimônio Líquido	**3.146.221**	**1.217.859**	**699.707**	**(135.070)**	**1.873.207**	**6.801.924**

Consolidado 2020	Cyrela	Living	CVA	Demais	Corporativo	Total
Receita líquida	1.904.187	1.155.663	691.869	71.975	-	3.823.695
Custo das vendas e serviços	(1.297.890)	(768.468)	(469.273)	(37.682)	-	(2.573.313)
Lucro bruto	**606.297**	**387.195**	**222.596**	**34.293**	**-**	**1.250.381**
Despesas operacionais	(237.714)	(102.540)	(138.238)	(41.596)	1.474.584	954.496
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**368.582**	**284.655**	**84.358**	**(7.303)**	**1.474.584**	**2.204.877**
Ativo Total	**4.445.921**	**1.693.253**	**732.267**	**87.655**	**4.474.829**	**11.433.925**
Passivo Total	**1.402.180**	**669.944**	**233.190**	**196.997**	**3.134.987**	**5.637.298**
Patrimônio Líquido	**3.043.741**	**1.023.309**	**499.077**	**(109.342)**	**1.339.843**	**5.796.628**

Os valores apresentados como corporativo envolvem, substancialmente, despesas da unidade corporativa não alocadas aos demais segmentos.
c) Informações sobre principais clientes
A Companhia e suas investidas não possuem clientes que concentrem participação relevante (acima de 10%) em seus empreendimentos e que afetem os resultados operacionais.

30. Seguros
A Companhia e suas controladas mantêm seguros, como indicados a seguir, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:
a) Risco de engenharia:
(i) Básica -R$4.745: acidentes (causa súbita e imprevista) no canteiro de obra tais como: danos da natureza ou de força maior, ventos, tempestades, raios, alagamento, terremoto etc., danos inerentes a construção, emprego de material defeituoso ou inadequado, falhas na construção e desmoronamento de estruturas.
(ii) Projetos - R$4.745: sobre danos indiretos causados por possíveis erros de projeto.
(iii) Outras - R$9.582: referem-se a despesas extraordinárias, desentulho, tumultos, greves e cruzadas com fundações, entre outros.
b) "Stand" de vendas: incêndio - R$37, roubo - R$1 e outros riscos - R$8.
c) Garantias contratuais: R$5.092.
d) Riscos de construção: responsabilidade civil - R$554.
e) Responsabilidade Civil sobre ações de Diretores e Gestores - R$112.

31. Aprovação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração em 15 de março de 2022.
Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Declaração para fins do Artigo 25, §1°, inciso V, da Instrução CVM n° 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, sala 1, parte, CEP 04552-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.178.600/0001-18 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de março de 2022
A Diretoria

Declaração para fins do Artigo 25, §1°, inciso VI, da Instrução CVM n° 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, sala 1, parte, CEP 04552-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.178.600/0001-18 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de março de 2022
À Diretoria

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — **A DIRETORIA** — **RAQUEL ALVES DE ARAÚJO TONHATTO** - CONTADORA - CRC 1SP 281214/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores mobiliários - CVM.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47, alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas
A Companhia reconhece a receita com venda de imóveis durante a execução das obras como previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo da apropriação imobiliária, como por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o final das obras e medição da evolução destas através dos custos incorridos, para determinação do custo orçado e assim percentual de evolução da obra (POC).
Esse tema foi considerado um assunto principal em nossa auditoria, considerando a relevância dos valores envolvidos, bem como devido ao risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado (custos incorridos em adição aos custos a incorrer) para fins da estimativa do percentual de evolução da obra (POC), utilizarem pressupostos subjetivos que podem ou não se concretizar, e considerando que as premissas exigem julgamento e avaliação por parte da Administração. Mudanças nas premissas utilizadas no cálculo do custo orçado e consequentemente, no percentual de evolução da obra (POC), podem resultar em ajustes relevantes sob o valor da receita registrado no exercício e em exercícios futuros.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes atreladas ao cálculo do percentual de evolução da obra (POC) e do reconhecimento contábil da receita; (ii) obtenção das estimativas do custo orçado de obra aprovadas internamente; (iii) projeções analíticas de custos a incorrer para os empreendimentos em construção no exercício, com base em informações históricas, para fins de avaliar a razoabilidade do custo orçado a incorrer; (iv) testes, em base amostral, da documentação suporte dos custos incorridos; (v) testes, em base amostral, da documentação suporte para avaliar a razoabilidade e integridade das informações do valor geral de venda (VGV), contido no mapa de apropriação, base para a receita contabilizada do exercício; (vi) recálculo da receita com base no percentual de evolução da obra (POC); e (vii) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.
Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que: (i) as premissas utilizadas pela Administração para estimar os custos a incorrer, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (ii) os cálculos efetuados pela Administração sobre o percentual de conclusão correspondem aos critérios estabelecidos conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018.

Redução ao valor recuperável de ativos com vida útil indefinida
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.3.19 e 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido sob as investidas Plano&Plano Desenvolvimento Imobiliários S.A. ("Plano&Plano") e Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Lavvi"), no montante de R$555 milhões e R$179 milhões em 31 de dezembro de 2021, respectivamente. Considerando os preceitos no IAS 36/CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos e IAS 28/CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, sobre a avaliação do valor recuperável de ágio e do respectivo investimento, a Companhia procedeu com a avaliação anual quanto ao valor recuperável considerando o maior valor entre valor justo líquido de despesa de venda ou valor em uso, no qual foi considerado o valor em uso, baseado na metodologia de fluxo de caixa descontado.
Esse tema foi considerado um assunto principal em nossa auditoria, considerando a relevância dos valores envolvidos, bem como que a avaliação do valor recuperável do ágio e do respectivo investimento é uma estimativa contábil que se utiliza de premissas que exigem julgamento e utilização de premissas subjetivas por parte da Administração, com certo grau de complexidade e incerteza, principalmente relacionados à definição do valor em uso. Mudanças nas premissas utilizadas no cálculo do valor em uso pode resultar em ajustes relevantes sob o valor do ágio e do respectivo investimento registrado no exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) entendimento e avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes atreladas para estimar os fluxos de caixa futuros; (ii) discussão sobre os critérios utilizados para mensuração do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste da metodologia utilizada, com o auxílio de especialista; e (iv) análise das classificações e adequada divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia.
Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificados ajustes relacionados à estimativa do reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável nos ativos de vida útil indefinida e a Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes, que foram considerados imateriais.
Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e os critérios para mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 16 de março de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladoras são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, também constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Tarcísio Luiz dos Santos
Contador - CRC nº 1 SP 207626/O

Deloitte.

BRAZIL REALTY - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

C.N.P.J.: 07.119.836/0001-48 - Companhia Aberta
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600 - 12º Andar - Parte - CEP 04538-132 - Itaim Bibi - São Paulo - Telefone: (011) 4502.3153

Relatório da Administração

Estratégia Operacional: Em 14 de setembro de 2004, a Brazil Realty - Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários ("Companhia") foi constituída com o objetivo de operar integralmente no mercado imobiliário, tendo como atividades a aquisição e securitização de créditos decorrentes de operações de financiamento imobiliário e a emissão e colocação de Certificados de Recebíveis Imobiliários com lastro em tais créditos, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com as suas atividades. A Companhia obteve seu registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM no mês de maio de 2005, condição básica para o desenvolvimento dos negócios. Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") emitidos pela Companhia: (i) Em 14 junho de 2011 emitiu a 1ª série da 1ª emissão no montante de R$270.000.000; (ii) Em 18 de maio de 2012 emitiu a 1ª série da 2ª emissão no montante de R$300.000.006; (iii) Em 07 de outubro de 2013 emitiu a 1ª série da 3ª emissão no montante de R$130.000.000; (iv) Em 24 de junho de 2014 emitiu a 1ª série da 4ª emissão no montante de R$50.000.000; (v) Em 30 de setembro de 2016 emitiu a 1ª série da 5ª emissão no montante de R$150.000.000; (vi) Em 06 de dezembro de 2016 emitiu as 1ª e 2ª séries da 6ª emissão no montante de R$ 200.000.000; (vii) Em 21 de dezembro de 2016 emitiu a 1ª série da 7ª emissão no montante de R$30.000.000; (viii) Em 09 de maio de 2018 emitiu a 1ª série da 8ª emissão no montante de R$390.000.000; (ix) Em 14 de agosto de 2018 emitiu as 1ª e 2ª séries da 9ª emissão no montante de R$110.000.000; (x). Em 07 de outubro de 2019 emitiu a 1ª série da 10ª emissão no montante de R$50.000.000. Resgates antecipados efetuados pela Companhia: (i). Em 2 de junho de 2014 efetuou o resgate parcial da 1ª série da 1ª emissão no montante de R$226.800.000; (ii). Em 10 de março de 2015 efetuou o resgate antecipado total da 1ª série da 3ª emissão no montante de R$130.000.000. Conforme eventos extraordinários relacionados acima e cronograma de pagamentos das operações, em 31 de dezembro de 2021 os CRI da Companhia totalizavam R$ 257.499.463. **Resultados e Patrimônio Líquido:** A Companhia encerrou o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 com patrimônio líquido de R$ 15.246 (Quinze mil, duzentos e quarenta e seis reais), tendo sido destacado R$ 271.943 (Duzentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e três reais) de prejuízo. Em decorrência da estrutura operacional da Companhia, as despesas operacionais, estão sendo e serão custeadas pela acionista majoritária e controladora Cyrela, através de aportes de caixa, por meio de adiantamento futuro de aumento de capital. Dessa forma, garantido a liquidez financeira e continuidade em suas atividades. **Perspectivas Operacionais:** A Companhia pretende manter o seu papel de suporte em operações de securitização da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Cyrela"). Por pertencer ao mesmo grupo econômico da Cyrela, a Companhia poderá ter acesso a volumes significativos de créditos imobiliários que sejam originados por tais empresas e, observadas condições equitativas e de mercado nas operações a serem realizadas, a Companhia terá oportunidade de desenvolver um importante diferencial competitivo no segmento de incorporação. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que os auditores independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, não prestaram à Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, outros serviços que não os de auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022
A Administração.

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em reais - R$)*

ATIVO	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	13.466	17.060
Impostos e contribuições a compensar	4	37	717
Demais Contas		-	-
		13.503	**17.777**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições a compensar	4	2.593	4.361
		2.593	**4.361**
Total do ativo		**16.096**	**22.138**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	5	-	8.054
Impostos e contribuições a recolher		850	895
Demais Contas		-	-
		850	**8.949**
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-
		-	-
Patrimônio líquido			
Capital social	8.a)	384.524	884.189
Capital a Integralizar		(97.335)	-
Lucros/Prejuízos Acumulados		(271.943)	(871.000)
Total do patrimônio líquido		**15.246**	**13.189**
Total do passivo e patrimônio líquido		**16.096**	**22.138**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais R$)*

	Nota Explicativa	Capital Social	Capital a Integralizar	(Prejuízos) acumulados	Total Controladora
Em 31 de dezembro de 2019		**614.879**	-	**(605.318)**	**9.561**
Aumento de capital	9.a)	314.310	148.000	-	462.310
Redução de capital	9.a)	-	(193.000)	-	(193.000)
Lucro/(Prejuízo) do período		-	-	(265.682)	(265.682)
Em 31 de Dezembro de 2020		**929.189**	**(45.000)**	**(871.000)**	**13.189**
Aumento de capital	9.a)	326.335	(52.335)	-	274.000
Redução de capital	9.a)	(871.000)	-	871.000	-
Lucro/(Prejuízo) do período		-	-	(271.943)	(271.943)
Em 31 de Dezembro de 2021		**384.524**	**(97.335)**	**(271.943)**	**15.246**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados do Exercício para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em reais - R$)*

	Notas	2021	2020
Receita Bruta Operacional			
Prestação de serviços e outras		29.150	64.130
		29.150	**64.130**
Deduções da Receita Bruta		(4.154)	(9.138)
Receita Líquida Operacional		**24.996**	**54.992**
Da prestação de serviços		-	-
Custo das Vendas e Serviços Realizados		-	-
Lucro Bruto Operacional	11	**24.996**	**54.992**
Despesas Operacionais		**(48.126)**	**(99.360)**
Despesas gerais e administrativas	12	(42.350)	(94.044)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(5.776)	(5.316)
Lucro/(Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		**(23.130)**	**(44.368)**
Resultado Financeiro		**(248.813)**	**(221.314)**
Despesas financeiras	13	(249.125)	(224.218)
Receitas financeiras	13	312	2.904
Lucro/(Prejuízo) do Exercício		**(271.943)**	**(265.682)**
Lucro/(Prejuízo) por Ação (Básico e Diluído)		**(0,64873)**	**(0,60969)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em reais - R$)*

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Continuadas	**(271.943)**	**(265.682)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(271.943)**	**(265.682)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais R$)*

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(271.943)	(265.682)
	(271.943)	(265.682)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Variação nos ativos e passivos operacionais:	(5.651)	17.710
Títulos e Valores Mobiliários	-	508.559
Impostos e contribuições a compensar	2.448	(1.124)
Fornecedores	(8.054)	4.861
Impostos e contribuições a recolher	(45)	(1.594)
Outros Ativos e Passivos	-	(492.992)
Caixa e equivalentes líquidos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	(277.594)	(247.972)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	274.000	254.960
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	274.000	254.960
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(3.594)**	**6.988**
Saldo inicial	17.060	10.072
Saldo final	13.466	17.060
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(3.594)**	**6.988**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Valores Adicionados para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais R$)*

	2021	2020
Receitas		
Venda de mercadorias, produtos e serviços	29.150	64.130
Outras Receitas	-	(3.130)
	29.150	61.000
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.350)	(94.044)
Outras despesas	(5.776)	(2.185)
	(48.126)	(96.229)
Valor Adicionado Bruto	**(18.976)**	**(35.229)**
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Despesas Financeiras	(249.125)	(224.180)
Receitas Financeiras	312	2.904
Valor Total Adicionado Recebido em Transferências	**(248.813)**	**(221.277)**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**(267.789)**	**(256.506)**
Distribuição do Valor Adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	4.154	9.138
Impostos, taxas e contribuições (Municipal)	1.458	-
Impostos, taxas e contribuições (Federais)	2.696	-
Juros	-	38
Prejuízo do exercício	(271.943)	(265.682)
Valor Adicionado Total Distribuído	**(267.789)**	**(256.506)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Informações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários (Companhia) constituída em 14 de setembro de 2004, por meio de Assembleia Geral de Constituição, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o nº 01972-0, tem por atividade a aquisição e securitização de créditos decorrentes de operações de financiamento imobiliário e na emissão e colocação de certificados de recebíveis imobiliários, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com suas atividades. A Companhia tem como principal atividade a aquisição de cédulas de créditos imobiliários e/ou cédulas de créditos bancários, e sua securitização através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) para a Cyrela "Holding", suas coligadas e controladas. A Companhia não enxerga impacto econômico-financeiro potencial advindo da pandemia de COVID-19 na continuidade dos negócios e operações da Brazil Realty Cia Securitizadora de Créditos Imobiliários, não tendo, portanto, impacto monetário futuro. **1.1. Estratégia Operacional**: A Companhia possui operações com emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) ocorridas em: • 14 de junho de 2011: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 900 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 1ª emissão, com valor unitário de R$ 300.000, totalizando R$ 270.000.000. Em 2 de junho de 2014, a Companhia efetuou o resgate no montante de R$ 226.800.000 e R$ 43.200.000 permanecem com vencimento em 01 de junho de 2023, restando 144 CRIs nominativos e escriturais; • 09 de maio de 2018: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 300.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 8ª emissão, com valor unitário de R$ 1.000. Em 31 de dezembro de 2019, já haviam sido integralizadas 390.000 CRIs, totalizando R$ 390.000.000 com vencimento em 09 de junho de 2022; • 14 de agosto de 2018: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 110.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª e 2ª série da 9ª emissão, com valor unitário de R$ 1.000, totalizando R$ 110.000.000 com vencimento em 16 de agosto de 2022; • 25 de setembro de 2019: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 50.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 10ª emissão, em 07 de outubro de 2019 ocorreu a 1ª integralização de 18.000 unidade com valor unitário de R$ 1.000, em 26 de junho de 2020 ocorreu a 2ª integralização de 16.000 unidades com o valor unitário de R$ 927,26, em 30 de setembro de 2020 ocorreu a 3ª Integralização de 16.000 com o valor unitário de R$ 852,81. Em 31 de dezembro de 2021, já haviam sido integralizadas 50.000 CRIs, totalizando R$ 45.076.135 com vencimentos até 12 de outubro de 2022. Conforme definido no Termo de Securitização, os CRIs da 1ª série da 1ª emissão contarão com garantia representada pela cessão fiduciária referente aos direitos creditórios oriundos da comercialização de unidades imobiliárias de empreendimentos de titularidade das cedentes fiduciantes, ou seja, da controladora Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Cyrela") ou das investidas da Cyrela, e direitos e valores depositados pelos compradores das unidades imobiliárias, pelas cedentes fiduciantes ou pela Cyrela, em contas bancárias designadas especificamente para o recebimento de tais valores, nos termos do contrato de cessão fiduciária. O cálculo do índice de cobertura mínimo é realizado pela divisão entre: (a) o saldo das contas vinculadas multiplicado por fator de ponderação de 1,1, acrescido do montante de equivalente ao saldo devedor dos direitos creditórios imobiliários multiplicado por fator de ponderação equivalente a 1, e (b) o saldo devedor das obrigações garantidas na data do cálculo. O resultado da referida divisão deverá ser igual ou superior a 110%. Os CRIs da 1ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de cédulas de crédito bancário ("CCB"), os CRIs da 8ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Cyrela, os CRIs da 9ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de CCB de emissão da Cury Construtora e Incorporadora S/A e os CRIs da 10ª emissão tem como lastro os créditos imobiliários decorrentes de CCB Imobiliária onde a José Celso Gontijo Engenharia S.A figura como devedor, e cessão de créditos imobiliários oriundos de repasses de financiamentos imobiliários. A Companhia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA, como agente fiduciário. Os créditos imobiliários e a garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Companhia, e passarão a constituir patrimônio destinado exclusivamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs são admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), e no sistema bovespafix da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Em 31 de dezembro de 2021, os créditos vinculados à 1ª série da 1ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões, assim como da 2ª série da 9ª emissão de CRI permaneceram adimplentes. Para a continuidade operação as despesas da Companhia estão sendo e serão custeadas pela acionista majoritária e controladora Cyrela.

2. Apresentação das Informações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas. **2.1.** Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias. **i) Declaração de Conformidade**: As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil. A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas, e somente ela, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **ii) Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias**: As informações financeiras trimestrais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis. Todos os valores apresentados nas informações financeiras trimestrais estão expressos em reais (R$), exceto quando indicado de outro modo. **iii) Informações por segmento**: A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis**: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das informações financeiras intermediárias. **2.3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas 2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa**: A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa e de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujo vencimento seja inferior a 90 dias. **2.3.2. Títulos e Valores mobiliários**: Os títulos e valores mobiliários podem incluir aplicações em certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal e fundos de investimentos. **2.3.3. Apuração do resultado**: Os custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. **2.3.4. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**: O imposto de renda e a contribuição social serão calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10%), e a contribuição social pela alíquota de 9%, quando da existência de lucros tributáveis. A Companhia está sujeita a tributação de lucro real. **2.3.5. Instrumentos financeiros**: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem o caixa e equivalentes de caixa (classificados como ativo ao valor justo por meio do resultado), contas a receber e demais ativos (classificados como custo amortizado e anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis) e fornecedores (classificados como custo amortizado). A Companhia realizou operações de cessão de crédito de recebíveis imobiliários, para a emissão de CRIs, emitidos conforme o pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, não constituem obrigação contra a Companhia, estando registrados no passivo da controladora. **2.3.6. Resultado básico e diluído por ação**: O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa: A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa relativos a saldos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo está representado por R$ 13.466 (Em 31 de dezembro de 2020, o saldo era de R$17.060).

4. Impostos e Contribuições a Compensar: Em 31 de dezembro de 2021, o saldo está representado por R$ 2.630 (sendo R$ 37 a curto prazo e R$ 2.593 a longo prazo) e refere-se substancialmente, a créditos a compensar de períodos anteriores, o prazo para repetição de indébito relativo a saldos negativos de IRPJ ou CSLL é de cinco anos contados da data final no período de apuração a que se refere o crédito (Em 31 de dezembro de 2020, o saldo era de R$5.078).

5. Remuneração dos Administradores: Conforme determinado pela Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, que elegeu os administradores, não houve determinação de remuneração específica aos mesmos. A Companhia não incorreu em despesas de remuneração com administradores até o momento.

6. Contingências: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui contingências.

7. Patrimônio Líquido: a) O capital social da Companhia subscrito é de R$ 384.524 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 929.189 em 31 de dezembro de 2020), representado por 384.524 (929.189 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, dos quais R$ 287.189 foram integralizados e o valor de R$ 97.335 serão integralizados nos próximos 12 meses. Conforme determinado pela Assembleia Geral Extraordinária e boletim de subscrição em 22 de abril de 2021, houve um aumento de capital no montante de R$ 326.335, passando, portanto de R$ 929.189 para R$ 1.255.524 e em ato contínuo e nos termos do artigo 173 da lei 6.404/76 a redução de capital no montante de R$ 871.000 para absorção de prejuízos acumulados.

b) Prejuízo básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Ano	Quantidade de ações em circulação (i)	Prejuízo do período em R$	Prejuízo por ação básico em R$	Prejuízo por ação diluído em R$
2020	435.767	(265.682)	(0,60969)	(0,60969)
2021	419.191	(271.943)	(0,64873)	(0,64873)

i) Cálculo da quantidade de ações em circulação conforme CPC 41

8. Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, representados por saldos bancários, contas a receber, representado pela venda de prestação de serviços referente as emissões dos CRIs, Adiantamento futuro de aumento de capital - AFAC, representados por adiantamentos para futuro aumento de capital e fornecedores, representados substancialmente por gastos referente a serviços de custódia de títulos. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos efetuando seus depósitos de conta corrente em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia não operou com derivativos no período findo em 31 de dezembro de 2021. Seguem as considerações sobre riscos de instrumentos financeiros: **Risco de estrutura de capital**: Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora os níveis de endividamento de acordo com os critérios definidos pela Administração. **Informação sobre o valor justo dos instrumentos financeiros**: Os ativos e passivos financeiros apresentados estão mensurados pelo custo amortizado e não apresentam diferenças significativas em relação ao valor justo. **Ativo**: Os recebíveis imobiliários, lastros das operações de securitização sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs. Tais ativos estão registrados na controladora. **Passivo**: A obrigação referente ao CRI está registrada na controladora, pois a Companhia não é responsável pela liquidação do passivo perante os investidores.

9. Lucro Bruto: O lucro bruto da Companhia é representado pela prestação de serviços, decorrente das subscrições e integralizações dos CRIs da 9ª emissão, tendo como devedora Cury Construtora e Incorporadora S.A.

	01/01/2021 à 31/12/2021	01/01/2020 à 31/12/2020
Receita Bruta	29.150	64.130
(-) Impostos sobre a Receita	(4.154)	(9.138)
(=) Receita Líquida	**24.996**	**54.992**

10. Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas da Companhia podem ser assim demonstradas:

	01/01/2021 à 31/12/2021	01/01/2020 à 31/12/2020
Serviços de Terceiros	(42.350)	(94.044)
	(42.350)	**(94.044)**

11. Outras Despesas Operacionais: A companhia apresentou outras despesas operacionais decorrente a impostos e taxas no montante de R$ 5.776 em 31 de dezembro de 2021 e R$ 5.316 em 31 de dezembro de 2020.

12. Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas da Companhia podem ser assim demonstradas:

	01/01/2021 à 31/12/2021	01/01/2020 à 31/12/2020
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(148.125)	(134.098)
Outras Despesas Financeiras	(101.000)	(90.119)
	(249.125)	**(224.217)**
Receitas financeiras:		
Rendimentos de Aplicações	327	3.045
Cofins/Pis s/ Receitas Financeiras	(15)	(142)
	312	**2.903**
Resultado financeiro	**(248.813)**	**(221.314)**

13. Cobertura de Seguros: A Companhia não possui seguros contratados em 31 de dezembro de 2021.

14. Adoção da Instituição CVM nº 600 Regime dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Recebíveis Imobiliários: Em 1º de agosto de 2018 foi emitida a instrução normativa CMV nº 600, que dispõe sobre a regulamentação do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), apresentando mudanças significativas relativas as operações que compõe o patrimônio separado, que atribui a elaboração das demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio separado, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às companhias abertas e auditadas por auditores independentes. Devido as modificações dessa instrução, a Companhia deixou de apresentar nestas demonstrações financeiras a informação suplementar das demonstrações financeiras fiduciárias, que vinham sendo apresentadas nas notas explicativas desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e ITR de 30 de setembro de 2018, que por sua vez serão apresentadas de forma individualizada e entregue à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 03 meses (90 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas do parecer do auditor independente. Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 600, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

Série/Emissão	CRI	Data de encerramento do exercício
1/1	CRI	30/06
1/8	CRI	30/06
1/9	CRI	30/06
1/10	CRI	30/06

15. Aprovação das Informações Financeiras: As informações financeiras intermediárias da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022. Em observância às disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 480/09, a diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as informações financeiras intermediárias e com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A DIRETORIA

Raquel Alves de Araújo Tonhatto - Contadora - CRC 1SP 281214/O-0

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, inciso VI, DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.119.838/0001-48 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.
A Diretoria

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, inciso V, DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.119.838/0001-48 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras dos auditores independentes da Companhia (Grant Thornton Auditores Independentes) referentes às informações financeiras da Companhia findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.
A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores da
Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases**: **Patrimônio separado:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 15 referente a Instrução CVM nº 600, emitida em 1º de agosto de 2018, que dispõe sobre a regulamentação do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e instituiu a elaboração de demonstrações contábeis para cada patrimônio separado. Com base na mencionada instrução as informações contábeis fiduciárias não foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receitas de serviços prestados: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreados em créditos imobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico do qual a Companhia é parte. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação de operações de securitização, atrelando os recebíveis imobiliários aos correspondentes CRIs. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos dos CRIs em conexão às suas obrigações junto aos agentes fiduciários, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros, **(i)** realização do entendimento dos controles internos por meio de inspeção dos sistemas que efetuam a amortização e atualização dos direitos creditórios de forma automática; **(ii)** verificação dos lastros por amostragem; **(iii)** recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificada em cada Termo de Cessão **(iv)** recálculo do passivo de emissão de acordo com os princípios constantes em Termo de Securitização **(v)** inspeção da liquidação financeira tanto das baixas dos recebíveis quanto das amortizações dos passivos de emissão. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **Outros assuntos**: **Demonstrações do Valor Adicionado**: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes — CRC 2SP-025.583/O-1
Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer — CT CRC 1SP-260.164/O-4

www.csn.com.br

SIDERURGIA | MINERAÇÃO | CIMENTO | LOGÍSTICA | ENERGIA

CSN
Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

receita líquida do segmento portuário foi 23% superior em relação ao trimestre passado, atingindo R$ 86 milhões no 4T21. Com a melhora operacional das despesas administrativas, o **EBITDA ajustado** aumentou 35%, alcançando R$ 26 milhões no trimestre e com **margem EBITDA ajustada** de 30,2%, ou 2,7 p.p. superior. Em 2021, a receita de logística portuária atingiu o valor recorde de R$ 311 milhões, 21% superior ao ano de 2020, e com EBITDA recorde de R$ 91 milhões, alta de 22% contra o ano passado. **Resultado da Energia: No 4T21**, o volume de energia negociada gerou **receita líquida** de R$ 47 milhões, com **EBITDA ajustado** de R$ 4 milhões e **margem EBITDA ajustada** de 7,8%. Em comparação com o terceiro trimestre de 2021, a receita líquida teve queda de 29%, devido às paradas programadas realizadas no período que demandaram menores volumes energéticos. Já o EBITDA ajustado caiu 85%, principalmente pelo fato do setor ter custos fixos elevados. No ano de 2021, o segmento de energia apresentou receita líquida de R$ 223 milhões e um EBITDA Ajustado de R$ 62 milhões, o que representa um aumento de 29% e 93%, respectivamente, em relação ao ano de 2020. **ESG - *Environmental, Social & Governance*:** Desde 2020, atuamos no desenvolvimento do diagnóstico e análise interna das nossas ações ESG com base em *frameworks* e metodologias utilizadas nas avaliações das agências de *rating* ESG. Esse processo nos apresentou *gaps* e oportunidades, que classificamos, priorizamos e delegamos internamente com o intuito de melhorar continuamente às nossas práticas ESG. Em 2021, a eficiência desse processo também pode ser reconhecida por meio da significativa melhora na avaliação da nossa performance medidas pelas principais agências de *rating* ESG do mundo, dentre elas: S&P Global, Sustainalytics, FTSE4Good Index, CDP, ISS ESG, as quais nos qualificam, em muitos casos, acima da média do setor. **DIMENSÃO AMBIENTAL: Gestão Ambiental:** A CSN mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e da Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atender aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua. Trabalhamos constantemente para transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. Para isso, a Companhia acompanha e garante o bom funcionamento de seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001: 2015, certificado por organismo internacional independente em todas as suas principais unidades. Em 2021, alcançamos a certificação ISO 14001:2015 em mais duas unidades, Porto do TECAR (RJ) - nossa unidade portuária - e em Arcos (MG) na nossa planta de cimentos. O ano também marcou a primeira certificação na ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade, do Porto do TECAR (RJ), Mina Casa de Pedra (MG) e a Mineração ERSA (RO). Além disso, ao iniciar seu ciclo de avaliação de desempenho 2021, as áreas de maior interface com a temática ESG estabeleceram metas atreladas ao pagamento de remuneração variável (PPR), com o objetivo de fortalecer a cultura proativa frente aos principais desafios de sustentabilidade e propor soluções inovadoras para reforçar o comprometimento do Grupo CSN com aspectos socioambientais. Como destaque na busca por melhor desempenho na utilização de recursos naturais, fechamos o ano de 2021 com uma redução de 16,2% na captação específica de água por tonelada de aço produzido, quando comparado com o ano de 2020, saindo de 22,1 m³/t de aço em 2020 para 18,5m³/t de aço em 2021. Em comparação a 2019, a queda é ainda mais expressiva, com 27,7% de redução.

No que tange a busca pela redução de disposição de resíduos em aterros, a Usina Presidente Vargas alcançou, no ano de 2021, a marca de 34,7% de redução anual do envio de lamas de processos para aterros de classe II, quando a meta proposta pela empresa era de uma redução de 10%. Esse resultado positivo e além do esperado foi alcançado em função das estratégias de destinação alternativas, como prospecção de mercado de novos clientes para consumo das lamas e na utilização dos resíduos para recuperação de áreas degradadas por processos erosivos. Salienta-se também o reaproveitamento do resíduo de Pó de FEA gerado pela Aciaria de Aços Longos, para produção interna de briquetes metálicos, cuja meta de reutilização era de 60% a 80% da geração desse resíduo. No ano de 2021 a meta proposta foi atingida, apresentando um reaproveitamento de 76% do volume gerado, com destaque para o mês de setembro, quando 100% do volume gerado foi utilizado para produção interna de briquetes metálicos.

Mudanças Climáticas: O 4T21 marca a adesão da companhia ao ICO2, Índice Carbono Eficiente da B3, que demonstra nosso comprometimento com a transparência de nossas emissões, no caminho para uma economia de baixo carbono. O índice é composto por ações das companhias do índice IBrX50 que demonstram de forma transparente suas práticas com relação às suas emissões de gases efeito estufa. Além disso, melhoramos o nosso desempenho no CDP (Disclosure Insight Action) no módulo de Climate Change, quando passamos de C para B. A CSN investe esforços e recursos para redução das emissões de gases de efeito estufa e para mitigação dos impactos relacionados às mudanças climáticas. Por meio da utilização de um *software* com inteligência artificial, foi gerada, a partir do atual cenário de emissões de GEE, a Curva de Custo Marginal de Abatimento (Curva MAC), assim como projeções de emissões em ambiente normal de negócio, e projeções de cenários de baixo Carbono, considerando a viabilidade e o impacto de diferentes opções de mitigação. Foram mapeadas 120 propostas de tecnologias aplicáveis aos ramos da Siderurgia e Cimentos que já passaram por uma análise prévia de aplicabilidade dentro das nossas unidades. Dentre estas iniciativas, há desde melhorias no processo produtivo até tecnologias disruptivas como uso de DRI e Hidrogênio. A Ferramenta também auxilia na construção de cenários de precificação de carbono e proporcionou a elaboração do *Roadmap* para Descarbonização, além de viabilizar a divulgação de novas metas de redução de GEE. Entre os principais destaques das novas metas, temos: • Na Siderurgia: Redução de 10% da intensidade de emissão por ton/aço produzido até 2030 e redução de 20% até 2035 (ano-base 2018), segundo a metodologia da WSA. • Na Mineração: Redução de 30% da intensidade de emissões de GEE por tonelada de minério produzido até 2035 (ano-base 2019), e atingimento *net zero* até 2044 nos escopos 1 e 2. • Na produção de Cimentos, no ano de 2021, conseguimos uma expressiva redução nas nossas emissões de GEE de 8% quando comparada às emissões de 2020, atingindo a meta do setor projetado para 2030, de acordo com a *Brazilian Cement Techology Roadmap*. Dessa forma, estabelecemos como meta reduzir em 28% (ano-base 2020) nossas emissões até 2030, alcançando com 20 anos de antecedência, a meta do setor estabelecido para 2050. No 4T21, também concluímos a avaliação qualitativa dos riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas para todos os segmentos da CSN, realizada com base nas diretrizes TCFD (*Task Force for Climate Related Financial Disclosures*). **Gestão de Barragens:** Fechamos o ano de 2021 com todas, as barragens da CSN Mineração permanecendo em nível de emergência zero, que é o melhor nível segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM). Em continuidade ao cronograma de descaracterização das nossas barragens, foi concluída a obra do canal de cintura da Barragem do Vigia que está em franco processo de descaracterização, com previsão de conclusão em 2023. A barragem de Fernandinho (B2A), pertencente a empresa Minérios Nacional, que teve no primeiro semestre do ano sua operação de estabilização interrompida por solicitação da Agência Nacional de Mineração (ANM), pôde reiniciar novamente no 4T21 as obras que estão resultando numa evolução substancial dos seus fatores de segurança. **DIMENSÃO SOCIAL: Segurança do Trabalho:** A segurança é nossa prioridade máxima e no 4T21 a CSN encerrou o período com uma taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento (CAF+SAF) de 2,6 por milhão de HHT, o que demonstra um leve acréscimo em relação ao desempenho do 3T21 de 2,4. Porém, O ano de 2021 encerrou com uma taxa de frequência (CAF+SAF - acidentes com ou sem afastamento) de 2,4 acidentes/milhão de homens hora trabalhadas, redução de 2% com relação a 2020, sendo o menor resultado nos últimos 7 anos. Destacamos neste cenário a redução das taxas de frequência (CAF+SAF - acidentes com ou sem afastamento) dos negócios Logística (16,2%), Metalurgia (1,9%) e Siderurgia (7,9%), quando comparadas às de 3T21.

COVID-19: De modo a proporcionar maior acesso dos seus colaboradores às vacinas, a CSN, em parceria com prefeituras locais, realizou campanhas de vacinação em suas unidades consideradas como prestadoras de serviços essenciais. Também foi lançada pesquisa interna para todo seu público no sentido de mensurar a população já vacinada, orientar, acompanhar e cobrar o cumprimento do esquema de vacinação de todo os seus colaboradores. Até o final de 2021, 75% da força de trabalho estava com cobertura vacinal completa, sendo 94% da força de trabalho com pelo menos a primeira dose da vacina. **DIVERSIDADE:** A Diversidade e a Inclusão são temas importantes para a transformação da nossa sociedade e dos nossos negócios. As iniciativas colocadas em prática em 2021 refletem os mecanismos que promovem a equidade e trazem resultados sustentáveis de representatividade e igualdade. Em direção ao nosso compromisso de chegarmos em 2025 com 28% de Mulheres no grupo CSN, intensificamos o Programa Capacitar Mulheres na Siderurgia em Volta Redonda e na Mineração em Congonhas, e iniciamos a primeira turma de Jovens Aprendizes exclusivas para mulheres na FTL (Ferrovia Transnordestina Logística). A turma com 30 Jovens mulheres é um movimento disruptivo no setor que visa a representatividade na ferrovia de forma sustentável. O resultado da Representatividade de Gênero no Grupo CSN em 2021 foi de 17,5%, um crescimento de 20,7% comparado ao ano anterior. Em relação ao número absoluto crescemos 1.073 mulheres, chegando em dezembro em 4.444. Em relação ao resultado de Representatividade da Pessoa com Deficiência, no ano de 2021 tivemos um **crescimento de 15%,** com relação ao ano de 2020, contando com práticas que visam a inclusão desses cidadãos, como o *Capacitar Pessoa com Deficiência*, lançado em 2021 com o objetivo de capacitação e contratação. Além disso, metas foram cascateadas a todos os negócios do grupo, direcionando todos a um caminho de maior inclusão e diversidade. **RESPONSABILIDADE SOCIAL:** Em 2021, a Fundação CSN completou 60 anos de atuação, com o desenvolvimento de ações alinhadas com as metas de ODS estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Materializa em seus projetos e programas, entre elas, as ODS de 1. Erradicação da Pobreza; 4. Educação de Qualidade; 5. Igualdade de Gênero; 8. Trabalho Descente e Crescimento Econômico; 10. Redução das Desigualdades e 17. Parcerias e Meios de Implementação. A Fundação CSN acredita na transformação da sociedade por meio da educação e expressão cultural. Entre suas ações, realiza o Garoto Cidadão, projeto sociocultural que atende 2.550 crianças e adolescentes nas principais cidades onde a CSN está inserida. Em 2021, sua atuação expandiu com a abertura de mais três unidades do projeto Garoto Cidadão em Mato Grosso do Sul. **Destaques da Fundação CSN no período:** • A CSN investiu mais de R$ 103 milhões em responsabilidade social com aporte em 104 projetos em 27 cidades. • A Fundação CSN está presente em 31 cidades com ações diretas. • 452 ações culturais realizadas com alcance de público de 235.227 visualizações. • 474 alunos contemplados por Programas de Bolsas de Estudo. • 4.578 jovens impactados pelos projetos realizados pela Fundação CSN. **GOVERNANÇA:** A CSN vem atuando na formalização de seus principais compromissos ESG. No terceiro trimestre, aconteceu a primeira reunião do Comitê ESG, órgão não-estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração do Grupo CSN, e cuja composição inclui sua alta liderança executiva. Nesta primeira reunião, foi aprovada a constituição de uma Comissão Integrada de Gestão ESG, a ser composta por embaixadores nomeados pelos membros do órgão, de modo que suas principais funções serão as de implementar um sistema de inovação aberta e de sustentabilidade. Adicionalmente, a Comissão vai se responsabilizar pelos planos de ação e iniciativas organizadas a partir da matriz de materialidade do Grupo CSN que está em processo de atualização e trará ainda mais robustez para a concretização do Comitê em 2022. A nova matriz de materialidade será apresentada no próximo Relato Integrado 2021. **INOVAÇÃO:** A agenda de Inovação do quarto trimestre de 2021 do Grupo CSN foi marcada pelo avanço das iniciativas e crescimento dos investimentos alinhadas com as metas ESG da companhia. Com a atualização dos nossos compromissos de combate às mudanças climáticas, participamos ao lado de importantes investidores como Breakthrough Ventures, fundo verde do Bill Gates, na rodada de investimento da *startup* israelense de Hidrogênio Verde, H2Pro, que objetiva produzir hidrogênio verde em grande escala, de forma eficiente e baixo custo. Com isso, mapeamos muitas iniciativas para uso de Hidrogênio Verde nas nossas operações e que nos ajudarão na aceleração da transição energética das nossas atividades. Com foco na temática da Industria 4.0, realizamos um investimento na *startup* Oico - marketplace B2B (Business to Business) para construção civil que, com uma tecnologia inovadora, conseguiremos escalar nossos canais de vendas. A Clarke Energia também foi um investimento estratégico feito pela CSN Inova Ventures no quarto trimestre. Com atuação na temática de Greentechs (Tecnologia em energia), essa *startup* se posiciona como uma gestora de energia digital e melhor acesso ao mercado livre de energia. Iniciamos na CSN Mineração, a implantação de sistema autônomo da frota de caminhões da Mina Casa de Pedra (Congonhas - MG), que apoiará a possibilidade de operação remota, sistêmica e de alta precisão dos tratores e de semi-autônoma na frota de perfuratrizes. Com a implantação deste projeto inovador, teremos a possibilidade de redução da frota de caminhões a diesel mecânicos e, consequentemente, a redução das emissões atmosféricas, além de maior eficiência e segurança dos nossos trabalhadores. Com mais de 70 anos de atuação, o Centro de Pesquisa da CSN localizado em Volta Redonda mantém a evolução do nosso portfólio através do desenvolvimento de novos produtos siderúrgicos. Em 2021, cerca de 100 novos aços estiveram em desenvolvimento, com 4 novas especificações liberadas no último trimestre de 2021. No ano, reforçamos nossa atuação em técnicas avançadas como Realidade Aumentada e simulação numérica para otimização de processos e desenvolvimento e aplicação de produtos. Iniciamos o comissionamento do forno de indução a Vácuo e da Gleeble o mais moderno simulador termomecânico de processos siderúrgicos da América Latina. Em paralelo e em sinergia com as nossas teses do fundo de Venture Capital, avançamos na consolidação da Célula de Competências em Grafeno e dos projetos pilotos, além de iniciar o comissionamento da planta piloto em CCU (*Carbon Capture and Utilization*) que visa produção de blocos ecológicos a partir de resíduos. **Mercado de Capitais:** No **quarto trimestre de 2021** as ações da CSN registraram desvalorização de 13%, enquanto o Ibovespa apresentou queda de 5,5%. O valor médio diário (CSNA3) negociado na B3, por sua vez, foi de R$ 311,3 milhões. Na *New York Stock Exchange* (NYSE), os *American Depositary Receipts* (ADRs) da Companhia apresentaram desvalorização em dólar de 15,6%, enquanto o *Dow Jones* subiu 1,45%. A média diária de negociação com os ADRs (SID) na NYSE foi de US$ 17,0 milhões.

	4T21
Nº de ações em milhares	**1.387.524,0**
Valor de Mercado	
Cotação de Fechamento (R$/ação)	24,99
Cotação de Fechamento (US$/ADR)	4,44
Valor de Mercado (R$ milhões)	34.674
Valor de Mercado (US$ milhões)	6.214
Variação no período	
CSNA3 (BRL)	-13,0%
SID (USD)	-15,6%
Ibovespa (BRL)	-5,54%
Dow Jones (USD)	1,45%
Volume	
Média diária (mil ações)	12.489
Média diária (R$ mil)	311.315
Média diária (mil ADRs)	3.922
Média diária (US$ mil)	17.043

Fonte: Bloomberg

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.646.480	9.944.586	3.885.265	4.647.125
Aplicações financeiras	6	2.644.732	3.783.362	2.426.457	3.780.891
Contas a receber	7	2.597.838	2.867.352	2.375.512	1.549.703
Estoques	8	10.943.835	4.817.586	7.508.183	3.014.446
Tributos a recuperar	9	1.655.349	1.605.494	1.255.697	1.381.853
Outros ativos circulantes	10	484.120	367.814	790.723	505.576
Total do ativo circulante		**34.972.354**	**23.386.194**	**18.241.837**	**14.879.594**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações Financeiras	6	147.671	123.409	132.523	123.409
Tributos diferidos	19	5.072.092	3.874.946	4.843.653	3.799.707
Estoques	8	656.193	347.304	-	-
Tributos a recuperar	9	965.026	938.452	691.286	738.431
Partes relacionadas	10	2.070.305	1.630.070	2.442.198	1.907.877
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	10	858.876	851.713	858.876	851.713
Outros ativos não circulantes	10	1.436.574	1.121.264	1.014.037	985.280
		11.206.737	**8.887.158**	**9.982.573**	**8.406.417**
Investimentos	11	4.011.828	3.695.780	26.140.909	19.546.493
Imobilizado	12	21.531.134	19.716.223	7.508.842	10.315.724
Intangível	13	7.657.050	7.316.794	59.729	48.322
Total do ativo não circulante		**44.406.749**	**39.615.955**	**43.692.053**	**38.316.956**
Total do ativo		**79.379.103**	**63.002.149**	**61.933.890**	**53.196.550**

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	5.486.859	4.126.453	3.864.228	3.858.493
Obrigações sociais e trabalhistas		328.443	282.630	133.595	138.761
Fornecedores	18	6.446.999	4.819.539	4.710.811	4.133.089
Obrigações fiscais		3.308.614	2.058.362	761.868	289.095
Provisões trabalhistas e cíveis	21	66.047	81.073	35.571	34.458
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	1.206.870	946.133	1.125.359	901.983
Adiantamento de clientes	16	2.140.783	1.100.772	148.822	196.595
Outras obrigações	16	5.557.001	1.310.734	5.421.976	1.203.610
Total do passivo circulante		**24.541.616**	**14.725.696**	**16.202.230**	**10.756.084**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	27.020.663	31.144.200	16.568.616	24.423.753
Tributos diferidos	19	503.081	618.836	-	-
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	21	508.305	554.315	333.285	401.157
Benefícios a empregados	31	584.288	758.426	584.288	758.426
Provisões para passivos ambientais e desativação	22	898.597	803.835	159.254	229.524
Provisão para perdas em investimentos	11			7.451.360	5.942.863
Outras obrigações	16	1.948.164	3.145.336	319.859	771.292
Total do passivo não circulante		**31.463.098**	**37.024.948**	**25.416.662**	**32.527.015**
Patrimônio líquido	24				
Capital social integralizado		10.240.000	6.040.000	10.240.000	6.040.000
Reservas de capital		32.720	32.720	32.720	32.720
Reservas de lucros		10.092.888	5.824.350	10.092.888	5.824.350
Outros resultados abrangentes		(50.610)	(1.983.619)	(50.610)	(1.983.619)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		**20.314.998**	**9.913.451**	**20.314.998**	**9.913.451**
Participação acionistas não controladores		3.059.391	1.338.054	-	-
Total do patrimônio líquido		**23.374.389**	**11.251.505**	**20.314.998**	**9.913.451**
Total do passivo e patrimônio líquido		**79.379.103**	**63.002.149**	**61.933.890**	**53.196.550**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**13.595.621**	**4.292.618**	**12.258.628**	**3.794.295**
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/Ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	698	879	(872)	(604)
Ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	300.455	132.059	302.251	133.673
	301.153	**132.938**	**301.379**	**133.069**
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do exercício	(8.097)	581.175	(8.097)	581.175
Ganho na variação percentual de investimentos	-	6.102	-	6.102
(Perda)/Ganho hedge de investimentos reflexo de investimentos em controladas	-	-	-	(4.824)
(Perda) hedge de investimento líquido no exterior	-	(4.824)	-	-
(Perda)/Ganho hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	795.923	(5.537.174)	795.923	(5.537.174)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado, líquidos de impostos	525.290	1.667.886	525.290	1.667.886
(Perda)/Ganho hedge accounting de fluxo de caixa – índice "Platts" reflexo de investimentos em controladas, líquido de impostos	-	-	477	(477)
Realização de hedge de fluxo de caixa – índice "Platts" reclassificado para resultado, líquidos de impostos	18.300	186.878	-	-
(Perda) hedge accounting de fluxo de caixa – índice "Platts"	(17.755)	(187.423)	-	-
Ações em tesouraria adquiridas por controlada	(651.016)	-	(509.377)	-
	662.645	**(3.287.380)**	**804.216**	**(3.287.312)**
	963.798	**(3.154.442)**	**1.105.595**	**(3.154.243)**
Resultado Abrangente do exercício	**14.559.419**	**1.138.176**	**13.364.223**	**640.052**
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	13.364.223	640.052	13.364.223	640.052
Participação dos acionistas não controladores	1.195.196	498.124	-	-
	14.559.419	**1.138.176**	**13.364.223**	**640.052**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receita líquida	26	**47.912.039**	**30.064.020**	**24.843.080**	**14.184.409**
Custo dos produtos e serviços vendidos	27	(25.837.475)	(19.124.901)	(16.167.092)	(11.755.186)
Lucro bruto		**22.074.564**	**10.939.119**	**8.675.988**	**2.429.223**
Receitas (despesas) operacionais		**(1.534.602)**	**(5.224.682)**	**5.326.474**	**(999.254)**
Despesas com vendas	27	(2.372.298)	(2.004.437)	(746.577)	(676.518)
Despesas gerais e administrativas	27	(587.148)	(504.458)	(218.322)	(225.189)
Resultado da equivalência patrimonial	11.b	182.504	71.755	4.629.144	1.892.686
Outras (despesas)/Receitas operacionais, líquidas	28	1.242.340	(2.787.562)	1.662.229	(1.990.233)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**20.539.962**	**5.714.437**	**14.002.462**	**1.429.969**
Resultado financeiro líquido	29	(1.944.184)	(796.311)	59.980	1.239.985
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**18.595.778**	**4.918.126**	**14.062.442**	**2.669.954**
Imposto de renda e contribuição social	19	**(5.000.157)**	**(625.508)**	**(1.803.814)**	**1.124.341**
Lucro líquido do exercício		**13.595.621**	**4.292.618**	**12.258.628**	**3.794.295**
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores		12.258.628	3.794.295	12.258.628	3.794.295
Participação dos acionistas não controladores		1.336.993	498.323	-	-
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	24.1	-	-	**8,90654**	**2,74926**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		**14.793.263**	**9.576.874**	**8.850.913**	**5.841.117**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**16.431.213**	**7.504.197**	**7.161.886**	**1.473.189**
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		12.258.628	3.794.295	12.258.628	3.794.295
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores		1.336.993	498.323	-	-
Ajustes para conciliar o resultado:					
Encargos sobre empréstimos e financiamentos captados	29	2.053.547	1.909.546	736.813	983.138
Encargos sobre empréstimos e financiamentos concedidos	29	(61.632)	(32.684)	(70.761)	(41.076)
Encargos sobre passivo de arrendamento	17	62.470	54.236	2.058	3.969
Resultado de equivalência patrimonial	11	(182.504)	(71.755)	(4.629.144)	(1.892.686)
Tributos diferidos	19	759.355	(1.426.696)	1.021.298	(1.364.156)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais		(61.404)	4.405	(66.759)	12.896
Variações monetárias e cambiais líquidas		1.039.420	2.010.056	134.264	811.785
Baixas de imobilizado, intangível e arrendamento	11.i, 12 e 13	74.260	12.998	-	95
Provisões passivos ambientais e desativação		92.406	10.388	(2.912)	15.088
Atualização ações - VJR	28 e 29	11.293	(1.203.068)	11.293	(1.203.068)
Depreciação, exaustão e amortização	27	2.218.192	2.522.063	877.975	888.555
Provisão (reversão) para consumo e serviços		41.450	(29.057)	10.591	(35.041)
Ganho líquido na venda de ações da CSN Mineração	11.c	(2.472.497)	-	(2.472.497)	-
Ganho de capital decorrente de alienação de ações da Usiminas	15	(505.844)	-	(505.844)	-
Recebíveis por indenização		(17.713)	(517.183)	(17.713)	(517.183)
Dividendos Usiminas		(196.838)	(3.989)	(194.136)	(3.989)
Outras provisões		(18.369)	(27.681)	68.732	20.567
Variações nos ativos e passivos		**(1.637.950)**	**2.072.677**	**1.689.027**	**4.367.928**
Contas a receber - terceiros		1.233.727	(594.731)	(356.578)	228.233
Contas a receber - partes relacionadas		(23.220)	49.412	(667.369)	(89.448)
Estoques		(6.352.079)	755.571	(4.446.462)	722.270
Créditos - partes relacionadas/Dividendos		206.475	90.306	3.089.909	2.150.111
Tributos a recuperar		(65.161)	865.984	156.253	969.882
Depósitos judiciais		(14.688)	50.028	(7.449)	50.058
Outros ativos		(41.950)	(137.702)	(135.637)	3.521
Fornecedores		1.173.033	2.103.283	507.739	1.898.790
Fornecedores - risco sacado e forfainting		3.816.106	(497.451)	3.816.106	(497.451)
Salários e encargos sociais		46.653	(43.649)	4.286	(32.031)
Obrigações fiscais		1.221.191	1.654.135	452.044	234.520
Contas a pagar - partes relacionadas		(28.909)	12.019	67.140	(220.464)
Adiantamento de clientes		(697.137)	(10.011)	-	-
Juros pagos	14.a	(2.137.782)	(1.922.130)	(819.648)	(1.051.557)
Juros recebidos		-	-	-	1.590
Pagamento de operações de hedge fluxo de caixa		(12.573)	(299.585)	-	
Outros passivos		38.364	(2.802)	28.693	(56)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		**447.928**	**(1.863.655)**	**2.507.485**	**(1.122.827)**
Investimentos/AFAC		(296.357)	(132.197)	(1.207.390)	(140.815)
Redução de capital social em investida		-	-	78.000	-
Aquisição de ativos imobilizados, intangível e propriedade para investimento	11.i, 12 e 13	(2.864.707)	(1.683.839)	(1.097.202)	(844.409)
Empréstimos concedidos - partes relacionadas		(123.656)	(101.631)	(165.103)	(4.452.235)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		-	14.584	(1.154)	4.309.481
Aplicação financeira, líquida de resgate		1.504.770	39.428	1.735.722	5.151
Caixa recebido pela venda de ações CSN Mineração	11.c	3.164.612	-	3.164.612	-
Caixa na consolidação da Elizabeth	4	54.768	-	-	-
Depósito em garantia para aquisição da LafargeHolcim		(263.750)	-	-	-
Caixa pago na aquisição de investimento - cimentos Elizabeth	4	(727.752)	-	-	-
Recursos líquidos captados (utilizados) nas atividades de financiamento		**(8.529.859)**	**1.185.072**	**(12.120.258)**	**(463.272)**
Captações empréstimos e financiamentos	14.a	12.845.544	8.085.902	3.869.441	80.744
Custo de captação de empréstimos		(162.852)	(39.174)	(15.053)	(19.738)
Captações empréstimos e financiamentos - partes relacionadas		-	-	1.830.101	2.421.713
Amortização empréstimos - principal	14.a	(17.639.178)	(6.448.658)	(6.516.832)	(1.922.270)
Amortização empréstimos principal - partes relacionadas		-	-	(7.763.537)	(985.575)
Amortização de arrendamento	17	(114.303)	(103.648)	(9.502)	(25.732)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(3.290.544)	(309.350)	(2.649.505)	(12.414)
Caixa recebido pela emissão de novas ações da CSN Mineração	11.c	1.347.862	-	-	-
Recompra de ações em tesouraria		(1.516.388)	-	(865.371)	-
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		**(9.438)**	**(42.660)**	-	-
Aumento (diminuição) no caixa e títulos e valores mobiliários		**6.701.894**	**8.855.631**	**(761.860)**	**4.255.018**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		**9.944.586**	**1.088.955**	**4.647.125**	**392.107**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		**16.646.480**	**9.944.586**	**3.885.265**	**4.647.125**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receitas		**57.886.652**	**34.077.135**	**33.861.997**	**17.881.996**
Vendas mercadorias, produtos e serviços		54.542.119	33.800.239	30.531.959	17.636.193
Outras receitas/(Despesas)		3.336.483	236.688	3.323.078	222.291
(Provisão)/Reversão créditos liquidação duvidosa		8.050	40.208	6.960	23.512
Insumos adquiridos de terceiros		**(30.817.291)**	**(21.940.493)**	**(21.389.595)**	**(15.022.653)**
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(26.180.018)	(17.024.846)	(19.409.973)	(12.409.673)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.437.071)	(4.826.571)	(1.885.514)	(2.610.611)
(Perda)/Recuperação de valores ativos		(200.202)	(89.076)	(94.108)	(2.369)
Valor adicionado bruto		**27.069.361**	**12.136.642**	**12.472.402**	**2.859.343**
Retenções		**(2.212.406)**	**(2.516.728)**	**(877.301)**	**(886.519)**
Depreciação, amortização e exaustão	27	(2.212.406)	(2.516.728)	(877.301)	(886.519)
Valor adicionado líquido produzido		**24.856.955**	**9.619.914**	**11.595.101**	**1.972.824**
Valor adicionado recebido em transferência		**2.151.535**	**2.491.322**	**5.975.080**	**3.975.088**
Resultado de equivalência patrimonial	11	182.504	71.755	4.629.144	1.892.686
Receitas financeiras		1.167.184	1.802.728	1.004.013	1.776.821
Outros e variações cambiais ativas		801.847	616.839	341.923	305.581
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**27.008.490**	**12.111.236**	**17.570.181**	**5.947.912**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**27.008.490**	**12.111.236**	**17.570.181**	**5.947.912**

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Pessoal e encargos		**2.307.076**	**2.209.979**	**1.259.275**	**1.300.736**
Remuneração direta		1.783.579	1.709.652	936.738	974.293
Benefícios		427.248	402.739	260.277	262.967
F.G.T.S.		96.249	97.588	62.260	63.476
Impostos, taxas e contribuições		**7.183.932**	**2.380.591**	**2.762.561**	**6.112**
Federais		6.109.610	1.881.149	2.179.008	(286.387)
Estaduais		977.265	414.209	531.352	245.613
Municipais		97.057	85.233	52.201	46.886
Remuneração de capitais de terceiros		**3.921.861**	**3.228.048**	**1.289.717**	**846.769**
Juros		2.106.041	2.876.195	759.955	1.452.663
Aluguéis		8.647	12.170	3.764	4.353
Outras e variação monetária e cambial passiva		1.807.173	339.683	525.998	(610.247)
Remuneração de capitais próprios		**13.595.621**	**4.292.618**	**12.258.628**	**3.794.295**
Juros sobre o capital próprio		256.953	-	256.953	-
Dividendos		2.654.471	901.145	2.654.471	901.145
Lucro do exercício/Lucros retidos		9.347.204	2.893.150	9.347.204	2.893.150
Participação dos não controladores		1.336.993	498.323	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)*

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital: Lucro na alienação de ações	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Total	Lucros Acumulados	Total Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido Controladora	Participação acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro 2019		**4.540.000**	**32.720**	**278.576**	**4.210.888**	**(58.264)**	**4.431.200**	-	**1.170.624**	**10.174.544**	**1.187.388**	**11.361.932**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	3.794.295	-	3.794.295	498.323	4.292.618
Resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	-	-	-	-	(3.154.243)	(3.154.243)	(199)	(3.154.442)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	**3.794.295**	**(3.154.243)**	**640.052**	**498.124**	**1.138.176**
Aumento no capital social proposto		1.500.000	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)	-	-	-	-	-
Destinações:												
Dividendos obrigatórios (R$0,65294947 por ação)		-	-	-	-	-	-	(901.145)	-	(901.145)	(296.936)	(1.198.081)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.522)	(50.522)
Constituição de reserva legal		-	-	189.715	-	-	189.715	(189.715)	-	-	-	-
Reserva estatutária de capital de giro		-	-	-	2.703.435	-	2.703.435	(2.703.435)	-	-	-	-
Participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**6.040.000**	**32.720**	**468.291**	**5.414.323**	**(58.264)**	**5.824.350**	-	**(1.983.619)**	**9.913.451**	**1.338.054**	**11.251.505**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	12.258.628	-	12.258.628	1.336.993	13.595.621
Resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	-	-	-	-	1.933.009	1.933.009	783.434	2.716.443
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	**12.258.628**	**1.933.009**	**14.191.637**	**2.120.427**	**16.312.064**
Aumento no capital social proposto	24.a	4.200.000	-	-	(4.200.000)	-	(4.200.000)	-	-	-	294.900	294.900
Ações em tesouraria adquiridas	24.e	-	-	-	-	(878.666)	(878.666)	-	-	(878.666)	-	(878.666)
Destinações:	25											
Constituição de reserva legal		-	-	612.931	-	-	612.931	(612.931)	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antecipação de dividendos mínimos obrigatórios aprovadas em RCA em 27 de julho de 2021 (R$1,26801069070972 por ação)		-	-	-	-	-	-	(1.750.000)	-	(1.750.000)	(598.095)	(2.348.095)
Dividendo mínimo obrigatório (R$0,6741064069 por ação)		-	-	-	-	-	-	(904.471)	-	(904.471)	-	(904.471)
Juros sobre capital próprio aprovados em RCA em 29 de dezembro de 2021 (R$0,19150790423 valor bruto por ação)		-	-	-	-	-	-	(256.953)	-	(256.953)	(95.895)	(352.848)
Reserva estatutária de capital de giro		-	-	-	8.734.273	-	8.734.273	(8.734.273)	-	-	-	-
Participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**10.240.000**	**32.720**	**1.081.222**	**9.948.596**	**(936.930)**	**10.092.888**	-	**(50.610)**	**20.314.998**	**3.059.391**	**23.374.389**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN", também denominada como "Companhia" ou "Controladora"), é uma Sociedade Anônima, sediada na cidade e estado de São Paulo, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (CSN, que em conjunto com as suas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas, doravante denominadas, como "Grupo"). A CSN possui as suas ações listadas na bolsa de valores de São Paulo, a B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e na bolsa de Nova York ("NYSE"), reportando desta forma as suas informações à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos, conforme descrito a seguir: • **Siderurgia:** Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV"), localizada no município de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui atividades comerciais nos Estados Unidos e operações em Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística. • **Mineração:** A produção de minério de ferro é desenvolvida nos municípios de Congonhas, Belo Vale e Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, pela sua controlada CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração"). O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí ("TECAR"), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no estado do Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços pela CSN Mineração à CSN. As atividades de mineração englobam ainda a exploração de estanho no estado de Rondônia, a fim de suprir as necessidades da UPV. O excedente dessa matéria-prima é comercializado com controladas e terceiros. Como pioneira na utilização de tecnologias que resultam na possibilidade de empilhar os rejeitos gerados no processo de produção de minério de ferro, a Companhia tem sua produção de minério de ferro, desde janeiro de 2020, 100% independente de barragens de rejeitos. Após investimentos significativos nos últimos anos para elevar o nível de confiabilidade, descaracterização e empilhamento a seco, a Companhia avançou para um cenário em que 100% dos seus rejeitos passam por um processo de filtragem à seco e são dispostos em pilhas, geotecnicamente controladas, em áreas exclusivamente destinadas para empilhamento. Foram investidos cerca de R$250 milhões nas duas plantas de filtragem de rejeitos que possuem combinadas uma capacidade total de filtragem de 9 milhões de toneladas por ano. Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito a seco. A totalidade das nossas barragens de mineração estão devidamente adequadas à legislação ambiental em vigor. • **Cimentos:** A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e os seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, localizada em Volta Redonda/RJ, a Companhia instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Ainda, a CSN explora calcário e dolomito na unidade de Arcos/MG para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimento, bem como opera nesta unidade a produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais. Em 31 de janeiro de 2021 ocorreu o *drop down* de segmento de cimentos, sendo transferidos todos os ativos, passivos, bens, direitos e obrigações que compunham as atividades do segmento de cimentos da CSN para a sua controlada CSN Cimentos S.A. ("CSN Cimentos") - vide nota 11.c. Em 31 de agosto de 2021, a CSN Cimentos concluiu a aquisição do controle da Elizabeth Cimentos S.A. ("Elizabeth Cimentos") e Elizabeth Mineração Ltda. ("Elizabeth

CSN
Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

SIDERURGIA MINERAÇÃO CIMENTO LOGÍSTICA ENERGIA

Mineração"), com atuação na região Nordeste, em especial na Paraíba e Pernambuco, nos termos do Contrato de Investimento, Compra e Venda de Quotas, Ações e Outras Avenças celebrado em 29 de junho de 2021, conforme detalhado na nota 4 - Combinação de Negócios. Com o fechamento dessa operação, a CSN Cimentos passou a ter uma capacidade total de 6 milhões de toneladas anuais. Em 9 de setembro de 2021 a CSN Cimentos celebrou o contrato de compra e venda de ações por meio do qual pretende adquirir 100% das ações de emissão da LafargeHolcim Brasil S.A. ("LafargeHolcim"), sendo que tal operação está sujeita à aprovação por parte do CADE. Com o fechamento da referida operação, a CSN Cimentos passará a ter uma capacidade total de 16,3 milhões de toneladas anuais. Esse negócio foi avaliado em US$1,025 bilhão e envolve pagamento em caixa. Na mesma data, a Companhia depositou em conta garantia (Escrow Account) junto ao Banco Santander, o montante de US$50 milhões, como parte das negociações de aquisição da LafargeHolcim. • **Logística:** *Ferrovias:* A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A., que gerencia a Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), a Transnordestina Logística S. A. ("TLSA") e a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), sendo que essas duas últimas detêm a concessão para operar a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha - Pecém (Malha II), em fase de construção, e a FTL responsável pelos trechos de São Luís a Altos, Altos a Fortaleza, Fortaleza a Sousa, Sousa a Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins a Salgueiro, Jorge Lins a Propriá, Paula Cavalcante a Cabedelo, Itabaiana a Macau (Malha I). *Portos:* A Companhia opera no estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres ("TECON"), e, por meio de sua controlada CSN Mineração S.A., o Terminal de Granéis Sólidos ("TECAR"), ambos no Porto de Itaguaí. Considerando que os terminais estão localizados na baía de Sepetiba, possuem privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo. No TECON são realizadas movimentação e estocagem de contêineres, veículos, produtos siderúrgicos, carga geral entre outros produtos e no TECAR as atividades operacionais de carga e descarga e embarque de navios de granéis sólidos, armazenamento e distribuição (rodoviário e ferroviário) de carvão, coque, coque de petróleo, clínquer, concentrado de zinco, enxofre, minério de ferro entre outros granéis destinados ao mercado transoceânico, para consumo próprio ou para clientes diversos. • **Energia:** Como a energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para mitigação de custos visando maior competitividade da empresa. • **Continuidade Operacional:** A Administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". **2.b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"). Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia. As políticas contábeis e estimativas críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado, conforme apresentado abaixo: • Nota explicativa 7 - Contas a receber perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber de clientes; • Nota explicativa 11 e – Teste de recuperabilidade Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"); • Nota explicativa 13 a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*); • Nota explicativa 15.b - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("*hedge accounting*"); • Nota explicativa 19 d - Teste de recuperação do imposto de renda e a contribuição social diferido ativo; • Nota explicativa 21 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais; • Nota explicativa 22 - Provisões para passivos ambientais e desativação; • Nota explicativa 31 - Benefícios a empregados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 09 de março de 2022. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os registros contábeis incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal do ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os saldos das contas de ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2021, US$1 equivale a R$5,5805 (R$5,1967 em 31 de dezembro de 2020) e € 1 equivale a R$6,3210 (R$6,3779 em 31 de dezembro de 2020), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil. **2.d) Demonstração do valor adicionado:** Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional. **2.e) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas:** Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e foram adotados pela Companhia, sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia. • CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos; • CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro; • CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios; • CPC 25/IFRS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado; • CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; • CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo: • CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; • CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. IMPACTOS DA COVID-19

A Companhia segue orientando seus colaboradores e reforçando todas as medidas de prevenção e protocolos de higiene recomendados pelas autoridades competentes. A atividade econômica da Companhia está diretamente ligada à demanda de produtos siderúrgicos nos setores automobilístico, doméstico e construção civil, bem como de minério de ferro, tanto no mercado nacional como internacional. Qualquer redução na atividade desses setores poderia afetar a demanda e o preço dos produtos e trazer impactos relevantes na posição financeira e resultados da Companhia. O portifólio de investimentos e a natureza do parque industrial da Companhia têm característica de longo prazo. O contexto operacional e econômico de longo prazo ao qual a Companhia se insere permite maior flexibilização nas estratégias e planos para mitigar os riscos e efeitos da pandemia em seus negócios e, consequentemente, assegurar a manutenção da recuperabilidade esperada de seus ativos não financeiros, sejam investimentos, imobilizado e créditos fiscais. Desde o início da pandemia, a Companhia não sofreu impactos significativos em sua logística ferroviária e marítima. Também não ocorreram impactos no fornecimento de suprimentos que acarretassem interrupção das atividades operacionais. Conforme orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia segue avaliando eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis. Apesar de alguns efeitos adversos percebidos no início da pandemia, que ainda em 2020 já haviam se dissipado, tais efeitos adversos não trouxeram riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que produzissem efeitos significativos nos negócios da Companhia e consequentemente em sua posição patrimonial e financeira. A Companhia permanece com todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

4.1 Aquisição do controle das empresas Elizabeth Cimentos e Elizabeth Mineração: Em 31 de agosto de 2021 a CSN Cimentos adquiriu 99,97% do capital social total da Elizabeth Mineração e 99,99% das ações da Elizabeth Cimentos, sendo 88,746% de participação acionária direta e 11,254% de participação acionária indireta (por meio da Elizabeth Mineração). Os ativos adquiridos estão localizados na região nordeste do país, com a conclusão da operação a CSN Cimentos S.A. espera relevantes sinergias operacionais, logísticas, de gestão e comerciais, com espaço para evolução de mix de produtos e expansão da base de clientes.

CSN Cimentos
99,97% 88,74%
Elizabeth Mineração → Elizabeth Cimentos
11,26%

a) Determinação do preço de compra: De acordo com o CPC 15 (R1)/IFRS3, o preço de compra é determinado pela soma dos ativos transferidos, passivos incorridos, participações societárias emitidas, participação de não controladores e o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à transação. O quadro a seguir resume o preço considerado para fins contábeis:

Item	Comentário	Elizabeth Cimentos	Elizabeth Mineração	Referência
Ativos transferidos	Na transação foi realizado um pagamento no valor de R$201milhões.	77.768	123.947	(i)
Ativos transferidos	Refere-se a ajuste financeiro de capital de giro e dívida.	(3.914)	(5.116)	(i)
Participações societárias emitidas	A Elizabeth Cimentos emitiu ações que foram adquiridas pela CSN Cimentos.	526.037	-	(ii)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios		**599.891**	**118.831**	-

(i) A transação incluiu pagamentos pela CSN Cimentos no valor de R$77,7 milhões e R$123,9 milhões em 31 de agosto de 2021 com um ajuste no montante de R$3,9 milhões e R$5,1 milhões, recebido em dezembro de 2021 referente ao ajuste de capital de giro previsto no acordo de venda. (ii) Em agosto de 2021 a Elizabeth Cimentos realizou a emissão primária de 2.382.758.512 de novas ações ordinárias, nominativas sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas pela CSN Cimentos. **b) Ágio na aquisição do controle da Elizabeth Cimentos e Elizabeth Mineração:** De acordo com o item 32 do CPC15 (R1)/ IFRS3, o adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, mensurado pelo montante em que o preço de compra exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos (alocação do preço de compra). A transação gerou ágio por expectativa de rentabilidade futura de R$83.266, conforme quadro a seguir.

Item	Referência	Elizabeth Cimentos	Elizabeth Mineração
Preço de compra considerado	item (i) e (ii)	599.891	118.831
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	-	516.625	118.831
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	**83.266**	-

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é registrado no ativo intangível e, por não possuir vida útil definida, não é amortizado, de acordo com o CPC 04 (R1)/IAS 38. A partir de 2022, a CSN Cimentos passará a realizar o teste de recuperabilidade deste ativo de acordo com os requisitos do CPC 01 (R1)/IAS 36. Na aquisição da Elizabeth Mineração, o preço pago foi totalmente alocado nos ativos adquiridos, não gerando ágio por rentabilidade futura. **(i) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos:** No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 31 de agosto de 2021, considerando as participações direta e indireta, calculadas com base em laudos de avaliadores independentes.

	Elizabeth Cimentos			Elizabeth Mineração		
	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Caixa e equivalentes de caixa	52.570	-	52.570	2.197	-	2.197
Contas a receber de clientes	27.571	-	27.571	1.027	-	1.027
Créditos com partes relacionadas	96.374	-	96.374	9.035	-	9.035
Estoques	44.157	-	44.157	1.017	-	1.017
Impostos a recuperar	18.616	-	18.616	931	-	931
Aplicações financeiras	14.689	-	14.689	-	-	-
Outros ativos	17.734	-	17.734	673	-	673
Investimento	-	-	-	40.653	24.845	65.498
Imobilizado	373.574	161.367	534.941	15.092	77.089	92.181
Intangível	798	59.456	60.254	500	269.385	269.885
Total dos ativos adquiridos	**646.083**	**220.823**	**866.906**	**71.125**	**371.319**	**442.444**
Empréstimos e Financiamentos	198.778	-	198.778	182.402	-	182.402
Fornecedores	22.735	-	22.735	446	-	446
Impostos a recolher	19.202	-	19.202	37.158	-	37.158
Debitos com partes relacionadas	-	-	-	96.350	-	96.350
Outras contas a pagar	44.052	-	44.052	7.257	-	7.257
Total dos passivos assumidos	**284.767**	-	**284.767**	**323.613**	-	**323.613**
Patrimônio líquido	**361.316**	**220.823**	**582.139**	**(252.488)**	**371.319**	**118.831**
Investimento indireto	(40.663)	(24.851)	(65.514)	-	-	-
Patrimônio líquido combinado adquirido	**320.653**	**195.972**	**516.625**	**(252.488)**	**371.319**	**118.831**

A alocação do valor justo resultou em uma mais valia no valor total de R$567,3 milhões, distribuída entre os principais ativos da Elizabeth Cimentos e Elizabeth Mineração. O quadro a seguir demonstra a composição dos valores alocados e um resumo da sua metodologia de apuração.

Ativos adquiridos	Método de avaliação	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo total
Ativos imobilizados	Avaliados pelo método "ABORDAGEM DE MERCADO", onde o valor justo do ativo é estimado através da comparação com ativos semelhantes ou comparáveis, que tenham sido vendidos ou listados para venda no mercado primário ou secundário.	388.666	238.456	627.122
Direitos Minerários	Avaliados pelo método MPEEM que mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Utilizando a analise dos resultados projetados da empresa como referencial, são calculadas os fluxos de caixa antes dos impostos atribuíveis diretamente relacionados ao ativo, a partir da data-base estipulada na avaliação.	500	269.385	269.885
Licenças	Avaliado pelo método WITH/WITHOUT, que estima o valor intangível pela diferença entre modelos de fluxo de caixa descontado com e sem o ativo.	798	59.456	60.254
		389.964	**567.297**	**957.261**

A controlada CSN Cimentos S.A. contratou uma empresa independente para elaboração de laudo de avaliação dos ativos tangíveis, intangíveis e alocação do excesso de preço pago. Conforme previsto no item 45 do CPC 15 (R1)/IFRS 3, a Companhia tem até 12 meses para efetuar ajuste na mensuração dos montantes devido a eventos não considerados. Após a conclusão dos trabalhos para emissão do laudo, a Companhia reclassificou o montante de R$27.667 entre as mais valias de licenças, direito minerário e ágio por rentabilidade futura.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixas e bancos				
No País	68.638	245.185	58.951	238.509
No Exterior	10.007.399	3.899.282	1.438.851	199.994
	10.076.037	**4.144.467**	**1.497.802**	**438.503**
Aplicações financeiras				
No País	6.493.832	5.800.119	2.387.463	4.208.622
No Exterior	76.611	-	-	-
	6.570.443	**5.800.119**	**2.387.463**	**4.208.622**
	16.646.480	**9.944.586**	**3.885.265**	**4.647.125**

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em títulos privados e públicos com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional, respectivamente. A Companhia aplica parte dos recursos através dos fundos de investimentos exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia. Os recursos financeiros disponíveis no exterior são aplicados em títulos privados, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e são remuneradas a taxas pré-fixadas. **Prática Contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras[1]	261.673	478.253	15.148	-	43.398	475.782	-	-
Ações Usiminas[2]	2.383.059	3.305.109	-	-	2.383.059	3.305.109	-	-
Bonds[3]	-	-	132.523	123.409	-	-	132.523	123.409
	2.644.732	**3.783.362**	**147.671**	**123.409**	**2.426.457**	**3.780.891**	**132.523**	**123.409**

(1) São aplicações financeiras com modalidade restrita e vinculada em Certificado de Depósito Bancário (CDB) para garantia de carta fiança junto a instituições financeiras e aplicação financeira em títulos Públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por seus fundos exclusivos. (2) Foi concedida alienação fiduciária de uma parcela das ações da Usiminas detidas pela Companhia. (3) Bonds junto ao banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028 (vide nota 23 b).

Prática Contábil: As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa e são mensuradas pelo custo amortizado e a valor justo por meio do resultado.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	1.218.179	910.657	751.616	680.340
Mercado externo	1.472.190	2.063.867	236.882	65.379
	2.690.369	**2.974.524**	**988.498**	**745.719**
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(236.927)	(228.348)	(133.227)	(143.735)
	2.453.442	**2.746.176**	**855.271**	**601.984**
Partes Relacionadas (nota 23 b)	144.396	121.176	1.520.241	947.719
	2.597.838	**2.867.352**	**2.375.512**	**1.549.703**

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	2.255.200	2.537.567	803.910	535.541
Vencidos até 30 dias	164.019	222.972	44.135	72.890
Vencidos até 180 dias	67.822	17.915	16.024	958
Vencidos acima de 180 dias	203.328	196.070	124.429	136.330
	2.690.369	**2.974.524**	**988.498**	**745.719**

As movimentações nas perdas esperadas de crédito de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**(228.348)**	**(245.194)**	**(143.735)**	**(167.247)**
(Perdas)/Reversão esperadas de créditos	1.755	7.513	3.277	22.347
Recuperação e baixa de créditos	6.287	9.333	3.683	1.165
Aquisição da Elizabeth	(16.621)	-	-	-
Drop down Cimentos (nota 11.c)	-	-	3.548	-
Saldo final	**(236.927)**	**(228.348)**	**(133.227)**	**(143.735)**

Prática Contábil: As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo preço de transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustado ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. A Companhia mensura anualmente as perdas de crédito esperadas para o instrumento, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, utilizando uma matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo. Este modelo considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas. A Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, sendo que, após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber relacionadas e se desobriga integralmente do risco de crédito das operações.

8. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	4.457.842	1.627.676	2.570.354	748.918
Produtos em elaboração	2.710.149	1.358.905	1.695.075	836.128
Matérias-primas	3.638.952	1.289.653	2.799.869	876.168
Almoxarifado	770.296	928.158	364.872	525.114
Adiantamento a fornecedores	121.519	69.536	92.439	63.950
(-) Perdas estimadas	(98.730)	(109.038)	(14.426)	(35.832)
	11.600.028	**5.164.890**	**7.508.183**	**3.014.446**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Classificado:				
Circulante	10.943.835	4.817.586	7.508.183	3.014.446
Não Circulante[1]	656.193	347.304	-	-
	11.600.028	**5.164.890**	**7.508.183**	**3.014.446**

1. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão processados quando da implementação de novas plantas de beneficiamento, que gerarão como produto final o Pellet Feed. Em 2020 a Companhia definiu o projeto de construção da nova planta para beneficiamento de Itabirito, que até então era considerado como rejeito, e passou a ser incorporado ao estoque de minério de longo prazo.

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**(109.038)**	**(134.553)**	**(35.832)**	**(41.201)**
(Perdas estimadas)/Reversão de estoques de baixa rotatividade e obsolescência	10.308	25.515	17.101	5.369
Drop down Cimentos (nota 11.c)	-	-	4.305	-
Saldo final	**(98.730)**	**(109.038)**	**(14.426)**	**(35.832)**

Prática Contábil

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	1.162.900	1.002.926	895.880	822.717
Contribuições federais brasileiras[1]	1.352.100	1.417.081	980.316	1.192.919
Outros impostos	105.375	123.939	70.787	104.648
	2.620.375	**2.543.946**	**1.946.983**	**2.120.284**
Classificado:				
Circulante	1.655.349	1.605.494	1.255.697	1.381.853
Não Circulante	965.026	938.452	691.286	738.431
	2.620.375	**2.543.946**	**1.946.983**	**2.120.284**

1. Os créditos fiscais acumulados decorrem, basicamente, de créditos de PIS e COFINS sobre compras de matérias-primas utilizadas na produção. A realização desses créditos normalmente ocorre por meio de compensação com operações de venda no mercado interno e por compensações com outros tributos federais a pagar pela Companhia. Em junho de 2021 a Companhia havia compensado a integralidade dos saldos de créditos de PIS e COFINS, referentes ao período de 2001 a 2014, decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo Mandado de Segurança e Recurso Especial impetrados em 2006, transitaram em julgado em 20 de setembro de 2018. Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, bem como o processo específico da Companhia ainda pender de julgamento, com base na sua melhor estimativa até a presente data a CSN reavaliou o julgamento sobre esta ação judicial, conforme requerido pelo ICPC22/IFRIC23 e registrou crédito no valor de R$229 milhões. Após o trânsito em julgado da ação judicial da Companhia, os referidos montantes serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil. **Prática Contábil:** O saldo dos tributos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, assim com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não há previsão de riscos de não realização desses créditos tributários, desde que tais projeções orçamentárias se concretizem.

10. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais (nota 21)	-	-	319.805	325.117	-	-	222.481	221.016
Despesas antecipadas	225.036	136.527	74.503	115.636	185.968	94.782	62.233	98.031
Despesa antecipada com frete[1]	-	74.500	-	-	-	-	-	-
Ativo atuarial (nota 31)	-	-	59.111	13.819	-	-	47.350	1.803
Títulos para negociação (nota 15 I)	12.028	5.065	-	-	11.935	4.927	-	-
Empréstimos com partes relacionadas (notas 15 I e 23 b)	4.511		1.143.228	966.050	4.511	53.718	1.290.295	1.007.677
Outros créditos com partes relacionadas (nota 23 b)	1.828	6.242	927.077	664.020	47.296	5.717	1.151.903	900.200
Outros títulos a receber (nota 15 I)	-	-	2.345	2.445	-	-	1.003	1.003
Empréstimo compulsório da Eletrobrás (nota 15 I)[2]	-	-	859.607	852.532	-	-	858.876	851.713
Dividendos a receber (nota 23 b)	76.878	38.088	-	-	486.506	329.413	-	-
Débitos de empregados	43.542	28.054		-	25.531	16.600	-	-
Recebíveis por indenização[3]	-	-	534.896	517.183	-	-	534.896	517.183
Outros[4]	120.297	79.338	425.183	146.245	28.976	419	146.074	146.244
	484.120	**367.814**	**4.365.755**	**3.603.047**	**790.723**	**505.576**	**4.315.111**	**3.744.870**

1. Refere-se a pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre obrigações de performance não concluídas na data do balanço. 2. Trata-se principalmente de valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, a qual é irretratável e irrevogável, no sentido de aplicar o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema, que culminou na condenação da Eletrobrás ao pagamento dos corretos juros e correção monetária do Empréstimo Compulsório. O referido trânsito em julgado, bem como a certeza e segurança sobre valores envolvidos na liquidação de sentença (procedimento judicial para requerer a satisfação do direito), permitiram a conclusão de que a entrada desse valor é certa. Além deste valor já contabilizado, a Companhia continua buscando alternativas para a recuperação de créditos adicionais, ainda não contabilizados, cuja estimativa pode atingir um valor superior a R$350 milhões. 3. Trata-se de um valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, devido a perdas e danos decorrentes de afundamento de tensão no fornecimento de energia nos períodos de janeiro/1991 a junho/2002. 4. No ativo não circulante refere-se principalmente ao depósito em conta garantia (Escrow Account) junto ao Banco Santander, no montante de US$50 milhões, equivalentes a R$279 milhões atualizados em 31 de dezembro de 2021, como parte das negociações de aquisição da LafargeHolcim.

11. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas, coligadas, além dos fundos exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

Empresas	Quantidade de ações detidas pela CSN (em unidades)	Participação no capital social (%) 31/12/2021	31/12/2020	Atividades principais
Participação direta em controladas: consolidação integral				
CSN Islands VII Corp.	20.001.000	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Inova Ventures	50.000	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	1.540	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	22.042.688	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A (*)		100,00	100,00	Participações societárias
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052	99,99	99,99	Serviços portuários
Minérios Nacional S.A.	141.719.295	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	71.171.281	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	195.454.162	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Companhia Metalúrgica Prada	555.142.354	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Mineração S.A.	4.374.779.493	78,24	87,52	Mineração
CSN Energia S.A.	43.149	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	510.726.198	92,71	92,38	Logística ferroviária
Nordeste Logística S.A.	99.999	99,99	99,99	Serviços portuários
CSN Inova Ltd.	10.000	100,00	100,00	Assessoria e implementação de novos projetos de desenvolvimento
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	4.669.986	99,99	99,99	Prestação de Serviços
CSN Cimentos S.A.	385.666.665	99,99	90,00	Fabricação e comercialização de cimentos
Berkeley Participações e Empreendimentos S.A.	1.000	100,00		Geração de energia elétrica e participações societárias
CSN Inova Soluções S.A.	999	99,99		Participações societárias
CSN Participações I	999	99,99		Participações societárias
CSN Participações II	999	99,99		Participações societárias
CSN Participações III	999	99,99		Participações societárias
CSN Participações IV	999	99,99		Participações societárias
CSN Participações V	999	99,99		Participações societárias
Participação indireta em controladas: consolidação integral				
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.		100,00	100,00	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S. A.		99,99	99,99	Siderurgia e participações societárias
CSN Resources S.A.		100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas		99,99	99,99	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA		99,99	99,99	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM		99,99	99,99	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Productos Siderúrgicos S.L.		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stahlwerk Thüringen GmbH		100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Holding, S.L		78,24	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining GmbH		78,24	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Asia Limited		78,24	87,52	Representação comercial
Lusosider Ibérica S.A.		100,00	100,00	Siderurgia, atividades comerciais e industriais, e participações societárias
CSN Mining Portugal, Unipessoal Lda.		78,24	87,52	Comercialização e representação de produtos.
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		100,00	100,00	Importação e distribuição/revenda dos produtos
CSN Cimentos S.A.			10,00	Fabricação e comercialização de cimentos
Elizabeth Cimentos S.A.		99,98		Fabricação e comercialização de cimentos
Elizabeth Mineração Ltda		99,96		Mineração
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation: consolidação proporcional				
Itá Energética S.A.	253.606.846	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava		17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial				
MRS Logística S.A.	63.377.198	18,64	18,64	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.		31,82	31,82	Companhia dormente
Transnordestina Logística S.A.	24.670.093	47,26	47,26	Logística ferroviária
Equimac S.A.	1.395	50,00	50,00	Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial				
MRS Logística S.A.		14,58	16,30	Transporte ferroviário
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial				
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	57.224.882	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias
Fundos Exclusivos Participação direta: consolidação integral				
Diplic II - Fundo de investimento multimercado crédito privado		100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado		100,00	100,00	Fundo de investimento
VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado		100,00	100,00	Fundo de investimento

(*) Companhias dormentes.

1. Em 22 de novembro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social na Companhia Florestal do Brasil no valor total de R$ 3.404, mediante a emissão de 4.816.890 novas ações, passando a CSN deter 71.171.281 ações ordinárias (em dezembro de 2020 detinha 66.354.391). 2. Em 17 de fevereiro de 2021, ocorreu o desdobramento de ações da CSN Mineração S.A., na proporção de 1:30, passando a CSN a deter 4.752.584.400 ações. Posteriormente, foi aprovada a distribuição pública de um percentual de referidas ações, ocasionando a diminuição da participação da CSN, que passou a deter 4.374.779.493 ações (vide nota 11.c). Em 31 de dezembro de 2020, a CSN detinha 158.419.480 ações na CSN Mineração S.A. 3. Em 23 de março de 2021 foi aprovado o aumento de capital social na FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") no valor total de R$10.860, mediante a emissão de 24.133.368 novas ações , as quais foram subscritas e integralizadas pela CSN, que passou a deter 510.726.198 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2020, a CSN detinha 486.592.830 ações ordinárias da FTL. 4. Em 31 de janeiro de 2021, a CSN subscreveu ações no aumento de capital social da CSN Cimentos S.A., que foram integralizadas mediante a transferência de ativos, passivos, bens, direitos e obrigações que compunham as atividades do segmento de cimentos da CSN. Consequentemente, houve o aumento da quantidade de ações de titularidade da CSN, passando a deter o total de 2.956.094.581 ações ordinárias (vide nota 11.c). Em 14 de maio de 2021, ocorreu o grupamento de ações da CSN Cimentos S.A. na proporção de 8,868283773:1, passando a CSN a deter 333.333.333 ações ordinárias. Em 31 de agosto de 2021 após aprovado o aumento de capital social na CSN Cimentos S.A., a CSN passou a deter 366.666.665 ações. Em 09 de setembro de 2021, houve um aumento de capital na CSN Cimentos, com emissão de novas ações, dessa forma a CSN passou a deter 381.666.665 ações ordinárias. Em 10 de novembro de 2021, mediante a aprovação do aumento de capital e emissão de 4.000.000 de novas ações da CSN Cimentos S.A., a CSN passou a deter 385.666.665 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2020, a CSN detinha 90 ações na CSN Cimentos S.A.. 5. A Berkeley Participações e Empreendimentos S.A. foi adquirida em 10 de maio de 2021 e a Fremont Empreendimentos e Participações S.A. foi adquirida em 30 de junho de 2021, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado nessa mesma data. Em 02 de agosto de 2021, houve a alteração da denominação Social de Fremont Empreendimentos e Participações S.A. que passou a ser denominada como CSN Inova Soluções S.A. 6. Em 03 de novembro de 2021, a CSN em conjunto com a Companhia Florestal do Brasil, constituíram cinco novas empresas com as seguintes denominações sociais: CSN Participações I, CSN Participações II, CSN Participações III, CSN Participações IV e CSN Participações V., todas tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades. 7. A controlada CSN Cimentos em 31 de agosto de 2021 adquiriu o controle da Elizabeth Cimentos S.A e Elizabeth Mineração Ltda. (vide nota 4). 8. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía diretamente 63.377.198 ações, sendo 26.611.282 ordinárias e 36.765.916 preferenciais, e sua controlada direta, CSN Mineração S.A., possuía 63.338.872 ações, sendo 25.802.872 ordinárias e 37.536.000 preferenciais, da empresa MRS Logística S.A. 9. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia possuía 24.670.093, sendo 24.168.304 ações ordinárias e 501.789 ações preferenciais Classe B da empresa Transnordestina Logística S.A. 10. Em 24 de dezembro de 2021, foi aprovado um aumento de capital social na Arvedi Metalfer Do Brasil S.A. Mediante o aumento a CSN subscreveu 8.150.000 novas ações, passando a deter 57.224.882 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2020, a CSN detinha 49.074.882 ações da Arvedi Metalfer do Brasil S.A. **11.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos:** As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores do lucro/(prejuízo) do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

Empresas	31/12/2021 Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Participação no Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	31/12/2020 Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Participação no Lucro líquido/(prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial								
Controladas								
CSN Islands VII Corp.	533.108	3.289.583	(2.756.475)	(258.051)	481.327	2.979.749	(2.498.422)	(651.215)
CSN Inova Ventures	9.121.133	10.445.718	(1.324.585)	(614.860)	9.534.299	10.244.025	(709.726)	(475.447)
CSN Islands XII Corp.	2.569.183	5.887.995	(3.318.812)	(612.209)	2.497.173	5.203.776	(2.706.603)	(889.471)
CSN Steel S.L.U.	5.517.653	367.372	5.150.281	664.431	4.522.589	28.642	4.493.947	411.236
Sepetiba Tecon S.A.	812.701	499.706	312.995	7.475	731.294	431.801	299.493	(3.760)
Minérios Nacional S.A.	501.969	205.885	296.084	237.238	292.708	152.438	140.270	59.463
Valor Justo - Minérios Nacional	-	-	2.123.507	-	-	-	2.123.507	-
Estanho de Rondônia S.A.	125.066	176.554	(51.488)	(23.377)	103.484	131.596	(28.112)	(18.168)
Companhia Metalúrgica Prada	893.439	627.628	265.811	119.335	750.130	603.654	146.476	(34.704)
CSN Mineração S.A.	26.989.379	16.036.647	10.952.732	5.032.493	17.166.329	7.887.337	9.278.992	3.527.825
CSN Energia S.A.	133.967	42.204	91.763	58.806	130.642	83.718	46.924	(4.956)
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	489.628	292.156	197.472	(30.800)	471.952	254.510	217.442	(35.762)
Companhia Florestal do Brasil	51.308	2.063	49.245	(3.706)	52.073	2.526	49.547	(2.372)
Nordeste Logística	64	65	(1)	(15)	69	55	14	(8)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	135.544	110.416	25.128	6.303	118.553	98.231	20.322	2.935
Ágio - CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	-	-	15.225	-	-	-	15.225	-
CSN Cimentos	4.676.213	617.457	4.058.756	172.508	-	-	-	-
	52.550.355	**38.601.449**	**16.087.628**	**4.755.661**	**36.852.622**	**28.102.058**	**10.889.296**	**1.885.356**
Joint-venture e Joint-operation								
Itá Energética S.A.	214.524	27.578	186.946	22.991	268.447	17.365	251.082	9.915
MRS Logística S.A.	2.524.062	1.620.565	903.497	130.344	2.088.151	1.284.265	803.886	80.205
Transnordestina Logística S.A.	4.885.994	3.771.760	1.114.234	(45.870)	4.657.691	3.497.587	1.160.104	(28.952)
Fair Value (**) - Transnordestina	-	-	271.116	-	-	-	271.116	-
Equimac S.A.	20.155	11.727	8.428	(608)	7.536	301	7.235	(329)
	7.644.735	**5.431.630**	**2.484.221**	**106.857**	**7.021.825**	**4.799.518**	**2.493.423**	**60.839**
Coligada								
Arvedi Metalfer do Brasil	46.739	25.198	21.541	3.265	40.528	32.490	8.038	(6.765)
	46.739	**25.198**	**21.541**	**3.265**	**40.528**	**32.490**	**8.038**	**(6.765)**
Classificados como valor justo através do resultado (nota 15 I)								
Panatlântica			190.321				59.879	
			190.321				**59.879**	
Outros Investimentos								
Lucros nos estoques de controladas			(300.295)	(244.752)			(55.543)	(36.980)
Propriedade para Investimento			142.578	-			144.999	
Outros			63.545	8.113			63.538	(9.964)
			(94.172)	**(236.639)**			**152.994**	**(46.944)**
Total dos investimentos			**18.689.549**	**4.629.144**			**13.603.630**	**1.892.486**
Classificação dos investimentos no balanço patrimonial								
Investimentos no ativo			25.998.331				19.401.494	
Investimentos com passivo a descoberto			(7.451.360)				(5.942.863)	
Propriedade para Investimento			142.578				144.999	
			18.689.549				**13.603.630**	

(*) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo líquido de R$271.116 refere-se ao *Fair Value* gerado na perda do controle da Transnordestina Logística S.A. no montande de R$659.105 e *impairment* de R$387.989.

SIDERURGIA MINERAÇÃO CIMENTO LOGÍSTICA ENERGIA

CSN Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

11.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Saldo inicial dos investimentos (ativo)	3.535.906	3.482.974	19.401.494	17.316.463
Saldo inicial de provisão para perdas (passivo)			(5.942.863)	(3.908.563)
Total	3.535.906	3.482.974	13.458.631	13.407.900
Aumento e (redução) de capital/Aquisições ações [1]	58.178	3.400	3.854.624	60.361
Dividendos [2]	(61.898)	(82.642)	(3.162.117)	(2.496.422)
Resultados abrangentes [3]	453	6.895	(519.638)	581.514
Atualização de ações VIR (nota 15 II)	109.254	12.579	109.254	12.579
Alienação de participação societária (nota 11.c) [4]	-	-	(692.115)	-
Ganho na emissão de ações de participações societárias (nota 11.c) [5]	-	-	822.093	-
Resultado equivalência patrimonial [6]	219.508	124.324	4.629.144	1.892.686
Amortização valor justo - Investimento MRS	(11.747)	(11.747)	-	-
Outros	(7)	123	7.095	13
Saldo dos investimentos (ativo)	3.849.647	3.535.906	25.998.231	19.401.494
Saldo de provisão p/ investimentos com passivo a descoberto (passivo)	-	-	(7.451.360)	(5.942.863)
Total	3.849.647	3.535.906	18.546.871	13.458.631

1. Em janeiro de 2021 foi feito aumento de capital na controlada CSN Cimentos, decorrente de integralização pela CSN de acervo líquido composto por determinados ativos e passivos (vide nota 11.c). Em 2021, através da CSN Inova Ventures, foram efetuados investimentos estratégicos em startups, sendo elas: 2D Materials, H2Pro Ltda, 151 Energy, Traive INC., OICO Holdings e Clarke Software o total investido foi de US$ 4.950, correspondente a R$27.040. Em agosto de 2021 a Panatlântica aumentou seu capital social por meio de Reservas de Lucros, a CSN recebeu a bonificação das ações no montante de R$21.187. Em dezembro de 2021 houve um aumento de capital na empresa Arvedi Metalfer, e nessa oportunidade a CSN subscreveu e integralizou o valor de R$8.150. 2. Em 2021, refere-se principalmente a dividendos da controlada CSN Mineração S.A. no montante de R$2.984.155 (R$ 2.437.482 em 31 de dezembro 2020). 3. Refere-se a conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/(perda) atuarial e reflexo e *hedge* de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial. 4. Refere-se a alienção de parcela da participação societária da empresa CSN Mineração S.A. ao custo da alienação das ações (vide nota 11.c). 5. Trata-se de ganho na alteração do percentual de participação societária na controlada CSN Mineração S.A., após emissão de ações. 6. A conciliação do resultado de equivalência patrimonial das empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-venture* e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Resultado equivalência de coligada e joint-venture		
MRS Logística S.A.	260.622	160.370
Transnordestina Logística S.A.	(45.870)	(28.952)
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	3.265	(6.765)
Equimac S.A.	(608)	(329)
Outros	2.099	-
	219.508	124.324
Eliminações		
Para Custo Produtos Vendidos	(62.982)	(46.751)
Para Impostos	21.414	15.895
Outros		
Amortização Valor Justo - Invest. MRS	(11.747)	(11.747)
Outros	16.311	(9.966)
Resultado de equivalência ajustado	182.504	71.755

11.c) Informações adicionais sobre empresas controladas operacionais sediadas no Brasil e no exterior: • **CSN Cimentos S.A.:** As operações do segmento de cimento tiveram início no Grupo em maio de 2009, por meio de uma unidade de moagem em Volta Redonda/RJ, impulsionada pela sinergia entre essa atividade e a geração de escória produzida pelos altos-fornos da Usina Presidente Vargas ("UPV"), material esse que é utilizado como principal matéria-prima para a produção de cimento. Localizada ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, essa unidade de negócios, tem capacidade de 2,4 milhões de toneladas de cimento por ano e produz cimento do tipo CP-III. Em 2011, foi iniciada a produção própria de clínquer, com a instalação de um forno rotativo de clínquer em Arcos/MG, com capacidade de 2.500 toneladas por dia, utilizando-se do calcário calcítico extraído da Mina da Bocaina, existente na mesma localidade que também fornece o calcário siderúrgico para a UPV. Esse clínquer produzido é enviado prioritariamente por ferrovia para a fábrica de cimento em Volta Redonda/RJ. Em 2015, a unidade de Arcos/MG iniciou a produção de cimento com a instalação de duas moagens verticais de cimento com capacidade de 2,3 milhões de toneladas por ano, elevando a capacidade total instalada para 4,7 milhões de toneladas anuais. Em 2016 foi instalada uma segunda linha de produção de clínquer, com um forno com capacidade de 6.500 toneladas por dia, alcançando, desta forma, a autossuficiência de clínquer na produção de cimento. O produto principal de Arcos é o cimento do tipo CP-II, composto basicamente de clínquer, escória, calcário e gesso, variando a composição conforme o produto. Ainda em Arcos, há exploração de calcário calcítico e dolomita, que é destinado para a UPV. Após aquisição da Elizabeth Cimentos e Elizabeth Mineração, o segmento de cimentos possui capacidade de produção de 6,0 milhões toneladas por ano. Quando houver anuência do CADE sobre aquisição da LafargeHolcim e conclusão da operação, a capacidade de produção será de 16,3 milhões de toneladas ao ano (vide nota 11.h). ***(a) Drop down de Cimentos***: As atividades de cimentos vinham sendo realizadas como uma unidade de negócio da CSN e, recentemente, a Companhia optou por segregar tais atividades para uma controlada denominada CSN Cimentos. Tal segregação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da CSN Cimentos, realizada em 31 de janeiro de 2021, que dentre outras matérias aprovou o aumento de capital social na CSN Cimentos, no montante de R$2.956.094, com a emissão de 2.956.094.491 novas ações ordinárias, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas na mesma data pela Companhia, mediante a conferência do acervo líquido formado por determinados ativos, passivos, bens, direitos e obrigações relacionados ao segmento de cimentos da CSN, conforme descritas detalhadamente em Laudo de Avaliação, também aprovada na referida assembleia. Abaixo é demonstrada a composição do acervo.

	31/12/2020 Laudo avaliação	31/01/2021 Saldo final na data do evento
Ativo		
Contas a receber	37.171	54.684
Estoques	134.309	164.460
Outros ativos	29.186	30.228
Imobilizado	3.151.349	3.129.161
Intangível	8.086	8.086
Passivo		
Fornecedores	(253.186)	(278.538)
Outras obrigações circulantes	(42.074)	(34.301)
Passivos de arrendamento	(42.257)	(24.430)
Outras provisões	(66.490)	(64.125)
Acervo Líquido	2.956.094	2.985.225

(b) Aquisição Empresas Elizabeth: Em 29 de junho de 2021 a CSN Cimentos celebrou o Contrato de Investimento Compra e Venda de Quotas, Ações e Outras Avenças para a aquisição do controle da Elizabeth Cimentos e da Elizabeth Mineração, as quais possuíam uma das plantas mais modernas do País, com atuação relevante na região Nordeste, em especial na Paraíba e Pernambuco. A aquisição das sociedades mencionadas adicionou uma capacidade produtiva para a CSN Cimentos de 1,3 milhão de toneladas anuais. A CSN Cimentos passou a ter uma capacidade total de 6,0 milhões de toneladas anuais. O negócio foi avaliado em R$1,08 bilhão, envolve pagamento em caixa, aporte de capital e assunção de dívidas. Em 31 de agosto de 2021 a referida aquisição foi concluída (vide nota 4). • ELIZABETH CIMENTOS S.A. ("Elizabeth Cimentos"): Em 31 de agosto de 2021, foi concluída a aquisição do controle da Elizabeth Cimentos e Elizabeth Mineração, por meio de sua controlada CSN Cimentos. Com isso, a CSN Cimentos passou a ter capacidade total de 6 milhões de toneladas anuais. A Elizabeth Cimentos, é constituída sobre forma de sociedade anônima, fabrica e comercializa cimento portland e clínquer, e iniciou suas atividades produtivas em janeiro de 2015. Os seus produtos são comercializados em todos os estados da região Norte e Nordeste. • ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA. ("Elizabeth Mineração"): A Elizabeth Mineração constituída sobre a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, foi fundada em 2005, tem como objeto a extração, beneficiamento e comercialização de minérios de pedra, podendo ainda participar de outras sociedades como sócia, acionista ou cotista. ***(c) Cancelamento do Pedido de Registro na CVM - CSN Cimentos***: Em 15 de fevereiro de 2022, em razão das condições adversas no mercado interno e internacional, foi apresentada perante a CVM e a B3, petição de desistência dos pedidos de registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" e da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da CSN Cimentos, controlada da Companhia, apresentados perante a CVM em 17 de maio de 2021. • SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon"): Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres do Porto Organizado de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviços de lavagem, manutenção e higienização de contêineres. A Tecon foi vencedora do procedimento licitatório, tendo celebrado o contrato de arrendamento em 23 de outubro de 1998 para a exploração do terminal portuário pelo prazo de 25 anos, prorrogável por igual período. Na extinção do contrato de arrendamento, retornarão à União todos os direitos e benefícios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações. • ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("ERSA"): Sediada no Estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma localizada na cidade de Itapuã do Oeste/RO e a outra em Ariquemes/RO. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes está localizada a fundição onde se obtém o estanho metálico, que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas. • COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada"): A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos. *Embalagens*: No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado. *Distribuição*: A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País. • CSN ENERGIA S.A. ("Energia"): Tem como objetivo principal a comercialização de energia elétrica para suprir as necessidades operacionais da sua Controladora e das suas respectivas subsidiárias. Caso haja excedente da energia adquirida, é vendida para o mercado através da CCEE ("Câmara de Comercialização de Energia Elétrica"). A sede social da empresa está localizada no Rio de Janeiro. • FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL"): Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. Explora serviços públicos de transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, nos trechos entre as cidades de São Luís e Altos, Altos a Fortaleza, Fortaleza e Sousa, Sousa e Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins e Salgueiro, Jorge Lins e Propriá, Paula Cavalcante e Cabedelo (Ramal de Cabedelo) e Itabaiana e Macau (Ramal de Macau) ("Malha I"). Em 23 de março de 2021, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R$10.860, passando sua participação no capital social da FTL de 92,38% para 92,71%. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos acionistas, a Companhia registrou uma perda no montante de R$29, registrada no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes". Não ocorreu alteração na estrutura societária em 2021. • CSN MINERAÇÃO S.A. ("CSN Mineração"): Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração S.A. tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração S.A. passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A CSN Mineração é uma sociedade anônima de capital aberto e possui suas ações listadas na bolsa de valores de São Paulo, B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. A participação da CSN nessa controlada é de 78,24% em 31 de dezembro de 2021 (87,52% em 31 de dezembro de 2020). Abaixo as principais transações ocorridas na controlada em 2021: **(a) Oferta pública de ações (IPO)**: Em 17 de fevereiro de 2021, a controlada CSN Mineração concluiu a oferta pública de ações através da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. O prospecto definitivo da oferta pública consistiu na: (i) distribuição primária de 161.189.078 novas Ações ("Oferta Primária"); e (ii) distribuição secundária de 422.961.066 novas Ações, sendo inicialmente de 372.749.743 Ações ("Oferta Secundária") da Companhia e dos sócios Não Controladores, acrescida de 50.211.323 Ações suplementares de titularidade da Companhia ("Ações Suplementares"). O preço por Ação ("Preço por Ação") foi fixado em R$8,50 após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizado no Brasil e no exterior. A participação da CSN na controlada CSN Mineração passou de 87,52% em dezembro de 2020 para 78,24% em dezembro de 2021. **(i) Distribuição Primária de Ações:** Na distribuição primária, a CSN Mineração emitiu 161.189.078 de novas Ações ("Oferta Primária"), tendo capitalizado o montante total de R$1.370.107 (R$1.347.862 líquido de custo de transação). A emissão das 161.189.078 novas ações, acarretou na diluição da participação da Companhia no capital social da CSN Mineração, e com isso, a Companhia reconheceu em outros resultados abrangentes o ganho referente à diluição de percentual de participação.

O impacto dessa operação está apresentado no quadro a seguir:

Ganho de participação no aumento de capital	1.060.530
Perda por diluição de partipação com emissão de novas ações	(231.044)
Ajuste de equivalência patrimonial por diluição de percentual participação	(7.393)
Ganho líquido com a operação	**822.093**

(ii) Distribuição Secundária de Ações: Na distribuição secundária de ações, a Companhia Siderúrgica Nacional negociou 327.593.584 ações ordinárias e adicionalmente, em março de 2021, foram negociadas 50.211.323 ações ordinárias suplementares, totalizando 377.804.907 ou 9,3% das ações que detinha, no valor total de R$3.211.342 (R$3.164.612 líquido de custo de transação). O ganho da operação foi registrado em Outras Receitas e Despesas Operacionais. Os principais impactos dessa operação estão apresentados no quadro a seguir:

Patrimônio líquido da negociação	9.947.525
Quantidade de ações antes da oferta pública	5.430.057.060
Custo patrimonial por ação	**R$ 1,83**
Quantidade de ações alienadas pela CSN	377.804.907
Preço da ação ofertada	R$ 8,50
(+) Caixa gerado na operação	**3.211.342**
(-) Custo na transação da oferta	**(46.730)**
(=) Caixa líquido recebido (a)	**3.164.612**
(-) Custo da alienação das ações (b)	**(692.115)**
(=) Ganho na operação (a)+(b)	**2.472.497**

(b) Programa de recompra de ações da controlada CSN Mineração: Em 24 de março de 2021 e 03 de novembro de 2021, foram aprovados em Reuniões do Conselho de Administração, os Planos de Recompra de Ações, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos da instrução CVM 567/2015, descritos abaixo. Em 31 de dezembro de 2021 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Saldo em tesouraria em R$
1º	24/03/21	58.415.015	De 25/03/2021 a 24/09/2021	R$6,1451	R$5,5825 e R$6,7176	52.940.500	325.324.667
2º	03/11/21	53.000.000	De 04/11/2021 a 24/09/2022	R$6,2076	R$5,0392 e R$6,1208	52.466.800	325.692.908
						105.407.300	651.017.574

• MINÉRIOS NACIONAL S.A. ("Minérios Nacional"): Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Minérios Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. A controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, todas localizadas em Minas Gerais transferidos para a Minérios Nacional S.A. na operação de combinação de negócios ocorrida em 2015. • CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI"): Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros. O investimento é resultado de uma joint venture constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. ("CKTR Brasil"). Em 29 de novembro de 2019, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações, por meio da qual a CSN adquiriu a totalidade da participação acionária detida pela CKTR Brasil, correspondente a 50% das ações emitidas pela CBSI, por R$24.000, passando a CSN a deter 100% do capital social total da CBSI. **Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior:** • STAHLWERK THÜRINGEN GMBH ("SWT"): A SWT foi constituída a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn, localizada na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma controlada indireta da CSN Steel S.L.U., subsidiária integral da CSN. • COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - LLC ("CSN LLC"): Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, possui uma planta industrial em Terre Haute, no Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização, sua capacidade instalada de produção é de 800 mil toneladas/ano. A CSN LLC é controlada indireta da CSN Steel S.L.U., subsidiária integral da CSN. Em 05 de junho de 2018 a CSN LLC teve sua razão social alterada para "Heartland Steel Processing, LLC". Na mesma data, foi constituída uma nova sociedade, sob a denominação de "Companhia Siderúrgica Nacional, LLC", subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018, a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC., passou a ser subsidiária integral da CSN Steel, e posteriormente a Heartland Steel Processing, LLC. foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. ("SDI") pelo preço base de transação de US$ 400 milhões. A nova "Companhia Siderúrgica Nacional, LLC" é uma importadora e comercializadora de produtos de aço e mantém suas atividades nos Estados Unidos. • LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. ("Lusosider"): Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos. **11.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (joint ventures) e em operações em conjunto (joint operations):** Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

	31/12/2021 MRS Logística	31/12/2021 Transnordestina Logística	31/12/2021 *Joint-Venture* Equimac S.A.	31/12/2021 *Joint-Operation* Itá Energética	31/12/2020 MRS Logística	31/12/2020 Transnordestina Logística	31/12/2020 *Joint-Venture* Equimac S.A.	31/12/2020 *Joint-Operation* Itá Energética
Participação (%)	37,27%	47,26%	50,00%	48,75%	34,94%	47,26%	50,00%	48,75%
Balanço Patrimonial								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	1.836.612	1.259	2.077	42.500	1.206.484	1.390	1.351	48.919
Adiantamento a fornecedores	44.011	11.486	407	1.254	27.312	1.948	-	742
Outros ativos circulantes	1.065.913	55.334	8.862	18.453	823.204	51.793	2.356	89.521
Total ativo circulante	2.946.536	68.079	11.346	62.207	2.057.000	55.131	3.707	139.182
Ativo não circulante								
Outros ativos não circulantes	980.861	124.776	-	19.578	608.878	225.492	-	20.807
Investimentos, Imobilizado e Intangível	9.614.144	10.145.422	28.964	358.265	8.537.009	9.574.588	11.365	390.672
Total ativo não circulante	10.595.005	10.270.198	28.964	377.843	9.145.887	9.800.080	11.365	411.479
Total do Ativo	13.541.541	10.338.277	40.310	440.050	11.202.887	9.855.211	15.072	550.661
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	767.992	228.769	4.041	-	828.439	241.029	-	-
Passivos de arrendamento	383.323	-	-	-	317.526	-	-	-
Outros passivos circulantes	1.513.799	157.946	4.063	40.473	1.117.975	125.794	602	19.721
Total passivo circulante	2.665.114	386.715	8.104	40.473	2.263.940	366.823	602	19.721
Passivo não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	3.551.278	6.665.700	15.351	-	2.162.657	6.368.070	-	-
Passivos de arrendamento	1.718.366	-	-	-	1.674.594	-	-	-
Outros passivos não circulantes	759.538	928.254	-	16.098	788.862	665.653	-	15.900
Total passivo não circulante	6.029.182	7.593.954	15.351	16.098	4.626.113	7.033.723	-	15.900
Patrimônio líquido	4.847.245	2.357.608	16.855	383.479	4.312.834	2.454.665	14.470	515.040
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	13.541.541	10.338.277	40.310	440.050	11.202.887	9.855.211	15.072	550.661

	01/01/2021 a 31/12/2021 MRS Logística	01/01/2021 a 31/12/2021 Transnordestina Logística	01/01/2021 a 31/12/2021 *Joint-Venture* Equimac S.A.	01/01/2021 a 31/12/2021 *Joint-Operation* Itá Energética	01/01/2020 a 31/12/2020 MRS Logística	01/01/2020 a 31/12/2020 Transnordestina Logística	01/01/2020 a 31/12/2020 *Joint-Venture* Equimac S.A.	01/01/2020 a 31/12/2020 *Joint-Operation* Itá Energética
Participação (%)	37,27%	47,26%	50,00%	48,75%	34,94%	47,26%	50,00%	48,75%
Demonstrações de Resultados								
Receita Líquida	4.427.385	138	15.238	221.023	3.604.965	35	2.308	173.426
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(2.919.527)	-	(13.001)	(81.649)	(2.521.991)	-	(2.386)	(74.048)
Lucro Bruto	1.507.858	138	2.237	139.374	1.082.974	35	(78)	99.378
(Despesas) e Receitas Operacionais	(116.499)	(76.543)	(3.453)	(69.097)	(105.267)	(42.108)	(576)	(67.885)
Resultado Financeiro Líquido	(345.513)	(20.651)	-	1.274	(330.756)	(19.186)	(4)	(764)
Lucro antes do IR/CSL	1.045.846	(97.056)	(1.216)	71.551	646.951	(61.259)	(658)	30.729
IR/CSL correntes e diferidos	(346.551)	-	-	(24.390)	(216.649)	-	-	(10.391)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	699.295	(97.056)	(1.216)	47.161	430.302	(61.259)	(658)	20.338

• ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA"): A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar, em regime de concessão, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá ("UHE Itá"), com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão da UHE Itá é compartilhada com a ENGIE Brasil Energia S.A., sendo a participação da CSN na ITASA de 48,75%. • MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS"): Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente. A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos. Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato. A Companhia detém diretamente participação de 18,64% no capital social total da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada CSN Mineração S.A., participação de 14,58% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 33,22%. • CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA: A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande, na cidade de Conquista - MG, e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo. A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa. O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2021 é de R$20.133 (R$21.287 em 31 de dezembro de 2020) e o valor da despesa em 2021 foi de R$7.572 (R$6.611 em 2020). **11.e) TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA")**: Encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis. Sua Administração entende que novos prazos para a conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento. A Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, sua Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração de suas Demonstrações Financeiras.

Mensuração do Valor Recuperável:

Projeção do fluxo de caixa	Até 2057
Margem bruta	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Estimativa de custos	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até o final da concessão
Taxa de desconto	Varia de 5,18% a 7,50% em termos reais

Adicionalmente, a CSN, como investidora, realiza o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como *Dividend Discount Model* ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Para a realização desse teste, alguns fatores foram levados em consideração, tais como: • O fluxo de dividendos foi extraído do fluxo de caixa nominal da TLSA; • O fluxo de dividendos foi calculado considerando-se os percentuais de participação anuais, considerando-se as diluições da participação da CSN decorrentes da amortização de dívidas; • Esse fluxo de dividendos foi então descontado a valor presente usando-se o custo do capital próprio (Ke) embutido na taxa *WACC* da TLSA; e • Esse Ke extraído foi aquele calculado na *"rolling WACC"* da TLSA. Em virtude do compartilhamento dos riscos dos investidores e pelo fato do ativo que está sendo testado representar a própria unidade geradora de caixa, que por sua vez iguala-se à entidade legal, o risco determinado pela Administração da CSN é o mesmo aplicado pela TLSA quando da avaliação do investimento dos seus próprios ativos, não cabendo fator de risco adicional ao modelo. Como resultado do teste efetuado, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* desse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. • EQUIMAC S.A.: Em agosto de 2019 foi constituída a CSN Equipamentos S.A., que teve sua denominação social alterada para Equimac S.A. em 26 de junho de 2020. A Equimac é uma *joint venture*, em parceria entre Unidas Guindastes Eireli e a CSN, cada uma com a participação acionária de 50% do capital social total. A Equimac possui sede na cidade de São Paulo e tem como objetivo principal o aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais. **11.f) Outros investimentos:** • PANATLÂNTICA S. A. ("Panatlântica"): Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado a valor justo através do resultado. A Companhia detém 11,31% em 31 de dezembro de 2021 e 2020 do capital social total da Panatlântica. • ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi"): Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi. **11.g) Intenção de Aquisição de empresas:** Em ambas as operações abaixo o desfecho está previsto para ocorrer após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). • **Metalgráfica:** Em 24 de novembro de 2021 a Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN" ou "Companhia") celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição da Metalgráfica Iguaçu S.A. ("Metalgráfica"), por meio do qual as partes acordaram em promover a combinação das operações de ambas as sociedades mediante a incorporação da totalidade das ações de emissão da Metalgráfica pela CSN ("Operação"). A Operação a ser submetida à aprovação dos acionistas da CSN e da Metalgráfica após a aprovação do CADE resultará: (a) na incorporação, pela CSN, da totalidade das ações de emissão da Metalgráfica, tornando-a sua subsidiária integral, e (b) em contrapartida à incorporação de ações, no recebimento pelos acionistas da Metalgráfica de ações da CSN (a serem emitidas em aumento de capital, com expectativa de diluição máxima de 0,01% do capital social da CSN) em substituição às ações da Metalgráfica de acordo com a relação de troca a ser aprovada em assembleia geral extraordinária das companhias. Fundada em 1951, a Metalgráfica possui unidades em Ponta Grossa (PR) e Goiânia (GO), e produz latas de aço para o mercado nacional e internacional de embalagens metálicas para alimentos. A operação é um passo estratégico para ampliar a capacidade de produção da divisão de embalagens da CSN. A tecnologia utilizada pela Metalgráfica é mais moderna do que a utilizada pela CSN, melhorando a competitividade do negócio e fortalecendo a cadeia nacional, especialmente em relação as embalagens sucedâneas. • **LafargeHolcim:** A CSN Cimentos S.A., companhia fechada controlada pela CSN e que concentra as operações de fabricação e comercialização de cimento do grupo ("CSN Cimentos") celebrou, em 9 de setembro de 2021, contrato de compra e venda de ações por meio do qual pretende adquirir 100% (cem por cento) das ações de emissão de LafargeHolcim (Brasil) S.A. ("Negócio"), tendo a Companhia como garantidora de suas obrigações ("Operação"). O Negócio foi avaliado pelo valor base de US$1,025 bilhão, sujeito a ajuste de preço e valor retido em conta-caução (Escrow), além dos demais termos e condições previstos no respectivo contrato, inclusive aprovação do CADE. Na mesma data, a Companhia depositou em conta garantia (Escrow Account) junto ao Banco Santander, o montante de US$50 milhões, como parte das negociações de aquisição da LafargeHolcim. A aquisição da sociedade acima mencionada irá adicionar uma capacidade produtiva à da CSN Cimentos de 10,3 milhões de toneladas de cimento por ano ("MTPA") por meio de plantas de cimentos estrategicamente localizadas no Sudeste, Nordeste e Centro - Oeste, além de substanciais reservas de calcário de alta qualidade e unidades de concreto e agregados. São esperadas relevantes sinergias operacionais, logísticas, de gestão e comerciais, com espaço para evolução de mix de produtos e expansão da base de clientes. **Prática Contábil: Equivalência Patrimonial e Consolidação:** Aplica-se o método de equivalência patrimonial para sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas. Demais investimentos são mantidos ao valor justo ou custo. **Controladas:** São entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa em suas políticas financeiras e operacionais e/ou potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas na data em que o controle cessa. **Controladas em Conjunto:** são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado contratualmente convencionado com uma ou mais partes podendo ser classificadas das seguintes formas: Operações em conjunto (*joint operations*): são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*): são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados. **Coligadas:** são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e subsequentemente mensurados pelo método de equivalência patrimonial. **Fundos exclusivos:** Os fundos exclusivos são fundos de investimento constituídos apenas pela CSN, possibilitando a alocação de recursos de forma mais personalizada e de acordo com intenção da Companhia, são administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e pela Caixa Econômica Federal (CEF). **Transações entre controladas, coligadas, *joint-ventures* e *joint-operations*:** Os saldos e ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados proporcionalmente à participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (impairment). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social. A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. **Transações e saldos em moedas estrangeiras:** São convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior. Os adiantamentos realizados em moedas estrangeiras são registrados pela taxa de câmbio da data que a entidade efetua os pagamentos ou recebimentos antecipados, reconhece (data de transação) como ativo não monetário ou passivo não monetário. **Teste de *impairment fair-value*:** Os investimentos são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. **11.h) Propriedades para investimento:** O saldo de propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado abaixo:

	Consolidado Terrenos	Consolidado Edificações	Consolidado Total	Controladora Terrenos	Controladora Edificações	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97.610	62.264	159.874	94.431	50.568	144.999
Custo	97.610	86.548	184.158	94.431	74.260	168.691
Depreciação acumulada	-	(24.284)	(24.284)	-	(23.692)	(23.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97.610	62.264	159.874	94.431	50.568	144.999
Depreciação (nota 27)	-	(3.055)	(3.055)	-	(2.408)	(2.408)
Transferência do Imobilizado	4.065	1	4.066	-	-	-
Aquisição da Elizabeth	-	1.296	1.296	-	-	-
Transferências entre grupos de ativos	(133)	133	-	(132)	132	-
Outras	-	-	-	(13)	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	101.542	60.639	162.181	94.286	48.292	142.578
Custo	101.542	87.977	189.519	94.286	74.392	168.678
Depreciação acumulada	-	(27.338)	(27.338)	-	(26.100)	(26.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	101.542	60.639	162.181	94.286	48.292	142.578

A estimativa da administração da Companhia do valor justo das propriedades para investimento foi realizada para 31 de dezembro de 2021. O valor justo de propriedade para investimento no consolidado em 31 de dezembro de 2021 é de R$2.055.976 (R$1.863.563 em 31 de dezembro de 2020) e na controladora R$1.992.956 (R$1.795.553 em 31 de dezembro 2020).

As médias de vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Edificações	27	27	28	28

Prática Contábil: As propriedades para investimento da Companhia consistem-se de terrenos e edificações mantidos para auferir rendas de aluguel e valorização do capital. O método de mensuração utilizado é o do custo de aquisição ou construção reduzido da depreciação acumulada e redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação das edificações acumulada é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada das propriedades sujeitas à depreciação. Os terrenos não são depreciados por terem vida útil indefinida.

12. IMOBILIZADO

Consolidado

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso (i)	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	257.686	2.677.565	12.457.383	26.297	3.680.322	516.668	100.302	19.716.223
Custo	257.686	4.752.412	26.213.225	182.974	3.680.322	634.786	414.705	36.136.110
Depreciação acumulada	-	(2.074.847)	(13.755.842)	(156.677)	-	(118.118)	(314.403)	(16.419.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	257.686	2.677.565	12.457.383	26.297	3.680.322	516.668	100.302	19.716.223
Efeito de ajuste de conversão	(932)	(6.402)	(2.627)	1.418	2.076	26	(22)	(6.463)
Aquisições	-	22.441	367.050	6.756	2.527.722	62.106	7.197	2.993.272
Juros capitalizados [1] (notas 29 e 34)	-	-	-	-	87.414	-	-	87.414
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 28)	-	(5.051)	(62.606)	(194)	(5.468)	(38.017)	(1.550)	(112.886)
Depreciação (nota 27)	-	(163.911)	(1.845.757)	(7.043)	-	(68.068)	(27.878)	(2.112.657)
Transferências para outras categorias de ativos	(3.683)	265.307	2.347.346	925	(2.634.947)	-	25.052	-
Transferências para intangível	-	-	-	-	(29.840)	-	-	(29.840)
Remensuração do Direito de Uso	-	-	-	-	-	109.109	-	109.109
Atualização ARO (*Asset retirement obligation*)	-	2.357	-	-	-	-	-	2.357
Transferência do imobilizado para PPI	(4.065)	(1)	-	-	-	-	-	(4.066)
Aquisição da Elizabeth	100.489	227.629	278.576	878	16.400	-	3.173	627.145
Transferência de estoques	-	-	261.504	-	-	-	-	261.504
Outros	-	-	19	-	3	-	-	22
Saldo em 31 de dezembro de 2021	349.495	3.019.934	13.800.888	29.037	3.643.682	581.824	106.274	21.531.134
Custo	349.495	5.358.388	29.348.048	190.847	3.643.682	754.606	445.870	40.090.936
Depreciação acumulada	-	(2.338.454)	(15.547.160)	(161.810)	-	(172.782)	(339.596)	(18.559.802)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	349.495	3.019.934	13.800.888	29.037	3.643.682	581.824	106.274	21.531.134

Controladora

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso (i)	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.953	1.014.542	7.519.472	8.397	1.652.468	64.659	27.233	10.315.724
Custo	28.953	1.333.345	15.039.880	98.193	1.652.468	107.528	139.806	18.400.173
Depreciação acumulada	-	(318.803)	(7.520.408)	(89.796)	-	(42.869)	(112.573)	(8.084.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.953	1.014.542	7.519.472	8.397	1.652.468	64.659	27.233	10.315.724
Aquisições	-	-	37.067	2.997	1.057.095	1.112	43	1.098.314
Juros capitalizados [1] (notas 29 e 34)	-	-	-	-	23.142	-	-	23.142
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 28)	-	(1.906)	(16.668)	-	(2.151)	(17.073)	(72)	(37.870)
Depreciação (nota 27)	-	(17.832)	(833.274)	(1.909)	-	(7.674)	(5.565)	(866.254)
Drop down Cimentos (nota 11.c)	(3.350)	(720.068)	(1.643.144)	(687)	(733.706)	(23.697)	(4.509)	(3.129.161)
Transferências para outras categorias de ativos	-	7.206	1.218.368	291	(1.227.354)	-	1.489	-
Transferência para intangível	-	-	-	-	(28.806)	-	-	(28.806)
Remensuração do Direito de Uso	-	-	-	-	-	(1.331)	-	(1.331)
Transferência de estoques	-	-	135.067	-	-	-	-	135.067
Outros	15	-	2	-	-	-	-	17
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.618	281.942	6.416.890	9.089	740.688	15.996	18.619	7.508.842
Custo	25.618	497.690	14.085.249	97.544	740.688	35.633	127.281	15.609.703
Depreciação acumulada	-	(215.748)	(7.668.359)	(88.455)	-	(19.637)	(108.662)	(8.100.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.618	281.942	6.416.890	9.089	740.688	15.996	18.619	7.508.842

(*) Referem-se substancialmente: (i) no quadro do consolidado: ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos, minas e dormentes; e (ii) no quadro da controladora: na categoria de benfeitorias em bens de terceiros, veículos e hardwares. 1. Os custos dos juros capitalizados são apurados, basicamente, para os projetos na Siderurgia e na Mineração que referem-se, substancialmente, à: - Siderurgia: Modernização tecnológica e aquisição de novos equipamentos para a manutenção da capacidade produtiva da Usina Presidente Vargas (RJ); - Mineração: Expansão de Casa de Pedra (MG) e TECAR (RJ). (i) **Direito de uso:** Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2021:

Consolidado

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	393.015	66.086	51.946	5.621	516.668
Custo	434.689	75.882	81.598	42.617	634.786
Depreciação acumulada	(41.674)	(9.796)	(29.652)	(36.996)	(118.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	393.015	66.086	51.946	5.621	516.668
Efeito de ajuste de conversão	-	3	(6)	29	26
Adição	1.195	178	40.503	20.230	62.106
Remensuração	63.120	18.031	27.958	-	109.109
Depreciação	(23.424)	(10.343)	(25.472)	(8.829)	(68.068)
Baixas	(16.940)	-	(20.944)	(133)	(38.017)
Transferências para outras categorias de ativos	22.319	(5.810)	(20.226)	3.717	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	439.285	68.145	53.759	20.635	581.824
Custo	500.826	94.196	99.103	60.483	754.608
Depreciação acumulada	(61.541)	(26.051)	(45.344)	(39.848)	(172.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	439.285	68.145	53.759	20.635	581.824

Controladora

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.081	42.082	1.496	64.659
Custo	37.700	64.003	5.825	107.528
Depreciação acumulada	(16.619)	(21.921)	(4.329)	(42.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.081	42.082	1.496	64.659
Adição	-	43	1.069	1.112
Drop down Cimentos (nota 11.c)	(1.808)	(21.497)	(392)	(23.697)
Remensuração	(1.331)	-	-	(1.331)
Depreciação	(6.855)	(398)	(421)	(7.674)
Baixas	(16.940)	-	(133)	(17.073)
Transferências para outras categorias de ativos	21.396	(20.190)	(1.206)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.543	40	413	15.996
Custo	33.307	137	2.189	35.633
Depreciação acumulada	(17.764)	(97)	(1.776)	(19.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.543	40	413	15.996

As médias de vidas úteis estimadas são as seguintes (em anos):

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Edificações e infraestrutura [1]	34	34	31	42
Máquinas, equipamentos e instalações	18	20	21	21
Móveis e utensílios	12	12	13	13
Outros	10	10	12	12

(1) Na controladora a redução é decorrente do *Drop down* dos ativos imobilizados do negócio de cimentos da CSN para a CSN Cimentos S.A.. **Prática Contábil:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. • **Juros capitalizados:** Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção e ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros e em que data mesmos estejam prontos para determinarem suas funções de acordo com a forma pretendida pela Companhia. • **Custos de Desenvolvimento de Novas Jazidas de Minério:** Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. • **Gastos com Exploração:** Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. • **Gastos de Remoção de Estéril:** Os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. • **Custos de Estéril:** Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Neste caso, os custos são capitalizados e classificados no ativo não circulante e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado Ágio	Consolidado Relações com Clientes	Consolidado Software	Consolidado Marcas e patentes	Consolidado Direitos e Licenças (*)	Consolidado Outros	Consolidado Total	Controladora Software	Controladora Direitos e Licenças	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.606.156	278.041	45.665	215.532	3.169.349	2.051	7.316.794	40.236	8.086	48.322
Custo	3.846.563	823.540	182.059	215.532	3.193.787	2.051	8.263.532	131.795	8.088	139.883
Amortização acumulada	(131.077)	(545.499)	(136.394)	-	(24.438)	-	(837.408)	(91.559)	(2)	(91.561)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)	-	-	-	-	-	(109.330)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.606.156	278.041	45.665	215.532	3.169.349	2.051	7.316.794	40.236	8.086	48.322
Efeito de ajuste de conversão	-	(1.835)	(24)	(1.923)	-	(18)	(3.800)	-	-	-
Aquisições e gastos	-	-	3.302	-	27	-	3.329	-	-	-
Transferência do imobilizado	-	-	29.840	-	-	-	29.840	28.806	-	28.806
Drop down Cimentos (nota 11.c)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.086)	(8.086)
Amortização (nota 27)	-	(68.294)	(12.343)	-	(21.843)	-	(102.480)	(9.313)	-	(9.313)
Alienações	-	-	-	-	-	(63)	(63)	-	-	-
Transferência entre categorias de ativos	39.814	-	-	-	(39.814)	-	-	-	-	-
Combinação de negócios Elizabeth (nota 4)	83.266	-	-	-	330.164	-	413.430	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.729.236	207.912	66.440	213.609	3.437.883	1.970	7.657.050	59.729	-	59.729
Custo	3.969.643	816.206	221.712	213.609	3.484.778	1.970	8.707.918	167.771	-	167.771
Amortização acumulada	(131.077)	(608.294)	(155.272)	-	(46.895)	-	(941.538)	(108.042)	-	(108.042)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)	-	-	-	-	-	(109.330)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.729.236	207.912	66.440	213.609	3.437.883	1.970	7.657.050	59.729	-	59.729

(*) Composto principalmente por direitos minerários. A amortização é pelo volume de produção.

CSN Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

SIDERURGIA | MINERAÇÃO | CIMENTO | LOGÍSTICA | ENERGIA

As médias de vidas úteis estimadas são as seguintes (em anos):

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Software	9	9	9	9
Relações com clientes	13	13	-	-

13.a) Teste de redução ao valor recuperável de ágio (impairment): Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 01(R1)/IAS36, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de impairment. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	Ágio 31/12/2021	Ágio 31/12/2020	Marcas 31/12/2021	Marcas 31/12/2020	Total 31/12/2021	Total 31/12/2020
Embalagens [1]	Siderurgia	158.748	158.748	-	-	158.748	158.748
Aços longos [2]	Siderurgia	235.595	235.595	213.609	215.532	449.204	451.127
Mineração [3]	Mineração	3.236.402	3.196.588	-	-	3.236.402	3.196.588
Outros Siderurgia [4]	Siderurgia	15.225	15.225	-	-	15.225	15.225
Cimentos [5]	Cimentos	83.266	-	-	-	83.266	-
		3.729.236	3.606.156	213.609	215.532	3.942.845	3.821.688

(1) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R$109.330, reconhecida em 2011. (2) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aços longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia. (3) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela CSN Mineração S.A. concluída em dezembro de 2015, testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade. (4) Em 29 de novembro de 2019, a CSN adquiriu a totalidade da participação detida pela CKTR Brasil Serviços Ltda., correspondente a 50% das ações da CBSI, passando a deter 100% do capital social da CBSI. (5) Na aquisição da Elizabeth Cimentos S.A. em agosto de 2021 foi gerado um ágio por rentabilidade futura na adquirente CSN Cimentos S.A.. O teste de impairment do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela Administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("Capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.
As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2021 são as que seguem:

	Embalagem	Mineração	Outros Siderurgia	Aço (*)	Aço (*)	Logística (**)	Cimentos
Mensuração do valor recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Projeção do Fluxo de Caixa	Até 2031 + perpetuidade	Até 2064	Até 2031 + perpetuidade	Até 2031+ perpetuidade	Até 2034 + perpetuidade	Até 2027	Até 2050
Margem bruta	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos, incorporação dos impactos da reestruturação do negócio e tendências de mercado.	Reflete projeção de custos em função do avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos. Preços e câmbio projetados conforme relatórios setoriais.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos de cada produto e incorporação dos impactos da reestruturação do negócio.	Atualização dos custos baseados em dados históricos, avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Custos baseados em estudo e tendências de mercado.	Custos baseados em estudo e tendências de mercado.
Taxa de crescimento na perpetuidade	Crescimento de 1%.	Sem perpetuidade.	Sem crescimento.	Sem crescimento.	Sem crescimento.	Sem perpetuidade.	Sem perpetuidade.
Taxa de Desconto	Para embalagem, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto em torno de 9,22% a.a. em termos reais. Para mineração, aços e outros siderurgia, os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto entre 5,03% a 11,54% a.a. em termos reais e em termos nominais entre 10,26% a 14,89% a.a. Para logística, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto entre 5,18% até 7,50% a.a. em termos reais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico de cada segmento.						

(*) referem-se aos ativos da controlada Lusosider, localizados em Portugal e também dos ativos da Stahlwerk Thüringen (SWT) localizados na Alemanha. A taxa de desconto foi aplicada sobre o fluxo de caixa descontado elaborado em Euros, moeda funcional destas subsidiárias. (**) referem-se aos ativos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por impairment dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
Prática Contábil: Os ativos intangíveis compreendem basicamente os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base na vida útil econômica de cada ativo, nos prazos estimados de exploração ou recuperação. Direitos de Exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. • **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) ou a qualquer tempo quando as circunstâncias indicarem uma possível perda. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida. • **Impairment de Ativos não Financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados e propriedades para investimento, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente a cada exercício para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures que se encontram registrados ao custo amortizado seguem abaixo:

	Consolidado Passivo Circulante 31/12/2021	Consolidado Passivo Circulante 31/12/2020	Consolidado Passivo não Circulante 31/12/2021	Consolidado Passivo não Circulante 31/12/2020	Controladora Passivo Circulante 31/12/2021	Controladora Passivo Circulante 31/12/2020	Controladora Passivo não Circulante 31/12/2021	Controladora Passivo não Circulante 31/12/2020
Contratos de dívida em moeda estrangeira								
Juros variáveis em US$								
Pré-Pagamento	1.626.521	1.119.558	3.875.713	3.457.105	1.557.329	1.118.415	1.099.080	3.067.352
Juros fixos em US$								
Bonds, Bonds Perpetuos, Facility, CCE e ACC	678.239	426.676	15.380.392	19.898.213	-	31.969	-	-
Intercompany	-	-	-	-	61.018	475.035	8.218.041	12.971.249
Juros fixos em EUR								
Intercompany	-	-	-	-	600	9.132	1.312.209	1.595.775
Facility	550.460	326.970	79.013	143.503	-	-	-	-
	2.855.220	1.873.204	19.335.118	23.498.821	1.618.947	1.634.551	10.629.330	17.634.376
Contratos de dívida em moeda nacional								
Títulos com juros variáveis em R$								
BNDES/FINAME/FINEP, Debêntures, NCE e CCB	2.677.516	2.282.279	7.886.796	7.716.307	2.269.603	2.234.683	5.977.676	6.838.197
Títulos com juros fixos em R$								
Intercompany	-	-	-	-	-	18.423	-	-
	2.677.516	2.282.279	7.886.796	7.716.307	2.269.603	2.253.106	5.977.676	6.838.197
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.532.736	4.155.483	27.221.914	31.215.128	3.888.550	3.887.657	16.607.006	24.472.573
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(45.877)	(29.030)	(201.251)	(70.928)	(24.322)	(29.164)	(38.390)	(48.820)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	5.486.859	4.126.453	27.020.663	31.144.200	3.864.228	3.858.493	16.568.616	24.423.753

14.a) Captações e amortizações dos empréstimos, financiamentos e debêntures: A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Saldo Inicial	35.270.653	27.967.036	28.282.246	24.099.460
Captações	12.915.332	8.116.247	5.699.542	2.502.457
Amortização principal	(17.639.178)	(6.448.658)	(14.280.369)	(2.907.845)
Pagamentos de encargos	(2.137.782)	(1.922.130)	(819.648)	(1.051.557)
Provisão de encargos (nota 29)	2.140.961	2.002.052	759.955	1.012.750
Aquisição da Elizabeth	372.123	-	-	-
Outros [1]	1.585.413	5.556.106	791.118	4.626.981
Saldo final	32.507.522	35.270.653	20.432.844	28.282.246

1. Inclusas variações cambiais e monetárias não realizadas e custo de captação.
A Companhia captou e amortizou empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2021 conforme demonstrado abaixo:

Natureza de captação	Consolidado 31/12/2021 Captações	Amortizações de principal	Amortizações de encargos
Pré - Pagamento [1]	2.613.925	(2.186.191)	(143.237)
Bonds, Bonds Perpétuos, ACC, CCE e Facility [2]	5.850.504	(11.083.220)	(1.550.747)
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB [3]	4.450.903	(4.369.767)	(443.798)
	12.915.332	(17.639.178)	(2.137.782)

(1) No primeiro trimestre de 2021, a Companhia antecipou amortizações de pré-pagamento de exportação que estavam previstas para outubro de 2021 e janeiro de 2022 no total de US$329 milhões, equivalentes a R$1,9 bilhão. Em junho de 2021, a controlada da Companhia, CSN Mineração S.A., celebrou contrato de pré-pagamento, no valor de US$350 milhões (equivalentes a R$1,9 bilhão). Além disso, a CSN Mineração S.A. captou mais US$86 milhões (equivalentes a R$467 milhões) com outras instituições financeiras, ao longo do ano 2021. (2) A Companhia no segundo trimestre de 2021 emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de US$850 milhões, equivalente a R$4,3 bilhões, através de sua controlada CSN Resources, com vencimento em 2031. Adicionalmente, utilizou parte dos recursos no valor de US$421 milhões na oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pela CSN Resources S.A com vencimento em 2023. Todas Notes mencionadas acima, são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. A Companhia antecipou no terceiro trimestre de 2021 amortizações de *Bonds* Perpétuos no montante de US$1 bilhão da sua controlada CSN Island XII. (3) A Companhia recomprou no primeiro trimestre de 2021 450.000 debêntures da 10ª Emissão no montante de R$391 milhões, com isso antecipou parte dos vencimentos previstos de março de 2021 a dezembro de 2023. Em julho de 2021, a controlada CSN Mineração aprovou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, no montante total de R$1 bilhão, com juros de mercado e atualizadas pelo IPCA. O prazo de vencimento das Debêntures será de 10 anos (2031) para a primeira série e de 15 anos (2036) para a segunda série com pagamento juros semestrais. Para esta operação, a Companhia contratou por um swap de juros. No quarto trimestre de 2021, a Companhia realizou sua 11ª Emissão de debêntures no valor de R$1,5 bilhão com vencimentos em 2027 e 2028. Adicionalmente, contratou empréstimo (NCE) junto ao Banco do Brasil no valor de R$1,8 bilhão com vencimentos para 2025 e 2026, utilizando os recursos auferidos para pagamento de empréstimos (NCE) no valor de R$1,8 bilhão com vencimentos em 2023 e 2024. A tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

	Consolidado 31/12/2021 Taxa de juros média (i)	Consolidado 31/12/2021 Dívida Total (R$)	Controladora 31/12/2021 Taxa de juros média (i)	Controladora 31/12/2021 Dívida Total (R$)
US$	5,35%	21.560.865	1,18%	10.935.468
EUR	1,47%	629.473	3,30%	1.312.809
R$	10,75%	10.564.312	10,76%	8.247.279
	-	32.754.650	-	20.495.556

(i) Para determinar a taxa média de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2021. Na Controladora considera a taxa de juros dos contratos *intercompany*.

14.c) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo circulante e não circulante

	Consolidado 31/12/2021 Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda nacional	Total	Controladora 31/12/2021 Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda nacional	Total
2022	2.855.220	2.677.516	5.532.736	1.618.947	2.269.603	3.888.550
2023	1.596.549	2.250.571	3.847.120	1.841.210	1.845.998	3.687.208
2024	462.792	983.918	1.446.710	3.414.018	721.769	4.135.787
2025	291.079	716.451	1.007.530	460.391	651.762	1.112.153
2026	3.717.059	872.802	4.589.861	477.213	801.762	1.278.975
2027	195.318	852.365	1.047.683	-	821.762	821.762
Após 2027	13.072.321	2.210.689	15.283.010	4.436.498	1.134.623	5.571.121
	22.190.338	10.564.312	32.754.650	12.248.277	8.247.279	20.495.556

• ***Covenants:*** Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos. Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes. **Prática Contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros, comissões e eventuais encargos financeiros são registrados por competência, ou seja, de acordo com o tempo transcorrido.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia pode operar com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de swap cambial, *swap* de juros e *derivativo de commodity*. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria de curto prazo. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. • **Classificação de instrumentos financeiros:**

Consolidado	Notas	31/12/2021 Valor Justo por meio do resultado	31/12/2021 Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2021 Saldos	31/12/2020 Valor Justo por meio do resultado	31/12/2020 Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2020 Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	5	-	16.646.480	16.646.480	-	9.944.586	9.944.586
Aplicações financeiras	6	2.383.059	261.673	2.644.732	3.305.109	478.253	3.783.362
Contas a Receber	7	-	2.597.838	2.597.838	-	2.867.352	2.867.352
Dividendos e JCP a receber	10	-	76.878	76.878	-	38.088	38.088
Títulos para negociação	10	12.028	-	12.028	5.065	-	5.065
Empréstimos - partes relacionadas	10	-	4.511	4.511	-	-	-
Total		2.395.087	19.587.380	21.982.467	3.310.174	13.328.279	16.638.453
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	6	-	147.671	147.671	-	123.409	123.409
Outros títulos a receber	10	-	2.345	2.345	-	2.445	2.445
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	10	-	859.607	859.607	-	852.532	852.532
Recebíveis por indenização	10	-	534.896	534.896	-	517.183	517.183
Empréstimos - partes relacionadas	10	-	1.143.228	1.143.228	-	966.050	966.050
Investimentos	11	190.321	-	190.321	59.879	-	59.879
Total		190.321	2.687.747	2.878.068	59.879	2.461.619	2.521.498
Total Ativo		2.585.408	22.275.127	24.860.535	3.370.053	15.789.898	19.159.951
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	-	5.532.736	5.532.736	-	4.155.483	4.155.483
Fornecedores	18	-	6.446.999	6.446.999	-	4.819.539	4.819.539
Fornecedores - Risco Sacado	16	-	4.439.967	4.439.967	-	623.861	623.861
Dividendos e JCP	16	-	1.206.870	1.206.870	-	946.133	946.133
Arrendamento	17	-	119.047	119.047	-	93.626	93.626
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	8.722	-	8.722
Total		-	17.745.619	17.745.619	8.722	10.638.642	10.647.364
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	-	27.221.914	27.221.914	-	31.215.128	31.215.128
Fornecedores	18	-	98.625	98.625	-	543.527	543.527
Instrumentos financeiros derivativos		101.822	-	101.822	97.535	-	97.535
Arrendamento	17	-	492.504	492.504	-	436.505	436.505
Total		101.822	27.813.043	27.914.865	97.535	32.195.160	32.292.695
Total Passivo		101.822	45.558.662	45.660.484	106.257	42.833.802	42.940.059

Controladora	Notas	31/12/2021 Valor Justo por meio do resultado	31/12/2021 Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2021 Saldos	31/12/2020 Valor Justo por meio do resultado	31/12/2020 Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2020 Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	5	-	3.885.265	3.885.265	-	4.647.125	4.647.125
Aplicações financeiras	6	2.383.059	43.398	2.426.457	3.305.109	475.782	3.780.891
Contas a Receber	7	-	2.375.512	2.375.512	-	1.549.703	1.549.703
Dividendos e JCP a receber	10	-	486.506	486.506	-	329.413	329.413
Títulos para negociação	10	11.935	-	11.935	4.927	-	4.927
Empréstimos - partes relacionadas	10	-	4.511	4.511	-	53.718	53.718
Total		2.394.994	6.795.192	9.190.186	3.310.036	7.055.741	10.365.777
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	6	-	132.523	132.523	-	123.409	123.409
Outros títulos a receber	10	-	1.003	1.003	-	1.003	1.003
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	10	-	858.876	858.876	-	851.713	851.713
Recebíveis por indenização	10	-	534.896	534.896	-	517.183	517.183
Empréstimos - partes relacionadas	10	-	1.290.295	1.290.295	-	1.007.677	1.007.677
Investimentos	11	190.321	-	190.321	59.879	-	59.879
Total		190.321	2.817.593	3.007.914	59.879	2.500.985	2.560.864
Total Ativo		2.585.315	9.612.785	12.198.100	3.369.915	9.556.726	12.926.641
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	-	3.888.550	3.888.550	-	3.887.657	3.887.657
Fornecedores	18	-	4.710.811	4.710.811	-	4.133.089	4.133.089
Fornecedores - Risco Sacado	16	-	4.439.967	4.439.967	-	623.861	623.861
Dividendos e JCP	16	-	1.125.359	1.125.359	-	901.983	901.983
Arrendamento	17	-	7.602	7.602	-	26.546	26.546
Total		-	14.172.289	14.172.289	-	9.573.136	9.573.136
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	-	16.607.006	16.607.006	-	24.472.573	24.472.573
Fornecedores	18	-	43.396	43.396	-	376.753	376.753
Instrumentos financeiros derivativos		101.822	-	101.822	97.535	-	97.535
Arrendamento	17	-	10.339	10.339	-	40.561	40.561
Total		101.822	16.660.741	16.762.563	97.535	24.889.887	24.987.422
Total Passivo		101.822	30.833.030	30.934.852	97.535	34.463.023	34.560.558

• **Mensuração do valor justo**
O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

Consolidado	31/12/2021 Nível 1	31/12/2021 Nível 2	31/12/2021 Saldos	31/12/2020 Nível 1	31/12/2020 Nível 2	31/12/2020 Saldos
Ativo						
Circulante						
Aplicação financeira	2.383.059	-	2.383.059	3.305.109	-	3.305.109
Títulos para negociação	12.028	-	12.028	5.065	-	5.065
Não Circulante						
Investimentos	190.321	-	190.321	59.879	-	59.879
Total Ativo	2.585.408	-	2.585.408	3.370.053	-	3.370.053
Passivo						
Circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	8.722	8.722
Não Circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	-	101.822	101.822	-	97.535	97.535
Total Passivo	-	101.822	101.822	-	106.257	106.257

Nível 1 - Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados. **Nível 2** - Considera inputs observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos. Não há ativos ou passivos classificados no nível 3. **II - Investimentos em títulos avaliados pelo valor justo por meio do resultado:** A Companhia possui ações ordinárias (USIM3), preferenciais (USIM5) da Usiminas ("Ações Usiminas") e ações da Panatlântica S.A. (PATI3), que são designadas como valor justo por meio do resultado. As ações da Usiminas estão classificadas como ativo circulante em aplicações financeiras e as ações da Panatlântica em ativo não circulante sob a rubrica de investimento. Estão registradas ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado na B3. De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente na demonstração do resultado em resultado financeiro para aplicações financeiras e em outras receitas e despesas operacionais para investimento.

Classe das Ações	31/12/2021 Quantidade	Participação (%)	Cotação	Saldo Contábil	Alienação de ações Quantidade	Cotação	Caixa recebido	Ganho da operação	31/12/2020 Quantidade	Participação (%)	Cotação	Saldo Contábil	31/12/2021 Resultado em 2021 (notas 28 e 29)	31/12/2020
USIM3	106.620.851	15,12%	14,51	1.547.069	(535.800)	23,57	12.627	3.569	107.156.651	15,19%	15,69	1.681.288	(121.593)	623.652
USIM5	55.144.456	10,07%	15,16	835.990	(56.000.000)	23,12	1.294.720	502.275	111.144.456	20,29%	14,61	1.623.821	506.890	566.837
				2.383.059			1.307.347	505.844				3.305.109	385.297	1.190.489
PATI3	2.705.726	11,31%	70,34	190.321			-	-	2.065.529	11,31%	28,99	59.879	109.254	12.579
				2.573.380			1.307.347	505.844				3.364.988	494.551	1.203.068

Em maio de 2021 ocorreu alienação de 535.800 ações ordinárias (USIM3) no montante de R$12.627 e venda de 56.000.000 ações preferenciais (USIM5) no montante de R$1.294.720, perfazendo R$1.307.347. **III - Gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue estratégias de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e taxa de juros, preço de mercado e ao risco de liquidez. A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto. **15.a) Risco de taxa de câmbio, preço de mercado e taxa de juros:** • **Risco de taxa de câmbio:** A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela CSN.
A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2021 (Valores em US$ mil)	31/12/2021 (Valores em €$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	1.656.271	74.652
Contas a receber	212.424	5.004
Aplicação financeira	23.748	-
Outros Ativos	57.424	-
Total Ativo	1.949.867	79.656
Empréstimos e financiamentos	(3.866.290)	-
Fornecedores	(613.961)	(2.455)
Adiantamentos de clientes	(197.325)	-
Outros Passivos	(9.631)	-
Total Passivo	(4.687.207)	(2.455)
Exposição bruta	(2.737.340)	77.201
Hedge accounting de fluxo de caixa	2.655.350	-
Swap CDI x Dólar	(67.000)	-
Exposição cambial líquida	(148.990)	77.201

A CSN utiliza como estratégia o *Hedge Accounting*, bem como instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros. **Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada:** A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2021. As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2021 Taxa de câmbio	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	5,5805	5,0611	6,9756	8,3708
EUR	6,3210	5,7378	7,9013	9,4815
USD x EUR	1,1327	1,1337	1,4159	1,6991

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demostrados a seguir:

Instrumentos	31/12/2021 Notional	Risco	Cenário Provável (*) R$	Cenário 1 R$	Cenário 2 R$
Posição cambial bruta	(2.737.340)	Dólar	1.421.774	(3.818.931)	(7.637.863)
Hedge accounting de fluxo de caixa	2.655.350	Dólar	(1.379.189)	3.704.545	7.409.090
Swap CDI x Dólar	(67.000)	Dólar	34.800	(93.473)	(186.947)
Posição cambial líquida	(148.990)	Dólar	77.385	(207.859)	(415.720)
Posição cambial líquida	77.201	Euro	(45.024)	121.997	243.994

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - valorização do Real em 9,31%/Real x Euro - valorização do Real em 9,23%/Euro x Dólar - desvalorização do Euro em 0,09%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 22 de fevereiro de 2022. • **Riscos de preço de mercado de ações:** A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado que possuem suas cotações baseado no preço de mercado na B3. **Análise de sensibilidade para os riscos de preço de ações:** Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos de preço de ações. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de desvalorização no preço das ações utilizando como referência a cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2021. O cenário provável considerou desvalorização de 5% no preço das ações. Os efeitos no resultado, considerando os cenários provável, 1 e 2 são demostrados a seguir:

Classe das Ações	31/12/2021 Cenário Provável 5%	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
USIM3	(77.353)	(386.767)	(773.534)
USIM5	(41.799)	(208.997)	(417.995)
PATI3	(9.516)	(47.580)	(95.160)

• **Risco de taxa de juros:** Esse risco decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures de curto e longo prazos atrelados à taxas de juros pré-fixada e pós-fixada do CDI, TJLP e Libor, expondo estes ativos e passivos financeiros às flutuações das taxas de juros conforme demonstrado no quadro de análise de sensibilidade a seguir. **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros:** Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos de taxas de juros. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da taxa de juros utilizando como referência a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2021.
As taxas de juros utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demostrados a seguir:

Juros	31/12/2021 Taxa de juros	Cenário 1	Cenário 2
CDI	9,15%	11,44%	13,73%
TJLP	5,32%	6,65%	7,98%
LIBOR	0,34%	0,42%	0,51%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demostrados a seguir:

Variações nas taxas de juros	% a.a	Ativo	Passivo	Cenário Provável (*)	Consolidado Impacto no resultado Cenário 1	Cenário 2
CDI	9,15	3.908.490	(5.778.965)	(2.041.623)	(2.084.411)	(2.127.198)
TJLP	5,32	-	(800.884)	(843.491)	(854.143)	(864.794)
Libor	0,34	-	(5.449.749)	(5.468.210)	(5.472.825)	(5.477.440)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2021 registrados no ativo e passivo da companhia.
• **Risco de preço de mercado:** A Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo commodities podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções. **Análise de sensibilidade para os riscos de preço "Platts":** Operação de *Hedge accounting* de fluxo de caixa - índice "Platts" foi liquidada em 2 de outubro de 2021 no montante de R$71.936 e não ocorreu variação. **15.b) Instrumentos de proteção: Derivativos e *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido no exterior:** • **Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos:** ***Swap* cambial Dólar x Euro:** A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro. ***Swap* cambial CDI x Dólar:** A Companhia tem operações de derivativos junto ao Banco Bradesco para proteger sua dívida em NCE captada em setembro de 2019 com vencimento em outubro de 2023 no montante de US$67 milhões (equivalente a R$278 milhões) com custo compatível com o usualmente praticado pela Companhia. Adicionalmente em 2021 a Companhia vendeu US$ 100 milhões em NDF *(Non-Deliverable Forward)* liquidadas em setembro de 2021. ***Swap* de juros CDI x IPCA:** A controlada CSN Mineração tem operação com derivativo para proteger a sua exposição ao IPCA.

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda *Notional*	31/12/2021 *Notional*	Valorização (R$) Posição Ativa	Valorização (R$) Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Valor a Receber/(Pagar)	Efeito no resultado financeiro (nota 29) 31/12/2021	31/12/2020
Swap cambial (NDF) dólar x real	Liquidado	Dólar	-	-	-	-	37.322	-
Total swap cambial (NDF) dólar x real			-	-	-	-	37.322	-
Swap Cambial dólar x Euro	Liquidado	Dólar	-	-	-	-	1.784	(4.749)
Swap Cambial dólar x Euro	Liquidado	Dólar	-	-	-	-	5.335	(4.321)
Total swap cambial dólar x euro			-	-	-	-	7.119	(9.070)
Swap Cambial GBP x Euro	Liquidado	GBP	-	-	-	-	-	(602)
Total Swap Cambial GBP x euro			-	-	-	-	-	(602)
Swap CDI x dólar	02/10/23	Dólar	(67.000)	298.408	(400.230)	(101.822)	(9.960)	(106.143)
Total Swap CDI x dólar			(67.000)	298.408	(400.230)	(101.822)	(9.960)	(106.143)
Swap juros (Debêntures) CDI x IPCA	15/07/36	Real	576.448	616.912	(634.400)	(17.488)	(17.488)	-
Swap juros (Debêntures) CDI x IPCA	15/07/31	Real	423.552	464.380	(481.812)	(17.432)	(17.432)	-
Total swap juros (Debêntures) CDI x IPCA			1.000.000	1.081.292	(1.116.212)	(34.920)	(34.920)	-
				1.379.700	(1.516.442)	(136.742)	(439)	(115.815)

• ***Hedge accounting* de fluxo de caixa: *Hedge Accounting* de câmbio:** A Companhia designa formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar referente a vendas realizadas em dólar. Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento das flutuações do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registradas no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2021:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US$ mil)	Parceladas amortizadas (US$ mil)	Efeito no Resultado (*) (R$ mil)	Saldo registrado no patrimônio líquido (R$ mil)
21/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Julho de 2019 a Março 2021	3,1813	60.000	(60.000)	(33.016)	-
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Julho de 2019 a Março 2021	3,2850	100.000	(100.000)	(52.436)	-
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,2850	30.000	(24.000)	(12.057)	(13.773)
24/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3254	100.000	(100.000)	(39.382)	(39.382)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	25.000	(24.150)	(9.694)	(1.891)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	70.000	(56.000)	(27.143)	(31.147)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	30.000	(24.000)	(11.633)	(13.349)
28/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3815	30.000	(24.000)	(11.478)	(13.194)
03/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Julho de 2018 a Outubro de 2022	3,3940	355.000	(343.000)	(131.680)	(26.238)
02/04/2018	Bonds	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Julho de 2018 a Fevereiro de 2023	3,3104	1.170.045	(820.045)	-	(794.535)
31/07/2019	Bonds e Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Janeiro de 2020 a Abril de 2026	3,7649	1.342.761	(263.261)	(21.781)	(1.949.731)
10/01/2020	Bonds sem vencimento expresso e Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Março de 2020 a Dezembro de 2050	4,0745	1.416.000	(1.237.000)	(174.990)	(1.506.060)
28/01/2020	Bonds	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Março de 2027 a Janeiro de 2028	4,2064	1.000.000	-	-	(1.374.101)
Total					-	5.728.806	(3.073.456)	(525.290)	(5.763.401)

(*) Em 31 de dezembro de 2021 foi registrado em Outras Despesas Operacionais o montante de (R$525.290). Em 31 de dezembro de 2020, (R$1.667.886).
Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes. A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 é demonstrada como segue:

	31/12/2020	Movimento	Realização	Controladora 31/12/2021
Hedge accounting de fluxo de caixa	5.125.058	1.163.633	(525.290)	5.763.401

A realização do *Hedge accounting* de fluxo de caixa é reconhecida em Outras receitas e despesas operacionais nota 28. Em 31 de dezembro de 2021 as relações de *Hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos e retrospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* de fluxo de caixa foi registrada. ***Hedge accounting* de fluxo de caixa - índice "Platts":** A Companhia possui operações de derivativos de minério de ferro, contratadas pela subsidiária CSN Mineração S.A., com objetivo de reduzir a volatilidade de sua exposição à commodity, as operações foram liquidadas em 02 de outubro de 2021. Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* do "*Platts*" no resultado, a Companhia optou por efetuar a designação formal do hedge e, consequentemente, adotou a contabilização de *hedge accounting* do derivativo de minério de ferro como instrumento de *hedge accounting* de suas futuras vendas altamente prováveis de minério de ferro. Com isso, a marcação a mercado decorrente da volatilidade do "*Platts*", será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas vendas de acordo com o período de avaliação contratado, permitindo assim, que o reconhecimento da volatilidade do "*Platts*" sobre as vendas de minério de ferro, possam ser reconhecidos no mesmo momento.

SIDERURGIA | MINERAÇÃO | CIMENTO | LOGÍSTICA | ENERGIA

CSN Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

A tabela abaixo demonstra o resultado do instrumento derivativo até 31 de dezembro de 2021:

Vencimento da operação	Notional	Outras receitas e despesas (nota 28) 31/12/2021	Outras receitas e despesas (nota 28) 31/12/2020	Outros Resultados Abrangentes 31/12/2021	Outros Resultados Abrangentes 31/12/2020	Variação cambial 31/12/2021	Variação cambial 31/12/2020
02/09/2020 (Liquidado)	Platts	-	(11.678)	-	-	-	(136)
02/10/2020 (Liquidado)	Platts	-	(132.997)	-	-	-	(9.051)
04/11/2020 (Liquidado)	Platts	-	(85.164)	-	-	-	(7.301)
02/12/2020 (Liquidado)	Platts	-	(33.310)	-	-	-	52
02/02/2021 (Liquidado)	Platts	(36.405)	-	-	(6.888)	(2.690)	(185)
02/03/2021 (Liquidado)	Platts	(34.116)	-	-	6.063	(2.870)	117
02/04/2021 (Liquidado)	Platts	11.961	-	-	-	59	-
04/05/2021 (Liquidado)	Platts	(30.226)	-	-	-	1.133	-
12/05/2021 (Liquidado)	Platts	(37.594)	-	-	-	2.308	-
02/06/2021 (Liquidado)	Platts	(134.768)	-	-	-	10.880	-
02/07/2021 (Liquidado)	Platts	(76.330)	-	-	-	5.638	-
02/08/2021 (Liquidado)	Platts	7.088	-	-	-	(305)	-
02/09/2021 (Liquidado)	Platts	233.546	-	-	-	(182)	-
02/10/2021 (Liquidado)	Platts	69.116	-	-	-	2.819	-
		(27.728)	**(283.149)**	**-**	**(825)**	**16.790**	**(16.504)**

A movimentação dos valores relativos ao hedge accounting de fluxo de caixa - índice "Platts" registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 é demonstrada como segue:

	31/12/2020	Movimento	Realização	31/12/2021
Hedge accounting de fluxo de caixa - índice "Platts"	825	26.903	(27.728)	-
IR e CS sobre hedge de fluxo de caixa - índice "Platts"	(280)	(9.148)	9.428	-
Valor justo do hedge de fluxo de caixa - índice "Platts", líquido dos impostos	**545**	**17.755**	**(18.300)**	**-**

O hedge accounting de fluxo de caixa - índice *"Platts"* foi integralmente efetivo desde a contratação dos instrumentos derivativos. Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge accounting* de fluxo de caixa - índice "Platts" está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de derivativo de minério de ferro (índice *"Platts"*) em montantes equivalentes à parcela das vendas futuras, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração e Conselho. • ***Hedge de investimento líquido no exterior:*** As informações relacionadas ao hedge de investimento líquido no exterior não sofreram alterações em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2020. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é de R$6.293.

• **Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado**

Instrumentos	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Total	Outras receitas e despesas operacionais (nota 28) 31/12/2021	Outras receitas e despesas operacionais (nota 28) 31/12/2020	Outros Resultados Abrangentes 31/12/2021	Outros Resultados Abrangentes 31/12/2020	Resultado financeiro líquido (nota 29) 31/12/2021	Resultado financeiro líquido (nota 29) 31/12/2020
Swap (NDF) dólar x real	-	-	-	-	-	-	-	37.322	-
Swap dólar x euro	-	-	-	-	-	-	-	7.119	(9.070)
Swap GBP x euro	-	-	-	-	-	-	-	-	(602)
Swap CDI x dólar	-	(101.822)	(101.822)	-	-	-	-	(9.960)	(106.143)
Derivativo de Minério de Ferro	-	-	-	(27.728)	(283.149)	-	(825)	16.790	(16.504)
Swap CDI x IPCA	(34.920)	-	(34.920)	-	-	-	-	(34.920)	-
	(34.920)	**(101.822)**	**(136.742)**	**(27.728)**	**(283.149)**	**-**	**(825)**	**16.351**	**(132.319)**

15.c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 14.
A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures (nota 14)	5.532.736	5.293.830	6.645.074	15.283.010	**32.754.650**
Passivos de arrendamento (nota 17)	119.047	161.417	134.040	197.047	**611.551**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 15 I)	-	101.822	-	-	**101.822**
Fornecedores (nota 18)	6.446.999	44.340	54.285	-	**6.545.624**
Fornecedores - Risco Sacado (nota 16)	4.439.967	-	-	-	**4.439.967**
Dividendos e ICP (nota 16)	1.206.870	-	-	-	**1.206.870**
	17.745.619	**5.601.409**	**6.833.399**	**15.480.057**	**45.660.484**

IV - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil: Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente. Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo. O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidada foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, conforme abaixo:

	31/12/2021 Valor Contábil	31/12/2021 Valor Mercado	31/12/2020 Valor Contábil	31/12/2020 Valor Mercado
Bonds Perpétuos [(1)]	-	-	5.203.773	5.157.465
Fixed Rate Notes	15.617.091	15.700.276	15.067.341	15.744.067

(1) O *Bonds* Perpétuos foi liquidado em 23 de setembro de 2021.

15.d) Riscos de Crédito: A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro. Quanto à exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, a Companhia possui um comitê de risco de crédito, no qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, antes da concessão do limite de crédito e termos de pagamento e revisado periodicamente, de acordo com os procedimentos de periodicidade de cada área de negócio. **15.e) Gestão de Capital:** A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em milhares	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio (capital próprio)	23.374.389	11.251.505
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	32.507.522	35.270.653
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	1,39	3,13

Prática Contábil: Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotada pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros. No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo de amortização, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados, quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. *Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.* **Instrumentos derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado. ***Hedge accounting:*** A Companhia adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e designa certos passivos financeiros como instrumento de hedge de risco cambial e risco de preço (índice "Platts") associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa). A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. Adicionalmente, documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que as operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável. Os ganhos e perdas do *Hedge Accounting de fluxos de caixa* dos instrumentos financeiros de dívida e instrumentos financeiros derivativos de minério de ferro não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas. Os valores acumulados no patrimônio são realizados no resultado operacional nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado. Quando um instrumento de hedge prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de hedge não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido e, a partir desse momento, as variações cambiais são registradas no resultado financeiro. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda é reclassificado para o resultado operacional. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Outras Operacionais". ***Hedge de investimento:*** A Companhia designa para o *hedge* de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de *hedge* de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois, passivos financeiros estão relacionados aos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva. A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os objetos protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por *hedge*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica *Hedge Accounting*. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidas em Outras Operacionais, quando aplicável. Se em algum momento da relação de *hedge* o saldo da dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso de dívida será reclassificada para a demonstração do resultado como outras receitas/despesas operacionais (inefetividade do *hedge*). Os valores acumulados no patrimônio serão realizados na demonstração do resultado pela alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

	Consolidado Circulante 31/12/2021	Consolidado Circulante 31/12/2020	Consolidado Não Circulante 31/12/2021	Consolidado Não Circulante 31/12/2020	Controladora Circulante 31/12/2021	Controladora Circulante 31/12/2020	Controladora Não Circulante 31/12/2021	Controladora Não Circulante 31/12/2020
Passivos com partes relacionadas (nota 23 b)	50.624	70.458	66.607	78.083	314.260	250.330	128.849	222.834
Instrumentos financeiros derivativos (nota 15 I)	-	8.722	101.822	97.535	-	-	101.822	97.535
Dividendos e ICP a pagar (nota 15 I)	1.206.870	946.133	-	-	1.125.359	901.983	-	-
Adiantamento de clientes [(1)]	2.140.783	1.100.772	947.896	1.725.838	148.822	196.595	-	-
Tributos parcelados	51.999	45.331	152.420	160.247	9.173	9.806	-	1.320
Participação sobre lucro - empregados	223.885	150.341	-	-	138.860	109.482	-	-
Obrigações fiscais	-	-	10.378	38.493	-	-	35.453	32.289
Provisão para consumo e serviços	216.692	175.242	-	-	100.735	97.221	-	-
Materiais terceiros em nosso poder	418.084	84.832	-	-	402.071	55.334	-	-
Fornecedores - Risco sacado e *forfaiting* (nota 18)	4.439.967	623.861	-	-	4.439.967	623.861	-	-
Fornecedores (nota 18)	-	-	98.625	543.527	-	-	43.396	376.753
Passivos de Arrendamento (nota 17)	119.047	93.626	492.504	436.505	7.602	26.546	10.339	40.561
Outras obrigações	36.703	58.321	77.912	65.108	9.308	31.030	-	-
	8.904.634	**3.357.639**	**1.948.164**	**3.145.336**	**6.696.157**	**2.302.189**	**319.859**	**771.292**

1. Adiantamento de Clientes da controlada CSN Mineração: durante o ano de 2019 a Companhia, recebeu antecipadamente o montante total de US$746 milhões (R$2.907) referente a contratos de fornecimento de aproximadamente 33 milhões de toneladas de minério de ferro firmado com um importante player internacional, a ser executado num prazo de 5 anos. Em 16 de julho de 2020 a Companhia concluiu o contrato para o fornecimento adicional de, aproximadamente, 4 milhões de toneladas de minério de ferro, e o montante recebido antecipadamente, em 28 de agosto de 2020, foi de US$ 115 milhões (R$629 milhões). O prazo para a execução do contrato é de 3 anos. Ajuste de preço pagamentos efetuados a maior em decorrência de preço provisório praticado na emissão do faturamento, sujeitos a ajustes pela cotação do índice *Platts* no período determinado no contrato de venda. Com a recente queda do índice *Platts*, a controlada CSN Mineração reconheceu em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$1,1 bilhão em adiantamento de clientes.

17. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os passivos de arrendamento são apresentados abaixo:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Arrendamentos	1.790.193	1.623.523	20.113	76.333
AVP - Arrendamentos	(1.178.642)	(1.093.392)	(2.172)	(9.226)
	611.551	**530.131**	**17.941**	**67.107**
Classificado:				
Circulante	119.047	93.626	7.602	26.546
Não Circulante	492.504	436.505	10.339	40.561
	611.551	**530.131**	**17.941**	**67.107**

A Companhia possui contratos de arrendamento de terminais portuários em Itaguaí, o Terminal de granéis sólidos - TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de carvão e minérios de ferro e o Terminal de Contêineres - TECON, com prazos remanescentes de 27 e 31 anos, respectivamente, e contrato de arrendamento para operação ferroviária utilizando a malha do Nordeste com prazo remanescente de 7 anos. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento de propriedades, utilizadas como instalações operacionais e escritórios administrativos e vendas, em diversas localidades onde a Companhia opera, com prazos remanescentes de 2, 5 e 15 anos. A CSN também possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais, utilizados nas operações de mineração e na siderurgia, com prazos de 2 a 5 anos. O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observada nos contratos e para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos - IBR, ambas em termos nominais. A taxa média incremental utilizada na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso nos contratos celebrados no exercício findo em 31 dezembro de 2021 é de 5,88% a.a. para contratos de 3 anos e varia de 9,10% a 18,02% a.a. para contratos com prazo de 2 anos. A movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Saldo inicial líquido	**530.131**	**474.390**	**67.107**	**45.940**
Novos arrendamentos	69.379	52.835	1.216	29.714
AVP Novos arrendamentos	(7.273)	(6.511)	(104)	(3.822)
Revisão de contratos	109.860	63.250	(1.331)	21.503
Baixa	(38.626)	(7.757)	(17.073)	(4.465)
Pagamento	(114.303)	(103.648)	(9.502)	(25.732)
Juros apropriados	62.470	54.236	2.058	3.969
Drop down Cimentos (nota 11.d)	-	-	(24.430)	-
Variação Cambial	(87)	3.336	-	-
Saldo final líquido	**611.551**	**530.131**	**17.941**	**67.107**

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2021 os pagamentos mínimos são os seguintes:

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado TOTAL
Arrendamentos	125.756	418.012	1.246.425	1.790.193
AVP - arrendamentos	(6.709)	(122.555)	(1.049.378)	(1.178.642)
	119.047	**295.457**	**197.047**	**611.551**

• **PIS e COFINS a recuperar:** Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstra-se abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Arrendamentos	1.777.209	1.603.100	18.847	70.647
AVP - Arrendamentos	(1.177.668)	(1.091.275)	(2.036)	(8.136)
Potencial credito PIS e COFINS	164.392	148.287	1.743	6.535
AVP - Potencial credito de PIS e COFINS	(108.934)	(100.943)	(188)	(753)

• **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:** A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia possui contratos de direito de uso de portos (TECAR) e ferrovia (FTL) que, ainda que estabeleçam desempenhos mínimos, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridos. As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento são:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Contratos inferiores a 12 meses	339	549	21	-
Ativos de menor valor	4.975	9.563	749	4.199
Pagamentos variáveis de arrendamentos	498.529	270.449	10.241	14.674
	503.843	**280.561**	**11.011**	**18.873**

De acordo com as orientações do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	Consolidado 31/12/2021 Taxa em termos nominais e fluxo real	Consolidado 31/12/2021 Taxa e fluxo em termos nominais	Consolidado 31/12/2020 Taxa em termos nominais e fluxo real	Consolidado 31/12/2020 Taxa e fluxo em termos nominais	Controladora 31/12/2021 Taxa em termos nominais e fluxo real	Controladora 31/12/2021 Taxa e fluxo em termos nominais	Controladora 31/12/2020 Taxa em termos nominais e fluxo real	Controladora 31/12/2020 Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de leasing	611.551	909.878	530.131	595.193	17.941	19.006	67.107	55.119
Direito de uso líquido	581.824	879.812	511.882	547.671	15.996	16.044	64.659	53.775
Despesa Financeira	(58.115)	(94.892)	(50.609)	(63.744)	(1.905)	(1.975)	(3.688)	(3.709)
Despesa de Depreciação	(62.289)	(84.148)	(57.342)	(59.560)	(7.000)	(7.339)	(20.620)	(20.779)

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Prática Contábil: Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados à taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utiliza taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e à qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito da depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente. Também será aplicado o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

18. FORNECEDORES

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Fornecedores	6.657.702	5.487.640	4.842.146	4.588.207
(-) Ajuste ao valor presente	(112.078)	(124.574)	(87.939)	(78.365)
	6.545.624	**5.363.066**	**4.754.207**	**4.509.842**
Classificado:				
Circulante	6.446.999	4.819.539	4.710.811	4.133.089
Não Circulante	98.625	543.527	43.396	376.753
	6.545.624	**5.363.066**	**4.754.207**	**4.509.842**

A Companhia classifica as operações de risco sacado e *forfaiting* com fornecedores em outras obrigações (vide nota 16 Outras obrigações). Referidas operações são negociadas junto a instituições financeiras para possibilitar aos fornecedores da Companhia a antecipação de recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias e, consequentemente, o alongamento dos prazos de pagamento das obrigações da própria Companhia. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação dos mesmos não é obrigatória. A Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial e nem alterações nas condições comerciais existentes entre a Companhia e seus fornecedores. **Prática Contábil:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada de custo de capital da Companhia.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(4.240.802)	(2.052.204)	(782.516)	(239.815)
Diferido	(759.355)	1.426.696	(1.021.298)	1.364.156
	(5.000.157)	**(625.508)**	**(1.803.814)**	**1.124.341**

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IRPJ e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL	**18.595.778**	**4.918.126**	**14.062.442**	**2.669.954**
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(6.322.565)**	**(1.672.163)**	**(4.781.230)**	**(907.784)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	71.833	28.391	1.573.909	643.513
Diferencial de alíquota das empresas no exterior	(437.567)	(519.840)	-	-
Ajuste *Transfer Price*	(20.925)	(15.645)	(20.925)	(15.645)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(9.495)	(27.758)	-	-
Limite de endividamento	(6.260)	(25.087)	(6.260)	(25.087)
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	3.181	5.142	-	-
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	1.033.566	1.540.087	1.033.566	1.540.087
IR/CS sobre lucros no exterior	(34.896)	(13.011)	(34.896)	(13.011)
Incentivos fiscais	273.040	64.818	143.598	6.975
IR/CS sobre juros capital próprio	185.325	17.177	24.252	(121.647)
Outras exclusões (adições) permanentes (i)	264.616	(7.619)	264.172	16.940
IR/CSLL no resultado do exercício	**(5.000.157)**	**(625.508)**	**(1.803.814)**	**1.124.341**
Alíquota efetiva	**27%**	**13%**	**13%**	**-42%**

(i) Em setembro de 2021 a Companhia reconheceu crédito pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários (vide nota 9). **19.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos podem ser demonstrados como segue:

Consolidado	Saldo Inicial 31/12/2020 Reclassificado	Movimentação Patrimônio Líquido	Movimentação Resultado	Movimentação Outros	Saldo Final 31/12/2021
Diferido					
Prejuízos fiscais	1.848.999	-	(311.376)	-	1.537.623
Bases negativas	688.208	-	(104.363)	-	583.845
Diferenças temporárias	**718.903**	**2.073.437**	**(343.616)**	**(1.181)**	**2.447.543**
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	279.149	-	(13.821)	-	265.328
- Perdas estimadas em ativos	161.016	-	122.250	-	283.266
- (Ganhos)/Perdas em ativos financeiros	5.027	-	1.457	-	6.484
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	262.457	(66.019)	13.571	-	210.009
- Provisão para consumos e serviços	154.452	-	9.168	-	163.620
- Variações cambiais não realizadas [(1)]	2.744.910	-	(1.718.608)	-	1.026.302
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)	-	-	-	(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	1.742.800	216.757	-	-	1.959.557
- Aquisição Fair Value SWT/CBL	(212.015)	7.929	25.926	-	(178.160)
- IR/CS diferidos não constituídos	(317.927)	-	69.322	-	(248.605)
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(2.940.052)	1.915.039	1.025.013	-	-
- Combinação de negócios	(1.015.049)	-	(323.625)	-	(1.338.674)
- Outras	(53.685)	(269)	445.731	(1.181)	390.596
Total	**3.256.110**	**2.073.437**	**(759.355)**	**(1.181)**	**4.569.011**
Total Diferido Ativo	3.874.946	-	-	-	5.072.092
Total Diferido Passivo	(618.836)	-	-	-	(503.081)
Total Diferido	**3.256.110**	**-**	**-**	**-**	**4.569.011**

Controladora	Saldo Inicial 31/12/2020 Reclassificado	Movimentação Patrimônio Líquido	Movimentação Resultado	Saldo Final 31/12/2021
Diferido Ativo				
Prejuízos fiscais	1.680.700	-	(261.549)	1.419.151
Bases negativas	627.382	-	(95.910)	531.472
Diferenças temporárias	**1.491.625**	**2.065.244**	**(663.839)**	**2.893.030**
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	202.467	-	(18.131)	184.336
- Perdas estimadas em ativos	100.005	-	13.501	113.506
- (Ganhos)/Perdas em ativos financeiros	5.026	-	1.457	6.483
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	264.192	(66.831)	13.658	211.019
- Provisão para consumos e serviços	132.892	-	16.594	149.486
- Variações cambiais não realizadas [(1)]	2.744.909	-	(1.713.020)	1.031.889
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)	-	-	(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	1.742.520	217.036	-	1.959.556
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(2.948.605)	1.915.039	1.033.566	-
- Combinação de negócios	(721.992)	-	-	(721.992)
- Outras	62.391	-	(11.464)	50.927
Total	**3.799.707**	**2.065.244**	**(1.021.298)**	**4.843.653**
Total Diferido Ativo	4.627.332	-	-	5.710.808
Total Diferido Passivo	(827.625)	-	-	(867.155)
Total Diferido	**3.799.707**	**-**	**-**	**4.843.653**

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil. No período compreendido entre 2017 e 2021 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R$611.234. Caso as autoridades fiscais brasileiras entendam que estes lucros estão sujeitos à tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, estes, se devidos fossem, somariam aproximadamente R$203.454. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida na Demonstração Financeira. Ainda, a Administração avaliou os preceitos da IFRIC 23 - "Uncertainty Over Income Tax Treatments" e reconheceu em 2021 o crédito pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários. Foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL são apresentados pelo líquido quando se referem a uma única jurisdição conforme o quadro abaixo:

	Consolidado	Controladora
2022	2.331.239	2.331.239
2023	1.766.672	1.766.672
2024	702.525	702.525
2025	709.246	709.246
2026	429.565	201.126
Ativo diferido	**5.939.247**	**5.710.808**
Diferido passivo Controladora	(867.155)	(867.155)
Ativo diferido contabilizado líquido	**5.072.092**	**4.843.653**
Diferido passivo das subsidiárias contabilizado	(503.081)	-
Ativo diferido líquido	**4.569.011**	**4.843.653**

19.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	104.532	170.604	105.688	172.520
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ganhos atuariais	-	(172.520)	-	(172.520)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(325.350)	(325.350)	(325.350)	(325.350)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	1.959.556	1.742.520	1.959.556	1.742.520
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - *hedge* fluxo caixa	-	(1.742.520)	-	(1.742.520)
	1.738.738	**(327.266)**	**1.739.894**	**(325.350)**

Prática Contábil: O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita à interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto diferido é reconhecido com relação as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ágio, de acordo com IAS 12/CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros. **19.d) Teste de recuperação do imposto de renda e contribuição social do diferido ativo:** A Administração da Companhia avalia constantemente a capacidade de utilização de seus créditos fiscais. Neste sentido, periodicamente a CSN atualiza o estudo técnico de projeção dos resultados tributáveis futuros para suportar a realização dos créditos fiscais e, consequentemente, embasar o reconhecimento contábil dos créditos, a manutenção no balanço ou a constituição de provisão para perda na realização desses créditos. Esse estudo é preparado no nível da Entidade conforme a legislação tributária brasileira e é realizado considerando as projeções da Controladora, que é a Entidade que gera um montante significativo de créditos fiscais, especialmente de diferenças temporárias. A Controladora abrange exclusivamente os negócios de siderurgia. O IR/CS diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias refere-se, principalmente, aos itens a seguir:

	Natureza	Breve descrição
	Prejuízos Fiscais	A Companhia incorreu em prejuízos fiscais na Controladora em exercícios anteriores em decorrência, principalmente, das despesas financeiras sobre endividamento, já que detém substancialmente todos os empréstimos e financiamentos do Grupo CSN. A Controladora apresentou um sólido lucro tributável em 2021 e em alguns trimestres de 2020.
Diferenças Temporárias	Despesas com variação cambial	Desde 2012, a Companhia opta pela tributação da variação cambial por regime de caixa. Como resultado, os impostos são devidos e as despesas são dedutíveis quando da liquidação do ativo ou passivo subjacente.
Diferenças Temporárias	Outras provisões	Outras provisões são reconhecidas pelo regime de competência e a sua tributação ocorre somente no momento de sua realização, tais como: provisão para contingências, perda por impairment, provisão para passivos ambientais, etc.

O estudo é preparado com base no plano de negócios de longo prazo da Companhia projetado para um período razoavelmente estimável pela Administração e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. O modelo de projeção do lucro tributável considera dois principais indicadores: • Lucro antes dos impostos, refletindo o EBITDA projetado mais a depreciação, outras receitas e despesas e o resultado financeiro, e; • Lucro tributável, que compõe o lucro antes dos impostos mais (menos) os itens de receita e despesa que são tributáveis fora do período de competência (diferenças temporárias). Adicionalmente, é realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. A Companhia retomou com sustentabilidade altos índices de rentabilidade e, consequentemente, mantém no balanço a totalidade de seus créditos fiscais no montante de R$5.711 milhões e estima que serão plenamente utilizados em 5 anos. O estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias mantidos nos livros fiscais da Companhia para utilização futura montam, respectivamente, R$1.419 milhões e R$531 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$1.681 milhões e R$627 milhões em 31 de dezembro de 2020).

20. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 16, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Refis Federal Lei 11.941/09 [(a)]	18.499	27.743	9.173	9.173
Refis Federal Lei 12.865/13 [(b)]	43.352	49.516	-	-
Demais Parcelamentos	142.568	128.319	-	1.953
	204.419	**205.578**	**9.173**	**11.126**
Classificado:				
Circulante	51.999	45.331	9.173	9.806
Não Circulante	152.420	160.247	-	1.320
	204.419	**205.578**	**9.173**	**11.126**

(a) O Programa de refinanciamento da Lei 11.941/09 tem saldo proveniente da adesão ao REFIS de tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) dos anos de 2006, 2007 e 2012 e tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS) dos anos de 2006 e 2007. O parcelamento é pago em parcelas mensais, com juros à taxa SELIC a qual é a taxa dos fundos federais brasileiros. (b) O Programa de refinanciamento da Lei 12.865/13 tem saldo proveniente da adesão ao REFIS de tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) para o pagamento dos valores relativos aos tributos incidentes sobre o lucro das empresas coligadas ou controladas no exterior de 2009 a 2011. É devido em parcelas mensais, com juros à taxa SELIC, o qual é a taxa dos fundos federais brasileiros.

21. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado Passivo Provisionado 31/12/2021	Consolidado Passivo Provisionado 31/12/2020	Consolidado Depósitos Judiciais 31/12/2021	Consolidado Depósitos Judiciais 31/12/2020	Controladora Passivo Provisionado 31/12/2021	Controladora Passivo Provisionado 31/12/2020	Controladora Depósitos Judiciais 31/12/2021	Controladora Depósitos Judiciais 31/12/2020
Fiscais	111.572	134.645	78.260	67.819	38.857	61.004	54.633	49.078
Previdenciárias	1.270	8.170	-	-	1.270	7.948	-	-
Trabalhistas	304.744	328.334	218.200	212.737	210.670	234.333	154.827	159.138
Cíveis	139.824	151.776	17.869	17.683	104.340	121.989	12.017	11.840
Ambientais	16.942	12.463	2.739	2.444	13.719	10.341	1.004	960
Depósitos Caucionados	-	-	22.737	24.434	-	-	-	-
	574.352	**635.388**	**339.805**	**325.117**	**368.856**	**435.615**	**222.481**	**221.016**
Classificado:								
Circulante	66.047	81.073	-	-	35.571	34.458	-	-
Não Circulante	508.305	554.315	339.805	325.117	333.285	401.157	222.481	221.016
	574.352	**635.388**	**339.805**	**325.117**	**368.856**	**435.615**	**222.481**	**221.016**

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pode ser assim demonstrada:

Natureza	31/12/2020	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	Aquisição da Elizabeth	Consolidado Circulante + Não Circulante 31/12/2021
Fiscais	134.645	2.296	5.942	(36.214)	4.903	111.572
Previdenciárias	8.170	17	25	(6.942)	-	1.270
Trabalhistas	328.334	38.171	30.929	(92.690)	-	304.744
Cíveis	151.776	3.264	21.261	(36.477)	-	139.824
Ambientais	12.463	7.554	1.223	(4.298)	-	16.942
	635.388	**51.302**	**59.380**	**(176.621)**	**4.903**	**574.352**

CSN Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

SIDERURGIA | MINERAÇÃO | CIMENTO | LOGÍSTICA | ENERGIA

Natureza	31/12/2020	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	Drop down Cimentos (nota 11.c)	Controladora Circulante + Não Circulante 31/12/2021
Fiscais	61.004	2.054	2.847	(27.048)	-	38.857
Previdenciárias	7.948	17	25	(6.720)	-	1.270
Trabalhistas	234.333	26.260	20.915	(59.504)	(11.334)	210.670
Cíveis	121.989	1.615	14.854	(32.412)	(1.706)	104.340
Ambientais	10.341	6.030	1.223	(3.677)	(198)	13.719
	435.615	**35.976**	**39.864**	**(129.361)**	**(13.238)**	**368.856**

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). **Processos Tributários:** Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) alguns autos de infração de ISS; (ii) divergências entre ICMS apurado e recolhido; (iii) Pedidos de compensação não homologados por inexistência do direito creditório. **Processos trabalhistas:** O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2021, em 8.884 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia. **Processos cíveis:** Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde. **Processos ambientais:** Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza ambiental são (i) autos de infração administrativo, por alegadas infrações ambientais; (ii) ações judiciais anulatórias e execuções fiscais, decorrentes de multas ambientais; (iii) multas processuais por suposto descumprimento de ordem judicial. Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais supostas irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização acumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos impactos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. • **Processos Administrativos e Judiciais Possíveis:** A Companhia não realiza as provisões dos processos, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível. A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível comparadas com o saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)/Execução Fiscal - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA	13.015.938	12.694.021
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)/Execução Fiscal - IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela NAMISA	4.242.051	3.930.093
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)/Execução Fiscal - IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários	2.017.602	1.956.898
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM)/Mandado de Segurança - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior anos 2008, 2010, 2011, 2012, 2014, 2015 e 2016	4.137.519	3.461.574
ICMS - SEFAZ/RJ - Créditos de Energia Elétrica	867.521	841.401
Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI	1.660.888	1.845.379
ICMS - SEFAZ/RJ - Glosa de créditos sobre Transferência de Minério	614.528	624.645
ICMS - SEFAZ/RJ - Transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação	326.361	317.848
Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI	600.895	583.478
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)/Ação Anulatória - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior	266.649	260.326
CFEM - Divergência sobre o entendimento da CSN e ANM sobre a base de cálculo	1.079.951	1.051.661
ICMS - SEFAZ/RJ - Questionamento sobre vendas para Zona Incentivada	1.142.386	1.111.034
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	3.877.976	3.886.976
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - RFB - Cobrança IRRF - Combinações Negócios CSN Mineração 2015	889.179	862.324
ICMS - SEFAZ/RJ - Glosa de créditos sobre aquisições de Produtos intermediários	562.307	498.002
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - RFB - Glosa de Créditos PIS/COFINS de insumos e fretes	1.116.228	1.082.517
Processos previdenciários	214.323	233.116
Ação para discutir o equilíbrio do contrato de empreitada - Tebas	507.719	487.124
Ação de cobrança das faturas de energia - Light	324.371	288.390
Ação indenizatória em razão da rescisão de contrato comercial de fornecimento - Indumill [1]	-	237.795
Ação de Execução proposta pelo CADE	98.740	95.833
Ação Civil Pública Realocação Bairros/Escola/Creche- Barragem Casa de Pedra	14.876	12.207
Outros processos cíveis	845.043	777.850
Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas	1.536.967	1.506.626
Execução Fiscal Multa Volta Grande IV	104.400	94.304
ACP Aterro Márcia I	306.389	306.389
Outros processos ambientais	424.143	257.965
	40.794.949	**39.305.776**

(1) A ação indenizatória ajuizada pela Indumill no valor de R$ 267 milhões foi definitivamente arquivada, com decisão favorável à CSN, acarretando o encerramento da pasta e baixa dos valores do risco. No 1º trimestre de 2021 o grupo foi notificado sobre a instauração de procedimento arbitral fundado em suposto inadimplemento de contratos de fornecimento de minério de ferro. O pedido da contraparte foi em torno de US$1 bilhão, o qual a Companhia, além de entender que as alegações apresentadas são infundadas, desconhece as bases de estimativa desse valor. A Companhia entende que ao contrário da notificação, é credora de tal contrato. Por fim, a Companhia informa, ainda, que elaborou a resposta ao requerimento de arbitragem em conjunto com seus assessores legais e está em fase inicial da defesa. Estima, ainda, que a arbitragem esteja concluída em 2 a 3 anos. A relevância do processo para Companhia está relacionada ao valor atribuído à causa e o eventual impacto financeiro. A discussão envolve disputas arbitrais iniciadas por ambas as partes. A Companhia tem ofertado garantias judiciais (Seguro Garantia/Carta Fiança) no montante total e atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R$4.732.009 (em 31 de dezembro de 2020 R$4.542.786), conforme determina a legislação processual vigente. As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Prática Contábil:** São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e consideradas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

22. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020	Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Passivos ambientais	173.647	192.830	159.254	178.638
Desativação de ativos [1]	724.950	611.005	-	50.886
	898.597	**803.835**	**159.254**	**229.524**

(1) Na Controladora em 31 de janeiro de 2021 A provisão de desativação de ativos ARO - *"Assets Retirement Obligation"* foi transferido para a empresa CSN Cimentos S.A.

22.a) Passivos Ambientais: Em 31 de dezembro de 2021 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25. **22.b) Desativação de Ativos:** A Companhia realizou seu último estudo em 2020, antecipou a descontinuidade das barragens utilizadas em suas atividades de mineração, a Companhia também atualizou o estudo para reconhecimentos dos custos com desativação dos ativos minerários. Após atualização mensalmente é realizado o cálculo do AVP e a atualização financeira do passivo. **Prática Contábil:** A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção. As obrigações com desativação de ativos "A.R.O" (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

23. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

23.a) Transações com Controladores: A Vicunha Aços S.A. é a acionista controladora da Companhia, detendo 50,65% de participação no capital votante. Também integra o controle da Companhia a Rio Iaco Participações S.A., que detém participação no capital votante da CSN, de 3,41%. A estrutura societária da Vicunha Aços S.A. é a seguinte: (a) Vicunha Steel S.A. - detém participação de 67,93% na Vicunha Aços S.A.; (b) CFL Participações S.A. - detém participação de 12,82% na Vicunha Aços S.A e de 40% na Vicunha Steel S.A.; (c) Rio Purus Participações S.A. - detém participação de 19,25% na Vicunha Aços S.A e de 60% na Vicunha Steel S.A. • **Passivo:** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada 27 de julho de 2021 aprovou a distribuição de dividendos aos acionistas à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2021, o montante de R$861.641 para a acionista Vicunha Aços S.A e de R$57.956 para a Rio Iaco Participações S.A., correspondendo à R$1,26801069070972 por ação, que foram pagos em agosto de 2021. Adicionalmente em 29 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou o pagamento aos acionistas, a título de antecipação de juros sobre o capital próprio bruto, o montante de R$129.839 para a acionista Vicunha Aços S.A e de R$8.722 para a Rio Iaco Participações S.A., correspondendo ao valor bruto de R$0,19150790423 por ação, considerando o valor líquido de Imposto de Renda na Fonte a valor por ação é de R$0,16278[illegible]. Os juros sobre o capital próprio serão pagos aos acionistas até 30 de maio de 2022. Após as antecipações na proposta de destinação foi destinado o saldo remanescente a título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R$458.070 para a acionista Vicunha Aços S.A e de R$30.811 para a Rio Iaco Participações S.A. que serão submetidos à deliberação na Assembleia Geral Ordinária.

23.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas:

• **Consolidado**

Ativo		31/12/2021 Controladas e Coligadas	Joint-venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Total	31/12/2020 Controladas e Coligadas	Joint-venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativo Circulante									
Aplicações Financeiras	(1)	-	-	2.579.990	2.579.990	-	-	3.763.603	3.763.603
Contas a Receber (nota 7)	(2)	8.159	1.667	134.570	144.396	7.686	8	113.482	121.176
Dividendos (nota 10)	(3)	-	61.898	14.980	76.878	-	38.088	-	38.088
Empréstimos (nota 10)	(4)	-	4.511	-	4.511	-	-	-	-
Outros ativos circulantes (nota 10)		-	-	1.828	1.828	-	4.413	1.829	6.242
		8.159	**68.076**	**2.731.368**	**2.807.603**	**7.686**	**42.509**	**3.878.914**	**3.929.109**
Ativo Não Circulante									
Aplicações Financeiras	(1)	-	-	132.523	132.523	-	-	123.409	123.409
Empréstimos (nota 10)	(4)	3.626	1.139.602	-	1.143.228	3.375	962.675	-	966.050
Ativo Atuarial (nota 10)		-	-	59.111	59.111	-	-	13.819	13.819
Outros ativos não circulantes (nota 10)	(5)	-	927.077	-	927.077	-	664.020	-	664.020
		3.626	**2.066.679**	**191.634**	**2.261.939**	**3.375**	**1.626.695**	**137.228**	**1.767.298**
		11.785	**2.134.755**	**2.923.002**	**5.069.542**	**11.061**	**1.669.204**	**4.016.142**	**5.696.407**
Passivo									
Passivo circulante									
Fornecedores		21	62.730	14.712	77.463	-	106.946	9.455	116.401
Contas a Pagar (nota 16)		-	28.442	-	28.442	-	23.555	2.437	25.992
Provisão para consumo (nota 16)		-	22.182	-	22.182	-	44.466	-	44.466
		21	**113.354**	**14.712**	**128.087**	-	**174.967**	**11.892**	**186.859**
Passivo não circulante									
Contas a Pagar (nota 16)		-	66.607	-	66.607	-	78.083	-	78.083
Passivo Atuarial (nota 16)		-	-	-	-	-	-	79.546	79.546
		-	**66.607**	-	**66.607**	-	**78.083**	**79.546**	**157.629**
		21	**179.961**	**14.712**	**194.694**	-	**253.050**	**91.438**	**344.488**

Resultado	31/12/2021 Controladas e Coligadas	Joint-venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Total	31/12/2020 Controladas e Coligadas	Joint-venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Total
Vendas	274.978	2.250	3.244.017	3.521.245	104.400	843	1.568.992	1.674.235
Custos e Despesas	(1.065)	(1.273.740)	(119.500)	(1.394.305)	-	(1.036.420)	(104.212)	(1.140.632)
Resultado Financeiro								
Juros (nota 29)	251	49.293	32.246	81.790	-	19.095	18.421	37.516
Aplicações Financeiras	-	-	94.866	94.866	-	-	1.190.489	1.190.489
	274.164	**(1.222.197)**	**3.251.629**	**2.303.596**	**104.400**	**(1.016.482)**	**2.673.690**	**1.761.608**

• **Controladora**

Ativo		31/12/2021 Controladas e Coligadas	Joint-venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas e Fundos exclusivos	Total	31/12/2020 Controladas e Coligadas	Joint-venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas e Fundos exclusivos	Total
Ativo Circulante									
Aplicações Financeiras	(1)	-	-	2.674.193	2.674.193	-	-	3.801.985	3.801.985
Contas a Receber (nota 7)	(2)	1.385.970	-	134.271	1.520.241	835.489	8	112.222	947.719
Empréstimos (nota 10)	(4)	-	4.511	-	4.511	53.718	-	-	53.718
Dividendos (nota 10)	(3)	435.504	36.022	14.980	486.506	308.009	21.404	-	329.413
Outros ativos circulantes (nota 10)		45.467	-	1.829	47.296	3.888	-	1.829	5.717
		1.866.941	**40.533**	**2.825.273**	**4.732.747**	**1.201.104**	**21.412**	**3.916.036**	**5.138.552**
Ativo Não Circulante									
Aplicações Financeiras	(1)	-	-	132.523	132.523	-	-	123.409	123.409
Empréstimos (nota 10)	(4)	243.131	1.047.164	-	1.290.295	134.892	872.785	-	1.007.677
Ativo Atuarial (nota 10)		-	-	47.350	47.350	-	-	1.803	1.803
Outros ativos não circulantes (nota 10)	(5)	224.827	927.076	-	1.151.903	236.180	664.020	-	900.200
		467.958	**1.974.240**	**179.873**	**2.622.071**	**371.072**	**1.536.805**	**125.212**	**2.033.089**
		2.334.899	**2.014.773**	**3.005.146**	**7.354.818**	**1.572.176**	**1.558.217**	**4.041.248**	**7.171.641**
Passivo									
Passivo circulante									
Empréstimo Intercompany (nota 14)	(6)	61.618	-	-	61.618	502.590	-	-	502.590
Fornecedores		331.074	26.111	13.849	371.034	1.311.358	62.698	9.299	1.383.355
Contas a Pagar (nota 16)		101.588	-	-	101.588	102.361	-	2.437	104.798
Provisão para consumo (nota 16)		196.490	16.182	-	212.672	133.215	12.317	-	145.532
		690.770	**42.293**	**13.849**	**746.912**	**2.049.524**	**75.015**	**11.736**	**2.136.275**
Passivo não circulante									
Empréstimo Intercompany (nota 14)	(6)	9.530.250	-	-	9.530.250	14.567.024	-	-	14.567.024
Contas a Pagar (nota 16)		128.849	-	-	128.849	222.834	-	-	222.834
Passivo Atuarial (nota 16)		-	-	-	-	-	-	79.546	79.546
		9.659.099	-	-	**9.659.099**	**14.789.858**	-	**79.546**	**14.869.404**
		10.349.869	**42.293**	**13.849**	**10.406.011**	**16.839.382**	**75.015**	**91.282**	**17.005.679**

Receita líquida e Custos	31/12/2021 Controladas e Coligadas	Joint-venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas e Fundos exclusivos	Total	31/12/2020 Controladas e Coligadas	Joint-venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas e Fundos exclusivos	Total
Vendas	3.248.875	-	3.235.338	6.484.213	2.144.814	-	1.569.013	3.713.827
Custos e Despesas	(4.377.768)	(434.316)	(89.842)	(4.901.926)	(2.326.640)	(359.195)	(95.749)	(2.781.584)
Resultado Financeiro								
Juros (nota 29)	(206.186)	56.978	30.057	(119.151)	(417.366)	29.780	18.066	(369.520)
Fundos Exclusivos (nota 29)	-	-	43.831	43.831	-	-	217	217
Aplicações Financeiras	-	-	83.443	83.443	-	-	1.190.489	1.190.489
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	(578.588)	-	-	(578.588)	(3.425.602)	-	-	(3.425.602)
	(1.913.667)	**(377.338)**	**3.302.827**	**1.011.822**	**(4.024.794)**	**(329.415)**	**2.682.036**	**(1.672.173)**

Informações Consolidado e Controladora: 1. Aplicações Financeiras: No Consolidado refere-se a investimentos em ações da Usiminas R$2.383.059 (R$3.305.109 em dezembro de 2020) e caixa e equivalentes de caixa com o Banco Fibra totalizando R$196.931 em dezembro de 2021 (R$458.494 em dezembro de 2020) e no não circulante R$132.523 (R$123.409 em dezembro de 2020) de Bonds com taxa média de 98% a 115% do CDI e, na Controladora através dos fundos exclusivos aplicações em títulos públicos e CDBs no montante de R$132.090 em 31 de dezembro de 2021 (R$38.517 em 31 de dezembro de 2020). **2. Contas a Receber:** refere-se principalmente a operações de vendas de produtos siderúrgicos da Controladora para outras partes relacionadas não consolidadas. **3. Dividendos a receber: Consolidado:** Dividendos provenientes da Usiminas R$14.980 (R$0 em 31 de dezembro de 2020) e com a MRS Logística no montante de R$ 61.898 (R$ 38.088 em 31 de dezembro de 2020). **Controladora:** Dividendos provenientes da CSN Mineração S.A R$320.945 (R$301.256 em 31 de dezembro de 2020); MRS Logística no montante de R$ 30.957 (R$38.088 em 31 de dezembro de 2020) e Usiminas no montante de R$ 14.980; R$56.344 Mineração Nacional S/A (R$4.993 em 31 de dezembro de 2020); R$40.992 CSN Cimentos S/A e R$13.966 CSN Energia S/A e das empresas Itá Energética S/A R$5.065 (R$2.355 em 31 de dezembro de 2020), Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura R$2.194 e Estanho de Rondônia S/A R$1.063 (R$1.063 em 31 de dezembro de 2020). **4. Empréstimos (Ativo): Consolidado:** Curto Prazo: refere-se principalmente a contratos de mútuos com taxa fixa de 4% a.a. + 100% do CDI com a Equimac S.A. de R$4.511. Longo prazo: refere-se principalmente a contratos de mútuos com a Transnordestina Logística R$1.123.375 (R$962.675 em 31 de dezembro de 2020) com taxa média de 125% a 130% a.a. do CDI, mútuos com taxa fixa de 130% do CDI com a Arvedi Metalfer S.A de R$3.626 e mútuos com taxa fixa de 4% a.a + 100% do CDI com a Equimac S.A. de R$16.227. **Controladora:** Longo prazo: refere-se especialmente a contratos de mútuo com a Transnordestina Logística S.A. de R$1.030.937 e com a Ferrovia Transnordestina S.A de R$143.845 em 31 de dezembro de 2021 e (R$872.785 e R$112.420 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente), contratos de mútuo com a Estanho Rondônia S/A de R$79.721 e contratos de mútuo com a CBSI - Companhia Brasileira de Infraestrutura S.A. com taxa fixa de 4% + 100% do CDI no valor de R$15.939. **5. Outros (Ativo):** Adiantamento para futuro aumento de capital com a Transnordestina Logística S.A de R$927.076 em 31 de dezembro de 2021 (R$664.020 em 31 de dezembro de 2020). **6. Empréstimos (Passivo): Moeda estrangeira:** Contratos *intercompany* no montante de R$9.591.868 em 31 de dezembro de 2021 (R$15.069.614 em 31 de dezembro de 2020). **23.c) Outras partes relacionadas não consolidadas:** • **CBS Previdência:** A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta é uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos. • **Banco Fibra:** O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da Companhia, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa. • **Fundação CSN:** A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN, da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua. • **Partes Relacionadas sob controle de membro da Administração da Companhia:** São empresas sob controle de membro da Administração cujo mantiveram transações com a Companhia: • Partifib Projetos Imobiliários Ltda; • Vicunha Imóveis Ltda; • Vicunha Serviços Ltda; • Ibis Participações e Serviços Ltda; • Party Negócios e Participações Ltda; • Jockey Club de São Paulo; • Fibra Sequoia Guarulhos Empreendimentos. **23.d) Pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	31/12/202021	31/12/2020 Resultado
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	46.747	40.522
Benefícios pós-emprego	192	111
	46.939	**40.633**

23.e) Avais e Fianças: A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos 31/12/2021	Empréstimos 31/12/2020	Execução fiscal 31/12/2021	Execução fiscal 31/12/2020	Outros 31/12/2021	Outros 31/12/2020	Total 31/12/2021	Total 31/12/2020
Transnordestina Logísitca	R$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.486.926	2.478.105	12.627	35.496	3.384	3.298	2.502.937	2.516.899
CSN Cimentos	R$	Até 26/11/2023	-	-	-	-	33	-	33	-
Cia Siderúrgica Nacional	R$	31/05/2025	-	-	-	-	536	-	536	-
Cia Metalúrgica Prada	R$	Indeterminado	-	-	197	196	244	244	441	440
CSN Energia	R$	Até 26/11/2023 e Indeterminado	-	-	-	-	1.920	1.920	1.920	1.920
CSN Mineração	R$	Até 21/12/2024	846.284	846.749	-	-	-	-	846.284	846.749
CBS	R$	30/06/2024	-	-	-	-	21	-	21	-
Estanho de Rondônia	R$	15/07/2022	771	1.154	-	-	-	-	771	1.154
Minérios Nacional S.A.	R$	Até 10/09/2021	-	1.946	-	-	-	-	-	1.946
Total em R$			**3.333.981**	**3.327.954**	**12.824**	**35.692**	**6.138**	**5.462**	**3.352.943**	**3.369.108**
CSN Inova Ventures	US$	28/01/2028	1.300.000	1.300.000	-	-	-	-	1.300.000	1.300.000
CSN Islands XII	US$	Perpétuo	-	1.000.000	-	-	-	-	-	1.000.000
CSN Resources	US$	Até 17/04/2026	1.450.000	1.525.000	-	-	-	-	1.450.000	1.525.000
CSN Cimentos	US$	Indeterminado	-	-	-	-	1.025	-	1.025	-
Total em US$			**2.750.000**	**3.825.000**	-	-	**1.025**	-	**2.751.025**	**3.825.000**
Lusosider Aços Planos	EUR	Indeterminado	-	-	-	-	75.000	-	75.000	-
Total em EUR			-	-	-	-	**75.000**	-	**75.000**	-
Total em R$			**15.346.375**	**19.877.378**	-	-	**479.795**	-	**15.826.170**	**19.877.378**
			18.680.356	**23.205.332**	**12.824**	**35.692**	**485.933**	**5.462**	**19.179.113**	**23.246.486**

Prática Contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. As transações entre a Controladora e suas subsidiárias são eliminadas e ajustadas para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Controladora. As partes relacionadas da Companhia são subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.a) Capital social integralizado: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é R$10.240 milhões (31 de dezembro de 2020 é de R$6.040 milhões) é dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O Conselho de Administração, em reunião realizada em 9 de março de 2022, aprovou a capitalização de parte da reserva estatutária constituída, no montante de R$4.200 milhões, sem a modificação do número de ações, passando o capital social da Companhia para R$10.240 milhões. **24.b) Capital social autorizado:** O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 ações, por decisão do Conselho de Administração. **24.c) Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. **24.d) Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição acionária é a seguinte:

	31/12/2021 Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	31/12/2020 Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Vicunha Aços S.A. (*)	679.522.254	48,97%	50,65%	679.522.254	48,97%	49,24%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	45.706.242	3,29%	3,41%	58.193.503	4,19%	4,22%
NYSE (ADRs)	250.564.538	18,06%	18,67%	248.763.533	18,90%	19,00%
Outros acionistas	365.941.013	26,38%	27,27%	393.635.257	27,41%	27,55%
Total de ações em circulação	**1.341.734.047**	**96,70%**	**100,00%**	**1.380.114.547**	**99,47%**	**100,00%**
Ações em tesouraria	45.790.000	3,30%	-	7.409.500	0,53%	-
Total de ações	**1.387.524.047**	**100,00%**	-	**1.387.524.047**	**100,00%**	-

(*) Empresas do grupo controlador.

24.e) Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2021 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Alienação das ações	Saldo em tesouraria
	20/04/2018	30.391.000	De 20/04/2018 a 30/04/2018	Não aplicável	Não aplicável	-	22.981.500	7.409.500
1º	21/06/2021	24.154.500	De 22/06/2021 a 22/12/2021	R$ 21,82	R$20,06 e R$23,22	24.082.000	-	31.491.500
2º	06/12/2021	30.000.000	De 07/12/2021 a 30/06/2022	R$ 24,70	R$23,94 e R$25,45	14.298.500	-	45.790.000

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo das ações Mínimo	Máximo	Médio	Valor de mercado das ações em 31/12/202021 (*)
45.790.000	R$ 936.930	R$ 4,48	R$ 25,45	R$ 18,13	R$ 1.144.292

(*) Utilizada a cotação das ações em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$24,99 por ação.

24.f) Resultado por ação: Abaixo é apresentado o resultado por ação:

	31/12/2021 Ações ordinárias	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**12.258.628**	**3.794.295**
Média ponderada da quantidade de ações	1.376.362.149	1.380.114.547
Lucro básico e diluído por ação	**8,90654**	**2,74926**

Prática Contábil: Capital Social: Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **Lucro/(Prejuízo) por ação:** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico. **Ações em tesouraria:** Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou alienadas. Quando essas ações são subsequentemente alienadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **Resultado por ação:** O lucro/prejuízo básico e diluído por ação foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação. **Transações e participações de não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

25. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir a destinação do lucro referente ao exercício social findo em 2021:

		31/12/2021
Lucro do exercício		**12.258.628**
Reserva legal	5%	(612.931)
Lucro para destinação		**11.645.697**
Dividendo mínimo obrigatório (i)	25%	(2.911.424)
Reserva estatutária		(8.734.273)

(i) Do total do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R$2.911.424, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada 27 de julho de 2021, aprovou a distribuição de dividendos aos acionistas, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2021, no montante de R$1.750.000, correspondendo a R$1,26801069070972 por ação, que foram pagos a partir do dia 10 de agosto de 2021. Adicionalmente, em 29 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento aos acionistas, também a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, de juros sobre o capital próprio no valor de R$256.953, à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de novembro de 2021, correspondente ao valor bruto de R$ 0,19150790423 por ação, que serão pagos aos acionistas até 30 de maio de 2022. Dessa forma, o saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório, no montante R$904.471, conforme quadro abaixo, será deliberado em Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Natureza	Deliberação	Montante	R$/ação
Dividendos antecipados	RCA 27/07/2021	1.750.000	1,26801069070972
Juros sobre capital próprio	RCA 29/12/2021	256.953	0,19150790423
Dividendo à deliberar	-	904.471	0,67410640690
		2.911.424	

Na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2022, será deliberada a proposta de destinação do lucro apresentada nas demonstrações financeiras.

Prática Contábil: A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia. De acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que ficará destacado no passivo circulante. Além disso, o Conselho de Administração poderá pagar juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima. Caso a Companhia informe dividendo superior ao mínimo obrigatório na proposta de destinação, esse montante é destacado em conta específica no patrimônio líquido em "Dividendo Adicional Proposto".

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020	Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta				
Mercado interno	29.724.648	16.652.801	27.151.596	16.078.411
Mercado externo	25.090.313	17.396.259	3.700.581	1.790.735
	54.814.961	**34.049.060**	**30.852.177**	**17.869.146**
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(272.842)	(248.821)	(320.218)	(232.953)
Impostos incidentes sobre vendas	(6.630.080)	(3.736.219)	(5.688.879)	(3.451.784)
	(6.902.922)	**(3.985.040)**	**(6.009.097)**	**(3.684.737)**
Receita Líquida	**47.912.039**	**30.064.020**	**24.843.080**	**14.184.409**

Prática Contábil: A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia e reconhece suas receitas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas: • Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do valor do contrato; • Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato, e • Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou no momento em que as obrigações de desempenho são concluídas. As receitas operacionais da Companhia são geradas através da produção e venda de produtos de aço, minério e cimentos, serviços de fretes nos casos de exportação de produtos, serviços de logística ferroviária e portuária e venda de energia, no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente. O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. Os serviços de frete exportação nas modalidades CFR (*Cost and Freight*) e CIF (*Cost, Insurance and Freight*), onde a Companhia é responsável pelo serviço de frete, são considerados serviços distintos e, portanto, uma obrigação separada, tendo sua alocação à parte do preço da transação e com reconhecimento no resultado conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

27. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020	Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas e insumos	(10.405.028)	(6.928.517)	(11.349.865)	(6.912.695)
Material de terceiros	(4.476.702)	(2.281.619)	-	-
Mão de obra	(2.746.454)	(2.716.104)	(1.158.572)	(1.356.492)
Suprimentos	(2.297.069)	(2.003.761)	(1.570.018)	(1.524.099)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.268.752)	(1.096.358)	(628.929)	(491.487)
Serviços de terceiros	(2.119.515)	(1.832.081)	(852.766)	(889.201)
Fretes	(52.967)	(204.932)	(27.081)	(32.655)
Fretes distribuição	(1.782.634)	(1.421.079)	(457.172)	(363.138)
Depreciação, amortização e exaustão	(2.114.681)	(2.421.458)	(870.501)	(876.064)
Outros	(1.533.119)	(727.867)	(217.087)	(211.062)
	(28.796.921)	**(21.633.776)**	**(17.131.991)**	**(12.656.893)**
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(25.837.475)	(19.124.901)	(16.167.092)	(11.755.186)
Despesas com vendas	(2.372.298)	(2.004.417)	(746.577)	(676.518)
Despesas gerais e administrativas	(587.148)	(504.458)	(218.322)	(225.189)
	(28.796.921)	**(21.633.776)**	**(17.131.991)**	**(12.656.893)**

A depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020	Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Custo de Produção [1]	(2.075.488)	(2.374.046)	(850.544)	(851.363)
Despesa Vendas	(11.227)	(13.978)	(6.798)	(11.772)
Despesa Gerais e Administrativas	(27.966)	(33.434)	(13.159)	(12.929)
	(2.114.681)	**(2.421.458)**	**(870.501)**	**(876.064)**
Outras operacionais [2]	(97.725)	(95.270)	(6.800)	(10.455)
	(2.212.406)	**(2.516.728)**	**(877.301)**	**(886.519)**

(1) No custo de produção, estão inclusos os créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$5.786 (R$5.335 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2021 R$674 (R$2.036 em 31 de dezembro de 2020). (2) Referem-se substancialmente a depreciação das propriedades para investimento, dos equipamentos paralisados e amortização carteira de clientes SWT, vide nota 28.

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020	Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais				
Recebíveis por indenização [1]	13.646	245.945	6.660	244.437
Aluguéis e arrendamentos	11.688	9.096	11.217	8.703
Dividendos recebidos	26.600	1.197	26.333	575
PIS, COFINS e INSS a compensar [2]	236.000	120.452	177.290	97.154
Multas Contratuais	1.468	4.783	549	2.821
Plano de pensão atuarial	-	55.695	-	47.368
Atualização ações - VJR (nota 15)	109.254	12.579	109.254	12.579
Ganho líquido na venda de ações (nota 11 c) [3]	2.472.497	-	2.472.497	-
Outras receitas	87.219	32.747	18.759	10.166
	2.958.372	**482.494**	**2.822.559**	**423.803**
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(109.693)	(46.338)	(88.519)	(33.337)
Despesas com passivo ambiental líquidas	(8.789)	16.151	(7.999)	(1.162)
Despesas/Reversão com processos judiciais líquidas	(25.063)	(130.869)	(2.464)	(108.539)
Depreciação propriedades para investimento, equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (nota 27)	(97.725)	(95.270)	(6.800)	(10.455)
Baixas de imobilizado, intangível e propriedade para investimento (nota 12 e 13)	(112.886)	(13.130)	(37.870)	(4.560)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques	(138.779)	(179.012)	(74.231)	(84.208)
Ociosidade operacional e equipamentos paralisados [4]	(37.609)	(303.975)	(13.398)	(85.508)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(77.059)	(27.137)	(19.140)	(15.503)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(355)	(620)	(355)	(620)
Despesa plano de saúde	(31.989)	(117.193)	(31.107)	(116.529)
Hedge fluxo de caixa realizado (nota 15) [5]	(553.018)	(1.951.035)	(525.290)	(1.667.886)
Plano de pensão atuarial	(48.068)	-	(48.399)	-
Outras despesas	(474.999)	(421.628)	(304.758)	(285.729)
	(1.716.032)	**(3.270.056)**	**(1.160.330)**	**(2.414.036)**
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	**1.242.340**	**(2.787.562)**	**1.662.229**	**(1.990.233)**

1. Em 2020, a Companhia recebeu após decisão de sentença judicial R$ 84.435 de indenização, sendo R$ 58.785 por aluguéis em atraso advinda de uma de suas propriedades para investimento e, R$25.650 referente uma ação de cobrança de seguro por danos materiais causados pela empreiteira na construção da planta de aços longos. 2. Em 2021, trata-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2020, trata-se de recuperação do crédito de INSS incidentes em benefícios concedidos aos empregados que não deveriam ser considerados na base de cálculo da contribuição. 3. Refere-se a operação de oferta pública de ações da CSN Mineração S.A. (vide nota 11.c). 4. Em 2020 é a capacidade não utilizada em função de volume de produção inferior ao normal. Na Controladora deve-se à parada para reforma do Alto-Forno 3 e no Consolidado à capacidade ociosa nas atividades de mineração por conta de atrasos na liberação de licenças ambientais, que retardaram a abertura de novas frentes de lavra, bem como dos novos processos de rejeito a seco ainda em fase de ajustes e "*ramp-up*". 5. Trata-se dos efeitos de Hedge de Fluxo de Caixa de câmbio (R$525.290) e Hedge de Fluxo de Caixa do índice "Platts" (R$27.728), totalizando no Consolidado (R$553.018) e (R$525.290) na controladora. Em 31 de dezembro de 2020 (R$1.951.035) no Consolidado e (R$1.667.886) na Controladora, os efeitos são do Hedge de Fluxo de Caixa de câmbio (R$1.667.886) e Hedge de Fluxo de Caixa do índice "Platts" (R$283.149).

SIDERURGIA | MINERAÇÃO | CIMENTO | LOGÍSTICA | ENERGIA

CSN
Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (nota 23 b)	93.862	51.124	144.409	55.118
Rendimentos sobre aplicações financeiras	279.467	58.061	119.717	40.865
Atualização ações - VJR (nota 15 I)	385.297	1.190.489	385.297	1.190.489
Outros rendimentos	408.558	503.054	354.589	490.349
	1.167.184	**1.802.728**	**1.004.012**	**1.776.821**
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira (nota 14)	(1.590.120)	(1.600.973)	(110.286)	(234.821)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional (nota 14)	(503.849)	(401.079)	(430.171)	(353.508)
Partes relacionadas (nota 14)	(12.072)	(13.608)	(219.729)	(424.421)
Passivos de arrendamento	(59.260)	(50.804)	(1.905)	(3.688)
Juros Capitalizados (notas 12 e 34)	87.414	92.506	23.142	29.612
Juros e multas	(199.566)	(290.673)	(129.739)	(147.489)
Ajuste ao valor presente de Fornecedores	(265.495)	(139.566)	(199.960)	(95.280)
Comissões, fianças, garantia e despesas bancárias	(145.129)	(162.085)	(118.358)	(140.917)
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(88.857)	(39.149)	(32.816)	(28.125)
Outras despesas financeiras	(380.154)	(270.764)	(108.129)	(54.026)
	(3.157.128)	**(2.876.195)**	**(1.327.951)**	**(1.452.663)**
Outros itens financeiros líquidos				
Variações monetárias e cambiais líquidas	46.199	392.971	393.879	1.021.970
Resultado de derivativos cambiais (*)	(439)	(115.815)	(9.960)	(106.143)
	45.760	**277.156**	**383.919**	**915.827**
	(3.111.368)	**(2.599.039)**	**(944.032)**	**(536.836)**
Resultado financeiro líquido	**(1.944.184)**	**(796.311)**	**59.980**	**1.239.985**
(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos (nota 15)				
NDF dólar x real	37.322	-	-	-
Swap dólar x euro	7.119	(9.070)	-	-
Swap GBP x euro	-	(602)	-	-
Swap CDI x IPCA	(34.920)	-	-	-
Swap CDI x Dólar	(9.960)	(106.143)	(9.960)	(106.143)
	(439)	**(115.815)**	**(9.960)**	**(106.143)**

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir. • **Siderurgia:** O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilística e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens. No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, importação e comercialização de produtos de aços. A Stahlwerk Thüringen (SWT), localizada na Alemanha produz aços longo e é especializada na produção de perfis usados na construção civil. Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço. • **Mineração:** Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros. Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no estado de Rondônia. • **Logística: i. Ferroviária:** A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., as quais detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. **a) MRS:** Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação. O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. **b) TLSA e FTL:** A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividida em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém. Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida. **ii. Portuária:** O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal de Sepetiba construído após a lei de modernização dos portos (Lei 8.630/1993) que permitiu a transferência da realização das atividades portuárias para a iniciativa privada. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais. O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país. • **Energia:** A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 1.450 MW, da qual a CSN detém a participação de 29,50% através da SPE de ITASA; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade instalada de 210 MW, em que a CSN detém 17,92% de participação no consórcio; e a Central de Cogeração Termoelétrica CTE#1, CTE#2 e da TRT - Turbina de Recuperação de Topo, em operação na Usina Presidente Vargas com capacidade instalada de 10 MW, 235 MW e 22 MW respectivamente, utilizando como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. • **Cimento:** O segmento de Cimentos, que atua através da CSN Cimentos, consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando nas operações do Sudeste a escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ. A Companhia tem intensificado sua estratégia de expansão do negócio para novas regiões, e o primeiro passo deu-se com a aquisição da Elizabeth Cimentos S.A. e da Elizabeth Mineração Ltda. Em 31 de agosto de 2021, que, com atuação na região Nordeste, adiciona 1,3 Mtpa de capacidade de produção de cimento, totalizando 6,0 Mtpa. A produção de cimento ocorre em Arcos/MG, em Volta Redonda/RJ e em Alhandra/PB ("Elizabeth"). O processo se dá por meio da moagem das principais matérias-primas que incluem o clínquer, calcário, gesso e escória. A capacidade total instalada para a produção de cimento é de 6,0 milhões de toneladas por ano, sendo 2,4 milhões de toneladas em Arcos, 2,3 milhões de toneladas em Volta Redonda e 1,3 milhões de toneladas em Alhandra. O clínquer utilizado no processo nas plantas do Sudeste é produzido na fábrica em Arcos, que possui uma capacidade instalada de 2,8 milhões de toneladas por ano. O clínquer é transportado de Arcos a Volta Redonda preferencialmente por ferrovia. A operação de Alhandra no Nordeste é também 100% integrada: a planta possui uma mina de calcário e um forno de clínquer com capacidade instalada de 1 milhão de toneladas, que fornecem a totalidade da necessidade destes insumos para a produção do cimento. Os tipos de cimento Portland produzidos são: CP III (cimento Portland de alto-forno) e CP II, (cimento Portland composto) conforme norma ABNT NBR 16697, que podem ser comercializados na forma de ensacado e granel. • **Vendas por área geográfica:** As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior. **Resultado por segmento:** Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação".

31/12/2021

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística Portuária	Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
Receitas líquidas								
Mercado interno	21.400.318	3.114.385	311.040	1.839.307	222.785	1.430.150	(5.084.155)	23.233.830
Mercado externo	8.691.130	14.929.001	-	-	-	-	1.058.078	24.678.209
Custo produtos e serviços vendidos (nota 27)	(20.081.043)	(7.705.835)	(220.494)	(1.266.112)	(146.349)	(892.900)	4.475.259	(25.837.475)
Lucro Bruto	**10.010.405**	**10.337.551**	**90.546**	**573.195**	**76.436**	**537.250**	**449.182**	**22.074.564**
Despesas vendas e administrativas (nota 27)	(1.158.748)	(351.371)	(33.853)	(135.091)	(32.083)	(190.986)	(1.057.314)	(2.959.446)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas (nota 28)	(405.018)	(287.744)	(8.290)	58.253	41.337	(63.631)	1.907.433	1.242.340
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	-	-	-	-	-	-	182.504	182.504
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**8.446.639**	**9.698.436**	**48.403**	**496.357**	**85.690**	**282.633**	**1.481.805**	**20.539.962**
	21.400.318	**3.114.385**	**311.040**	**1.839.307**	**222.785**	**1.430.150**	**(5.084.155)**	-
Vendas por área geográfica								
Ásia	-	12.627.913	-	-	-	-	1.058.078	13.685.991
América do Norte	2.275.612	-	-	-	-	-	-	2.275.612
América Latina	355.912	-	-	-	-	-	-	355.912
Europa	6.059.606	2.301.088	-	-	-	-	-	8.360.694
Mercado externo	**8.691.130**	**14.929.001**	-	-	-	-	**1.058.078**	**24.678.209**
Mercado interno	**21.400.318**	**3.114.385**	**311.040**	**1.839.307**	**222.785**	**1.430.150**	**(5.084.155)**	**23.233.830**
TOTAL	**30.091.448**	**18.043.386**	**311.040**	**1.839.307**	**222.785**	**1.430.150**	**(4.026.077)**	**47.912.039**

31/12/2020

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística Portuária	Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
Receitas líquidas								
Mercado interno	11.721.339	1.532.589	256.371	1.489.647	172.859	857.197	(3.143.789)	12.886.213
Mercado externo	4.881.556	11.150.642	-	-	-	995	1.144.614	17.177.807
Custo produtos e serviços vendidos (nota 27)	(14.170.692)	(5.531.763)	(187.860)	(1.094.130)	(128.227)	(647.132)	2.634.903	(19.124.901)
Lucro Bruto	**2.432.203**	**7.151.468**	**68.511**	**395.517**	**44.632**	**211.060**	**635.728**	**10.939.119**
Despesas vendas e administrativas (nota 27)	(922.862)	(179.806)	(21.949)	(114.970)	(30.243)	(88.232)	(1.150.813)	(2.508.875)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas (nota 28)	(392.061)	(665.881)	(5.420)	52.569	(2.967)	(44.893)	(1.728.909)	(2.787.562)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	-	-	-	-	-	-	71.755	71.755
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**1.117.280**	**6.305.781**	**41.142**	**333.116**	**11.422**	**77.935**	**(2.172.239)**	**5.714.437**
Vendas por área geográfica								
Ásia	-	7.461.791	-	-	-	-	1.144.614	8.606.405
América do Norte	922.299	-	-	-	-	-	-	922.299
América Latina	327.900	-	-	-	-	995	-	328.895
Europa	3.627.011	3.688.851	-	-	-	-	-	7.315.862
Outras	4.346	-	-	-	-	-	-	4.346
Mercado externo	**4.881.556**	**11.150.642**	-	-	-	**995**	**1.144.614**	**17.177.807**
Mercado interno	**11.721.339**	**1.532.589**	**256.371**	**1.489.647**	**172.859**	**857.197**	**(3.143.789)**	**12.886.213**
TOTAL	**16.602.895**	**12.683.231**	**256.371**	**1.489.647**	**172.859**	**858.192**	**(1.999.175)**	**30.064.020**

Prática Contábil: Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

31. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN e quatro deles eleitos pelos participantes. Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definida baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável, que está fechado para novas adesões desde setembro de 2013. A partir dessa data, todos os novos funcionários devem aderir ao Plano CBSPrev, estruturado na modalidade de contribuição definida, criado também em setembro de 2013. Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2021 a CBS detinha 3.486.252 ações ordinárias da CSN (4.450.652 em 31 de dezembro de 2020). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R$5,8 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R$5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, consequentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil. São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores. Para os planos de benefício definido, denominados "35% da Média Salarial" e "Plano de Suplementação da Média Salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial. Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os últimos 4 exercícios findos (2018, 2019, 2020 e 2021), não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no exercício. **31.a) Descrição dos planos de pensão:** Plano de 35% da média salarial: Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial. Plano de suplementação da média salarial: Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar. Plano misto de benefício suplementar: Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é prevista o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (renda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev. Plano CBS Prev: Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício. Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013. Plano CBSPREV Namisa: É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração S.A. Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde julho de 2017 e em 2020 foi finalizado o processo de extinção do plano devido à retirada total de patrocínio. **31.b) Política de investimento:** A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano. O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"). **31.c) Benefícios a empregados:** Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e IAS 19 - *Employee Benefits*.

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(59.111)	(13.819)	-	79.546
Benefícios de saúde pós-emprego	-	-	584.288	678.880
	(59.111)	**(13.819)**	**584.288**	**758.426**

Controladora	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(47.350)	(1.803)	-	7.743
Benefícios de saúde pós-emprego	-	-	584.288	750.683
	(47.350)	**(1.803)**	**584.288**	**758.426**

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.151.609	3.645.822
Valor justo dos ativos do plano	(3.584.244)	(3.766.194)
Déficit/(Superávit)	**(432.635)**	**(120.372)**
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	373.524	186.099
Passivo/(Ativo) Líquido	**(59.111)**	**65.727**
Passivos	-	79.546
Ativos	(59.111)	(13.819)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	**(59.111)**	**65.727**

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido é demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações no início do exercício	**3.645.822**	**3.581.460**
Custo do serviço	1.253	968
Custo dos juros	231.009	236.551
Contribuições de participante realizadas no período	1.398	1.998
Benefícios pagos	(283.393)	(278.960)
Perda/(ganho) atuarial	(444.480)	103.805
Valor presente das obrigações no final do exercício	**3.151.609**	**3.645.822**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**(3.766.193)**	**(3.894.488)**
Receita com juros	(238.534)	(257.946)
Benefícios pagos	283.393	278.960
Contribuições de participante realizadas no período	(1.398)	(1.998)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	138.488	109.279
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**(3.584.244)**	**(3.766.193)**

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado é demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Custos de serviços correntes	1.253	968
Custos de juros	231.009	236.551
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(238.534)	(257.946)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	11.985	21.737
Total dos custos (receitas), líquidos	**5.713**	**1.310**

O (custo) /receita é reconhecida na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.
A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
(Ganhos) e perdas atuariais	**(444.480)**	**103.805**
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	138.488	109.279
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	175.440	(154.741)
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	**(130.552)**	**58.343**

A abertura dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	-	67.930
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	(647.564)	(30.454)
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	203.084	66.329
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	138.488	109.279
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	175.440	(154.741)
(Ganhos) e perdas atuariais	**(130.552)**	**58.343**

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R$)	Real (R$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 10,71% Plano 35%: 10,53% Suplementação: 10,54%	Plano Milênio: 6,95% Plano 35%: 6,24% Suplementação: 6,44%
Taxa de inflação	5,03%	3,32%
Taxa de aumento nominal do salário	6,08%	4,35%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,03%	3,32%
Taxa de retorno dos investimentos	Plano Milênio: 10,71% Plano 35%: 10,53% Suplementação: 10,54%	Plano Milênio: 6,95% Plano 35%: 6,24% Suplementação: 6,44%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio: AT-2012 segregada por sexo Planos 35%: AT-2000 Masculina agravada em 15% Suplementação: AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo	Plano Milênio: AT-2012 segregada por sexo Planos 35%:AT-2000 Masculina agravada em 15% Suplementação: AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Plano 35%: Light Media, Suplementação: Não aplicável e Plano Milênio: Prudential -10%	Plano 35%: Light Media, Plano Milênio: Prudential (-10%) e Plano Suplementação: não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	Plano Milênio: AT-71 Planos 35%: MI-2006 -10% M&F Suplementação: Winklevoss -10%	Plano Milênio: AT-71 Planos 35%: MI-2006 -10% M&F Suplementação: Winklevoss -10%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos dos empregados com idade de 65 anos e 40 anos:

	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Masculino	18,38	18,38	18,75	18,75	21,47	21,47
Feminino	18,38	18,38	21,41	21,41	23,34	23,34
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais						
Masculino	40,15	40,15	40,60	40,60	44,07	44,07
Feminino	40,15	40,15	44,41	44,41	46,28	46,68

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2021		31/12/2020	
Renda Variável	195.032	5,44%	54.285	1,44%
Renda Fixa	3.127.736	87,26%	3.438.735	91,31%
Imóveis	190.474	5,31%	182.145	4,84%
Outros	71.002	1,98%	91.028	2,42%
Total	**3.584.244**	**100,00%**	**3.766.193**	**100,00%**

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN. Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B"). Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias. Para o plano de pensão, a despesa em 2021 foi de R$1.616 (R$2.032 em 31 de dezembro de 2020). **31.d) Contribuições esperadas:** Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos 35% e Suplementação em 2021. Para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas no valor de R$ 23.578 serão pagas em 2021 para a parcela de contribuição definida e R$1.377 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco). **31.e) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2021 é demonstrada abaixo:

	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(1.005)	1.084	(5.507)	5.954	(4.758)	5.309
Efeito no valor presente das obrigações	(16.114)	17.381	(85.515)	92.456	(68.287)	76.188
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	191	(181)
Efeito no valor presente das obrigações	-	-	-	-	1.079	(1.030)
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	120	(120)	623	(623)	430	(430)
Efeito no valor presente das obrigações	1.928	(1.928)	9.669	(9.669)	5.975	(5.975)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	**+1 ano**	**- 1 ano**	**+1 ano**	**- 1 ano**	**+1 ano**	**- 1 ano**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	850	(839)	4.382	(4.362)	1.562	(1.541)
Efeito no valor presente das obrigações	13.626	(13.455)	68.039	(67.726)	22.603	(22.306)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos.

Pagamentos esperados	
Ano 1	303.855
Ano 2	289.600
Ano 3	282.546
Ano 4	275.174
Ano 5	267.521
Próximos 5 anos	1.220.954
Total de pagamentos esperados	**2.639.650**

31.f) Plano de saúde - pós-emprego: Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais. Desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações	584.288	678.880
Passivo	**584.288**	**678.880**

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo atuarial no início do exercício	678.880	892.396
Despesa reconhecida no resultado do exercício	42.355	57.731
Contribuições patrimoniais vertidas no exercício anterior	(73.324)	(81.340)
Reconhecimento do (ganho)/perda atuarial	(63.623)	(189.907)
Passivo atuarial no final do exercício	**584.288**	**678.880**

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação reconhecida no patrimônio líquido	**(63.623)**	**(189.907)**

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	31/12/2021	31/12/2020
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	20,24	20,24
Feminino	20,24	20,24
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais		
Masculino	42,74	42,74
Feminino	42,74	42,74

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2021	31/12/2020
Biométricas e Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 agravada em 20%	AT-2000 agravada em 20%
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	10,55%	6,53%
Inflação	5,03%	3,32%
Aumento real dos custos médicos em função da idade (Aging Factor)	0,5% - 3,00% real a.a.	0,5% - 3,00% real a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos (HCCTR)	4,10%	4,10%
Custo médico médio (Claim cost)	1.011,42	913,00

31.g) Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2021 é demonstrada abaixo:

31/12/2021 – Plano de Assistência Médica		
	Hipótese: Taxa de Desconto	
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	559	(608)
Efeito no valor presente das obrigações	(20.842)	22.545
	Hipótese: Inflação Médica	
Nível de sensibilidade	**1,0%**	**(1,0%)**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	5.291	(4.599)
Efeito no valor presente das obrigações	50.127	(43.572)
	Hipótese: Tábua de Mortalidade	
Nível de sensibilidade	**+1 ano**	**- 1 ano**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	3.880	(3.669)
Efeito no valor presente das obrigações	36.763	(34.763)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	
Ano 1	65.814
Ano 2	63.130
Ano 3	60.377
Ano 4	57.534
Ano 5	54.598
Próximos 5 anos	227.586
Total de pagamentos esperados	**529.039**

Prática Contábil: Benefícios a empregados de longo prazo: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições para a CBS, as obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Nessa modalidade a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais, pois os riscos recaem sobre os empregados. No plano de benefício definido as obrigações são avaliadas anualmente, por atuários independentes, no cálculo é utilizado o método de crédito unitário, as premissas para o cálculo englobam hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas. É aplicado a taxa de desconto para definir o valor presente das obrigações do benefício definido, também é determinado o valor justo dos ativos. O montante reconhecido no balanço da Companhia é o líquido das obrigações após a taxa de desconto menos o valor justo dos ativos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado. **Benefícios a empregados de curto prazo:** Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente quando estas metas atingidas alocando-as no custo de produção ou despesas operacionais.

32. COMPROMISSOS

32.a) Contratos "*take-or-pay*": Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía contratos de "*take-or-pay*", conforme demonstrados no quadro abaixo:

	Pagamentos no período						
Natureza do serviço	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Após 2024**	**Total**
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração	946.865	1.351.564	1.483.615	1.552.730	1.605.777	2.895.525	7.537.647
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer	1.044.380	1.546.308	1.508.336	388.863	370.132	2.039.360	4.306.691
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço	75.863	73.983	46.833	41.973	6.334	-	95.140
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento	7.674	3.499	-	-	-	-	-
Armazenamento e Movimentação de óleo	1.900	2.489	2.666	2.666	666	-	5.998
Serviços de mão de obra e consultoria	32.279	33.375	35.526	35.526	35.526	167.416	273.994
	2.108.961	**3.011.218**	**3.076.976**	**2.021.758**	**2.018.435**	**5.102.301**	**12.219.470**

32.b) Projetos e outros compromissos: • **Projeto Transnordestina:** O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 54% e estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis. A Companhia espera que os investimentos permitam que a Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"), concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. O prazo da concessão se encerra em 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A TLSA obteve as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra e a implementação está avançada em certas regiões. As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente. O valor do orçamento aprovado é composto da seguinte forma: Missão Velha - Salgueiro montante de R$0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R$ 4,7 bilhões, totalizando R$ 11,2 bilhões. Atualmente o projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é na ordem de R$ 13,2 bilhões. A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA. O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados. Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União - TCU suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido. A Companhia concluiu em dezembro/2019, conforme cronograma previsto, as entregas da engenharia referentes à revisão dos projetos dos trechos a serem executados, assim como o levantamento dos serviços já executados nos trechos em andamento e concluídos ("*as built*"), de forma a permitir a validação do orçamento regulatório e a preparação de cronograma revisitado. Existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes ("ANTT") que avalia o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Neste contexto, em 2020, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do

CSN
Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

SIDERURGIA | MINERAÇÃO | CIMENTO | LOGÍSTICA | ENERGIA

Contrato de Concessão da TLSA e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER. A recomendação da ANTT, que foi fundamentadamente contestada pela TLSA, não vincula o Poder Concedente, tampouco põe fim à discussão, eis que ainda estão pendentes as avaliações do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República. Além disso, é igualmente possível o reexame judicial da matéria. A Companhia continua suas atividades de implantação dos trechos da ferrovia nos Estados do Piauí e do Ceará e de conservação dos trechos já construídos, com fundada expectativa de que seja mantida a continuidade das suas operações. Em 16 de setembro de 2020 foi protocolado junto ao TCU o pedido de reconsideração e suspensão acerca do Acórdão nº 67/2017, que determinou a suspensão dos repasses de recursos públicos ao empreendimento até a avaliação dos projetos de engenharia e a determinação do orçamento regulatório pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Nesse pedido de reconsideração a administração solicita que, diante do exaurimento das providências da Transnordestina para aprovação do orçamento das obras do projeto e da imprescindibilidade dos recursos previstos nos acordos que estruturaram o projeto para a sua finalização, seja revisto o entendimento esposado no Acórdão 67/2017, com a consequente liberação imediata dos recursos públicos de responsabilidade das fontes públicas. Subsidiariamente, solicitou que, caso não seja deferida a liberação dos aportes públicos, requeremos a imediata liberação dos recursos do FINOR, visto que, independentemente de sua natureza, os mesmos têm caráter de reembolso dos valores comprovadamente aplicados pela Transnordestina nas obras, não podendo ficar submetidos à suspensão estipulada no Acórdão nº 67/2017 - TCU. Em 12 de julho de 2021, a diretoria colegiada da Agência através do voto com a numeração 44/2021, com o objeto acerca da Avaliação dos aspectos regulatórios do orçamento e das variantes do projeto de implantação da Ferrovia Transnordestina, votou pela aprovação do orçamento regulatório no montante de R$ 8,9 bilhões. A Concessionária, frente à publicação da Deliberação ANTT nº 238, de 13 de julho de 2021 -que validou o referido Orçamento - e em linha com os dispositivos processuais, apresentou Pedido de Reconsideração no qual detalhou elementos técnicos que convalidavam seus cálculos. O pedido aguarda análise. Através da Deliberação ANTT nº 447, publicada em 21/12/2021, a agência reguladora acolheu parcialmente os argumentos trazidos pela concessionária de forma a atualizar o valor do orçamento regulatório para o montante de R$10.774.122. • **FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (Malha operacional):** Em relação à Malha I, operada pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes ("ANTT") que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão pela Concessionária FTL. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a FTL teria descumprido o TAC assinado em 2013 em decorrência do descumprimento da meta de produção de 2013. Neste contexto, a agência propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER. A recomendação da ANTT, que foi fundamentadamente contestada pela FTL, não vincula o Poder Concedente, tampouco põe fim à discussão, eis que ainda estão pendentes as avaliações do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República. Além disso, é igualmente possível o reexame judicial da matéria. A Companhia continua suas atividades operacionais, com fundada expectativa de que seja mantida a continuidade das suas operações.

33. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e de suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário. Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros de suas controladas, porém, não há responsabilidade solidária e nem subsidiária entre a Companhia e empresas do seu grupo econômico com a CSN Mineração. Em 2021, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022. Nos termos da referida apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US$475 milhões para locais com atividades da Companhia, combinado para Danos Materiais e Lucros Cessantes. Nos termos da apólice, a Companhia assume uma franquia de US$385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes. O limite máximo de indenização da apólice é compartilhado com outros estabelecimentos segurados. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas nem revisadas pelos nossos auditores independentes.

34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social pagos	3.062.047	542.877	445.136	-
Adição ao imobilizado com capitalização de juros (nota 12 e 29)	87.414	92.506	23.142	29.612
Remensuração e adição ao direito de uso (nota 12 i)	171.215	109.993	(219)	47.098
Adição ao imobilizado sem efeito caixa	69.788	30.345	-	-
Capitalização em controlada sem efeito caixa	-	104.809	-	161.770
Adição de propriedade para investimento sem efeito caixa	-	61.597	-	61.597
	3.390.464	**942.127**	**468.059**	**300.077**

35. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**13.595.621**	**4.292.618**	**12.258.628**	**3.794.295**
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/Ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	698	879	(872)	(604)
Ganhos atuariais de plano de benefício definido, líquido de impostos	300.455	132.059	302.251	133.673
	301.153	**132.938**	**301.379**	**133.069**
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do exercício	(8.097)	581.175	(8.097)	581.175
Ganho na variação percentual de investimentos	-	6.102	-	6.102
(Perda)/Ganho hedge de investimentos reflexo de investimentos em controladas	-	-	-	(4.824)
(Perda) *hedge* de investimento líquido no exterior	-	(4.824)	-	-
(Perda)/Ganho hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	795.923	(5.537.174)	795.923	(5.537.174)
Realização da hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado, líquidos de impostos	525.290	1.667.886	525.290	1.667.886
(Perda)/Ganho hedge accounting de fluxo de caixa - índice "Platts" reflexo de investimentos em controladas, líquido de impostos	-	-	477	(477)
Realização de hedge de fluxo de caixa - índice "Platts" reclassificado para resultado, líquidos de impostos	18.300	186.878	-	-
(Perda) hedge accounting de fluxo de caixa - índice "Platts"	(17.755)	(187.423)	-	-
Ações em tesouraria adquiridas por controlada	(651.016)	-	(509.377)	-
	662.645	**(3.287.380)**	**804.216**	**(3.287.312)**
	963.798	**(3.154.442)**	**1.105.595**	**(3.154.243)**
Resultado Abrangente do exercício	**14.559.419**	**1.138.176**	**13.364.223**	**640.052**
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	13.364.223	640.052	13.364.223	640.052
Participação dos acionistas não controladores	1.195.196	498.124	-	-
	14.559.419	**1.138.176**	**13.364.223**	**640.052**

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Controladora: • **Emissão e Recompra de *Bonds*:** Em fevereiro de 2022 a Companhia emitiu *Bonds* através de sua Controlada CSN Resources S.A., no valor de US$500 milhões, com vencimento único em 10 anos e taxa de 5,875%. Além disso, a empresa também realizou uma oferta de recompra de seus *Bonds* (tender Offer) com vencimento em 2026 e taxa de 7,625% no valor de US$300 milhões. • **Aumento no capital social:** O Conselho de Administração, em reunião realizada em 09 de março de 2022, aprovou a capitalização de parte da reserva estatutária constituída, no montante de R$ 4.200 milhões, sem a modificação do número de ações, passando o capital social da Companhia para R$10.240 milhões. **Controladas:** • **Emissão Debêntures:** Em 20 de janeiro de 2022, a CSN Cimentos, controlada da Companhia, celebrou escritura para emissão de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures simples e não conversíveis em ações, da espécie quirografária. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 15 de fevereiro de 2022, com o prazo de vencimento de 10 anos. Referidas debêntures foram subscritas de forma privada pela Virgo Companhia de Securitização, para serem utilizadas como lastro de uma emissão de CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários, cuja liquidação do montante correspondente a R$ 1,2 bilhão. • **Financiamento:** Em 08 de fevereiro de 2022, a CSN Cimentos S.A. celebrou contrato de financiamento com o banco BNP Paribas para captação de US$115 milhões, visando financiar obrigações futuras da Companhia. O vencimento deste financiamento está previsto para 10 de junho de 2027.

DIRETORIA

BENJAMIN STEINBRUCH
Diretor-Presidente

DAVID MOISE SALAMA
Diretor Executivo
MARCELO CUNHA RIBEIRO
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
EDUARDO GUARDIANO LEME GOTILLA
Diretor Executivo

LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ
Diretor Executivo
MILTON PICININI FILHO
Diretor Executivo
STEPHAN HEINZ JOSEF VICTOR WEBER
Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BENJAMIN STEINBRUCH
Presidente
Conselheiros
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA
FABIAN FRANKLIN
YOSHIAKI NAKANO
MIGUEL ETHEL SOBRINHO

COMITÊ DE AUDITORIA

ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA
YOSHIAKI NAKANO
MIGUEL ETHEL SOBRINHO

CONTADORES

CAIO MARCIO MARTINS DE ARAUJO
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC RJ-087.085/O-5-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional, em cumprimento às disposições legais do art. 163 da Lei 6.404/76 e no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, se reuniram e examinaram (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2021; e (iii) a Destinação dos Resultados de 2021 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e pelos auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Examinaram também, em cumprimento ao disposto no art. 166, parágrafo 2º, da Lei 6.404/1976, a proposta de aumento de capital da Companhia no valor total de R$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, e opinaram, por unanimidade, que referido aumento de capital está em condição de ser deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 8 de março de 2022.

Angelica Maria de Queiroz - Presidente **Valmir Pedro Rossi** - Conselheiro **André Coji** - Conselheiro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno, realizou a revisão e avaliação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras 2021"). O Comitê recebeu os representantes da Grant Thornton Auditores Independentes, que reportaram sobre o processo de finalização da auditoria das Demonstrações Financeiras 2021. Após rever e discutir as Demonstrações Financeiras 2021 e o Relatório Anual da Administração, o Comitê concluiu que os referidos documentos, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, podendo ser encaminhados ao Conselho de Administração, para posteriormente serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

São Paulo, 09 de março de 2022.

Yoshiaki Nakano - Membro Efetivo **Antonio Bernardo Vieira Maia** - Membro Efetivo **Miguel Ethel Sobrinho** - Membro Efetivo

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES EXECUTIVOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores da Companhia Siderúrgica Nacional, declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 09 de março de 2022.

Benjamin Steinbruch - Diretor-Presidente
Marcelo Cunha Ribeiro - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Luis Fernando Barbosa Martinez - Diretor Executivo
David Moise Salama - Diretor Executivo
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Diretor Executivo
Milton Picinini Filho - Diretor Executivo
Stephan Heinz Josef Victor Weber - Diretor Executivo

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores da Companhia Siderúrgica Nacional., declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 09 de março de 2022.

Benjamin Steinbruch - Diretor-Presidente
Marcelo Cunha Ribeiro - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Luis Fernando Barbosa Martinez - Diretor Executivo
David Moise Salama - Diretor Executivo
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Diretor Executivo
Milton Picinini Filho - Diretor Executivo
Stephan Heinz Josef Victor Weber - Diretor Executivo

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO DE 2021

1. Apresentação e Informações Gerais: O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia") está em funcionamento desde sua criação, em 2005, como um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento anual próprio, dentro das melhores práticas de governança corporativa. É formado por 3 (três) membros independentes e integrantes do Conselho de Administração, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Atualmente, o Comitê é composto pelos Srs.: Yoshiaki Nakano, Antonio Bernardo Vieira Maia e Miguel Ethel Sobrinho, sendo o Sr. Yoshiaki Nakano indicado como o Presidente do Comitê. O Comitê tem entre suas principais atribuições o monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, do gerenciamento de riscos e compliance e acompanhamento de denúncias realizadas por meio de seus canais de denúncia, avaliação da atuação, independência e qualidade dos trabalhos e resultados das firmas de auditoria independente, bem como dos trabalhos da auditoria interna e investigações, além de outras atribuições previstas em seu próprio regimento interno. Para realização de seus trabalhos, o Comitê conta com as informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, das áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, dos canais de denúncia e, sempre que necessário, de outras áreas da companhia, tais como jurídico, sustentabilidade, TI, recursos humanos, entre outras. A auditoria das demonstrações contábeis da Companhia está sob a responsabilidade da Grant Thornton Auditores Independentes Brasil, conforme normas aplicáveis. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) e o seu relatório reflete o resultado de suas verificações, com a apresentação do seu parecer a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 09 de março de 2022, contendo opinião sem ressalvas. A Companhia também tem uma Diretoria de Auditoria Interna, Riscos e Compliance, que é responsável por verificar o cumprimento das políticas e procedimentos determinados pela administração da Companhia e do Código de Ética, bem como avaliar os principais riscos a que a Companhia está exposta e os controles utilizados para mitigar tais riscos. O andamento dos trabalhos é acompanhado periodicamente pelo Comitê. **2. Atividades do Comitê:** Durante o ano de 2021, o Comitê se reuniu 9 (nove) vezes. Dentre as atividades realizadas e assuntos discutidos neste período, vale destacar os seguintes: • Acompanhamento periódico do cumprimento do Código de Ética e do canal de denúncias, bem como dos procedimentos adotados pela Companhia para condução das denúncias recebidas. • Aprovação e acompanhamento do Programa Anual de trabalho da auditoria interna e de sua execução, bem como dos principais pontos de auditoria identificados e dos planos de ação/providências saneadoras adotadas pela Administração. • Acompanhamento do processo de elaboração das informações trimestrais e demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do Relatório da Administração e dos *Releases* de Resultados. • Realização de reuniões com os Auditores Independentes da Companhia, a Grant Thornton Auditores Independentes, para discussão das Informações Trimestrais, para análise e acompanhamento do planejamento anual de trabalho da auditoria externa e de sua independência, bem como para conhecimento do relatório de auditoria, contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. • Acompanhamento dos riscos e efetividade dos controles internos, bem como dos planos de ação/processos de melhoria, além do monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com a Diretoria de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e com os auditores independentes. • Acompanhamento das atividades realizadas com relação ao processo de certificação dos controles internos (Sarbanes-Oxley Act - Seção 404) e apreciação dos resultados dos testes independentes realizados durante esse processo, bem como dos trabalhos de certificação realizados pelos auditores independentes. • Acompanhamento e discussão da Análise Geral de Riscos e da metodologia usada para gestão de riscos e resultados obtidos, apresentado e desenvolvido pela gerência de riscos corporativos. • Acompanhamento do Programa de Compliance. • Acompanhamento dos *covenants* e obrigações especiais e endividamento real. • Apreciação do Formulário de Referência antes de seu arquivamento na CVM. • Apreciação e discussão com a administração e auditores independentes acerca do Formulário 20-F. • O Comitê também se reuniu durante o último exercício com diversas áreas da Companhia para discussão e acompanhamento das principais questões de TI, recursos humanos, sustentabilidade e principais processos contenciosos e contingências da Companhia. • Realização de sua autoavaliação para identificar oportunidades de aprimoramento. • Aprovação prévia da contratação da GT Alemanha por sua controlada SWT para a realização de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, tendo em vista que tais serviços não comprometiam a independência dos auditores externos. **3. Principais Conclusões e Recomendações:** O Comitê considerou satisfatórias as informações recebidas acerca da adequação e integridade dos controles internos, responsáveis pela geração das informações das demonstrações financeiras, não tendo sido relatados ou identificados casos de conflitos relacionados às demonstrações financeiras ou à aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos. O Comitê não identificou qualquer evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes, considerando as informações prestadas pela Grant Thornton Brasil como satisfatórias e suficientes. No exercício de suas funções e responsabilidades legais e nos termos do Regimento Interno, os membros do Comitê procederam à análise das demonstrações financeiras acompanhadas do relatório de auditoria com a opinião dos auditores independentes, do relatório anual da administração e da proposta de destinação de resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela Grant Thornton Auditores Independentes, que emitiu relatório em 09 de março de 2022, contendo opinião sem ressalvas, o Comitê, por unanimidade, recomenda, a manifestação favorável do Conselho de Administração da Companhia com relação a tais documentos e o seu encaminhamento à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada.

São Paulo, 09 de março de 2022.

Yoshiaki Nakano - Presidente do Comitê de Auditoria
Miguel Ethel Sobrinho - Membro
Antonio Bernardo Vieira Maia - Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Companhia Siderúrgica Nacional**
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11.e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o estágio de conclusão da nova malha ferroviária da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"), atualmente em fase de construção, e cujo prazo para conclusão da obra, previsto inicialmente para janeiro de 2017, continua atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos governamentais responsáveis. A conclusão das obras do projeto (e o consequente início das operações) dependem da contínua disponibilização de recursos de seus acionistas e de terceiros. Estes eventos e condições, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da TLSA. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção "Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **1. Valor recuperável do investimento em controlada em conjunto (Nota Explicativa nº 11.e). Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia possui saldo de investimento na controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") em 31 de dezembro de 2021, incluindo ganho na perda de controle, no montante de R$ 1.385 milhões, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R-1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a controlada em conjunto realiza teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico entre outros. A Companhia, como investidora, também efetua sua avaliação, através do método que leva em consideração a capacidade da investida em distribuir dividendos, denominado de *Dividend Discount Model*, modelo segundo o qual é levado em consideração o fluxo de dividendos descontados a valor presente utilizando-se o custo de capital próprio, além de outras métricas e fatores de risco que incrementam a taxa de desconto utilizada. Sendo assim, este assunto foi, novamente, considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros e fluxos de dividendos descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto, que podem alterar significativamente a expectativa de realização do ativo. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados com a análise do valor recuperável; • Exame da análise preparada pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração; • Contínuo desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiram premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas; • Atualização e indagações à administração da Companhia e aos executivos da TLSA sobre o andamento das tratativas para liberação de recursos financeiros pelos acionistas controladores para a retomada das obras e da liberação dos recursos previstos junto aos órgãos e empresas relacionadas ao Governo Federal; • Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **2. Combinação de negócios (Nota Explicativa nº 4): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Em 31 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do controle da Elizabeth Cimentos S.A. e Elizabeth Mineração Ltda., (Grupo Elizabeth) através da sua controlada CSN Cimentos S.A., pelo montante de R$ 599 milhões, tendo sido apurado ágio de R$83 milhões. O valor de aquisição da Elizabeth Mineração Ltda. no montante de R$118 milhões, não resultou em apuração de ágio. A mensuração e o reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelo seu valor justo, bem como a apuração do ágio, envolvem julgamentos significativos da administração além da aplicação de estimativas relevantes, fundamentalmente em dados e premissas subjetivas, que podem impactar de forma relevante a mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e, consequentemente o valor do ágio apurado na aquisição. Desta forma, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Leitura dos principais acordos e contratos relacionados à aquisição do Grupo Elizabeth; • Análise dos atos societários relevantes e dos principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição; • Entendimento dos processos estabelecidos pela administração incluindo a totalidade e integridade da base de dados e os modelos de cálculo para a determinação dos valores e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos quando da contabilização da aquisição; • Avaliação da competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a mensuração dos valores justos na combinação de negócios e, em conjunto com nossos especialistas, adotamos os seguintes procedimentos: • Avaliação sobre a consistência da metodologia utilizada pela administração com os métodos utilizados no mercado, de acordo com as circunstâncias e com o objetivo da avaliação; • Observação e desafio sobre a razoabilidade das principais premissas adotadas na identificação da mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas [illegible] segmento de atuação; • Avaliação se havia uma coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela administração, e verificação dos principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como avaliação das divulgações pela administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos razoáveis a metodologia, os julgamentos exercidos, as estimativas e premissas utilizadas para contabilização e divulgação da combinação de negócios no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2022

Nelson Fernandes Barreto Filho - CT CRC 1SP-151.079/O-0
Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/O-1

www.csn.com.br